

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

A FORMAÇÃO DAS ELITES MILITARES EM PORTUGAL DE 1900 A 1975

MANUEL GODINHO REBOCHO

**Dissertação apresentada à
Universidade de Évora para
candidatura à obtenção do
grau de Doutor em Sociologia.**

**Trabalho realizado sob a
orientação da Professora
Doutora Maria José de Souza
Dias Fernández Stock.**

**Esta dissertação não inclui as
críticas e sugestões feitas pelo
Júri.**

Évora – 2005

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

A FORMAÇÃO DAS ELITES MILITARES EM PORTUGAL DE 1900 A 1975

MANUEL GODINHO REBOCHO



152 575-

Dissertação apresentada à
Universidade de Évora para
candidatura à obtenção do
grau de Doutor em Sociologia.

Trabalho realizado sob a
orientação da Professora
Doutora Maria José de Souza
Dias Fernández Stock.

Esta dissertação não inclui as
críticas e sugestões feitas pelo
Júri.

Évora – 2005

À minha esposa — Maria Jacinta

E aos meus filhos — Cláudia Leonor e Nuno Miguel

ÍNDICE

	Pág.
AGRADECIMENTOS	1
INTRODUÇÃO	5
I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO	31
1 – ABORDAGEM PRÉVIA	31
2 – MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO E TÉCNICAS DE RECOLHA DA INFORMAÇÃO	34
2.1 – Método de Investigação	37
2.2 – Técnicas de Recolha da Informação	39
2.2.1 – Consulta Documental	39
2.2.2 – “Participação-Observação”	40
2.2.3 – Entrevista	40
3 – CONCEITOS BASE	42
3.1 – Sociologia Militar	42
3.2 – Conflito	48
3.3 – Elites	53
3.4 – Liderança	54
3.5 – Poder e Domínio	58
3.6 – Cadeia de Comando	59
4 – CONCEITOS OPERACIONAIS	70
4.1 – Política e Estratégia	70
4.2 – Estratégia e Tática	73
4.3 – Elites Hierárquicas	74
4.4 – Comandantes de Companhias de Quadrícula	76
4.5 – Tropas de Elite	77
4.6 – Avaliação da Formação pelo Desempenho	78
4.6.1 – Para as Elites Hierárquicas	78
4.6.2 – Para os Comandantes das Companhias de Quadrícula	79
4.6.3 – Para as Tropas de Elite	80

	Pág.
II – A FORMAÇÃO BASE DAS ELITES MILITARES	83
1 – A SITUAÇÃO AFRICANA: DO FIM DO SÉCULO XIX À CONFERÊNCIA DE BANDUNG	84
2 – AS REFORMAS MILITARES	92
2.1 – A Organização Militar do Início do Século XX à Guerra de África	92
2.1.1 – A Reforma de 1901	96
2.1.2 – A Reforma de 1911	97
2.1.2.1 – O Exército Miliciano	102
2.1.3 – A Reforma de 1926	104
2.1.3.1 – O Exército Colonial	105
2.1.4 – A Reforma de 1937	108
2.2 – Novos Tempos e Novas Mentalidades	110
2.2.1 – A Reforma de 1960	112
2.3 – A Hierarquia Militar e a Guerra de África	113
3 – AS ELITES MILITARES E OS AVISOS DA NATO	116
3.1 – O Relatório do Comando Militar de Angola	116
3.2 – A Directiva do CEMGFA	118
4 – A ORIGEM SOCIAL DO CORPO DE OFICIAIS	122
5 – A FORMAÇÃO MILITAR DE BASE	139
5.1 – A Escola do Exército de 1890 a 1911	140
5.2 – A Escola de Guerra de 1911 a 1919	144
5.2.1 – A Adaptação no Período de 1916 a 1919	149
5.3 – A Escola Militar de 1919 a 1938	153
5.3.1 – A Adaptação no Período de 1926 a 1930	156
5.3.2 – A Adaptação no Período de 1930 a 1938	160
5.4 – A Escola do Exército de 1938 a 1959	166
5.4.1 – A Adaptação no Período de 1948 a 1959	179
5.5 – A Academia Militar de 1959 ao Fim do Período em Investigação .	185
5.6 – O Percorso Profissional do Corpo de Oficiais	192

	Pág.
5.7 – Resumo da Formação e das Funções Exercidas Pelo Corpo de Oficiais	194
5.8 – A Escola Central de Sargentos	196
5.9 – As Escolas Práticas	204
5.10 – Formação Complementar	208
5.10.1 – A Escola Central de Oficiais	208
5.10.2 – O Instituto de Altos Estudos Militares	209
5.11 – A Formação de Sargentos	214
5.12 – O Centro de Instrução de Operações Especiais	217
6 – A FORMAÇÃO EM ACÇÃO PSICOLÓGICA	222
7 – AS TROPAS PÁRA-QUEDISTAS	227
7.1 – Formação em Acção Psicológica	230
7.2 – Os Oficiais Pára-Quedistas	233
7.3 – Os Sargentos Pára-Quedistas	234
III – A GUERRA DE ÁFRICA E O DESEMPENHO DAS ELITES MILITARES	241
1 – A GUERRA PORTUGUESA E AS OUTRAS GUERRAS	242
2 – A “AFRICANIZAÇÃO” PORTUGUESA	248
3 – O SISTEMA DE FORÇAS: AS FORÇAS DE QUADRÍCULA E AS FORÇAS DE ELITE; TROPAS DE REFORÇO E TROPAS NATIVAS	254
3.1 – A Quadrícula Militar	254
3.1.1 – A Companhia 2477 Estacionada em Cufar como Exemplo Paradigmático	268
3.1.2 – O Factor Humano como Elemento Decisivo	277
3.2 – As Tropas de Elite	288
3.2.1 – As Tropas Pára-Quedistas	290
3.2.1.1 – Opiniões de Elites Militares Conceituadas	293
3.2.1.2 – Os Pára-Quedistas na Guiné – o Batalhão n.º 12	301
3.2.1.2.1 – A Companhia de Caçadores Pára-Quedistas n.º 123 como Exemplo Paradigmático	303

	Pág.
3.2.1.2.1.1 – Os Novos Quadros	312
3.2.1.2.1.2 – O Novo Capitão – João Manuel da Costa Cordeiro	315
3.2.1.2.1.3 – Os Cabos Pára-Quedistas	321
3.2.1.2.1.4 – O Cantanhez	325
3.2.1.2.1.5 – O <i>Strella</i> e a Queda dos Aviões	338
3.2.1.2.1.6 – De Novo no Cantanhez	344
3.2.1.2.1.7 – A Criatividade da Guerrilha e a Apatia do Estado-Maior	348
3.2.1.2.1.8 – O Pós Estabilização	365
3.2.1.2.1.9 – O Novo Capitão – Norberto Crisante Sousa Bernardes	369
3.2.1.2.1.10 – A Guerra Clássica	372
3.2.1.2.1.11 – O Novo Capitão – Maximino Cardoso Chaves	376
3.2.2 – Tropas Nativas	382
3.2.2.1 – Comandos Africanos – Guiné	382
3.2.2.2 – Grupos Especiais – Moçambique	385
3.2.2.3 – Grupos Especiais Pára-Quedistas – Moçambique	389
IV – O COMPORTAMENTO DAS ELITES MILITARES NO PÓS MARCELISMO	391
1 – NO 25 DE ABRIL	395
1.1 – Acção dos Generais	402
1.1.1 – Avanço de Spínola	402
1.1.2 – Diligências de Kaúlza	404
1.2 – Correntes Militares	405
1.3 – O Golpe de Estado e os Efeitos na Guerra de África	409
2 – NOS DIAS SEGUINTEs	417
2.1 – O Golpe Palma Carlos	417
2.2 – O 28 de Setembro	426
2.3 – O 11 de Março	432

	Pág.
2.3.1 – A Intentona: o Papel da Escola Prática de Cavalaria	437
2.3.2 – A Nova Luta Pelo Poder	439
2.4 – O 25 de Novembro	443
2.4.1 – De Capitão a General	448
2.4.2 – A Designação do Novo CEMFA	458
2.4.3 – O Possível Confronto Militar	463
V – CONCLUSÕES	469
1 – ELITES HIERÁRQUICAS	477
2 – ELITES COMBATENTES	484
3 – ESTADO-MAIOR	489
4 – RESUMO CONCLUSIVO	490
LISTA DE SIGLAS	495
FONTES E BIBLIOGRAFIA	499
1 – MONOGRAFIAS	499
2 – OUTRAS MONOGRAFIAS	508
3 – TESES DE DOUTORAMENTO	518
4 – ARTIGOS	519
5 – TRABALHOS E DOCUMENTOS MILITARES	520
6 – IMPRENSA	521
7 – LEGISLAÇÃO DIVERSA	523
8 – SÍTIOS CONSULTADOS NA INTERNET	525
9 – PERSONALIDADES CONSULTADAS	525
9.1 – Personalidades Entrevistadas por Escrito	525
9.2 – Personalidades Entrevistadas Verbalmente	526
9.3 – Personalidades a Quem Remeti a Dissertação e Solicitei que Verificassem a Autenticidade dos Factos Nela Referidos	528

ÍNDICE DOS DIAGRAMAS, MAPAS, QUADROS E TABELAS E ANEXOS

	Pág.
DIAGRAMAS	
Diagrama 1: Áreas e Momentos de Conflito Político-Militar e Intramilitar	493
MAPAS	
Mapa 1: Quadrícula do Batalhão 2865 e Estacionamentos dos Pára-Quedistas no primeiro semestre de 1973	267
QUADROS	
Quadro 1: Questionário sobre as componentes de formação dos CUC	32
Quadro 2: Constituição do Conselho de Estado em 31 de Maio de 1974	419
TABELAS	
Tabela 1: Dimensão média das componentes de formação dos Oficiais CUC	32
Tabela 2: Resumo das origens sociais das elites militares	131
Tabela 3: Origem social dos Generais, promovidos ao generalato, antes ou depois de 25 de Abril de 1974	134
Tabela 4: Concelhos de nascimento dos Comandantes de Batalhão que ingressaram na Escola do Exército entre 1938 e 1948	177
Tabela 5: Profissões dos pais dos Comandantes de Batalhão que ingressaram na Escola do Exército entre 1938 e 1948	178
Tabela 6: Concelhos de nascimento dos Comandantes de Batalhão que ingressaram na Escola do Exército entre 1948 e 1959	181
Tabela 7: Profissões dos pais dos Comandantes de Batalhão que ingressaram na Escola do Exército entre 1948 e 1959	182
Tabela 8: Anos de permanência dos Oficiais em cada uma das classes	193
Tabela 9: Períodos em que se formaram as elites e comandos que exerceram	195
Tabela 10: Elites que exerceram mais do que um comando/função	196

	Pág.
ANEXOS	531
LISTAGEM DAS ELITES MILITARES	533
1 – GENERAIS	533
2 – COMANDANTES DE AGRUPAMENTO	536
2.1 – Brigadeiros	536
2.2 – Coronéis	538
2.3 – Tenentes-Coronéis	538
3 – COMANDANTES DE BATALHÃO	539
3.1 – Tenentes-Coronéis	539
3.2 – Majores	548
4 – COMANDANTES DE COMPANHIAS PARA-QUEDISTAS	549

AGRADECIMENTOS

A investigação desenvolvida e necessária para redigir este trabalho nunca seria possível sem que um elevado número de pessoas e instituições me tivessem concedido o seu apoio. Os dados estão dispersos, uns disponíveis em suporte de papel, outros constando apenas da memória de quem os viveu, deles ainda se recorda e se disponibilizou para os relatar. A todas estas pessoas e instituições, sem qualquer excepção, expresso o meu mais profundo agradecimento.

Quero agradecer particularmente à minha mulher, Maria Jacinta, e aos meus filhos Cláudia Leonor e Nuno Miguel, o apoio e incentivo que me expressaram.

Na Universidade de Évora, onde múltiplos Professores e Funcionários me deram o seu apoio, quero dirigir-me especialmente à minha orientadora, Professora Doutora Maria José Stock, de cujo apoio científico muito beneficiei. Creio mesmo que, sem ele, não teria alcançado o meu objectivo, nem a qualidade da investigação e da tese atingiriam o patamar que julgo ter conseguido.

Agradeço ao Professor Doutor Francisco Ramos o apoio e o incentivo para iniciar esta caminhada de revolver memórias, nem sempre de factos agradáveis; aos Professores Doutores Manuel Patrício, Magnífico Reitor da Universidade de Évora, e Eduardo Figueira as palavras de confiança e amizade que expressaram nos momentos iniciais; ao Professor Doutor Hélder Fonseca as palavras de compreensão e incentivo que me dirigiu, quando o procurei para me aconselhar; à Professora Doutora Maria da Saudade Baltazar todo o apoio, que no início da investigação me proporcionou, através de sugestões e opiniões, particularmente no cruzamento da informação que ambos colhêramos; ao Professor Doutor António Pinheiro a compreensão, pelo facto de eu ter desistido da investigação na sua área científica, que sob a sua orientação vinha desenvolvendo, com vista à obtenção do grau de doutor naquela área. O meu regresso à efectividade de serviço militar, vinte e um anos depois de a ter cessado, impunha-me esta «inflexão».

À Instituição Militar, particularmente ao Exército, nas pessoas dos seus Generais Chefes do Estado-Maior do Exército (CEME) António Martins Barrento e José Manuel da Silva Viegas, a permissão para consultar os múltiplos arquivos militares, onde obtive a informação que sustenta a investigação; sem essa consulta seria absolutamente

impossível efectuar o estudo com a objectividade conseguida. Entre as diversas estruturas e Chefias Militares, às quais agradeço o apoio e colaboração, tanto na concessão de elementos como nas sugestões e conselhos que continuamente me foram concedidos, refiro particularmente:

O Tenente-General Carlos Manuel Ferreira e Costa, então Comandante da Região Militar do Sul, pelas palavras de incentivo e disponibilidade que, em nome do Exército, me manifestou para a concessão de todos os elementos informativos de que a instituição pudesse dispor; o Tenente-General Silvestre Porto, Comandante da Academia Militar, a quem agradeço os conselhos, as informações e a autorização para consultar os arquivos existentes naquela instituição de ensino militar, cujos dados recolhidos me proporcionaram relevantes conhecimentos. Agradeço-lhe, ainda, as várias audiências que me concedeu, nas quais me aconselhou alguns «caminhos» que se vieram a revelar muito importantes; o Tenente-General Jorge Manuel Silvério, Ajudante General do Exército e Comandante de Pessoal, a quem agradeço a autorização que me concedeu para consultar os arquivos do Exército, dispersos por diversos estabelecimentos militares; o Tenente-General Alexandre Sousa Pinto, Comandante do Governo Militar de Lisboa, que me concedeu a necessária autorização para consultar os documentos e processos individuais existentes nos serviços sob sua jurisdição. Agradeço-lhe, ainda, as audiências que me concedeu, durante as quais me expressou o seu incentivo e apoio ao estudo, bem como as informações relevantes que me facultou.

Quero ainda expressar os meus agradecimentos a todos os militares que através de entrevistas, telefonemas e troca de correspondência facultaram informações e conselhos que me habilitaram com os conhecimentos vertidos na dissertação: General José Manuel da Silva Viegas, Tenentes-Generais Fausto Marques, António Guerreiro Caetano, José Alberto Cardeira Rino, João António Pinheiro, Jorge Silvério e Armando de Almeida Martins; Majores-Generais Rafael Ferreira Durão, José Agostinho Ferreira Pinto, Carlos Valdemar do Espírito Santo, Raúl François Martins, António Oliveira de Figueiredo e Pedro Pezarat Correia; Coronéis Argentino Urbano Seixas, João Curado Leitão, João Campos Sardinha, Manuel Martins Veríssimo, Ângelo da Silva e Sousa, Carlos Ferreira Morais, João de Lemos Rosa Costa, Joaquim Manuel Mira Mensurado, José Alberto de Moura Calheiros, Fernando Proença de Almeida, Nuno Mira Vaz, José Valente dos Santos, Maximino Cardoso Chaves, Henrique Melo de Carvalho, Albano Pinela, João Gonçalves de Campos, João de Bessa, João da Luz Palma, José António Brás, Hugo dos

Reis Borges, Mário Pinto, Fernando Pires Saraiva, Eurico da Silva Santos, Alberto Ribeiro Soares, José Neves Marmelo, Luís Andrade de Moura, Mário Tomé, João Andrade da Silva, José Marçalo da Silva e Francisco Matos Serra e Capitão Joaquim Delgadinho Rodrigues; e Sargentos-Mores Mário Gansinho, Álvaro Neves, António Romão Pires, Francisco da Silva Brás, João Pavia Barreiros, Éneo Chinita e Fernandes Cavaleiro e Sargento-Chefe Fernando Picanço.

O Major-General Fernando Canha da Silva pelas entrevistas que me concedeu e todo o restante apoio na elaboração do sub-capítulo sobre as tropas em quadrícula.

As Tropas Aerotransportadas (TAT), nas pessoas do então Comandante da Brigada, Major-General Cristóvão Avelar de Sousa; Comandantes da Escola, Coronéis Carlos Chaves Gonçalves e António Cameira Martins; e os restantes Coronéis que ao longo do tempo em que consultei os arquivos, exerceram funções de comando, agradeço as várias informações de carácter operacional e de formação que continuamente me facultaram.

O Major-General Pára-Quedista Norberto Sousa Bernardes, a quem agradeço as múltiplas informações que me facultou e os conselhos sempre úteis que me prestou. Isto, enquanto Segundo Comandante das Tropas Aerotransportadas e enquanto, mais tarde, Segundo Comandante da Região Militar do Sul.

A Comissão de Estudo das Campanhas de África (CECA), nas pessoas do Coronel Jorge Costa Dias, Director da Direcção de Documentação e História Militar (DDHM) e da CECA; do Coordenador desta Comissão, Major-General Henrique do Nascimento Garcia; do Coordenador dos estudos sobre Angola e Guiné Coronel Pára-Quedista Horácio Alves de Oliveira; e do Coordenador dos estudos sobre Moçambique Coronel José Pereira da Silva.

O Coronel Pára-Quedista Alfredo Rodrigues pelas palavras amigas e incentivo que me dirigiu, quando o procurei solicitando-lhe apoio para descrever a formação psicológica dos Pára-Quedistas, da qual ele fora o mentor durante todos os longos anos da guerra.

Aos, Tenente-Coronel Pára-Quedista António Gomes de Almeida, Capitão Pára-Quedista Joaquim Pereira e Senhor Santos Martins agradeço as entrevistas e informações sobre os Grupos Especiais de Pára-Quedistas (GEP) em Moçambique.

O Coronel Norberto Sanches, Responsável pelos Serviços de Documentação e Biblioteca, do Instituto de Altos Estudos Militares (IAEM), pela autorização para

consulta dos arquivos daquela entidade de ensino militar, bem como pelas múltiplas sugestões e conselhos.

A Direcção de Administração e Mobilização de Pessoal (DAMP), nas pessoas do responsável pela Secção de Pessoal na Reforma Capitão Damião Sousa Rega, e Segundo Sargento Ana Maria Coito, pelo apoio que me prestaram na localização dos processos individuais que necessitei de consultar.

O Arquivo Histórico do Exército (AHM), na pessoa do seu Director Tenente-Coronel Aniceto Afonso.

O Capitão António Martins Mendonça, Sub-Director da Biblioteca do Exército (BE), pelas inúmeras informações que me facultou sobre as tropas nativas, as quais vem a estudar há vários anos, e pelo apoio na pesquisa bibliográfica que efectuei na BE.

A Sr.^a D. Paula Cristina Franco, Técnica Profissional de Biblioteca e Documentação, pelo apoio que me deu na localização e método de consulta de todos os processos e variada documentação existente na Academia Militar (AM), que ao longo de mais de três meses, ali consultei.

Ao Dr António Pires Gaitinha e Senhor Leonardo Salvador da Silva, agradeço as entrevistas e informações que me concederam para a elaboração do sub-capítulo sobre os Grupos Especiais (GE) de Moçambique, que ambos comandaram, o primeiro como Alferes miliciano (Am) e o segundo como Capitão miliciano (Cm).

INTRODUÇÃO

O tema em estudo — a formação das elites militares em Portugal de 1900 a 1975 — reveste-se de particular interesse, na medida em que, com o final da Guerra de África, Portugal orientou as suas preocupações para as questões sociais e para o desenvolvimento económico. As preocupações que dirigiram os investimentos para outros sectores, que não os militares, foram reforçadas com o final da guerra fria, que deixou a ideia de ser possível manter as Forças Armadas muito activas.

Mas se o final da guerra fria terminou com a bipolarização mundial na forma como até aí a conhecíamos, permitiu condições para o surgimento de uma multiplicidade de centros de poder, de carácter regional, a condicionarem uma nova reformulação da ordem mundial. Desde logo, o mundo árabe-muçulmano, enquanto entidade cultural, política e religiosa, particularmente os países situados no Médio Oriente, detentores das maiores reservas petrolíferas mundiais, pretende aumentar a sua influência na organização mundial. Os choques culturais, que derivam das duas civilizações em contra-ponto, a Ocidental e a Muçulmana, têm como base os recursos petrolíferos, que tendem a criar obstáculos ao relacionamento entre estes dois mundos. A par desta situação, ou motivada por ela, as instituições internacionais dão sinais de alguma fragilidade, e a força armada sobrepõe-se à diplomacia, impondo novas decisões políticas.

Portugal pode ser afectado por esta nova conjuntura internacional, pelo que importa “que um elevado grau de preparação e profissionalismo das elites militares garanta elevados padrões de eficácia e eficiência” (Vaz, 1992: 145), para a eventualidade de serem chamadas a intervir.

Os elevados padrões requeridos exigem, por sua vez, “um enorme esforço financeiro e a concentração de meios poderosíssimos nas mãos de uma única instituição” (Vaz, 2000: 27). Se, por um lado, uma só instituição, dispõe de tantos e tão volumosos meios, que retira à sociedade, esta tem o direito de exigir que a instituição militar, embora, “mantendo certos níveis de autonomia, reflecta amplas tendências sociais” (Moskos, 1985: 140). Contudo, as tendências sociais das elites militares, não garantem, só por si,

uma completa fidelidade à Nação, nem tão pouco padrões de eficiência, pelo que a sua formação constitui um factor determinante para a garantia desses valores.

Para Max Weber, o Estado contemporâneo caracteriza-se pelo facto de reivindicar “para si mesmo, com êxito, o monopólio da violência física legítima” tornando-se assim, “a única fonte do direito à violência” (1963: 101). Porém, Vilfredo Pareto apresenta algumas diferenças entre força e violência: a força constitui o elemento da dominação, neste caso, estatal; a violência é a expressão excessiva e desnecessária da força. Neste sentido, as Forças Armadas (FA) deveriam garantir a existência da força, mas nunca utilizando a violência (Pareto, 1978: 384 e seguintes).

A questão colocada por Pareto é pertinente e actual, já que as novas guerras tendem a ter duas fases bem distintas. Numa primeira fase verificam-se bombardeamentos maciços, em que o poder convencional americano não tem paralelo, pelo que qualquer apoio será apenas diplomático e simbólico. Todavia, tem-se vindo a verificar que os bombardeamentos têm que ser seguidos de uma ocupação efectiva do terreno, defendida como garantia da paz e da ordem, mas que, de facto, se destina a consolidar o domínio pela força ocupante. É, então, nesta segunda fase, que as acções assimétricas se verificam. Os combates vêm para a rua, onde a superioridade tecnológica perde grande parte do seu valor e a capacidade do combatente ganha um relevo destacado. Nestes momentos e situações espera-se que as elites militares saibam utilizar a força, para garantir a paz e a segurança, mas sem recorrerem à violência gratuita e desnecessária, o que só implicaria o reforço dos apoios e das motivações à força contrária, para o que é imprescindível que possuam uma boa formação técnica, psicológica e humana, tal como defendem.

Recentemente, o General Steele do Exército americano afirmou: “Os adversários reconhecem que não têm condições de vencer conflitos convencionais de alta intensidade contra as forças norte-americanas, portanto, a ameaça às Forças Armadas é, cada vez mais, não convencional e assimétrica. As batalhas migrarão para terrenos urbanos e complexos onde os sistemas de armas norte-americanos têm dificuldade de alcançar o inimigo, oferecem poucas vantagens e a proximidade dos não combatentes limita o poder de fogo dos EUA. Essa ameaça evasiva em terreno compartimentado e complexo desafiará, como nunca, os nossos líderes e os seus soldados” (Steele, 2002: 22 e 23).

Do ponto de vista genérico, uma guerra é sempre uma guerra. Quaisquer que sejam as atitudes das elites e dos operacionais não-de, forçosamente, colidir com valores humanos e com múltiplos interesses individuais e colectivos. Muitas feridas se abrem, muitas famílias se desfazem, muitas vidas aí terminam e muitos jovens se perdem para sempre, contudo, uma sólida formação das elites militares pode minorar os males duma guerra.

É importante apreciarmos algumas ideias presentes nos meios militares portugueses e americanos, tal como nos meios diplomáticos e científicos sobre possíveis e futuros envolvimentos militares, para dirimir questões da ordem internacional que, parecendo adormecidas, não o estão na realidade, embora os meios políticos procurem não lhe atribuir o devido relevo.

Num trabalho de investigação elaborado no âmbito do curso para Oficial General, escreveu o Major-General Sousa Bernardes: “Numa época de acelerada mutação em que na Europa da secularização do estado, «dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus», se assiste ao apagamento da religião tradicional, a que teólogos católicos designam por «apostasia da Europa» e ao «revivalismo» do Islão no Norte de África, onde Religião e Política se confundem, dando razão à afirmação de que no Islão «Deus é César»” (2000: 1). Para Sousa Bernardes, Adriano Moreira e outros autores, a fusão entre política e religião, que se observa no mundo muçulmano, pode contribuir para conflitos futuros, com o Ocidente, onde religião e política constituem duas entidades claramente separadas.

A passividade quanto à defesa, que se vive em Portugal e, de certo modo, em toda a Europa, é reconhecida por Timothy Garton Ash¹ quando afirma que a Europa enfrenta hoje duas questões sérias de natureza externa: “a sua relação com o mundo islâmico e com os Estados Unidos” da América (EUA). E procura justificar esta afirmação com a ocupação do ilhéu Perejil, por Marrocos e depois por Espanha, quando afirma: “foi deprimente e burlesco que tivesse sido necessário que o Secretário de Estado dos EUA (Estado Unidos da América), Colin Powell, passasse horas ao telefone para que Espanha removesse as suas tropas e a sua bandeira e a ilha voltasse ao limbo diplomático pós-colonial (...) em que se encontra há 40 anos”.

¹ Professor no St. Antony's College, em Oxford, e no Hoover Institution, em Stanford.

Ash afirma, ainda, “o problema é grave. Historicamente, a Europa afirma-se contra o Islão. O mundo árabe-islâmico era o original «outro» da Europa. Na «guerra contra o terrorismo», proclamada por George W. Bush depois dos ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 a Nova Iorque, surgiu a tentação de definir novamente o «outro». Mas isso seria ridículo e perigoso para um continente onde vivem 20 milhões de muçulmanos”. Para Ash, a Europa devia “desenvolver uma política europeia em relação à nossa própria área de interesse vital — o arco dos principais países islâmicos que vai do Cáucaso, passando pelo Médio Oriente e pelo Norte de África, até Marrocos”.

Acrescem, segundo Ash, os interesses divergentes dos países europeus em relação a este mundo, onde foram potências coloniais, e, para exemplificar o seu raciocínio, serve-se do exemplo do ilhéu de Perejil e afirma “a França bloqueou uma posição comum da UE (União Europeia) de apoio a Espanha porque, como antiga potência colonizadora, tem os seus próprios interesses em Marrocos”².

Uma outra abordagem não é menos reveladora do que se vive hoje em todo o mundo, enquanto Portugal e a Europa procuram maximizar o nível de vida actual, descurando literalmente a segurança de amanhã. Num artigo sob o título “Ataque à América: A Primeira Guerra do Século XXI”, Shaughnessy e Cowan³ afirmam: “os cenários futuros já apontavam desde há muito para a possibilidade de um ataque terrorista de grandes proporções ao território continental dos Estados Unidos da América. A nova situação trouxe muitas modificações no sistema de segurança nacional norte-americana e de outros países, no sentido de impedir, ou ao menos minimizar, actos perpetrados por estados ou organizações terroristas” (Shaughnessy, 2002: 72).

Como única superpotência num mundo cada vez mais definido por mercados globalizados, instituições económicas e normas sociais, os EUA encontram-se envolvidos em todos os assuntos de relevo mundial, o que lhe tem criado ressentimentos e hostilidades, as quais os hão-de arrastar para acções bélicas e os levarão a solicitar apoios aos seus aliados, entre os quais Portugal.

Shaughnessy e Cowan, conquanto sem o referirem expressamente, indiciam ter o mundo árabe-muçulmano como referência, o qual, contrariando as divisões e conflitos internos,

² Jornal *Público* de 2002/08/03, p. 6.

³ Os autores prestam serviço no Quartel-General do Comando e Doutrina do Exército dos EUA.

contêm dois factores importantes de agregação: a língua árabe e a religião islâmica. O sexto preceito do Islão, único aplicado à comunidade, é a «jihad» que significa «esforço em relação a Deus» ou «esforço para que reine o Islão» e que no Ocidente se traduz por «Guerra Santa», a qual funciona como argumento para alguns dos actos, mesmo terroristas, contra o Ocidente.

Para a tese que defendo importa tecer algumas considerações sobre o envolvimento do Ocidente no conflito que opõe Israel à Palestina, outro assunto que ensombra as relações entre o Ocidente e o Mundo Árabe. A actuação do “*lobby* israelense junto do Congresso americano e das altas autoridades do país”, é intensa. “A chave da política do Médio Oriente (está no facto de) mais de seis milhões de judeus viverem nos EUA, a sua maioria em alguns estados que têm peso decisivo nas eleições para presidente. E não se trata tanto do número de eleitores mas, sobretudo, da qualidade dos mesmos: os judeus americanos exercem considerável influência na imprensa, televisão, rádio, nos meios bancários, financeiros e universitários. Os ministros ou personalidades israelenses costumam ir a Washington e pressionam senadores, deputados e as mais altas autoridades do país sem o menor constrangimento” (Mariz, 2002: 33).

“Hoje o grande inimigo do Ocidente tampouco é mais Sadam Hussein, mas o Irã, que comanda o terrorismo religioso de Marrocos à Indonésia e influencia as novas repúblicas muçulmanas da antiga União Soviética. (...) A conjuntura política no Médio Oriente mudou muito nos últimos dez anos. Embora a situação militar israelense continue a ser muito boa, a segurança do país ficou muito frágil. Os ingredientes para um grande conflito estão no horizonte e as consequências são imprevisíveis” (Mariz, 2002: 33).

Mariz, enquanto diplomata, e Sousa Bernardes, enquanto militar, colocam e enfatizam o problemático relacionamento entre o Mundo Árabe e o Mundo Ocidental, na questão religiosa. Dois investigadores diferentes coincidem no ponto central da eventual divergência entre estes dois mundos, que constituem duas importantes civilizações.

O Mediterrâneo, na expressão de Adriano Moreira, “são águas onde flutua um livro a que todos os povos ribeirinhos recorrem, mas que é secularmente lido de maneira tão selectiva e contraditória que mais vezes serviu para justificar a guerra do que para

justificar a paz que anuncia”.⁴ A Bacia do Mediterrâneo, ponto de encontro de civilizações, berço das três religiões abraâmicas que se reclamam da Bíblia, é das áreas do mundo onde os diversos conflitos têm entrelaçadas profundas raízes históricas.

O Mediterrâneo divide e aproxima o Sul da Europa e o norte de África, onde se encontra fortemente implantado o mundo árabe-muçulmano⁵. Através do Estreito de Gibraltar, aparece como continuação do Oceano Atlântico. Continuando até à Ásia, liga-se ao Mar Negro pelo Estreito do Bósforo e dos Dardanelos, e ao Oceano Índico através do Canal do Suez e do Mar Vermelho.

“A pequena guerra arquetípica é hoje mais relevante do que nunca. Embora os confrontos entre superpotências e as suas guerras de libertação nacional «por procuração» estejam de momento inactivas, as rivalidades étnicas, religiosas, políticas e económicas alastram por todos os continentes. Particularmente na África subsariana, onde as animosidades têm sido uma realidade através do registo da história, os conflitos armados accionados por velhos antagonismos e modernas ambições políticas tornam-se mais uma vez sintomáticos” (Trainor, *in* Cann, 1996: prólogo).

A partir da recolha de opiniões de diversos autores, bem diferenciados quanto à formação, à função, à nacionalidade e aos interesses que eventualmente defendam, chega-se à conclusão que a paz não constituirá um estado muito duradouro, obrigando a que as autoridades portuguesas reflectam sobre a situação em que devem colocar as suas FA, face ao momento em que elas tenham que intervir. Definindo de forma objectiva e clara, quem combate, isto é, os portugueses que não-de “amanhã” defender os interesses da sua Pátria são os que hoje reivindicam princípios “aristocratizantes”, ou são aqueles que nada tendo tudo têm que pagar? E se forem estes em que condições o fazem: com que garantias? Por outro lado, é ainda importante que se defina a doutrina de sustentação, ou a base que a há-de suportar: o homem ou a tecnologia.

Para Jorge Sampaio, Presidente da República e Comandante Supremo das FA, “não temos ouro, petróleo ou diamantes, mas temos inteligência”⁶, frase que sintetiza a grande problemática da sociedade portuguesa e da sua perspectiva de desenvolvimento

⁴ Moreira, Adriano, “A Questão do Livro”, *in* *Diário de Notícias*, 27 de Julho de 1999, p. 19.

⁵ Constituem países árabe-muçulmanos no norte de África a Mauritânia, Marrocos, Líbia, Tunísia, Argélia, Egipto e Sudão.

⁶ Em declaração pública, citado pelo jornal *Diário do Sul*, de 23 de Outubro de 2002, p. 1.

económico e social. Por todas e também pelas mesmas razões, ela enquadra as duas perspectivas que se colocam à reorganização das FA, enquanto uma das componentes da defesa nacional. Com efeito, a reorganização das FA portuguesas pode seguir um de dois caminhos: centrar a sua eficiência na quantidade de armamento e equipamento e na sua modernização tecnológica, para o que, segundo Jorge Sampaio, nos faltam meios; ou centrar a sua capacidade no *valor do combatente*, para o que “temos inteligência”, segundo Jorge Sampaio.

As ideias que apresentei, sugerem que Portugal deve reorganizar as suas FA de modo a contribuir para a segurança Ocidental, conceito que envolve a Europa e os EUA, em formas de coligação. Naturalmente, os contributos de cada um dos países coligados, não podem ser iguais e Portugal, que não tem meios financeiros abundantes, mas que tem capacidade e qualidade humana deve, a nosso ver, concentrar nestas vertentes o seu contributo.

Partindo deste pressuposto, de que Portugal deve formar um Exército pequeno, mas altamente preparado para actuar com eficiência e humanidade, proponho-me contribuir para encontrar a melhor metodologia para formar as elites militares portuguesas, particularmente, os comandantes das unidades de combate que são aqueles que hão-de determinar os resultados das guerras assimétricas, modelo para que tende as modernas disputas bélicas. Para a obtenção de tal objectivo, terei como referência a formação das elites militares que participaram na Guerra de África, entre 1961 e 1974.

A problemática da formação das elites militares e, muito particularmente, os comandantes das unidades de combate, vem constituindo estudo e preocupação das autoridades militares, tanto portuguesas como estrangeiras, na medida em que, como já vimos atrás, qualquer domínio só se tornará efectivo, se tropas no terreno forem capazes de tornar efectivo esse mesmo domínio.

Para o General Steele: “O sucesso, nas operações em todo o espectro do conflito, depende de líderes que consistentemente tomam decisões melhores e mais rápidas do que os seus opositores. Isto significa que a educação dos comandantes das unidades de combate deve evoluir e expandir-se, porque materiais modernos e tecnologicamente avançados constituem apenas ferramentas que os líderes podem utilizar como mais uma vantagem. Cabe aos líderes visualizar um espaço de combate muito maior; descrevê-lo

claramente; orientar soldados, unidades e sistemas para cumprir as suas missões; e liderar desde a frente. Compreensão, confiança em si mesmos e nos seus comandantes superiores e subordinados permite a cada um explorar oportunidades, mesmo na ausência de ordens. O comando das unidades de combate, neste novo ambiente operacional requer experiências educacional e operacional relevantes para poder habilitar e formar líderes. Devemos então interrogar-nos se os actuais sistemas de formação de líderes do Exército são realmente adequados para preparar esses homens para o campo de batalha da era da informação” (Steele, 2002: 23 e 24).

Quando se refere a um novo ambiente operacional, o General Steele está a considerar o novo tipo de guerra, que designa por “não convencional e assimétrica”, mas que no fundo, foi este tipo de guerra, que Portugal enfrentou em África, e que designava por «guerra de guerrilha». A diferença entre a guerra que enfrentámos em África e a que os americanos já estão a enfrentar, é que Portugal enfrentou uma guerrilha em campo aberto, na mata, e os confrontos futuros, ou já presentes, são em terrenos fechados, nas cidades, pelo que se designam por guerrilha urbana.

Esta diferença é significativa quanto à tática e à técnica de actuação militar, mas não quanto às inteligências específicas, ou às qualidades naturais, dos comandantes das unidades de combate. Face à semelhança ou à não diferença, das capacidades naturais requeridas às elites militares, para as futuras guerras, e para a Guerra de África, vou investigar a formação que tinham as nossas elites, para apoiar a formação das elites do futuro.

Tenho sempre presente que a formação de um militar é contínua, na medida em que os conhecimentos e qualidades requeridas vão sofrendo alterações e evoluindo ao longo das suas carreiras. Por exemplo: as qualidades naturais dos comandantes de unidades de combate são totalmente diferentes das de um Oficial de Estado-Maior. Porém, um Oficial de Estado-Maior deve iniciar a sua carreira militar pelo comando de unidades de combate, para aí adquirir a experiência e os conhecimentos que há-de incorporar nas futuras planificações. Vejamos o que sobre o tema defende o Coronel Moura Calheiros, especialista em tática militar, “o Oficial de Estado-Maior, mesmo que seja Capitão,

tem que ter passado pela «tarimba» dos combates ou do comando de tropas, porque de contrário será apenas um teórico”⁷.

É sobre esta preocupação de ordem substantiva que me reporto à opinião do General Gabriel do Espírito Santo, que foi Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA): “a qualificação e educação contínua dos Quadros das Forças Armadas na sociedade do século XXI, obrigam a repensar o ensino superior militar, nas suas vertentes de formação e de qualificação. Sem perder a visão global de que teremos que preparar indivíduos para assumirem responsabilidades, dizerem a verdade, comandarem partilhando perigos e estarem dispostos a morrer por convicções e camaradagem militar, os modelos de ensino militar terão de rever as suas componentes de comando e chefia, de qualificação técnica e de formação humanística, como a cultura da prevenção dos conflitos, do diálogo e cooperação e da administração de recursos. Também a mentalidade e os procedimentos conjuntos obrigam a que os ramos das Forças Armadas, partilhem de alguns marcos das carreiras militares, qualifiquem os seus Quadros para pensarem e procederem conjuntamente. Não procuremos soluções economicistas ou de moda conjuntural; procuremos racionalidade e eficiência” (Santos, 2002: 423 e 424). Ao considerar a necessidade de «preparar indivíduos para assumirem responsabilidades, comandar partilhando perigos e estar dispostos a morrer por convicções e camaradagem militar», o General refere-se aos comandantes de unidades de combate, para os quais se procura uma metodologia de formação eficiente, esperando poder contribuir para tal com este trabalho.

A formação dos comandantes de unidades de combate é um problema sério e bastante antigo, como se conclui pela seguinte passagem do relatório que antecedeu a proposta de lei sobre o recrutamento e serviço militar, presente à Assembleia Nacional em 23 de Janeiro de 1937: “No caso particular de um exército as qualidades dos chefes são elemento decisivo. Toda a organização armada em que os oficiais não estejam em condições de ser os guias seguros dos seus homens está de antemão condenada a soçobrar no momento em que for necessário empregá-la como instrumento de luta.

Mas o chefe militar, o condutor de homens ao combate, aquele que tem de levar os outros até ao maior sacrifício, não se improvisa. Sobre qualidades naturais, que se não

⁷ Em entrevista, no dia 12/06/2003, no âmbito da presente investigação.

inventam, mas se cultivam, aperfeiçoam e desenvolvem pela educação, tem de formar-se o chefe militar que se imponha aos seus subordinados pelo saber, pela dignidade e pelo valor. Ele terá de ser exemplo de valentia para os homens que dirige, terá de ser competente para lhes dar a certeza de que as suas ordens são as mais seguras e eficazes, terá de possuir qualidades que o façam mais amado que temido” (Ministério da Guerra, 1938: 13 e 14).

Sabendo que a formação dos militares é contínua e que todos os que integram as Armas Combatentes devem iniciar a sua actividade pelas unidades de combate, só a formação para o desempenho destas actividades merece a nossa preocupação. Quando o Oficial, e neste caso só já interessa falar nesta classe de militares, ascende na carreira, a posições sem comando directo de tropas, poderá ser novamente apreciado quanto às suas qualidades naturais e receber nova formação, de acordo com as novas funções que, basicamente, serão de Estado-Maior ou de Comandos Superiores.

Tendo como base de raciocínio e de partida as múltiplas preocupações que se transcrevi e a minha própria experiência, a presente investigação procura:

- a) Obter uma resposta sobre os moldes como se formaram as elites militares que participaram na Guerra de África, entre 1961 e 1974, e o impacto dessa formação na qualidade do desempenho, na Guerra, e na forma como se comportaram nos “pós Marcelismo”.
- b) Contribuir, com as conclusões obtidas, para um possível aperfeiçoamento da formação das futuras elites militares, especificamente dos comandantes das unidades de combate.

A relevância da investigação que presidiu a esta dissertação prende-se com o conhecimento de que a maior ou menor capacidade das elites militares — qualificação técnica e níveis de liderança — determina os resultados da Guerra, traduzidos em número de baixas e outros sacrificios humanos, duração e consumos de materiais, os quais, por sua vez, influenciam as dotações orçamentais e, a médio e longo prazo, as condições sociais de uma nação. Estes aspectos, no seu conjunto, implicam restrições que limitam o desenvolvimento económico e o bem estar social. Por todas estas razões, se pode afirmar que a formação das elites militares apresenta relevância social, nacional e mesmo internacional e, daí, a importância que atribuo ao respectivo estudo.

O interesse científico é manifesto, porquanto remete para uma área de fortes implicações sócio-políticas — campo privilegiado pela Sociologia Política. Quanto ao interesse académico do estudo é, assim, relevante, porquanto é do mundo académico que as sociedades esperam as explicações, quando não mesmo o suscitar de «soluções», para os problemas que afectam a humanidade.

O impacto na sociedade é indiscutível. Basta atentar ao facto de que só no século XX se ficaram a dever às elites militares três golpes de Estado em Portugal, que condicionaram a vivência dos portugueses e o respectivo nível de desenvolvimento. No dia 5 de Outubro de 1910 foi implantada a República, através do golpe que destituiu o monarca em funções e o conseqüente regime político. É certo que, segundo alguns autores, este acto foi da responsabilidade popular, mas não é menos certo que o êxito só foi possível pela limitada intervenção militar, quando não mesmo colaboração. Em 28 de Maio de 1926 as elites militares provocaram um golpe de Estado que introduziu nova alteração na orientação política e social do País. Em 25 de Abril de 1974, as mais altas elites militares, apoiadas por um vasto grupo de militares, executaram outro golpe de Estado e implantaram um novo regime político. As intervenções dos militares determinam em geral, o surgimento de regimes políticos opostos aos então existentes.

O interesse profissional é, ainda e também, considerável, na medida em que não existe em Portugal qualquer estudo científico que ajude a orientar a formação das elites militares, sendo a presente investigação, de carácter pioneiro, no que se refere à investigação aplicada.

No campo pessoal, a motivação que preside ao estudo reside no facto de ter efectuado três comissões de serviço na Guerra de África, as quais me permitiram uma visão mais clara das conseqüências, que resultam, para qualquer país, se a formação dos comandantes das unidades de combate não for suficientemente elevada. A minha situação pessoal constitui um elemento privilegiado de acesso aos militares que foram bons comandantes de unidades de combate, na Guerra de Africana, o que me permitiu o acesso a um conjunto de informação difícil para quem não pertença ao meio. A minha situação particular, senão única, sugere, assim, que redija a dissertação na primeira pessoa do singular e não no plural, como é habitual neste tipo de trabalhos. Porém, e sublinho-o, aqui, “o eu não é pretensão, é tomada de responsabilidade do discurso” (Morin, 1983).

No sentido de procurar obter a resposta “sobre como se formaram as elites militares”, formulei três hipóteses de trabalho, segundo as quais o “modelo” que determinou a qualidade do desempenho das elites militares na Guerra e o seu comportamento e intervenção na vida política nacional, se deve:

- a) À formação base;
- b) À vocação natural;
- c) À experiência.

A formação base compreende quatro componentes: formação científico/cultural, formação militar, formação psicológica/vocacional e formação doutrinária.

A vocação natural, que deve estar presente e no mais elevado grau possível, num comandante de unidade de combate, corresponde ao conjunto das suas qualidades naturais, tais como: capacidade de comando, liderança, dignidade, iniciativa, temeridade, decisão, espírito de sacrifício e de abnegação e inteligências cognitiva e emocional.

A experiência consiste nos conhecimentos acumulados resultantes do conhecimento empírico obtido pela rotina da função e pelas situações pontuais de conflito.

As três hipóteses de trabalho consideradas assumem relevâncias diferentes, consoante a formação orgânica das forças operantes, particularmente a dimensão do efectivo, a sua subdivisão e o efectivo de forças geralmente utilizado em combate.

A doutrina subjacente à actuação das forças, em guerra de guerrilha, tanto na mata como nas cidades, também constitui uma condicionante: se o Comandante dum força, em patrulha, a comandar na frente, ele carece de um tipo de formação diferente daquela que necessita se a comandar no meio, local de menor risco, quando não mesmo de risco nulo. E é ainda diferente se o Comandante integrar as forças em operações ou se apenas as administra no seu local de estacionamento. Este ponto não constitui uma hipótese de trabalho, mas representa um elemento que influencia a importância relativa de cada uma das hipóteses consideradas.

O período em estudo é o correspondente ao da formação das elites militares que participaram na Guerra, de 1961 a 1974. Porém, uma perspectiva mais ampla, leva-me a considerar, não só as elites que participaram directamente na Guerra, mas, também, as

que prepararam as tropas e a Nação para ela. Para definir este momento, pareceu-nos que o ano mais adequado era o de 1949, por ser aquele em que Portugal aderiu à Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO). Esta adesão determinou profundas alterações em toda a organização militar, particularmente nas mentalidades dos quadros superiores, devido a deslocações ao estrangeiro e a visitas a Portugal de Altos Comandos da NATO, geralmente Americanos e Ingleses.

Ao considerar as elites militares entre 1949 e 1960, limitando-as ao nível de General, pois só estes influenciaram a organização militar, tive que iniciar o estudo no ano em que esses Oficiais iniciaram a sua formação, sendo que o mais antigo ingressou na Escola Militar no ano de 1900. O Oficial mais moderno que surge no estudo concluiu a Academia Militar no ano de 1974, onde ingressara em 1971, como miliciano. No entanto, o estudo prolonga-se até ao ano de 1975, para que possamos apreciar o comportamento e a intervenção das elites militares, na vida política nacional e as consequências dessa intervenção. Os anos de 1900 e 1975 constituem assim, os limites temporais do estudo.

A delimitação temporal estipulada permite enquadrar um período relativamente homogéneo e extremamente importante, pelas consequências que provocou no desenvolvimento económico de Portugal e no impacto que causou no tecido social português.

Os limites espaciais correspondem aos de Portugal durante a Guerra de África. É certo que muitos Oficiais obtiveram formação nos EUA, enquanto outros contactaram e foram influenciados por outras culturas e outras organizações militares, através de reuniões e missões de trabalho que desempenharam no âmbito da NATO. Paralelamente, outros aperfeiçoaram as técnicas de guerrilha em França e nas colónias africanas deste país; contudo, a existência desta última realidade não justifica o alargamento do espaço em estudo, já que as FA tinham as suas escolas de formação na Metrópole e punham em prática os respectivos conhecimentos através da actuação que desenvolviam na Guerra nos territórios da Guiné, Angola e Moçambique. As elites militares formavam-se em actos de continuidade, através do respectivo desempenho nas missões que ao longo das suas carreiras os militares foram permanentemente desempenhando.

A confiança político-partidária equacionada na escolha dos militares para os diversos cargos de Altos Comandos não é apreciada no presente estudo, por se considerar que ela está presente em qualquer sistema decisório, seja qual for o regime político.

Para o desenvolvimento do modelo heurístico em que se baseia a investigação, dividi as elites militares em três grandes grupos: elites hierárquicas, Comandantes de Companhias de quadrícula e elementos constituintes de unidades de elite (intervenção).

Por elites hierárquicas entendem-se os Generais, que exerceram funções entre 1949 e 1975, os Brigadeiros e Coronéis, que exerceram comando de Agrupamentos em qualquer dos três teatros de operações e os Tenentes-Coronéis, que comandaram Batalhões operacionais em qualquer dos três teatros de operações. A formação de todos estes Oficiais foi analisada exaustivamente.

O estudo dos Comandantes de Companhias de quadrícula, com as patentes de Capitão, sendo uns de carreira, formados na Escola Militar, e outros milicianos, não era passível de ser feita de forma exaustiva, devido ao seu elevado número. Houve, assim, necessidade de se recorrer à amostragem. No entanto, considerei útil desenvolver, ainda que sumariamente, o que era uma quadrícula e qual a actividade destes Capitães, no sentido de não estereotipar o Capitão, ao desinseri-lo do contexto da sua actividade.

O estudo sobre a actividade do Capitão de quadrícula impunha que a sua escolha recaísse sobre um Oficial que tivesse desempenhado as suas funções com elevação, impedindo, assim, o enviesamento dos dados por necessidade de não exposição do entrevistado. Este tinha que deter estima na área militar, para credibilizar a informação junto daquela instituição, pois não faria o menor sentido apresentar-se uma conclusão sobre a formação das elites militares, se esta instituição considerasse os dados de base “menos bons”. O Batalhão que o Capitão integrou e a Companhia que comandou tinham que ter estado numa localização difícil para impedir a simplificação do desempenho. Para além de que o Capitão a estudar tinha que possuir elementos históricos suficientes relativamente à reconstituição do que se passou, há já vários anos, e estar disponível para colaborar numa entrevista, que necessariamente se teria que prolongar por diversas sessões. As exigências impostas pelo rigor do estudo desaconselharam a designação do Capitão de forma aleatória, pelo que foi intencionalmente escolhido.

Não sendo fácil o preenchimento de todos os requisitos que me propus exigir, sê-lo-ia de todo impossível se seguisse um método aleatório. Solicitei, por isso, a colaboração de diversas entidades militares no sentido de me ser sugerido o Oficial que reunisse as condições que expus. Após várias consultas sobre o tema, foi seleccionado o Major-General Fernando Nunes Canha da Silva, o Comandante de uma das Companhias do Batalhão de Artilharia n.º 2865, cuja mobilização foi determinada pelo Estado-Maior do Exército (EME), através de nota-circular de 23 de Junho de 1968 e teve como Unidade Mobilizadora o Regimento de Artilharia Pesada n.º 2 (RAP 2), aquartelado em Vila Nova de Gaia.

Segui, assim, uma amostra intencional, na medida em que foi constituída por um elemento seleccionado deliberadamente, pois considerei estar na presença de um típico representante dos «bons» Comandantes de Companhia (Vicente, 1996: 61).

O Batalhão tinha o seguinte quadro superior: Comandante Tenente-Coronel de Artilharia Mário Belo de Carvalho; Segundo Comandante Major de Artilharia António José de Mello Machado; e como Oficial de Operações, o Major de Artilharia Manuel Rodrigues Machado. O Batalhão teve a sua sede na povoação e Catió, na Guiné, com a responsabilidade de todo o extremo sul, o ponto onde a guerra foi mais violenta, considerando os três teatros de operações.

Considerei assim com esta metodologia, que não corresponde a uma amostragem aleatória, ter conseguido encontrar o melhor dos «alvos» de estudo e, deste modo, garantir a fidelidade e qualidade dos dados em análise.

As tropas de elite que combateram em África, foram os Pára-Quedistas, os Fuzileiros Especiais e os Comandos. A formação e actuação de qualquer destes três corpos de tropas especiais era em tudo semelhante, para além de um idêntico sistema de recrutamento do pessoal, realizado por voluntariado e selectivo. Em função desta semelhança, o estudo de um destes corpos permite perfeita extrapolação para os outros dois. Por este motivo apenas estudei uma destas tropas, a dos Pára-Quedistas.

A razão da escolha deveu-se, basicamente, ao facto de eu as ter integrado, logo conhecê-las melhor, mas, também, por serem as mais antigas, mais numerosas, as que primeiro chegaram a qualquer dos três teatros de operações e as últimas a sair de qualquer desses mesmos teatros, como afirma o General Diogo Neto: “Tendo sido os primeiros a chegar

em 1961, são os últimos a sair de África, garantindo até ao último momento a segurança dos responsáveis pelo definitivo arrear da Bandeira...” (CTP, Volume IV, 1987: 37-39).

Como representação destas tropas estudei os militares da Companhia de Caçadores Pára-Quedistas n.º 123, do Batalhão n.º 12, que teve a sua sede em Bissau. A escolha desta Companhia, que era em tudo semelhante a todas as outras, deveu-se ao facto de ser a que eu integrei e da qual recolhi a informação que verti na investigação.

Complementarmente aos Pára-Quedistas, investiguei ainda três corpos de tropas especiais constituídas por nativos, que foram os Comandos Africanos, da Guiné; os Grupos Especiais de Moçambique; e os Grupos Especiais de Pára-Quedistas de Moçambique. A escolha destes três grupos deveu-se a serem os mais conhecidos e os que mais intervieram e influenciaram a guerra e, também, aqueles sobre os quais foi possível obter informações, já que toda a documentação referente a essas tropas foi destruída, só sendo possível obter informação através de militares que as integraram.

A partir da informação recolhida e posteriormente analisada sobre todas as elites consideradas, sobre as suas formações e qualidades dos desempenhos, considerei ter obtido dados que me permitem, após análise chegar a uma conclusão com aceitável fidelidade e igualmente proveitosa para a futura formação dos Comandantes de unidades de combate.

Várias são as ópticas subjacentes que podem orientar uma investigação desta natureza: desde logo, a apologia da Guerra que se travou e da manutenção de Portugal em África; ao invés, a crítica pela realização dessa mesma Guerra, com referências específicas e pontuais a determinados acontecimentos, que não honram nem desculpam ninguém, mas que não deixam de ser próprios das Guerras.

A perspectiva que me orienta segue o princípio do pragmatismo, isto é, a filosofia do senso comum, com um método próprio, que acompanha a teoria da verdade ou do significado. O pragmatismo afasta-se da abstracção, das soluções verbais, das más razões *a priori*, de princípios fixos, de sistemas fechados, de pretensos absolutos, voltando-se para o concreto, para os factos e para a acção. O pragmatismo não está à espera de resultados determinados, sendo por isso que é simplesmente um método: as teorias tornam-se instrumentos, são respostas a enigmas, à sombra das quais podemos descansar.

O método pragmático significa apenas uma atitude de orientação. Uma atitude que desvia o olhar das coisas primeiras, princípios, categorias, supostas necessidades, e que o concentra nas últimas coisas, frutos, consequências, factos. E foi assim, em obediência a este singular princípio, que procurámos aferir a formação das elites, estudando-a nos locais, nos momentos e nos actos onde essa formação produziu as suas últimas «coisas» os seus «frutos», as suas «consequência», isto é, como ocorreram os «factos» na guerra africana, derivados directamente da formação das elites militares, bem como estas se comportaram no pós marcelismo. Factos condicionados pelas condições existentes, mas também e, sobretudo, pela formação das elites militares.

O pragmatismo insurge-se contra a concepção estática da verdade, por a não poder conceber, mesmo epistemologicamente, em equilíbrio perpétuo. Ideias verdadeiras são aquelas que podem ser assimiladas, validadas, corroboradas e verificadas. As quatro determinantes que caracterizam as ideias verdadeiras, segundo o pragmatismo, estão verificadas e satisfeitas na presente investigação, tanto pela minha experiência, como pelas afirmações contidas nos documentos oficiais e pelas respostas dos vários entrevistados.

Uma outra verdade pragmática é a que se relaciona com a designação da guerra que Portugal manteve em África. Com efeito, comecei por designá-la por Guerra Colonial, mas, com alguma surpresa, verifiquei que esta designação não era acolhida por uma das duas correntes militares que se «calcinaram» na vida portuguesa: a que procura fidelidade aos valores militares e a que pretende politizar esta instituição. O alerta foi-me manifestado pelo Major-General Rafael Ferreira Durão o qual, em resposta ao apoio que lhe solicitei, se manifestou indisposto com a palavra «colonial», defendendo não estar disponível por não ter participado em nenhuma Guerra Colonial, mas sim na Guerra do Ultramar. Idêntica posição colhi junto do General Gabriel Espírito Santo e do Major-General Raúl François Martins. Ao invés desta opinião há quem não queira ouvir falar em Guerra do Ultramar, entendendo que Portugal foi um país colonizador e, conseqüentemente, a Guerra foi travada nas Colónias, foi uma Guerra Colonial.

Ajuste estas duas perspectivas através de entrevista ao Tenente-General Silvestre Porto, tendo por aproximações sucessivas chegado ao princípio seguido pela França, onde este tipo de problemas também se verificaram. Os franceses não designam as suas Guerras como coloniais, ou como ultramarinas, mas como a Guerra da Argélia e a Guerra da

Indochina, termos que constituem hoje consenso nacional. Seguindo este mesmo princípio, cheguei à designação de «Guerra de África».

Posteriormente solicitei nova entrevista ao Major-General Rafael Durão, a quem apresentei a designação a que tinha chegado, explicitando-lhe como a tinha alcançado, tendo o delfim de Spínola, respondido: “assim está bem, com esse nome já concordo, e já podes⁸ contar com todo o meu apoio”, apoio esse que se tornou extensivo a toda esta corrente militar que designo dos valores. O Major-General Pedro Pezarat Correia, manifestou-se igualmente concordante com a designação de «Guerra de África».

Considerarei assim, que, mais uma vez, nos aproximámos da verdade pragmática, aquela que orientou os propósitos e definiu o caminho da presente investigação.

O princípio pragmático a que o estudo se subordina impõe, naturalmente, que a investigação se oriente no respeito pelos valores que fazem os Exércitos nobres e os Países grandes, sem o que nenhum Exército será digno desse nome e os Países estiolam. Desde logo, recuso quaisquer atitudes que violem os sagrados valores de generosidade, solidariedade, poder, fidelidade, amizade, tolerância, lealdade, companheirismo, entrega, honestidade, sinceridade, contenção, ordem, audácia e respeito, os quais têm que estar permanentemente presentes na actuação e na vivência de qualquer Exército. É a formação desse Exército que procuro descrever e analisar. Só concebo e só me preocupo com este Exército: o que persegue todos estes valores. Qualquer outro exército não tem leitura nem visibilidade na presente investigação.

As FA podem ser, e geralmente são, apreciadas segundo variadas perspectivas, sendo a mais vulgar e a mais corrente aquela que aprecia a capacidade pela tecnologia do seu equipamento e pelos valores investidos nas suas estruturas. Contudo, essa área, que se reconhece importante e pertinente, não constitui preocupação aqui investigada. A preocupação em que se baseia este estudo são os homens militares, particularmente os que constituem as elites, tanto hierárquicas como de combate, por se partir do princípio que a qualidade das Forças Armadas está na eficiência dos seus membros.

O entendimento que persigo é o de que à instituição militar compete constituir-se como o «braço» armado da política de defesa dos interesses nacionais, estejam esses interesses

⁸ O Major-General trata-me, como sempre me tratou, por «tu», pois conhecemo-nos desde 1969.

onde estiveram, e seja qual for a sua natureza. Sendo certo que quem define esses interesses são os políticos, independentemente do regime, da sua orientação e das alianças internacionais que faça em cada momento; quer de forma estruturante, quer de forma conjuntural. Nesta linha de pensamento, que se aplica para o futuro e para o passado, considero que as FA portuguesas não têm que se sentir envergonhadas por terem combatido em África; fizeram, tão só, o que o País lhes ordenou. E fizeram-no com a mesma naturalidade com que devem desempenhar as próximas missões, quer elas sejam de paz ou de guerra.

Qualquer interpretação divergente, na procura de que os militares devem, antes de entrar em acção, avaliar se estão perante um interesse nacional e decidir em função disso, não faz, para mim, qualquer sentido. Se assim fosse, estaríamos perante dois sistemas decisórios, que se neutralizariam mutuamente e impediriam o País de procurar obter e defender os seus interesses. Os militares actuam em função de decisões políticas. O que não impede que assessorem os decisores políticos, no âmbito dos seus conhecimentos.

Para o desenvolvimento da investigação que apresento, recorri abundantemente à consulta de documentos oficiais, o que por si só, poderá não dar total garantia de que sou exacto, mas constitui um enriquecimento em referências úteis e, tendo passado pelo crivo de quem viveu os acontecimentos reais, ou deles teve testemunhos directos, constitui também um apoio que me parece sólido para a exactidão procurada. Essa exactidão, mesmo quando conseguida, não implica que tenha sido completo, já que teve que haver lugar ao estabelecimento de prioridades, à atribuição de diferentes graus de importância e ao resumo de acontecimentos. Procurei estabelecer o equilíbrio que me pareceu razoável entre o que seriam pormenores e o que seria excessiva simplificação de factos importantes, o que se poderia tornar insuficiente para esclarecer a formação, o desempenho e o comportamento das elites que participaram na Guerra de África. Mas, para além destas naturais dificuldades ligadas à selecção do material e da informação a utilizar, encontrei algumas dificuldades, devido a lacunas documentais, na completa cobertura dos acontecimentos importantes.

O respeito que me merece a instituição militar e os seus servidores conduziram-me a longas citações de documentos que considero importantes para demonstrar o conhecimento e o valor das elites militares portuguesas e, bem assim, os erros que foram cometidos. Este comportamento, que constitui elemento de prova das conclusões

obtidas, provoca o alongar da dissertação. Contudo, a importância do tema tratado, o valor da instituição estudada e o respeito pelas pessoas envolvidas determinam-me que assim proceda.

Não confundo os fundamentos da guerra com a sua execução. Os fundamentos são políticos, que podem encontrar as suas raízes em aspectos sociais, morais, económicos, religiosos, étnicos ou outros. A execução da guerra é uma arte, uma capacidade, uma coragem, uma missão. Em conformidade, apenas a qualidade e a forma como as elites militares cumpriram a missão, devido à sua formação, foi apreciada.

Em nenhum momento advogo a Guerra, mas assumo-a como um dado e aprecio-a enquanto arte. Não justifico o comportamento daqueles que mais tarde se assumiram contra a Guerra, uma vez que não o fizeram enquanto lhes foi permitido manterem-se em posições de conveniência e locais de conforto, mas também não aprecio o comportamento daqueles que estiveram em ambiente de guerra, beneficiando das suas vantagens, sem nunca aceitarem os seus malefícios. A decisão da guerra é política e a sua execução é militar. Os erros dos militares são técnicos, motivados por escassez de capacidade e não podem ser fundamentados em motivações de carácter político.

Porque, para além de tudo o mais, ao estudar o comportamento de uma instituição formada por pessoas que me merecem a maior consideração, a análise tem que ser objectiva, coerente e justa, o que implica que a única dependência que reconheço é a dos factos estudados e a única limitação a dos meus meios.

O presente estudo das elites militares limita-se praticamente ao Exército, já que, só este ramo das FA formava Comandantes de Unidades de Combate, ocupou o espaço em quadrícula e decidiu a orientação táctica da guerra. A Força Aérea e a Marinha desempenharam sobretudo funções de apoio ao Exército. É certo que a Força Aérea combateu com os Pára-Quedistas, mas os Oficiais desta especialidade eram oriundos do Exército, logo, estão abrangidos pelo estudo. A formação dos restantes militares Pára-Quedistas é considerada em separado. A Marinha combateu com os Fuzileiros Especiais, mas a formação e actuação dos militares desta especialidade eram muito semelhantes às dos boinas-verdes.

Ao longo das múltiplas solicitações que efectuei para consultar documentos oficiais, nomeadamente processos individuais, garanti verbalmente que não faria referências

sobre ninguém, cujas informações tivesse recolhido nesses mesmos documentos. Todavia, em determinados momentos, senti como relevante exemplificar com um ou outro dado mais pessoal, alguma afirmação mais objectiva. Para equilibrar a minha palavra com as minhas atitudes, apresentei a primeira redacção da análise dos documentos, sob a forma de «versão provisória», à instituição militar, solicitando expressamente, que me fosse informado, se alguma referência, estava para além do previamente autorizado. Complementarmente, entreguei cópias do mesmo exemplar ao Major-General Comandante da Brigada Aerotransportada Independente (BAI), que comanda todos os Pára-Quedistas, ao Major-General Sousa Bernardes que na Guiné foi Comandante da Companhia que eu integrei durante 26 meses, e ao Coronel Fernando Saraiva que na Guiné foi Comandante do Pelotão de combate que eu integrei durante todo aquele período. Nenhuma das entidades, de que saliento o General CEME, se manifestou contra qualquer referência. Sousa Bernardes e Pires Saraiva, sustentam mesmo, a veracidade de tudo quanto afirmo sobre a Guiné.

A dissertação desenvolve-se em cinco capítulos. O primeiro dedica-se aos aspectos metodológicos e ao enquadramento teórico, apresentando-se aí a componente científica que suporta a investigação, particularmente a metodologia seguida, onde se especifica o método de investigação, as técnicas de recolha da informação e a forma como se operacionalizou o estudo. As teorias sobre Sociologia Militar e o tratamento de conceitos genéricos tais como conflito, liderança e autoridade, poder e domínio, elites e cadeia de comando, que acompanham e fortalecem as afirmações contidas no estudo, estão individualizadas neste capítulo. Os conceitos operacionais, tais como elites hierárquicas, Comandantes de Companhias de quadrícula, tropas de elite e avaliação da formação pelo desempenho surgem, igualmente tratados. O primeiro capítulo apresenta assim, o enquadramento teórico e ambiental em que decorreu a Guerra de África.

No segundo capítulo, sob o título «Formação Base das Elites Militares» pretendo apresentar o enquadramento histórico da Guerra, iniciando-o com uma breve descrição sobre a situação africana, motivada pelas correntes políticas mundiais que impulsionaram a partida do Exército português, nos finais do século XIX, para África e a forma como a ocupação daqueles territórios se processou, no pressuposto de que as autoridades portuguesas não podiam desconhecer as condições naturais e ambientais em que a Guerra se iria travar. Na mesma perspectiva analiso aí a descolonização na nova



ordem mundial e todas as movimentações que originou. Analiso particularmente as reformas militares, no que elas contêm quanto a organização. As preocupações das autoridades militares revelam que havia total conhecimento de que a guerra seria inevitável, bem como as limitações de formação do nosso Exército. As origens sociais das elites hierárquicas são apreciadas no sentido de isolar esta variável, a qual, segundo vários autores é a que explica o comportamento das elites. O capítulo estuda toda a formação militar que possuíam as elites hierárquicas e as elites combatentes, incluindo os milicianos que desempenharam as suas funções em quadrícula, elemento que se tornou necessário para uma completa explicação da relevância objectiva desta componente da formação. Procedo, também, a uma abordagem histórica, para melhor se compreenderem as evoluções que a formação militar foi registando ao longo dos tempos e o seu enquadramento com as reformas orgânicas, que de certo modo evoluíram a par dos regimes políticos.

O estudo histórico da evolução da formação militar é de facto decisivo para compreender as verdadeiras bases e lacunas da formação do corpo de Oficiais. Estas assentam basicamente, na legislação de 25 de Maio de 1911, que criou o Oficial miliciano, o qual, com o decorrer dos tempos, se tornou a verdadeira «muleta» dos Oficiais de carreira, para além de que, permitiu que o oficialato reivindicasse para si, os lugares que a monarquia deixou vagos. Com efeito, esta reforma visava uma profunda alteração na estrutura vinda da Monarquia. “O seu conceito basilar altera o carácter institucional das forças militares, que vigorou até então” (Oliveira, 1993: 14). Dizia-se, em certa altura do preâmbulo do Decreto de 25 de Maio de 1911: “Ora os exércitos permanentes fizeram o seu tempo; são instituições liquidadas. D’ora avante, um exército não pode continuar a ser propriedade exclusiva dos militares profissionais”. E aqui se fixou o grande equívoco: as forças militares perderam efectivamente o seu carácter institucional, como afirma o General Ramires de Oliveira, e evoluíram para um carácter ocupacional, mas o Exército continuou a ser propriedade exclusiva dos militares profissionais, leia-se Oficiais de carreira.

Uma outra disposição, igualmente gravosa para a eficiência e dedicação do corpo de Oficiais, foi a que, em 1959, anulou a exigência de o candidato a Oficial testar a sua vocação militar, antes de ingressar na Academia Militar, permitindo assim o surgimento de Oficiais sem vocação para a carreira das armas.

Neste capítulo desenvolvo, ainda, a formação em acção psicológica, enquanto uma das quatro componentes da formação base, e estuda as Tropas Pára-Quedistas, particularizando a sua formação psicológica e os seus Oficiais. O capítulo termina com a abordagem do recrutamento de quadros, em que se pormenoriza uma situação específica e muito conseguida: os Sargentos Pára-Quedistas.

O terceiro capítulo descreve e analisa a organização militar na Guerra e as funções e desempenhos de cada uma das suas componentes: as tropas de quadrícula, idas da Metrópole como reforço e as tropas nativas recrutadas localmente; e as tropas de elite, idas da Metrópole como reforço, e as tropas recrutadas entre a população nativa. As tropas especiais nativas que se referem como exemplo, são os Comandos Africanos da Guiné, tropa de alto valor, cujas Companhias, contrariamente ao que se tem afirmado na imprensa portuguesa, eram comandadas por cidadãos nativos graduados em Oficial, a maioria dos quais sem qualquer formação literária; os Grupos Especiais de Moçambique que eram comandados por Oficiais Milicianos, Cabos do Exército sem qualquer formação especial, e cidadãos nativos graduados; e os Grupos Especiais de Pára-Quedistas de Moçambique, que organizados em efectivos de Companhia eram comandados por Oficiais milicianos, por Sargentos Pára-Quedistas formados em Tancos, para cujo comando eram graduados em Tenente ou mesmo em Capitão, por Furriéis milicianos e até, por Cabos Pára-Quedistas, que para o efeito eram graduados em Furriel.

Neste capítulo descrevo todo o funcionamento da Guerra e demonstro os efeitos de cada uma das três componentes, em que considere subdividir-se a formação das elites. O recurso às tropas nativas, em elevado número e de grande capacidade de combate, nunca comandadas por Oficiais de carreira tornou-se, talvez, o elemento mais válido para testar as minhas hipóteses e chegar a conclusões. É assim, um capítulo de prova sobre o desempenho, através da verificação empírica.

O quarto capítulo analisa a forma como os Oficiais conflitaram entre si, devido a aspirações e ambições estritamente pessoais e como se articularam e agruparam por formações militares. Formações que já se haviam diferenciado na guerra e foram decisivas nas questões políticas. Vê-se como a formação e as reivindicações foram conduzidas e aproveitadas por um grupo de Generais e conduziram aos acontecimentos de 25 de Abril de 1974. As questões mal resolvidas entre os Oficiais determinaram a

impossibilidade da governação Palma Carlos, cujo desfecho conduziu em linha recta à suposta tentativa de golpe de Estado de 28 de Setembro de 1974. Destes acontecimentos resultaram fracturas tais, que em 11 de Março de 1975, os partidários de Spínola o tentaram colocar de novo na Presidência da República, sem, contudo, o conseguirem.

Os tempos que se seguiram fracturaram a corrente militar afecta a Costa Gomes, da qual resultaram duas facções: uma afecta ao Partido Socialista (PS) e liderada por Melo Antunes; e outra afecta ao Partido Comunista Português (PCP) liderada por Vasco Gonçalves. A luta que se seguiu, conduziu aos acontecimentos de 25 de Novembro e terminou, nesse mesmo dia, com a inusitada vitória dos chamados spinolistas.

O quinto capítulo é integralmente constituído pelas conclusões e onde se estimam as consequências e as relevâncias de cada uma das três componentes da formação das elites militares.

Em suma, no seu conjunto, a dissertação estrutura-se da seguinte forma: depois de um primeiro capítulo dedicado a assuntos metodológicos, os subseqüentes desenvolvem e analisam as premissas e as consequências da respectiva formação base, do desempenho militar e do comportamento político das elites militares, culminando um quinto capítulo, à guiza de conclusão. Da conjugação das três componentes consideradas — formação — desempenho — comportamento — é possível extraírem-se algumas conclusões indicativas, segundo as quais, as maiores deficiências no funcionamento da instituição militar, parecem residir na dicotomia vocação/profissão das suas elites. Isto é, houve quem desempenhasse as suas funções com vocação e quem as desempenhasse apenas como uma vulgar profissão. Esta dicotomia originou diferenças de valores e, conseqüentemente, diferenças nas qualidades do desempenho e desentendimentos que marcaram e determinaram a vida e o futuro dos portugueses.

Importa acrescentar que a investigação foi muito para além do que inicialmente planeei e propus ao Conselho Científico da Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade de Évora. Tal ficou a dever-se à quantidade e qualidade dos dados que fui recolhendo, bem como resultado das sugestões que amigos militares me concederam.

Longe da pretensão de abarcar toda a realidade militar, optei por tentar explicar numa perspectiva crítica e construtiva, uma parte dela que considerei particularmente

relevante, através de uma óptica específica que permite a compreensão dum área particular: a Sociologia Militar.

Não pretendo, com esta dissertação, chegar a conclusões absolutas, nem definitivas, sobre o fenómeno da formação das elites militares, mas, se tiver contribuído para o seu conhecimento mais profundo, podendo, eventualmente, vir a ser útil para a própria instituição militar na prossecução desta missão, o meu objectivo fundamental terá sido totalmente alcançado.

I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLÓGICO

1 – ABORDAGEM PRÉVIA

O tema, a metodologia seguida e a intenção de projectar as conclusões para o futuro, aconselhavam a auscultação das mais altas hierarquias do Exército e de alguns Oficiais que foram elites hierárquicas e operacionais na Guerra, sobre as hipóteses que estabeleci para o meu estudo. A escolha dos Oficiais, elites hierárquicas e operacionais na Guerra, seguiu uma amostragem tipo Snowball, ou seja, uma amostra intencional em que o investigador pede a cada inquirido, após ser entrevistado, nome de outros indivíduos que podem vir a ser igualmente inquiridos. É um método muito utilizado quando se pretende chegar a populações pequenas e muito específicas (Vicente, 1996: 63). O inquérito foi remetido pelo correio, mas precedido de contactos telefónicos, momento em que os Oficiais foram desde logo avançando e sugerindo outros nomes.

Com esta auscultação pretendi conhecer a sensibilidade do Exército sobre esta temática, particularmente se havia doutrina sobre o assunto, se existia convicção, no interior do Exército, sobre o valor das minhas hipóteses e se se configurava disponibilidade dos diversos indivíduos para as discutir.

Elaborei um pequeno questionário, semelhante ao guião de apoio às entrevistas, mas preparado para ser enviado pelo correio. O questionário seguiu apoiado por uma carta, na qual me apresentava e descrevia a investigação, com o seguinte teor:

“Pretendo saber a sua opinião sobre como se formaram as elites militares que participaram na Guerra de África, entre 1961 e 1974, individualizando os Comandantes das unidades de combate. Para objectivar a minha investigação, formulei três hipóteses de trabalho, segundo as quais, a formação que determinou a qualidade do desempenho, dos «bons» Comandantes de Unidades de Combate (CUC), se deveu às seguintes componentes:

Quadro 1: Questionário sobre as componentes de formação dos CUC

Componentes da Formação	Oficial Subalterno	Capitão
Formação Base		
Vocação Natural		
Experiência		

Nota: Em qualquer das duas classes de Oficiais, o somatório das componentes de formação tem que ser 100, para mais fácil interpretação.

Por formação base entendo a formação científico/cultural, a formação militar, a formação psicológica/vocacional e a formação doutrinária.

A vocação natural corresponde ao conjunto das qualidades naturais do militar, tais como: capacidade de comando, liderança, dignidade, iniciativa, decisão, temeridade, espírito de sacrifício e de abnegação e inteligências cognitiva e emocional.

A experiência é o conjunto dos conhecimentos adquiridos pela rotina da função mas, também, a confiança que os subordinados depositam na capacidade do seu Comandante e, ainda, a confiança que os Comandos Superiores depositam num determinado CUC para lhe confiarem o Comando de operações de elevado risco e complexidade.”

Dirigi o inquérito a vinte Oficiais: dez Oficiais Gerais e dez Coronéis Pára-Quedistas. A média das respostas obtidas é a constante na tabela 1.

Tabela 1: Dimensão média das componentes de formação dos Oficiais CUC.

Componente da Formação	Oficial Subalterno			Capitão		
	OG	CP	MRT	OG	CP	MRT
Formação Base	40	34	37	33	27	30
Vocação Natural	45	49	47	37	43	40
Experiência	15	17	16	30	30	30
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: Resultado do inquérito ao painel de elites militares, devidamente identificadas no capítulo «Fontes e Bibliografia».

Legenda: OG - Oficiais Gerais; CP - Coronéis Pára-Quedistas; MRT: Médias das Respostas Totais.

É de referir que, complementarmente à sua resposta, o Tenente-General António Guerreiro Caetano, acrescentou ainda: “julgo útil acrescentar: Tratou-se de um conflito não convencional, nem exigente em formação base. A partir de um certo patamar a motivação sobrelevou todas as outras componentes de formação”.

A especificidade referida pelo Tenente-General, que foi Comandante de Pelotão, Comandante de Companhia e Oficial de Operações na Guerra, revelou estar em perfeita sintonia com a minha opinião e com o senso comum entre os militares que participaram no conflito. Na tarefa do dia-a-dia e no decurso de operações fáceis, os valores médios correspondem à percepção comum. Porém, em momentos de conflito agudo, em que o patamar de violência e de responsabilidade se elevava, a motivação, ou as qualidades naturais do CUC, sobrepunha-se, de forma mais evidente, às outras duas componentes da formação.

É também significativa a este respeito, a resposta média dos dez Coronéis Pára-Quedistas, ao considerarem que a formação que determinou a qualidade do desempenho dos Capitães na Guerra de África, apenas 27% era proveniente da formação base. Complementarmente, a componente de formação mais valorizada, tanto pelos Oficiais Gerais como pelos Coronéis Pára-Quedistas é, tanto para os Oficiais Subalternos como para os Capitães a vocação natural.

A partir das respostas obtidas e das médias apresentadas na tabela 1, verifica-se que:

1. A doutrina seguida pelo Exército, na formação dos CUC e, conseqüentemente, das suas elites, estava profundamente errada, pois, não considerava a componente «Vocação Natural», a qual, segundo o painel, com o qual concordo, era a mais importante de todas.
2. Contudo, havia perfeita convicção sobre o valor de todas e cada uma das componentes de formação dos CUC, consideradas hipóteses no estudo, como revela a autoridade das respostas.
3. No entanto, parece existir total abertura e disponibilidade, no interior do Exército e das suas altas chefias, para discutir e apreciar este tema, como o demonstra a colaboração de todas estas elites, na elaboração do estudo.

Importa ainda acrescentar, que os valores médios obtidos com a consulta traduzem, dentro das grandes aproximações ou das referências, o senso comum, isto é, a relevância da vocação sobre as outras componentes. Quer isto dizer, que um militar com grande vocação, mas apenas com os princípios básicos de formação, era melhor operacional do que outro, com grande formação base, mas sem vocação. A conclusão proporcionada pelo inquérito, enquanto componente do modelo heurístico que estou desenvolvendo, põe em causa o sistema de formação dos CUC, seguido pelo Exército português durante a Guerra de África, já que não equacionava a componente mais importante na formação destes militares: a «vocação natural».

2 – MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO E TÉCNICAS DE RECOLHA DA INFORMAÇÃO

Uma boa investigação carece de um suporte teórico, entendendo-se como tal, um sistema hipotético-dedutivo. A teoria consistente e eficaz deve permitir a compreensão, previsão e controlo da conduta humana; absorver os resultados conhecidos fundados em investigação científica e fornecer as bases para futuras investigações em campos desconhecidos. Complementarmente, numa “qualquer boa teoria deve estar incluído um método de prova que permita a possibilidade de ser desmentida” (Zimbardo, 1973: 67).

É evidente que o estudo sobre a formação das elites militares que actuaram na Guerra de África, não enquadra a totalidade da instituição militar, limita-a para melhor a estudar e compreender.

Efectivamente, nem todos os membros que integravam a instituição podem ser considerados elites, desde logo, o seu estudo é manifestamente irrelevante e não adiciona qualquer elemento ao conhecimento procurado.

Por outro lado, nem todas as elites actuaram na Guerra em causa. O mesmo se pode afirmar quanto aos Ramos das FA: a sua actuação não teve o mesmo impacto, nem a mesma relevância. Com efeito, foi o Exército que ocupou o espaço em quadrícula, ou sejam, o conjunto de forças dispersas por todo o território, com sedes nas povoações controladas e pontos importantes, destinadas a guarnecer o território e a manter o

contacto com a população. Estas forças eram também designadas por forças de ocupação. Foi ainda o Exército que conduziu as operações de Guerra na mata africana.

A Força Aérea, efectuou efectivamente um trabalho importante, mas noutra área: através de informação, fogo e transporte. A informação táctica era obtida através de reconhecimentos visuais e de fotografia aérea, realizada por aviões ligeiros; o apoio de fogo era efectuado por meio de aviões bombardeiros, de caças-bombardieiros e de helicópteros armados; e o transporte, era efectuado através de aviões e helicópteros. O transporte pode ser considerado de manobra, de assalto, táctico, logístico e de evacuação sanitária.

A Força Aérea contribuiu ainda para a Guerra, com os Pára-Quedistas. No entanto, esta tropa de elite integrava a Arma de Infantaria e actuava operacionalmente sob o controlo da hierarquia do Exército, sendo os seus quadros de Oficiais originários do Exército. Por este conjunto de razões, esta tropa foi analisada no enquadramento deste Ramo.

A contribuição da Marinha foi semelhante à da Força Aérea. Com efeito, vigiou os grandes rios, transportou forças militares e abastecimentos e apoiou pelo fogo operações realizadas próximo da costa, ou das margens dos grandes rios. É certo que a Marinha actuou na guerra com os Fuzileiros Especiais, mas estes tinham uma formação e um comportamento militar, em tudo semelhante aos Pára-Quedistas, pelo que não se repete o estudo, por manifesta irrelevância, do ponto de vista do objectivo pretendido.

No mesmo sentido e considerando que os militares se subdividem, ou podem subdividir-se, em combatentes e não combatentes, só os primeiros foram considerados no estudo, por só eles influenciarem a condução das acções de Guerra.

Neste sentido, o estudo versa as elites militares combatentes, as quais também se subdividem em dois grupos: elites hierárquicas e elites de combate.

A elites hierárquicas compreendem:

- a) Os Generais com funções estratégicas;
- b) Os Comandantes de Agrupamento, que compreendiam vários Batalhões, funções de comando de Brigadeiro, e por vezes de Coronel com funções estratégico-tácticas e de administração;

c) Os Comandantes de Batalhão, funções de Tenente-Coronel, igualmente com funções tácticas e de administração.

As elites de combate compreendem os militares desde Capitão a Soldado. Estas elites, também conhecidas como tropas especiais, eram constituídas pelos Pára-Quedistas, Comandos e Fuzileiros Especiais. Estas tropas, cujo recrutamento era em todas elas, por voluntariado, sendo a formação em tudo semelhante e idêntica a doutrina de actuação, não foram todas analisadas no estudo, por desnecessário. A exemplificação que se faço destas tropas tem por base os Pára-Quedistas, por ser aquela que conheço melhor, uma vez que a integrei. No sentido de evitar descrições viciadamente favoráveis, consultei frequentemente camaradas que viveram os factos, ainda que os conheça com toda a perfeição. Entreguei mesmo, uma cópia da primeira versão da dissertação a vários camaradas que viveram os factos a meu lado, entre eles um dos Comandantes da minha Companhia e o Comandante do meu Pelotão de combate. Com esta atitude coloquei-me na posição de poder ser desmentido, segundo Zimbardo.

No campo das tropas combatentes, individualizei a figura do Capitão de quadrícula, que, não sendo uma elite combatente no sentido tradicional do termo, desempenhou uma função de extrema importância, no contexto doutrinário e táctico da guerra.

As tropas de elite são constituídas por Oficiais, Sargentos e Praças, e todas estas classes de militares têm semelhante grau de sofrimento, mas diferentes graus de responsabilidade e de actuação, pelo que a análise destas forças só é correcta se for total. De contrário, não se perceberá o funcionamento destas unidades.

A este propósito afirma Mira Vaz: “a Sociologia, em particular a americana, mas também a nacional, tem reservado ao estudo da oficialidade um lugar muito destacado quando comparado com o de outras classes militares, e a bibliografia disponível, reflectindo essa circunstância, condiciona desde logo também o campo da análise. Esta «preferência» pode induzir o leitor a pensar que as outras classes militares não são consideradas relevantes para a reflexão, o que constituiria uma injustiça enorme e justifica, portanto, uma referência especial aos sargentos do Quadro Permanente, verdadeira espinha dorsal de todas as Forças Armadas. No caso português, pode afirmar-se mesmo que, no decurso das Guerras de África (1961-1974) e, sobretudo, nas tropas de intervenção, os sargentos comandaram regra geral de uma forma prestigiante,

em que sobressai o exemplo pessoal, as mais pequenas subunidades encarregadas do combate terrestre, que eram também as mais expostas às contingências próprias dos teatros de operações” (Vaz, 2000: 17). No capítulo sobre a guerra, o terceiro, explico pormenorizadamente o significado desta afirmação. Quando Mira Vaz se refere a tropas de intervenção, está a referir-se ao que se designa por tropas de elite ou tropas especiais, já que têm correntemente, estas três designações.

Por seu lado, Mensurado considera que “são os combatentes, e só eles, desde o capitão ao sargento, os verdadeiros responsáveis pelas acções em combate nas matas de África. Assim como serão eles, com os seus soldados, os únicos heróis da guerra; os outros, que estão num plano, acima ou por cima, pertencem a um mundo diverso de chefes mais responsáveis, com certeza, mas pelas decisões globais e de conjunto.”⁹

Mas um perfeito entendimento sobre a formação e actuação das elites de combate, só se obterá, em toda a sua extensão, se for comparado com idênticas situações das outras tropas de combate, ou seja, as tropas de quadrícula e as tropas nativas, que por sua vez, podiam estar em quadrícula ou serem especiais. Razão que me motivou a adicionar estas duas componentes ao presente estudo.

2.1 – Método de Investigação

Não pretendo demonstrar nem o método nem as técnicas seguidas, bastaria que as citasse. Pois, como afirmou Adriano Moreira, “não estamos perante um trabalho de metodologia”¹⁰. Porém, apresento uma recolha de citações que me parecem adequadas e ajudam a fundamentar as escolhas metodológicas feitas e o percurso seguido.

“Os métodos incidem sobre as operações de pesquisa, pelo que têm uma relação de interioridade com as práticas de investigação: eles são as próprias práticas críticas de investigação. Representam um certo nível de controlo interno e formal sobre as pesquisas à medida que estas se desenrolam” (Almeida, 1995: 93). Podemos considerar a existência de métodos fundamentais em investigação empírica: “experimental, de medida e de casos” (Almeida, 1995: 94). Triviños enquadra o método do estudo de

⁹ Em entrevista, no dia 16/06/2003, no âmbito da presente investigação.

¹⁰ Na arguição do doutoramento em Sociologia Militar da Professora Doutora Saudade Baltazar, na Universidade de Évora.

casos como uma variante do tipo de estudos que ele designa por “estudos descritivos” (Triviños, 1995: 110). Mas, e inequivocamente, os métodos de investigação social podem ser quantitativos ou qualitativos. “A investigação qualitativa é conhecida também como (...) abordagem de estudo de casos” (Triviños, 1995: 110).

A presente investigação desenvolve-se com base no método qualitativo, estudo de casos observacionais. “Os qualitativistas afirmam que a superioridade deste método está na possibilidade da compreensão profunda de certos fenómenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjectivo da acção social face à configuração das estruturas sociais, e à incapacidade dos métodos quantitativos em darem resposta aos fenómenos complexos e aos fenómenos únicos” (Haguette, 1995: 63). Entretanto, quantitativistas e qualitativistas estão de acordo sobre o tipo de método mais adequado para cada tipo de objectivo de estudo: “os métodos quantitativos supõem uma população de objectos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especialidades de um fenómeno em termos das suas origens e da sua razão de ser” (Haguette, 1995: 63).

Bogdan distingue vários tipos de estudo de caso. Entre eles destaca-se, pela sua pertinência para a situação em estudo, o estudo de casos observacionais (Bogdan, 1982: 56-65), o qual constitui uma categoria típica de investigação qualitativa. A técnica de colheita de informações mais importante neste caso é a participação-observação. Neste tipo de estudo, não é a instituição como um todo que constitui a unidade, mas apenas uma parte dela.

Neste método “o principal instrumento de pesquisa é o próprio investigador e os principais procedimentos são a presença prolongada no contexto social em estudo e o contacto directo, em primeira mão, com as pessoas, as situações e os acontecimentos” (Costa, 1989: 137).

“Uma das vertentes (do estudo de caso) é o processo de familiarização do investigador com o contexto social que pretende estudar. (Pois) permite descodificar o significado de uma variedade de objectos e de símbolos, de acontecimentos e situações, de arranjos espaciais e de ritmo, de comportamentos, de declarações e de silêncios, de estilos de agir e de maneiras de pensar (Costa, 1989: 147 e 148).

2.2 – Técnicas de Recolha da Informação

O processo de recolha da informação em investigação qualitativa não admite visões isoladas, parcelares ou estanques. Ela desenvolve-se em interacção dinâmica, retroalimentando-se, reformulando-se constantemente, de tal modo que a recolha de informação, num instante deixa de o ser e passa a análise de dados, e esta, em seguida, é veículo para nova procura de informações. As ideias expressas por um sujeito numa entrevista, imediatamente analisadas e interpretadas, podem recomendar novos encontros com a mesma ou com outras pessoas, para explorar aprofundadamente o mesmo assunto ou outros tópicos que se consideram importantes para o esclarecimento do problema inicial que originou o estudo.

As técnicas de recolha da informação que segui foram a consulta documental, a entrevista e a “participação-investigação”. Todavia, importa esclarecer que, tanto a “participação-investigação” como algumas das entrevistas fornecem relevantes contributos para a história de vida, a qual não sendo uma técnica seguida se encontra diluída ao longo do texto.

2.2.1 – Consulta Documental

“A consulta de documentos oficiais, registos localmente produzidos, e de documentos pessoais, fornece informação complementar e, até certo ponto, pode esporadicamente substituir a observação directa e a conversa ou entrevista informal no fornecimento de descrições de actividades e, especialmente, de depoimentos utilizáveis na caracterização das opiniões, expectativas, quadros de valores e visões do mundo dos sujeitos sociais. São procedimentos correntes e de grande utilidade” (Costa, 1989: 141). A documentação consultada compreende os processos individuais dos Cadetes da Escola Militar, arquivados na AM, no AHM ou no Arquivo Geral do Exército (AGE); os processos elaborados ao longo da vida dos militares, os quais estão arquivados na respectiva unidade para os militares que estão ao serviço, nos Quartéis Gerais para os militares que estão na reserva ou na reforma, na DAMP para os Oficiais Gerais, no AHM ou no AGE para os militares falecidos; os planos e relatórios de operações efectuadas pelas tropas Pára-Quedistas, nos três Teatros de Operações, que se encontram no Salão Nobre da ETAT; planos e relatórios de operações efectuadas pelas tropas de

quadricula que se encontram agregados às Histórias dos respectivos Batalhões no AHM; e diversa documentação pessoal dos militares entrevistados e de mim próprio.

Sobre esta documentação pessoal importa esclarecer que, durante a Guerra, quando as unidades eram colocadas em sector era distribuída aos graduados, particularmente aos Comandantes, diversa documentação sobre o meio e sobre a população. Estes documentos tiveram, como se compreende, tratamentos diversos: houve quem nem sequer os lesse e houve quem os guardasse. Esta documentação que tendo sido oficial, é hoje de carácter pessoal, constituiu uma excelente fonte de informação, muito particularmente o arquivo pessoal do Major-General Canha da Silva .

2.2.2 – “Participação-Observação”

A participação-observação consiste no aproveitamento efectuado por um elemento dum grupo para o observar. Na situação vertente pode falar-se de “participação-observação” histórica, pois, quando integrei o grupo em estudo, não tinha como propósito a investigação, mas a participação real e integral, razão que justifica a colocação das aspas quando me refiro a esta técnica, que reputo como um dos elementos mais importantes da metodologia prosseguida na presente dissertação.

“As técnicas de observação directa constituem as únicas técnicas de investigação que captam os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmos. As observações sociológicas incidem sobre os comportamentos dos actores, na medida em que manifestam sistemas de relações sociais, bem como os fundamentos culturais e ideológicos que lhes subjazem. Neste sentido, o investigador pode estar atento ao aparecimento ou à transformação dos comportamentos, aos efeitos que eles produzem e aos contextos em que são observados” (Quiny, 1992: 196 e 197).

2.2.3 – Entrevista

A entrevista pode ser definida como o processo de interacção entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado.

“A entrevista, enquanto método de recolha de dados, está particularmente adequada à análise do sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados; à análise de um problema específico, como os sistemas de relações ou o funcionamento de uma organização; e, para a reconstituição de um processo de acção, de experiências ou de acontecimentos do passado” (Quiny, 1992: 194 e 195).

Face à personalidade dos entrevistados, à sua intimidade com o investigador ou com amigos comuns, que fizeram a ligação, e à vivência em comum dos factos a investigar, seguiu-se a entrevista não estruturada. Porém, colocaram-se sempre e previamente os entrevistados perante a problemática que estava a ser investigar e sobre a qual pretendia ouvir e saber a sua opinião. Com este objectivo, preparei um pequeno texto que apresentei aos entrevistados, para que estes, ao lê-lo, se certificassem do que pretendia. O texto era o seguinte:

“Pretendo saber a sua opinião sobre como se formaram as elites militares que participaram na Guerra de África, individualizando os Comandantes das unidades de combate. Para objectivar a investigação formulei três hipóteses de trabalho, segundo as quais, a formação que determinou a qualidade do desempenho das elites militares na guerra, se deveu à formação base, à vocação natural e à experiência.

Por formação base entende-se a formação científico/cultural, a formação militar, a formação psicológica/vocacional e a formação doutrinária.

A vocação natural corresponde ao conjunto das qualidades naturais do militar, tais como: capacidade de comando, liderança, dignidade, iniciativa, decisão, temeridade, espírito de sacrifício e de abnegação e inteligências cognitiva e emocional.

A experiência é os conhecimentos acumulados, resultantes do conhecimento empírico obtido pela rotina da função.”

Após o entrevistado estar seguro do que pretendia, iniciávamos então a entrevista, a qual decorreu genericamente mais sob a forma de conversa, face ao mútuo conhecimento da matéria investigada.

3 – CONCEITOS BASE

3.1– Sociologia Militar

“A Instituição Militar é pois, quanto a nós, um alfofre de enormes potencialidades no que tange à pesquisa sociológica, constituindo cada vez mais um meio, que desperta a atenção e o interesse dos sociólogos que aí procuram levar a efeito acção de pesquisa e investigação.

Porém, tais contactos carecem, por vezes, de uma autêntica sensibilização e integração dos aspectos específicos da problemática militar em si, e as conclusões a que chegam nem sempre satisfazem plenamente, pelo facto do tratamento do material investigado e das hipóteses formuladas se desenrolarem numa perspectiva desinserida da realidade e da globalidade da própria estrutura militar” (Pinheiro, 1985: 36).

Afigura-se totalmente pertinente a questão levantada pelo General António Pinheiro, sendo certo que a instituição militar, com o seu quê de secretismo, não surge transparente aos olhos do investigador comum, o que determina, que em determinadas áreas, o sociólogo não consiga observar em toda a dimensão requerida, enviesando assim, involuntariamente, as suas conclusões. Acautelei intencionalmente toda a minha linha de investigação, a qual suporto, basicamente, na minha vivência no interior da instituição e, como complemento, socorrendo-me de opiniões de especialistas militares. Deste modo, corroboro as preocupações do General, das quais, antecipadamente, procurei pôr-me a coberto.

Segundo William Goode, “As ciências sociais constituem um conjunto metodológico que permite o estudo do social, ou seja, dos factos sociais passíveis de serem interrelacionados, com vista ao seu conhecimento científico”. Entendendo-se que o “facto é considerado como uma observação empiricamente verificada” e que a “teoria se refere a relações entre factos, ou à ordenação significativa desses factos” (1979:12). A definição ou enquadramento que este autor nos manifesta, valida a investigação desenvolvida no âmbito das Ciências Sociais e revela que estas ciências contêm teorias suficientemente desenvolvidas para o estudo e explicação dos factos sociais, nomeadamente dos vividos no interior de uma instituição, cuja vivência nem sempre está ao dispor do investigador comum.

Não sendo a Sociologia uma ciência normativa, ela pode perfilar-se no campo normativo, sugerindo condutas e avançando na proposta de soluções. Não respeitando o pensamento de Goode considero que, no caso presente, esta ciência permite a formulação de propostas que se manifestaram ajustadas à realidade vivida pelas FA na Guerra de África e que poderão revelar-se úteis no futuro.

Georges Gurvitch, depois de estabelecer uma extensa definição, resume-a dizendo: “a sociologia é uma ciência que estuda os fenómenos sociais totais, no conjunto dos seus aspectos e do seu movimento, captando-os em tipos dialectizados microssociais, grupais e globais em vias de se construírem e destruírem” (Gurvitch, 1958: 48).

As diferenças que se podem encontrar nas definições que os diversos autores nos apresentam, são efectivamente de pormenor: de todas elas se pode concluir ser a Sociologia uma ciência que se ocupa do estudo da vida do homem em grupo e da relação deste com o seu semelhante, isto é, estuda os factos sociais decorrentes da interacção social. O mesmo é dizer que a Sociologia constitui a ciência central e adequada ao estudo que desenvolvi.

Esta forma de definir o objecto da Sociologia Geral permite-me afirmar “que o estudo dos elementos das manifestações especiais de determinados grupos de fenómenos sociais da mesma natureza, serão objecto dos ramos específicos da Sociologia, normalmente designados por Sociologias Especiais ou Particulares” (Pinheiro, 1985: 8).

Maria Carrilho aborda a Sociologia Militar segundo a perspectiva de K. Lang, isto é, segundo ela, a Sociologia Militar estuda, sobretudo, três áreas: profissão militar; organização; relações civil-militar (Carrilho, 1978). Abordagem que, pelo menos quanto à profissão militar, também colhe a opinião favorável de M. D. Feld, o qual considera que “a sociologia da profissão militar é, no essencial, o estudo de uma elite. Trata-se, sobretudo, de uma elite política, que funciona como tal devido aos papéis que desempenha no seio da comunidade das nações e no seio da própria estrutura social; e isto porque ela é um instrumento chave nos conflitos internacionais assim como, em última instância, o árbitro em situações de grande desordem interna” (Feld, 1968: 65).

António Pinheiro discorda desta opinião sobre as áreas da Sociologia Militar, afirmando: “do nosso ponto de vista as duas primeiras são amplamente contempladas pela ciência da administração, enquanto a última é largamente coberta pela ciência

política. No âmbito do conceito expresso, a Sociologia Militar constitui uma área científica a desbravar” (Pinheiro, 1985: 9).

Já não acompanho totalmente esta posição, antes me aproximo de M. D. Feld, conquanto não totalmente, porquanto o estudo da profissão militar não pode ser considerado o estudo de uma elite. O estudo da elite militar compreende duas das componentes, aliás referidas por Maria Carrilho: a profissão militar e a organização militar. Considero, mesmo, que qualquer destas componentes não faz sentido isoladamente: a profissão militar não existe fora daquela organização e esta não tem vida sem aquela. A elite militar é assim, o conjunto orgânico e harmonioso da organização e da profissão militares, tal como a encaro e enquadro na minha investigação. Contudo, vou mais longe: o estudo da profissão militar não se pode limitar ao oficialato, tem que enquadrar a classe de Sargentos e, com a progressiva profissionalização das Praças, também esta classe tem que ser equacionada; as três classes militares constituem um todo dentro da instituição, cuja estrutura entrelaça de tal modo as três classes, que nenhuma pode funcionar isoladamente. Podemos deste modo afirmar, seguramente, que o estudo sobre a formação das elites militares, independentemente do vector temporal considerado, se insere num ramo específico ou particular da Sociologia: a Sociologia Militar.

António Pinheiro, um General que se dedicou à Sociologia e ao funcionamento da instituição militar, não se limita a discordar de Maria Carrilho e, seguindo o pensamento de José Júlio Gonçalves, sobre o conceito de Sociologias Especializadas, afirma: “a Sociologia Militar constitui um dos ramos da Sociologia que estuda os fenómenos sociais decorrentes da e na instituição militar nas suas diversas manifestações, procurando constatar regularidades e uniformidades de comportamentos nas relações humanas, e na medida do possível formular leis ou verificar as tendências inerentes aquelas, que possam permitir a definição de procedimentos a adoptar na melhoria das condições de relacionamento do factor humano, com vista a uma maior eficácia no cumprimento dos objectivos contidos, na missão a desempenhar pela estrutura militar, seja em campanha, seja em tempo de paz” (Pinheiro, 1985: 9).

Intencionalmente, ou não, de forma premeditada ou ocasional, António Pinheiro deu uma resposta cabal aos investigadores sociais, no que é acompanhado por Mira Vaz, sugerindo que: a Sociologia Militar é o estudo do funcionamento interno e das relações

dentro da instituição. Tudo o resto, o que relaciona a instituição com outros sectores da sociedade, já está coberto por outros ramos da Sociologia e não traz nada de novo. Mas vai ainda mais longe, só entende o interesse da abordagem da Sociologia se as suas conclusões trouxeram benefícios para as prestações futuras da instituição.

As posições assumidas por António Pinheiro e Mira Vaz, as quais partilho, não só confirmam a existência de uma Sociologia Militar, como assumem algumas divergências com os Sociólogos civis, quanto ao âmbito desta ciência. Ou seja, os Sociólogos militares entendem a Sociologia Militar como uma ciência que estuda toda a organização e consegue formular conclusões e propostas que melhorem o seu funcionamento, porque de contrário, tornar-se-ia uma ciência inerte.

As divergências reconhecidas têm uma fácil explicação: a instituição militar é uma entidade tão específica e tão singular, que é vista de forma diferente, consoante os conhecimentos que o investigador possua da vivência da instituição. Para se conhecer a instituição tem que se viver no seu interior, fazendo parte dela. Só depois se pode estudar com objectividade e segurança, o que não significa que todos os membros da instituição a vejam da mesma forma e formulem sobre ela as mesmas conclusões.

O estudo das relações dentro da instituição militar leva-me de imediato a meditar no relacionamento entre os Oficiais de várias origens, quadros, armas e serviços. São por demais conhecidos os múltiplos problemas ocasionados pelos diferendos entre Oficiais de carreira e Oficiais milicianos, com particular relevância para os períodos que impuseram a intervenção armada. Referindo-se aos anos que se seguiram à Primeira Grande Guerra, afirma Medeiros Ferreira: “As Forças Armadas irão pois debater-se em primeiro lugar com essa clivagem interna entre oficiais de carreira e oficiais milicianos, gerando-se aqui e ali fenómenos de defesa corporativa habilmente organizados por chefes militares com projectos políticos próprios... ou alheios” (1992: 109). Afinal e como nos prova Medeiros Ferreira, as dificuldades de relacionamento no interior da instituição militar, são antigas, talvez mesmo tão antigas quanto a própria instituição.

Quando da publicação do Decreto-Lei n.º 353/73 de 13 de Julho, segundo o qual é aberto o Quadro Permanente a Oficiais do Quadro de Complemento (milicianos) desde que frequentem durante um ano a Academia Militar e façam um estágio de seis meses na respectiva arma ou serviço, desencadearam-se dois movimentos antagónicos: Os

Capitães de carreira organizaram-se no sentido de contestar a aplicação do citado Decreto e, como seria natural, e pelo mesmo motivo, os Capitães milicianos integrados no Quadro Especial de Oficiais (QEO) constituíram um outro movimento com o objectivo de defenderem as condições ora criadas pelo Decreto-Lei n.º 353/73. Os Capitães de carreira passaram a autodesignar-se de PUROS em contraste com os Capitães do QEO que intitulavam de ESPÚRIOS. Ambos os movimentos se digladiaram de forma nem sempre elegante.

Para Adriano Moreira: “a articulação accidental destas elites no passado, especialmente nos casos de emergência e com expressão maior nos milicianos, nem sempre historicamente isenta de acidentes, aponta agora, em vista da complexidade do conceito de segurança e defesa, para uma intimidade sistemática, desde a formação ao exercício, para assegurar uma compreensão consolidada da convergência de funções. Também para que, em vista da passagem contratual e voluntária pelas fileiras, não se produza um conflito, de algum modo de raiz aristocratizante, entre os que agem nos quadros da **estabilidade da carreira**, e os que ali andam **um troço do caminho**, para regressarem à competição tardia na sociedade da informação e do saber, enfrentando as dificuldades da **empregabilidade**”¹¹ (Moreira, 2001: 80).

No entanto, se estes conflitos atingiram certa visibilidade, pelas marcas deixadas na política e nos regimes que influenciaram, outros desentendimentos se constatarem, embora mais latentes que presentes, como seja o que se verifica, nos próprios Oficiais das armas, entre os oriundos do Colégio Militar (CM) e os que efectuaram o ensino secundário nos outros Estabelecimentos de Ensino; os conflitos entre Oficiais das armas e Oficiais dos serviços; entre Oficiais da Academia e da Escola Central de Sargentos (ECS).

A aplicação da Sociologia no estudo ou na compreensão do funcionamento da instituição militar, o que seria então a Sociologia Militar, implica que me debruce sobre os papéis ou funções que nesta instituição desempenham os grupos e os indivíduos, porque a cada função corresponde sempre uma forma de conduta própria, cujo perfil se conterà ou não, naquilo que constituirá a expectativa dos restantes membros do grupo, pelo que haverá normas de procedimento que serão válidas para todos os membros e

¹¹ O sublinhado é da responsabilidade do autor.

outras que o serão apenas para alguns de entre eles. Serão essas normas específicas que condicionarão o conteúdo dos papéis sociais. Segundo Parsons, citado por Galliano, “a maneira de desempenhar um papel está indissolavelmente ligada à estrutura da personalidade do actor. Ao mesmo tempo, há uma estreita interdependência entre a estrutura da personalidade e a soma dos papéis desempenhados pelo indivíduo” (Galliano, 1981: 190). “Isto significa que, no que concerne, por exemplo, ao papel de chefe, haverá tantas maneiras de o desempenhar, quantas as pessoas que existam nessa função” (Pinheiro, 1985: 14).

O entendimento que Parsons, Galliano e Pinheiro, fazem da importância da personalidade para o desempenho da função, demonstra-nos que o valor das elites militares está na sua própria personalidade, mais do que em qualquer outra razão. E esta opinião, que também perfilho, deve ser considerada pelas entidades políticas quando definem métodos e modelos de designação de chefias militares de todos os escalões, pois, em nenhuma outra profissão a personalidade é tão determinante no modo como a função é desempenhada, tendo em conta o alto risco que incorpora, quando a actividade se materializa no campo para que existem as FA — a Guerra.

Contudo, a personalidade ou a sua manifestação sofre influências da envolvência social, porque, segundo Max Weber, “é social a acção cujo sentido visado subjectivamente se refere a acções de outros, de tal maneira que o seu sentido não seria o mesmo se — segundo a percepção do sujeito — os outros não agissem ou pudessem agir desta ou daquela maneira” (Galliano, 1981: 78). E Weber afirma ainda; “o fundamento da fluidez desses casos, reside em que a orientação pela conduta alheia e o sentido da própria acção, de modo algum podem ser sempre precisos com toda a clareza e nem sempre são conscientes, ou muito menos conscientes em toda a plenitude” (Galliano, 1981: 79).

As funções e os papéis sociais das elites militares tiveram ao longo dos tempos, ainda outros desempenhos que, para Matos Gomes, um Coronel com a especialidade de «Comando», as FA têm o seu grande papel na realização de Golpes de Estado e a história parece dar-lhe razão, quando afirma: “Curiosamente, a crença de que é possível ao poder político ficcionar eternamente a realidade morre sempre às mãos do mesmo agente: *as forças armadas*. Foi assim com a dinastia da Casa de Bragança, com a I República e com o Estado Novo.

Dando razão a Nietzsche, que considerou o mais inteligente animal debaixo do Sol, as forças armadas serão sempre a serpente que, para garantir a sobrevivência da sua espécie, destruirá o ovo que a encerra e a partir de certa altura a oprime e ameaça sufocar. Serão elas que, com a sua astúcia, evitam que a soberania do povo seja destruída pela loucura dos que o dominam.

Quer isto dizer que eu entendo as Forças Armadas Portuguesas como um dos garantes fundamentais dos valores que consubstanciam uma identidade nacional, muito mais do que guardas da propriedade de um espaço territorial” (Gomes, 2001: 31).

Feito o enquadramento da Sociologia Geral e da Sociologia Militar, como um dos seus ramos, e da abordagem de um tipo de relacionamento de grupos nas FA, fica-nos a certeza de que a Sociologia contém capacidades científicas para estudar e explicar a natureza dos procedimentos e das atitudes manifestadas no relacionamento dos militares, com particular cuidado, para o que especificamente se relaciona com as suas elites, sugerindo e propondo soluções que tragam benefícios para as prestações futuras da instituição.

3.2 – Conflito

Etimologicamente, o termo conflito deriva do verbo latino *confligo, conflagere*, que significa lutar, confrontar. Por conflito entende-se o antagonismo dos espíritos, das teorias, dos procedimentos e dos interesses, mantendo-se, todavia, ao nível pessoal, de grupos ou de classes. O enquadramento do conflito, na presente investigação, limita-se ao que decorre das relações entre as altas chefias militares e o poder político e, no interior da instituição militar, quanto ao relacionamento entre os seus membros. Configura-se, assim, enquanto conceito auxiliar para compreensão e explicação de algumas vertentes do funcionamento da instituição militar.

Na presente investigação só me ocupo de situações do conflito entre poderes próximos, que se interferem e que remetem para a esfera supra individual, isto é, que ocorrem nas estruturas das unidades sociais.

O conflito pressupõe que exista um desentendimento entre as partes em confronto, uma divergência no que se refere a opiniões, interesses ou objectivos. A circunstância de o

conflito encontrar a sua origem na própria essência da inter-relação social, ou seja, no facto de o homem viver em sociedade, tem a ver não só com a própria natureza humana, mas com uma estrutura social que é em si mesma heterogénea, comportando uma enorme diversidade de situações, que incluem desigualdades na repartição dos recursos e dos benefícios e no seio da qual se sucedem os processos de cooperação e os de conflito.

O conflito surge quando se processa e cristaliza a contraposição de opiniões ou divisões entre diversos actores sociais: indivíduos, grupos, instituições ou classes. Mas o conflito só existe quando estamos perante a factualidade de processos de supressão ou conciliação de antagonismos.

Existem conflitos com base na estrutura social e outros que não são aí gerados. Esta distinção é fundamental para uma interpretação objectiva dos conflitos que se apreciam nesta investigação, tanto mais que, nem sempre os conflitos internos da instituição militar têm a sua clivagem nas classes que a constituem. Por vezes, os conflitos na instituição militar opõem grupos que cruzam as diversas classes e integram actores de todas elas. Não estaremos então, perante os habituais conflitos entre as classes militares, mas entre grupos de militares, em torno de razões que imputo de relevantes, do ponto de vista social.

Se considerarmos que no processo de tomada de decisões, isto é, no processo do poder, os diversos actores sociais se encontram em desigualdade de situações, facilmente se depreende que dessa inter-relação pode vir a decorrer conflito. Este “governa os indivíduos e as espécies, e também em cada instante e em cada ponto o organismo no seu conjunto.” (Bispo, 1998: 77). Dado que o conflito é inerente à sociedade e que pode surgir em qualquer tipo de relação social de acordo com as circunstâncias, é provável que não se possa suprimir de forma definitiva. É pois natural o surgimento de esforços e tentativas de os prevenir e de os resolver.

“O que configura a situação de conflito é o balanceamento da estrutura de expectativas, e que resulta do não ajustamento entre os interesses e o poder dos actores, ou da alteração nos atributos dos actores e nos factores que caracterizam os contextos onde estão situados. A disrupção da estrutura de expectativas implica uma revisão dos poderes e dos interesses e um processo de confrontação que, pelo seu relativo

descondicionamento, pode dar origem a uma escalada conflitual. E esta disrupção tem lugar quando se alteram as circunstâncias ou quando as expectativas se tornam incongruentes com os interesses ou com as capacidades. (...) A situação de conflito existe quando as necessidades são estimuladas e quando existem interesses em oposição, tomando expressões em conformidade com a direcção e a força dos interesses, com as estruturas de expectativas mútuas e com as capacidades dos actores que suportam esses interesses. Os interesses opostos, a credibilidade na sustentação das posições e as capacidades definem então uma situação de conflito.” (Bispo, 1998: 61).

O conflito surge como um dos fenómenos próprios da vida em sociedade, é inerente à natureza humana e decorre da inter-relação que se estabelece entre os indivíduos, grupos ou classes profissionais. Bispo, talvez pela sua experiência militar, definiu na perfeição os elementos base do conflito «interesses, credibilidade e capacidade». A título de exemplo, estas situações verificavam-se, quando num confronto militar com a guerrilha, um inferior hierárquico discordava de uma ordem do comandante da patrulha, sugerindo tácticas ou técnicas alternativas. Estávamos perante um conflito de interesses conotado com a posição hierárquica, em que a opinião do inferior poderia ter maior credibilidade por lhe ser reconhecida maior capacidade, devido à forma como noutros momentos anteriores e semelhantes se tivesse comportado.

Gerava-se assim, e gerar-se-á sempre, um conflito entre a liderança e o poder, que não existia e não deverá existir, quando o líder detinha ou detiver o poder, sabendo-se que é fácil entregar o poder ao líder e muito difícil que o poder obtenha liderança se lhe faltarem as capacidades próprias. “O conflito é pois uma característica da relação social e o poder tem assim sempre um carácter relativo” (Bispo, 1998: 65). Tal como afirma Stock, na sequência dos teóricos do conflito em Sociologia, “O conflito detém, nesta perspectiva, uma natureza eminentemente social” (Stock, 1989: 35 e 36).

A relevância sociológica do conflito é ainda defendida por Coser quando afirma: “o conflito pode servir para remover elementos dissociativos de um relacionamento e para restabelecer a unidade. Na medida em que o conflito é a resolução de tensões entre antagonistas, tem funções estabilizadoras e torna-se componente de integração do relacionamento. (...) A interdependência de grupos antagónicos e os cruzamentos sucessivos, na sociedade, de tais conflitos, que servem para costurar o sistema social, ao

se eliminarem uns aos outros, previnem assim a desintegração que se processaria em função de uma única linha de discórdia” (Coser, 1964: 80).

Para Simmel o conflito tem um significado sociológico, porque suscita ou modifica as comunidades de interesses e reagrupa as unidades e as organizações. Paradoxalmente, o conflito em si mesmo é uma forma de socialização (Simmel, 1995: 19). E Simmel é conclusivo, quando afirma que “o conflito é um factor de equilíbrio social” (Simmel, 1995: 11).

Compreende-se, na perspectiva de Simmel, que os Comandos Superiores das Forças de Elite incentivassem os conflitos entre os melhores Sargentos e os Capitães mais fracos, na medida em que desse conflito surgia a elevação do desempenho. Vemos então, que as FA elevavam a sua capacidade e o seu valor, devido e em função dos conflitos internos, simultaneamente sociais e controlados, por esses mesmos Comandos. Esmagar estes conflitos pela violência e repressão hierárquica teria, inevitavelmente, um efeito oposto: reduziria a capacidade das tropas e a qualidade do desempenho militar.

No mesmo sentido se pronunciou Julien Freud, para quem “o conflito não é um acidente social, ele faz parte integrante da sociedade (*in* Simmel, 1995: 8).

Freud acompanha Simmel, quanto à relevância sociológica do conflito, ao afirmar: “Tal como a Sociologia não é uma fantasia, mas uma ciência positiva que se funda nas constatações empíricas verificáveis pela experiência histórica, o conflito renegar-se-ia se se ocupasse com divagações” (*in* Simmel, 1995: 17).

Dahrendorf dá-nos uma outra perspectiva do conflito ao qualificá-lo quanto à sua intensidade “Quanto mais violentos forem os conflitos de classe, mais repentinas tenderão a ser as mudanças por eles produzidas. Neste sentido, a regulação efectiva do conflito serve para atenuar o carácter repentino da mudança. Os conflitos bem regulados tendem a produzir mudanças muito graduais, (...) A regulação do conflito pode, com efeito, constituir o mecanismo para forçar os grupos dominantes a reconhecer os interesses dos grupos subjugados e a incorporá-los nas suas políticas” (Dahrendorf, 1982: 208).

O conflito consistirá, assim, numa forma de interacção particularmente viva entre elementos em confronto, que envolve uma dinâmica própria e que significa um teste de

poder entre partes antagónicas. Contudo, segundo os autores citados, o conflito não se desenvolve sempre num contexto positivo, para que tal aconteça tem que haver um controlo sobre os procedimentos individuais ou colectivos. Porém, Bispo não recusando esta ideia, considera que em qualquer circunstância o conflito é sempre positivo pois, mesmo que não controlado, conduzirá sempre a uma nova situação de equilíbrio. “A catástrofe não é necessariamente nociva, ao contrário, ela é igualmente criadora e contribui assim ao aparecimento de formas novas. Toda a regulação e continuidade comportam falhas donde emergem os conflitos inovadores, porque por ela própria a continuidade é antes conservadora” (Bispo, 1998: 78).

“O conflito produz sempre efeitos que se traduzem numa nova situação de equilíbrio ou de harmonia, e que, por esse facto, se podem considerar como positivos. O resultado é sempre a expressão duma vontade ou dum compromisso de vontades e nesse sentido se pode considerar como um acto de progresso — é um caminho no sentido daquilo que se deseja.” (Bispo, 1998: 81). Podendo-se assim concluir que o conflito, enquanto fenómeno normal da sociedade, decorre da própria natureza humana e da vida social e não é necessariamente disruptivo, podendo mesmo daí resultar algo de positivo para a sociedade.

Acompanhando esta corrente sociológica e pensamento sobre o conflito positivo, afirma Bispo: “as acções destrutivas ou punitivas fazem intensificar o sentimento de oposição, de ira e de vingança, e alteram substancialmente a atitude perante a situação conflitual; no caso do conflito entre grupos, estas acções reforçam o sentimento de unidade e a propensão para a escalada da violência.” (Bispo, 1998: 85-86). Os reparos que Bispo nos fornece são particularmente significativos para o enquadramento sociológico do conflito na instituição militar, pois uma conduta da hierarquia, repressiva de conflitos com interesse social, não só diminui a eficiência da instituição, como conduz ao descontrolo dos conflitos e, quiçá, à violência.

“O poder é pois o elemento fundamental do conflito, considerando-se poder a faculdade que um actor possui de condicionar a actividade de outros actores, e que resulta de uma acumulação de competências ou de atributos. O conflito é pois uma característica da relação social e o poder tem assim sempre um carácter relativo.” (Bispo, 1998: 357). É sociologicamente relevante e particularmente caracterizadora a concepção que Bispo nos apresenta sobre o conflito, sobretudo se tivermos em consideração que o autor é

Tenente-General, o que significa que as suas concepções não são, nem podem ser, estranhas á vida militar. Bispo considera que as competências ou atributos de um actor podem condicionar ou relativizar o poder de outro actor. Consideração implícita sobre relações entre actores militares, as quais serão tanto mais evidentes quanto a proximidade dos campos de batalha.

E foi assim, seguindo o conceito de conflito saudável, assumido, devidamente canalizado e controlado, que abordei o conflito existente e latente na elite militar, o qual se tornou uma constante no campo da execução da Guerra. Contudo, este conflito classifico-o de “saudável”, pois concorreu sempre para o mais eficiente cumprimento da missão e para o menor número de baixas. Mas a verdade é que o conflito não pode ser nem foi permanente, mas intermitente ou alternado com situações de consenso. No entanto, a existência de consenso permanente só será exequível, quando o detentor do poder for o mais competente e detiver a máxima liderança, se assim não for, consenso significaria um nivelamento por baixo. Conclui-se então, que o conflito proporciona um aumento das eficiências, por permitir integrar componentes e conhecimentos desenquadrados.

A ideia da existência de consenso e de conflito que alternem entre si, na mesma sociedade, reflecte a melhor situação para uma sã convivência e melhor eficiência, na instituição militar. E é assim, porque o desempenho militar em combate traz tantas surpresas e exige tantas qualidades, para as quais nem sempre, nem todos os actores dispõem dos melhores estados de espírito. Contudo, se a falta de consenso conduz ao confronto de ideias e ao conflito, é a partir desse confronto que resultam as melhores soluções, as quais nunca seriam alcançadas sem ele.

3.3 – Elites

Acompanhando a perspectiva de C. W. Mills, Adriano Moreira considera a instituição militar como uma das elites coexistentes nas estruturas das sociedades democráticas, a par das elites universitárias, financeiras, económicas, religiosas e políticas (Moreira, 2001:80). Contudo, o elitismo da instituição militar tem que ser considerado ao nível das suas altas chefias e das suas altas eficiências, perspectiva que me interessa sobremaneira para o actual estudo.

O conceito de elite foi desenvolvido por diversos autores tais como H. D. Lasswell, James Burnham, Wright Mills ou Raymond Aron, na perspectiva da formação do poder político. Mosca considera que a maioria que governa o faz graças à sua organização e porque é composta por “indivíduos superiores”, que possuem qualidades bastante apreciadas, o que os torna “muito influentes na sociedade em que vivem” (Mosca, 1979: 9). Pareto definiu “elite” como sendo o conjunto das “pessoas que possuem os índices mais altos nos seus ramos de actividade” (Pareto, 1935: 1422-3). Bottomore considerou que “a principal ideia transmitida pelo termo *elite* é a de superioridade” (Bottomore, 1974: 19). Segundo Mills “podemos definir a elite do poder em termos dos meios de poder como aqueles que ocupam os postos de comando” (Mills, 1956: 23).

Concluindo pelas palavras de Mosca, que não contradizem as dos outros autores citados, podemos afirmar que elite significa indivíduos superiores, sendo que o conceito de elite não é “incompatível com o de classe social” (Marques, 1999: 104).

Existe uma clara unanimidade entre os diversos autores quanto à inclusão dos militares no grupo das categorias consideradas elites. Se uns se referem aos chefes militares, outros, como Mosca, distinguem nas elites a coragem em combate, impetuosidade no ataque e prolongada capacidade de resistência. As características referenciadas só se podem encontrar nos combatentes, ou seja, nos militares com os postos entre Capitão e Soldado, por serem os únicos que assumiram, durante a Guerra de África, situações de combate. Fica assim demonstrada a cobertura teórica à inclusão dos militares no grupo de elites e à divisão que efectuei sobre as elites militares na Guerra e período em estudo: chefes militares, como Generais, Brigadeiros e Coronéis, e Tenentes-Coronéis; e combatentes de Capitão a Soldado.

3.4 – Liderança

A estratégia da Guerra de África foi a que melhor conjugou o tipo de Guerra com os meios de que Portugal dispunha. Temos, por esta razão, que conferir reconhecimento sobre a capacidade que revelaram os Generais portugueses da época. Contudo, a Guerra tem outra vertente: a sua própria execução, a qual dependeu da capacidade de comando das patentes mais baixas do oficialato. Estas patentes exerceram a sua função segundo uma de duas linhas orientadoras: a liderança e autoridade ou o poder e domínio.

A Guerra desenvolveu-se segundo quatro pilares: africanização, baixa intensidade, baixos custos e baixa tecnologia. Este modo de fazer a Guerra deveu-se à estratégia preconizada e seguida, cuja responsabilidade de concepção se ficou a dever ao Generalato. Porém, segundo Donald G. Krause, “até a mais iluminada das estratégias precisa de uma liderança efectiva para ter sucesso” (Canha, 1999: 2).

A doutrina seguida, para a execução da Guerra de África, esteve centrada nos comandos intermédios, ou seja, nos Oficiais de mais baixa patente: Capitães, Tenentes e Alferes, dos quais dependia o cumprimento e a eficiência da acção. Eram estes homens que comandavam as unidades operacionais: Companhias e Pelotões. É certo que se chegou a operar ao nível de Secção, mas este efectivo constituiu uma excepção. A doutrina de actuação, no que particularmente se refere aos efectivos envolvidos, fazia depender destes Oficiais de mais baixa patente, a eficácia das tropas. Eficácia esta que dependia do «estilo» de comando do Oficial: pela liderança, ou seja, comandar da frente, arriscando e motivando os seus homens; ou apenas pelo domínio, o que significava impor o seu poder, ordenando aos subordinados que arriscassem, enquanto ele, Oficial, se resguardava. Idêntica interpretação é considerada num «ditado antigo» que nos diz: “para ganhar uma batalha, é melhor um exército de burros comandado por um leão do que um exército de leões comandado por um burro” (Canha, 1999: 2). Se o líder perde a confiança dos «seus» homens ele fracassará, por mais competente em termos técnicos que seja.

O termo líder é utilizado em referência a situações muito diversas no interior das quais se observa uma influência preponderante exercida por um indivíduo, quer este seja o membro mais popular ou o chefe imposto ou eleito. Sob esta noção encontram-se definidos, na realidade, dois aspectos: por um lado, os indivíduos podem ocupar postos hierárquicos diversos e, por outro, são os indivíduos mais influentes num grupo.

A liderança designa assim dois processos: condução de um grupo e possibilidade de dar ordens, sendo que a segunda apenas aparece no interior de uma estrutura hierárquica. O estatuto de líder pode significar uma posição atribuída, bem como uma identidade individual que se adquire, baseada no critério social tradicional de um prestígio pessoal (Fischer, 1994: 90-91).

Importa então caracterizar o líder que actuou pela liderança, ou que deve actuar no futuro, segundo esse procedimento. Donald Krause considera que os bons líderes têm de cultivar as sete características da liderança (Canha, 1999: 2): autodisciplina; objectivo; realizações; responsabilidade; conhecimento; espírito de equipa e entreaajuda; e exemplo.

Do conjunto caracterizador dos líderes que actuaram pela liderança, importa destacar o espírito de equipa e entreaajuda e o exemplo, já que os líderes da Guerra de África dependiam dos seus colaboradores pelo seu poder e pela sua capacidade de produzir resultados. Por isso, trabalhavam em colaboração com eles para a concretização dos objectivos da missão. Os líderes eficazes desenvolviam uma organização adequada e uma delegação apropriada de responsabilidades e atingiam os seus próprios sucessos assegurando os sucessos dos outros. As acções destes líderes eram modelos para as acções do grupo e o seu carácter elevava a moral e a confiança. Em todas as situações, os líderes eram observados e imitados, pelo que o seu exemplo se tornava o elemento mais importante para a disciplina do grupo e para a entrega ao cumprimento da missão.

Mas se a liderança se aprende, ela será tanto mais conseguida, quanto mais e melhores forem os atributos dos candidatos a líderes, o principal dos quais é a Inteligência Emocional (IE), pela qual se entende, a habilidade ou capacidade de enfrentar e resolver, com sucesso, uma situação emocionalmente instável.

Quando um efectivo militar caia debaixo de fogo inimigo, era extremamente importante que o comandante dessa força se mantivesse calmo, e conseguisse transmitir as melhores ordens e procedesse aos melhores movimentos, para ter sucesso na acção, que em Guerra se traduzem em livrar os seus homens e causar o maior dano ao inimigo. Esta calma ou serenidade é cientificamente designada por IE e traduzida pelo Quociente Emocional (QE).

Tradicionalmente, tem sido através do Quociente de Inteligência (QI) que são medidas as capacidades humanas. Todas as aprendizagens escolares são orientadas para desenvolver as múltiplas vertentes da competência intelectual. Todavia, existe uma outra área de competências que influencia extremamente as possibilidades humanas: a Inteligência Emocional, o que acontece particularmente em combate.

Segundo Ricardo Vargas “As pessoas com um QE elevado têm um conjunto de qualidades, como o autoconhecimento, autocontrole, perseverança, zelo, discernimento, empatia, simpatia e capacidade, que são indispensáveis para a obtenção de resultados. Isto é, sem um mínimo exigível destas competências o QI torna-se irrelevante, por maior que seja.”¹² E é precisamente o autocontrole a maior de todas as características necessárias ao CUC, sobretudo quando as suas tropas se encontram debaixo de fogo inimigo.

Daniel Goleman, PhD da Universidade de Harvard, que popularizou o termo Inteligência Emocional, afirma que “um QI muito alto adapta-se bem ao mundo do intelecto, mas pode ter profundas dificuldades em lidar com o mundo das pessoas”¹³. O Comandante Militar na Guerra de África trabalhou sobretudo com pessoas, já que a tecnologia era quase incipiente, logo o valor dos CUC estava no seu QE.

Importa colocar uma interrogação: a inteligência emocional corresponde a qualidades inatas ou adquiridas? Sobre esta questão obtive uma resposta em Goleman: “são as duas coisas. É certo que há um elemento genético de inteligência emocional, mas a aprendizagem também tem um papel. Embora cada um tenha o seu nível inicial de aptidões inatas, todos podem aprender e melhorar, seja qual for o nível de partida” (Goleman, 2002: 121).

Em jeito de conclusão sobre as suas investigações, Goleman afirma: “a superioridade nas competências de IE conta mais do que o QI no que diz respeito à excelência da liderança. O valor do rácio entre a IE e as competências cognitivas (...) sugere que a IE contribui com 80 a 90% para as competências que distinguem os líderes destacados dos líderes médios — por vezes mais. É certo que as competências puramente cognitivas, tais como os conhecimentos técnicos, têm importância — mas basicamente como limiar, isto é, são as capacidades de que uma pessoa necessita para um desempenho médio. (...) as competências de IE constituem a grande maioria das competências mais importantes, aquelas que têm poder diferenciador” Goleman, 2002: 270 e 271).

Posso assim concluir que Inteligência Emocional e Liderança podem ser aprendidas, treinadas e desenvolvidas. Todavia, é naturalmente compreensível que estas capacidades

¹² <http://www.tmiportugal.com/competencia.htm> (04/04/2003)

¹³ http://www.trainingleader.com.br/conteudos/intel_em.htm (04/04/2003)

se venham a desenvolver e a aprofundar mais facilmente em quem as possui já, em certa medida, de forma inata.

3.5 – Poder e domínio

Por poder entende-se a capacidade de mandar, dar ordens, ser obedecido. Do ponto de vista sociológico poder é a probabilidade de que um actor, dentro de uma determinada relação social, esteja em posição de levar por diante a sua vontade, mesmo apesar de resistências e qualquer que seja a base sobre que assenta essa probabilidade. O poder é o exercício de um controlo, onde está presente um aspecto de coerção, que num limite extremo, pode ser física.

Para Raymond Aron “o conceito de domínio tende a delimitar, dentro da vasta área das relações de potência (...) um campo mais estreito, no qual aquele cuja vontade é imposta recorre ao comando, e é obedecido. O dominante não é nenhum potente. É preciso que a relação de potência se estabilize para que o sujeito dessa relação comande os que são objecto da mesma; que ele tenha segurança do seu direito ou da sua capacidade de exigir e obter obediência. Chegamos assim à casuística das relações de potência, conforme sejam acidentais ou regulares, costumeiras ou legais, simplesmente afectivas ou legítimas. Passa-se da potência (conceito formalizado e abstracto) para o poder (no sentido que tem este termo quando se opõem os governados ao poder) através das diversas etapas da estabilização, institucionalização, legitimação, concentração e domínio. (...) Domínio supõe um certo grau de instituição (sem o qual o dominante não ousaria comandar)” (Aron, 1985: 207 e 208).

O poder exercido na instituição militar assume a forma coerciva ou punitiva, o qual obtém submissão através da capacidade de impor uma alternativa desagradável ou mesmo dolorosa aos indivíduos ou aos grupos, levando-os a abandonar as suas próprias preferências, devido a essa mesma capacidade de punir. A principal característica do poder é a sua visibilidade. Os subordinados aceitam-no por terem consciência da capacidade punitiva que lhe está associada e os que o exercem fazem-no intencionalmente.

3.6 – Cadeia de Comando

A cadeia de comando pode ser organizada segundo duas perspectivas: liderança ou poder e domínio. Ambas foram abordadas nos sub-capítulos respectivos. Importa agora verificar as condições em que se verifica uma e outra e a eficiência a que conduzem, para além, obviamente, da moral que as suporta. O tipo de cadeia de comando determina o relacionamento dos membros da instituição, logo, constitui uma área de particular relevo para a Sociologia.

A cadeia de comando organizada segundo a liderança é própria de sistemas democráticos, em que as FA têm como principal objectivo defender os interesses duma nação, como tais considerados pelo decisor político. Como paradigma deste sistema na actualidade refira-se o americano. Sobre estas tropas e sobre este tema, foi pertinente o trabalho apresentado pela “SIC Notícias”, a 30 de Abril de 2003, sobre a Guerra no Iraque, em que a guarnição de um tanque americano se lamentava de em 5 dias ter perdido 2 «líderes», termo que os Soldados utilizaram repetidamente. O Comandante da respectiva Companhia explicou depois, que se tratou, em ambos os casos, de Sargentos que comandaram sucessivamente aquela guarnição, a qual foi emboscada duas vezes por tropas iraquianas. Em qualquer das vezes, os Sargentos manipularam a metralhadora do tanque, «varrendo a zona» e abrindo espaço para os «seus» homens se retirarem do local sem qualquer ferimento, mas, acentuavam os Soldados, tal comportamento tinha custado a vida aos dois Sargentos os quais, ao exporem-se, foram atingidos pelo fogo inimigo. Retenho do programa reportado o elemento relevante: a doutrina organizacional americana procura que as suas tropas sejam comandadas pela liderança, o que constitui um exemplo a seguir por qualquer democracia.

A cadeia de comando organizada segundo o poder e o domínio é própria de sistemas autoritários ou ditatoriais, em que as FA existem basicamente para proteger os interesses de clãs, grupos sociais organizados ou classes dominantes, ou seja, têm como objectivo a defesa dos interesses de determinado sector da sociedade. Como paradigma deste sistema na actualidade refira-se o iraquiano, no qual a cadeia de comando estava centrada na família e íntimos do ditador; o recrutamento para lugares subalternos ou para tropas especiais fazia-se por afinidades tribais ou religiosas.

Compreende-se que a pureza destes tipos de liderança sejam raras. Mas não se compreende e ninguém conseguirá explicar as razões e os fundamentos que suportam esta última cadeia de comando, em democracias.

As cadeias de comando, como o próprio nome indica, são constituídas por várias componentes que se ligam, mas não são contínuas: nos três escalões de comando superior: Generais, Comandantes de Agrupamento, Comandante de Batalhão, a cadeia de comando tinha que ser do tipo poder e domínio, e nem poderia funcionar de outra maneira. Contudo, a pertinência do tema, coloca-se ao nível da execução, isto é, ao nível do comportamento dos Oficiais de mais baixa graduação: Capitães, Tenentes e Alferes, os únicos que são operacionais.

Na Guerra de África o escalão operacional actuou segundo uma cadeia de poder e domínio, aspecto tão relevante no funcionamento das FA, que justificaria, por si só, uma investigação profunda. O objectivo máximo e o interesse social desta doutrina de funcionamento reside na imprescindibilidade de se corrigirem tais doutrinas, não só incompatíveis com regimes democráticos, como inúteis no campo da aplicação das FA, porque as tornam absolutamente ineficientes.

Nas Tropas Pára-Quedistas, durante a Guerra de África, o tipo de cadeia de comando operacional era misto, ou seja, existiam duas cadeias de comando quando as tropas estavam em operação. Esta duplicidade, ou esta dupla cadeia de comando constituiu a base do sucesso daquelas tropas, já que, nos momentos de combate, não comandavam os líderes orgânicos, mas os líderes espontâneos, cujo comando, para além do acerto que se lhe exigia, impunha que se expusessem. Estes líderes espontâneos, após repetirem várias vezes as suas atitudes, tornavam-se líderes informais, constituindo uma dupla cadeia de comando: a formal, institucional ou orgânica, e a espontânea ou informal.

Comandar sem exposição ao risco é próprio das cadeias de comando do tipo poder e domínio, que se materializa no mandar avançar ficando o comandante para trás, em lugar seguro. Ou, pior ainda, quando o Oficial, que devia estar na operação a comandá-la, se refugia noutras actividades de segurança e conforto tornando-se, assim, um beneficiário líquido da guerra.

A duplicidade de cadeias de comando não é uma realidade nova, a prová-lo estão os estudos e conclusões de vários autores, que em seguida se referem e sintetizam. O que é

novo é a sua verificação nas FA portuguesas, o que traz uma nova abordagem ao comportamento das elites militares operacionais, fruto da sua formação, e que não pode deixar de ser considerado no futuro, para que não se repitam situações que os «tempos democráticos» não devem tolerar.

Para Jacques Lobstein “as posições de autoridade são sempre determinadas por motivos de natureza biológica ou institucional.” Lobstein atribui ao termo autoridade, um sentido de poder, que só depois desdobra quando lhe chama “biológico ou institucional”. Neste sentido, concordo com o autor: um líder espontâneo, em determinadas circunstâncias, detém poder. E continua o autor: “Quer nos casos gerais, quer em circunstâncias especiais, observa-se o surgimento espontâneo de um chefe, e é possível filiar essa capacidade de chefia numa qualidade natural do indivíduo” (Lobstein, 1969: 205). Lobstein dá-nos a primeira ideia da razão pela qual podem surgir duas cadeias de comando, ou seja, perante uma situação especial, tem que surgir um chefe, que será espontâneo, se o chefe institucional ou hierárquico, não se assumir no devido tempo. Numa situação de guerra, em combates frequentes, tem que haver um líder que organize a posição dos homens e oriente o fogo das tropas, sem o que se corre o risco de haver vários homens dirigindo o fogo no mesmo sentido e áreas inimigas sem qualquer pressão do nosso fogo. Nestas situações, surgem as grandes baixas: mortos e feridos. O que se evita, ou pode evitar-se, com a actuação de líderes não orgânicos, motivados, segundo Lobstein, por razões de natureza biológica.

Se este facto se verificar uma vez, logo esquece pouco depois, mas se ele se verificar com frequência, inicia-se um processo de dependência: o sistema depende deste líder. Assim se inicia uma estrutura de comando dupla ou paralela, que todos os membros do grupo aceitam, nomeadamente o líder orgânico. Contudo, a situação não é sempre pacífica por duas razões: em situações fora de combate o líder informal quer tomar decisões, invocando as suas competências; em segundo lugar, nem sempre o líder orgânico lho permite, considerando que fora das situações de combate manda ele, o que se compreende. Nestes casos surge o conflito entre ambos, mas também compreensivelmente, o grupo apoia o líder informal, pois depende da sua capacidade e exposição ao risco, que se não surgir na próxima situação de combate, pode haver consequências funestas.

Apoiei-me, para já, nos autores que estudaram este fenómeno para, no capítulo prático estudar como estas situações se manifestaram na “Guerra à Portuguesa”¹⁴. Clausewitz, o grande teórico da guerra, tem uma explicação sobre este tipo de acontecimentos. “Qualquer actividade especial requer, se é que tem de ser levada a cabo com certo virtuosismo, particulares disposições do intelecto e do sentimento. Quando tais disposições alcançam um grau eminente numa pessoa determinada, e se manifestam mediante façanhas extraordinárias, então tal pessoa é classificada de génio” (Clausewitz, 1973: 77).

“A guerra é o reino do esforço e do sofrimento físico. Para se poder resistir é preciso pôr certo nível de força física e moral, força que — inata ou adquirida — torna o homem indiferente a esses sofrimentos. Provido dessas qualidades e guiado pelo simples sentido comum, o homem já é um bom instrumento de guerra; (...) Se procurarmos mais a fundo o que a guerra exige a quem se consagra a ela, encontraremos que a qualificação intelectual ocupa o primeiro lugar. A guerra é o domínio da incerteza, maior ou menor. Mais do que em qualquer outro domínio, neste, é preciso que uma inteligência subtil e penetrante saiba discernir e apreciar instintivamente a verdade. Embora tenha que se dizer que (...) um valor extraordinário saberá compensar o erro cometido; na maioria dos casos, a falta de inteligência aparece, infalivelmente, reflectida no resultado geral. A Guerra é o domínio do acaso. Nenhuma outra esfera da actividade humana deixa tanta margem a este elemento estranho, pois nenhuma delas se encontra, sob todos os pontos de vista em contacto tão permanente com ele. Em todas as circunstâncias, — este elemento, o acaso — acentua a incerteza e entorpece o decorrer dos acontecimentos”¹⁵ (Clausewitz, 1973: 80 e 81).

Portugal tem poucos recursos financeiros e muita qualidade humana. Nestas condições, a formação sugerida pelo modelo, a que chamei biológico, deverá ser centrada no homem. Clausewitz, na sua concepção teórica, diz-nos que o homem na posse de certas qualidades é um bom instrumento de guerra, comungando com estes termos a sugestão do modelo. No entanto, Clausewitz diz mais, afirmando que a falta de inteligência se reflecte no resultado geral, termo «adocicado» para exprimir que um mau chefe pode levar tudo a perder. É nestes casos que se criam condições para surgirem os líderes

¹⁴ Frase recriada de John P. Cann, que usou o termo “O Modo Português de Fazer a Guerra”.

¹⁵ Sublinhados da minha responsabilidade.

informais, aqueles que, na posse de qualidades biológicas relevantes, resolvem situações difíceis que todo o grupo reconhece, dando início ou continuando a dupla cadeia de comando ou dupla hierarquia.

Clausewitz faz-nos, seguidamente, uma excelente demonstração das razões e dos fundamentos biológicos que orientam as decisões, a que chama resoluções. Durante a Guerra de África, particularmente na sua fase mais tardia e mais aguda, os combates tinham a duração de escassos minutos, por vezes não mais de 3 segundos, o tempo necessário para descarregar um carregador de G-3 ou de Kalashnikov. Era este o tempo que tinha o graduado, que ficava na linha de fogo, para tomar qualquer resolução. Depois tudo acabava: se o graduado dava boas instruções, tudo podia acabar bem; se as dava más ou se as não dava, tal atitude reflectia-se no resultado geral.

Proseguindo as suas considerações Clausewitz defende que: “A resolução é o valor aplicado a um caso particular. Se tal valor se converte num rasgo de carácter, então este passa a ser um hábito de espírito. Não se trata aqui de um valor frente ao perigo físico, mas do valor frente às responsabilidades, isto é, de certo modo, perante o perigo moral. Esse valor é o que se chama com frequência, coragem de espírito porque provém do espírito, ainda que não seja um impulso da mente, mas do temperamento. A inteligência não forja pura e simplesmente o valor, pois as pessoas mais inteligentes são, a maioria das vezes, desprovidas da faculdade de resolução. Antes de mais, a inteligência tem que despertar o sentimento do valor que a mantém e sustenta, porque no momento crucial o homem responde mais pelos seus sentimentos do que pelas suas ideias. (...)”

O seu valor e a sua inteligência são duas coisas separadas, que não se ligam, razão porque não chegam a produzir a resolução. Esta última só brota de uma iniciativa da inteligência que, tomando consciência da necessidade de audácia, move a vontade. Esta orientação muito particular da inteligência que triunfa sobre qualquer outro temor do homem, assim como sobre os seus desfalecimentos e vacilações, é o que, num temperamento vigoroso, determina a resolução” (Clausewitz, 1973: 83 a 85).

“Acreditamos, pois, que a resolução se deve a uma orientação particular da inteligência; orientação que pertence mais ao talento vigoroso do que ao brilhante. Ao mesmo tempo que sentem a necessidade de decidir-se, esses homens reconhecem o perigo que um erro

implica e, não estando familiarizados com as coisas de que se ocupam, a sua inteligência perde o seu primitivo vigor” (Clausewitz, 1973: 86).

É evidente que Clausewitz teorizou fundamentos de aplicação prática, quando nos diz: “não estando familiarizados com as coisas de que se ocupam” (citação do parágrafo anterior) o que corresponde à minha hipótese de partida, quando admito a relevância da experiência, sempre fundamental para quem tem que actuar ou decidir em situações de alto risco.

Continuando a expor o seu pensamento, muito pertinente para a presente investigação, afirma aquele autor: “A expressão *presença de espírito* define muito precisamente a facilidade e a prontidão com que a inteligência acode a pôr remédio nos casos de emergência.

Deriva esta esplêndida qualidade humana de um desvio particular da mente mais do que dum temperamento bem equilibrado? Isto depende dos casos, mas o certo é que a presença de espírito não falta em nenhuma das duas origens aludidas. O aprumo da resposta costuma provir dum cérebro engenhoso; o oportuno enfrentar dum perigo inopinado supõe, antes de mais, um grande equilíbrio de temperamento.

Quando se observam em conjunto as quatro componentes que constituem o clima da guerra, que são: *o perigo, o esforço físico, a incerteza e o acaso*, compreende-se sem dificuldade a necessidade de uma grande força moral e física para se mover nesse âmbito desconcertante, com alguma garantia de segurança e êxito. De acordo com as diferentes modificações determinadas pelas mudanças de circunstâncias, os narradores e cronistas militares definem esta força como: *energia, firmeza, perseverança, força de carácter e de espírito*” (Clausewitz, 1973: 87).

O sector militar português liderado pelo Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE) considera como “estabilidade emocional e auto-controlo” o tipo de inteligência, que Clausewitz define como *presença de espírito*. No entanto, o Comandante da Escola de Tropas Aerotransportadas (ETAT), referiu-se a esta mesma característica do combatente¹⁶, como sendo “IE”. No entanto, acrescenta-se ainda que o CPAE considera uma outra característica do combatente a “inteligência acima da média”.

¹⁶ Em entrevista, no dia 12/10/2002, no âmbito da presente investigação.

Verifica-se assim, a existência de um alargado consenso científico, sobre as capacidades biológicas do CUC: elevados QI e de IE. E compreende-se que assim seja, pois estamos a falar de elites. Mas já não se compreende porque, sabendo-se tudo isto, não se aplicam estes conhecimentos na fase de candidatura dos alunos que hão-de integrar as futuras cadeias de comando militar.

O Exército americano também se debate com esta questão. Para a tentar resolver instalou um Laboratório Tático de Comando em Combate no Forte Gordon, na Geórgia e, outro, no Forte Huachuca, no Arizona. Por detrás deste interesse institucional encontra-se a pergunta chave: como desenvolver nos líderes a arte de comando? (Review Military, 2002: 56).

“Essa arte baseia-se na intuição e é demonstrada pelo comandante que mediante a sua experiência, o seu estudo e treino, visualiza o campo de batalha e executa as suas tarefas com maior rapidez, precisão e resolução do que o inimigo”¹⁷. “Ensinar comando em combate numa sala de aulas é o mesmo que tentar ensinar uma equipa a jogar futebol no quadro negro. A sala de aulas tem limitações; como o futebol, o comando em combate só se aprende com a prática” (Bertha, 2002: 56).¹⁸ Tal como Clausewitz é agora um qualificado especialista americano que coloca a questão da prática, a que preferi chamar experiência.

Vê-se assim, que o entendimento de Clausewitz e dos chefes militares portugueses e americanos é semelhante, quanto à principal característica do combatente e, muito particularmente, do CUC, a *intuição, inteligência emocional, estabilidade emocional, auto-controlo e inteligência acima da média*. Está-se, então, perante um argumento que começa a granjear bases teóricas consistentes, para se afirmar que a lógica para que evolui a formação do combatente e, desde logo, das hierarquias, está na IE, tanto proveniente das qualidades biológicas como aprendida no processo de socialização. Esta preocupação tem duas razões: a eficiência no desempenho e a dignidade dos exércitos,

¹⁷ Departamento do Exército dos EUA, documento do TRADOC 525-200-1, *Battle Command*, Forte Monroe, Virgínia: Q.G., Comando de Treino e Doutrina do Exército dos EUA, 1 de Dezembro de 1994, p. 4. Consultado na Biblioteca do Exército.

¹⁸ Bertha, Coronel do Exército dos EUA, era no momento em que fez a afirmação, Chefe da Secção de Avaliação das Capacidades Operacionais, no Centro de Análises do Exército no Forte Belvoir, na Virgínia.

pois “o Exército não pretende formar assassinos, mas seleccionar e formar homens inteligentes”, dizia-me o Director do CPAE¹⁹.

As melhores ou piores qualidades biológicas, inatas e/ou adquiridas, no que concerne às variáveis em consideração tende, inevitavelmente, a construir uma hierarquia, que numa situação de combate pode não coincidir com a hierarquia orgânica ou institucional. Situação tanto mais susceptível quanto menos cuidada for a formação da hierarquia orgânica, já que a hierarquia biológica ou dos valores é natural. “Chegamos a ver Soldados a darem ordens, numa situação de combate” afirmava-me o Tenente-General Alexandre Sousa Pinto, Comandante do Governo Militar de Lisboa²⁰. Embora parecendo estranhos, para quem nunca os viveu, estes acontecimentos são vulgares para quem deles fez rotina.

“Um chefe e o grupo que ele comanda podem ter de defrontar, alternadamente, situações em que haja perigo iminente e situações não perigosas; existem *planos de acção* diferentes, e diferentes modalidades de exercício da autoridade que lhes correspondem, consoante as circunstâncias” (Lobstein, 1969: 188 e 189).

Esta abordagem de Lobstein representa plenamente a situação vivida na Guerra de África: nos momentos de perigo frente ou próximo do inimigo a autoridade pode estar num determinado membro do grupo, o líder informal, enquanto que no descanso está noutro elemento do grupo, o líder formal. No entanto, é justo reconhecer que, embora raras, circunstâncias existiram em que as duas lideranças estiveram presentes no mesmo membro do grupo.

Importa então e ainda investigar, do ponto de vista teórico, a razão que motivava os elementos do grupo ao cumprimento das ordens provenientes daqueles que designo por líderes informais, diferenciando-os assim dos líderes formais ou chefes com o poder orgânico. Sobre este aspecto da questão sigamos Max Weber.

A validade de uma ordem é determinada pelo hábito ou por uma situação de interesses. A Sociologia reconhece que há diferentes ordens, mesmo opostas entre si, que podem ter a sua validade dentro do mesmo círculo de homens. É até possível que o mesmo indivíduo oriente o seu comportamento por diferentes ordens que, enquanto tais, são

¹⁹ Em entrevista, no dia 15/10/2002, no âmbito da presente investigação.

²⁰ Em entrevista, no dia 15/10/2002, no âmbito da presente investigação.

contraditórias. Entre a validade e a não validade de uma ordem não há uma alternativa para a Sociologia, para a qual, a validade de uma ordem consiste unicamente na possibilidade e probabilidade de poder orientar-se para uma ideia. Estruturalmente as ordens fundamentam-se no direito e nas convenções (Weber, 1995: 423 a 425). Prossegue o autor, considerando que o Direito legitima as ordens emanadas da estrutura hierárquica convencional e garante o seu cumprimento face à “possibilidade de coacção que é exercida por um conjunto de indivíduos instituídos com a missão de obrigar a observância desta ordem ou de castigar e punir a sua transgressão” (Weber, 1995: 426). Este tipo de ordens é seguido por toda a cadeia de comando e aplica-se desde o momento em que o mancebo é convocado para comparecer numa determinada unidade, em determinado dia e hora. Ao longo de toda a sua carreira e em toda a instituição militar, as ordens proferidas com base no direito têm de ser rigorosamente cumpridas, porque o contrário implica para o faltoso graves consequências e rigorosas punições. Mas importa, aqui, o outro tipo de ordens, as que encontram o seu fundamento nas convenções.

A convenção, à qual “deve chamar-se «hábito»” legitima as ordens emanadas da estrutura hierárquica dos valores e dos princípios. A validade destas ordens é garantida “dentro de um (determinado) círculo de homens”, onde um comportamento discordante deverá encontrar uma reprovação geral. Neste sentido, a convenção torna-se um hábito que é “válido e que está garantido pela reprovação do comportamento discordante” (Weber, 1995: 426).

Estes dois tipos de ordens: as que emanam do Direito e as que têm a sua origem na convenção ou hábito, constituíram o alicerce das unidades militares de elite, na Guerra de África. As primeiras aplicam-se a todos os militares e em todas as circunstâncias, enquanto as segundas, que podem ser designadas como «códigos de conduta» só têm expressão em situações de Guerra e são praticamente limitadas às Unidades ou Forças de Elite, onde os códigos de comportamento assumem graus de exigências muito acentuados, para os quais não existem termos de punição formal, mas em que a severidade social é, não raras vezes, fortemente inibidora da falta.

Foi nesta lógica que, num determinado momento, tudo dependia do líder informal, ninguém pondo em causa as suas ordens e todos as cumprindo para, num momento a seguir, o líder formal querer recuperar o comando perdido. “Os aspectos formais da

disciplina, como o porte e o atavio, tendem a ser secundarizados durante o combate, mas a tendência é para os recuperarem assim que as unidades passam a uma situação de reserva ou descanso” (Vaz, 2000: 46). Mira Vaz interpreta com lucidez este fenómeno. Porém, a recuperação do comando não era por vezes tão rápida quanto o líder orgânico o desejava, situação que necessariamente «desembocava» em conflitos.

O sentido de defesa e segurança, mais este que qualquer outro, na base do qual as tropas se motivavam, é perfeitamente interiorizado por Mira Vaz, que enquanto Oficial Pára-Quedista e Comandante de Companhia na Guerra acentua e reconhece a existência destes dois estádios: o combate e o descanso. Estádios estes em que no segundo, a disciplina e a hierarquia ou cadeia de comando eram as formais, orgânicas ou institucionais, enquanto no primeiro já não era assim: a hierarquia estava nos valores e nas capacidades, que na sua quase generalidade eram condição de Sargento, sendo assim, porque os combates se travavam com as pequenas unidades, de comando de Sargento, originando, pela continuação, a dupla cadeia de comando. Mira Vaz, acentua a “experiência de combate” como uma das condições relevantes, o que certifica uma das minhas hipóteses.

Sobre este tema diz-nos Maria Carrilho: “em situações de combate, a liderança desliza para uma definição baseada no nível das prestações efectivas, não derivando apenas do reconhecimento por parte de instâncias superiores (como é usual em tempo de paz), mas também do reconhecimento por parte dos elementos hierarquicamente inferiores, que se torna indispensável para conferir a capacidade de comando. A propósito, convém referir que, em combate, certas normas rituais de organização, como é o caso da etiqueta, tornam-se frágeis e mesmo deslocadas” (Carrilho, 1985: 46). Este reconhecimento que nos mostra Maria Carrilho é particularmente importante, porque esta investigadora não fala de experiência, uma vez que nunca esteve numa situação de combate; o que afirma foi-lhe naturalmente transmitido por pessoas que estiveram nessas situações, o que amplia o leque destas afirmações, tornando-se assim uma realidade inequivocamente provada.

Segundo Kurt Lang, “Quanto mais perto uma unidade se encontrar das primeiras linhas e quanto mais intenso for o combate, mais o controlo formal típico da instituição militar tende a diluir-se. Quando os soldados, sargentos e oficiais se encontram expostos aos mesmos riscos e sofrem idênticas privações, a estrutura formal da instituição militar

tende a ser substituída por um sistema social de emergência. Nestas circunstâncias, o relacionamento do grupo orienta-se no sentido de assegurar a sobrevivência pessoal e colectiva, de tal modo que as disposições regulamentares são sistematicamente preteridas em favor da satisfação dessa necessidade básica” (Lang, 1972: 73).

Kurt Lang, com grande felicidade e facilidade de síntese, resume todo o argumento que tenho vindo a desenvolver, de forma intencionalmente prolongada, porque considero este tema nuclear na formação das elites, não podendo ficar qualquer mancha de dúvida sobre esta realidade factual. E foi a não observância desta nuclearidade que criou a dupla cadeia de comando, que originou posteriormente graves problemas, que devem ser evitados no futuro, procurando-se que as hierarquias orgânicas e dos valores se concentrem na mesma pessoa, condição necessária para otimizar o valor combativo de qualquer tropa. De pouco, ou muito pouco, servirá a um país como Portugal, dispor de equipamentos militares «de ponta», se não souber, ou não quiser, formar as suas elites militares.

Em síntese, posso afirmar que, durante o combate, os grupos humanos se comportam em conformidade com dois objectivos principais: por um lado, a sobrevivência individual e colectiva e, por outro, o cumprimento da missão. Se o primeiro não carece de explicação como desencadeador da vontade de combater, já quanto ao segundo será útil um esclarecimento adicional. Em primeiro lugar para recordar que o militar, todo o militar, é instruído na convicção de que o cumprimento da missão é obrigatório e independente de qualquer juízo de valor pessoal. Aquilo que se repete incessantemente ao Soldado é que ele não tem que compreender a lógica da missão, não tem que concordar com os seus objectivos, nem tem que sentir como boas, justas e adequadas as suas razões; tem simplesmente que cumpri-las. Em segundo lugar, inculca-se no Soldado a ideia de que todas as missões concorrem de modo racional e coerente para o objectivo final, ainda que possam aparentar o contrário; e portanto, é do interesse de cada um empenhar-se a sério nelas. E, por fim, recorde-se que os comportamentos, tanto os individuais como os colectivos, estão sujeitos à pressão da sociedade, e é por isso que muitos Soldados, a despeito da relutância que sentem em correr riscos, os aceitam: a sua auto-estima e a reprovação, primeiro da subunidade militar e em seguida da sociedade, exigem que ele os corra (Vaz, 2000: 47).

Está-se, assim, perante uma situação de influência, a qual pode ser exercida por um indivíduo ou por um grupo. Para Fischer, a influência é uma relação social no interior da qual um indivíduo modifica o comportamento de outro através da persuasão. A influência não requer poder (Fischer, 1994:89).

4 – CONCEITOS OPERACIONAIS

A estruturação do presente estudo teve que obedecer à organização e doutrina do funcionamento da instituição que se está a estudar. Por este motivo, procurei as melhores definições e normas que seguiram as FA nos três teatros de operações e, sobretudo, a forma como eram vistos e enquadrados os vários níveis de decisão, de comando e de poder. Estes níveis de decisão superior enquadram a política, a estratégia e a tática.

4.1 – Política e Estratégia

Foi sempre doutrinário entre os militares portugueses analisar as posições relativas da política, da estratégia e da tática, procurando defini-las e hierarquizá-las quanto à sua posição relativa, na preparação, desencadeamento e condução da guerra.

Os estabelecimentos de ensino superior militar dedicam uma parte importante do seu currículo a esses estudos, acabando por definir, com elevado rigor, as posições de cada uma delas.

E se os militares não aprofundam muito os conceitos e a interferência da política no desencadeamento e condução da Guerra, por considerarem que a política é para os políticos, foram sempre o mais longe possível na análise dos conceitos da estratégia, no estudo da sua condução e na procura de uma definição concreta e abrangente dos mais modernos conceitos de Guerra.

De Clausewitz a Liddel Hart, passando por Moltke, Jomini, Sebastião Teles e outros, até Beaufre, os estudos sobre o conceito de estratégia foram-se desenvolvendo, umas vezes mais preocupados com a sua diferença da tática, outras mais ou menos ligados ao emprego das forças militares.

Mas são, sem dúvida, Liddel Hart e Beaufre que trazem duas noções de real exactidão, dando ao conceito de estratégia a capacidade para abranger as novas formas de Guerra que a segunda metade do século XX passou a conhecer. Liddel Hart, ao falar na grande estratégia que coordena e dirige os recursos da Nação ou de uma coligação a fim de atingir o objectivo político da guerra, retira ao conceito de estratégia o seu carácter exclusivamente militar. Beaufre, mais claramente, fala na estratégia como o acto de fazer concorrer a força ou a coacção para realizar os fins da política.

Não se fala em meios militares, fala-se em força, ou seja, os múltiplos meios que devem ser empregues para impor a nossa vontade ao adversário. E esses meios ou formas de coacção são, pelo menos, agrupáveis em cinco categorias: psicológicos, diplomáticos, política interna, económicos e militares.

O que interessa de facto salientar é que o conceito de estratégia a que se chegou entre nós, abrange, perfeitamente, os novos aspectos que a Guerra tomou neste século.

Este conceito actual, geralmente aceite nos estabelecimentos de ensino superior militar e naturalmente inserido no corpo da doutrina militar, anunciava-se dizendo que compete à estratégia o estudo e a aplicação da coacção com vista a atingir os objectivos fixados pela política, sendo o seu campo de aplicação envolvente de todos os sectores da actividade do Estado, onde todos os organismos, civis e militares, são chamados a resolver os problemas estratégicos. Ou, ainda mais recentemente, a definição de que a estratégia é a ciência e a arte de desenvolver e utilizar as forças morais e materiais de uma unidade política ou coligação, a fim de se atingirem os objectivos políticos que suscitam ou podem suscitar a hostilidade de outra unidade política.

Assim parece claro, que sendo múltiplos e diferentes os meios de coacção e os seus agentes e que a sua aplicação visa atingir os objectivos fixados pela política, esta comandará a estratégia e ocupará a primeira posição nos actos que respeitam ao desencadeamento e condução da Guerra.

Esse primeiro conceito sobre a posição relativa da estratégia, em relação à política, é bastante importante para que se possa compreender, com carácter definitivo, que qualquer estratégia, e também a militar, tem de ser definida e aplicada de acordo com as imposições da política. Por outras palavras, e para concretizar melhor, dir-se-á que a estratégia é, entre outros, um meio, aliás fundamental, a que a política recorre.

No caso concreto de Portugal era por demais evidente que o desencadeamento e condução de uma Guerra contra-subversiva, como aquela que sustentamos de 1961 a 1974, tinha que obedecer às directivas da política, dada a multiplicidade e complexidade dos factores que nela intervinham. Repare-se que só a nível político se podia assumir a decisão sobre a destruição dos santuários inimigos localizados em países estrangeiros limítrofes dos Teatros de Guerra, onde livremente se apoiavam os Guerrilheiros; só a decisão política poderia coordenar e tornar eficiente uma estratégia de acção psicológica, quer a nível interno, quer a nível externo; só a decisão política seria capaz de congregiar todos os esforços da política interna para, em paralelo com forças militares, conseguir, de uma forma acelerada, a captação das populações tocadas pela subversão; só a decisão política determinaria a estratégia económica e a estratégia financeira mais favoráveis e mais apoiantes às acções da Guerra; e sem a decisão política não seria possível conduzir uma política externa, que tem carácter importante no tipo de Guerra como a que enfrentámos.

Todavia, nem sempre é fácil traçar a linha separadora entre as responsabilidades política e a militar. Acções há que não serão fáceis de determinar se pertencem à área da política ou da militar e, no caso da Guerra subversiva, essa dificuldade é ainda maior.

Há assim que aceitar uma zona de sobreposição estratégica entre as responsabilidades políticas e militares, onde não é possível determinar, com clareza, a quem pertencem as responsabilidades pelo desencadear das medidas adequadas. É sobre esta zona de sobreposição que os estudos e as propostas terão de ser feitas de comum acordo entre os responsáveis dos dois sectores, militar e civil, a fim de se obter uma decisão coerente e passível de ser executada.

Do que acabo de referir, torna-se evidente que os responsáveis militares devem ter, e geralmente têm, uma influência importante na decisão política sobre as estratégias de uma Guerra, ou não fossem eles os responsáveis por um poderoso meio de coacção. Mas, sem qualquer dúvida, a decisão política constitui uma responsabilidade dos órgãos políticos²¹.

²¹ Conceito elaborado pela conjugação de conhecimentos pessoais, colaborações de Oficiais entrevistados e conteúdo da publicação do EME *Subsídios para a Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*.

A doutrina de organização e articulação de funções nas FA determina, como se vê, que a estratégia seja uma atribuição do Corpo de Generais. Em cumprimento desta ordem, é nesta função que, na presente investigação, é entendido o desempenho dos Generais.

4.2 – Estratégia e Tática

A doutrina portuguesa considera a tática como o outro enquadramento da estratégia. Por isso, e porque estou a tratar da estratégia geral portuguesa, convém deixar um apontamento sobre as relações que, doutrinariamente, existem entre a estratégia e a tática para que o desenvolvimento do assunto não fique amputado.

A tática situa-se a nível hierárquico inferior à estratégia e é a execução das suas decisões. Este conceito de hierarquia não significa, contudo, que uma seja mais importante do que a outra. Quantas vezes é mais difícil executar do que conceber e quantas vezes a impossibilidade de executar determina a anulação de brilhantes concepções. Mas significa que há um grau de dependência íntimo, da tática em relação à estratégia, como desta em relação à política.

Compete pois à tática, a execução das decisões estratégicas. Deve dar-se ao conceito de tática a generalização que se deu ao conceito de estratégia, retirando-lhe o carácter exclusivamente militar. Assim haverá também, entre outras, uma tática económica, uma tática psicológica, uma tática diplomática, tal como mandarem as respectivas estratégias. Mas há que não ser excessivamente rígido na separação da estratégia e da tática.

Como aconteceu em relação à política e à estratégia, convém aqui aclarar que, apesar da hierarquização estabelecida entre a estratégia e a tática, é indispensável manter uma convergência participativa entre as duas, para execução dos objectivos fixados pela política.

Em termos de formas de coacção, direi que, quando estas tiverem interesse ou significado político, estamos no domínio da estratégia e, quando tal não acontecer, estamos no campo da tática pura.

É fácil assim, compreender que, também aqui, haverá uma zona de sobreposição entre os dois conceitos, sendo difícil, por vezes, delimitar onde acaba a responsabilidade de um e começa a do outro.

O desenvolvimento no terreno, da doutrina sobre a tática, não deixou de reflectir alguma indefinição entre as linhas virtualmente separadoras entre estratégia e tática mas, concretizando, direi que a zona de sobreposição entre estratégia e tática, ou coordenação das táticas, constitui uma função da dependência de Brigadeiro ou de Coronel. Já a tática pura constitui uma função de Tenente-Coronel.

A forma como as autoridades militares doutrinaram no terreno a estratégia, a tática e a técnica, conduziu ao surgimento de três níveis de elites: hierárquicas, Comandantes de Companhias de quadrícula e tropas de elite²².

4.3 – Elites Hierárquicas

Por elites hierárquicas entendo a cadeia de comando de nível superior, desde o cimo até ao nível de comando de Batalhão. Naturalmente, a estrutura seguida corresponde à que esteve implantada no terreno, a qual se subdividia nos seguintes três níveis de comando:

- a) Generais, que desempenhavam funções político-estratégicas;
- b) Brigadeiros e Coronéis, que comandavam Agrupamentos, ou seja, conjuntos de Batalhões; em função do terreno e da dimensão da Guerra, desempenhando funções estratégico-táticas ou, como também as designei, coordenação das táticas;
- c) Tenentes-Coronéis, que comandavam Batalhões, desempenhando funções táticas.

Para além das funções de natureza estritamente militar, que acabei de descrever, toda esta cadeia hierárquica tinha uma segunda função, a de administrar todos os meios, humanos e materiais, que estavam na sua área de jurisdição.

Para estudar as elites hierárquicas, tinha que saber quem foram, pois considera-se que é necessário conhecer o homem para o estudar e para caracterizar a instituição militar, quanto a esta sua vertente.

²² Conceito elaborado pela conjugação de conhecimentos pessoais, colaborações de Oficiais entrevistados e conteúdo da publicação do EME *Subsídios para a Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*.

Quanto aos Generais, parti do princípio que todos eles intervieram na guerra, formando, mobilizando, doutrinando, regulamentando, emitindo pareceres para os órgãos políticos, ou no desempenho das mais variadas funções. Neste sentido, consultei todas as listas de Antiguidades de Oficiais do Quadro Permanente do Exército, entre 1949 e 1975. Assim constitui a lista dos 148 Generais. O facto de se considerarem os Generais desde 1949, justifica-se por ser o ano de entrada de Portugal na NATO, nos termos da qual se iniciaram profundas reestruturações do Exército que influenciaram toda a situação posterior, particularmente na doutrina de formação, o que mais importa neste estudo.

As relações dos Comandantes de Agrupamentos, em número de 104, e a dos Comandantes de Batalhão, em número de 486, obtiveram-se, através da consulta aos trabalhos em curso, na DDHM, Serviço do EME. A consulta dos documentos pertinentes e a liberdade de movimentos foram-me autorizadas, pelo Major-General Henrique António do Nascimento Garcia, após uma reunião comigo e com os dois Coronéis, responsáveis pelas áreas de estudo, e com o Coronel Director da DDHM.

Com estas listagens, consultei as listas de Antiguidades de Oficiais do Quadro Permanente do Exército, no AHM cuja autorização foi concedida pelo respectivo Director, que me disse: “as listas são para consulta pessoal e reservada, a utilização de muitos elementos tem que ser feita com cuidado”. Garanti, ao meu interlocutor, Tenente-Coronel Aniceto Afonso, que ficasse descansado, que a sua recomendação seria tida em boa conta. A partir destas listas elaborei o percurso profissional de todos e cada um destes Oficiais.

Nos arquivos da AM consultei os processos individuais, que ali foram instruídos, sobre todos e cada um dos Oficiais que constavam das três listas: Generais, Comandantes de Agrupamento e Comandantes de Batalhão. A consulta foi-me autorizada pelo competente Comandante, Tenente-General Silvestre António Salgueiro Porto, que me alertou para o facto de estar a trabalhar com dados pessoais, cuja divulgação merece muito cuidado. Tranquilizei o Tenente-General dizendo-lhe que não se preocupasse, que trataria os dados com a máxima reserva, não indo para além do que à ciência conviesse.

Destes arquivos retirei a informação que considere pertinente, como seja: Freguesia e Concelho de nascimento, posto militar no momento de ingresso na Escola Militar²³, idade de ingresso na Escola, ensino secundário que possuía no momento de ingresso na Escola, profissão do pai e da mãe e classificação obtida no final do curso. Estes dados, como se compreende, não se apresentam individualmente, são dados pessoais, cuja divulgação em nada eleva o conhecimento científico. Faz-se, contudo, uma exceção, em situações que espelhem relevância ao que se pretende demonstrar.

Através da consulta dos processos individuais, instruídos ao longo das vidas dos militares, obtive a informação sobre os cursos de promoção que cada um destes Oficiais frequentou: Capitão, também designado Curso de Comandantes de Companhia, Oficial Superior e Oficial General. Fiquei ainda, a saber, se o Oficial tinha o Curso de Estado-Maior. A consulta destes processos foi-me autorizada pelos respectivos Tenentes-Generais, Comandantes dos Serviços, onde os mesmos se encontram arquivados.

A partir e com a informação citada e disponível, foi-me possível caracterizar a formação base que possuíam estes Oficiais, com a qual dirigiram a Guerra e em função da qual a doutrinaram.

4.4 – Comandantes de Companhias de Quadrícula

Os Comandantes das Companhias que estavam colocadas em quadrícula, detinham funções tácticas e técnicas. Este escalão de comando tinha uma área sob a sua responsabilidade, o que implicava que lhe coubessem responsabilidades tácticas, tais como apoio económico às populações, manobra psicológica junto das mesmas e até alguma diplomacia, ainda que muito ténue junto dos dirigentes tradicionais. A diplomacia aqui considerada influenciava o apoio da população à guerrilha, em sentido inverso ao da sua eficiência, o mesmo é dizer, que influenciava a própria Guerra.

Este escalão de comando tinha ainda funções técnicas, no que concerne à segurança imediata e de proximidade, para além e ainda, de funções de administração de pessoas e bens, que estavam situados na sua área de influência.

²³ Termo que aqui utilizo em sentido genérico, porque ao longo do período relevante, este Estabelecimento de Ensino Militar registou várias designações.

Na função quadrícula, somente se considera o Capitão, porque só ele tomava decisões, sendo que os restantes membros destas unidades cumpriam diariamente as funções e a rotina que lhes era determinada pelo Comandante de Companhia.

Para o estudo do Capitão de quadrícula, desenvolveu-se uma amostragem intencional, em função do quadro a que pertencia, tendo que ser de carreira, do seu valor, do local onde estivera em quadrícula, da existência de documentação sobre a unidade que comandou e sobre o local onde esteve colocado e da sua própria disponibilidade. Estudei assim, o que podemos definir como um Capitão «de ponta». Mas para melhor se compreender o que era e como funcionava a quadrícula, fiz uma abordagem genérica a todo o Batalhão a que pertencia a Companhia, comandada pelo Capitão que estudei.

Feito este estudo, cabia saber se todos os Capitães tiveram o mesmo tipo de comportamento. Face ao que se impunha que estudasse outros, estes agora indicados de forma aleatória, pelo que, e para aproximar os níveis de dificuldade de actuação, defini como universo todos os Capitães de carreira que estiveram em quadrícula na Guiné, universo conhecido, acabando o EME de editar um livro, onde consta uma breve resenha sobre cada uma destas unidades. Aberto o livro diversas vezes ao acaso, fui estudar, sequencialmente, os Capitães que sucessivamente surgiram nas páginas do livro, para o que elaborei uma listagem. Só estudei os dois primeiros. Qualquer deles tivera um desempenho literalmente oposto ao do Capitão que escolhera de forma intencional. Não continuei, porque o conhecimento ficou saturado. O Capitão «testemunho» era do mesmo quadro que os outros dois, esteve na Guiné como eles e todos na sua primeira comissão.

Os elementos recolhidos garantiam-me que as diferenças de desempenho não poderiam estar na formação de base, porque era igual; não podia estar na experiência, porque era igual; então, e por exclusão de partes, a qualidade do desempenho, a partir de um nível médio, poderá explicar-se pela dimensão da vocação.

4.5 – Tropas de Elite

Estudei igualmente as tropas de elite, constituídas pelos Pára-Quedistas, Comandos e Fuzileiros Especiais. Uma vez que estas tropas se assemelham em quase tudo, estudou-se um Batalhão de Pára-Quedistas, no seu aspecto geral, e uma Companhia desse

Batalhão, de forma mais pormenorizada. Companhia esta que integrei. As forças especiais eram, ainda, constituídas por tropas nativas, que assumiram designações diversas consoante o teatro de operações em que ocorreram.

Como exemplo destas tropas estudei os Comandos Africanos da Guiné, os Grupos Especiais e os Grupos Especiais de Pára-Quedistas, ambos de Moçambique.

As tropas de elite, como se compreende, não eram homogéneas, antes eram integradas por quatro classes de militares: Capitão, Alferes, Sargentos e Praças.

Sobre os Capitães segui-se a metodologia descrita para as elites hierárquicas e estudaram-se todos os que comandaram Companhias de Pára-Quedistas, em número de 64, cuja relação obtive a partir dos arquivos existentes na ETAT: livros sobre a história dos Batalhões, que se constituíram em África, e Ordens de Serviço; e memórias pessoais de Pára-Quedistas, que me deram esse apoio. Embora os Capitães não integrem as elites hierárquicas, considerei relevante individualizá-los pela função individual que desempenharam, com o objectivo de determinar o que os individualizava, relativamente aos outros Capitães, que exerciam as suas funções nas tropas de quadrícula.

Os restantes militares, do grupo de elites operacionais, pelo seu elevado número, são apenas estudados, de forma integrada, nas respectivas classes.

4.6 – Avaliação da Formação pelo Desempenho

Sendo que o objectivo do estudo determinar como se formaram as elites militares e que essa formação pode incluir três componentes: formação base, vocação e experiência, importa explicitar os procedimentos que orientaram a análise para tal determinação.

4.6.1 – Para as Elites Hierárquicas

Como estas elites actuaram isoladas dos seus pares, não se podem comparar. Seria injusto e inadequado fazê-lo. Se um Comandante de um Agrupamento pacificou a sua zona e outro não, isso não significa que eles fossem diferentes, podendo antes significar que existiam diferenças entre as zonas que comandavam, tais como: capacidade do inimigo, apoio da população ao inimigo, proximidade da fronteira de países que prestavam apoio aos Guerrilheiros, condições do terreno, quantidade e qualidade dos

efectivos que comandavam e tantos outros factores exógenos à capacidade do Oficial Comandante.

Ao invés, assumi que todas as elites, dentro do respectivo nível, tinham idêntico desempenho e, a partir dos elementos objectivos que possuo sobre cada um, se poderá concluir como se formaram e a influência que teve na sua formação cada uma das três hipóteses formuladas.

4.6.2 – Para os Comandantes das Companhias de Quadrícula

Para determinar como se formaram estas elites, comparei o desempenho que uns e outros tiveram na Guerra, isto é, ajustei o desempenho dos Capitães dois a dois, em que duas das hipóteses eram iguais, resultando que as diferenças, se as havia, só podem ser explicadas pela terceira hipótese, que neste caso funcionou como variável explicativa.

Admitindo dois Capitães de carreira, ambos na sua primeira comissão, temos que duas das três hipóteses, podem ser medidas, logo equiparadas e isoladas: a formação base e a experiência, que podemos medir pelo tempo de serviço em campanha. Quer isto dizer, que a verdadeira variável explicativa é a vocação. Se o seu desempenho for igual ou semelhante, nada se pode concluir, mas se o seu desempenho for muito diferente, essa diferença reside na vocação.

Admitindo um Capitão de carreira e um Capitão miliciano, ambos na mesma comissão, primeira ou segunda. A experiência anula-se, porque é igual; ficam-nos duas variáveis. Vou, numa primeira análise, considerar que a vocação tem pouca importância e que a maior formação está na formação base, então, temos que esperar que o desempenho do Capitão de carreira seja superior ao do Capitão miliciano. Se a diferença no desempenho não se notar, ou até, se o desempenho do Capitão miliciano for superior ao do Capitão de carreira, temos que aceitar a superioridade da vocação, no conjunto das componentes contributivas para a formação.

A multiplicidade destes exemplos, que têm que incluir os nomes dos Capitães para serem fidedignas, conjugadas com exemplos em toda a cadeia das elites, proporcionou-me uma conclusão, maior ou menor, consoante as diferenças de desempenho verificadas.

4.6.3 – Para as Tropas de Elite

A formação dos militares que integravam tropas de elite avalia-se, igualmente, pelo seu desempenho, ou seja, pela sua capacidade de combate ou valor combativo, para o que se recorre a comparações entre eles, seguindo o mesmo método que utilizei para os Capitães de quadrícula.

Quer isto dizer, que vou comparar os Capitães entre si; os Alferes uns com os outros; os Sargentos dentro da classe; e as Praças umas com as outras.

O facto de apreciar todos os elementos destas tropas e não só o Capitão, justifica-se, porque todos eles eram decisivos no decurso dos combates. Vezes houve, em que o combate foi decidido por um Soldado. E estas situações, verificaram-se bem mais vezes do que o cidadão comum possa pensar.

Nas tropas de elite, só interessa avaliar o desempenho em combate, por duas razões que se conjugam e se apoiam: em primeiro lugar, estas tropas não tinham qualquer actividade de quadrícula, e em segundo lugar, a sua função era combater o inimigo, nos locais onde a quadrícula não tivesse capacidade para o fazer.

É a exaustão de exemplos que permitirá saturar a informação e concluir com elevado grau de certeza fundamentada. Não ignoro os inconvenientes do método que segui e do modelo que desenvolvi, ao confrontar o passado das pessoas citando-lhes os nomes, sem o que o método não é credível. Contudo, não se censura ninguém, porque ninguém tem culpa de não ter vocação militar, ter pouca ou inadequada formação base, ou não ter experiência. Parto do princípio de que aqueles que se sentirem profissionalmente elevados não se importarão de ser citados, logo, com esses não me preocupo, aos restantes peço a necessária compreensão. Porém, e para que não venha a ser considerado que sob a capa de um estudo científico me aproveitei para atacar pessoas, recorri abundantemente a documentos militares. Desde logo, só torno social o que a instituição militar expressou em devido tempo.

Foi em torno desta ideia base, no sentido de aproximações sucessivas, com base na experiência vivida e dos múltiplos exemplos presenciados, que desenvolvi as entrevistas com valorosas elites que conhecia ou me foram apresentadas por amigos comuns. A preocupação de entrevistar sobretudo indivíduos que considero terem desempenhado as

suas funções com brilho e elevação, tem a ver com a necessidade de não colocar os meus entrevistados numa posição de «defesa», o que os poderia levar ao enviesamento intencional das respostas.

As entrevistas, a maioria das quais decorreram em casa dos entrevistados, foram longas e, por vezes, em mais do que uma sessão. Expunha esta temática ao meu entrevistado, após o que, por sermos homens do «mesmo ofício», as ideias e as recordações «desfilavam» abertamente. Ao fim de várias horas, de conversa amena e agradável, procedia à sistematização do que procurava:

- a) As hipóteses estavam correctas?
- b) Como valorizar cada uma delas?
- c) Havia outras hipóteses que devessem ser consideradas?

Era então que registava a opinião do entrevistado.

No entanto, e muito embora a informação disponível seja diferente quando se aborda a elite hierárquica, o Capitão de quadrícula ou os elementos das tropas de elite, o certo é que, numa projecção para o futuro, e no que concerne à vocação, só me incomodo com as elites combatentes, visto que, e segundo o normal funcionamento da progressão na carreira, os Oficiais começam sempre por Alferes. Logo, na classe de Oficiais, só esta patente merece referência quanto à vocação.

II – A FORMAÇÃO BASE DAS ELITES MILITARES

Por formação base das elites militares, entre 1900 e 1975, como já o disse, entendo a formação científico/cultural, a formação militar, a formação psicológica/vocacional e a formação doutrinária.

A melhor ou pior conjugação destas quatro componentes da formação base das elites militares determina o correspondente nível de formação, o qual irá afectar a qualidade do respectivo desempenho. Por outro lado, a valorização orgânica de cada uma destas componentes irá determinar a constituição do Exército e condicionar, igualmente, o seu desempenho.

O mínimo que se pode dizer é que o Exército Português nunca soube enquadrar estas quatro componentes na perspectiva do tipo de guerra que Portugal enfrentou em África. Hiper-valorizou a componente científico-cultural, ministrou a todos os efectivos os princípios básicos da componente militar, ignorou em absoluto a componente mais importante, a psicológico-vocacional, e dirigiu a doutrina de funcionamento das tropas para socorrer a componente que erradamente tinha hiper-valorizado.

O resultado desta formação base só podia ser o que foi: as elites militares sentiram-se mais preparadas e vocacionadas para cargos políticos do que para os desempenhos em combate.

Para se perceberem as razões que determinaram o enquadramento das quatro componentes da formação base na Guerra de África, vejamos as principais reformas militares que concorreram para a doutrina que estruturou a constituição orgânica do Exército e as normas de actuação. Antes, porém, analiso a situação africana do fim do século XIX à Conferência de Bandung, por considerar essencial este período já que corresponde ao das conquistas e ocupação dos territórios africanos, pelas potências coloniais europeias, entre as quais se encontrava Portugal.

1 – A SITUAÇÃO AFRICANA: DO FIM DO SÉCULO XIX À CONFERÊNCIA DE BANDUNG

Para o presente trabalho considero essencial reportar algumas informações ligadas aos antecedentes africanos, as quais permitem compreender com mais clareza o que eram os territórios que Portugal procurou defender com a Guerra de África de 1961 a 1974. Com efeito, Portugal detinha, nos finais do terceiro quartel do século XIX, uma soberania moderada sobre os territórios africanos sob sua administração. África, com as suas matérias-primas e mão-de-obra barata, esteve para o Ocidente, um século atrás, como hoje o Médio Oriente com o seu petróleo.

“Angola desenvolvia-se em volta da bacia do Congo, da região de Luanda e da de Benguela, e só teria as suas fronteiras actuais no início do século XX, depois de várias e penosas vicissitudes ao longo do último quartel do século XIX” (Oliveira, Vol. III, 1993: 160).

Na África oriental, tanto a ocupação como a influência portuguesa eram reduzidas. A decadência manifestava-se desde o século XVII e mantinha-se através do século XIX, apesar dos esforços pontuais. Na primeira metade do século XIX, Portugal pouco mais detinha do que a Ilha de Moçambique e algumas zonas da costa, do rio Zambeze para sul, incluindo a baía de Lourenço Marques. A influência mais acentuada para o interior processava-se ao longo daquele rio, até Tete.

A baía de Lourenço Marques era ainda reivindicada pelo Governo britânico, mas a questão foi resolvida pelo Marechal francês Mac-Mahon, por sua sentença arbitral, lavrada em 24 de Julho de 1875, a favor de Portugal, fixando o limite Sul da Província portuguesa tal como fora reconhecido, em 1869, no tratado assinado com a vizinha República boer, em que Lourenço Marques era, sem sombra de dúvida, incluída no domínio português.

Este facto, da maior importância para a província portuguesa da África Oriental, teve a mais alta influência em toda a política colonial da Nação. É que a decisão dessa arbitragem veio dar alento ao Governo do País e até mesmo aos portugueses que, embora sem responsabilidades governativas, se interessavam pelos assuntos coloniais, para melhor cuidarem da conservação e das defesas das tradicionais possessões de

Portugal no Ultramar, objecto permanente da cobiça de estranhos, que por essa época se manifestava ostensivamente em ofensivas diplomáticas tendentes a realizar a sonhada espoliação (Martins, 1945: 416).

Em 1890, outro diferendo com o Governo britânico deu lugar ao «Ultimato», perdendo Portugal direitos que tinha na Niassalândia. Em 11 de Junho de 1891 é aprovado o Tratado Luso-Britânico que fixou as fronteiras ocidentais de Moçambique (Oliveira, Vol. III, 1993: 160).

“Só no último quartel do século XIX a Guiné começou a merecer mais alguma atenção. Em 1870, a sentença arbitral do Presidente norte-americano, Grant, favorável às nossas pretensões sobre Bolama, parece ter despertado o interesse da Metrópole” (Felgas, 1967: 19).

O território da Guiné só foi delimitado pela Convenção Franco-Portuguesa de 12 de Maio de 1886 (Oliveira, Vol. III, 1993: 161).

Para definir a ocupação dos territórios africanos pelas potências coloniais europeias, a Alemanha organizou a Conferência de Berlim, que se realizou entre 15 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885, com a presença de Portugal.

O Acto Geral da Conferência, elaborado em 26 de Fevereiro de 1885, definia um novo direito público colonial. Segundo este, para ocupar qualquer ponto do território africano deveria existir uma autoridade suficiente para fazer respeitar os direitos adquiridos e a liberdade do comércio e do trânsito. Deixara-se, assim, de ter em conta o direito histórico tradicional para só considerar a posse efectiva resultante da ocupação territorial. Ou seja, a conferência de Berlim de 1885, ao reconhecer a soberania dos Estados em territórios coloniais apenas quando militarmente ocupados, obrigou Portugal a um gigantesco esforço, quase incompatível com as suas possibilidades humanas e financeiras (Oliveira, Vol. III, 1993: 180).

A nova ordem internacional levou Portugal a uma intensa actividade de operações de ocupação e pacificação. Mas as insuficiências financeiras da Metrópole impediam a condução de uma política coordenada e coerente, onde a actividade militar de pacificação fosse rápida e garantisse o indispensável.

Por vezes, houve necessidade de enviar expedições de forças mobilizadas na Metrópole para reprimir sublevações das tribos locais. No entanto, quase sempre quando chegavam, o problema já estava ultrapassado. Mas estas forças eram mal preparadas, com muitos soldados recrutados entre refractários, desertores e condenados ou internados em presídios. O equipamento e o fardamento eram medíocres, e nalguns contingentes, totalmente inadaptados às condições operacionais. Os Oficiais e Sargentos, por norma eram voluntários sendo favorecidos nas promoções e vencimento. Os êxitos resultavam com frequência de actos individuais em vez de operações militares organizadas e conduzidas nos escalões adequados. A Metrópole, embora com sacrifícios, realizava os esforços mínimos no sentido de serem alcançadas a ocupação efectiva e a pacificação do Ultramar (Oliveira, Vol. III, 1993: 180).

Por razões de melhor adaptação às condições climáticas, desfavoráveis aos europeus, Portugal destacou tropas de Angola e de Moçambique para operações noutras Províncias. Foram igualmente criados os Corpos Militares de 2.^a Linha, constituídas em exclusivo por naturais, dentro da tradição portuguesa de obter colaboração activa das populações. Outras forças de características irregulares e as privadas dos chefes nativos, arregimentadas entre os povos fiéis na ocasião, colaboraram igualmente com as autoridades portuguesas.

Em resumo e segundo a documentação oficial portuguesa, sobretudo a disponível nos arquivos militares e devidamente trabalhada pela própria instituição: “No geral, a presença de cinco séculos nos territórios do além-mar reduziu-se às ilhas, portos, fortalezas, praças e territórios circunvizinhos junto ao mar, com raras penetrações mais profundas. O restante espaço continuava livre para os povos autóctones com quem se mantinham relações privilegiadas de trânsito, comércio e protecção. Era um tipo de relacionamento de acordo com as raízes portuguesas de respeito pela liberdade e paridade de tratamento entre as diferentes comunidades. A situação só é alterada com a obrigatória, generalizada e efectiva necessidade de ocupação imposta pelos tratados” (Oliveira, Vol. II, 1993: 182).

Verifica-se assim, que a ocupação de domínios africanos era, na época, uma resultante da Ordem Internacional e um verdadeiro desígnio nacional, motivado pela convicção que dali poderiam surgir grandes riquezas. Este pensamento quer por parte de políticos quer da população em geral era tanto mais forte quanto as disputas entre as grandes

potências europeias o faziam admitir. Neste sentido, os militares empenharam-se lutando por vezes até ao limite, dando a sua própria vida, por aquilo que, também eles, admitiam serem os grandes interesses nacionais.

Os líderes africanos, embora vencidos pela força das armas das potências coloniais europeias, nunca se resignaram à situação a que estas os reduziam. A Guerra de 1914-18, em que os africanos se envolvem, combatendo numa guerra que não era sua, mas da qual esperavam novos rumos para o seu futuro, constitui um marco fundamental para o estudo dos movimentos emancipalistas. Com efeito, ela foi incentivadora de sentimentos de autonomia nos territórios sob administração europeia, propiciadora dos desenvolvimentos das ideias pan-africanas.

A URSS, onde triunfara a Revolução Bolchevista de 1917, apareceu na cena internacional afastada da Europa e como inimiga do colonialismo, explorando em seu benefício o nacionalismo nascente, a xenofobia latente e as ambições activas das elites das colónias. A preocupação da URSS pela Ásia e pela África revela-se, desde muito cedo, como uma plataforma indirecta de atacar os povos capitalistas ocidentais, que julgava inoportuno ameaçar directamente. Isso parece evidente, logo em 1920, no Congresso dos Povos Oprimidos de Baku, que constituiu o ponto de partida para um programa de infiltração e de penetração no mundo não europeu (Pattee, 1959: 32-33).

A nascente Sociedade das Nações (SDN), de forte influência americana, apoia os movimentos emancipalistas, ainda incipientes. Os países da Europa, administradores de territórios ultramarinos saíram da Guerra demasiado enfraquecidos para se poderem opor eficazmente ao envolvimento gerado em torno das suas possessões africanas e asiáticas.

As promessas feitas pelos aliados, em momentos difíceis da guerra, aos povos sob o seu domínio e que lutavam a seu lado, constituíram um forte incentivo para que estes prosseguissem na luta para a satisfação dos seus ideais. Os ingleses, por exemplo, utilizaram árabes contra turcos²⁴, acenando-lhe com promessas formais de independência em datas posteriores, que depois não puderam ser cumpridas na sua totalidade, despertando, contudo, os sentimentos de autonomia nos povos sob o seu

²⁴ A Turquia, uma potência na altura, apoiava a Alemanha, logo era inimiga da Inglaterra, que por sua vez mobilizou os indianos.

domínio (Grant, 1940: 572). A Índia contribuíra para a guerra com fortes contingentes e, finda esta, viveu um sentimento de frustração ao continuar sob o domínio inglês.

Entre as duas guerras, o sentimento de independência na Ásia parecia corresponder ao da melhoria da condição negra em África. Havia como que um atraso africano, que não será de estranhar, atendendo a que a presença europeia na Ásia se verificava em contacto com os povos possuidores de uma cultura mais rica, profunda e generalizada, muito mais organizados e professando uma religião universal. Ao invés, a África está geograficamente dividida em duas pelo Sahará: a parte Norte, mais ligada ao mundo árabe e Próximo Oriente; a parte Sul — a verdadeira África Negra — com um poderoso contrapeso na República Sul-Africana de dominação branca, associado à existência de múltiplas tribos, línguas e religiões.

Em 1939 a hegemonia política de África pertencia ainda, indiscutivelmente, à Europa e a minorias brancas, não obstante a evolução da mentalidade africana, que não conseguiu então aproveitar, em seu eventual benefício, as muitas dificuldades que a Europa viveu no período entre as duas Grandes Guerras.

Os movimentos nacionalistas, que se haviam apagado com a aproximação da II Guerra Mundial, ressurgem e retomam a organização de congressos, após a assinatura do Tratado de Paz.

As promessas que durante a guerra alguns países, como a França, fizeram aos seus territórios de além-mar facilitaram este alento pan-africano. Os sentimentos nacionalistas não mais abrandaram e a Lei-Quadro de 1957, que também não continha o espírito de independência, aprovada pela Assembleia Nacional Francesa e aplicável a todos os territórios com excepção da Argélia, pretendia dar-lhes uma satisfação. A Lei-Quadro e o Referendo de De Gaulle, de 1958, a que apenas a Guiné Francesa respondeu com a independência, foram contudo rapidamente ultrapassados.

O espírito de grande autonomia, inicialmente manifestado pela França para os seus territórios, foi depois substituído por fórmulas tendentes a conservar um ultramar francês. Todavia, por fim, tornou-se inevitável a completa independência desses territórios. Dois anos depois, a França tinha concedido a independência a catorze estados.

Quanto à Argélia, a França sempre a considerou diferente, sentindo-a ligada a si por laços que tinham alguma analogia com os que Portugal criou com o seu ultramar, tudo fazendo para a manter unida a si, com os sacrifícios daí decorrentes.

Estas independências conduziram ao acesso de novas elites políticas que substituíram a administração francesa, mas nem sempre evitaram uma instabilidade política geradora de sucessivos golpes de estado.

A Inglaterra, que nunca possuiu províncias ultramarinas, no sentido dado por Portugal e pela França aos seus territórios, praticou uma política de certa abertura em relação aos povos sob a sua soberania. Quando a vaga nacionalista chegou a África, libertou, logo em 1956, o Sudão e, no ano seguinte, concedeu a independência ao Ghana. Só depois moderou o ritmo de libertação de outros povos, sendo então ultrapassada pela velocidade imprimida pela França e pela Bélgica, apesar de ambas serem menos propensas a isso (EME, Cadernos Militares, n.º 20).

A Bélgica, que antes da guerra se mostrava confiante em que a evolução dos costumes e das instituições indígenas devia ser o resultado de uma acção lenta e progressiva de uma administração de naturais sob o impulso dos europeus, cedeu de forma imprevisivelmente rápida aos primeiros tumultos e marcou com precipitação a data da independência do Congo para 30 de Junho de 1960 (Pattee, 1959: 67).

Não eram, porém, semelhantes as ligações destes países com os territórios libertados, às que Portugal mantinha com os seus. Por isso, apenas os casos da Argélia, que a França pretendeu conservar, e do Congo ex-Belga, pelas consequências negativas que provocou, tiveram profunda influência no nosso país (Oliveira, Vol. IV, 1993: 45-47).

Todavia, o grande motor de toda a mudança em África foi a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em 18 de Abril de 1955, já que estendeu a sua ajuda política, aos povos africanos mais atrasados no processo de emancipação²⁵.

Na terceira conferência dos Povos Africanos, realizada no Cairo em 23 de Março de 1961, foi aprovado “o recurso à força para liquidar o imperialismo”, foram referidas e analisadas as possessões portuguesas e reclamou-se — agora claramente — a

²⁵ A Conferência de Bandung foi convocada pelos seguintes cinco países — Birmânia, Ceilão, União Indiana, Indonésia e Paquistão — que se haviam reunido em 5 de Abril de 1954 na Conferência de Colombo a fim de procurar os meios para alcançar a paz na Indochina.

independência de Angola, Moçambique e Guiné Portuguesa. Recorde-se que a guerra em Angola tivera o seu início, no dia 15 desse mês.

À data da Conferência de Bandung, em Abril de 1955, apenas cinco países africanos eram independentes: Egipto, Líbia, Etiópia, Libéria e União Sul Africana. Até 1963 surgem mais trinta e dois novos estados: Marrocos, Tunísia, Sudão, Ghana, Togo, Guiné, Somália Italiana, Nigéria, Somália Inglesa, Congo Belga, Camarão Francês, Togo Francês, Senegal, Sudão Francês, Madagáscar, Ubangui-Chari, Costa do Marfim, Alto Volta, Níger, Daomé, Chade, Congo Francês, Gabão, Mauritània, Serra Leoa, Tanganica, Camarão Inglês, Argélia, Uganda, Ruanda-Urundi, Zanzibar e Quénia (EME, Cadernos Militares, n.º 20: 11). Ou seja, no lapso de oito anos, trinta e dois países africanos obtiveram a sua independência.

Em 1964 o chamado “mundo Colonial”, com excepção de Cabo Verde e Guiné, estava circunscrito ao Sul do Continente: Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Rodésia do Sul e de certo modo o Sudoeste Africano. Face à nova política mundial, nascida em Bandung, seria impossível Portugal manter o seu império.

Pode afirmar-se que a ilusão imperial das potências europeias durou setenta anos, tantos os que constituem o intervalo entre as conferências de Berlim e de Bandung. Portugal soube interpretar as mensagens mundiais da primeira das conferências, mas não compreendeu o fim que Bandung constituía.

Os dados estavam lançados e disponíveis, o grande movimento de emancipação tinha obtido a unanimidade planetária. Portugal era forçado a preparar-se para uma de duas opções: negociar a retirada dos seus territórios africanos, conservando as melhores condições políticas, económicas e sociais para os europeus que estavam radicados naquelas províncias e para o País em geral; ou, em alternativa, preparar a guerra, que poderia retardar uma solução, mas que nunca perpetuaria a nossa presença em África.

Portugal escolheu a segunda opção, a qual pode ser encarada como uma forma de ganhar tempo e posição negocial, no sentido de, a longo prazo, garantir os interesses nacionais. Se assim se configurou foi uma opção política que coube aos políticos assumir e aos militares dar-lhe o necessário apoio. Se os políticos de então alguma vez pensaram que a guerra poderia ser ganha no contexto internacional, que acabei de resumir, então cometeram um erro estratégico. Não sendo meu objectivo dissertar sobre

as opções políticas, dedicarei as páginas seguintes à análise do desempenho das elites militares, determinando como se formou a capacidade para esse desempenho, no sentido de encontrar orientações para o futuro.

A hierarquia militar conhecia perfeitamente a situação de guerra que nos esperava: nenhuma potência nos iria atacar; os novos países africanos não tinham organização para um ataque maciço às nossas posições. Restava, por exclusão de partes, a Guerra lenta, com grande desgaste humano e financeiro.

Com algumas adaptações que os tempos proporcionaram, o Exército foi encontrar em África, a mesma organização tribal que, nos finais do século XIX e início do século XX, lhe havia proporcionado as vitórias de ocupação: as divisões nos africanos permitiram que muitos milhares deles combatessem ao nosso lado. Igualmente, e disso não se pode ter dúvidas, foi encontrar condições naturais muito pouco recomendáveis à presença humana, particularmente de europeus, pouco ou nada preparados para viverem em tão insalubres condições.

Todavia, o armamento fornecido e o treino militar prestados àqueles que nos combatiam era agora muito diferente, porque o apoio internacional se manifestava nesse sentido. De qualquer modo, o Chefe Militar português que actuaria no terreno, comandando pequenos efectivos (ao nível de Companhia e menores) deveria ser robusto, física e moralmente, pois o meio era agreste, o inimigo pouco evoluído, actuando em pequenos efectivos e com base na surpresa. Este comando teria forçosamente que actuar com base na liderança, pois não existiam as menores condições para a prática de um comando com base no poder e no domínio, como adiante terei oportunidade de provar.

Nos sub-capítulos seguintes desenvolverei a metodologia seguida em Portugal na formação das elites militares que conduziram estrategicamente a Guerra, a comandaram taticamente e a executaram. De qualquer modo, as autoridades militares não poderiam ter dúvidas, de que nos dois primeiros patamares da cadeia de comando (Altos Comandos e Comandos Superiores), deveriam privilegiar o saber e, no último, o saber fazer. Mas não foi isso, como se verá, o que aconteceu.

2 – AS REFORMAS MILITARES

2.1 – A Organização Militar do Início do Século XX à Guerra de África

A situação algo confusa e conflituosa em que se movem as FA portuguesas tem o seu suporte na formação das elites. O que confere total actualidade e relevo à presente investigação. Em entrevista com o Tenente-General Sousa Pinto, afirmei: “a formação dos Oficiais tem que levar uma grande volta”, afirmação com a qual aquele General se manifestou pouco agradado. Contudo, e após duas horas de troca de pontos de vista, o Tenente-General afirmou-me: “estou de acordo consigo, isto tem que levar uma grande volta”²⁶.

Sobre este mesmo tema, Maria Carrilho afirmou, referindo-se ao início do Século XX, “encontramo-nos num dos períodos de transição mais dramática na história da implantação da moderna instituição militar, caracterizada pela constante, embora sempre evidente, tensão entre a componente operacional-heróica, na linha da tradição mais arreigada, e a nova componente organizativo-administrativa, requerida por uma condução mais complexa e científica da guerra” (Carrilho, 1985: 154).

O argumento tem a sua pertinência. Maria Carrilho invoca e bem, a existência de duas componentes no Exército: a operacional-heróica, isto é, a que combate com valor e a organizativo-administrativa, a que chama “nova” e “científica”. Só que, não considero haver nada de novo, pois organização e administração sempre as houve, e as guerras em que Portugal participou ao longo de todo o período a que a investigação se reporta não tiveram nada de científico, até mesmo o armamento um pouco mais “sofisticado” era manuseado pelos próprios Soldados. Além de que nunca houve, nem há, qualquer tensão entre os militares combatentes e os militares ligados aos serviços de administração.

A tensão que Maria Carrilho percepcionou, e que efectivamente existe, verifica-se nas componentes de combate, que de facto se subdividem entre aqueles que combatem e os que se encontram em situações de “refúgio”, às quais se podem atribuir os mais variados epítetos e as mais diversas justificações, que nunca convencem aqueles que estão a

²⁶ Comandante do Governo Militar de Lisboa. Em entrevista, no dia 15/10/2002, no âmbito da presente investigação.

combater. Esta posição não é proveniente do acaso, mas do facto de eu ter sido um dos militares que mais conflituou neste tipo de situação. No entanto, nunca tive qualquer problema com militares da área administrativa, mas sim com aqueles que, pertencendo às áreas de combate, se encontravam sempre nas mais díspares situações, menos em combate. Quando digo militares, quero significar isso mesmo, pois as tentativas para «escapar» são gerais e não específicas duma classe de militares. O que acontece é que quando um Oficial se «escapa» tem uma visibilidade superior, sendo a sua falta no comando das tropas, mais notada.

Ribeiro dos Santos fornece uma informação que coincide com o que afirma Maria Carrilho, quanto às vias de acesso ao oficialato. Com efeito, diz aquele investigador: “paralelamente à concepção pedagógica militar dominante no liberalismo que vê na aptidão científica e tecnológica adquirida desde a mais tenra juventude, a melhor via para a formação de um eficiente corpo de oficiais, verifica-se no final da monarquia constitucional, uma tentativa de institucionalização de uma pedagogia pela acção, pela ascensão ao oficialato através da dura «escola» da experiência adquirida na difícil e lenta promoção de praça sem graduação até ao posto de sargento.

No preâmbulo do Decreto de 16 de Julho de 1896, o legislador, José Estevão de Morais Sarmiento, ministro dos Negócios da Guerra, oficial oriundo do Colégio Militar, afirma que, «nem o convívio com os livros, nem o contacto com o uniforme bastou nunca para produzir soldados» e que «se a aptidão militar, que se revela sobretudo no gosto da profissão, no espírito de disciplina, no tino, na dedicação pelo serviço e na energia do comando, deve viver sempre aliada com a ciência para marchar segura, especialmente na classe de oficiais, é de justiça confessar igualmente que, na vida militar, que é toda de acção, a ciência obscurece, abastarda-se e chega a desprestigiar-se mesmo, quando não está posta ao serviço da aptidão militar” (Santos, Vol. II, 1995: 571).

Morais Sarmiento, grande estadista militar, considera neste seu diploma que o mais importante num Oficial de carreira é a sua capacidade e a sua inteligência, a que chama «tino», colocando a formação numa posição secundária, particularmente a que não esteja directamente relacionada com a actividade militar. Mas, se a formação cultural, no sentido genérico, em nada influencia a capacidade de combate, também é certo que não se concebe a existência de Oficiais de alta patente sem cultura. Morais Sarmiento tenta, com este seu diploma, encontrar o ponto de equilíbrio entre as duas virtudes.

O citado Decreto de 16 de Julho de 1896²⁷, cria a Escola Central de Sargentos com o objectivo de «habilitar os sargentos para o posto de sargento ajudante e para poderem seguidamente ascender a oficiais para as armas de cavalaria e infantaria» (art.º 64.º), estabelecendo-se como condição de preferência à primeira matrícula, ser mais antigo e “ser mais idoso” (art.º 67.º - 7.º). É evidente que este diploma continha um obstáculo sério à eficiência dos novos Oficiais, porque o acesso era proporcionado aos Sargentos mais idosos, logo a sua entrada no oficialato ocorria já em idades avançadas, quando as capacidades para combate estão a declinar, nomeadamente, por carências físicas. As carências físicas constituem grande limitação, sobretudo tendo em consideração que nesta época os militares eram empenhados nas guerras da conquista africana, que então se chamaram de “pacificação”, em que as grandes caminhadas, dificuldades de alimentação, água quase imprópria e dificuldades do clima exigiam grande vigor físico. A partir deste conhecimento, facilmente se conclui que a idade avançada constituiria sempre um factor negativo. Fica, no entanto, uma ideia e uma convicção dum homem ciente de que a estrutura do oficialato tinha que ser mexida.

“O legislador temperava assim a nova aristocracia militar, saída da Escola do Exército na flor da juventude, com oficiais oriundos de praças, de idade madura e com uma longa experiência adquirida na sua passagem pelos postos inferiores do exército. Só os mais jovens oficiais atingiam, todavia, as mais elevadas patentes militares, mas, durante os seus verdes anos tinham de ombrear e competir com os velhos e experientes oficiais, forjados na dureza de uma vida de sacrifícios e de obediência aos deveres militares” (Santos, Vol. II, 1995: 572).

A Escola Central de Sargentos foi alvo de várias reformas desde a sua criação em 1896, e foi novamente reformada, em 7 de Janeiro de 1927, sendo ampliada «a instrução científica e literária, geral e militar» nos cursos nela ministrados²⁸.

Afirma-se, também no citado preâmbulo, que a nova organização do Exército, “pretende elevar o nível do oficial proveniente da classe de sargentos, a fim de tornar mais

²⁷ Publicado nas Ordens do Exército (OE) de 1896, as quais se encontram arquivadas na BE anexa ao EME, onde a consultei. As OE são documentos onde se publica, entre outras informações, toda a legislação sobre assuntos militares. A BE possui a colecção completa destes documentos, os quais estão disponíveis para consulta dos investigadores. Foi nas OE e na BE que consultei toda a legislação militar que cito e transcrevo ao longo de toda a dissertação, pelo que considero a presente nota extensível a toda ela.

²⁸ Preâmbulo do Decreto n.º 12.992, de 7 de Janeiro de 1927, (OE, 1927).

homogéneo o quadro dos oficiais”, e limita-se o acesso aos cursos, aos sargentos com menos de 28 anos de idade (Art.º 17.º, alínea b)). Diria que o legislador corrige, com esta nova disposição, os problemas que se faziam sentir devido à idade avançada destes Oficiais. Os cursos ministrados na Escola Central de Sargentos para ascensão ao oficialato eram os seguintes: «infantaria, cavalaria, administração militar, secretariado militar, quadros auxiliares de artilharia, engenharia e serviços de saúde, (Art.º 2.º).

Com esta reforma corrige-se a deficiência da avançada idade dos novos Oficiais, mas cria-se, necessariamente, um conflito de concorrência aos postos mais apetecidos, que são aqueles que estão fora, mas por cima, do comando de tropas. E tanto assim foi que, seis anos mais tarde, em 28 de Dezembro de 1932, o ministério já presidido por Salazar, decreta a criação de um «Quadro dos Serviços Auxiliares do Exército», com o acesso máximo ao posto de capitão, para todos os sargentos «habilitados com o curso da Escola Central de Sargentos» (decreto n.º 22.039, art.º 3.º).

Este diploma, em minha opinião, volta a concentrar a atenção nos interesses de classe, porquanto, Portugal estava de novo a entrar num período de paz: em Moçambique não se combatia desde o final da Primeira Guerra Mundial; em Angola os últimos acertos fronteiriços datavam de 1926; apenas na Guiné havia conflitos armados com os *canhabaques*, que só foram inteiramente vencidos, pelo Governador Carvalho Viegas, em 1936. Não havia então necessidade de Oficiais para comando de tropas de combate, pelo que os originários da classe de Sargentos deviam retirar-se. Este diploma dos finais de 1932 tinha, assim, uma dupla utilidade: os Oficiais oriundos de Sargento apenas tinham funções nos serviços auxiliares e só até à patente de Capitão, daí para cima, mesmo nos serviços auxiliares, só desempenhavam funções os Oficiais da Escola Militar.

Os Sargentos ficavam assim afastados do oficialato das armas e do comando de tropas, estabelecendo, contudo, o mesmo Decreto, que «é, em princípio, concedido aos sargentos das diversas armas e serviços o direito de admissão aos cursos de infantaria, cavalaria e administração militar da Escola Militar, devendo as condições dessa admissão serem reguladas em diploma especial a publicar» (art.º 18.º). O acesso de Sargentos à classe de Oficial para comando de tropas manteve-se, contudo, em termos de quase impossibilidade, como se conclui pelo facto de apenas 3, dos 486 Oficiais que

comandaram Batalhões na Guerra de África, embora tenham frequentado a Escola Militar, tiveram origem em Sargento²⁹.

Realizada uma abordagem geral à formação do Exército, prosseguirei com o que de mais significativo continham as várias reformas implementadas durante o Século XX até ao início da Guerra de África, que aí vieram a condicionar a formação do Exército e o desempenho respectivo.

2.1.1 – A Reforma de 1901

O Decreto de 14 de Novembro de 1901³⁰ regulou o serviço militar nas colónias, e deu nova organização às guarnições militares de cada uma. Essa foi a lei que estabeleceu o princípio de conferir um posto de acesso aos Oficiais que iam servir no Ultramar em “comissão ordinária” de serviço militar, posto que lhes era garantido no Exército da Metrópole ao fim de determinado número de anos de serviço colonial, preterindo aqueles que, embora mais antigos, não se tivessem oferecido para prestar esse serviço.

Reconhecendo-se, como se diz no preâmbulo da lei, que “uma regular organização de tropas coloniais tem importância capital, não só no que diz respeito ao poder militar das diversas unidades, mas ainda pelo seu importante papel político”, conclui-se que “o comando até às pequenas fracções deve ser entregue ao europeu”. O acesso na promoção era a justa recompensa destes serviços do europeu no Ultramar.

Com esta Lei o Exército propunha-se “melhorar as condições da ocupação territorial, e evitar quanto possível o emprego de forças expedicionárias do exército do reino”. Para isso criou as Companhias Indígenas de Infantaria, fazendo parte das guarnições de primeira linha que, escalonadas do litoral para o interior como unidades independentes, constituiriam as forças destacadas para os postos militares, formando “as malhas da rede que deve estender-se em todo o território ocupado”. Este princípio, segundo o qual as Praças teriam a sua origem no recrutamento local e os graduados, Oficiais e Sargentos, no recrutamento europeu, e exercerem as suas funções em regime de voluntariado, com

²⁹ Conclusão obtida a partir da listagem destes Oficiais e da consulta aos seus processos na Academia Militar, onde se pode conhecer a origem do candidato e o posto que tinha nesse momento, se já fosse militar.

³⁰ Vulgarmente conhecido por lei de Teixeira de Sousa, do nome do Ministro que a promulgou (Martins, 1945: 425).

algumas regalias de compensação, veio a ser repetido nos últimos anos da Guerra de África.

As companhias indígenas satisfaziam este fim melhor do que as europeias, desde que fossem fortemente enquadradas por europeus. Nesta base se fundava a nova organização, que igualmente criava companhias mistas (reunindo infantaria e artilharia de montanha ou de guarnição), pelotões indígenas de dragões e, como apoio das forças indígenas, as necessárias unidades europeias das três armas, que seriam instaladas, em cada colónia, nos pontos mais salubres, e estariam sempre prontas para entrar em campanha, não devendo ser distraídas para serviço de guarnição senão excepcionalmente. Fixavam-se os efectivos mínimos e máximos de cada unidade, e a maneira de passar de um para o outro sem necessidade de qualquer alteração orgânica na guarnição de cada colónia.

Além das guarnições de 1.^a linha e das tropas de 2.^a linha, criaram-se seis Corpos de Polícia com organização militar; e mantinham-se, como “elemento indispensável à regeneração dos deportados do Exército do Reino e das praças transferidas por motivos disciplinares das unidades das guarnições ultramarinas”, os chamados Batalhões Disciplinares, ampliando ainda a ideia de Mouzinho de Albuquerque.

A Lei de 1901, notável na sua época, continha ainda outras disposições benéficas, relativas a todos os serviços militares no Ultramar, disposições que aqui não têm cabimento, por se referirem a pormenores de mais limitado interesse.

Em 24 de Dezembro de 1901 foi publicada a Lei que estabeleceu o serviço militar obrigatório: “o serviço militar continua a ser pessoal e obrigatório” (artigo 1.^o).

2.1.2 – A Reforma de 1911

Apenas 10 dias após a Revolução, lia-se no Decreto de 15 de Outubro de 1910: “O Governo Provisório da República Portuguesa, no desempenho da sua missão toda de intuítos depuradores e progressivos, compreende que um dos seus primeiros e mais indeclináveis deveres é organizar o exército, convertendo-o numa instituição verdadeiramente patriótica, e que profundamente se identifique, na qualidade e número dos seus elementos constitutivos, com as legítimas aspirações da alma nacional. Em vez

duma organização obsoleta e mesquinha (...) a sociedade portuguesa quer ver nesse mesmo exército (...) uma instituição harmónica e útil, de carácter puramente democrático, ligada pela disciplina que provém da noção consciente do dever, em que o cidadão feito soldado deixe de ser o representante de castas, para se incarnar intimamente no espírito e coração da sua pátria” (preâmbulo do Decreto de 15-10-1910).

Para alcançar os objectivos propostos, o Governo Provisório nomeava, nesse mesmo dia 15 de Outubro, uma Comissão de Reorganização do Exército, presidida pelo General de Divisão José Estevão de Moraes Sarmiento (OE de 17-10-1910).

A primeira organização militar da República, definida por um conjunto de diplomas, foi iniciada em 2 de Março com a Lei do Recrutamento Militar (OE de 6-3-1911), e continuada pela Lei da Organização Geral do Exército, de 25 de Maio de 1911 (OE de 27-5-1911). Completando-a e clarificando-a, outros diplomas se lhe seguiram dando corpo à chamada reorganização de 1911. Pretendia-se refundir, “um organismo combalido (e) modificar e actualizar as instituições militares de forma a integrá-las completamente na obra honesta e útil em harmonia com o espírito do seu tempo...” (Martins, 1945: 28).

A lei de 25 de Maio de 1911, no seu preâmbulo, regista o conceito que preside ao que se desejava para o novo Exército na República. Lamenta “que seja ainda (...) ponto incontroverso não poderem a paz e a segurança ser obtidas apenas pelos meios diplomáticos ou pelo emprego constante de uma política de conciliação. A sua verdadeira e melhor salvaguarda (da paz e da segurança) consiste na Força Armada, quando esta se encontre devidamente preparada para receber qualquer agressão. De facto (...) não é só a guerra mas também a preparação para a guerra que pertence à nação (...). O respeito mútuo das nações provém da grande força moral dos povos, mas não deixa de ser consideravelmente influenciado pelo conhecimento da sua força material, continuando, portanto, essa força a ser esteio e garantia da paz. É pois justamente para que a paz se mantenha e durante ela se opere o desenvolvimento intelectual, moral e material de um País, que o Exército é imprescindível como elemento de defesa das liberdades, do território e da independência (...).

Consciente de todos estes princípios e coerente com o seu programa, não podia a República Portuguesa deixar de encarar com a maior solicitude o problema da defesa nacional, modificando e actualizando as instituições militares de forma a integrá-las completamente na obra da República, que é a grande obra da Pátria”.

E, pelo final do preâmbulo afirma: “O primeiro dever de um povo pacífico consiste em organizar um exército poderoso, tão forte quanto lho permitam a sua população e a riqueza nacionais; é este o melhor meio de prevenir a guerra, porque o adversário é obrigado a reflectir nos perigos que vai correr”.

Preconizava-se a transformação do exército permanente em exército miliciano, (Rodrigues, 1931) sistema da nação em armas. No relatório justificava-se a opção pela necessidade de substituir as “grandes aglomerações de homens em armas, chamados exércitos permanente, e que incontestavelmente corresponderam a uma dada necessidade social”. Tendo “sofrido ultimamente rudes ataques no que respeita à sua constituição e carácter”, a sua existência não tinha mais razão de ser. A nova organização das sociedades encontrava, com efeito, na feição essencialmente democrática do sistema miliciano, “a melhor arma de combate contra as anacrónicas doutrinas do particularismo militarista que, dia a dia, perdiam terreno no grande conflito dos interesses e dos ideais humanos. Era por via deste critério que em todos os países, sem excepção, se punha a redução do serviço activo e dado maior desenvolvimento ao aperfeiçoamento e à organização das reservas”.

O relatório considerava o Exército permanente em Portugal como uma instituição liquidada, falseada a sua missão desde há longos anos e nula a sua preparação para a guerra. “Perante o magno problema da defesa nacional” o Exército Português “estava reduzido a um valor quase inútil” (Oliveira, Vol. IV, 1993: 29).

“Para o reintegrar na sua verdadeira importância e para o restituir à sua nobre missão patriótica”, preconizavam-se alterações valorativas de carácter institucional, para que pudesse ser identificado “com a mesma alma da nação, da qual ele deve representar, perante o mundo, o coeficiente dinâmico da sua força”.

Por outro lado, apontando as características das campanhas modernas, concluía que, “tendo em consideração a constituição e cifra enorme de efectivos que uma nação tem de empregar nas campanhas modernas, não se podia deixar de recorrer a toda a

população válida, não devendo por isso a lei orgânica, pelo rígido artificialismo das suas disposições, impedir o emprego de mais ou menos classes num ou noutra escala do exército” visto que todas elas poderiam vir a ser indispensáveis.

O sistema que se pretendia substituir tinha, por outro lado, graves inconvenientes, sendo “um dos mais perniciosos” a permanência dos homens nas fileiras além do tempo estritamente indispensável para a instrução. “Esta escusada violência fazia-lhes perder os hábitos de trabalho profissional e habituava-os a uma alimentação mais cuidada e abundante, bem como a comodidades e confortos a que um grande número deles não andava acostumado; resultando daí que, terminado o tempo de serviço, uma enorme maioria vinha procurar nas cidades e nos grandes centros outras ocupações, mais em harmonia com o género de vida que ultimamente levavam, derivando grande número de indivíduos também para as corporações encarregadas da polícia e da fiscalização aduaneira. Eram assim afastados dos trabalhos agrícolas e das indústrias um sem número de braços (...) contribuindo eficazmente para o empobrecimento gradual e sucessivo da nação e para a crónica perturbação da sua vida interna e económica...”

O Exército passou a constituir-se em Exército Metropolitano e Exército Colonial, que tinham como missão comum: Velar pela honra, independência e integridade da Pátria, em toda e qualquer eventualidade, defendendo-a contra as agressões de inimigos externos e internos.³¹

O serviço militar devia ser pessoal e obrigatório, sendo forçoso que todos os cidadãos passassem pelas fileiras, ainda que não permanecessem nelas mais tempo do que o estritamente necessário.

Havendo a necessidade de interessar os mancebos na defesa nacional muito antes da idade de serem incorporados, a obrigação militar devia começar aos 17 anos. Os estudantes, de acordo com as respectivas habilitações literárias, constituiriam os quadros de Oficiais e de Sargentos³². Princípio que foi seguido durante a Guerra de África, que teve o seu início 50 anos depois.

³¹ Regulamento Geral do Serviço do Exército, aprovado e mandado pôr em execução pelo Decreto de 6 de Julho de 1914 (OE de 15/07/1914).

³² Como é óbvio, as qualificações exigidas aos quadros militares não se deviam limitar às de carácter académico. Mas, o alto índice de analfabetismo no País obrigou, por largo período, àquela solução.

Pretendia-se um serviço militar “pessoal e obrigatório, forçando todos, sem distinção de classes, nascimento, fortuna ou profissão, a passar pelas fileiras”. Todo o português era obrigado a servir pessoalmente, e cada qual conforme as suas aptidões, desde o ano em que completava dezassete anos de idade até quando perfizesse os quarenta e cinco anos, ambos inclusive. Recusava-se o sistema das substituições e das remissões. Em tempo de paz, a prestação do serviço militar só se tornava efectiva a partir do ano em que o cidadão completava os vinte anos de idade.

Todo o cidadão português que, por qualquer motivo, deixasse de satisfazer à prestação pessoal do serviço militar era obrigado a contribuir com uma quota anual designada taxa militar³³ (Oliveira, Vol. IV, 1993: 31).

Abel Botelho, erudito Oficial do Estado-Maior, que se tornou notável como escritor da sua época, num artigo publicado na “Revista Militar” em Janeiro de 1911, sob os ares da República e subordinada ao título “O Exército e as instituições”, afirmava: “A nossa Marinha e o nosso Exército careciam de ser remodelados, para nos servirmos de uma frase popular, *dos pés à cabeça*”.

Desenvolvendo esta ideia mostrava como a República, devendo fazer do soldado “um cidadão consciente”, precisava “acima de tudo *instruí-lo*” e acrescentava: “por meio de uma assistência espiritual metódica e constante, nas escolas, em conferências, em leituras na caserna — tem de se afinar a sua *educação*, completar as noções que ele daqui para o futuro há-de trazer da *instrução preparatória*, inculcar-lhe o sentimento do dever, o amor pátrio, fortalecer-lhe o orgulho pela profissão e, sobretudo, ensiná-lo a *saber obedecer*”. “E é assim — continua o escritor militar — como poderemos vir a ter dentro em poucos anos um Exército realmente digno deste nome, um verdadeiro *Exército nacional*. Exército que deixará de se fechar nos privilégios e excepções duma casta, para se identificar com o sentir da Nação, que toda quererá patrioticamente integrar-se nele, como sendo o índice potencial das suas justas aspirações, e o formidável coeficiente dinâmico da sua força. E é só assim, trabalhando neste sentido, que podemos estabelecer com vantagem a organização miliciana: porque teremos o *espírito militar* vulgarizado e difundido, desde as grandes capitais às ínfimas aldeias; porque teremos conseguido obter, em suma, a defesa da Nação feita pela mesma Nação

³³ O produto da taxa militar era exclusivamente aplicado na compra, fabrico e reparação de armamento e munições.

em massa, o que é grande recurso das nações pequenas e a suprema aspiração dos povos que querem ser livres” (Martins, 1945: 502 e 503).

O importante diploma de 25 de Maio de 1911, seguindo o sentido democrático definido por Abel Botelho, não só fixou a nova formação orgânica do Exército da Metrópole e a constituição dos vários estabelecimentos dependentes das diversas armas e serviços, como remodelou a Secretaria da Guerra, o Estado-Maior do Exército, os Quartéis Gerais, os Comandos Militares e os Governos de Fortificações (especialmente o do Campo Entrincheirado de Lisboa e suas tropas privadas), e definiu os princípios basilares do recrutamento de praças, oficiais e quadros em geral, e da sua promoção dentro das normas do sistema miliciano, à maneira suíça, tanto quanto o permitia a sua adaptação ao meio nacional português.

O mesmo diploma dedicava, ainda, um capítulo especial à instrução militar, onde se fixavam as principais disposições fundamentais relativas às escolas de recrutas, escolas de repetição e escolas de quadros, disposições que sucessivamente foram regulamentadas e por último codificadas num regulamento único, que englobava ainda os cursos de tiro, técnicos e táticos, as escolas de tiro e de aplicação, e a instrução profissional dos quadros permanentes (Martins, 1945: 503).

Este “regulamento para a instrução do Exército metropolitano” só foi publicado em 1913, (OE de 22-12-1913), mas as suas diferentes partes componentes foram inteiramente elaboradas em 1912 e 1913, durante a gerência da pasta da Guerra do então Major Pereira Bastos, Oficial a quem era devida a iniciativa e a quase exclusiva autoria da “Organização do Exército Metropolitano” de 1911.

2.1.2.1 – O Exército Miliciano

Não deixou a organização de 1911 de encontrar os seus detractores entre aqueles Oficiais que, nascidos e criados dentro do Exército permanente, dificilmente aceitavam os novos princípios em que assentava o Exército miliciano (Martins, 1945: 503).

Em suma, esta reforma visava uma profunda alteração na estrutura vinda da Monarquia. “O seu conceito basilar altera o carácter institucional das forças militares, que vigorou até então” (Oliveira, Vol. IV, 1993: 14). Dizia-se, em certa altura do preâmbulo do

Decreto de 25 de Maio de 1911: “Ora os exércitos permanentes fizeram o seu tempo; são instituições liquidadas. D’ora avante, um exército não pode continuar a ser propriedade exclusiva dos militares profissionais”.

O novo regime político, a que a Revolução de 5 de Outubro dava lugar, tomou medidas com reflexos imediatos no Exército, como instituição fundamental do País. O ideário vitorioso devia levar forçosamente à substituição do Exército permanente por um outro que fizesse uma chamada às massas: um “exército democrático, de onde desaparecessem os privilégios e as excepções” (Oliveira, Vol. IV, 1993: 26).

Esta razão, de carácter ideológico, não era a única. As últimas Guerras travadas na Europa haviam mostrado uma alteração notável na sua condução. Para além dos novos meios de combate, onde avultava a metralhadora e a artilharia de tiro rápido, exigindo o empenhamento de acrescidos efectivos, vislumbrava-se o envolvimento das populações. Eram os nacionalismos, cada vez mais radicais, era a preocupação com as retaguardas e as linhas de comunicações, era igualmente a possibilidade da corrosão do moral dos exércitos através da propaganda e dos sofrimentos impostos às populações.

Tais factores, resultantes do progresso da tecnologia militar e do maior empenhamento dos cidadãos na defesa, conduziram fatalmente à adopção dos exércitos de massas. Para bastantes países punham-se ainda as necessidades dos territórios no Ultramar, exigindo, além de aparelhos militares locais, frequentes destacamentos de militares a partir das metrópoles.

Os custos de forças permanentes tornavam-se insuportáveis para a quase totalidade das nações. Praticamente só o Reino Unido se permitia manter um exército profissional, integrado num conceito estratégico muito particular (Oliveira, Vol. IV, 1993: 26 e 27).

A intervenção de Portugal na Grande Guerra trouxe uma alteração importante na política militar do País, embora essa alteração não tivesse sido formalizada. A organização de 1911, de facto, não sofreu alterações, mas o seu espírito foi totalmente adulterado, com o abandono do sistema meramente miliciano. Teve de se adoptar o sistema misto — exército semi-permanente — com a manutenção nas unidades de forte enquadramento profissional e maior permanência no serviço militar efectivo.

Quer isto dizer, que os Oficiais de carreira serviram-se da componente da lei que criava o quadro de milicianos, mas mantiveram a situação anterior, ou seja, mantiveram o quadro de Oficiais permanentes, que assim se limitavam a ocupar os lugares da monarquia, constituindo-se uma «nobreza», num regime republicano e democrático e isto, à custa das armas.

Em 1917 abriu-se mais amplo cesso à Escola de Guerra. Nesse sentido, foi permitido aos alunos internos e externos dos liceus, assim como aos do Colégio Militar, enquanto durasse o estado de guerra, a admissão aos cursos complementares desde que completassem dezasseis anos de idade até 31 de Dezembro.³⁴

A mobilização de Oficiais milicianos proporcionou o completamento necessário para enquadrar os efectivos das forças do Corpo Expedicionário Português e das expedições enviadas para o Ultramar.³⁵ Enquanto os Oficiais de carreira ficaram na Rua do Ouro, como afirmou André Brun (Ferreira, 1992: 94).

2.1.3 – A Reforma de 1926

Esta reforma, de 5 de Junho de 1926, segue-se ao golpe militar de 28 de Maio de 1926. Pretende modernizar o Exército, carecido de urgentes reformas globais ainda não efectuadas desde a Grande Guerra. Nesta altura, se não se havia regressado aos tempos de antes de 1911, pelo menos já se estava muito afastado da concepção dos primeiros legisladores da República (Oliveira, Vol. IV, 1993: 14).

Com a reorganização de 1926,³⁶ o Exército Português, a quem competia “velar e pugnar pela soberania nacional e nomeadamente pela integridade de todo o território da nação”, seria constituído pelo Exército Metropolitano e pelo Exército Colonial. Das bases de 1926 resultariam a organização da Escola Central de Oficiais³⁷ e da Escola de Oficiais Milicianos,³⁸ as remodelações da Escola Militar³⁹ e da Escola Central de Sargentos⁴⁰.

³⁴ Decreto n.º 3.197 de 19 de Julho de 1917 (OE de 26/07/1917).

³⁵ Preâmbulo do Decreto de 25 de Novembro de 1914 (OE, 1914).

³⁶ A chamada reorganização de 1926 tem como base os Decretos n.º 11.856, de 5 de Junho; n.º 12.017, de 2 de Agosto; n.º 11746, de 16 de Junho (Exército Colonial); n.º 12.161, n.º 12.162, n.º 12.163, n.º 12.165, todos de 21 de Agosto; e n.º 12.289, de 9 de Setembro, todos de 1926 (OE, 1926).

³⁷ Decreto n.º 14.471, de 25 de Outubro de 1927 (OE, 1927).

³⁸ Decreto n.º 13.645, de 21 de Maio de 1927 (OE, 1927).

³⁹ Decreto n.º 12.704, de 25 de Outubro de 1927 (OE, 1927).

⁴⁰ Decreto n.º 12.992, de 7 de Janeiro de 1927 (OE, 1927).

2.1.3.1 – O Exército Colonial

Em 1926, depois da revolução, foram publicadas as bases para a reorganização do Exército Colonial⁴¹. Este, “não correspondendo (...) ao fim a que se destinava, o que ficou plenamente demonstrado durante as operações militares que se realizaram em Angola e Moçambique durante a Grande Guerra”, devia ser remodelado com urgência “para lhe dar toda a eficiência e permitir o seu aproveitamento não só nas Províncias Ultramarinas como também na Metrópole ou no estrangeiro, em caso de guerra”.

A reorganização a efectivar devia ser apoiada nos seguintes princípios:

- * O Exército Colonial fazia parte integrante do Exército Português. Nessa qualidade devia actuar nas colónias, assim como na Metrópole e mesmo no estrangeiro;
- * O Exército Colonial mantinha-se subordinado ao Ministro das Colónias, por intermédio dos Governadores e Altos Comissários. Em caso de mobilização geral ou parcial do Exército português, para campanha na Metrópole ou no estrangeiro, as suas tropas seriam colocadas à disposição do Ministro da Guerra.

Por sua vez, os objectivos a atingir eram assim definidos: utilizar mais e melhor o elemento indígena, não confiando quase que exclusivamente nos destacamentos de tropas metropolitanas; estabelecer a homogeneidade ente as forças metropolitanas e coloniais; em consequência, instituir quadros únicos de Oficiais e Sargentos para os dois exércitos, metropolitano e ultramarino.

Eram conceitos inteiramente novos e que renunciavam a constituição do exército único, subordinado ao Ministério do Exército.

O recrutamento dos Oficiais para comissão militar nas Colónias passou a ser feito no Exército Metropolitano entre os voluntários e, quando o seu número não fosse suficiente para preencher as vagas, a quem pertencesse a nomeação por imposição de serviço. O recrutamento dos Sargentos seria feito entre os Segundos e Primeiros Sargentos do Exército metropolitano que se oferecessem para comissão militar, ou por imposição de serviço quando não houvesse número suficiente de voluntários. As vacaturas de Primeiros Cabos europeus nas unidades do Exército colonial seriam assim preenchidas:

⁴¹ Decreto n.º 11.746, de 16 de Junho de 1926 (OE, 1926).

Pela promoção dos Segundos Cabos e Soldados das unidades da colónia; pelos Primeiros Cabos do Exército metropolitano que se oferecessem; excepcionalmente, pelos Primeiros Cabos do Exército metropolitano nomeados por imposição de serviço.

Por seu lado, os efectivos de Segundos Cabos e Soldados europeus das unidades e formações do Exército colonial seriam preenchidos: pelos residentes na colónia, filhos de europeus e seus descendentes e pelos residentes não indígenas; pelos Segundos Cabos e Soldados do Exército metropolitano que se oferecessem; pelos Segundos Cabos e Soldados do Exército metropolitano nomeados por imposição de serviço (Oliveira, Vol. IV, 1993: 86 e 87).

Em Junho de 1938⁴² foi constituída uma Missão Militar às Colónias. Esta Missão, chefiada pelo General Júlio Pereira Lourenço e composta por mais quatro oficiais, deslocou-se a Angola e Moçambique, levando como tarefa o “estudo mais minucioso da Defesa das Colónias”. A Missão visitou ainda os territórios vizinhos da União Sul Africana, da Rodésia, do Congo Belga e da Niassalândia.

Dos seus relatórios constam as seguintes passagens: “Revestia-se, então, de grande acuidade a situação política da União Sul Africana, intimamente ligada aos problemas da expansão afrikander, das reivindicações coloniais alemãs e à importância e valor militar da posição geográfica do seu território, como domínio inglês, na entrada ocidental do Oceano Índico.

A anexação definitiva do Sudoeste Africano já foi tentada mais de uma vez tendo sido apresentada a respectiva proposta em 1934 ao Conselho da Sociedade das Nações e em 1936 na Conferência de Defesa Imperial de Junho, em Londres, pretensões estas que motivaram da parte do Reich violentos protestos. (...) Um outro argumento existe, que poderá servir de pretexto para uma intervenção militar que muito atingiria a nossa soberania. Trata-se do pretexto ameaça que para a União Sul Africana representa a fraca organização militar das nossas duas colónias que, de um momento para o outro, ficando nas mãos de adversários da União, poderiam tornar-se bases de operações sérias contra o Sudoeste e territórios da União ou do Tanganica. Pirow, Ministro da Defesa Nacional, fez declarações bem categóricas: em caso de necessidade, as forças da União defendê-la-iam onde fosse necessário. Esta defesa far-se-ia fora do seu território estando a União

⁴² Decreto-Lei n.º 28.520, de 15 de Março de 1938 (OE, 1938).

na disposição de a transportar às colónias portuguesas ou inglesas logo que o inimigo aí se revele!” (Ministério das Colónias, 1943: Introdução).

O parlamento da Rodésia do Sul aprovava, em Maio de 1937, a sua junção à Rodésia do Norte, tendo-se dado assim um importante passo para a união das duas Rodésias.

Era evidente que havia nos vizinhos das duas maiores Colónias portuguesas, os quais pertenciam todos à Comunidade Britânica, uma preocupação de aumento do seu poder, quer unindo-se quer procurando assegurar a posse dos territórios que receberam após a I Grande Guerra (Martins, 1945: 415).

No seu relatório, a Missão Militar às Colónias proporia um esquema de organização militar que, no entanto, só seria posto em vigor muito mais tarde e de forma parcelar, quando se sentiam já fortes sinais de rebelião no Ultramar. Os próprios proponentes, em nota final, expressam-se nestes termos:

“A organização proposta representa um objectivo a atingir para a defesa militar, tanto quanto possível eficiente, dos territórios de Angola e Moçambique. A sua entrada em execução poderá realizar-se por fases, gradualmente, consoante as possibilidades materiais o forem permitindo, ou reduzida, proporcionalmente às disponibilidades que possam ser atribuídas, por quem compete decidir, à reorganização militar necessária.”

Segundo esse relatório, a missão institucional, nas suas linhas gerais, permanecia como estava estabelecida, mas, para a sua execução, eram avançadas alterações significativas. Propunha-se o seguinte:

O recrutamento devia ser feito entre todos os portugueses residentes nessas colónias (europeus, filhos de pais europeus e indígenas). Deveria ser o mais possível regional, a instrução de recrutas devia efectuar-se nas unidades respectivas. As praças licenciadas continuavam a pertencer às suas unidades e destinavam-se à constituição das unidades mobilizadas; as forças das diversas regiões militares, fazendo parte integrante do Exército imperial sob o ponto de vista técnico, ficariam superiormente dependentes, em cada colónia, do Comando Militar respectivo.

A sugestão de efectivos militares para as províncias de Angola e Moçambique, revelava já (1940) uma séria preocupação, o que deixa a ideia que os seus autores previam que a rebelião estava em marcha, como estava. Não se descreve exaustivamente a sugestão de

efectivos, por ser longa, mas acrescenta-se que, para Angola, se previam 12 Batalhões de Caçadores e para Moçambique 9 Batalhões da mesma especialidade (Oliveira, Vol. IV, 1993: 95 a 97).

Em 1941, por ser considerado conveniente ter nas Colónias Oficiais milicianos que pudessem ser chamados a prestar serviço, quando imperiosas necessidades o exigissem, foi estabelecido que, em cada uma delas, fosse criado um Curso de Oficiais Milicianos (COM). O curso funcionaria anualmente nas escolas de quadros milicianos ou, na falta delas, onde o Governo da Colónia o determinasse.⁴³

2.1.4 – A Reforma de 1937

Esta reforma, na linha política do Estado Novo, é marcada pela conjuntura que se vivia, com a Guerra Civil em Espanha e a vislumbrar-se o conflito mundial que viria a desencadear-se dois anos mais tarde (Oliveira, Vol. IV, 1993: 14).

Com as reformas que se processavam desde 1933, verificava-se uma tendência crescente para a harmonização da estrutura militar na Metrópole e no Ultramar. No Ministério das Colónias⁴⁴ foi criada a Direcção Geral Militar das Colónias, para exercer a superintendência técnica, administrativa e fiscalizadora sobre todos os serviços militares coloniais. As medidas que vinham a ser tomadas desde 1935 preparavam a organização de fundo do Exército. Esta reforma ficou geralmente conhecida pela Organização de 1937.⁴⁵ Nos termos destas leis, o Exército Português era composto pelo Exército metropolitano e pelo Exército colonial, ambos solidários na manutenção e defesa da integridade da Nação.

O Exército metropolitano era composto exclusivamente por portugueses, originários ou naturalizados, filhos de pais europeus,⁴⁶ residentes em território nacional ou estrangeiro.

O Exército colonial era composto por portugueses originários ou naturalizados, filhos de pais europeus ou indígenas das colónias, assimilados ou não a europeus pelo seu grau de

⁴³ Decreto n.º 31.112, de 21 de Janeiro de 1941 (OE, 1941).

⁴⁴ Decreto n.º 26.180, de 7 de Janeiro de 1936 (OE, 1936).

⁴⁵ Esta organização assenta no conjunto nuclear das Leis n.ºs 1960 e 1961, ambas de 1 de Setembro de 1937 (OE, 1937).

⁴⁶ Note-se a especificidade do recrutamento, tradução de uma política caracterizada pelo seu tipo e pela sua época. A expressão «europeus» está contida na própria lei.

civilização,⁴⁷ residentes em território nacional ou estrangeiro. Este exército tinha fundamentalmente como funções manter a integridade dos territórios coloniais.

Estabelecia-se, também, que o Colégio Militar constituiria “a principal base de recrutamento da Escola do Exército”. Para isso, nele ingressariam “normalmente os indivíduos que (pretendessem) seguir a carreira das armas”. Os Oficiais Milicianos do Exército eram preparados em COM das diversas Armas e Serviços, organizados em ciclos, que funcionavam “normalmente e tanto quanto possível em períodos de férias”.

O serviço militar foi objecto de alterações de certa importância. Era formalmente introduzida a preparação militar da juventude que abrangia dois escalões, dos sete aos dezoito anos e dos dezoito anos até à idade da incorporação.⁴⁸

No primeiro escalão seria “especialmente cuidada a educação física e moral da juventude”, com vista “à formação do carácter e à devoção à Pátria, no sentido da ordem, no gosto da disciplina e no culto de dever militar”. O “ensino” era confiado à organização nacional Mocidade Portuguesa. No segundo escalão era “ministrada instrução práctico-militar”, incluindo a defesa passiva das populações contra ataques aéreos. O seu “ensino” era também confiado à Mocidade Portuguesa para os estudantes e à Legião Portuguesa para os restantes indivíduos.

Em todos os casos o Ministro da Guerra colaborava, orientava e fiscalizava na parte respeitante à preparação militar.

Uma medida importante, ainda que pouco conhecida e realçada, foi a que alterou a classificação dos Sargentos como praças de pré. Era uma disposição ligada à sua formação e ao sistema de vencimentos. Não correspondia de facto à posição dos Sargentos dentro do Exército. Assim, os Sargentos passaram a constituir uma categoria distinta dentro da hierarquia militar, ainda que fosse conservado o regime de contrato por muitos anos ainda (Oliveira, Vol. IV, 1993: 52).

Sobre a situação e promoção dos Oficiais, três princípios fundamentais eram dominantes:⁴⁹ o da necessidade de manter o Oficial em contacto com as tropas ou com

⁴⁷ Não se vislumbra qualquer forma de discriminação, parecendo ser preocupação confirmá-lo pelo articulado exaustivo.

⁴⁸ Lei n.º 1961, de 1 de Setembro de 1937 (OE, 1937).

⁴⁹ Decreto-Lei n.º 28.402, de 31 de Dezembro de 1937, alterado em alguns artigos pelo Decreto n.º 28.484, de 19 de Fevereiro de 1938 (OE, 1938).

os serviços especiais a que eram destinados; o do rejuvenescimento dos quadros, com o abaixamento dos limites de idade; o da promoção por escolha, mediante a prestação de provas de aptidão, como meio de assegurar aos Oficiais, que mais qualidades tivessem revelado, os lugares de comando, de direcção ou de chefia.

A instrução militar compreendia a instrução pré-militar, a preparação militar e a preparação auxiliar. A instrução pré-militar destinava-se a facilitar a formação moral, física e militar do soldado. A preparação militar tinha por fim a formação das Praças do serviço geral, a instrução táctica e técnica dos Oficiais, Sargentos e Especialistas dos Quadros Permanentes e Milicianos e o incremento da eficiência técnica e moral das unidades no seu conjunto.

A preparação auxiliar, destinando-se a facilitar o recrutamento dos Sargentos e Especialistas dos Quadros Permanentes do Exército, fornecia a instrução literária indispensável para o desempenho das funções tácticas e técnicas, bem como para a especialização e promoção aos postos inferiores do exército; a instrução técnica profissional aos artífices do Exército e equiparados; a instrução literária, científica e preparação pré-militar, no sentido de facilitar o recrutamento dos quadros para o Exército (Oliveira, Vol. IV, 1993: 54).

2.2 – Novos Tempos e Novas Mentalidades

A década que antecedeu o conflito militar em África é caracterizada, no campo militar, pela adesão de Portugal à NATO e pelas reformas daí decorrentes. Com a criação do Ministério da Defesa, o Ministério da Guerra passou a designar-se por Ministério do Exército. No âmbito deste ramo, o levantamento de uma Grande Unidade de Combate — a 3.^a Divisão de Infantaria — conduziu a transformações significativas nos aspectos doutrinários e na aquisição de equipamento de combate moderno. Mas foram ainda mais relevantes as mudanças na mentalidade dominante no corpo de Oficiais. Assim, passado o período da Guerra Civil de Espanha e da Segunda Guerra Mundial, em que a maioria da oficialidade se revia no modelo alemão de FA, a adesão à NATO vai produzir uma nova geração crescentemente pró-americana. O facto da organização se destinar a combater a ameaça soviética facilita grandemente esta transição.

Entretanto, verificou-se o desenvolvimento do Serviço de Informações Militares (SIM) e a sua ligação aos serviços congéneres da aliança. Com o funcionamento desta estrutura, as FA passaram a ter acesso directo e autónomo a uma informação estratégica e não filtrada pelo Governo. Esta autonomia, conjugada com os contactos pessoais, ao mais alto nível, dos chefes militares portugueses com os seus homólogos da NATO, conduz, directamente, a uma esclarecida percepção dos riscos que Portugal correria ao manter inalterada a sua política ultramarina. A derrota do exército francês em Dien-Bien-Phu, o deflagrar da revolta na Argélia, as conclusões da Conferência de Bandung e, por fim, o fracasso político-militar das duas grandes potências coloniais europeias na crise do Suez, são sinais de um tempo novo, cujo significado não passaria despercebido aos militares portugueses.

A formulação de um conceito estratégico, adequado ao difícil cenário de então, implicava um estudo desapassionado das condicionantes do potencial nacional nas suas vertentes económica, diplomática, ideológica, geográfica e militar. Com os elementos hoje disponíveis, poder-se-á dizer que, no que respeita aos mais qualificados responsáveis de então, esse estudo foi conduzido com lucidez e perfeita consciência da gravidade da situação (Martelo, 2000: 97 e 98).

Ao iniciar-se o primeiro mandato de Américo Tomás, Salazar efectuará uma ampla remodelação no governo. Conhecedor da animosidade do Exército relativamente a Santos Costa, era chegado o momento oportuno para o seu afastamento. Para o lugar de Ministro da Defesa foi nomeado o General Júlio Botelho Moniz. Para Ministro do Exército foi nomeado o Coronel Almeida Fernandes. E, para a Subsecretaria de Estado do Exército, foi nomeado o Tenente-Coronel Francisco da Costa Gomes. A nova equipa do Ministério do Exército iria, então, rever o dispositivo das forças terrestres em Angola. Num estudo elaborado em Abril de 1959 pela Repartição do Gabinete do Ministério do Exército e intitulado *Política Militar Nacional — Elementos para a sua Definição*, colocava-se em evidência a inadequação das Forças Armadas ao cumprimento das missões que lhe estavam cometidas (Martelo, 2000: 99) e adiantava-se: “...tudo se conjuga para que, num prazo mais ou menos breve, sejamos confrontados com situações mais difíceis do que as anteriores, em especial no que toca aos territórios ultramarinos. As perspectivas desse confronto implicam que se proceda a uma análise, corajosa e realista, da nossa política militar e das principais deficiências que ela possa

enformar, em ordem a, com ainda maior urgência, corrigir e preparar adequadamente o aparelho militar... Não existe ou é insuficiente uma estratégia militar verdadeiramente nacional, em particular que tenha em vista o emprego do nosso potencial militar na segurança dos territórios ultramarinos”.⁵⁰

2.2.1 – A Reforma de 1960

O Coronel do Corpo de Estado-Maior (CEM) Afonso Almeida Fernandes, logo que nomeado Ministro do Exército em 14-08-58 iniciou uma série de reformas dentro do Exército para este ser capaz de dar resposta conveniente não só aos encargos que tínhamos assumido perante a NATO, como também para fazer face a questões de ordem interna e, fundamentalmente, ao problema do Ultramar que, então, já começava a desenhar-se com muita nitidez.

Eram reformas de todo o género, mas nas quais sobressaíam as relacionadas com a organização militar e com as de reestruturação das unidades de acordo com os novos quadros orgânicos de tempo de paz que estavam a ser estudados e a ser postos em execução.

Note-se, que depois daquele esforço inicial, intenso, mas um pouco descoordenado, para se levantarem as unidades necessárias aos nossos compromissos, — esforço esse muitas vezes inglório, pois embora as boas vontades fossem muitas os problemas que iam surgindo à medida que outros iam sendo resolvidos eram de tal monta e de tal amplitude que, muitas vezes, absorviam e submergiam o pessoal encarregado de os apreciar e resolver, sem que este fosse capaz de chegar à solução conveniente. Era urgente um planeamento geral que nunca se tinha chegado a fazer, pois não havia outra possibilidade que não fosse a de acudir aos problemas, à medida que os mesmos iam surgindo. Para tanto, o Ministro emite um despacho em 17-11-60 no qual se afirma:

“São bem conhecidas dos chefes responsáveis a excepcional soma de trabalho e as pesadas responsabilidades que neste momento impendem sobre o EME. Delas têm, certamente, plena consciência todos os oficiais que ali trabalham.

⁵⁰ *Política Militar Nacional — Elementos para a sua Definição*, p. 3 (AHM, 1.ª Div. 39.ª Sec. cx.1, n.º 56).

Ao extraordinário aumento das preocupações de rotina, derivado do acréscimo de ritmo e do alargamento das actividades relacionadas com a segurança das nossas províncias ultramarinas, há a juntar o da profunda reorganização do Exército, que se iniciou em 1958. (...)

Temos, para o efeito, que aproveitar os próximos meses, por forma que no primeiro trimestre de 1961, possamos estar em condições de resolver, com eficácia e rapidez, os diversos problemas de reorganização do Exército que nos respectivos programas estão considerados (...)” (EME, C, Vol.I, 1988: 295).

Do despacho do Ministro do Exército é lícito concluir que os líderes políticos e militares há muito que sabiam que a Guerra estava para breve. Verifica-se inclusivamente, que o Ministro se preocupava com o primeiro trimestre de 1961 e, como se sabe, a Guerra teve o seu início no dia 15 de Março de 1961, o que demonstra que as autoridades nacionais estavam informadas e, de resto, outra situação não seria de esperar.

2.3 – A Hierarquia Militar e a Guerra de África

O Decreto-Lei que autorizava a promoção a Capitão⁵¹ com dispensa de frequência do curso durante a Guerra de África estabelecia que, “quando houvesse oportunidade, os oficiais promovidos ao seu abrigo (sem curso) deveriam satisfazer essa condição especial, não mais se efectuou o curso, por ser grande a carência de tenentes e estarem todos empenhados em tarefas de instrução nas Escolas Práticas” (EME, B, 1988: 321).

Esta frase, retirada de um documento oficial, revela, de forma inequívoca, que os Oficiais de carreira accionaram mais o espírito de corpo, do que o espírito militar. Com efeito, posicionaram-se, na Guerra de África, em termos mais concordantes com a doutrina de 1911 (eram formadores, dos milicianos que combatiam), do que com a doutrina de 1940 e de 1960, que lhes indicava o caminho dos combates, o qual, como se vê, não seguiam. Este sistema foi assim, mas não tinha que assim ser, foi, porque convinha que assim fosse. Outras áreas houveram, como os Pára-Quedistas, por exemplo, que recorreram aos milicianos, Alferes e Furriéis vindos de África, com experiência, que permaneciam por mais uns meses na unidade, prestando serviço como

⁵¹ Decreto-Lei n.º 47.414, de 23 de Dezembro de 1966 (OE, 1966).

formadores. Foi, indiscutivelmente, um critério mais eficiente e mais ajustado: colocava os Tenentes em combate e os formadores tinham mais experiência, o que lhes proporcionava melhor aceitação pelos instruendos. Como se comprova, nada justificava que os Tenentes ficassem nas Escolas Práticas, eles deviam seguir para a guerra onde, como subalternos, poderiam adquirir considerável experiência e consideração dos seus subordinados, que com este método não adquiriam.

Está-se assim perante algo de paradoxal: tínhamos um exército que não combatia, enquanto os Oficiais reivindicam para si os papéis de “gestor” (Baltazar, 2001: 446), e monitor dos que não-de combater, como de resto já o tinham feito durante os dois conflitos militares em que Portugal participou durante o Século XX.

Como se acaba de demonstrar, pela frase oficial, os Oficiais oriundos da Academia Militar ficavam pela Metrópole em funções de conveniência, não participando na guerra enquanto subalternos⁵², posição em que ainda tinham alguma posição de combate. Uma vez promovidos a Capitão seguiam então para África, o que não significa para a Guerra.

Salgueiro Maia revelaria a sua experiência quanto à formação das elites e as suas consequências, quando afirmou: “outra característica interessante da guerra das colónias, e que também foi uma constante, relaciona-se com o facto de muitos oficiais dos quartéis-generais estarem absolutamente à margem de como funcionava uma guerra tipo subversiva face à incapacidade de adaptar uma formação de guerra clássica a uma maneira de actuar em que o homem era o elo mais importante da estrutura”⁵³ (Maia, 1994: 79).

Salgueiro Maia foi feliz, conciso e preciso com a sua afirmação, de que destaco a componente sublinhada, onde reconhece que a formação ministrada na Academia Militar se dirigia à guerra clássica e não à guerra de guerrilha que eu próprio enfrentei. No entanto, é justo questionar se pode haver formação para a guerra de guerrilha, onde tudo é sempre novo e onde a improvisação se impõe a todo o momento? Considero que não. O Oficial tem que saber os princípios gerais e principais duma guerra, não lhe pode ser ministrada uma tabela de soluções para que ele a utilize quando os problemas surgem. E é assim, porque os problemas que lhe surgem são sempre diferentes e estão

⁵² Alferes e Tenente.

⁵³ Sublinhado de minha responsabilidade.

sempre em mutação. A guerra de guerrilha é uma «armadilha permanente», para a qual não se podem definir «cartilhas». Segundo Maia, o que aconteceu, pelo menos aos Oficiais dos Quartéis-Generais e de Estado-Maior foi a sua incapacidade de adaptar, ou seja, a incapacidade de fazer, pois a guerra de guerrilha é uma adaptação permanente.

A própria doutrina oficial afirmava “o número de casos imprevistos é ilimitado e a sua solução dependerá, fundamentalmente, da capacidade de decisão do comandante” (EME, A, 1966: 2.^a parte, capítulo VII. P. 31).

Maia defendia ainda, que na guerra em causa “o homem era o elo mais importante”, afirmação com a qual concordo, mas fica evidenciado que este princípio não foi seguido, ao formarem-se Oficiais sem capacidade de adaptar, o mesmo é dizer sem qualidades ou motivação para a função — não podiam ter sido Oficiais — o que poderá ter constituído o maior erro na condução da Guerra — a péssima gestão do recurso homem — enquanto “o elo mais importante”.

Na sua apreciação ao comportamento do Oficial na Guerra, Maia continua: “quase se pode dizer que para muitos oficiais operacionais havia mais receio das ordens infelizes dos oficiais de Estado-Maior do que dos ataques do inimigo” (Maia, 1994: 80). Maia diferencia dois grupos de Oficial: os operacionais e os de Estado-Maior, que, numa definição nem sempre precisa, agrupava todo o oficialato não operacional, mas dos quadros das armas combatentes. No entanto, nos últimos anos da guerra, havia muito poucos Oficiais de carreira que fossem operacionais; estavam quase todos nas «outras funções». Maia, como operacional, que de facto o foi, e atesto-o por o ter conhecido no norte da Guiné, em 1973, sabia do que falava, e põe em causa a capacidade da sua própria classe. Nesta apreciação de Maia apenas se podem enquadrar os Capitães pois, daí para cima, os Oficiais já não desempenhavam funções de combate.

Esta situação, que poderia ser cómica, se não fosse dramática, prova como se moldou uma guerra ao jeito e às conveniências da formação das elites, ficando igualmente e, ainda, a certeza de que a história oficial do 25 de Abril de 1974, no que às motivações e às capacidades dos Capitães diz respeito, não tem qualquer fundamento.

3 – AS ELITES MILITARES E OS AVISOS DA NATO

Não obstante o povo português viver então uma acalmia política, nada lhe fazendo prever que o país estava em vésperas de uma longa luta emancipalista, a oposição ao regime português estava activa e os responsáveis militares tinham consciência que o período de sossego militar posterior à Segunda Guerra Mundial, poderia estar a findar.

Os reflexos da Conferência de Bandung eram cada vez mais avassaladores a nível mundial e o direito à chamada autodeterminação dos povos colhia cada vez mais adeptos, nos círculos internacionais, mesmo entre os nossos tradicionais amigos, que iam descolonizando conforme entendiam e podiam.

3.1 – O Relatório do Comando Militar de Angola

As preocupações sobre o futuro das Províncias Ultramarinas, decorrentes de toda a dinâmica que a nível mundial se ia manifestando no sentido da descolonização dos povos, o que era apoiado pela ONU e pelas duas Superpotências, EUA e União Soviética, impunham precauções e tomadas de posição às autoridades militares portuguesas. Se, por um lado, a lógica mundial se tinha invertido, relativamente à colonização, por outro, as nossas Províncias faziam fronteira com países onde a previsível independência se previa a mais curto prazo e de onde surgiriam os maiores problemas. A acrescentar a estas realidades, a organização militar nos principais territórios africanos portugueses apresentava uma extrema debilidade. Estas realidades e a sua consciência eram já manifestadas no relatório do Comando Militar de Angola, de 1957, assinado em 16 de Junho de 1958, onde se afirmava, no capítulo sobre a «Defesa da Província»:

“A situação que se vive em Angola, no respeitante às relações com o exterior, é caracterizada por uma política de boa vizinhança praticada com todos os territórios que nos rodeiam. Não serão pois de temer ataques vindos do exterior levados a efeito por forças regulares de quaisquer daqueles territórios. (...) É de admitir também que se venham a dar infiltrações através das nossas fronteiras de pequenos grupos agitadores impulsionados pelas neo-potências estrangeiras, ligados a elementos internos. (...) A situação interna da Província pode caracterizar-se pela existência de um certo estado de

efervescência latente que se nota através dos vários episódios que se vão verificando dia a dia e são relatados nos Relatórios Periódicos de Informação, enviados à D.S.U.⁵⁴, EME e Secretariado Geral da Defesa Nacional. (...)

A organização da Defesa Interna para fazer face às hipóteses de possível actuação do inimigo atrás consideradas, tendo de encarar, por um lado, numerosos objectivos a defender. De natureza económica; de natureza política; e de natureza social (populações). (...) Haja em vista o que se está verificando na Argélia, em que um exército de 400.000 homens não consegue evitar os actos de terrorismo que continuamente, há cerca de 4 anos, vêm flagelando as tropas e população civil. A Defesa Interna tem pois de ser baseada na mobilização de todos os recursos, em pessoal e material existentes na Província. Os DDI⁵⁵, a constituir pelas forças militares, destinarem-se-ão a actuar em força contra elementos adversos que as ‘milícias’ não pudessem eliminar. (...) Como consequência de quanto atrás disse, julgo ser da maior necessidade e urgência a criação aqui de uma Unidade (Companhia) de pára-quedistas e de Unidades de Aeronáutica: (...)” (Oliveira, Vol. I, Tomo I, 1993: 124 a 129).

Estava ditada a primeira ideia sobre a estratégia militar que viria a ser implementada nos três teatros de operações, uma força relativamente estacionada e outra melhor constituída e formada, como veio a acontecer com as tropas especiais.

Das previsões então feitas, o Comando Militar de Angola, tendo como Comandante o General de Infantaria Carlos Alberto Barcelos do Nascimento e Silva, só falhou a data de independência do Congo, sete anos mais cedo do que o previsto, em 1 de Julho de 1960. Os incidentes em Angola tiveram o seu início em 15 de Março de 1961, podendo então afirmar-se, a existência de uma influência directa entre a independência daquele e o início da luta armada nesta.

O Relatório, elaborado três anos antes do início do conflito armado revela, inequivocamente, que as autoridades militares conheciam com elevado grau de precisão, o que o futuro reservava. É mesmo relevante verificar que o Comando Militar previa já o tipo de guerra que iríamos enfrentar, quando admitia que o inimigo se pudesse apresentar dócil, num momento e num local, e acérrimo e cheio de actividade, noutro

⁵⁴ Direcção dos Serviços do Ultramar.

⁵⁵ Destacamento de Defesa Interna.

momento e noutra local. Situação que veio efectivamente a verificar-se ao longo dos 13 anos de Guerra.

Impunha-se que as autoridades políticas e militares concebessem estratégias de recrutamento e formação dos quadros militares, particularmente dos que haveriam de ser colocados em locais onde este inimigo, colaborante e adverso, os poderia enfrentar. E não me parece aceitável que se argumente com a surpresa ou com a falta de tempo. O tempo é sempre pouco, quando mal aproveitado, e as autoridades militares esperaram até que o «telhado lhes caiu em cima».

3.2 – A Directiva do CEMGFA

Datada de 22 de Janeiro de 1960, o CEMGFA, General de Artilharia José António da Rocha Beleza Ferraz enviou uma Directiva ao CEME, General de Engenharia Luís Maria da Câmara Pina na qual mostrava não só a medida em que a evolução da situação no Ultramar português preocupava aquela alta entidade, como definia normas gerais para o tipo de instrução a ser ministrada às FA, para que estas se colocassem em estado eficiente para fazer face a qualquer eventualidade que viesse a surgir. Dos 3 vectores fundamentais para a eficiência das tropas: a organização, o equipamento e a instrução ou formação base, a directiva só fazia referência a este último, uma vez que admitia que quanto aos dois primeiros estava já o EME a proceder aos estudos necessários.

Da Directiva do CEMGFA destaco as seguintes afirmações, por me parecerem significativas no contexto do presente estudo:

“A evolução extraordinariamente rápida que se está observando no Continente Africano impõe, de uma forma absolutamente urgente, um certo número de medidas que devem ser tomadas pelas Forças Armadas sob pena de sermos colhidos de surpresa pelos acontecimentos, visto que estes se precipitam a um ritmo cada vez mais acelerado.

Se bem que à política caiba a primeira palavra para procurar evitar que aqueles acontecimentos possam ter repercussões graves nos nossos territórios, o que é verdade é que sobre as Forças Armadas pesa uma grande responsabilidade, se se não encontrarem em condições de fazerem face aos perigos que nos podem vir a ameaçar. (...)

Em todas as circunstâncias, porém, é ao Exército que caberá a maior tarefa, se um dia tivermos que recorrer à força. Para isso, há que dotar os elementos actualmente em guarnição nas províncias ultramarinas com os meios adequados à luta que poderemos ter de enfrentar, e preparar, na Metrópole, outros que possam ser rapidamente destacados em reforço daquelas guarnições.

Não basta, porém, armar e equipar cuidadosamente as forças do Ultramar, ou a ele destinadas, com os melhores materiais e outros meios adequados.

Para obter das tropas destinadas a combater nos territórios ultramarinos o melhor rendimento, torna-se absolutamente necessário que elas estejam devida e objectivamente instruídas e que os quadros estejam cientes do ambiente e condições em que terão de actuar. (...)

Perdida, praticamente, toda a nossa experiência da vida e da guerra no sertão, com o desaparecimento dos últimos elementos que tomaram parte nas campanhas de ocupação, e habituados os quadros a uma experiência sedentária nos centros populacionais, de onde raramente se ausentam, não é a prática de instrução nas paradas dos quartéis ou nos terrenos de manobras que os pode preparar para a vida dura e exigente no mato, onde são requeridas as mais altas qualidades de iniciativa, decisão, espírito de sacrifício e de abnegação, tudo isto aliado a um conhecimento das dificuldades que terão de enfrentar e à forma de lhes fazer face. (...)

Para a guerra de subversão, o estudo das operações que se desenrolam na Argélia constituirá, sem dúvida, uma excelente fonte de ensinamentos. No entanto, deverá ter-se sempre em atenção que esta forma de guerra depende de muitos e diversos factores e que, por isso, uma acção militar contra a subversão, quando conduzida na África Negra, será certamente diferente daquela que se trava actualmente na África do Norte. (...)

Se não caminarmos decididamente neste sentido e se o não fizermos rapidamente, é de admitir que nos possam vir a resultar enormes dificuldades, numa eventual situação de emergência, acrescentando a natural consequência de se tornar extremamente difícil a conduta das operações para quem tiver a pesada responsabilidade de as executar” (Oliveira, Volume I, Tomo I, 1993: 282 a 286).

É interessante notar como, mais de um ano antes de eclodirem os acontecimentos no Norte de Angola que levaram as unidades portuguesas a baterem-se durante mais de 13 anos, havia já uma previsão tão precisa e correcta acerca do que mais tarde viria a suceder e do modo como esses mesmos acontecimentos viriam a ser combatidos.

Não se podem acusar as Forças Armadas Portuguesas de terem descurado o problema africano, nem se podem desculpar por terem sido surpreendidas pelo que veio a acontecer. Por outro lado, não posso deixar de registar a perfeita clarividência manifestada pelos Generais de então, o que me impede de aceitar o argumento utilizado e tanto do agrado dos Capitães e Majores que desencadearam os acontecimentos de 25 de Abril de 1974, segundo os quais o Corpo de Generais constituía uma «brigada de reumático». Os dois documentos que citei desmentem claramente essa afirmação. No entanto, sempre aceitei que nem todos os Generais tinham iguais capacidades, mas este entendimento é igualmente válido para todas as classes militares, como de resto o venho sublinhando.

Se o conhecimento era perfeito e as directivas correctas, importa verificar se as FA, particularmente o Exército, tiveram em boa conta a Directiva do mais alto responsável da sua cadeia hierárquica, que enfatizava duas componentes necessárias ao desempenho dos quadros: a experiência e as características pessoais. Quanto à primeira, considera que se tinha perdido “a nossa experiência da vida e da guerra no sertão”, quanto à segunda, considera que para combater no mato africano são requeridas aos quadros “as mais altas qualidades de iniciativa, decisão, espírito de sacrificio e de abnegação”.

Veja-se, a título de exemplo, o que defendeu o Marechal Montgomery, então Comandante das Forças da NATO na Europa, quando da sua primeira visita a Portugal, na Primavera de 1952. Depois de regressar ao seu Quartel General apresentou, em carta dirigida ao Ministro da Defesa Nacional, Santos Costa, uma série de reparos, que aliás, o Ministro aceitou, entre os quais os seguintes:

A maior parte dos Generais não exerce funções de Comando. Todos os Oficiais Generais deviam desempenhar um comando efectivo, pelo que aconselha a reorganizar o Comando com a maior urgência; sublinha a grande falta de uma entidade que controle tudo quanto se refere à instrução; condena a forma usada na escolha dos nossos graduados, quase exclusivamente baseada nas habilitações literárias e não nas

qualidades de desembaraço, aprumo, capacidade para o comando e decisão, qualidades estas que devem ter preponderância sobre as habilitações literárias, acentuando a grande importância que tem a formação dos cabos para a prontidão das forças para o combate (EME, C, Vol. I, 1988: 49 a 59).

O mínimo que se pode dizer é que as características pessoais que, segundo Montgomery, deveriam ter preponderância na escolha dos graduados, foram mais tarde, em 1960, inteiramente perfilhadas pelo então CEMGFA. Contudo, e não obstante, existir uma total consciência das bases principais que deveriam orientar o recrutamento e a formação dos quadros, tal orientação não foi seguida. A base do recrutamento continuou, durante todo o período da Guerra, a ser a das habilitações literárias, aquelas que Montgomery considerava que deveriam ser subalternizadas.

A Directiva do General CEMGFA confere-me duas certezas: as cúpulas das FA detinham o diagnóstico perfeito da situação, mas desconheciam plenamente a solução; a experiência não se forma, adquire-se com a rotina; os requisitos de iniciativa, decisão, espírito de sacrifício e abnegação não se formam, são qualidades e valores inatos, que apenas poderão ser estimulados e aperfeiçoados. A formação tem aqui o seu lugar, mas se aplicada a homens com estas características porque, de contrário, será simplesmente ineficaz.

O General Beza Ferraz manifesta ao Exército a conveniência na sua formação referindo, especificamente, as tropas destinadas a combater ou executar a Guerra. O General não tem dúvidas, a Guerra é para quem combater, os outros não importa, como de facto não importou. Inequivocamente, a Guerra que se previa e veio a acontecer afectava apenas quem a executasse.

O conhecimento de que a Guerra nunca seria total induziu os Oficiais de carreira para funções administrativas, longe dos locais mais insalubres⁵⁶. A melhor forma de conseguirem este duplo desiderato consistia na rápida e abundante formação de milicianos, os quais teriam como única tarefa a de fazer a Guerra. Assim, num primeiro

⁵⁶ Esta afirmação pode ser confirmada pela conjugação dos elementos contidos na *Lista de Antiguidade dos Oficiais do Exército*, referente a 1 de Janeiro de 1974, onde se constata que 51,7 % dos Capitães e Subalternos, das Armas Combatentes estavam “adidos”, ou seja, fora da estrutura do Exército, com os elementos contidos no livro do EME (2002), onde se demonstra que dos 160 Capitães que comandaram as 102 Companhias que estavam em sector, na Guiné, em Janeiro de 1974, apenas 19 eram oriundos da Academia Militar, sendo os restantes milicianos.

momento, formaram Comandantes de Pelotão e de Secção, ou seja, Alferes e Furriéis e num segundo, Comandantes de Companhia, ou seja, Capitães, mas tudo se complicou quando o número destes últimos atingiu uma dimensão que os constituiu enquanto corpo reivindicativo, e os Capitães e Majoeres de carreira concluíram «que o que era bom também tinha defeitos».

Partilho da opinião de que a constituição de bons quadros começa no recrutamento, porque as principais capacidades destes homens são inatas, sem as quais a formação de pouco vale, prosseguindo-se com a formação base, que inclui o aperfeiçoamento das características pessoais através da formação psicológica, completando-se com a rotina, a qual permitirá acumular experiência. No entanto, os requisitos citados não se colocam a todos os quadros nem com igual intensidade, aplicam-se apenas aos combatentes, ou seja, aos militares das armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia e, entre estes, com particular intensidade aos quadros das tropas de elite.

4 – A ORIGEM SOCIAL DO CORPO DE OFICIAIS

Logo no projecto de dissertação apresentado, afirmei que “o golpe de Estado ocorrido em 25 de Abril de 1974 foi, também e ainda, um acto das elites militares. E foram, igualmente da sua responsabilidade, pelos sucessivos desentendimentos, os actos que se seguiram, os quais, segundo alguns, teriam colocado Portugal «às portas» de uma guerra civil”.⁵⁷

Coube-me comprovar, no decurso da investigação, esta ideia de partida. As hipóteses em estudo versam a formação das elites militares, importando, no entanto, considerar outras variáveis, uma vez que a sua evidência ou não presença pode diminuir ou aumentar, respectivamente, os efeitos dessa formação. Se a componente de formação nunca foi estudada com vista à explicação do comportamento ou conduta do Corpo de Oficiais, a sua origem social tem sido abordada sob vários ângulos e por diversos autores, que tudo pretendem explicar a partir desta variável. Neste sentido, não a poderia ignorar, ou seja, não devo pretender explicar todo o comportamento do Corpo de

⁵⁷ Ver Projecto de Dissertação apresentado ao Conselho Científico da Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade de Évora, na sua reunião de 10 de Maio de 2001, página 6.

Oficiais com base na sua formação, ignorando afirmações de autores reconhecidos, segundo os quais as motivações das elites se subordinam às suas «origens sociais».

Impunham-me a objectividade e a verdade científica que desenvolvesse uma incursão na componente «origens sociais» do Corpo de Oficiais no sentido de validar ou invalidar as correntes de opinião que tanto a valorizam. Se confirmada uma evolução considerável nas «origens sociais» do oficialato, alvo do meu estudo, não a poderia ignorar como factor explicativo das motivações que podem condicionar o comportamento e a qualidade do desempenho. Poderia mesmo acontecer que a doutrina e a estratégia que condicionaram a execução da Guerra de África, e todos os comportamentos observados no fim da mesma, se explicassem através da evolução das origens sociais das elites militares. Se assim fosse, então a variável formação, que privilegiei, não poderia explicar o que é determinado por outra variável.

Para vir a confirmar a minha hipótese, apreciei a recolha bibliográfica de trabalhos sobre as origens sociais dos militares que se envolveram no Golpe de Estado ocorrido em 1974, efectuada pelos Coronéis Aniceto Henriques Afonso e Manuel Braz da Costa⁵⁸, gentilmente cedida pelo primeiro, tendo verificado, entre outras, as seguintes opiniões, todas elas procurando explicar as motivações dos militares de Abril pelas suas origens sociais:

Avelino Rodrigues, Cesário Borga e Mário Cardoso afirmam que os Capitães e Majores “não pertencem às grandes famílias de Lisboa e Porto, mas às classes médias e mesmo populares das aldeias, vilas e pequenas cidades da província (a não ser modestos sargentos que sempre tinham sonhado em ver um filho como oficial), ao contrário dos Coronéis e Generais, que pertencem a famílias com tradição militar. (...) Os pequenos e médios agricultores, os modestos empregados das pequenas cidades, já podem facultar aos seus filhos os cursos secundários nos liceus e escolas de província, mas não têm recursos para suportar as despesas de propinas, alojamento, transporte e habitação nas três únicas cidades universitárias do País (Lisboa, Porto e Coimbra). Assim é que os enviam para a Academia Militar” (Rodrigues, 1974: 346 e 347).

⁵⁸ O Trabalho constou de uma comunicação apresentada no II Seminário da Associação 25 de Abril e foi publicado na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17, da Universidade de Coimbra, em Maio de 1985. Foi o próprio Coronel Aniceto Afonso, Director do Arquivo Histórico do Exército, quem me falou do Trabalho e me entregou uma fotocópia.

Fernando Piteira Santos procura nas razões sociais as motivações dos militares, que os levaram a “porem em causa” o regime. E afirma: “A composição social das Forças Armadas, — considerando o estrato dos ‘oficiais’ e no que ao chamado ‘Quadro Permanente’ se refere — modificou-se nos últimos decénios. (...) O prestígio social da carreira militar, empalidecera muito. A sua capacidade atractiva reduziu-se imenso (...) Os ‘oficiais milicianos’ (que entraram na Academia Militar) são, em larga medida, representantes (e/ou representativos) das camadas pequeno-burguesas. Raros são os oficiais vindos da burguesia, alta e média. Não há oficiais oriundos da classe operária. Ou, se existem, a percentagem não é significativa. E é igualmente, a pequena-burguesia que fornece a base de recrutamento do ‘Quadro Permanente’” (Santos, 1974: 17 e 18).

Pierre Audibert e Daniel Brignon consideram que foi em África que os Capitães tomaram “consciência que duas gerações se confrontavam, a dos capitães e majores, com a dos generais”, cuja “clivagem se fazia no posto de tenente-coronel — fronteira entre a aristocracia e as massas populares” (Audibert, 1974: 91). Há aqui uma perfeita percepção do ponto onde se colocava a fronteira, entre Major e Tenente-Coronel, a qual estava materializada nos interesses e não no aristocratismo.

Wilfred Burchett afirma: “Havia falta de oficiais e a Academia Militar deixara de ser pertença exclusiva dos filhos-família das classes altas, para abrir alegremente as portas aos da baixa classe média (...) À medida que ia entrando gente da baixa classe média para a Academia, ia-se cavando um abismo cada vez mais profundo entre as patentes médias e as altas patentes, entre os capitães e mesmo os majores e os homens da velha guarda — os coronéis e os generais” (Burchett, 1975: 39 e 40). Burchett coloca a linha imaginária que separava a classe de Oficiais, no mesmo ponto em que a colocam os autores citados na alínea anterior, e também a justifica em razões de origem social.

Márcio Moreira Alves é de opinião que “a partir dos primeiros combates em Angola, em 1961, multiplicou o Governo as facilidades que oferecia aos que desejassem seguir a carreira militar, o que popularizou consideravelmente a origem dos quadros permanentes das Forças Armadas” (Alves, 1975: 21).

Jacques Frémontier afirma: “Aqueles que até aí (anos 50) escolhiam a carreira das armas eram grandes burgueses ou latifundiários. A partir desses anos, a grande burguesia precisou de quadros para o desenvolvimento industrial. Os seus filhos deixaram de ir

para a Academia Militar. Pequenos burgueses da província, e mesmo alguns agricultores, tomaram o lugar deles”. O autor, citando, como afirma, um Aspirante a Oficial, conclui assim o seu raciocínio: “a origem de classe dos oficiais dos anos 50 e 60 explica o 25 de Abril” (Frémontier, 1976: 56 e 57). Explicação no mínimo precipitada, já que não tem qualquer suporte empírico que a fundamente.

Otelo Saraiva de Carvalho considera que: “Após a Segunda Guerra Mundial verificou-se uma gradual mudança na origem social da oficialidade portuguesa. (...) Talvez este seja o primeiro factor a permitir uma futura tomada de consciência por parte dos capitães. A carreira militar desde sempre circunscrita a jovens oriundos da alta e média burguesia que terminavam o seu sétimo ano no liceu, abre-se na década de 50, como possibilidade de ascensão social” (Carvalho, 1977: 17 e 18).

Otelo comete os mesmos erros de análise dos autores anteriormente citados, mas se aqueles o fazem apenas por convicção, já que não desenvolveram estudos que suportem o que afirmam, Otelo fá-lo por conveniência e por interesse do grupo a que pertence, uma vez que conhece o universo dos Oficiais de carreira e sabe que as suas origens não são essas.

Por seu lado, Dinis de Almeida defende: “Forçado pelas exigências militares cada vez maiores, resultantes da guerra colonial, o Governo viu-se obrigado a alargar inevitavelmente a base social de ingresso na Academia Militar, recrutando em maior escala os seus cadetes entre os estratos mais desfavorecidos da Nação, o que veio facilitar a consciencialização política posterior” (Almeida, 1977: 39).

Os comentários que teci quanto às afirmações de Otelo são igualmente válidos para as de Dinis de Almeida, uma vez que seguem idêntico raciocínio.

Maria Carrilho entende que “As origens sociais dos Oficiais que maioritariamente se empenharam nos acontecimentos de 25 de Abril de 1974 (ou seja, os que iniciaram os seus cursos entre 1960 e 1964) apresentam uma maior representação nacional, (...) em termos de proveniência de classe” (Carrilho, 1984: 800).

Para os autores das nove obras citadas e para outros que “de uma forma geral desenvolvem ou aceitam o mesmo raciocínio” (Afonso, 1985: 103), os Oficiais de carreira comportam-se politicamente, ou pelo menos comportaram-se os que se

envolveram no Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, segundo as suas origens sociais. No projecto de dissertação afirmei: “apreciar-se-á a conduta das elites, fruto da sua formação”.⁵⁹ Neste sentido, considero relevante pronunciar-me sobre as origens sociais das elites militares, porquanto se os Oficiais se conduzem orientados pela sua origem social, fá-lo-ão menos pela formação, sendo o inverso também verdadeiro, isto é, se não se conduzem pelas suas origens sociais, fá-lo-ão mais pela formação, o que provaria a minha hipótese principal.

Os autores supra citados, que se orientam pelos mesmos princípios, podem dividir-se em dois grupos quanto ao momento considerado do ingresso no oficialato de elementos oriundos das classes sociais mais baixas: para uns, o momento define-se pela década de 50; para outros, pela década de 60, pelo início da Guerra (1961), ou, referindo-se à Academia Militar (1959). De qualquer modo, não só estas datas são muito próximas como, todas elas, apresentam o mesmo problema como suporte: a Guerra de África. Mas todos estes autores reconhecem um ponto de fronteira ou uma linha imaginária que passaria entre os Majores e os Tenentes-Coronéis: os primeiros originários de famílias economicamente mais modestas e os segundos de famílias mais abastadas.

Embora respeite o ponto de vista de todos estes autores, não posso concordar com eles. A carreira do oficialato tem uma lógica incontornável: todos a iniciam como Alferes e, passando por todos os postos intermédios, podem ascender a General. Não é possível efectuar uma clivagem social seja em que ponto for da carreira. Esta situação poderia, contudo, verificar-se, se em determinado momento tivesse havido uma alteração radical no recrutamento dos Cadetes. E para que a clivagem, em 1974, se fizesse entre Major e Tenente-Coronel, aquela alteração teria que se ter verificado na segunda metade da década de 50. Parece ser este pensamento que orienta os autores citados, sem, contudo, terem tido o cuidado de o verificar.

No sentido de procurar encontrar uma resposta fundamentada para as várias afirmações citadas, das quais discordo, por não reconhecer na origem social dos Capitães e Majores qualquer motivação política, irei considerar separadamente três grupos de Oficiais, a que correspondem outros tantos níveis de responsabilidades e de classes etárias. Estes

⁵⁹ Ver o meu Projecto de Dissertação apresentado ao Conselho Científico da Área Departamental de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade de Évora, na sua reunião de 10 de Maio de 2001, página 8.

grupos serão confrontados com o grupo, supostamente, segundo Aniceto Afonso e Braz da Costa, envolvido nos acontecimentos de 25 de Abril de 1974, grupo que designo genericamente por «Capitães» que constitui a base de referência.

1. Oficiais Gerais (Generais e Brigadeiros), que estavam no activo em 1973, independentemente do dia em que foram promovidos ou em que passaram à reserva, porque de qualquer modo foram Oficiais Gerais nesse ano. Os Gerais apreciam-se exaustivamente, os Brigadeiros apenas os que exerciam ou tinham exercido comando de tropas na Guerra, critério que apenas exclui três destes Oficiais. O grupo designa-se genericamente por Gerais.
2. Coronéis e Tenentes-Coronéis, em 1973, grupo este que só considera os Oficiais que exerciam ou tinham exercido comando de tropas na guerra, por serem aqueles que a podiam influenciar, mas estes, exaustivamente, porque os outros, os que estavam nas secretarias, não eram determinantes. Por uma questão de simplicidade designo este grupo genericamente por «Coronéis».
3. Majores e Capitães Pára-Quedistas, em 1973, que exerciam ou tinham exercido comando de Companhias. Esta individualização dos Pára-Quedistas, relativamente ao grupo que vou considerar para comparação, justifica-se, porquanto, os Pára-Quedistas não se quiseram envolver no golpe de Estado de 1974, desde logo, é importante concluir se existia, ou não, qualquer diferença entre os grupos. O grupo dos Pára-Quedistas permite uma abordagem interessante, por ser de idêntica posição hierárquica e etária relativamente ao grupo que vai servir de comparação, bem como por ter assumido uma posição neutral perante os acontecimentos que aqueles executaram. No sentido de simplificação, designo os Capitães e Majores Pára-Quedistas apenas pela especialidade, isto é, Pára-Quedistas.

Está-se em presença de quatro grupos de Oficiais, em que dois se diferenciam do grupo de referência quanto às suas posições hierárquicas e etárias (Generais e Coronéis) e outro, cuja diferenciação está no comportamento (Pára-Quedistas). A definição do ano (1973) tem a ver com o momento em que se começou a organizar o chamado “Movimento dos Capitães”, cujos membros integram maioritariamente o grupo de referência. Pretende-se objectivamente saber, se havia, nesse ano, grandes diferenças de origem social entre os Gerais, os Coronéis e os Capitães, pois são estes três grupos de

Oficiais considerados por todos os autores atrás citados. Se não houver diferenças nas «origens sociais» entre estes grupos, recusa-se o efeito desta variável no comportamento e, desde logo, no desempenho, e amplia-se o efeito formação, o que comprovará a minha hipótese.

Para apreciar as origens sociais de todos os Oficiais em estudo, considerei as profissões dos pais, por ser a variável considerada mais fiável, estar disponível e ter sido a seguida pelos autores do estudo de referência (Afonso, 1985: 110). A única forma de poder comparar os resultados é seguir idêntica metodologia que aqueles autores seguiram, os quais afirmam: “A metodologia seguida para a determinação das categorias profissionais e ocupacionais teve como referência a utilizada por Maria Carrilho em *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século Vinte*” (Afonso, 1985: 108).

As profissões agrupam-se, com base na metodologia de Maria Carrilho, do seguinte modo:

1. Forças Armadas: Oficiais, Sargentos e Praças dos três Ramos das Forças Armadas.
2. Funcionários Públicos: Funcionários Públicos das diferentes categorias, elementos da Guarda Nacional Republicana, Guarda Fiscal e Polícia de Segurança Pública, Professores e Bombeiros.
3. Profissões Liberais: Médicos, Veterinários, Farmacêuticos, Advogados, Engenheiros, Solicitadores, Oficiais da Marinha Mercante e Aviação Comercial.
4. Proprietários e Industriais.
5. Comerciantes e Negociantes.
6. Empregados Qualificados: Empregados de Escritório, Empregados Bancários, Contabilistas, Ajudantes de Farmácia, Gerentes Comerciais, Topógrafos, Agrimensores e Jornalistas.
7. Empregados: Empregados, Funcionários dos Caminhos-de-ferro, Funcionários dos Correios, Empregados Comerciais, Empregados de Mesa, Motoristas, Operários Fabris e Cocheiros.

8. Agricultores não Proprietários: Agricultores, Lavradores, Feitores Agrícolas e Seareiros.
9. Operários e Artesãos: Trabalhadores Rurais, Marítimos, Carpinteiros, Marceneiros, Electricistas, Serralheiros, Mecânicos, Funileiros, Sapateiros, Cozinheiros, Ourives, Pedreiros, Ferradores, Pasteleiros e Alfaiates.
10. Não Referenciados: Inclui os já falecidos quando do nascimento do filho, os incógnitos e os que não têm informação no processo.

Nem todas as profissões que me surgiram estavam referenciadas, pelo que acrescentei ao critério de Maria Carrilho todas as que surgiram de novo, mas seguindo a lógica daquela autora. Com este procedimento, todas as profissões encontradas estão descritas numa das primeiras nove designações acima mencionadas. A inclusão do décimo grupo justifica-se para agrupar o remanescente ou a diferença entre o universo em estudo, o total dos Oficiais do grupo, e o universo conhecido, ou seja, as profissões que se puderam conhecer.

Existem três razões que impossibilitam o conhecimento das profissões dos pais do Oficialato: por vezes a certidão de nascimento não está no processo, o que normalmente acontece quando o Cadete era oriundo do Colégio Militar ou de Oficial Miliciano; se o progenitor faleceu antes do nascimento, a certidão contém a palavra «falecido» no local destinado à profissão, e esta fica desconhecida; se o progenitor é incógnito, não há maneira de se saber a sua profissão, para além de considerar sem relevância científica a individualização deste número.

As fontes de consulta das certidões de nascimento são os processos individuais de matrícula dos Cadetes na Escola Militar, termo genérico que utilizo para designar a Escola Militar, a Escola do Exército e a Academia Militar, que constituem designações que a Escola foi tendo ao longo dos tempos. Nos casos dos Oficiais Milicianos Pára-Quedistas que vieram a ingressar na Academia Militar, cuja certidão de nascimento não está no processo e dos dois Capitães oriundos de Sargentos, que comandaram Companhias de Pára-Quedistas, obtive a profissão dos pais através de consulta aos próprios.

As percentagens das profissões conhecidas apresentadas na tabela 2, foram calculadas em relação ao número de profissões do universo conhecido, cujo somatório é 100. A percentagem das profissões desconhecidas foi calculada, de forma independente em relação ao número total de Oficiais do grupo. Procedi assim, para evitar que o número das profissões não conhecidas influenciasse as percentagens relativas dos vários grupos de profissões e viciasse as comparações entre os quatro grupos de Oficiais.

Os nove grupos de profissões individualizados por Maria Carrilho contêm uma dimensão generalista, ou seja, a autora aprecia a profissão no seu aspecto geral, sem a dimensão remuneratória. Estou de acordo com este tipo de abordagem, por ser aquele que a sociedade de um modo geral aprecia e o estudo ser de carácter sociológico, para além de que não existem outros elementos que me permitam aferir a dimensão salarial ou rendimento empresarial que a profissão proporcionava.

Aos grupos de profissões considerados por Maria Carrilho, que se enquadram num conceito social de profissões da classe média e média-baixa, agreguei-lhes dois indicadores que agrupam as profissões correspondentes à classe-média e à classe-média-baixa. Estes indicadores que considero representarem aquelas mesmas classes destinam-se a proporcionar uma interpretação mais fácil e uma comparação numérica, que os grupos separadamente não permitem.

O grupo que designo genericamente por «Capitães» engloba os 703 Oficiais que, segundo Aniceto Afonso e Braz da Costa, integravam o Movimento dos Capitães. Não possuo a eventual lista, pois os dados foram retirados do trabalho elaborado pelos referidos autores e já citado. Contudo, efectuei duas alterações ao quadro que aqueles autores elaboraram: diminuí uma unidade ao universo conhecido, porque a soma estava errada, unidade que somei ao grupo das profissões desconhecidas, de modo a manter o valor do universo total; calculei as percentagens, nos termos em que as calculei para os outros grupos, o que já referi, pois, para uma correcta comparação tinha que utilizar um método de cálculo igual. Vejamos assim a tabela 2.

Tabela 2: Resumo das origens sociais das elites militares

Grupo de Profissões	Generais (a)		Coronéis (b)		«Capitães» (c)		Pára-Quedist(d)	
	N.º	% do	N.º	% do	N.º	% do	N.º	% do
	Total	Universo	Total	Universo	Total	Universo	Total	Universo
Forças Armadas	18	31,6	93	30,0	122	18,5	6	12,2
Funcionário Público	12	21,1	59	19,0	155	23,6	10	20,4
Profissões Liberais	5	8,8	11	4,0	38	5,8	1	2,0
Proprietário	2	3,5	37	12,0	85	12,9	10	20,4
Comerciante	6	10,5	36	12,0	55	8,4	7	14,3
Empregado Qualificado	7	12,3	11	4,0	59	9,0	2	4,1
Classe Média	50	87,7	247	79,0	514	78,1	36	73,5
Empregado	4	7,0	30	10,0	41	6,2	3	6,1
Agricultor n/ Proprietário	0	0,0	9	3,0	32	4,9	5	10,2
Operário/Artesão	3	5,3	25	8,0	71	10,8	5	10,2
Classe Média-Baixa	7	12,3	64	21,0	144	21,9	13	26,5
Universo Conhecido	57	100,0	311	100,0	658	100,0	49	100,0
Desconhecidas	25	30,5	15	4,6	45	6,4	4	7,5
Universo Total	82	-----	326	-----	703	-----	53	-----

Fonte: Investigação realizada no âmbito do presente estudo.

A relação dos Generais obtive-a nas Listas Gerais de Antiguidades, quanto aos Generais, e quanto aos Brigadeiros, nos arquivos sobre os Comandantes de Agrupamentos, nos três teatros de operações militares, durante a Guerra de África, existentes na Direcção de Documentação e História Militar, órgão do Estado-Maior do Exército, localizado em Lisboa.

A relação dos elementos integrantes do grupo de Coronéis obtive-a através da consulta dos arquivos sobre os Comandantes de Agrupamentos e Batalhões, nos três teatros de operações militares, durante a Guerra de África, existentes na Direcção de Documentação e História Militar.

A relação dos elementos que integram o grupo de Pára-Quedistas obtive-a a partir das publicações sobre a História das Tropas Pára-Quedistas Portuguesas, já citadas, e da

consulta a vários Oficiais, quanto aos dados de Angola, cuja história ainda não está disponível.

Ao analisar tabela 2 na perspectiva de validar ou não a ideia generalizada de que «a origem de classe dos Oficiais explica o Golpe de Estado de 1974», pois os «Capitães de Abril» seriam de origem social substancialmente mais modesta, do que os Oficiais das classes de Generais e Coronéis, verifico que:

A - Os Generais

Os oitenta e dois Oficiais que constituem este grupo ingressaram na Escola Militar entre 1925 e 1942. Comparando as suas origens sociais com as dos Coronéis, verifica-se uma diferença de 8,7% a mais na classe média, número escasso para considerar a existência de diferenças de classe. O grupo de profissões mais referenciado pelos investigadores, particularmente Maria Carrilho, é o das “Forças Armadas”, na qual se verifica uma diferença de apenas 1,6% a mais, valor manifestamente insignificante para poder considerar uma diminuição de membros com estas origens, na classe de Coronéis. Para além desta consideração livre, tem-se que considerar que a ascensão ao Generalato implica uma selectividade muito rigorosa, pelo que irei projectar a classe de Coronéis na classe de Generais e ver-se-á, então, quais as verdadeiras diferenças, o que apresento na tabela 3.

B - Os Coronéis

Os trezentos e vinte e seis elementos integrantes do grupo ingressaram na Escola Militar entre os anos de 1937 e 1954. Apreciando as origens sociais dos Coronéis e as dos «Capitães» verifica-se que quase não existem diferenças, pois a classe média dos Coronéis é apenas 0,9% superior à dos «Capitães». O mesmo já se não pode afirmar, quando se analisam os grupos de profissões individualmente, em que a profissão militar é bastante superior nos Coronéis, o que parece indicar que os profissionais militares desincentivaram os filhos a seguir a sua carreira, devido ao surgimento da Guerra. Neste caso, pode-se falar em alteração nas origens profissionais, mas não de classe.

C - Os «Capitães»

Ao comparar as origens sociais dos militares que supostamente se empenharam no Golpe de Estado com as dos Pára-Quedistas, que o não fizeram, vejo-me forçado a recusar a ideia de que as motivações estavam nas origens sociais, porque, se assim fosse, então os Pára-Quedistas que ingressaram na Escola Militar entre os anos de 1954 e 1966, deveriam ter-se empenhado ainda mais do que os «Capitães», uma vez que as suas origens são ligeiramente mais modestas. As origens do grupo dos «Capitães» são 4,6% mais da classe média do que as dos Pára-Quedistas, valor que não explica os comportamentos, mas que recusa as afirmações de que as origens sociais determinaram as motivações. A profissão «Forças Armadas» é inferior nos Pára-Quedistas em 6,3%, logo, se se quiser considerar que as famílias militares eram apoiantes do regime e da Guerra, mais uma vez se exigia que os Pára-Quedistas se empenhassem no golpe, o que volto a dizer, não aconteceu.

Conjugando o indicador da classe média com o da profissão «Forças Armadas», em que ambos sugeriam o maior empenho dos Pára-Quedistas do que o dos «Capitães» no Golpe de Estado, tendo acontecido o contrário, conclui-se que as origens sociais dos militares não tiveram qualquer influência naquele acontecimento. Nem naquele acontecimento, nem no desempenho, uma vez que as duas interpretações se ligam entre si.

A leitura da tabela 2 demonstra que apenas a classe de Generais tem a sua origem social um pouco mais elevada, mas falta saber se essa situação se prende com as condições de ingresso na Escola Militar ou com a selectividade de ingresso no Generalato, é o que pretendo concluir com a tabela 3.

Interpretando a evolução das colunas (b) para as colunas (c), da tabela 3, verifica-se que a ascensão ao Generalato foi condicionada por uma selectividade social, que aumentou a classe média em 12,2%, ou seja, passou de 79% para 91,2%. As preferências verificam-se nas profissões «Forças Armadas», com uma percentagem de 35,3%, logo superior à percentagem da mesma rubrica no Generalato de 1973, que é de 31,6%, e «comerciantes». Uma outra verificação obriga a reflectir sobre a ascensão profissional, origens sociais e socialização no interior das FA, ou neste caso, no Exército: o Generalato do pós 25 de Abril provinha de uma classe social superior ao Generalato de

1973, isto é, o Generalato que supostamente servia o antigo regime e defendia a Guerra de África, era originário de uma classe social inferior ao Generalato do pós «Marcelismo», o qual era, supostamente, contra o regime e contra a Guerra de África.

Tabela 3: Origem social dos Generais, promovidos ao generalato, antes ou depois de 25 de Abril de 1974.

Grupo de Profissões	Generais (a)		Coronéis (b)		Generais (c)	
	N.º	% do	N.º	% do	N.º	% do
	Total	Universo	Total	Universo	Total	Universo
Forças Armadas	18	31,6	93	30,0	12	35,3
Funcionário Público	12	21,1	59	19,0	6	17,6
Profissões Liberais	5	8,8	11	4,0	1	2,9
Proprietário	2	3,5	37	12,0	5	14,7
Comerciante	6	10,5	36	12,0	7	20,6
Empregado Qualificado	7	12,3	11	4,0	0	0,0
Classe Média	50	87,7	247	79,0	31	91,2
Empregado	4	7,0	30	10,0	1	2,9
Agricultor n/ Proprietário	0	0,0	9	3,0	0	0,0
Operário/Artesão	3	5,3	25	8,0	2	5,9
Classe Média-Baixa	7	12,3	64	21,0	3	8,8
Universo Conhecido	57	100,0	311	100,0	34	100,0
Desconhecidos	25	30,5	15	4,6	1	0,3
Universo Total	82	-----	326	-----	35	-----

Fonte: As colunas (a) e (b) decorrem da informação da tabela 2; a coluna (c) corresponde aos elementos da coluna (b) que alcançaram o generalato após o golpe de Estado de 1974, cujas promoções ocorreram entre 1974 e 1985, estudadas no âmbito da pesquisa.

Verifica-se que o oficialato apresenta apenas duas estruturas, quanto às suas origens sociais, uma vez que o Oficial seguirá toda a sua carreira até à patente de Coronel sem que haja grandes perturbações, a não ser, naturalmente, as motivadas por razões de ordem física, disciplinar ou simples passagem à reserva por motivos pessoais. Deste modo, a estrutura das origens sociais do oficialato não tem qualquer alteração. Todavia,

a passagem ao Generalato, que obriga a consideráveis restrições motivadas pelas limitações do quadro, proporciona uma clivagem geradora de uma outra estrutura das origens sociais.

Neste quadro verifica-se algo que vem contra a corrente que defende ser o comportamento dos Oficiais uma consequência das suas origens sociais, pois o Generalato dos pós 25 de Abril é originário de uma classe social igual ou ligeiramente superior à classe social do Generalato de 1973, o que prova que não se verificou nenhuma alteração significativa quanto às origens sociais dos Cadetes que ingressavam na Escola Militar. Certamente que a conclusão surpreenderá todos os que defenderam ou defendem, que as origens sociais constituíram a base das motivações dos militares vulgarmente designados por «Capitães de Abril». O que não se confirma, antes, comprovadamente se recusa.

O que venho demonstrando, ao longo de todo este sub-capítulo, certifica, de forma concludente e absoluta, que os militares não se comportaram nem se motivaram em função das suas origens sociais. A conclusão aqui e assim obtida, responde à pergunta de partida: Como se formam as elites? Obtida a certeza de que não se formam pelas origens sociais, sai reforça a convicção na validade das hipóteses em que se baseia a investigação: a conduta e o desempenho das elites militares que participaram na Guerra de África baseou-se na sua formação base; nas suas motivações; e na sua experiência. A cultura militar é, assim, um fruto intrínseco do processo de socialização na instituição e desarraigado do passado civil dos militares.

Os investigadores, os interessados e os relatores de acontecimentos sociais afirmam que as Escolas Militares objectivamente formadoras de Oficiais se abriram a Cadetes oriundos de classes sociais mais baixas a partir da segunda metade do Século XX. Com base neste dado, teorizam, insinuando, ou afirmando expressamente, que é neste facto, ou seja, na origem social, que radicam todas as motivações dos Oficiais que se vieram a agrupar em torno do chamado «Movimento dos Capitães».

Porém, o que se conclui é que no “Movimento dos Capitães” se agrupou toda a «casta», da mais fina à mais espessa. Se a origem social fosse um factor tão determinante, os momentos que se seguiram ao Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974, e que

motivaram múltiplos alinhamentos de Oficiais, trariam essa «clivagem» à evidência. O que não se verificou. Contesta-se, assim, aquela teoria.

A longa vivência que me foi permitida no meio em estudo e a investigação que desenvolvi, permitem-me afirmar que não foram questões de «berço» que agruparam os Oficiais, mas sim a Guerra de África, os alinhamentos hierárquicos e as aspirações pessoais e profissionais.

Mesmo que os ingressos na carreira de Oficial tivessem sofrido evoluções quanto às origens sociais, o comportamento funcional permaneceu. O que se alterou foram as condições de execução da função — a Guerra. Para além dela, todos querem ser Oficiais nos direitos e regalias, mas todos procuram motivos para estarem na Guerra, sem nela participarem.

O maior, senão o único problema das FA Portuguesas durante todo o tempo da Guerra de África, foi a falta de doutrinadores e reformadores quanto à sua organização e formação. Tudo o resto se resume a pequenas questões, de solução fácil e pontual. Mas a organização e a formação tiveram que ser mantidas para satisfazer a classe média, razão pela qual se manteve uma hierarquia baseada nas habilitações literárias, de todo inconsequente. Destaca-se a classe média, porque a classe alta nunca teve problemas: os seus filhos estiveram sempre em lugares seguros.

Chegados a este ponto, torna-se óbvia uma conclusão: a organização e formação militares, durante a Guerra de África, estavam estruturadas e diferenciadas segundo as classes sociais, mas só na componente do Serviço Militar Obrigatório (SMO), na componente do quadro essa diferenciação não existia, o que significa que muitos investigadores colocaram o «alvo» fora do sítio. A grande clivagem militar verificava-se entre Oficiais de carreira e Oficiais milicianos, sobretudo nas patentes de Capitão. Tão evidentes e profundas eram estas diferenciações, que foi ali que se iniciaram, ou foi dali que partiram, as movimentações dos Capitães: Puros e Espúrios⁶⁰, de carreira e milicianos, respectivamente.

Seguro da indiferença das origens sociais para o desempenho e para as motivações das elites militares, prossegui a investigação com base nas hipóteses formuladas

⁶⁰ Os Capitães de carreira intitulavam-se a si próprios de «Puros» e intitulavam os Capitães milicianos de «Espúrios».

corroboradas com algumas das conclusões de outros investigadores. Pereira Marques afirma: “à medida que a força armada se constitui numa instituição caracterizada por normas e valores próprios, com uma jurisdição especializada, infra-estruturas estáveis, uma cultura e saberes que se produzem através de canais específicos, a autonomia relativa dos militares torna-se uma realidade. Gera-se, em consequência disto, uma coesão cimentada pelo que se designa por *espírito de corpo*, que permite a afirmação de uma identidade baseada numa consciência corporativa que tende a predominar sobre as pertenças classistas ou sociais” (Marques, 1999: 99 e 100).

A clareza destas palavras revela que o comportamento dos militares não se pauta pela origem social dos Oficiais, mas pelos interesses da instituição, o mesmo é dizer dos «pontos de vista» dos Oficiais, que é quem detém o poder de decisão.

Também para o General Kaúlza de Arriaga “em última análise, a qualidade das Forças Armadas afere-se pelo valor do seu Corpo de Oficiais. É neste que residem a ética e a «intelligentzia» castrenses” (Arriaga, 1987: 262).

Os novos membros, chegados à instituição pela via da Escola Militar, incorporam de imediato o *espírito de corpo* num sentido corporativo que os serve e beneficia a todos. Compreende-se este clima interno: os Oficiais que integraram a instituição nos seus primeiros tempos fizeram-no ainda em simultâneo com a nobreza, cujos hábitos seguiram e direitos reivindicaram. No futuro e continuamente, os novos membros «despem» de imediato a sua condição social civil, para ingressarem numa nova condição social, que os favorece: um membro da alta sociedade, não quer descer de condição, e um membro da baixa sociedade aspira apenas a ser igual ao outro. Como a instituição mantém o poder das armas, que lhe confere o poder de decisão, permanece com a condição social elevada.

É Medeiros Ferreira que defende: “com a mobilização decretada durante a I Guerra Mundial, a instituição militar adquire em Portugal as suas características contemporâneas de instituição nacional interclassista” (Ferreira, 1992: 91), concluindo: “a origem social dos oficiais, que tanto ocupa as investigações de carácter sociológico, não resulta como factor suficiente para explicar as mudanças de comportamento do corpo de oficiais face aos regimes políticos” (Ferreira, 1992: 95).

Bañón e Olmeda consideram, por seu lado, que “têm maior importância as relações intraorganizativas do que as relações passadas ou presentes que os membros possam manter com outras organizações, grupos ou pessoas. O marco de referência do comportamento individual é a escala de valores da instituição; (...) a sanção do grupo institucional, a honra e a dignidade comunitárias condicionam os valores e possivelmente o comportamento individual mais que qualquer outro elemento. (Ou seja, a) sua socialização institucional contrapõe-se à sua aprendizagem social anterior” (Bañón, 1985: 55).

Estes mesmos autores defendem que a “gênese da especificidade da instituição militar (deve procurar-se) na sua própria finalidade social, (isto é) na preparação permanente para enfrentar um conflito bélico, na possibilidade do combate que se concretiza num peculiar entrançado valorativo. (...) São os valores militares e, sobretudo a sua interiorização, que pode proporcionar a compreensão da estrutura organizativa militar” (1985: 68). O que Bañón e Olmeda nos dizem e que assumo inteiramente, é que, para se compreender, em toda a sua dimensão, a organização militar, é imperioso vestir o seu «capote», ou pelo menos ter com ele uma elevada empatia.

Igualmente Pereira Marques persiste na convicção da socialização interna e específica da instituição militar, considerando até que esta socialização pode estar para além do Corpo de Oficiais, ideia que desenvolve nos seguintes termos: “a identidade militar passa pela construção de uma imagem simultaneamente diferenciadora, em relação ao resto da sociedade, e uniformizadora, no que se refere aos objectivos da coesão e da funcionalidade. A coesão e a funcionalidade do Exército, no quadro mais geral da burocratização do Estado, implicavam o esbatimento das diferenças entre oficiais de diversas origens e condições e, até certo ponto, daquelas que existiam entre eles e os soldados. As manifestações de gosto pessoal, de ostentação de uma origem social, de fortuna ou narcísicas não deviam ter lugar face à norma uniformizadora. Isto visando, para dentro, uma igualização de onde só se realçasse o que eram as distinções hierárquicas e, para fora, a solidez institucional e corporativa” (Marques, 1999: 117 e 118).

Esta apreciação está, em minha opinião, correcta, mas é, contudo, manifestamente insuficiente: o Oficial pretende a uniformização entre eles, mas nivelando a ostentação por cima, isto é, no ponto em que assenta o espírito de corpo e onde não há

divergências. Quanto ao esbatimento das diferenças entre o Oficial e o Soldado não se confirmam, antes se exhibe a sua manifestação, pois é nela que se procura justificar os fundamentos da hierarquia.

Maria Carrilho afirma: “O Autor de *The Power Elite* (C. Wright Mills), no capítulo dedicado aos «senhores da guerra», chega a afirmar que «as origens sociais e o início da sua formação são menos importantes para o carácter do militar profissional do que para qualquer outro tipo social», acrescentando que a preparação de um futuro almirante ou general e o meio em que se desenrola são tão determinantes que se torna de «somenos importância o facto de ser filho de um carpinteiro ou de um milionário»” (Carrilho, 1985: 50).

Em termos conclusivos e aplicabilidade das opiniões citadas à situação em estudo, é liminar a frase de Huntington: “A ética militar é concreta, permanente e universal” (Huntington, 1985. 245).

Assim, as afirmações de Pereira Marques, Medeiros Ferreira, Maria Carrilho, Bañón e Olmeda e Samuel Huntington, validam natural e perfeitamente, as conclusões a que cheguei ao recusar ser a origem social a variável que determinou a motivação dos Oficiais a envolverem-se no Golpe de Estado de 25 de Abril de 1974.

5 – A FORMAÇÃO MILITAR DE BASE

No presente sub-capítulo descrevo e analiso a formação que possuíam as elites militares que conduziram a Guerra de África. Sabendo que os Generais que iniciaram a preparação das FA portuguesas para a Guerra iniciaram a sua formação militar em 1900, vou iniciar o estudo a partir desse ano. Porém, em 1900 a formação militar dos Oficiais processava-se na Escola Militar cujo diploma de criação datava de 1890, situação que determina que recue a esta data.

Por formação militar de base entendo a formação científico-cultural, a formação em assuntos estritamente militares, a formação psicológico-vocacional e a formação doutrinária.

Para analisar e comparar a formação do Corpo de Oficiais, nas várias reformas que se verificaram ao longo do período em estudo, seguiu apenas o curso de Infantaria. A metodologia seguida justifica-se, porque as alterações que progressivamente foram efectuadas na formação dos Oficiais afectaram simultaneamente todos os cursos. Neste sentido, evitam-se repetições desnecessárias. A preferência pelo curso de Infantaria é motivada pelo número dos Oficiais que o integram, muito superior a qualquer outro curso.

5.1 – A Escola do Exército de 1890 a 1911

Segundo a organização da Escola, para a admissão à matrícula nos cursos de Infantaria e de Cavalaria era exigido, além do curso de ciências professado nos liceus ou no CM, a aprovação na Escola Politécnica, na Universidade ou na Academia Politécnica nas seguintes disciplinas: Álgebra Superior; Geometria Analítica; Trigonometria Esférica; e Geometria Descritiva (1.^a parte).

A organização estabelecida pela Lei de 13 de Setembro de 1897 marcava a conveniência de elevar o nível científico dos candidatos a Oficiais das diversas Armas e chegava à conclusão que haveria vantagem em exigir a todos os alunos a mesma preparação científica. Seguindo tal princípio, para a matrícula na Escola em qualquer dos cursos, passou a ser indispensável a aprovação no 2.^o curso e na 7.^a cadeira (Mineralogia) da Escola Politécnica ou de qualquer outra do mesmo género, como até então se exigia apenas para a Engenharia e para a Artilharia.

Nestas condições, passou a haver um curso geral com a duração de um ano, comum a todos os cursos militares, sendo no fim os alunos sujeitos a um acto final que constava de provas teóricas, provas práticas e provas de exercícios militares. Os alunos admitidos à matrícula no curso geral eram nomeados Sargentos Graduados Cadetes e concluído este curso promovidos ao posto de Primeiro Sargento. Para que, sob o ponto de vista da antiguidade, todos os alunos ficassem equilibrados, foi estabelecido um sistema no qual, para todas as armas, eles atingiam, normalmente, o primeiro posto de Oficial precisamente 7 anos depois da sua primeira matrícula nas Escolas superiores preparatórias.

Todos os alunos que frequentavam a Escola eram sujeitos ao regime e disciplina militares, constituindo os que fossem “praças de pré”, designação genérica então atribuída aos Sargentos, uma Companhia denominada Companhia de Alunos da Escola do Exército, com uniforme próprio. Esta referência às Praças de Pré, que constituiriam uma Companhia separada, deixa a certeza de que eram concedidas algumas facilidades, a estes militares, para ingressarem na Escola para Oficiais. Ou seja, no início do século XX, ou nos últimos anos da Monarquia Constitucional, como por vezes se prefere referenciar este período, não havia restrições ao ingresso de Sargentos na carreira de Oficiais, como mais tarde passou a existir, e que ainda hoje se mantém, o que prova que a formação militar sofreu grandes alterações, nem sempre motivadas pelo princípio da eficiência.

A falta de concorrência aos cursos de Infantaria e Cavalaria, motivada pela exigência do curso superior preparatório, forçou o Governo a reduzir os estudos preparatórios para aquelas duas armas e a extinguir o curso geral, através da lei de 13 de Setembro de 1897. Continuou, porém a Escola a classificar os alunos para as diversas armas, distribuindo-os em dois grupos. Os que pretendiam seguir os cursos das armas de Engenharia ou de Artilharia e os que se destinavam aos cursos de Infantaria e Cavalaria. Para cada um destes grupos foi estabelecido pela Lei de 1897, um 1.º ano comum aos cursos correspondentes e, terminado ele, os do 1.º grupo optavam, segundo a ordem de classificação que obtivessem, pela arma que desejavam seguir; para os segundos a escolha para a Arma de Cavalaria era regulada pela aptidão especial que os alunos mostravam para a equitação.

A duração dos cursos passou a ser a seguinte: Curso de Engenharia Militar 4 anos; Curso de Artilharia 3 anos; Curso de Infantaria 2 anos; Curso de Cavalaria 2 anos. Para além da duração normal, era concedido mais um ano para a conclusão do curso. A Arma de Artilharia detinha um estatuto diferente das outras armas combatentes.

Eram condições escolares para admissão à matrícula: Nos cursos de Infantaria e Cavalaria, estar habilitado com o curso do Real Colégio Militar ou o equivalente dos liceus e ter aprovação nas cadeiras de Álgebra Superior; Geometria Analítica e Trigonometria Esférica; Geometria Descritiva e Desenho (1.ª parte), professadas na Escola Politécnica de Lisboa, na Universidade de Coimbra ou na Academia Politécnica do Porto. Nos cursos de Engenharia e Artilharia, estar habilitado com o segundo curso

da Escola Politécnica de Lisboa e as cadeiras de Mineralogia; Geologia; e Química Orgânica, ou as disciplinas equivalentes da Universidade de Coimbra ou da Academia Politécnica do Porto. A classificação final, que regulava a antiguidade dos alunos nos quadros dos Oficiais do Exército, era obtida somando as médias anuais e dividindo a soma pelo número de anos de duração normal do curso.

O curso de Infantaria era constituído pelas seguintes disciplinas: Princípios Gerais da Organização dos Exércitos; Legislação e Administração Militar; Noções de Direito Internacional; Noções de História e Geografia Militar; Serviços Militares nas Colónias; Tiro das Armas de Fogo Portáteis; Armamento e Equipamento de Infantaria; Tática e Serviços de Infantaria; Princípios de Tática e Estratégia; Armamento e Equipamento da Cavalaria; Tática e Serviços de Cavalaria; Fortificação de Campanha e Improvisada; Trabalhos de Bivaque e de Acampamento; Comunicações Militares; Aplicações da Fotografia aos Usos da Guerra; Fortificação Permanente e Provisória, e seu Ataque e Defesa; Aplicação de Fortificação à Defesa dos Estados; Material e Serviços de Engenharia; Material de Artilharia; Tática e Serviços de Artilharia; Fabrico de Material de Guerra; Geodesia; e Topografia.

Os vinte e seis Generais que se formaram nesta Escola e neste período, e que tiveram interferência na Guerra de África, através da sua participação na preparação do Exército atingiram a patente, maioritariamente na década de 40, e três deles já na década de 50. Destes Generais, dois eram oriundos da Arma de Engenharia, catorze da Arma de Infantaria, cinco da Arma de Artilharia e outros cinco da Arma de Cavalaria.

À sua entrada para a Escola do Exército cinco tinham a patente de Primeiros Sargentos Graduados Cadetes, por serem oriundos do Colégio Militar, os restantes vinte e um eram Soldados e tinham frequentado os liceus. Verifiquei que os candidatos a Oficiais iniciavam a sua formação em unidades militares e na condição de Praça. Por exemplo, e é apenas um exemplo, Aníbal César Valdês de Passos e Sousa, foi incorporado em 1903 e entrou para a Escola em 1906, no posto de Soldado, no qual permaneceu três anos. Assim, o CM não apresentou qualquer domínio na formação escolar das elites desta época.

No que respeita aos estudos preparatórios, verificou-se uma relativa concentração na Escola Politécnica de Lisboa, o que não surpreende, uma vez que a sua criação tinha

este objectivo. Aqui foram preparados dezasseis destes Oficiais, a Academia Politécnica de Lisboa preparou dois, a Universidade de Lisboa preparou um, a Universidade de Coimbra preparou quatro, a Academia Politécnica do Porto preparou dois e sobre um destes Oficiais não se obteve a informação.

As origens geográficas são consideravelmente dispersas: oito, eram do Concelho de Lisboa, três do Porto, dois de Elvas e doze eram originários de diferentes Concelhos como Amarante, Castelo Branco, Miranda do Douro, Vila Flor, Viana do castelo, Tomar, Portalegre, Viseu, Sintra, Santarém, Borba e Manteigas, num dos casos não foi possível apurar o Concelho de nascimento. Muito embora vários destes Generais fossem de Lisboa, o facto não surpreende na medida em que Lisboa era o concelho mais populoso; nota-se, contudo, uma dispersão considerável no conjunto, o que revela a não existência de uma região domínio quanto à formação das mais altas elites militares.

Quanto às classificações obtidas no curso da Escola do Exército, não se verificou a sua influência na progressão militar, nem na entrada no generalato, uma vez que, por exemplo, os dois Generais de Infantaria, que entraram na Escola em 1905, cujo curso foi concluído por 60 Alunos, ficaram classificados em 19.º e 54.º lugar; o General mais antigo do estudo, Luís Sampaio, entrou na Escola em 1901, e do seu ano concluíram o curso de Infantaria 56 Alunos, tendo ele ficado classificado em 18.º; o segundo General mais antigo do estudo, Augusto Martins Nogueira Soares, entrou na Escola em 1904, e do seu ano concluíram o curso de Infantaria 59 Alunos, tendo ele ficado classificado em 17.º; os cinco Generais que entraram para a Escola em 1908, e desse ano terminaram o curso de Infantaria 71 Alunos, ficaram classificados em 7.º, 9.º, 24.º, 27.º e 34.º. Também se encontram dois primeiros classificados e três segundos classificados. Nas outras Armas a situação é semelhante. Fiquei assim, com a certeza, de que as classificações obtidas no curso de Oficiais só determinaram a progressão na carreira durante os postos mais baixos. Na promoção a Major e nos postos subsequentes já têm pouca influência, e em nada interferem com a entrada no Generalato.

Sobre os cursos relevantes para a progressão na carreira, como sejam os cursos para a promoção a Capitão, Oficial Superior, General e ainda o curso de Estado-Maior, constata-se que há Generais que não frequentaram nenhum destes cursos. Há quem tenha frequentado apenas um e quem tenha frequentado dois deles. Nenhum dos cursos

foi frequentado por todos estes Generais. Tem-se assim que concluir, que a progressão na carreira e o ingresso no Generalato, não se justificam com os cursos.

Não foi possível obter-se as origens sociais, fundamentadas pela profissão dos pais neste período, porque os processos não contêm a certidão de nascimento. Contudo, em duas situações existem cartas dirigidas pelos pais dos Alunos ao Comandante da Escola, em que aqueles se identificam, num caso como Oficial e no outro como Professor Primário. Elementos manifestamente insuficientes para qualquer conclusão de conjunto, porém, pelo menos o Professor Primário não pertenceria à alta sociedade.

Com base nos sete parâmetros observados: condição militar à entrada na Escola; local onde o Oficial efectuou os estudos secundários; local onde efectuou os estudos preparatórios; origem geográfica; classificação no curso de Oficiais; cursos de promoção e Estado-Maior e origem social, não foi possível explicar a carreira do Oficial, nem a sua entrada na classe de Generais. Não sendo possível uma explicação objectiva com base documental comprovada, terei que concluir que o Exército não tinha formações prévias que orientassem a formação orgânica das suas elites. Ao contrário, será de concluir que a sua formação/progressão na carreira se ficou a dever aos respectivos desempenhos e a eventuais influências surgidas internamente. Significa, assim, que a instituição militar reúne uma condição específica de socialização e aculturação, em que os seus membros pouca influência recebem do exterior: a «vida militar» faz-se, sobretudo, no interior da instituição. O processo de socialização a partir do ingresso é quase exclusivamente aqui realizado.

Também é óbvio que o desempenho, que parece estar na base da progressão profissional e da entrada no Generalato, não se fica a dever principalmente às variáveis formação técnico-táctica, e/ou à experiência. Resta a convicção de que o elemento diferenciador do desempenho residirá nas capacidades derivadas das características pessoais.

5.2 – A Escola de Guerra de 1911 a 1919

Decorridos poucos meses após a implantação da República sofriam as instituições militares uma profunda remodelação, derivada da adopção da forma miliciana na organização do Exército. Como consequência natural, a Lei Orgânica da Escola do

Exército foi igualmente modificada, de modo a acomodá-la às novas exigências do Exército e às imperiosas necessidades do ensino.

Por Decreto referendado pelo Governo Provisório e datado de 25 de Maio de 1911 foi reorganizada a Escola do Exército, passando a denominar-se Escola de Guerra. No relatório que acompanha aquele Decreto lê-se: “Desde 1837, em que o influxo das ideias liberais, transformadoras das instituições políticas do País, converteu o Colégio dos Nobres em uma Escola aberta a todas as aptidões e a todas as classes, que era destinada a preparar os Oficiais das diversas armas e serviços, tem esta Escola primado em acompanhar os progressos das ciências que versa e em se constituir no mais aperfeiçoado instrumento da instrução superior e da educação militar”.

“A remodelação agora feita na sua organização obedece ao mesmo princípio e à mesma aspiração antiga de a acomodar às exigências crescentes do Exército e de a aperfeiçoar por forma a satisfazer quanto possível às imperiosas necessidades do ensino. Destinadas como estão as nossas instituições militares a adoptar a forma miliciana, a missão da Escola de Guerra passa naturalmente a ser a de instruir, educar e preparar Oficiais de carreira, aqueles que têm de ser os instrutores e educadores dos quadros que hão-de emoldurar a grande massa da Nação em unidades de combate. Destes Oficiais hão-de sair os que têm de ser incumbidos não só dos altos comandos mas de todos os outros comandos de maior responsabilidade. Nestas condições, cresce a importância da Escola, porquanto esses Oficiais de carreira que ela criar terão de ser o espelho dos seus camaradas milicianos e a fiança do exército. Impunha-se portanto dentro da Escola o desenvolvimento do ensino no que respeita não apenas às ciências militares mas também às sociais que não só ampliam os horizontes do saber mas tornam o Oficial mais apto a ser o verdadeiro educador do povo como hoje exige o princípio da Nação armada em que todo o cidadão é um soldado para a defesa da Pátria, tendo portanto no Oficial não só o seu guia nos conflitos de guerra, mas o seu modelo de civismo nos convívios da paz”⁶¹ (OE, 1911: 806 e 807).

Este Decreto do Governo Provisório, datado de 25 de Maio de 1911, logo após a implantação da República, é tão inovador quanto estranho já que criou uma classe de militares, que embora integrando as armas combatentes, não combatem, apenas formam

⁶¹ Sublinhado de minha responsabilidade.

os milicianos que, eles sim “hão-de emoldurar” as “unidades de combate”. Os Oficiais de carreira passaram a ser agora, apenas “instrutores e educadores”, detendo os postos de “altos comandos” e “outros comandos de maior responsabilidade” ou, o que poderíamos designar, como os mais apetecidos. Ou seja, com esta Lei, a que os próprios não são alheios, os Oficiais de carreira «assaltaram» as posições da aristocracia que o fim da Monarquia deixou vagas.

A constituição geral dos cursos assemelhava-se à estabelecida em 1897. No entanto, foi desdobrado o curso de Artilharia em Artilharia de Campanha e Artilharia a Pé, em que o primeiro era considerado um curso de combate, integrando as armas combatentes, tal como a Infantaria e a Cavalaria e o segundo era considerado um curso científico, a par da Engenharia.

Continuou a existir um primeiro ano comum para os cursos de Engenharia e Artilharia a Pé e um primeiro ano comum para os alunos que se destinavam às armas de Artilharia de Campanha, Cavalaria e Infantaria, atendendo à considerável diferença de habilitações científicas exigidas para a matrícula num ou noutro grupo, que eram as seguintes:

Para os Cursos de Engenharia e Artilharia a Pé: ter o curso de ciências dos liceus centrais ou o do CM; ter aprovação em qualquer das Universidades do País nas seguintes disciplinas: Álgebra Superior, Geometria Analítica e Trigonometria Esférica; Cálculo Diferencial e Integral; Mecânica Racional; Física; Química Inorgânica, Analítica e Orgânica; Geometria Descritiva; Mineralogia e Geologia; Economia Política e Desenho; ter aprovação nas seguintes disciplinas professadas numa Escola Superior de Engenharia: Resistência de Materiais e Estabilidade das Construções; Teoria Geral e Descrição de Máquinas; Hidráulica Geral; Máquinas Hidráulicas; e Electrónica Geral.

Para os Cursos de Artilharia de Campanha, Infantaria e Cavalaria: ter o curso de ciências dos liceus centrais ou o do CM; ter aprovação nas seguintes disciplinas professadas em qualquer das Universidades: Matemáticas Gerais; Física; Geometria Descritiva; e Desenho. Concluídos com aprovação os respectivos cursos, os alunos recebiam uma classificação final que regulava a antiguidade relativa dentro de cada arma. Os alunos de Engenharia e Artilharia a Pé eram imediatamente promovidos a Alferes e os restantes eram promovidos a Aspirantes a Oficial.

A constituição geral dos cursos assemelhava-se à que vigorou durante o período anterior. O curso de Infantaria, com a duração de 2 anos, era constituído pelas seguintes cadeiras: Princípio Gerais da Organização dos Exércitos e Legislação Militar Portuguesa; Noções de Direito Internacional; História e Geografia Militares; Princípios de Estratégia; Princípios de Colonização; Organização das Colónias Portuguesas; Balística Elementar; Armas Portáteis; Tática e Serviços de Infantaria; Tática Geral; Tática e Serviços de Cavalaria; Noções de Material de Guerra; Material, Tiro, Tática e Serviços de Artilharia de Campanha; Fortificação Passageira; Comunicações Militares; Trabalhos de Estacionamento; Serviços de Engenharia em Campanha; Fortificação Permanente, seu Ataque e Defesa; Torpedos; Aplicação da Fortificação à Defesa dos Estados; Fabrico de Material de Guerra; Explosivos; Administração Militar: Organização, Material e Serviços; Estatística; Astronomia de Campo; Geodesia; e Topografia.

Os vinte e dois Generais que se formaram nesta Escola até 1916 e, que tiveram interferência na Guerra de África, através da sua participação na preparação do Exército atingiram a patente, maioritariamente na década de 50, e apenas dois ainda na década de 40. Destes Generais, onze eram oriundos da Arma de Infantaria, nove da Arma de Artilharia e dois da Arma de Cavalaria. À sua entrada para a Escola de Guerra oito tinham a patente de Primeiros Sargentos Graduados Cadetes, por serem oriundos do CM, três eram Segundos Sargentos de origem miliciana, um era 1.º Cabo e tinha sido incorporado há três anos, os restantes nove, eram Soldados e tinham frequentado os liceus, tal como o Cabo e os Sargentos. O princípio do recrutamento, vindo da Monarquia, mantém-se na República, ou seja, os candidatos a Oficial de carreira, iniciam a sua actividade militar numa unidade. Por exemplo, Luís Gonzaga Bressane Leite Perry de Sousa Gomes, inicia a sua actividade militar em 1913 e, como Segundo Sargento, ingressa na Escola de Guerra em 1915; e José Filipe de Barros Rodrigues concluiu o CM em 1909 e ingressou na Escola em 1912, com o posto de Primeiro Sargento Graduado Cadete, quer isto dizer, que mesmo oriundo do CM, permaneceu, findo este, três anos incorporado numa unidade normal. O CM apresenta uma importância maior na constituição das elites, do que no período anterior, mas continua a não ser determinante no conjunto das forças.

No que respeita aos estudos preparatórios, a Escola Politécnica de Lisboa perdeu o seu domínio na preparação dos candidatos à Escola de Guerra, com efeito, apenas cinco destes Generais, ali se prepararam. A Academia Politécnica de Lisboa preparou dois, a Universidade de Lisboa preparou oito, a Universidade de Coimbra preparou quatro, a Academia Politécnica do Porto preparou um, a Universidade do Porto preparou um e o Instituto Superior Técnico de Lisboa preparou outro. Neste período as Universidades prepararam a maioria dos candidatos, inclusive seis dos oriundos do Colégio Militar: quatro em Lisboa e dois em Coimbra.

As origens geográficas continuaram significativamente dispersas: sete, eram do Concelho de Lisboa, os restantes dezasseis eram originários de diferentes Concelhos como Alcobça, Pinhel, Sousel, Macau, Chaves, Tavira, Lagos, Vila Real, Ponta Delgada, Mafra, Elvas, Luanda, Portalegre e Coimbra, num dos casos não foi possível apurar o Concelho de nascimento. Nota-se que o maior número de Generais continua a ser natural do Concelho de Lisboa, mas o número é concordante com a população do Concelho. Repara-se, contudo, que nenhum dos Generais era natural do Porto, e este facto já surpreende, devido à população deste Concelho.

Quanto às classificações obtidas no curso da Escola de Guerra não se verificou a sua influência na progressão militar, nem na entrada no generalato, uma vez que, por exemplo, os seis Generais de Infantaria que entraram na Escola em 1911, cujo curso foi concluído por 70 Alunos, ficaram classificados respectivamente, em 3.º, 18.º, 22.º, 34.º, 40.º e 46.º lugar. A mesma dispersão constata-se em todos os cursos e em todos os anos, durante o período em causa. As classificações obtidas no curso de Oficiais não se mostram relevantes na progressão na carreira. Mesmo nos postos mais baixos, o que se nota são os efeitos da Guerra, em que as promoções a Tenente e a Capitão chegam a ocorrer no mesmo ano, mas sem ligação com a classificação de curso.

Sobre os cursos relevantes para a progressão na carreira, como sejam os cursos para a promoção a Capitão, Oficial Superior, General e ainda o curso de Estado-Maior, constata-se uma frequência muito superior ao período anterior. O curso de Capitães foi o menos frequentado, apenas por quatro Oficiais, mas o curso de Oficiais Superiores só não foi frequentado por dois Oficiais e o curso de Generais só não foi frequentado por três. Apenas um frequentou o curso de Estado-Maior.

As origens sociais, fundamentadas pela profissão dos pais, não foi possível obterem-se neste período porque os processos também não contêm a certidão de nascimento.

Com base nos seis parâmetros observados: condição militar à entrada na Escola; local onde o Oficial efectuou os estudos secundários; local onde efectuou os estudos preparatórios; origem geográfica; classificação no curso de Oficiais; e cursos de promoção e Estado-Maior, não foi possível explicar a carreira do Oficial, nem a sua entrada na classe de Generais. Não havendo explicação objectiva documental, terei que manter a conclusão do período anterior.

5.2.1 – A Adaptação no Período de 1916 a 1919

Acabava a reforma decretada em 1911 de entrar em plena execução, quando o Decreto de 4 de Abril de 1916 veio estabelecer as bases de um regime transitório, a adoptar imediatamente, para que os quadros dos Oficiais do Exército ficassem em condições de satisfazer às exigências da luta em que íamos participar, em consequência da declaração de guerra que pouco antes a Alemanha nos fizera. Determinava-se, neste diploma que, até disposição em contrário, a duração dos anos lectivos professados na Escola de Guerra fosse reduzida a seis meses, sendo 5 de frequência efectiva e o 6.º destinado ao preparo dos alunos para os exames e à realização destes.

Os cursos passariam a ser regidos com programas reduzidos em que principalmente se tivesse em vista a lição das matérias de imediata utilização e absoluta necessidade para o exercício da profissão de Oficial das diferentes armas e serviços. Simultaneamente, determinava-se à Escola que, em curto prazo, elaborasse um projecto de organização em harmonia com estas bases, a fim de que o primeiro semestre lectivo do novo regime pudesse iniciar-se no dia 1 de Julho de 1916. Foi esta a origem dos decretos n.ºs 2362, 2379, 2413 e 2479, respectivamente de 2, 10 e 29 de Maio e 23 de Junho desse ano, que estabeleceram o regime sob o qual viveu a Escola de Guerra durante os 3 anos seguintes, até que, pela entrada em vigor, em 1 de Julho de 1919, da reorganização decretada em 10 de Maio desse ano, a Escola de Guerra foi substituída pela Escola do Exército.

Comparando o regime deste período transitório com o período de regime normal conclui-se que se procurou, com a criação de cadeiras auxiliares, desenvolver o ensino

da tática, tanto quanto as circunstâncias o permitiam. A duração fixada para todos os cursos foi de dois semestres. Dois semestres que totalizavam seis meses, cinco para aulas e um para exames. Desapareceram os primeiros anos comuns da organização de 1911.

Os preparatórios, ou cadeiras universitárias, exigidos para a admissão passaram a ser as seguintes: Para os cursos de Engenharia e Artilharia a Pé, os exigidos na organização anterior, com dispensa da cadeira de Economia Política; Para os cursos de Artilharia de Campanha, Infantaria e Cavalaria foram totalmente dispensados.

Os cursos passaram a ser regidos com programas reduzidos tendo apenas em vista a lição das matérias de imediata utilização e absoluta necessidade para o exercício da profissão de Oficial das diferentes armas e serviços. Os preparatórios foram totalmente dispensados e os cursos tiveram a duração de dois semestres, que totalizaram seis meses.

O curso de Infantaria passou a ter as seguintes cadeiras: Organização e Legislação Militar Portuguesa; Direito Usual; Noções de Direito Internacional; História e Geografia Militares Portuguesa; Princípios de Estratégia; Tática de Infantaria; Balística Elementar; Tiro das Armas Portáteis; Noções de Material de Guerra (auxiliar); Fortificação Passageira; Trabalhos de Estacionamento; Comunicações Militares; Administração Militar: Organização, Material e Serviços; Astronomia de Campo; Geodesia; e Topografia.

Os vinte e três Generais que se formaram nesta Escola e neste período, e que tiveram interferência na Guerra de África, através da sua participação na preparação do Exército e já na condução da guerra, atingiram a patente, maioritariamente na década de 50, e seis, já na década de 60. Destes Generais, treze eram oriundos da Arma de Infantaria, seis da Arma de Artilharia, dois da Arma de Cavalaria e outros dois da Arma de Engenharia. Dezassete destes Generais passaram à reserva depois do início da Guerra, um, já em 1968, e dois em 1966. Receberam a formação militar, segundo o currículo deste período (seis meses, o normal para os Oficiais milicianos), e alguns sem preparatórios, praticamente todos os Generais que doutrinaram a guerra e influenciaram a nossa vida colectiva, o que demonstra a pouca importância que a instituição militar

atribui à formação e o pequeno impacto que ela tem no desempenho militar. Sem ser exaustivo refiro os seguintes:

António Miguel Monteiro Libório, em 1960 e 1961 era Comandante Militar de Angola, ou seja, quando a guerra começou; Francisco Holbeche Fino, Director da Arma de Infantaria em 1961, segue depois para o Comando Militar de Angola; Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz (Botelho Moniz), Ministro da Defesa Nacional de 14 de Agosto de 1958 a 13 de Abril de 1961, dia em que liderou uma tentativa de Golpe de Estado, com o objectivo de afastar Salazar e impedir a Guerra de África, a qual decorria havia um mês; Manuel Gomes de Araújo, Ministro da Defesa Nacional de 4 de Dezembro de 1962 a 26 de Setembro de 1968; Fernando dos Santos Costa (Santos Costa), Ministro da Defesa de 2 de Agosto de 1950 a 14 de Agosto de 1958, tendo sido Ministro da Guerra desde 1944; Avelino Barbieri de Figueiredo Baptista Cardoso (Barbieri Cardoso), entre outras funções, comandou a Guarda Nacional Republicana em 1962 e 1963; Carlos Alberto Barcelos do Nascimento e Silva, Comandante Militar de Moçambique em 1961 e 1962; Aníbal de Faro Viana, que ingressara na Escola como 1.º Cabo, foi Comandante Militar de Moçambique em 1951 e 1952.

À sua entrada para a Escola de Guerra oito destes Generais tinham a patente de Primeiros-Sargentos Graduados Cadetes, por serem oriundos do CM, um era Segundo Sargento de origem miliciana, um era 1.º Cabo e tinha sido incorporado havia um ano, um era Soldado e tinha sido incorporado havia três anos, os restantes doze entraram directamente para a Escola. Verifica-se, pela primeira vez, a entrada de candidatos na Escola sem antes terem passado por uma unidade militar. Do grupo que entrou para a Escola em 1916, apenas um dos que chegou a General, Frederico da Costa Lopes da Silva, fez a sua entrada directa. O CM apresenta uma importância significativa, na constituição das elites, mas continua a não ser determinante no conjunto das forças.

No que respeita aos estudos preparatórios, a Escola Politécnica de Lisboa, perdeu a sua posição, não tendo preparado nenhum dos candidatos à Escola de Guerra. Como os preparatórios estavam dispensados nove dos candidatos não os tinham, cinco tinham-nos feito na Universidade de Coimbra, cinco na Universidade de Lisboa, três na Universidade do Porto e um no Instituto Superior Técnico de Lisboa.

As origens geográficas continuaram significativamente dispersas: seis eram do Concelho de Lisboa, dois do Concelho de Braga, dois de Torres Novas e os restantes treze eram originários de diferentes Concelhos como Faro, Viana do Castelo, Macau, Porto, Seia, Vila Real, Tavira, Mangualde, Lagos, Barcelos, Luanda, Sobral de Monte Agraço e Coimbra.

Quanto às classificações obtidas no curso da Escola de Guerra, não se verificou a sua influência na progressão militar, nem na entrada no generalato, uma vez que, por exemplo, os quatro Generais de Infantaria, que entraram na Escola em 1916, cujo curso foi concluído por 220 Alunos, ficaram classificados respectivamente em 3.º, 72.º, 109.º e 148.º lugar. A mesma dispersão se observa nos cinco Generais de Infantaria que entraram para a Escola em 1917, cujo curso foi concluído por 151 Alunos, ficando classificados em 3.º, 19.º, 28.º, 38.º, 43.º e 57.º. O único General de Artilharia que entrou para a Escola em 1918 ficou classificado em 19.º, entre 28 Alunos que concluíram o curso. As classificações obtidas no curso de Oficiais não se mostraram relevantes na progressão na carreira. Nos postos mais baixos, e porque se deixou de observar os efeitos da Guerra, apenas um Oficial foi promovido a Tenente e a Capitão no mesmo ano, mas sem qualquer justificação na classificação obtida.

Sobre os cursos relevantes para a progressão na carreira, como sejam os cursos para a promoção a Capitão, Oficial Superior e General e ainda o curso de Estado-Maior constata-se uma frequência muito superior à do período anterior. O curso de Capitães foi o menos frequentado, mas os cursos de Oficiais Superiores e o de Oficiais Generais foi frequentado pela quase totalidade dos Oficiais, faltando apenas os que se dedicaram à política, como Santos Costa e Botelho Moniz, mas este último fez o curso de Estado-Maior. O curso de Estado-Maior foi frequentado apenas por cinco destes Oficiais, não se revelando decisivo para a promoção ao Generalato.

As origens sociais, fundamentadas pela profissão dos pais, já dão nestes casos alguma indicação, porquanto onze dos processos contêm a certidão de nascimento, podendo observar-se que as profissões dos pais destes Generais eram as seguintes: um militar, sem definir a patente, um Oficial do Exército Colonial, dois Sargentos, dois Médicos, um Industrial, um Professor, dois Pequenos Agricultores, um Comerciante e um Incógnito. As mães eram quase todas domésticas, à exceção de uma que era Costureira e outra que era Pequena Agricultora, como o marido. A partir dos dados disponíveis

pode afirmar-se que os mancebos que ingressaram na Escola de Guerra eram globalmente da classe média e média baixa.

Com base nos sete parâmetros observados: condição militar à entrada na Escola; local onde o Oficial efectuou os estudos secundários; local onde efectuou os estudos preparatórios; origem geográfica; classificação no curso de Oficiais; cursos de promoção e Estado-Maior; e origem social, não foi possível explicar a carreira do Oficial, nem a sua entrada na classe de Generais. Não havendo explicação objectiva documental, tem que ser mantida a conclusão anterior.

5.3 – A Escola Militar de 1919 a 1938

Terminada virtualmente a Grande Guerra em 11 de Novembro de 1918 e deixando, portanto, de ter justificação a existência do regime transitório estabelecido em 1916, mas não sendo de aconselhar o regresso puro e simples à organização de 1911, por haver já ensinamentos do recente conflito a que era necessário atender e por se considerar necessário o aumento da duração dos cursos professados com o fim de melhor se poder atender à educação militar dos alunos e desenvolver a instrução prática e, ainda, por se julgar vantajoso dar um maior desenvolvimento ao estudo das questões coloniais, o Governo decretou, em 10 de Maio de 1919, uma nova organização da Escola que passou a denominar-se Escola Militar.

Volta a verificar-se a existência de primeiros anos comuns respectivamente para a Engenharia e Artilharia a Pé e para as restantes Armas.

O interesse que passou a existir pela questão colonial, levou à criação duma cadeira anual, a 3.^a, ministrada em todos os cursos, com a designação de “Princípios de Colonização. História Política e Militar das Colónias. Organização das Colónias Portuguesas”. A introdução desta disciplina revela que o Governo da Primeira República, estava consciente das dificuldades que a Primeira Guerra Mundial trouxera para a questão colonial, pela qual se mostrava disposto a lutar.

Os cursos preparatórios exigidos, constituídos por disciplinas universitárias, passaram a ser os seguintes: Para os Cursos de Engenharia e Artilharia a Pé: ter aprovação nas seguintes disciplinas universitárias: Álgebra Superior, Geometria Analítica e

Trigonometria Esférica; Cálculo Diferencial, Integral e das Variações; Mecânica Racional; Física, Curso Geral e Complementar; Química, Curso Geral e Análise Química Qualitativa; Geometria Descritiva e Estereotomia; Mineralogia e Geologia; Economia Política; Desenho Rigoroso, Topográfico e de Máquinas. Para os Cursos de Artilharia de Campanha, Cavalaria e Infantaria, não eram exigidos cursos preparatórios, bastava que tivessem o curso de ciências dos liceus ou do CM.

Concluídos, com aprovação, os respectivos cursos, todos os alunos eram promovidos a Alferes para os quadros das respectivas armas, onde permaneciam cinco anos, excepto os de Engenharia e Artilharia a Pé que só permaneciam um ano.

a) Gerais

Os dezoito Gerais que se formaram na Escola Militar até 1926 tiveram forte interferência na estratégia da Guerra de África, porquanto quase todos ocuparam esta patente durante a década de 60. Destes Gerais, cinco eram oriundos da Arma de Infantaria, quatro da Arma de Artilharia, seis da Arma de Cavalaria e três da Arma de Engenharia.

À sua entrada para a Escola Militar dez tinham a patente de Primeiro Sargento Graduado Cadete, por serem oriundos do CM e os restantes oito entraram directamente para a Escola. Verifica-se, pela primeira vez, que o número de Gerais oriundos do CM é superior aos restantes, o que pode justificar-se com o início da Guerra, pois as suas promoções a Gerais ocorreram na primeira metade da década de 60, ou seja, no início da Guerra. Contudo, esta referência, que subentende uma questão política, não é totalmente evidente, pois um dos Gerais promovidos em 1962 era filho de um Operário. Esta referência parece desmentir muito do que se tem afirmado ao longo dos anos, e prova-se que os Gerais não eram filhos da alta burguesia.

No que respeita aos estudos preparatórios, apenas seis os possuíam, uma vez que continuavam a não ser exigidos para as Armas Combatentes. Três dos candidatos habilitaram-se com os estudos preparatórios na Universidade de Coimbra e outros três na Universidade de Lisboa.

As origens geográficas continuaram significativamente dispersas: cinco, eram do Concelho de Lisboa, dois do Concelho de Torres Novas e os restantes onze eram dos

Concelhos de Timor, Tomar, Chaves, Portalegre, Vila de Rei, Gavião, Barcelos, Porto, Vila Viçosa, Atalaia e Mafra.

Quanto às classificações obtidas no curso da Escola Militar, não se observa a sua influência na progressão militar, nem na entrada no generalato, uma vez que se verifica que, por exemplo, os dois Generais de Cavalaria que entraram na Escola em 1921, cujo curso foi concluído por 10 Alunos, ficaram classificados em 2.º e 10.º lugar, ou seja, o último classificado foi General; os dois Generais de Engenharia que entraram para a escola em 1922, cujo curso foi concluído por nove Alunos, ficaram classificados respectivamente em 5.º e em 8.º lugar.

Sobre os cursos relevantes para a progressão na carreira, como sejam os cursos para a promoção a Capitão, Oficial Superior e General e ainda o curso de Estado-Maior, constata-se uma frequência quase completa, nos cursos de promoção, e quase nula no curso de Estado-Maior.

Quanto às origens sociais, verifica-se que os processos dos Alunos oriundos do CM não têm a certidão de nascimento e aquela instituição não se mostrou disponível para autorizar a consulta dos processos ali instruídos⁶². Por este motivo divido as origens sociais em dois grupos: no primeiro considero os Oficiais originários do CM, no segundo grupo os restantes, cujos pais tinham as seguintes profissões: dois Oficiais, dois Proprietários, um Professor, um Comerciante, um Operário e um desconhecido. As mães eram todas domésticas. A partir dos dados disponíveis, pode afirmar-se que os mancebos que ingressaram na Escola Militar e atingiram a patente de General eram oriundos da classe média e média baixa.

Com base nos sete parâmetros observados: condição militar à entrada na Escola; local onde o Oficial efectuou os estudos secundários; local onde efectuou os estudos preparatórios; origem geográfica; classificação no curso de Oficiais; cursos de promoção e Estado-Maior; e origem social não foi possível explicar a carreira do Oficial, nem a sua entrada na classe de Generais. Não havendo explicação objectiva documental, mantenho a conclusão anterior.

⁶² A indisponibilidade foi motivada pelas disposições dos Decretos-Leis n.ºs 16/93 e 65/93 de 23 de Janeiro e 26 de Agosto, respectivamente. Publicados em Diário da República, das respectivas datas. A Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, através do seu parecer n.º 119/2002, mostrou reservas à consulta destes processos, o que lamento, mas compreendo.

b) Comandantes de Agrupamento

Também se formaram nesta Escola com o currículo seguido até 1926 três Comandantes de Agrupamento, sendo que um desempenhou esta função com a patente de Brigadeiro, oriundo da Arma de Cavalaria, e foi promovido a General em 1966, pelo que foi apreciado naquele grupo de Oficiais. Os outros dois, desempenharam a função com a patente de Coronel, um da Arma de Artilharia e o outro de Infantaria. Ambos ingressaram directamente na Escola Militar em 1925, um era natural do Concelho de Lisboa e o outro de Tomar, nenhum tendo frequentado os estudos preparatórios. Um dos Oficiais que se reformou em Brigadeiro frequentou todos os cursos de promoção, o outro que se reformou em Coronel apenas o curso de Capitão, ou seja, comandou um Agrupamento sem ter frequentado o curso de Oficiais Superiores, não se podendo dizer que tinha experiência porque exerceu o comando em 1962, pouco depois do início da Guerra. Considerando globalmente os três Oficiais, verifica-se que dois comandaram o Agrupamento depois de terem frequentado todos os cursos, enquanto um tinha frequentado apenas o curso de Capitão, o que me leva a concluir que não era conferida grande relevância à formação técnico-táctica.

c) Comandante de Batalhão

Neste primeiro período da Escola Militar que se prolongou até 1926 formou-se um Oficial, que nasceu em 1905, entrou directamente na Escola Militar em 1925, sem frequentar os preparatórios. Era natural de Torres Novas, efectuou o Liceu em Santarém, frequentou o curso de Capitães em 1940 e o de Oficial Superior em 1950, o pai era Oficial e a mãe doméstica, veio a comandar um Batalhão de Cavalaria em Angola, reformando-se no posto de Coronel em 1965.

5.3.1 – A Adaptação no Período de 1926 a 1930

Em 25 de Outubro de 1926 foi reorganizada a Escola Militar, a fim de a harmonizar com o espírito da nova organização do Exército, saído do golpe de Estado de 28 de Maio de 1926. Os Cursos de Artilharia (a Pé e de Campanha) são de novo unificados.

Com a nova organização a cadeira sobre assuntos coloniais passou a designar-se “Administração Colonial e Ideia Geral da Colonização Portuguesa”.

Os Cursos de Engenharia e de Artilharia, passaram a ter uma duração de 4 anos e os cursos de Cavalaria e Infantaria, passaram a ter uma duração de 3 anos.

Os preparatórios exigidos eram os seguintes: para Engenharia, as seguintes cadeiras professadas em qualquer Universidade ou no Instituto Superior Técnico: Álgebra Superior, Geometria Analítica e Trigonometria Esférica; Curso Geral de Física; Desenho Rigoroso; Geometria Descritiva e Estereotomia; Cálculo Infinitesimal; Curso Geral de Química; Desenho de Máquinas; Curso Geral de Mineralogia e Geologia; Mecânica Racional; Acústica Óptica e Calor; Análise Química Pura e Aplicada; e Economia Política. Para Artilharia, as seguintes cadeiras professadas em qualquer Universidade ou no Instituto Superior Técnico: Álgebra Superior, Geometria Analítica e Trigonometria Esférica; Curso Geral de Física; Desenho Rigoroso; Geometria Descritiva e Estereotomia; Cálculo Infinitesimal; Curso Geral de Química; e Desenho de Máquinas.

Para os cursos das Armas Combatentes, os cursos preparatórios não eram exigidos, bastava o curso de ciências dos liceus ou do CM. O curso de Infantaria, com a duração de 3 anos, tinha as seguintes disciplinas: Desenho e suas Aplicações Militares; Prática de Fotografia; Princípios de Colonização; História Política e Militar das Colónias; Organização das Colónias Portuguesas; Noções de Organização Militar; Princípios de Direito Público; História e Geografia Militar; Princípios de Estratégia; Armas Portáteis e Metralhadoras; Material e Tiro; Material de Guerra; Material e Tiro da Artilharia de Campanha; Escrituração Militar e Contabilidade Aplicada; Noções de Estatística e Geografia Económica Militar; Serviços de Administração Militar; Tática Geral; Ideia Geral do Funcionamento dos Diversos Serviços em Campanha; Tática de Infantaria; Comunicações Militares; Trabalhos de Estacionamento; Fortificação; Astronomia de Campo; Geodesia; Topografia; Indústrias Químicas; Explosivos; e Higiene e Assistência a Feridos.

a) Gerais

Os dezassete Gerais que se formaram na Escola Militar e neste período tiveram forte interferência na estratégia da Guerra de África, porquanto, todos ocuparam esta patente durante a década de 60 e apenas quatro passaram à reserva nesta década, tendo os restantes, passado à reserva já na década de 70. Destes Gerais, sete eram oriundos da

Arma de Infantaria, três da Arma de Artilharia, dois da Arma de Cavalaria e cinco da Arma de Engenharia.

À sua entrada para a Escola Militar dois tinham a patente de Primeiros Sargentos Graduados Cadetes, por serem oriundos do CM, quatro eram Soldados Cadetes, por terem frequentado o 1.º ciclo do COM, um era Soldado desde há dois anos, os restantes dez entraram directamente para a Escola. Neste grupo de Generais que entraram para a Escola Militar nos quatro anos seguintes ao Golpe de Estado de 1926, não existe qualquer influência do CM.

No que respeita aos estudos preparatórios, verifica-se que o ano de 1926 foi um ano de transição, pois nenhum destes Oficiais os possuía. Ao contrário, a partir de 1927, todos os possuíam. Dos treze Generais com estudos preparatórios seis frequentaram a Universidade de Lisboa, quatro a Universidade de Coimbra e os restantes três a Universidade do Porto. Já não se observou a existência de estabelecimentos de ensino vocacionados para ministrar os preparatórios, que passam a ser frequentados nas Universidades.

As origens geográficas continuaram significativamente dispersas: seis eram do Concelho de Lisboa, dois do Concelho de Bragança, e os restantes nove, eram dos Concelhos de Porto, Torres Vedras, Lourinhã, Matosinhos, Mação, Santarém, Paredes de Coura, Olhão e Montemor-o-Novo.

Quanto às classificações obtidas no curso da Escola Militar não se verifica a sua influência na progressão militar, nem na entrada no Generalato, uma vez que se verifica que, por exemplo, os três Generais de Infantaria que entraram na Escola em 1926, cujo curso foi concluído por 48 Alunos, ficaram classificados respectivamente, em 4.º, 18.º e 25.º lugar; os dois Generais de Engenharia, que entraram na Escola em 1927, do curso em que terminaram 15 Alunos, ficaram classificados em 3.º e 8.º. Nos restantes cursos e anos, a situação repete-se de uma forma relativamente constante.

Sobre os cursos relevantes para a progressão na carreira, como sejam os cursos para a promoção a Capitão, Oficial Superior e General e ainda o curso de Estado-Maior, observou-se uma frequência de 50%. Há Generais com três cursos, outros que têm dois cursos e outros que apenas têm um curso. Um dos Generais tem apenas o curso de Estado-Maior e outro apenas o curso de Capitães. Esta ausência de formação técnico-

táctica tem que conduzir a uma de duas conclusões: os Oficiais em causa exerceram as suas funções com conhecimentos abaixo do mínimo, ou obtiveram-nos através do desempenho prático, isto é, com a experiência. Ou então, a maior relevância na qualidade do desempenho, residia nas capacidades derivadas das características pessoais que, essas sim, determinavam o ingresso no Generalato.

Quanto às origens sociais, obtiveram-se informações sobre onze Generais deste grupo, verificando-se que três eram filhos de Oficiais, quatro de Comerciantes, dois de Proprietários, um de Advogado e um de Ferroviário. Das mães duas eram Proprietárias e todas as restantes domésticas. Continuo a considerar que as origens sociais dos Generais portugueses residiam na classe média, não se confirmando de modo algum, provirem da alta sociedade ou aristocracia, como alguns autores afirmam.

Com base nos sete parâmetros observados: condição militar à entrada na Escola; local onde o Oficial efectuou os estudos secundários; local onde efectuou os estudos preparatórios; origem geográfica; classificação no curso de Oficiais; cursos de promoção e Estado-Maior; e origem social não foi possível explicar a carreira do Oficial, nem a sua entrada na classe de Generais. Não havendo outra explicação passível de comprovação objectiva, mantenho a conclusão anterior: a progressão dependeu, sobretudo, do desempenho.

b) Comandantes de Agrupamentos

Neste período formaram-se oito dos Comandantes de Agrupamento, sete tinham a patente de Brigadeiro, um oriundo da Arma de Engenharia, um de Cavalaria, dois de Artilharia e três de Infantaria, e um com a patente de Coronel de Infantaria. Quatro destes Oficiais vieram ainda a ser Generais e foram apreciados nesse grupo, pelo que, neste ponto, apenas se apreciam os quatro Oficiais ainda não apreciados. A sua entrada para a Escola Militar verificou-se, para um em 1927 e para os outros três em 1929. Dois tinham nesse momento a posição de Soldado Cadete, por terem frequentado o 1.º Ciclo do COM e dois entraram directamente na Escola. Os seus Concelhos de nascimento eram Celorico de Bastos, Nazaré, Tondela e Olhão. O Oficial que ingressou na Escola em 1927 não fez preparatórios, os três restantes efectuaram-nos na Universidade de Lisboa.

Sobre os cursos relevantes verificam-se várias situações: há quem tenha todos os cursos de promoção, quem tenha apenas dois cursos e quem tenha apenas um deles. Apurou-se a profissão dos pais de dois dos Oficiais, que eram respectivamente, Proprietário e Sargento, as mães eram ambas domésticas.

c) Comandantes de Batalhão

Neste período formaram-se dois Oficiais que vieram a comandar Batalhões, um de Artilharia e outro de Cavalaria, por serem as suas Armas. Ambos ingressaram na Escola Militar em 1929, um entrou directamente, cujo Liceu efectuara em Goa de onde era natural e o outro era oriundo do CM, pelo que tinha o posto de Primeiro Sargento Graduado Cadete, e era natural de Chaves. Ambos frequentaram o curso de Capitães e o curso de Oficiais Superiores. Eram filhos de Oficiais e reformaram-se, um como Coronel em 1965, e o outro em Tenente-Coronel em 1963.

5.3.2 – A Adaptação no Período de 1930 a 1938

Com a nova organização, o curso de Infantaria manteve a duração de três anos e assumiu os preparatórios que vinham a ser implementados por disposições «avulso» e constituídos pelas disciplinas de Álgebra Superior, Geometria Analítica e Trigonometria Esférica; Curso Geral de Física; e Desenho Rigoroso. O curso passou a ser constituído pelas seguintes disciplinas: Geometria; Desenho Militar; Fotografia; Administração Colonial; Colonização Portuguesa; Direito Internacional; Educação Militar; Higiene Militar e Colonial; Assistência a Feridos; Higiene Urbana e Industrial; Organização dos Exércitos; Organização Militar Portuguesa; Estratégia, Geografia e História Militar; Armas Portáteis, Metralhadoras e Engenhos de Acompanhamento; Tiro (bienal); Serviços de Administração Militar; Escrituração Militar e Contabilidade dos Estabelecimentos Produtores do Exército (trienal); Execução do Tiro, Tática e Serviços de Artilharia; Tática de Infantaria (bienal); Comunicações Militares; Táticas e Serviços de Transmissões; Fortificação; Astrologia; Geodesia; e Topografia (bienal).

a) Generais

Os trinta e quatro Generais que se formaram na Escola Militar e neste período tiveram forte interferência na estratégia da Guerra de África, porquanto doze foram promovidos

a General na década de 60 e 23 nos primeiros anos da década de 70. Todos eles passaram à reserva na década de 70 e vinte e cinco, em 1974, saneados na sequência do Golpe de Estado desse ano, obviamente. Posso assim considerar que este foi o «núcleo» base dos Generais que conduziram a Guerra de África. O grupo era assim constituído: dezasseis eram oriundos da Arma de Infantaria, oito da Arma de Artilharia, quatro da Arma de Cavalaria e seis da Arma de Engenharia.

À sua entrada para a Escola Militar doze tinham a patente de Primeiros Sargentos Graduados Cadetes, por serem oriundos do CM, sete eram Soldados Cadetes, por terem frequentado o 1.º Ciclo do COM, um era Soldado desde há dois anos, os restantes catorze entraram directamente para a Escola. Nota-se a obrigatoriedade na frequência do 1.º Ciclo do COM a partir de 1936, porquanto, todos os candidatos que entraram para a Escola neste ano eram Soldados Cadetes. Os Generais oriundos do CM correspondem a cerca de um terço do total, o que significa que não eram dominantes no contexto do Corpo de Generais, sobretudo se atendermos que entre eles se encontravam personalidades como Joaquim da Luz Cunha, Kaulza de Arriaga e Bettencourt da Conceição Rodrigues, entre outros, que não eram do Colégio.

No que respeita aos estudos preparatórios, permanece a situação do período anterior, com total domínio universitário. Dezoito frequentaram-no na Universidade de Lisboa, nove na Universidade de Coimbra, seis na Universidade do Porto e um no Instituto Superior Técnico de Lisboa.

As origens geográficas continuaram significativamente dispersas: doze eram do Concelho de Lisboa, dois do Concelho do Porto, dois do Concelho do Funchal, e os restantes dezasseis eram respectivamente, dos Concelhos de Freixo de Espada a Cinta, Estremoz, Malange, Tomar, Lagos, Guimarães, Vila Nova de Gaia, Chaves, Ribeira Brava, Ilha do Pico, Setúbal, Faro, Leiria, Coimbra, Alpiarça, Seixal, Inhambane e Póvoa de Varzim.

Quanto às classificações obtidas no curso da Escola Militar, verifica-se uma alteração radical relativamente às situações anteriores, porquanto esta se apresenta, agora, como absolutamente decisiva. Sem ser exaustivo, por me parecer desnecessário, exemplifico o novo princípio com os seguintes elementos: os dois Generais oriundos de Infantaria, que entraram na Escola em 1930, cujo curso foi concluído por 9 Alunos, ficaram

classificados em 1.º e 2.º lugar, sendo que um era filho de um Empregado Fabril e o outro de um Empregado Comercial; os quatro Generais oriundos de Infantaria, que entraram na Escola em 1931, cujo curso foi concluído por 12 Alunos ficaram classificados em 1.º, 3.º, 4.º e 5.º lugar, sendo que um deles era filho de um 1.º Cabo da Guarda Fiscal. Os três Generais oriundos de Artilharia que entraram na Escola em 1932, cujo curso foi concluído por 14 Alunos, ficaram classificados respectivamente, em 1.º, 2.º e 4.º lugar, sendo que um deles era filho de um Cocheiro. Os Generais dos cursos de Infantaria iniciados em 1935, 1936 e 1937, dois de cada ano, obtiveram as seguintes classificações: 2.º e 3.º; 1.º e 2.º; 1.º e 3.º, respectivamente, anos em que se formaram 15, 31 e 27 Alunos, respectivamente. Os três Generais citados acima como não sendo oriundos do Colégio Militar, têm em comum o facto de serem, todos, os primeiros classificados dos respectivos cursos.

A aparente alteração na escolha dos Coronéis que haveriam de ascender ao Generalato, em que a classificação no curso de Oficial parece ser decisiva, não o é de facto. O que, efectivamente aconteceu, ou parece ter acontecido, foi uma maior consistência na metodologia de avaliação, a qual reflectia melhor as verdadeiras capacidades dos Alunos para o futuro desempenho como Oficiais.

Sobre os cursos relevantes para a progressão na carreira, como sejam os cursos para a promoção a Capitão, Oficial Superior e General e ainda o curso de Estado-Maior, observa-se uma frequência de cerca de um terço nos cursos de Capitão, um terço nos cursos de Oficiais Superiores e quase todos os Generais têm o respectivo curso. Notou-se uma outra particularidade: os Oficiais que não têm nem curso de Capitães nem de Oficiais Superiores, têm o curso de Estado-Maior, o que só pode significar equivalência entre estas duas situações.

Quanto às origens sociais obtiveram-se informações sobre dezoito Generais deste grupo, verificando-se que cinco eram filhos de Oficiais, um de Comerciante, um de Proprietário, dois de Funcionários Públicos, um de Empregado Fabril, um de Empregado de Comércio, um de 1.º Cabo da Guarda Fiscal, um de Cocheiro, um de Empregado de Registo Civil, um de Serralheiro, um de Sargento, um de Jornalista e um de Contabilista. As mães eram todas domésticas. O que permite defender neste caso que as origens sociais dos Generais portugueses eram a classe média, média baixa e baixa.

A afirmação de que este grupo de Generais constituiu o núcleo de Altos Comandos da Guerra de África, conjugada com o facto de as suas promoções estarem explicadas pela qualidade do desempenho e pelas classificações no curso de Oficiais e manifestamente desligadas das origens sociais desmente, categoricamente que os Generais de 1974 pertenciam à aristocracia e à alta sociedade. É evidente que um General ocupa na sociedade uma posição elevada, mas, nestes casos, essa condição ficava a dever-se à capacidade, ao espírito e ao valor militares, e não a razões de origem social, como afirmaram diversos autores já aqui citados.

Com base nos sete parâmetros observados: condição militar à entrada na Escola; local onde o Oficial efectuou os estudos secundários; local onde efectuou os estudos preparatórios; origem geográfica; classificação no curso de Oficiais; cursos de promoção e Estado-Maior e origem social, a carreira do Oficial explica-se na classificação obtida no curso da Escola Militar. É certo que o factor desempenho continuou a ser considerado, pois existem algumas situações, conquanto poucas, que não satisfazem perfeitamente a norma da classificação. Existe, contudo, uma situação específica, em que um General foi o último classificado do seu curso.

b) Comandantes de Agrupamentos

Dos cinquenta e três Oficiais formados neste período que comandaram Agrupamentos, quarenta e quatro tinham o posto de Brigadeiro, dos quais seis oriundos da Arma de Engenharia, vinte e seis da Arma de Infantaria, dez da Arma de Artilharia e dois da Arma de Cavalaria. Nove tinham o posto de Coronel, dos quais, dois da Arma de Infantaria e sete da Arma de Artilharia. Dos Oficiais que comandaram Agrupamentos, dezassete ainda foram Generais, pelo que já foram apreciados, e seis já tinham sido Comandantes de Batalhão, dos quais quatro hão-de ser apreciados nesse escalão, uma vez que dois dos Tenentes-Coronéis, de Artilharia, foram ainda Generais, pelo que também já foram apreciados. Significa este procedimento que considero o Escalão Agrupamento uma posição intermédia no contexto das elites hierárquicas, e, para não haver duplicações, apenas se apreciam aqui os Oficiais que não tiveram outra função, isto é, vinte e nove ao todo.

Dos vinte e nove Oficiais formados neste período, que exerceram somente as funções de Comandantes de Agrupamento, nove eram Brigadeiros, dos quais dois oriundos da

Arma de Engenharia, um da Arma de Artilharia, cinco da Arma de Infantaria e um da Arma de Cavalaria; vinte eram Coronéis, dos quais um era da Arma de Engenharia, já Tirocinado⁶³, oito da Arma de Artilharia, três Tirocinados, onze da Arma de Infantaria, quatro Tirocinados. A entrada destes Oficiais para a Escola Militar verificou-se, para seis em 1931, para três em 1932, para quatro em 1933, para três em 1934, para cinco em 1935, para outros cinco em 1936 e para os outros três em 1937. Cinco tinham nesse momento a posição de Primeiro Sargento Graduado Cadete, por serem oriundos do CM, treze eram Soldados Cadete, por terem frequentado o 1.º Ciclo do COM, um era Soldado incorporado há dois anos, e dez entraram directamente na Escola. Nove destes Oficiais nasceram em Lisboa, dois em Nazaré, dois em Leiria, dois em Tavira, dois na Figueira da Foz, os restantes em Abrantes, Loulé, Porto, Guimarães, Vagos, Elvas, Faro, Sátão, Ericeira, Lagos, Fundão e Horta. Todos os candidatos à Escola tinham os preparatórios, vinte efectuados na Universidade de Lisboa, cinco efectuados na Universidade de Coimbra, três na Universidade do Porto e um no Instituto Superior Técnico.

Sobre os cursos relevantes verificaram-se várias situações: há quem tenha todos os cursos de promoção, quem tenha apenas dois cursos e quem tenha apenas um deles. Acentuou-se a convicção de que o curso de Estado-Maior dava equivalência aos cursos de Capitão e Oficial Superior, pois cinco dos Oficiais estavam nessa situação. Apurou-se a profissão dos pais de dezanove destas elites, que eram as seguintes: seis Oficiais, um Proprietário, um Agricultor, um Delegado do Procurador Geral da República, um Notário, dois Sargentos, um Operário, um Farmacêutico, um Agente da Polícia Judiciária, um Empregado de Mesa, um Empregado Comercial e dois Comerciantes, havendo ainda dois filhos de pais incógnitos. As mães eram uma Agricultora, uma Costureira, uma Proprietária e as restantes domésticas, pelo que permanece a anterior conclusão sobre as origens sociais do oficialato.

c) Comandantes de Batalhão

Neste período formaram-se também quarenta e três Oficiais que vieram a comandar Batalhões, nos primeiros anos da Guerra de África, pois as suas promoções a Tenente-Coronel verificaram-se entre 1958 e 1964. Destes Oficiais dez eram da Arma de

⁶³ A expressão «Tirocinado» significa que o Oficial tem o curso de General.

Infantaria, vinte e dois da Arma de Artilharia e onze da Arma de Cavalaria. Três Comandantes de Batalhão, dois de Artilharia e um de Cavalaria ainda vieram a ser Generais, pelo que já foram apreciados naquele nível. Dois Oficiais passaram à reserva em Brigadeiros, quatro em Tenentes-Coronéis e os restantes em Coronéis. Pode-se considerar que este foi o «núcleo» base dos Comandantes de Batalhão que implementaram a quadrícula, seguida nos três teatros de operações e que de certo modo determinou aquele sistema de orientação da Guerra de África.

À sua entrada para a Escola Militar seis tinham a patente de Primeiros Sargentos Graduados Cadetes, por serem oriundos do CM, vinte e dois eram Soldados Cadetes, por terem frequentado o 1.º Ciclo do COM, oito eram Soldados, os restantes quatro entraram directamente para a Escola. Nota-se a obrigatoriedade na frequência do 1.º Ciclo do COM a partir de 1936, porquanto todos os candidatos que entraram para a Escola neste ano eram Soldados Cadetes. Os Comandantes de Batalhão oriundos do CM são pouco significativos, apenas seis em quarenta, o que permite concluir e afirmar que o Colégio teve, neste escalão hierárquico e orgânico, pouca influência na doutrina seguida.

No que respeita aos estudos preparatórios, todos os tinham, um fê-los na Escola Politécnica de Lisboa, vinte e seis na Universidade de Lisboa, dez na Universidade de Coimbra e três na Universidade do Porto.

As origens geográficas eram significativamente dispersas: doze, eram do Concelho de Lisboa, quatro do Concelho de Faro, dois do Concelho de Coimbra, três do Concelho de Nova Goa, três do Concelho de Lagos, três do Concelho da Barquinha, e os restantes treze eram dos Concelhos de Sobral de Monte Agraço, Viana do Castelo, Castelo Branco, Torres Novas, Penafiel, Alcobaça, Odemira, Freixo de Espada a Cinta, Matosinhos, Abrantes, Aveiro, Santarém e Ancião.

Sobre os cursos relevantes para a progressão na carreira, como sejam os cursos para a promoção a Capitão e Oficial Superior verificou-se que todos os Oficiais os frequentaram.

Quanto às origens sociais, obtiveram-se informações sobre vinte e cinco dos quarenta Comandantes de Batalhão e, observando-se que os pais tinham as seguintes profissões: sete eram Oficiais, um Sargento, um Proprietário, dois Professores, dois Funcionários

Públicos, dois Comerciantes, um Escrivão de Direito, um Agrimensor, um Médico, um Notário, um Contra Mestre da Armada, um Empregado dos Correios, um Primeiro Cabo de Marinha, um Esparteiro, um Artista dramático e um Veterinário. As mães, uma era Proprietária, uma Esparteira sendo as restantes domésticas.

Continua-se, assim, a considerar que todos os Oficiais formados neste período são provenientes da classe média e média baixa, tendo por base a informação decorrente das profissões dos pais, aliás variadas. Nem mesmo o maior número de filhos de Oficiais se considera muito significativo, facto que se atribui a uma normal influência que também se pode encontrar noutras profissões: os filhos tendem a seguir os pais, e os pais aconselham os filhos a seguir a sua profissão. Também não há nenhuma região privilegiada quando ao recrutamento. Os Oficiais recrutados neste período têm assim, origem na classe média e em todas as zonas do País. As preferências por regiões ou origem social, baseada nas profissões dos pais não se confirmam.

5.4 – A Escola do Exército de 1938 a 1959

Em 1940⁶⁴, deu-se nova reorganização e a Escola regressou à designação que tivera entre 1890 e 1910, Escola do Exército. Não obstante a nova disposição ter entrado em vigor no ano lectivo 1940/1941, o novo currículo considera-se aplicado a partir do ano lectivo de 1938/1939, porque uma disposição transitória determinou que os alunos dos dois anos anteriores frequentassem as cadeiras do novo currículo, numa situação de transição.

Esta reforma assentou no princípio de que aos alunos devia apenas ser exigido o que era indispensável à sua formação técnica e militar e ao exercício da sua profissão. Tudo o que fosse dispensável e não essencial foi sacrificado e posto fora das preocupações do ensino.

Transcrevo, aqui pela sua relevância, os princípios orientadores que constam do preâmbulo do Decreto-Lei que determinou esta reforma.

“Subalternos que não possuam a destreza, o desembaraço e o vigor físico dos soldados não estão em condições de exercer com autoridade e eficiência a sua missão.

⁶⁴ Decreto-Lei n.º 30.874, de 13 de Novembro de 1940 (OE, 1940).

Na formação do oficial de carreira tem especial interesse a preparação técnica e profissional, aliada a uma cultura geral que lhe crie a consciência do que são e do que valem as possibilidades nacionais.

Mas, acima da preparação técnica e da cultura geral, importa criar e desenvolver nos oficiais, forte *espírito militar* — garantia da obediência sem limites às decisões dos chefes, do sacrifício até ao esquecimento de si próprios em todas as vicissitudes, da tenacidade, da coragem física e da energia moral, indispensáveis para vencerem as dificuldades e perigos da guerra”.

Esta reforma na formação do oficialato, particularmente quanto à sua filosofia, é radicalmente oposta à reforma de 1911: enquanto na reforma de 1911 os Oficiais de carreira tinham como objectivo serem “instrutores e educadores” dos Oficiais que “hão-de emoldurar” as “unidades de combate” e desempenhar funções de “altos comandos” e “outros comandos de maior responsabilidade”; com a reforma de 1940 o Oficial de carreira passa a ter como objectivo de função a de ser “executante” do “serviço com tropas”. Para o desempenho desta sua nova função, o Oficial de carreira deve desenvolver um “profundo sentimento nacionalista”, um “forte espírito militar” e “espírito heróico”, para além de elevada capacidade física e autoridade técnica e liderança.

Nesta nova organização e no conseqüente currículo, valoriza-se a componente militar em detrimento da componente cultural. Procura-se que os futuros Oficiais apresentem elevadas capacidades operacionais. Ao fim e ao cabo, são estes os fundamentos de um Exército.

Os estudos sobre as Colónias continuaram a constituir uma disciplina anual com a designação de “Elementos de geografia militar das colónias portuguesas. Administração colonial e organização dos exércitos nas colónias. Organização militar colonial portuguesa”.

Os cursos de Engenharia e de Artilharia surgem mais diferenciados, o primeiro com a duração de 4 anos, e o segundo com a duração de 3 anos. Os cursos de Infantaria e de Cavalaria continuam muito semelhantes e ambos com a duração de 2 anos. O curso de Administração Militar tem também a duração de 2 anos.

Prevvia ainda o Decreto-lei n.º 30.874⁶⁵ que “toda a vida da Escola tenderá a formar moralmente o bom oficial, para o que cultivará de modo especial o espírito de obediência e de sacrifício, a disciplina, o amor à Pátria, a coragem cívica e militar e as qualidades de comando.”

Às condições gerais de admissão à matrícula, em qualquer dos cursos, era exigida a frequência, com aproveitamento, do 1.º Ciclo do COM de Infantaria ou o ciclo de instrução militar da Companhia de Cadetes da Escola e ter revelado vocação e aptidão para o serviço militar.

Ao Sargento do quadro permanente, candidato à Escola do Exército, impunha-se que à data legal da abertura dos trabalhos escolares não tivesse mais de vinte e sete anos de idade, fosse condecorado ou louvado por feitos distintos em combate ou ter muito boas informações, dos seus comandantes ou chefes, acerca da competência profissional e da dedicação pela carreira das armas.

Com a exigência de que o candidato a Oficial de carreira passasse primeiro por um «crivo» militar, aferidor das suas capacidades, poderiam evitar-se muitos equívocos de vocação, uma vez que o futuro Oficial já teria experimentado a sua própria aptidão e, sobre ela, se teriam pronunciado os seus comandantes.

As habilitações exigidas para a matrícula nos diferentes cursos, para além do curso liceal ou equivalente, eram as seguintes: Curso de Engenharia: Matemáticas Gerais; Geometria Descritiva; Curso Geral de Física; Cálculo Infinitesimal; Curso Geral de Química; Economia Política; Curso Geral de Mineralogia e Geologia; Desenho de Máquinas; Mecânica Racional; Electricidade; Topografia e Desenho Rigoroso. Curso de Artilharia: Matemáticas Gerais; Geometria Descritiva; Curso Geral de Física; Cálculo Infinitesimal; Curso Geral de Química; Economia Política; Desenho Topográfico e Cartográfico. Cursos de Infantaria e Cavalaria: Matemáticas Gerais; Geometria Descritiva; Curso Geral de Física; Desenho Topográfico e Cartográfico. Curso de Administração Militar: as cadeiras a seguir indicadas da Secção de Administração Comercial, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, Matemáticas Superiores; Economia Política e Legislação Industrial; Geografia Económica; Direito Comercial; Operações Comerciais; Contabilidade Geral.

⁶⁵ Artigo 13.º

O Sargento concorrente que não tivesse as habilitações exigidas era submetido perante um júri especial, a um exame que versava sobre as matérias que constituíam os preparatórios dos cursos de Infantaria e Cavalaria, ou sejam, Matemáticas Gerais; Geometria Descritiva; Curso Geral de Física; Desenho Topográfico e Cartográfico

O artigo 43.º, do Decreto-lei a que me venho reportando determinava que “durante a frequência da Escola do Exército os alunos denominar-se-ão cadetes e não terão graduação militar”. Terminava assim, a distinção que anteriormente se verificava entre os alunos provenientes do CM, que eram Primeiros Sargentos Graduados, e os alunos cujo ensino secundário tinha outra origem.

Os Cadetes que concluíssem com aproveitamento qualquer dos cursos eram promovidos ao posto de Aspirante a Oficial e ingressavam em seguida, para efeitos de tirocínio, nas respectivas Escolas Práticas. A promoção ao posto de Alferes e o ingresso no quadro permanente dos Oficiais do Exército efectuava-se após os Aspirantes a Oficial terem terminado com aproveitamento e boas informações, quanto a qualidades militares e morais, os estágios e tirocínios nas Escolas Práticas.

Em 1945⁶⁶, foi autorizado o ingresso na Escola do Exército aos Oficiais milicianos com prolongada permanência no serviço e que tivessem revelado especial vocação para a carreira das armas.

Esta reforma e todo o normativo que a regulamenta teve, inequivocamente, como propósito formar combatentes de alta capacidade. Afirmção que se suporta, para além dos normativos citados, na consulta que efectuei aos processos individuais instruídos na Escola do Exército sobre os Oficiais que integram o grupo de elites estudadas. Nos processos dos Sargentos que efectuaram os “exames” para ingresso na Escola do Exército, sem as habilitações exigidas, está apenas uma simples folha de papel retirada de uma vulgar sebenta, na qual estão apostas três assinaturas ilegíveis, sem outra identificação e a afirmação de que o candidato foi aprovado. Nos processos dos Oficiais milicianos, falta, com frequência, o certificado de habilitações e, em alguns casos, está mesmo aposta uma nota referindo a falta deste certificado, o que prova, a meu ver, que a ausência do documento não se fundamenta em falha administrativa, mas sim na sua própria inexistência.

⁶⁶ Decreto-Lei 35.189 de 24 de Novembro (OE, 1945).

Contudo, tanto os Sargentos como os Oficiais milicianos eram merecedores de brilhantes referências dos seus superiores, como o demonstram as informações anexas aos processos. De tudo me parece não poder concluir-se outra coisa, senão a de que foram criadas facilidades a homens que tinham revelado grande capacidade para a profissão.

Se, a este princípio, para Sargentos e Oficiais milicianos, juntarmos as exigências que eram feitas aos candidatos de ingresso directo, tais como: aprovação no 1.º Ciclo do COM ou o ciclo de instrução militar da Companhia de Cadetes da Escola e terem revelado vocação e aptidão para o serviço militar, concluir-se-á que estes homens passavam por um rigoroso crivo aferidor de aptidões que, sendo falível, não deixava de constituir uma componente altamente selectiva. Desta selecção resultou que ao ficarem os melhores, o nível operacional do Corpo de Oficiais se ressentiu positivamente.

O Curso de Infantaria tinha a duração de dois anos e as seguintes disciplinas anuais: Elementos de Geografia Militar da Península Ibérica e História Militar Portuguesa; Elementos da Organização Militar e Organização Militar Portuguesa; Topografia; Armas Portáteis; Engenhos de Acompanhamento e Carros de Combate; Tiro; Elementos de Geografia Militar das Colónias Portuguesas; Administração Colonial e Organização dos Exércitos nas Colónias; Organização Militar Colonial Portuguesa; Elementos de Tática Geral; Tática de Infantaria; Fortificação; Organização do Terreno; Comunicações Militares; e Transmissões.

a) Gerais

Os oito Gerais que se formaram na Escola do Exército com o currículo seguido até 1948, o último período que formou Oficiais que, com as patentes de Gerais, vieram a exercer funções estratégicas na Guerra de África, foram todos promovidos já na década de 70 e, quatro dos quais, já depois da queda de Marcelo Caetano. A inclusão destes quatro Gerais no estudo justifica-se, porque tiveram ainda certa influência na forma como Portugal conduziu o «espólio» do Império. O grupo era assim constituído: três eram oriundos da Arma de Infantaria, um da Arma de Artilharia, dois da Arma de Cavalaria e dois da Arma de Engenharia.

À sua entrada para a Escola do Exército todos eram Soldados Cadetes, por terem frequentado o 1.º Ciclo do COM. Não houve neste período promoções a General, de Oficiais oriundos do CM, o que deixa entender que este estabelecimento de ensino perdera influência nos últimos anos do regime.

No que respeita aos estudos preparatórios, continuou o domínio universitário. Quatro frequentaram-no na Universidade de Lisboa, dois na Universidade de Coimbra e outros dois na Universidade do Porto.

As origens geográficas continuaram dispersas, mas existe uma maior concentração, do que nos períodos anteriores, o que sugere, que os substitutos dos «marcelistas» se preocuparam com fenómenos regionais que não eram considerados até então. Três eram do Concelho de Lisboa, dois do Concelho do Porto e dois do Concelho de Coimbra. Sobre um dos Generais não foi possível obter esta informação.

Quanto às classificações obtidas no curso da Escola do Exército verificou-se uma situação que poderemos considerar híbrida, ou seja, a classificação continuou a ter influência, o que é provado pela promoção dos Engenheiros com matrícula em 1938, que recaiu sobre o primeiro e o segundo classificados. O primeiro, Silvino Silvério Marques, promovido ainda em 1973, tem em comum com os três Generais citados no período anterior, ter sido o primeiro classificado do seu curso, não ser do Colégio Militar e ser, como eles, citado por Marcelo Caetano, como sendo um dos seis Generais que ele considerava com “estatura”.⁶⁷

Os outros dois Generais citados por Marcelo, eram Costa Gomes e António de Spínola, ambos do Colégio Militar, e cujas classificações foram substancialmente diferentes das dos outros Generais «de Marcelo». O General oriundo de Infantaria, com matrícula de 1940, foi o primeiro classificado entre 54 Alunos que concluíram o curso; o General oriundo de Artilharia, com matrícula de 1942, foi o segundo classificado entre 14 Alunos que concluíram o curso. No entanto, os Generais oriundos de Infantaria com matrícula em 1939, ficaram classificados em 4.º e 15.º, entre 41 Alunos que terminaram o curso. O General classificado em 15.º foi promovido já em 1975, o que deixa antever que mais que a classificação, teve relevo «a mão da política». Refere-se, para que não haja dúvidas, que se trata de uma promoção de carreira, o que sugere que após a queda

⁶⁷ WWW.instituto-camoes.pt/bases/25abril/generscaetano.htm (02/03/2001)

de Marcelo Caetano se seguiram vícios que lhe eram apontados, mas que não se provam, ou que já tinha suprido. Os «novos senhores do PREC» foram em tudo piores que os «senhores do marcelismo», o que prova de forma clara que não foram razões políticas que os motivaram, mas tão só as suas próprias ambições.

Sobre os cursos relevantes para a progressão na carreira, como sejam os cursos para a promoção a Capitão, Oficial Superior e General e ainda o curso de Estado-Maior, verifica-se uma média interessante, porquanto, cada um destes cursos foi frequentado por cerca de 50% dos Generais. Desta percentagem resulta uma outra média; cada General tem, em média, dois destes quatro cursos possíveis. Como no período anterior, também se observa alguma equivalência entre o curso de Estado-Maior e os outros cursos, sobretudo de Capitão e Oficial Superior, já que dois dos Generais têm apenas o curso de Estado-Maior.

Quanto às origens sociais, apenas não se obteve informação sobre um dos Generais. Os pais dos restantes sete tinham as seguintes profissões: dois eram Oficiais, os restantes eram Comerciante, Veterinário, Funcionário Público, Advogado e Funcionário dos Correios. As mães eram todas domésticas.

Continuo a considerar que as origens sociais dos Generais portugueses estudados se situava na classe média e, conseqüentemente, prova-se à saciedade que, neste ponto, os Generais de 1974 eram iguais aos Capitães e Majores que os sanearam provando-se, igualmente, que os autores citados não têm fundamento para afirmarem, como afirmaram, o oposto.

Com base nos sete parâmetros observados: condição militar à entrada na Escola; local onde o Oficial efectuou os estudos secundários; local onde efectuou os estudos preparatórios; origem geográfica; classificação no curso de Oficiais; cursos de promoção e Estado-Maior; e origem social, a carreira do Oficial explica-se, predominantemente, pela classificação obtida no curso da Escola do Exército e pela qualidade do seu desempenho militar.

Pese embora algumas mudanças de critério no que se relaciona com as classificações no curso de Oficiais, uma realidade transparece aos olhos do investigador: o regime procurou elevar ao Generalato os melhores Oficiais. Não querendo fazer juízos sobre o regime, que não vêm a propósito, o comportamento só dignifica o Exército.

b) Comandantes de Agrupamento

Dos trinta e oito Oficiais formados nesta Escola até 1948 que comandaram Agrupamentos, dezanove tinham o posto de Brigadeiro, dos quais, dois oriundos da Arma de Engenharia, nove da Arma de Infantaria, cinco da Arma de Artilharia e três da Arma de Cavalaria. Dezanove tinham o posto de Coronel, dos quais, dezasseis da Arma de Infantaria e três da Arma de Artilharia. Dos Oficiais que comandaram Agrupamentos, três ainda foram Generais, pelo que já foram apreciados, dos quais, dois já tinham comandado Batalhões, e outros vinte e um já tinham sido igualmente Comandantes de Batalhão, os quais hão-de ser apreciados nesse escalão. Separadas as elites pelos três níveis de comando, apreciar-se-ão, neste nível, catorze Oficiais.

Dos catorze Oficiais que exerceram somente as funções de Comandantes de Agrupamento, seis eram Brigadeiros, dos quais dois eram oriundos da Arma de Engenharia, dois da Arma de Artilharia, um da Arma de Infantaria e um da Arma de Cavalaria; oito eram Coronéis, dos quais dois da Arma de Artilharia e seis da Arma de Infantaria. A entrada destes Oficiais para a Escola do Exército verificou-se para dois em 1938, para um em 1939, para um outro em 1940 e para outro ainda em 1941, para cinco em 1942, para um em 1943, para outro em 1946 e para dois em 1947.

No momento em que ingressaram na Escola do Exército dez destes Oficiais eram Soldados Cadetes, por terem frequentado o 1.º Ciclo do COM, um era Soldado incorporado havia dois anos, um era Tenente miliciano, incorporado havia oito anos, um era Aspirante a Oficial, incorporado havia dois anos, e um era Furriel do Quadro, depois de ter sido Soldado e 1.º Cabo.

Sobre este Oficial importa tecer algumas considerações acessórias, sem se chegar à componente pessoal: «o nosso Furriel» que não tinha o curso dos liceus, efectuou um exame de acesso directo, o qual incluiu as quatro cadeiras referentes aos estudos preparatórios. Ficou aprovado em todas elas, mas não foi possível saber-se quem fiscalizou os exames, porque no processo existem apenas quatro folhas, retiradas de uma sebenta, onde foi aposto o nome de cada uma das cadeiras e a palavra «aprovado», seguindo-se três assinaturas ilegíveis. Acresce que ao referido Oficial foi-lhe contado como tempo de serviço, na classe de Oficial, o tempo durante o qual foi Furriel, ou

sejam, dois anos. Este episódio ocorreu na década de 40, e mais não posso adiantar, porque imperativos legais o não permitem.

Dois destes Oficiais nasceram em Lisboa, e os restantes em Abrantes, Bragança, Nampula, Castelo Branco, Alcobaça, Batalha, Santa Comba Dão, Chaves, Valpaços, Ovar, Beja e Vila Nova de Ourém. Todos os candidatos à Escola tinham os preparatórios, nove efectuados na Universidade de Lisboa, um efectuado na Universidade de Coimbra e quatro na Universidade do Porto.

Sobre os cursos relevantes continuam a verificar-se várias situações, nomeadamente a equivalência do curso de Estado-Maior aos cursos de Capitão e Oficial Superior. Apenas se não apurou a profissão do pai de uma destas elites. As profissões dos pais eram as seguintes: um Oficial, um Oficial do Quadro Colonial, dois Comerciantes, dois Proprietários, três Funcionários Públicos, um Sargento, um Alfaiate, um Funcionário dos Correios, um Ferroviário e um Funileiro. As mães eram todas domésticas.

Inequivocamente, estes Oficiais pertenciam à classe média por nascença, o que não significa que ao atingirem altas patentes militares, não fossem considerados como membros duma classe social mais elevada. Todavia, não é essa a questão em apreço, pelo que tenho de continuar a sustentar, que os Oficiais que comandaram os agrupamentos nos três teatros de operações, na Guerra de África, eram originários da classe média, e nem todos, porque alguns deles pertenciam à classe média baixa.

c) Comandantes de Batalhão

Neste período formaram-se também trezentos e cinquenta e sete Oficiais que vieram a comandar Batalhões, duzentos e quarenta e três, ou seja, rigorosamente, 50% dos Comandantes de Batalhão, eram da Arma de Infantaria, dois dos quais ainda vieram a ser Generais, cinquenta da Arma de Artilharia e sessenta e quatro da Arma de Cavalaria, dois dos quais ainda vieram a ser Generais, e um outro era Pára-Quedista. Dos elementos apresentados resulta que se apreciam neste ponto trezentos e cinquenta e três Oficiais. Pode-se considerar que neste período e nesta Escola foi decidida a orientação táctica da Guerra, pois eram os Comandantes de Batalhão que determinavam os aspectos tácticos a considerar na manobra das forças em presença e foi igualmente neste período que se formaram 73% dos Comandantes de Batalhão, no total quatrocentos e

oitenta e seis, sendo que neste período se formaram, como já se disse, trezentos e cinquenta e sete.

A sua entrada para a Escola Militar trinta e oito tinham a patente de Primeiros Sargentos Graduados Cadetes, por serem oriundos do CM, o que permite concluir, que tinham esta origem 11% dos Comandantes de Batalhão que se formaram neste período, e significa que a relevância táctica, na condução da guerra, não esteve no CM, entidade esta, que pode ter tido bastante menos influência, do que habitualmente se lhe atribui. Duzentos e quarenta e um eram Soldados Cadetes, por terem frequentado o 1.º Ciclo do COM, um era Primeiro Sargento e tinha oito anos de tropa, outro era Furriel e tinha nove anos de incorporação, ambos os membros da classe de Sargentos fizeram exame de admissão directa, porque não tinham o curso dos liceus. Sessenta e quatro eram Oficiais milicianos, dos quais onze Tenentes, trinta e três Alferes e vinte Aspirantes. Os restantes oito tinham situações particulares e por vezes muito específicas, houve quem, depois de sair da tropa, requeresse o reingresso que lhe foi autorizado pelo Ministro do Exército. Três destes homens vieram a atingir o Generalato.

No que respeita aos estudos preparatórios, considero que todos os tinham, embora não se encontrassem documentos probatórios em quatro dos processos; contudo, importa referir que fiquei com a ideia, em face de outra documentação existente, que a eventual falta dos estudos preparatórios fora relevada, por se tratar de Oficiais milicianos sobre quem eram apresentadas excelentes referências. Noventa Oficiais efectuaram os estudos preparatórios na Universidade de Coimbra, dois no Instituto Superior Técnico de Lisboa, noventa e nove na Universidade de Lisboa e cinquenta e seis na Universidade do Porto.

Sobre os cursos relevantes para a progressão na carreira observa-se que 77% tinham o curso de Capitães, frequentado entre 1945 e 1957, 84% tinham o curso de Oficiais Superiores frequentado entre 1950 e 1969. Entre 1970 e 1972, houve quem frequentasse o estágio para a promoção a Major, uma vez que o curso foi substituído por um estágio. Verifica-se que este curso foi frequentado com alguma regularidade até 1961, quando a Guerra d África começou. Depois dessa data, os cursos foram frequentados quando foi possível, por norma bastante depois do Oficial deter a patente para a qual supostamente se iria formar, o que me leva a considerar que este curso constituía mais um imperativo de carreira, do que uma necessidade de formação, o que se prova pelo facto dos Oficiais

exercerem a função sem o curso e não constar que não a exercessem com competência profissional.

Quanto às origens sociais, obtiveram-se informações sobre trezentos e trinta e cinco dos trezentos e cinquenta e três Comandantes de Batalhão, isto é, obteve-se informação sobre 95% dos Oficiais; os 5% em falta constituem um valor negligenciável no contexto do estudo, pelo que posso considerar que os dados disponíveis são significativos do total do universo. As profissões, num total de cinquenta e quatro, correspondem, na sua quase totalidade à classe média e média baixa, o que permite afirmar que os Comandantes de Batalhão, que conduziram e orientaram taticamente a Guerra de África tinham a sua origem na classe média e na classe média baixa, recusando-se assim tudo o que em contrário se têm afirmado, pois o rigor apostado na investigação e a segurança das fontes permitem defender esta afirmação.

As origens geográficas eram significativamente dispersas, havia Oficiais de cento e vinte e um Concelhos, como se menciona na tabela 4.

Poder-se-iam efectuar as mais variadas contas com base em diferentes fórmulas dos mais diversos investigadores, mas estou certo que os dados nunca seriam mais do que aproximados, porquanto em qualquer profissão existe uma diversidade considerável de qualificações e remunerações, para além de que os tempos têm, naturalmente, feito evoluir as relevâncias desta ou daquela profissão. O número de filhos de um casal, os encargos familiares, a perda de um dos progenitores, a localização da sua residência e múltiplos outros factores, influenciam o extracto social, o nível e a qualidade de vida. Enquadrar todos estes aspectos constituiria uma investigação autónoma, mas a dificuldade na obtenção desses dados tornaria sempre qualquer conclusão muito grosseira. Os números eventualmente obtidos, não passariam disso mesmo, sem qualquer interpretação objectivamente válida. Todas estas razões sugerem que se mantenha como elemento decisor apenas a profissão, sem mais qualquer acessório.

A este propósito cito a resposta do Coronel Pára-Quedista José Alberto de Moura Calheiros, quando, durante a entrevista, lhe afirmei que ele e o Coronel Araújo e Sá eram os dois Oficiais Pára-Quedistas oriundos de classes sociais mais elevadas, já que ele era filho de um casal de Professores. Calheiros respondeu-me: “mas não se esqueça de considerar que a minha mãe faleceu cedo e éramos vários irmãos a viver com o

Tabela 4: Concelhos de nascimento dos Comandantes de Batalhão que ingressaram na Escola do Exército entre 1938 e 1948.

Concelhos	Obs.	%	Concelhos	Obs.	%	Concelhos	Obs.	%
Lisboa	73	20,7	Ol. do Hospital	2	0,6	L. Marques	1	0,3
Porto	27	7,6	Ponta Delgada	2	0,6	Lagoa	1	0,3
Viseu	16	4,5	Portimão	2	0,6	Luanda	1	0,3
Coimbra	14	4,0	Póvoa do Varzim	2	0,6	M. de Cavaleiros	1	0,3
Chaves	7	2,0	São Pedro do Sul	2	0,6	Mação	1	0,3
Leiria	7	2,0	Setúbal	2	0,6	Macau	1	0,3
Santarém	6	1,7	Silves	2	0,6	Machico	1	0,3
Tavira	6	1,7	V. Nova de Paiva	2	0,6	Mealhada	1	0,3
Braga	5	1,4	V. V. de Ródão	2	0,6	Moçambique	1	0,3
Bragança	5	1,4	Abrantes	1	0,3	Mora	1	0,3
Cascais	5	1,4	Alandroal	1	0,3	Odemira	1	0,3
Évora	5	1,4	Alcoutim	1	0,3	Olhão	1	0,3
Faro	5	1,4	Alfândega da Fé	1	0,3	Penacova	1	0,3
Figueira da Foz	5	1,4	Alferrarede	1	0,3	Pinhel	1	0,3
Guarda	5	1,4	Alpiarça	1	0,3	Ponte de Lima	1	0,3
Aveiro	4	1,1	Alter do Chão	1	0,3	Ponte de Sor	1	0,3
Covilhã	4	1,1	Angola	1	0,3	Portalegre	1	0,3
Idanha a Nova	4	1,1	Arouca	1	0,3	Praia da Vitória	1	0,3
Lagos	4	1,1	Arronches	1	0,3	Quelimane	1	0,3
Loulé	4	1,1	Barcelos	1	0,3	Recife Brasil	1	0,3
Viana do Castelo	4	1,1	Barquinha	1	0,3	R. de Monsaraz	1	0,3
Vila Real	4	1,1	Beira	1	0,3	Rio de Janeiro	1	0,3
Almeida	3	0,8	Benguela Angola	1	0,3	S. B. de Alportel	1	0,3
Amarante	3	0,8	Castelo Rodrigo	1	0,3	Santos Brasil	1	0,3
Castelo Branco	3	0,8	Celorico da Beira	1	0,3	Sesimbra	1	0,3
Montalegre	3	0,8	Chamusca	1	0,3	Sinfães	1	0,3
Nelas	3	0,8	Condeixa a Nova	1	0,3	Sintra	1	0,3
Penafiel	3	0,8	Coruche	1	0,3	Sousel	1	0,3
Sabugal	3	0,8	Espinho	1	0,3	Suécia	1	0,3
Arcos Valdevez	2	0,6	F. Esp. a Cinta	1	0,3	Taboa	1	0,3
Beja	2	0,6	Feira	1	0,3	Tomar	1	0,3
Brasil	2	0,6	Fig. dos Vinhos	1	0,3	Torres Novas	1	0,3
Caldas da Rainha	2	0,6	Famalicão	1	0,3	Torres Vedras	1	0,3
Cantanhede	2	0,6	F. de Alcores	1	0,3	V. N. de Foscôa	1	0,3
Elvas	2	0,6	Fronteira	1	0,3	V. R.S. António	1	0,3
Estarreja	2	0,6	Fundão	1	0,3	Valença	1	0,3
Goa	2	0,6	Gavião	1	0,3	Valpaços	1	0,3
Ílhavo	2	0,6	Góis	1	0,3	Vila Verde	1	0,3
Moncorvo	2	0,6	Gouveia	1	0,3	Vinhais	1	0,3
Oeiras	2	0,6	Guimarães	1	0,3	Vouzela	1	0,3
O. de Azeméis	2	0,6	-----	---	---	-----	---	---
Totais							353	100

Fonte: Processos individuais existentes na Academia Militar, nos quais efectuei uma investigação primária.

salário do meu pai”. Na entrevista ao Tenente-Coronel Pára-Quedista Joaquim Manuel Trigo Mira Mensurado, referi-lhe ser ele Aluno do Colégio Militar, tendo-me

respondido: “mas quem pagou os meus estudos foi o meu tio Jorge, o meu pai não tinha dinheiro para aqueles estudos”.

De todas estas realidades, apresento os elementos específicos e concluo pelo sentido normal da sociedade: o oficialato português constituía uma representação da classe média nacional. Entre as trezentas e trinta e cinco mães, duzentas e oitenta e nove eram Domésticas, vinte e uma Professoras, dezasseis Proprietárias, cinco Costureiras, duas Agricultoras, uma Funcionária dos Correios e outra Enfermeira.

Face à vastidão dos números e das profissões, cuja leitura se pretende fácil e directa, descrevo, na tabela 5, todas as profissões, seguidas das respectivas observações e percentagens.

Tabela 5: Profissões dos pais dos Comandantes de Batalhão que ingressaram na Escola do Exército entre 1938 e 1948

Concelhos	Obs.	%	Concelhos	Obs.	%	Concelhos	Obs.	%
Oficiais	83	25	Escriv. de Direito	3	0,9	Distribuidor Rural	1	0,3
Comerciantes	37	11	Incógnitos	3	0,9	Empr. da Carris	1	0,3
Proprietários	31	9	Juizes	3	0,9	Em. de Escritório	1	0,3
Func. Públicos	26	8	Marítimos	3	0,9	Enfermeiro	1	0,3
Em. de Comércio	21	6	Sapateiros	3	0,9	Ferrador	1	0,3
Sargentos	18	5	Alfaiates	2	0,6	Funileiro	1	0,3
Professores	15	4	Cabos da GNR	2	0,6	Ger. Comercial	1	0,3
Agricultores	8	2	Falecidos	2	0,6	Guarda Fiscal	1	0,3
Ferrovários	6	2	Farmacêuticos	2	0,6	Maquinista CP	1	0,3
Médicos	6	2	Jornaleiros	2	0,6	Marceneiro	1	0,3
Pedreiros	5	1	Ourives	2	0,6	Mecân. Dentário	1	0,3
Contabilistas	4	1	Veterinários	2	0,6	Motorista	1	0,3
Empr. Bancários	4	1	Advogado	1	0,3	Ofic. Diligências	1	0,3
Funci. Correios	4	1	Ajudante Registo	1	0,3	Serralheiro	1	0,3
Industriais	4	1	Barbeiro	1	0,3	Soldado	1	0,3
Sargentos GNR	4	1	Conservador	1	0,3	Soldado da GNR	1	0,3
Carpinteiros	3	1	Correeiro	1	0,3	Solicitador	1	0,3
Engenheiros	3	1	Diplomata	1	0,3	Topógrafo	1	0,3
Totais							335	100

Fonte: Processos individuais existentes na Academia Militar, nos quais efectuei uma investigação primária.

5.4.1 – A Adaptação no Período de 1948 a 1959

Em 1948⁶⁸ foi reformulado o curso de Artilharia e criado o Curso Geral Preparatório. O novo curso de Artilharia, com a duração e exigência de preparatórios iguais aos cursos de Infantaria e de Cavalaria, designou-se por Curso Geral de Artilharia e, atendendo a certas exigências da arma para as quais a preparação assim adquirida não era suficiente, criou-se simultaneamente outro curso de Artilharia, que se designou por complementar, o qual seria frequentado posteriormente por alunos Oficiais a quem seriam concedidas compensações especiais. O Curso Geral tinha a duração de 2 anos e o Curso Complementar tinha a duração de 1 ano.

Os preparatórios para o Curso Complementar de Artilharia eram constituídos pelas seguintes disciplinas: Cálculo Infinitesimal; Curso Geral de Química; Economia Política; Desenho de Máquinas; Mecânica Racional; Acústica, Óptica e Calor ou Termodinâmica; Electricidade e Análise Química Quantitativa. Os Oficiais habilitados com o Curso Complementar de Artilharia antecipavam um ano na sua antiguidade de Tenente, ou seja, era-lhe atribuído um incentivo, sem o qual não havia candidatos.

O Curso Geral Preparatório criado dentro da própria Escola do Exército, constituído pelas cadeiras mencionadas na reforma anterior, as quais passaram a ter equivalência universitária, tinha a duração de 1 ano e destinava-se a ser frequentado pelos candidatos provenientes dos cursos liceais que desejassem seguir a carreira das armas, os quais, desta forma, ingressavam directamente na Escola do Exército. Terminou aqui a necessidade dos candidatos a Oficial frequentarem previamente as Universidades.

Nesta nova modalidade de recrutamento, era desde o início do curso, assegurada aos candidatos a possibilidade de ingresso futuro nos cursos das armas, ao mesmo tempo em que o regime de internato, a que ficavam sujeitos na Escola, garantia aos interessados facilidades de ordem económica que de outra forma não poderiam alcançar. Mas continuava a dar-se a liberdade de habilitações nas Universidades, a quem tal preferisse.

Durante a vigência desta reforma apenas se formaram dois Oficiais que desempenharam as funções de Comandante de Agrupamento, ambos eram Tenentes-Coronéis, um de Cavalaria que já tinha comandado um Batalhão, nível em que será apreciado, e outro de

⁶⁸ Decretos-Leis n.ºs 37.135 e 37.137, de 5 de Novembro (OE, 1948).

Infantaria, que para exercer aquele comando foi graduado em Coronel. Este Oficial entrou directamente na Escola do Exército, era natural de Vieira do Minho, efectuou os preparatórios na Escola do Exército, frequentou apenas o curso de Capitão e era filho de um Sargento.

a) Comandantes de Batalhão

Neste período formaram-se também oitenta e três Oficiais que vieram a comandar Batalhões, trinta e oito eram da Arma de Infantaria, onze dos quais, eram Pára-Quedistas e seis deles, já tinham comandado Companhias, trinta e quatro da Arma de Artilharia, quatro dos quais, eram Pára-Quedistas e um deles, já tinha comandado uma Companhia, oito da Arma de Cavalaria, dois dos quais eram Pára-Quedistas e um deles já tinha comandado uma Companhia e três dos Serviços de Administração Militar, todos Pára-Quedistas, dois dos quais já tinham comandado Companhias.

A diferença na formação entre estes Oficiais e os anteriores está na frequência dos estudos preparatórios, que estes efectuaram na Escola do Exército, e aqueles nas Universidades, e na não frequência do 1.º Ciclo do COM, que era exigido aos do período anterior.

À sua entrada para a Escola do Exército um era Tenente miliciano, dois eram Aspirantes milicianos, um era Furriel com seis anos de tropa, que frequentou o ensino Público Comercial, outro também era Furriel com cinco anos de tropa, que efectuou o exame de acesso directo à Escola do Exército, os restantes setenta e oito entraram directamente. Oito destes Oficiais efectuaram o ensino secundário no CM, mas já não tinham qualquer graduação que os diferenciasse dos restantes, ou seja, já não eram Primeiros Sargentos Graduados Cadetes.

No que respeita aos estudos preparatórios, e por força das novas disposições, setenta e um efectuaram-nos na Escola do Exército, cinco na Universidade de Lisboa, quatro na Universidade de Coimbra, dois na Universidade do Porto e um no Instituto Comercial do Porto.

Sobre os cursos relevantes para a progressão na carreira, constata-se que 86% tinham o curso de Capitães, 75% tinham o curso de Oficiais Superiores, incluindo os que frequentaram apenas o estágio, mas só 64% tinham os dois cursos. Posso assim concluir

que apenas dois terços dos Comandantes de Batalhões estavam habilitados com a formação estabelecida para o desempenho daquelas funções. No entanto, especifique-se: os cursos constituíam uma norma ou uma condição para a promoção, o que não significa uma exigência para a obtenção do conhecimento, o qual, poderia ser adquirido pela rotina, quer isto dizer, que o Oficial ia progredindo na carreira e continuamente elevando o conhecimento. Este aspecto, que se afigura relevante, é mesmo o principal motivo que condiciona a progressão dos militares nas suas carreiras e nos níveis de desempenho.

Numa conversa sobre a progressão na carreira, dizia-me o Major-General Sousa Bernardes: “não é por acaso que um militar só atinge a patente de General aos trinta anos de serviço”, expressão que considero justificar e concordar com o meu pensamento, e posso acrescentar que nenhuma outra profissão se apresenta com este grau de exigência.

Tabela 6: Concelhos de nascimento dos Comandantes de Batalhão que ingressaram na Escola do Exército entre 1948 e 1959

Concelhos	Obs.	%	Concelhos	Obs.	%	Concelhos	Obs.	%
Lisboa	10	12,0	Covilhã	1	1,2	Montemor-o-Novo	1	1,2
Bragança	4	4,8	Cuba	1	1,2	Mourão	1	1,2
Coimbra	3	3,6	Dili-Timor	1	1,2	Murtosa	1	1,2
Guarda	3	3,6	Elvas	1	1,2	Nelas	1	1,2
Alcobaça	2	2,4	Estremoz	1	1,2	Oliveira do Bairro	1	1,2
Castelo Branco	2	2,4	Évora	1	1,2	P. Delgada	1	1,2
Chaves	2	2,4	Cucujães	1	1,2	Penacova	1	1,2
Oeiras	2	2,4	Funchal	1	1,2	Pinhel	1	1,2
Penafiel	2	2,4	Goa	1	1,2	Portalegre	1	1,2
Santarém	2	2,4	Góis	1	1,2	Serpa	1	1,2
V. N. de Gaia	2	2,4	Gondomar	1	1,2	Setúbal	1	1,2
Viana do Castelo	2	2,4	Gouveia	1	1,2	Tomar	1	1,2
Vila Real	2	2,4	Guimarães	1	1,2	Tondela	1	1,2
A. do Heroísmo	1	1,2	Ílhavo	1	1,2	Torres Vedras	1	1,2
Aguiar da Beira	1	1,2	Lagos	1	1,2	Torres Novas	1	1,2
Angola	1	1,2	Leiria	1	1,2	V. R. S. António	1	1,2
Armamar	1	1,2	Loulé	1	1,2	Valença	1	1,2
Arraiolos	1	1,2	Macau	1	1,2	Valpaços	1	1,2
Bombarral	1	1,2	Mafra	1	1,2	Vendas Novas	1	1,2
Cantanhede	1	1,2	-----	---	---	-----	---	---
Totais							83	100

Fonte: Processos individuais existentes na Academia Militar, nos quais efectuei uma investigação primária.

As origens geográficas continuaram significativamente dispersas, já que havia Oficiais de cinquenta e oito Concelhos, como menciono na tabela 6, incluindo as respectivas frequências e percentagens:

Quanto às origens sociais, obtive informações sobre oitenta e um dos oitenta e três Oficiais deste grupo; o processo do Tenente miliciano, como os de todos os Tenentes, não contém a certidão de nascimento e a certidão do Oficial nascido em Dili-Timor, tem uma estrutura diferente das restantes e não contém as profissões dos pais. As profissões, num total de trinta, continuam a corresponder na sua quase totalidade à classe média, o que me permite afirmar que os Comandantes de Batalhão, considerando também os do grupo anterior, que conduziram e orientaram taticamente a Guerra de África, tinham a sua origem na classe média e média baixa. As mães destes Oficiais tinham as seguintes profissões: setenta e duas eram Domésticas, cinco Professoras, duas Empregadas dos Correios, uma Proprietária e outra Costureira.

Face à vastidão dos números e das profissões, cuja leitura se pretende fácil e directa, descrevo todas as profissões dos pais antecidas das respectivas frequências.

Tabela 7: Profissões dos pais dos Comandantes de Batalhão que ingressaram na Escola do Exército entre 1948 e 1959.

Concelhos	Obs.	%	Concelhos	Obs.	%	Concelhos	Obs.	%
Oficial	19	23,5	Func. Público	2	2,5	Guarda da PSP	1	1,2
Proprietário	10	12,3	Advogado	1	1,2	Incógnito	1	1,2
Comerciante	7	8,6	Ajud. Enfermeiro	1	1,2	Industrial	1	1,2
Empr. Comercial	5	6,2	Cabo G. Fiscal	1	1,2	Jornaleiro	1	1,2
Empr. Bancário	4	4,9	Contabilista	1	1,2	Marítimo	1	1,2
Sargento	4	4,9	Cozinheiro	1	1,2	M. Veterinário	1	1,2
Agricultor	3	3,7	Del. P. República	1	1,2	Militar	1	1,2
Emp. Escritório	3	3,7	Electricista	1	1,2	Motorista	1	1,2
Professor	3	3,7	Escrivão Direito	1	1,2	Pintor	1	1,2
Ferroviário	2	2,5	Func. Correios	1	1,2	Soldado G. Fiscal	1	1,2
Totais							81	100

Fonte: Processos individuais existentes na Academia Militar, nos quais efectuei uma investigação primária.

b) Comandantes de Companhias Pára-quedistas

Os Comandantes de Companhia, com o posto de Capitães não são considerados no grupo das elites hierárquicas, mas no das elites executivas ou combatentes. Sabendo que

descrevo a actuação destas elites, representadas pelos Pára-Quedistas, considere relevante para a investigação isolar os Comandantes de Companhia, porque no contexto da execução constituem o seu comando máximo, para além de que o seu número é de dimensão tratável. É ainda importante, senão mesmo de extrema significância, poder apreciar a formação destes homens relativamente aos seus camaradas do Exército e relativamente aos Sargentos Pára-Quedistas, sabendo que irei confrontar a formação destes Sargentos com a formação dos Sargentos do Exército. Pretende-se assim, confrontar quatro grupos de militares quanto às suas formações e actuações na guerra, com particular ênfase nas componentes de combate e no que elas contêm de técnica e de arte.

Neste período e nesta Escola formaram-se dezanove Oficiais que vieram a comandar Companhias Pára-Quedistas, dez dos quais vieram ainda a comandar Batalhões de tropas da mesma especialidade, mas já apreciados no ponto anterior, razão pela qual aqui só se apreciam nove Oficiais, três de Infantaria, quatro de Artilharia e dois de Cavalaria.

Os Oficiais Pára-Quedistas eram oriundos do Exército, de qualquer das suas armas combatentes, pelo que tinham a mesma formação dos seus camaradas da mesma Arma. Quando se ofereciam para exercer funções naquelas tropas de elite ingressavam no seu quadro específico, mas não deixavam de pertencer ao seu «quadro de origem» ou seja, ao Exército. Pertenciam assim, a dois quadros em simultâneo.

Todos estes Oficiais entraram directamente na Escola do Exército, um em 1953, dois em 1954, três em 1955, dois em 1957 e um em 1958. Um efectuou os estudos secundários no CM e os restantes oito nos liceus. No que respeita aos estudos preparatórios, todos os efectuaram na Escola do Exército.

As origens geográficas continuaram significativamente dispersas, sendo cada Oficial de seu concelho: Benguela, Coimbra, Albergaria-a-velha, Olhão, Fundão, Abrantes, Castelo Branco, Arraiolos e Lisboa.

O curso para a promoção a Capitão foi frequentado apenas por um destes Oficiais, o que significa que os outros sete comandaram Companhias especiais, tropas de elite, sem aquele curso. Isto é inequívoco, porque li todos os processos, com a devida autorização do Tenente-General competente, o Comandante do Governo Militar de Lisboa, o qual,

embora tendo de imediato deferido o pedido, que para o efeito lhe dirigi, mandou informar-me que pretendia ter uma entrevista com o objectivo de falar sobre a matéria da investigação. Essa entrevista realizou-se no seu gabinete, antes da consulta dos processos. Durante as cerca de duas horas que a mesma demorou, expus ao Tenente-General o meu objectivo, sendo claro que nos processos apenas pretendia saber se o Oficial, titular do mesmo, tinha e quando, frequentado os cursos.

O Tenente-General Comandante do Governo Militar de Lisboa disse não só estar disposto a ajudar, como considerava o estudo de grande importância para o próprio Exército, pelo que fiquei autorizado a efectuar a consulta, na qual fui auxiliado por dois militares que prestam serviço na competente Repartição.

A não frequências do curso de Capitão, facto que era do meu total desconhecimento, muito embora tivesse trabalhado e conheça a quase totalidade dos Oficiais em causa, só revela a pouca contribuição destes cursos para a formação da capacidade profissional das pessoas a quem se dirigia. O que afirmo, suporta-se no saber que alguns destes Oficiais são do que melhor passou pelas Tropas Pára-Quedistas logo, e mais uma vez se conclui, que a formação militar deteve um contributo muito pequeno no contexto da formação global das elites, neste caso dos Capitães. Continuo a considerar que os cursos constituíam uma norma requerida para a promoção, já que o eventual conhecimento ali adquirido podia ser obtido pela rotina nomeadamente, quando o Oficial estava numa Companhia em funções que não de Comandante e se inseria progressivamente nas áreas de comando, dispensando assim, os conhecimentos que eventualmente adquirisse no curso.

Quanto às origens sociais, obtiveram-se informações sobre todos estes Oficiais. A melhor obtenção dos elementos deve-se a um contínuo aperfeiçoamento dos processos existentes na Academia Militar. Se, no início do século, a informação requerida e pertinente, não constava dos processos individuais, nesta fase a certidão de nascimento está sempre presente, a não ser que haja alguma anomalia ou facto específico que altere a normalidade. Os pais destes nove Oficiais tinham as seguintes profissões: três eram Proprietários, dois Comerciantes, dois Ferroviários, um Advogado e um já tinha falecido quando o filho nasceu, pelo que na certidão de nascimento não consta a profissão do pai, mas sim a palavra «falecido». Das mães, uma era Professora e as restantes Domésticas.

É relevante afirmar que a profissão Comerciante se refere a pequenos comerciantes, como me foi assegurado por vários dos entrevistados. Como se compreende, e porque os entrevistados e eu próprio conhecemos todos estes Oficiais, as entrevistas decorriam com referências aos nomes e às situações de cada um, o que permitia considerar especificamente qual era o tipo grau do comércio em causa.

Outra conclusão se não pode extrair que não seja a de que todos estes homens pertenciam à classe média e média baixa, como de resto todos os Oficiais até agora considerados.

5.5 – A Academia Militar de 1959 ao Fim do Período em Investigação

A Academia Militar foi criada em 1959⁶⁹, para substituir a Escola do Exército, continuou, como a sua antecessora, a ter a tarefa de formar Oficiais do Quadro Permanente para as Armas e para os Serviços do Exército.

No preâmbulo aos citados Decretos-lei, que criaram a Academia Militar, pode ler-se: “As alterações da última guerra, a experiência dos quase vinte anos passados e a profunda evolução sofrida durante este lapso de tempo, quer no âmbito militar, quer nos campos social e económico, aconselham a introdução de novos e importantes conceitos basilares na organização do nosso estabelecimento de ensino militar, incumbido da importante missão de formar oficiais do quadro permanente, bem como nos cursos nele professados.

Um dos aspectos mais salientes é, sem dúvida, a necessidade de unificar, tanto quanto possível, a preparação dos oficiais dos três ramos das forças armadas e estabelecer entre eles uma estreita camaradagem. Assim, dentro de um plano mais vasto, que ultrapassa as presentes disposições, o Governo tem em vista fazer, no futuro, a preparação dos oficiais dos três ramos das forças armadas num único agrupamento de estabelecimentos de ensino.

(...) Nestes diplomas são tomados em consideração não só os factores inalteráveis, que de longa data sempre têm dominado o problema vital da preparação dos quadros

⁶⁹ Decretos-Leis n.ºs 42.151 e 42.152, de 12 de Fevereiro (OE, 1959).

permanentes das forças armadas, mas também as presentes da época actual e do caminho previsível da sua evolução.”

A última frase, aliada ao conhecimento já obtido, sobre a evolução dos movimentos emancipalistas, os quais como veio a acontecer, derivaram e provocaram a Guerra de África, demonstra que a Academia Militar e os respectivos currículos de formação de Oficiais tinham como pressuposto a preparação do Corpo de Oficiais para aquela Guerra. Segue uma breve referência aos princípios fundamentais a que se subordinou a legislação.

“A preparação dos quadros permanentes das forças armadas reveste hoje importância capital e pode afirmar-se que elas valem o que valem esses quadros. (...)

As exigências de ordem moral, indispensáveis à formação de um elevado espírito militar no futuro oficial, são a garantia de uma plena obediência às decisões dos chefes, de um espírito de sacrifício que leve ao esquecimento de si próprio, em todas as vicissitudes, e de firmeza e coragem essenciais à carreira das armas, mormente em face das imposições, cada vez maiores, da guerra moderna.

Os requisitos de ordem física surgem não apenas como uma necessidade para assegurar a resistência individual às incomodidades e cansaças da vida de campanha, mas ainda como um meio de o oficial se impor aos subordinados perante as dificuldades e os esforços do combate.”

Esta nova reforma, na qual foram formados todos os Capitães de 1974 e um elevado número de Majores, preocupa-se com a formação de um elevado espírito militar. Contudo, o legislador entendeu a expressão “espírito militar” como sinónimo de obediência, sacrifício, firmeza e coragem. Quanto à formação física, o legislador entendeu-a como necessária para suportar a vida de campanha e para que o Oficial se pudesse impor aos subordinados perante as dificuldades e os esforços do combate.

De acordo com os princípios gerais expostos, a nova legislação prescrevia, em resumo, o seguinte: o Curso Geral Preparatório passou a constituir o 1.º ano comum a todos os cursos, com o que se pretendia uma maior coesão entre as armas e os serviços, entre o Exército e a Força Aérea, e, no futuro, na medida em que poderia ser exequível, estender-se aos três ramos das forças armadas, o que nunca veio a acontecer; o Curso de

Administração Militar passou a ter a mesma duração que os cursos das armas e a preparar oficiais para o Exército e para a Força Aérea; o Curso Complementar de Artilharia foi eliminado.

Todos os cursos tinham a duração de 4 anos na Academia, seguidos do tirocínio de um ano nas respectivas Escolas Práticas, sendo a última parte do 4.º ano destinada a um estágio interforças armadas. Isto era para o que a lei apontava, porque na prática, os Oficiais surgem promovidos a Alferes três anos após o seu ingresso na Academia, o que permite concluir, que à semelhança do que aconteceu durante a I Guerra Mundial, os currículos foram aligeirados e reduzidos de 5 anos (incluindo o ano de tirocínio nas Escolas Práticas) para apenas 3 anos, incluindo o citado tirocínio.

Estes cursos são, para todos os efeitos legais, considerados cursos superiores. Se assim era no texto da lei, a qual determinava que os cursos eram de 5 anos, assim continuou a ser quando os cursos passaram a ser de 3 anos. Neste contexto, os militares passam a ser licenciados com um curso de 3 anos. Situação única no país.

“As disposições contidas nos diplomas que criam a Academia Militar, nunca foram aplicados na sua totalidade. Foram sendo publicadas sucessivas alterações, tendo em vista aumentar o número de candidatos em face da carência manifesta de subalternos do quadro permanente das Armas combatentes para satisfazer as necessidades criadas pela mobilização.

Aquelas alterações incidiram, sobretudo, na duração dos cursos, nas condições de aproveitamento e na admissão de Oficiais milicianos nos cursos da Academia. Tais alterações foram oferecendo sucessivas facilidades aos contingentes de possíveis candidatos, facilidades essas que nem contribuíram para um melhor nível de recrutamento, nem sequer para um maior número de concorrentes” (EME, B, 1988: 315).

São os próprios e competentes serviços do EME que acentuam, se é que não questionam, a duração dos cursos e as condições de aproveitamento, para concluir que as facilidades não contribuíram para um melhor nível de recrutamento, o que significa que o próprio EME coloca com certa ênfase a importância do recrutamento, o mesmo é dizer da vocação, ponto em que estou completamente de acordo.

A dúvida que, entretanto, se criou quanto à duração destes cursos, levou-me a voltar à Academia Militar e consultar vária documentação, com a qual confirmei que efectivamente os cursos nunca foram de 5 anos, ou seja, o novo currículo não chegou a ser implementado.

“Seguiu-se o critério de procurar candidatos principalmente entre a juventude do 7.º ano dos liceus e não se ofereceram aos Oficiais milicianos, cuja experiência de campanha tinha despertado a sua vocação militar e em não poucos entusiasmo até, pela carreira das armas, condições que a grande maioria considerasse suficientemente aliciante. Assim se perderam vocações válidas. Entretanto, continuava a diminuir a concorrência à Academia Militar, ao mesmo tempo que entre os Oficiais milicianos, que haviam aceitado as condições de ingresso na Academia, crescia um certo desencanto pela situação existente” (EME, B, 1988: 316). “A dispensa do 1.º ciclo do Curso de Oficiais Milicianos suprimiu a única oportunidade de o candidato testar, previamente, a sua vocação militar” (EME, B, 1988: 308).

Mais uma vez estou completamente de acordo com a frase oficial citada, da qual se depreende a relevância atribuída á vocação, cuja falta terá determinado o desempenho e comportamento dos Capitães e Majores durante a Guerra de África e durante os anos de 1974 e 1975. À falta de vocação, há a adicionar o convívio prolongado dos Cadetes em ambiente militar. Desta conjugação de factos resultou, não o «espírito militar» que se pretendia, mas o «espírito de corpo» que foi padrão das reivindicações e do desempenho não concordante com a doutrina.

Também é inegável, que esta nova doutrina de formação, que se preocupou com a educação intelectual do futuro Oficial, está expressa no Código do Cadete, onde se privilegia a distinção do cavalheiro através das palavras orgulhoso, corpo, farda, cavalheiresco, honesto, confiança, camaradagem e virtude, quando o que se pretendia era formar bons combatentes, para uma Guerra que já se anunciava. Este equívoco de formação trouxe consequências marcantes para a vida de todos os portugueses. Diz o Código de Honra do Cadete da Academia Militar:

“1. O cadete da Academia Militar é orgulhoso e feliz da sua vocação militar, considerando como suprema honra a carreira das armas que escolheu.

2. O cadete da Academia Militar respeita e prestigia o corpo a que pertence, procurando colocar-se ao nível das suas tradições educativas, por uma constante fidelidade no cumprimento do dever.
3. O cadete da Academia Militar aceita, defende e impõe a si próprio a mais rigorosa disciplina militar.
4. O cadete da Academia Militar veste com o maior garbo a sua farda e apresenta-se sempre em público de modo a impor-se à consideração daqueles que o rodeiam, pela dignidade do seu porte.
5. O cadete da Academia Militar é sempre delicado na manifestação dos sentimentos, cavalheiresco e urbano no trato social, sem deixar nunca de ser firme nas suas convicções, austero e sóbrio na sua conduta.
6. O cadete da Academia Militar é irrepreensivelmente honesto em todos os actos da sua vida, não faltando jamais à verdade nem procurando obter por meios condenáveis aquilo a que não tem direito ou que não pode conseguir à custa do seu próprio esforço.
7. O cadete da Academia Militar vê no seu chefe um educador e um amigo; por isso deposita nele inabalável confiança, distingue-o com provas de lealdade e de respeito e obedece-lhe com entusiástica prontidão, mesmo com sacrifício dos seus próprios interesses.
8. O cadete da Academia Militar manifesta para com todos os seus companheiros uma camaradagem sólida e viril, estando sempre disposto a ajudar os que precisam dele, mas recusando intransigentemente colaborar em quaisquer acções contrárias à honra ou à disciplina militar.
9. O cadete da Academia Militar ama devotadamente a Pátria Portuguesa e forja os seus ideais no culto dos grandes valores humanos e cristãos que a encheram de glória no passado.

10. O cadete da Academia Militar procura revelar-se em todas as circunstâncias pelas normas da virtude, sabendo que nunca poderá ser bom como soldado se não for também perfeito como homem.”⁷⁰

O Curso de Infantaria passou a ser constituído pelas seguintes cadeiras anuais: Matemáticas Gerais; Curso Geral de Física; Elementos de Física Atómica (semestral); Geometria Descritiva; Curso Geral de Desenho; Elementos de Química e Explosivos (semestral); Introdução às Ciências Sociais (semestral); Deontologia Militar (três semestres); Higiene Militar (semestral); Topografia; História e Geografia Militares; Estudos Ultramarinos; Psicologia, Pedagogia e Arte de Comandar (semestral); Organização Militar, Tática Geral, Logística e Elementos de Estratégia (semestral); Organização, Tática e Serviços de Infantaria (três semestres); Organização do Terreno, Vias de Comunicação, Destruições; Transmissões e Elementos de Electrónica; Armamento, Viaturas Blindadas e Tiro (três semestres); e Motores e Material Automóvel.

No entanto, a afirmação de que os cursos eram considerados como cursos superiores, isto é, licenciaturas, não estará isenta da contribuição para algum conflito de formações, por sua vez, a base das divergências que alguns autores justificam em razões de origem social, as quais, como abundantemente se provei, não se verificaram.

Considerando os dois currículos mais relevantes, pelo número de Oficiais neles formados, pode afirmar-se, que o da Escola do Exército de 1938, que formou a maioria das elites, conduzia ao valor militar e o da Academia Militar de 1959, que formou os Capitães de 1974, conduzia à presunção intelectual. Este último currículo conduziu a que os militares nele formados apresentassem sérias diferenças relativamente aos seus antecessores, tais como: aumentaram o espírito de corpo, diminuíram o espírito militar, reduziram o empenho e a eficiência e aumentaram o espírito reivindicativo. Pode, em termos de conclusão afirmar-se, que originou um conflito de formações.

Neste período e na Academia Militar formaram-se trinta e sete Oficiais que vieram a comandar Companhias Para-Quedistas, trinta e dois de Infantaria, dois de Artilharia e três de Cavalaria. Os Oficiais de Artilharia ingressaram na Academia em 1960, um passou à reserva com a patente de Major-General e o outro em Coronel. Dos três

⁷⁰ Anuário da Academia Militar, 1958 - 1959, p. 110.

Oficiais de Cavalaria, dois ingressaram na Academia com o posto de Capitão miliciano em 1971 e o outro, também Capitão miliciano em 1973. Dos trinta e dois «Infantes», vinte e oito ingressaram na Academia directamente, dois como Tenentes milicianos e outros dois como Alferes milicianos.

Todos estes trinta e sete Oficiais efectuaram o ensino secundário nos liceus, nenhum era oriundo do CM e todos eles frequentaram os estudos preparatórios na Academia Militar. Resulta desta facticidade uma extrema igualdade quanto à formação base, a qual não impediu que o desempenho destes homens variasse entre o excepcional e o mau.

As origens geográficas continuaram significativamente dispersas, três Oficiais eram de Bragança, dois de Abrantes, dois de Bissau, dois de Lisboa, dois de Mangualde, dois de Ponta Delgada, dois do Porto e um de cada um dos seguintes Concelhos: Albergaria a Velha, Arouca, Aveiro, Cabo Verde, Castro de Aires, Fundão, Góis, Lourenço Marques, Loulé, Montemor-o-Novo, Mourão, Oeiras, Oleiros, Penafiel, Sabugal, Santiago do Cacém, Torres Novas, Vila Fresca do Campo, Vila Nova de Ourém, Vila Pouca de Aguiar, Vila Real e Vinhais.

Nenhum destes trinta e sete Oficiais frequentou o curso de Capitão, o que impõe uma de duas conclusões, ou este curso se constitui apenas conquanto uma rotina de insignificante resultado prático, ou estes homens exerceram o comando de tropas de elite em campanha, sem a qualificação apropriada. Não acompanho a última hipótese, por ser do meu conhecimento, como de resto já acentuei, que existiram Capitães de muito valor, o que determina que se conclua pela ineficácia do curso quanto à administração de capacidades, logo, era apenas uma rotina.

Quanto às origens sociais, obtiveram-se as profissões de trinta e cinco pais e de trinta e seis mães. Os elementos em falta correspondem a dois Oficiais que, por serem milicianos, não fizeram entrega da certidão de nascimento na Academia Militar e de não nos ter sido possível localizá-los para lhes solicitar estes elementos, como fiz com os restantes. Os pais dos trinta e cinco Oficiais tinham as seguintes profissões: seis eram Comerciantes, cinco Proprietários, quatro Sargentos, três Agricultores, dois Empregados Comerciais, dois Soldados da Guarda Fiscal, dois Soldados da GNR, um Bombeiro, um Enfermeiro, um Ferrador, um Funcionário Público, um Industrial, um Marceneiro, um Oficial, um Operário Fabril, um Pasteleiro, um Polícia de Segurança Pública e um

Serralheiro. As mães quatro eram Professoras, uma Costureira, uma Proprietária e as restantes Domésticas. Os elementos recolhidos revelam que os Capitães Pára-Quedistas, nos últimos tempos da guerra e a 25 de Abril de 1974, eram provenientes da classe média-baixa.

Os múltiplos autores que se têm debruçado sobre a temática afirmam que as motivações dos Capitães de Abril estavam na sua origem social, facto totalmente recusável, se atendermos às origens dos Capitães Pára-Quedistas, os quais, como é historicamente conhecido, não quiseram participar e não participaram no evento desse dia. Para esta não participação, apontam os próprios, variadas justificações, todas elas pouco credíveis, porque não convergem umas com outras.

5.6 – O Percorso Profissional do Corpo de Oficiais

Para melhor analisar o percurso profissional dos Oficiais estudados, os quais ingressaram na Escola Militar entre 1900 e 1970, dividi o período em estudo em intervalos, cujo número de anos de manutenção em cada classe, Subalerno, Capitão e Oficial Superior, foi relativamente homogéneo.

O número de anos em que cada Oficial permaneceu na mesma classe não foi sempre igual em todas as Armas combatentes. Contudo, as diferenças não eram grandes e para os Oficiais que ingressaram na Escola Militar a partir de 1953, os tempos passaram a ser iguais em todas as Armas. Face à semelhança e depois igualdade, entre os tempos que os Oficiais, independentemente da Arma, permaneciam na mesma classe, apresento somente os valores referentes à Arma de Infantaria, por ser a mais significativa em termos de Oficiais envolvidos. São estes valores que constam da tabela 8.

Como se pode observar na tabela 8, o número de anos que os Oficiais permaneciam nos postos subalternos, isto é, de Alferes e Tenente, os únicos em que o contacto com as Praças é constante e que sobre elas exercem um comando directo, veio a diminuir desde os anos da I Guerra Mundial, quando era de 13 anos, até quase deixar de existir nos últimos anos da Guerra de África, em que era somente de 3.

Esta lógica teve necessariamente consequências ao nível da formação dos Capitães, que chegavam ao posto sem que verdadeiramente tivessem adquirido experiência no

contacto e no comando de homens na frente de combate. Os postos subalternos foram progressivamente ocupados por Oficiais milicianos, que não tendo uma formação superior, foram adquirindo experiência de Guerra e de comando de homens. Quando promovidos a Capitães teriam, com toda a naturalidade, que conflitar com os seus camaradas do quadro, aos quais não reconheciam superioridade profissional, mas tão só orgânica. Ao nível da classe de Capitães, a situação tem-se mantido relativamente constante, pelo que pouco haverá a dizer sobre ela.

Tabela 8: Anos de permanência dos Oficiais em cada uma das classes

Intervalos de Ingresso na E. M.	Anos de Permanência nas Classes			Tempo em Postos de: (%)	
	Subalterno	Capitão	Of. Superior	Combate	Comando
1900 a 1915	7	17	11	69	31
1916 a 1919	13	11	11	69	31
1920 a 1933	12	8	12	63	37
1934 a 1935	9	8	14	55	45
1936 a 1940	7	8	15	50	50
1941 a 1945	6	10	15	52	48
1946 a 1947	6	11	14	55	45
1948 a 1949	6	12	11	62	38
1950 a 1952	5	11	14	53	47
1953 a 1956	5	8	19	41	59
1957 a 1964	4	7	21	34	66
1965 a 1970	3	8	18	38	62

Fonte: Quadros elaborados no âmbito da pesquisa com base nos percursos profissionais de cada um dos 734 Oficiais estudados.

A diminuição dos tempos de permanência nos postos subalternos foi sendo compensada pelos aumentos dos tempos nos postos superiores. Esta alteração na estrutura do Oficialato inverteu a pirâmide profissional, a tal ponto que durante a Guerra de África os Oficiais passaram a permanecer nos postos de Altos Comandos cerca de 2/3 do seu tempo de serviço efectivo, invertendo-se a pirâmide relativamente aos tempos da Primeira Guerra Mundial.

Tabela 9: Períodos em que se formaram as elites e comandos que exerceram.

Estabelecimento	Entrada na Escola	Arma	Gene rais.	Agrupa mento	Bata lhão	Compa nhia	Funções Totais
Escola do Exército 1.º Currículo	de 1897 a 1910	E	2				2
		I	14				14
		A	5				5
		C	5				5
	Subtotal		26				26
Escola de Guerra 2.º Currículo	de 1911 a 1915	E					
		I	11				11
		A	9				9
		C	2				2
	Subtotal		22				22
Escola de Guerra Adaptação 3.º Currículo	de 1916 a 1918	E	2				2
		I	13				13
		A	6				6
		C	2				2
	Subtotal		23				23
Escola Militar 4.º Currículo	de 1919 a 1925	E	3				3
		I	5	1			6
		A	4	1			5
		C	6	1	1		8
	Subtotal		18	3	1		22
Escola Militar Adaptação 5.º Currículo	de 1926 a 1929	E	5	1			6
		I	7	4			11
		A	3	2	1		6
		C	2	1	1		4
	Subtotal		17	8	2		27
Escola Militar Adaptação 6.º Currículo	de 1930 a 1937	E	6	6			12
		I	16	28	10		54
		A	8	17	22		47
		C	4	2	11		17
	Subtotal		34	53	43		130
Escola do Exército 7.º Currículo	de 1938 a 1947	E	2	2			4
		I	3	25	243		271
		A	1	8	50		59
		C	2	3	64		69
	Subtotal		8	38	357		403
Escola do Exército Adaptação 8.º Currículo	de 1948 a 1958	E					
		I		1	38	9	48
		A			34	5	39
		C		1	8	3	12
	Subtotal			2	83	19	104
Academia Militar 9.º Currículo	de 1959 até ao fim	E					
		I				32	32
		A				2	2
	Subtotal				3	3	3
Escola Central de Sargentos	Subtotal	SGM				6	6
		SGS				2	2
	Subtotal					8	8
	Total		148	104	486	64	802

Fonte: Listas com o currículo de cada Oficial, elaboradas no âmbito da pesquisa.

Tabela 10: Elites que exerceram mais do que um Comando/função.

Entrada na Escola	Arma	Gene rais	Agrupa mento	Bata lhão	Compa nhia	Repetições Totais	
De a 1919	E						
	I						
	A						
	C	1	1			1	
Subtotal		1	1			1	
De a 1926	E						
	I	2	2			2	
	A	1	1			1	
	C	1	1			1	
Subtotal		4	4			4	
De a 1930	E	2	2			2	
	I	8	8	2	2	10	
	A	6	4	2	2	4	
	C	1	1			1	
	Subtotal	18	15	2	4	7	22
De a 1937	E						
	I	1	1	1		2	
	I	1	1			1	
	I	1		1		1	
	I		17	17		17	
	A	1	1	4	4	5	
	C	1			1	1	
	C			1	1	1	
Subtotal	6	2	2	22	26	30	
De a 1947	E						
	I				6	6	
	A				1	1	
	C			1	1	2	
Subtotal			1	1	10	10	
De a 1958	SAM				2	2	
	Subtotal			1	1	11	
Total		29	22*4*27	34	10	10	68

Fonte: Listas com o currículo de cada Oficial, elaboradas no âmbito da pesquisa.

Legenda das tabelas 9 e 10: E: Engenharia; I: Infantaria; A: Artilharia; C: Cavalaria; SAM: Serviços de Administração Militar; SGM: Serviço Geral Pára-Quedista, oriundo de Miliciano; SGS: Serviço Geral Pára-Quedista, oriundo de Sargento.

5.8 – A Escola Central de Sargentos

A Escola Central de Sargentos formava Oficiais do Quadro de Serviço Geral. Tinham acesso a esta Escola e a esta carreira os Primeiros Sargentos e os Oficiais milicianos. Os

militares formados nesta Escola e integrando este quadro tinham como limite de carreira o posto de Tenente-Coronel e não exerciam o comando de tropas combatentes. As suas funções limitavam-se aos serviços de apoio, mas, por isso mesmo, era frequente e desejável que comandassem as Companhias de Serviços, das quais existia uma por cada Batalhão.

Os Oficiais do Serviço Geral não devem ser considerados como elites, porque não exerciam funções de Comando ou Direcção. Todavia, justifica-se aqui a inclusão deste ponto por oito Oficiais formados nesta Escola terem exercido comando de Companhias Pára-Quedistas, ou seja, comandaram tropas combatentes. Por este motivo, considera-se relevante equacionar a capacidade de comando de unidades de combate que estes Oficiais possuíam e, deste modo, poder melhor avaliar o verdadeiro contributo da formação militar para a capacidade de comando de unidades de combate.

Estes Oficiais integravam o chamado Quadro do Serviço Geral Pára-Quedista (QSGP), um quadro específico destas tropas. Todavia, a sua formação era igual à dos seus camaradas do Exército, pois o curso era idêntico, frequentado na mesma Escola e pertenciam às mesmas turmas. Só se analisaram oito Oficiais deste quadro, embora o seu número fosse muito superior, porque só estes comandaram Companhias operacionais. Os outros exerceram funções como os seus camaradas do Exército, limitando-se aos serviços de apoio e ao comando de Companhias de Serviços.

Estes oito Oficiais tinham uma formação substancialmente diferente entre eles, razão que motiva a subdivisão deste grupo em outros três: dois dos Oficiais eram oriundos da classe de Sargento, os outros seis de milicianos e, dentre estes, três frequentaram a Escola e os outros três não. Incluem-se neste sub-capítulo os três Oficiais que não frequentaram a Escola Central de Sargentos, porque eles integravam o quadro que tinha origem naquela Escola embora, como já se disse, a não tenham frequentado.

Pela sua relevância na investigação, explicitar-se-á a formação destes homens, para o que obtive autorização dos próprios. João de Bessa, um dos Capitães oriundos da classe de Sargento, pelo que pertence ao QSGP, actualmente Tenente-Coronel na reforma, comandou a Companhia de Caçadores Pára-Quedistas n.º 122 (CCP 122) na Guiné. Foi sob o seu comando que se realizou a operação «Jove», que teve lugar entre os dias 16 e 19 de Novembro de 1969, durante a qual foi aprisionado o Capitão cubano Pedro

Rodriguez Peralta. O rigor que se pretende aqui obter determina que se transcreva parte do relatório desta operação.

“Pela primeira vez no território guineense era capturado um dos muitos militares estrangeiros que sob o rótulo de «conselheiros militares» participavam na luta armada ao lado dos guerrilheiros do PAIGC. Esse feito pertenceu às tropas da CCP 122 comandada pelo Capitão João de Bessa.

A operação «Jove» tinha sido cuidadosamente preparada. Uma vez mais, os pára-quedistas iam actuar no «corredor do Guileje», procurando através de uma emboscada aniquilar um grupo inimigo que estava operando, no interior do território, as rampas de foguetões de 122 mm e cuja saída para a República da Guiné se apresentava como muito provável na data escolhida para a emboscada. A CCP 121 comandada pelo Capitão Silva Pinto e a CCP 122 comandada pelo Capitão Bessa, saíram de Bissau nos dias 16 e 17 de Novembro com destino a Aldeia Formosa. (...).

Pelas 05H00⁷¹ do dia 18 a progressão começou num troço de mata cerradíssimo, o que dificultava extraordinariamente a sua marcha. Quinhentos metros antes de atingirem a picada onde seria montada a emboscada, os homens do 3.º grupo de combate da CCP 122 fizeram um alto⁷². Entretanto, a CCP 121 já se tinha instalado 2 quilómetros atrás, emboscando o trilho aberto pelas nossas tropas. Pelas 08H30, os 1.º e 2.º grupos de combate da CCP 122 atingiram a zona da emboscada. Um pequeno grupo de elementos escolhidos, constituído pelo capitão Bessa, sargentos Neves Pereira, Mota e Valentim Gomes, primeiros-cabos Regageles, Carvalho e Rodrigues e, ainda, pelo Soldado Doce, desceram à berma da picada, a fim de estudarem o local mais propício à emboscada. (...) O capitão Bessa fez sinal de fogo ao apontador da MG-42⁷³, primeiro-cabo Regageles. A primeira rajada abateu o guerrilheiro negro e feriu gravemente o branco que o acompanhava. Consumada a sua captura, veio a saber-se que se chamava Pedro Rodriguez Peralta e era capitão do Exército cubano” (CTP, 1987: 169).

Esta transcrição de um documento oficial sobre uma operação planeada pelo Comandante do Batalhão, Tenente-Coronel Pára-Quedista Fausto Pereira Marques,

⁷¹ 5 horas e 0 minutos.

⁷² Significa que o Comandante que segue na frente mandou parar, por motivos que considerou pertinentes.

⁷³ Metralhadora ligeira de fabrico alemão.

actualmente Tenente-General na reserva, revela com toda a clarividência, o quanto o factor humano se sobrepôs à formação militar. Como se viu, a operação envolveu duas Companhias, uma comandada por um Capitão oriundo de Sargento e a outra comandada por um Capitão oriundo da Academia Militar, para onde entrara em 1962, José Manuel da Silva Pinto. No entanto, a Companhia de Silva Pinto ficou a uns confortáveis 2,5 quilómetros de distância, enquanto o Capitão oriundo de Sargento, avançou para o objectivo. O facto é ainda revelador, de outras razões que se podem já adiantar, a maior confiança que o Comandante do Batalhão depositava em Bessa, relativamente a Silva Pinto, a qual se veio plenamente a justificar.

A questão da confiança constitui o ponto central da actuação dos homens em combate. Conheço muito bem este raciocínio, já que, no difícil ano de 1973, sempre que a minha Companhia entrava em zonas de combate iminente, eram sempre colocadas na posição de maior risco as tropas comandadas pelo Sargento Rebocho. Os argumentos eram variados e sempre diferentes, mas as conclusões eram sempre as mesmas e motivadas por razões de confiança. Este conhecimento, que tanto senti física e moralmente, não me permite dúvidas: Fausto Marques mandou avançar João de Bessa e não Silva Pinto, por razões de confiança nas suas capacidades de combate.

O relatório é igualmente sintomático quanto ao facto de os homens que avançaram terem sido “escolhidos”, um pequeno grupo formado pelo Capitão, três Sargentos, três Cabos e um Soldado. Os Alferes milicianos não avançaram e o Oficial da Academia ficou a uma distância prudente. Na execução da que foi uma das operações tecnicamente mais difíceis, não estive a «mão» do saber saber, mas do saber fazer. Não designo esta operação como a mais difícil do ponto de vista técnico, por ter conhecimento de outras de igual complexidade e, também, por o próprio Bessa ter manifestado a preferência em considerar a operação «uma das mais difíceis e não a mais difícil».⁷⁴

Entrevistei assim João de Bessa, sobre este assunto, que aliás já conhecia, até porque os Sargentos Neves Pereira e Mota foram os monitores do curso de Sargentos que frequentei, em 1970, já que os cursos de promoção eram ministrados pelos melhores Sargentos, o que significa que estes dois não estiveram naquela operação por acaso. O Cabo Regageles foi meu colega nesse mesmo curso e seguimos para a Guiné no mesmo

⁷⁴ Em entrevista, no dia 04/08/2002, no âmbito da presente investigação.

dia, 8 de Maio de 1972, ele pela segunda vez. Nos tempos difíceis de 1973, o Comandante do Batalhão, «o grande» Tenente-Coronel Araújo e Sá, determinou que os limitados “stocks” de certas munições e granadas existentes no paiol do Batalhão, ficassem reservadas aos Sargentos Rebocho e Regageles, ou seja, este Regageles, hoje Sargento-Mor na reforma, o que prova que os homens que intervieram naquela operação não só foram escolhidos, como altamente escolhidos, escolha que não incluiu o Capitão da Academia, nem os Alferes milicianos. Como claramente se evidencia. O mínimo que se pode dizer — é que se tratou de uma «operação de Sargento».

Sobre os Capitães oriundos de milicianos, três dos quais não frequentaram curso algum para ingressarem no quadro, conforme informação do Tenente-Coronel João Manuel de Lemos Rosa Costa, um dos três, que relatou em entrevista, a situação nos seguintes termos: “eu era Aspirante miliciano dos Serviços de Contabilidade da Força Aérea, ofereci-me para os Pára-Quedistas, mas, antes de começar a especialidade de combate teve início a Guerra em Angola, pelo que fui mobilizado sem qualquer formação de combate. Era Comandante dos Pára-Quedistas em Angola, o Tenente-Coronel Alcino Ribeiro, o qual elaborou uma informação dirigida ao então Secretário de Estado da Aeronáutica, Kaulza Oliveira de Arriaga, no sentido de eu ir frequentar a Academia Militar e ingressar no quadro. O Secretário de Estado da Aeronáutica exarou um despacho determinando o meu ingresso, e o de mais dois Alferes milicianos, directamente no quadro, o que aconteceu”. O então Alferes e os seus dois camaradas ingressaram então no QSGP.

Verifica-se assim, que três homens ascenderam à posição de Oficiais Pára-Quedistas sem qualquer formação militar de combate. Contudo, a qualidade do seu desempenho motivou os Comandos Superiores a integrá-los directamente no quadro. Não é possível extrair outra conclusão que não seja a superior valorização do homem sobre a formação militar.

Não conheci Lemos Costa na Guerra de África, mas conheci-o na instrução de tiro, de que foi campeão nacional, e guardo dele boa impressão. Contactei, contudo, vários Sargentos, porque são estes e os seus Soldados quem sente na «pele» a competência ou incompetência dos Capitães e todos me deram boas informações de Lemos Costa. Este é, assim, um caso paradigmático, da relevância do homem sobre todas as outras

componentes adestrantes das capacidades de combate: estamos perante um bom Oficial, sem qualquer formação, específica de combate.

Entre os três Capitães oriundos de milicianos e todos eles dos Serviços Técnicos de Manutenção de Material Terrestre, da Força Aérea, os quais frequentaram a Escola Central de Sargentos e ingressaram no QSGP, todos entrevistados, refiro João da Luz Palma, que conheci quando em 1971, pouco depois de ter sido promovido a Furriel fui nomeado para monitor de um curso de Cabos Pára-Quedistas e Luz Palma, então Tenente, foi o Director desse curso. Guardo dele a imagem de homem sério e competente, mas não privei com ele na Guerra de África, pelo que procurei obter informações junto de vários Sargentos. Todos eles deram as melhores, das quais destaco a afirmação do Sargento-Mor Mário Gansinho: “o Palma foi o meu melhor Comandante de Companhia na Guerra” e rematando, fala para si próprio, acrescenta: “o «ti» Palma, grande homem”.

São as recordações, dos bons e maus momentos, da camaradagem e da sua falta, que levam os meus entrevistados por vezes a falarem sozinhos, como se estivessem a viver os tempos que não esquecem. Sobre estes homens de elevada capacidade há que considerar que tinham o curso liceal, como os da Academia, revelaram valor operacional, razão porque continuaram como militares após terminarem a sua primeira comissão no Ultramar, como milicianos, e frequentaram o curso de Oficial na Escola Central de Sargentos, com a duração de dois anos, tendo todos eles frequentado depois o curso de Capitão.

O curso da Academia era de 3 anos, incluindo o tirocínio na Escola Prática, o que sugere que a formação destes dois grupos de Oficiais era semelhante, verificando-se o desequilíbrio na qualidade do desempenho, pelas qualidades e pelas vocações dos homens. No entanto, estava criado um elitismo, em torno da Academia Militar, que obrigava a remeter homens de valor para posições secundárias, só por não terem cursado aquela Academia.

Quanto à proveniência social deste grupo de oito Oficiais, apreciada pela profissão dos pais, verifica-se que são as seguintes: dois Agricultores, um Professor, um Oficial, um Solicitador, um Industrial, um Polícia de Segurança Pública e um desconhecido. As



mães, uma era Agricultora e as restantes Domésticas. Estes homens pertenciam à classe média ou média-baixa, como os seus camaradas da Academia.

Em termos de conclusão intercalar, temos que os Oficiais Pára-Quedistas, que comandaram Companhias destas tropas de elite, que são tropas de Infantaria, tinham as seguintes formações militares:

Oficiais da Academia: Cursos das Armas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia; e curso de Administração Militar.

Oficiais do SGPQ: Oriundos de Milicianos; oriundos de Sargentos; e sem qualquer formação inicial.

Oficiais Milicianos.

Para além destas oito formações verificava-se que, na prática, a maioria das operações eram comanda pelos Alferes milicianos, os quais, como se demonstrou, tinham apenas dois ciclos de formação de onze semanas cada um. Com esta verificação, não se pode iludir a verdade: capacidade de combate e de comando estava fundamentalmente na capacidade dos homens, isto é, nas suas características biológicas ou nas suas qualidades. A formação militar tinha a sua importância, mas mais como complemento do que como ponto fundamental.

Aliás, sobre este tema afirmou o Coronel Pára-Quedista Moura Calheiros, em entrevista: “a guerra que enfrentámos não tinha técnica nenhuma; aquilo era mais tiro menos tiro; os cursos não tinham importância nenhuma; para o tipo de guerra que enfrentámos, não precisávamos dos cursos para nada; a capacidade de combate dos graduados era uma consequência da vocação, ou das suas características, a formação militar tinha pouca importância.”

Sobre esta vocação que Calheiros considera a componente mais importante para o desempenho de um militar em combate, acrescenta: “no meu curso, em 1954, entrámos 160 Alunos para a Escola do Exército, dos quais, só podiam ficar 100, pois eram as vagas que existiam. No final do 1.º ano, foram eliminados 60. Este método de selecção, não resolve todos os problemas de falta de vocação, mas permite eliminar os casos mais desastrosos, impedindo-os de chegarem a Oficial.” E é por esta razão, acrescenta Calheiros, que havia Soldados melhores do que Sargentos e Sargentos melhores do que

Oficiais. E era assim, porque a base do desempenho está na vocação, que nem todos têm. O sistema que foi seguido, para formar Oficiais, foi um erro total. As elites militares foram mal escolhidas. Foi um disparate terem posto os Alferes a comandar Pelotões, deviam ter sido os Sargentos a comandá-los. E, para além dos Pelotões, deviam ter comandado Companhias. Havia Sargentos que eram, de certeza, melhores Capitães, do que muitos que lá estiveram. Qualquer Sargento fazia melhor comando de Companhia, do que a generalidade dos milicianos.

E continua o seu pensamento: “Eu, se fosse Ministro da Defesa, não formava assim os Oficiais; todos os mancebos começavam por Soldados, e só ia para a Academia quem tivesse vocação para a vida militar. Nós seguimos, quanto a mim erradamente, o critério dos conhecimentos literários, o que não tem importância nenhuma até Capitão. Para Oficial Superior e, sobretudo Oficial General, os conhecimentos de estratégia e a cultura geral são muito importantes, pois as decisões que têm que ser tomadas, nunca são só militares. O Oficial de Estado-Maior, mesmo que seja Capitão, já necessita de muitos conhecimentos técnicos, mas tem que ter passado pela «tarimba» dos combates ou do comando de tropas, porque de contrário será apenas um teórico”.

Acompanhando esta opinião, o Major-General Pára-Quedista Rafael Ferreira Durão afirmou, em entrevista, que “um bom Sargento engolia um Capitão médio”. Com esta frase, o homem que foi «Delfim» de Spínola e um grande Comandante militar, exprimiu claramente o seu pensamento, ou seja, na Guerra de África, todos os actos estavam condicionados pelo valor do homem.

Para o Major-General Pára-Quedista, Raúl François Ribeiro Carneiro Martins, “a nível do desempenho operacional no terreno, os conhecimentos técnico-tácticos requeridos eram simples e sumários, contribuindo com menos peso para a eficiência, do que as características pessoais do combatente, tais como coragem, rusticidade, capacidade de liderança e argúcia”, tal como me respondeu em entrevista.

Se era assim nas tropas de elite, em que a formação militar tinha um impacto muito reduzido, fácil é concluir-se de que na tropa de quadrícula este tipo de formação era pouco mais do que desprezível. Bastava que o Oficial tivesse conhecimentos de «uma meia dúzia de princípios», o resto resolvia-se no momento e nas condições que parecessem mais convenientes.

Não procuro obter um consenso neste aspecto, porque dificilmente se alcançará, mas é meu objectivo verificar empiricamente os dados e sujeitá-los a verificação, pelo que, e para além do que já referi, apresento no capítulo seguinte, uma descrição objectiva e factual da forma como a Guerra de África foi executada. A riqueza de exemplos, com os devidos pormenores, não deixará grandes dúvidas sobre as afirmações efectuadas.

5.9 – As Escolas Práticas

As Escolas Práticas tinham uma forte dependência técnica da respectiva Direcção da Arma ou Direcção de Serviços e desenvolviam as seguintes actividades principais: Tirocínio de Aspirantes a Oficial, saídos da Academia Militar; Cursos de promoção a Capitão do Quadro Permanente; Curso de promoção a Capitão do Quadro de Complemento; Cursos de especialização para Oficiais e Sargentos; Cursos de Oficiais Milicianos; Curso de Sargentos Milicianos (CSM); O Curso de Sargentos Milicianos de Infantaria, por ser mais numeroso, funcionava no Centro de Instrução de Sargentos Milicianos de Infantaria, em Tavira.

O Decreto-Lei n.º 47.414, de 23 de Dezembro de 1966, autorizava a promoção a Capitão com dispensa de frequência do curso. Embora nele estivesse estabelecido que, quando houvesse oportunidade, os oficiais promovidos ao seu abrigo (sem curso) deveriam satisfazer essa condição especial, não mais se efectuou o curso, por ser grande a carência de tenentes e estarem todos empenhados em tarefas de instrução nas Escolas Práticas (EME, B, 1988: 321).

Esta frase, retirada de um documento oficial, revela-nos, de forma inequívoca, que os Oficiais de carreira accionaram mais o espírito de corpo, do que o espírito militar. Com efeito, posicionaram-se na Guerra de África, em termos mais concordantes com a doutrina de 1911 (eram formadores, dos milicianos que combatiam), do que com a doutrina de 1940 e de 1960, que lhes indicava o caminho dos combates, que, como se vê, não seguiam. Este sistema foi assim, mas não tinha forçosamente que sê-lo, e se o foi, era porque convinha que assim fosse. Outras áreas houve, como os Pára-Quedistas, por exemplo, que recorreram aos Alferes milicianos vindos de África, que permaneciam por mais uns meses na unidade, prestando serviço como formadores.

Razões orgânicas de várias proveniências criaram carências no quadro de Capitães já que, nos primeiros anos da Guerra de África, por regra, os operacionais eram apenas do Quadro Permanente (QP). Para resolver o problema foi planeado, em 1966 criar cursos de promoção a Capitão para Oficiais milicianos (Tenentes), que foram convocados para o efeito, à média de 100 por ano. Estes cursos, normalmente dois por ano, porque se destinavam a preparar Capitães para o comando de Companhias a mobilizar, eram ministrados na Escola Prática de Infantaria.

Porque esta medida começou a revelar-se insuficiente, foi determinado, por despacho do Ministro do Exército de 20 de Julho de 1970, a formação de Capitães com base em instruendos do COM. Estes eram seleccionados no final do segundo ciclo, faziam um estágio em campanha, voltavam à Escola Prática de Infantaria para fazer o Curso de Comandantes de Companhia (CCC) e eram seguidamente mobilizados para o comando duma Companhia. O número de Capitães formados por esta via foi em média de 160 por ano.

As duas modalidades, a primeira iniciada em 1966 e a segunda em 1970 permitiam a formação de 260 Capitães milicianos por ano, ou seja, a totalidade das necessidades que o esforço da Guerra de África exigia. Deixou então e assim, praticamente de existir Capitães de carreira, no comando de Companhias operacionais colocadas em quadrícula. Situação que não se verificou nas Tropas Pára-Quedistas, onde os Oficiais de carreira continuaram a desempenhar funções operacionais, nomeadamente de comando de Pelotão e Companhia.

Aquilo que se retira dos arquivos e de outros documentos oficiais consultados aponta para que o vulgar e tecnicamente incipiente curso de milicianos apetrechava técnica e tacticamente, os Oficiais para o comando de efectivos até ao nível de Companhia, o que significa o reconhecimento das poucas exigências técnicas da função e amplia a convicção de que o factor que diferenciava os desempenhos era as qualidades do homem.

“Apesar da selecção cautelosa, que naturalmente se fazia, é evidente que a solução, mais uma vez, resolveu o problema da quantidade, mas, salvo honrosas excepções, prejudicou a qualidade para uma função que é de charneira na estrutura do Exército” (EME, B, 1988: 321). A estrutura militar que suporta esta afirmação reconhece a

existência de uma “selecção cautelosa”, o que revela manifestamente a supremacia das características humanas à formação técnico-táctica. Porém, tal selecção não foi seguida sobre os mancebos que ingressavam na Academia. Esta desatenção teria que conduzir, com o tempo, à inversão de capacidades e de valores entre os Capitães da Academia e os Capitães milicianos, do que resultaram os distúrbios políticos que culminaram com um Golpe de Estado.

Os Cursos de Milicianos também funcionavam nas Províncias Ultramarinas embora, o COM apenas em Angola e Moçambique. Os mancebos recrutados para frequentarem o COM deviam possuir, no mínimo, o curso completo dos liceus. O COM articulava-se em dois ciclos, com a duração de onze semanas cada. O primeiro ciclo ministrava a instrução básica e funcionava, para todo o contingente, na Escola Prática de Infantaria (EPI). O segundo ciclo funcionava nas várias Escolas Práticas ou em Centros de Instrução específicos (num total de vinte), consoante a especialidade atribuída ao instruendo.

Até 1961 processava-se apenas um COM por ano. A partir de 1961 e até 1966, o COM passou a funcionar em três turnos anuais e, de 1966 a 1974, estes passaram a ser quatro. Tal esquema impôs às Escola Práticas e aos Centros de Instrução uma actividade contínua nesta missão, com realce para a EPI, que tinha ainda, como se disse, o encargo do primeiro ciclo para todas as Armas e Serviços.

O desdobramento de turnos foi consequência do grande número de instruendos recrutados (entre 2000 e 2600 em cada ano), da limitada capacidade dos quartelamentos e da falta de pessoal enquadrante que, por princípio, devia ser do QP. Este princípio não tinha nenhum fundamento técnico, tinha tão só fundamentos de conveniência classista. O exagero que se cometeu, atribuindo-se à Academia Militar capacidades de formação, que afinal não possuía, não beneficiou o desempenho do Exército e em muito diminuiu o prestígio da instituição, devido à criação de uma elite que, afinal, provou que o não era.

As exigências deste enquadramento eram tais, e o débito da Academia Militar tão deficiente, que houve necessidade de reter nas Escolas Práticas todos os subalternos do QP, com prejuízo das Unidades e da formação dos próprios oficiais, pois estes não possuíam nenhuma experiência de campanha e tinham a missão de preparar quadros

para a guerra. Este facto exercia uma influência psicológica negativa tanto nos instrutores como nos instruendos. No entanto, podia-se ter recorrido aos Oficiais regressados de África, com evidentes vantagens.

Conforme se refere nos vários relatórios anuais de instrução, tal situação veio a agravar-se quando, a partir de 1967, por os subalternos do QP já não serem suficientes para esta tarefa, ela passou também a ser cometida a Oficiais milicianos. Apesar de todo o empenhamento dos oficiais do QP, não foi possível evitar a situação de ter de se recorrer a Oficiais milicianos para formarem de base outros Oficiais milicianos” (EME, B, 1988: 320). Esta preocupação da estrutura militar não tem sentido, ou não teria sentido, se estes milicianos fossem regressados de África, devidamente seleccionados e com experiência do terreno. Sou mesmo de opinião que este recurso seria bem mais conveniente e eficaz, do que mandar Alferes do quadro, que não tinham formação de guerra de guerrilha nem qualquer experiência, ministrar aquela formação.

Podem tecer-se os mais variados comentários e análises sobre esta situação, porém, o que verdadeiramente estava em causa era a pequena influência desta formação para a qualidade do desempenho. Esta mesma lógica não deixava de ser entendida pelos Altos Comandos, razão pela qual assim procederam.

Toda a análise conduz, invariavelmente, para a mesma direcção, isto é, a atribuição de um excesso de preocupação com os Oficiais de carreira, que não acorriam aos pontos mais importantes do conflito militar porque, na verdade, a doutrina de ocupação destes Oficiais estava estruturada para os tirar desses pontos, ou seja, da Guerra⁷⁵. O que a instituição militar fez, foi imaginar uma classe superior, os Oficiais saídos da Academia, sem que esses homens tivessem revelado minimamente possuir tais dotes. Este princípio, em minha opinião totalmente errado, condicionou a doutrina de actuação das tropas e determinou graves consequências para a Nação.

⁷⁵ Os dados constantes no livro do EME (2002) demonstram que as 102 Companhias, em sector, na Guiné, em Janeiro de 1974, foram comandadas por 160 Capitães, dos quais apenas 19 tinham origem em cadetes. Não investiguei, embora o pudesse fazer, as razões pelas quais estes 19 Capitães estiveram em sector, nem em que locais estiveram, nem por quanto tempo.

5.10 – Formação Complementar

Por formação complementar entendem-se os cursos que supostamente deveriam habilitar o Oficial ao desempenho de funções de Comando Superior e de Altos Comandos, ou seja, Oficial Superior⁷⁶ e Oficial General⁷⁷ e de Estado-Maior. Se utilizo o termo «supostamente» é porque, como já afirmei, a maioria dos Oficiais não detinha a frequência destes cursos, o que não pode deixar de provar a sua pouca relevância para a qualidade do desempenho. E era assim, porque a rotina conferia ao Oficial os conhecimentos suficientes para o exercício da função, pois não consta que algum Oficial, a este nível, revelasse incapacidades técnico-táticas. As diferenças que se lhe notavam derivam das suas características pessoais. Temos assim, que a formação pela rotina, que designo por experiência, também teve um contributo apreciável para a qualidade do desempenho.

5.10.1 – A Escola Central de Oficiais

A necessidade de dar continuidade à evolução metódica e racional da formação superior dos Oficiais do Exército, a par dos outros Exércitos, e de os preparar para os eventos político-militares que se previam na época, conduziu à criação da Escola Central de Oficiais pela primeira Lei Orgânica do Exército da República, em 1911⁷⁸. A Escola tinha como objectivo “preparar tenentes, capitães e majores do exército metropolitano, quer milicianos quer dos quadros permanentes, para a promoção ao posto imediato”.

Em 1926 foram regulamentados os Cursos de Informação para Coronéis⁷⁹. Estes Cursos tinham como objectivo preparar os Oficiais para a promoção ao posto imediato e classificá-los segundo o seu aproveitamento. O primeiro desses Cursos teve início em Janeiro de 1927 e funcionou no próprio Estado-Maior do Exército.

Das atribuições da Escola Central de Oficiais (ECO), definidas no respectivo Regulamento, resumem-se as seguintes: Assegurar, no Exército, a uniformidade de interpretação da Doutrina prescrita no Regulamento para o Serviço de Campanha, nos

⁷⁶ Major, Tenente-Coronel e Coronel.

⁷⁷ Brigadeiro, General e General de 4 Estrelas.

⁷⁸ Decreto de 26 de Maio, artigos 410.º e 412.º, regulamentado em 1913 por Decreto de 20 de Dezembro (OE, 1913).

⁷⁹ Decreto n.º 11.856 de 5 de Julho (OE, 1926).

Regulamentos Táticos das Armas e nos que regem a organização e funcionamento dos diferentes Serviços do Exército em Campanha; Habilitar os Oficiais das diferentes armas com os conhecimentos necessários para o desempenho do serviço de Estado-Maior; Aperfeiçoar a instrução dos Oficiais de Estado-Maior, das Armas e dos Serviços de Saúde, Veterinário e Administração Militar sob o ponto de vista do estudo da Tática Geral das Armas e do funcionamento dos Serviços em campanha, preparando-os para a promoção; Informar da competência tática dos mesmos Oficiais para o comando de tropas ou chefia de serviços em campanha e da sua aptidão para a promoção; Servir como centro de estudos práticos e estação de ensaios do Estado-Maior do Exército, no campo da Tática Geral e do funcionamento dos Serviços do Exército em Campanha.

Para o desempenho destas atribuições, passaram a funcionar na ECO o Curso de Estado-Maior, quatro graus dos Cursos de Informação e outros Cursos e Estágios considerados necessários.

Mau grado todo o esforço e vontade postos no levantamento da ECO, os seus primeiros anos de existência foram de grande instabilidade, quer por carência de meios económicos e exiguidade das instalações, quer por acumulação de funções dos Oficiais Instrutores e indefinição da doutrina tática, sem a qual tudo o resto é insignificante.

Sublinhe-se a frase extraída de um dos CD⁸⁰ que contém a história, a publicar futuramente, sobre a formação complementar dos Oficiais, da responsabilidade do Instituto de Altos Estudos Militares. De facto, qualquer formação, sem doutrina tática de actuação é insignificante, não tem qualquer sentido. E será que tinha sentido, qualquer formação técnico-tática dos Oficiais de carreira, se eles não combatiam?⁸⁰

5.10.2 – O Instituto de Altos Estudos Militares

Em 1937⁸¹ a ECO sofreu profundas alterações, prevendo-se para a instrução complementar dos Quadros Permanentes do Exército, entre outras modalidades, a de ser

⁸⁰ O resumo sobre este estabelecimento de ensino militar foi elaborado a partir de CD⁸⁰ existentes nos Serviços de Documentação do Instituto de Altos Estudos Militares que, para o presente resumo, me foram facultados pelo respectivo responsável, Coronel Norberto. Segundo me foi afirmado, os referidos CD⁸⁰ correspondem a trabalhos de pesquisa que se destinam à realização da história oficial deste tipo de formação superior.

⁸¹ Lei n.º 1960 da Organização do Exército, de 1 de Setembro de 1937, Art.º 53.º (OE, 1937).

ministrada num Instituto de Altos Estudos Militares⁸² (IAEM) onde funcionariam o Curso de Estado-Maior e os Cursos e Estágios necessários à preparação dos Altos Comandos do Exército.

O IAEM era o órgão do Exército que tinha por missão definir e desenvolver a doutrina a aplicar e formar os Oficiais destinados aos escalões superiores do Exército.

Os cursos nele ministrados eram os seguintes: Curso de Promoção a Oficial Superior das Armas e dos Serviços (CPOSAS) — frequentado por Capitães, durante um ano lectivo, como condição de promoção a Major; Curso de Altos Comandos (CAC), frequentado por Coronéis, durante um ano lectivo, como condição de promoção a Oficial General; Cursos de Estado-Maior, para capitães, destinados ao Corpo do Estado-Maior. Este curso, considerado de especialização, era constituído por duas partes: o curso geral, com a duração de um ano, e o curso complementar, para os que para ele fossem seleccionados, com a duração de dois anos.

Os CPOSAS e CAC desenvolviam a doutrina da guerra convencional e davam sólida preparação aos instruendos para as funções do posto imediato. De entre estes o mais selectivo era o CAC. Foi, aliás, o único que se realizou até 1974, sempre de acordo com o que estava legalmente estabelecido. A base do curso continuava a ser a doutrina da guerra convencional, mas progressivamente foi dedicando mais tempo a estudos sobre a guerra subversiva, por ser aquela em que o Exército estava envolvido em África.

“O CPOSAS veio a sofrer profundas alterações em virtude de por força do esquema de mobilização em prática e das crescentes necessidades de pessoal no Ultramar, ser cada vez mais difícil reter durante um ano lectivo no IAEM os capitães que o deveriam frequentar” (EME, B, 1988: 318).

Para resolver esta dificuldade foram publicados os seguintes diplomas:

- a) Decreto-Lei n.º 47.414, de 23 de Dezembro de 1966, que autoriza a promoção de oficiais com dispensa da frequência do curso de promoção.
- b) Decreto-Lei n.º 48.865, de 8 de Fevereiro de 1969, que regulou a graduação no posto imediato de oficiais cuja promoção tivesse por único impedimento a frequência do

⁸² Criado pelo Decreto-Lei n.º 30.264, de 10 de Janeiro de 1940, na dependência directa do Estado-Maior do Exército OE, 1940).

curso de promoção, o qual deveria frequentar logo que oportuno, podendo o Ministro do Exército considerar equivalente ao curso de promoção o serviço em campanha ou a frequência de um estágio de actualização em condições a definir.

- c) O Despacho n.º 10, de 18 de Setembro de 1969, determina que, a partir do ano lectivo de 1969/70, funcionem no IAEM, para substituir o CPOSAS, dois estágios por ano — Estágio para Oficiais Superiores das Armas e Serviços (EOSAS) — de quatro meses e meio cada um.

“Como é evidente, estas medidas vieram afectar a qualidade da preparação” (EME, B, 1988: 318). O que se transcreve, nesta pequena frase, põe em causa a competência profissional de todos os Oficiais que, à data de 25 de Abril de 1974, detinham a patente de Major, por serem aqueles a quem estas medidas afectaram e esta frase se refere. É evidente, que a frase terá tanto mais impacto, quanto mais se considerar a influência da formação técnico-táctica, para o desempenho. Se considerarmos que a formação técnico-táctica era determinante, é justo equacionar a capacidade dos Majores. Ao contrário, se a capacidade dos Majores não diminuiu com a falta de formação, teremos que concluir pela sua irrelevância, no contexto geral da obtenção de capacidades.

As informações, que ao longo da investigação fui colhendo, influenciaram, como se compreende, os pontos de investigação. Neste sentido, as referências acabadas de fazer sugeriram-me que aprofundasse o real valor destes cursos de promoção, para o que formulei duas hipóteses:

- a) Os cursos tinham valor e influenciavam positivamente o desempenho do Oficial. Se assim fosse, os Oficiais com as patentes de Major e alguns Tenentes-Coronéis mais novos, que houvessem sido promovidos a Major depois de 1967, eram menos competentes que os Oficiais mais antigos, que tivessem frequentado o curso;
- b) Os cursos não influenciavam o desempenho do Oficial. Neste caso, os Oficiais mais novos, tinham uma competência idêntica à dos Oficiais mais antigos. Mas se assim era, uma conclusão, é forçoso extrair: numa situação de desempenho prático, a rotina confere uma capacidade proveniente da experiência, que assim se equivale aos cursos, e, neste caso, o Decreto-Lei n.º 48.865, de 8 de Fevereiro de 1969, tem todo o sentido, e está correcto que o Ministro do Exército considere o serviço de campanha equivalente ao curso de promoção.

É então evidente que formação militar e experiência, não só se complementam como se substituem. Para esclarecer estas ideias, tornadas hipóteses, não se vê outra metodologia que não a consulta a entidades que viveram estas situações, o que fiz através da realização de entrevistas não estruturadas. As entidades que objectivamente se podem pronunciar sobre esta temática considere-as divididas em três grupos:

- a) Majores e Tenentes-Coronéis, com os respectivos cursos;
- b) Majores e Tenentes-Coronéis, sem os respectivos cursos;
- c) Subordinados de ambos os grupos.

Dos primeiros, procurei saber se se sentiam mais capacitados para o desempenho das suas funções, do que os seus camaradas que não tinham frequentado o respectivo curso, para que fossem exibidos factos concretos onde essa factualidade se tivesse manifestado, ou seja, tinha por objectivo saber, quais os desempenhos que o Oficial entrevistado protagonizou, de forma mais eficiente, do que outros camaradas seus sem esse curso.

Dos Oficiais do segundo grupo tentei saber o mesmo, mas colocando as questões ao contrário, ou seja, se viam nos seus camaradas que tinham frequentado o curso mais capacidade do que viam em si mesmos. Pretendi saber ainda se, em algum momento, sentiram a falta do curso.

Dos subordinados de ambos os grupos, em que me integrei, o que ajudou a ter a minha própria opinião, quis saber se, no desempenho das suas funções na Guerra de África, notaram diferenças de capacidades de desempenho entre os Oficiais que tinham os cursos e os que os não tinham. Os dados de que hoje disponho, sobre as frequências ou não destes cursos, não eram conhecidos na altura própria, aliás, a vida dos Oficiais de carreira foi sempre mantida em grande segredo, para que assim se pudessem demarcar dos outros militares, com base em formação que afinal não tinham e conhecimentos que não possuíam.

Para ultrapassar esta dificuldade, tive que informar os entrevistados de que o Oficial (a) tinha o curso de Capitão ou de Oficial Superior e o Oficial (b) o não tinha. Sem esta informação prévia, os entrevistados não eram capazes de responder, mas, face à informação prestada, os diálogos tornavam-se, por vezes, de grande elevação e muito consistentes para a investigação em curso.

O conhecimento sobre quem tinha ou não os cursos em causa, obtive-o através da consulta que me foi permitida aos processos individuais dos Oficiais. Sendo certo que o conhecimento obtido não deve nem pode ser tornado público, por constituir matéria pessoal e reservada, não posso, contudo, deixar de utilizar alguns exemplos, que me servem de referência, para mais eficazmente expressar as conclusões. Honro a minha palavra quanto à não divulgação de casos de carácter pessoal, pois pedi e obtive pessoalmente autorização a todos os Oficiais que individualmente refiro.

Nos CPOSAS e nos EOSAS continuou a ministrar-se a doutrina da guerra convencional. Pretendia-se com ela actualizar os Oficiais Superiores de modo a estarem aptos a cumprir missões dentro dos nossos compromissos internacionais. Todavia, progressivamente, foi sendo dado maior desenvolvimento e importância aos assuntos de guerra subversiva, chegando a ser predominante o tempo que lhes era atribuído.

Nos múltiplos contactos que estabeleci, não obtive uma única afirmação quanto a que determinado Oficial carecia de competência por falta do respectivo curso. Aliás, esta questão do curso era, como já frisei, muito pouco considerada no tempo da Guerra de África, pelo que qualquer resposta depende mais do gosto pessoal de quem a dá, do que da sua convicção. Optei então por seguir algumas entrevistas mais fundamentadas e consistentes com Oficiais que conhecia e a quem reconheço alta capacidade, ou que me foram indicados e referenciados como de igual capacidade por Oficiais que já conhecia.

Neste ponto é relevante a afirmação, em entrevista, do Coronel Moura Calheiros, considerado pelos seus pares como um técnico de alta perfeição: “para o tipo de guerra que enfrentámos, não precisávamos dos cursos para nada”. De referir que Calheiros não tinha curso nenhum, nem tão pouco o de Capitão. Não tinha cursos, mas tinha muito valor. Afirmação unânime de quantos o conhecem. Um outro exemplo, altamente significativo é o Tenente-Coronel Ângelo Mendes da Silva e Sousa, o grande doutrinador da formação militar dos Pára-Quedistas, que só frequentou o curso de Majores em 1973, quando já era Tenente-Coronel e tinha sido promovido a Major em 1967, ou seja, actuou durante seis anos com elevado valor, sem ter frequentado o curso que lhe daria acesso à patente de Major.

O Coronel Pára-Quedista Horácio Cerveira Alves de Oliveira, o único Oficial desta especialidade que comandou três Batalhões em África, sustentou em entrevista, que

considera os cursos muito importantes. Porém, não aceitou que tivesse desempenhado as suas funções abaixo do recomendado, na medida em que quando frequentou o curso para Major já detinha essa patente havia dois anos. Oliveira, um homem que todos aceitamos como competente e sério, aprecia muito a formação, mas no fim da troca de pontos de vista rematou: “em minha opinião os cursos são muito importantes, mas, perante as evidências que me apresenta, também não sei”. Uma das evidências que lhe apresentei, foi a relação dos Oficiais Superiores que não tinham o curso e eram muito competentes; outra evidência foi o facto de todos os Capitães milicianos terem o curso de Capitão e os de carreira não o terem. Se o curso para Capitães fosse assim tão importante, então os Capitães milicianos sabiam mais que os do quadro, afirmação que ninguém aceita. Logo, não posso reconhecer aos cursos, valores que eles não têm.

Dos inúmeros Sargentos que consultei sobre a qualidade do desempenho e o valor dos Oficiais que tinham ou não os cursos, obtive sempre a surpresa como resposta, pois todos desconheciam que os Oficiais não frequentavam os cursos. O que quer dizer que ninguém notou qualquer diferença nas capacidades entre quem tinha ou não frequentado tanto o curso para Capitão, como o curso para Oficial Superior. Face aos elementos recolhidos, dos próprios Oficiais e dos Sargentos que durante anos com eles se relacionaram funcionalmente, e do meu próprio conhecimento, não se pode extrair outra conclusão que não seja a indiferença dos cursos de promoção para a qualidade do desempenho.

No entanto, temos que partir da realidade então vivida, ou seja, que o Oficial ia desempenhando as suas funções de forma progressiva, pelo que o aumento de responsabilidades ia acompanhando a aprendizagem pela rotina da função. Quer isto dizer, que se não pode excluir a importância dos cursos para quem ingresse na função, vindo do exterior à mesma.

5.11 – A Formação de Sargentos

Por Decreto de 1929⁸³ definiu-se como se processavam os ingressos na classe de Sargentos: Furriel, Segundo-Sargento, Segundo-Sargento Cadete e Primeiro-Sargento

⁸³ Decreto 17.379 de 27 de Setembro de 1929 (OE, 1929).

Cadete, conforme as origens, Primeiro-Cabo, Casa Pia, Pupilos do Exército ou Colégio Militar, respectivamente.

Contudo, a classe de Sargentos pertencia às Praças de pré. O estabelecimento dos primeiros quadros separados das Praças foi, por isso, um passo importante e muito significativo desta reforma de estruturas, o que aconteceu em 1937 quando os Sargentos deixaram de ser considerados Praças de pré⁸⁴ e passaram a constituir uma classe com um quadro perfeitamente individualizado.

Pode dizer-se que, entre a estruturação de 1937 e as profundas reformas de 1976, nada aconteceu de suficientemente importante nos aspectos estruturais da carreira do Sargento. Ao longo de todos esses anos a formação do Sargento esteve a cargo do próprio e da vivência na unidade onde prestava serviço, não sendo objecto de qualquer curso de formação, salvo em algumas especialidades de maior tecnicismo, como era o caso dos Pára-Quedistas, razão porque não existia nenhum estabelecimento militar de ensino para Sargentos.

As promoções processavam-se normalmente por concurso, com programas exigentes que os tornavam altamente selectivos, até por não haver qualquer preparação prévia programada, pelo que o Sargento ficava completamente entregue à sua iniciativa, incluindo a procura do apoio e dos ensinamentos de superiores ou camaradas.

Na vida corrente das unidades os Sargentos mantinham uma ligação constante com as Praças, exercendo sobre elas uma acção permanente. A adaptação às mais variadas situações, ocorridas na Guerra de África, o que era possível com muito trabalho, enormes sacrifícios, completa disponibilidade e total entrega, situação que, repetindo-se ao longo dos anos, conferiu à grande maioria um “cabedal de experiência notável” (Soares, 1987: 20).

“Efectivamente muita coisa estava mal e algo precisava de ser radicalmente mudado na carreira dos Sargentos” (Soares, 1987: 22). Esta constatação motivou as autoridades competentes ao desenvolvimento de estudos e promulgação de um conjunto de diplomas, em 1976, que representa já uma verdadeira reforma de estruturas susceptíveis de proporcionar um salto qualitativo há longo tempo esperado (Soares, 1987: 23). Entre

⁸⁴ Decreto 28401 de 31 de Dezembro de 1937 (OE, 1937).

as alterações mais significativas destaca-se a criação de dois novos postos: Sargento-Chefe e Sargento-Mor. Com a criação destes novos postos proporciona-se a articulação de toda a carreira, desde o acesso até ao topo, sempre dentro da classe.

O certo é que, no século XVII, o posto mais elevado da classe de Sargentos, correspondia ao posto mais baixo do Generalato, ou seja, colocado entre Coronel e Major-General. Hoje, século XXI, o posto mais elevado da classe de Sargentos situa-se abaixo do Aspirante a Oficial, com seis meses de tropa. Mesmo que o Sargento seja licenciado, que há muitos, e o dito Aspirante possua apenas o 12.º ano; e mesmo que o Sargento possua grande valor militar, continua a ser assim.

Dizia-me um Sargento-Mor, no activo, que por razões de sua segurança profissional não identifico: “o que mais me custa na tropa, é ter que prestar «vassalagem» a um Aspirante; é uma situação degradante na instituição militar.”⁸⁵ Quer isto dizer, que um jovem, com o 12.º ano de escolaridade, vai passar uns meses na tropa, durante os quais é superior hierárquico de um Sargento-Mor, com 30 anos de serviço militar, licenciado e militar de valor. Três décadas depois da instituição militar ter impulsionado a democracia em Portugal, ainda não se democratizou a ela própria. Esta situação e muito compreensivelmente, deteriora o relacionamento e limita drasticamente, a eficiência das FA, situação que constitui um objectivo substantivo da Sociologia. As FA não podem aferir a sua capacidade pela tecnologia do seu equipamento e pelos milhões investidos nas suas estruturas, mas sim na qualidade e no relacionamento dos seus membros.

É evidente que me refiro às áreas combatentes, porque nas áreas técnicas e dos serviços a situação já é compreensivelmente diferente, como sejam por exemplo Médicos, Advogados, Engenheiros Informáticos, Veterinários, Economistas e outros, que ao serem incorporados desenvolvem actividades próprias das suas formações.

Temos assim, que “os problemas da classe de Sargentos, que sempre representaram uma parte muito significativa das preocupações da administração do Pessoal, constituem hoje a sua área porventura mais importante e sensível, dadas as dificuldades frequentemente

⁸⁵ O Sargento que proferiu a frase, não pediu o anonimato e o Oficial General, seu máximo Comandante directo, disse-me que não fazia «censura» às opiniões pessoais de ninguém, revelando ambos alta dignidade, o que só eleva a instituição militar; contudo, em função das razões expostas, decidi manter a reserva do nome.

sentidas na procura de soluções ajustadas ao presente e, ao mesmo tempo, susceptíveis de aplicação no futuro previsível” (Soares, 1987: 7).

A inclusão dos Sargentos na investigação, que de modo algum constituem uma elite hierárquica, justifica-se devido ao seu desempenho e influência nos combates que se travaram na Guerra de África, tendo sido indiscutivelmente elites de combate e, nessa qualidade têm, por direito próprio, um lugar no grupo das elites militares executivas.

A afirmação de Mira Vaz, “os Sargentos comandaram as subunidades encarregadas do combate terrestre” (Vaz, 2000: 17), valida em termos absolutos a minha argumentação e justifica plenamente a inclusão deste ponto; sobretudo se tivermos em consideração que a Guerra foi uma sucessão de múltiplos e pequenos combates terrestres, travados pelas pequenas unidades, geralmente comandadas por Sargentos.

5.12 – O Centro de Instrução de Operações Especiais

Ecoavam «estrondosamente» as decisões da Conferência de Bandung; o Congo estava prestes a tornar-se independente e os movimentos subversivos proliferavam em África. A perspectiva de que as Províncias Ultramarinas viessem a ser alvo de todos esses movimentos, levou as autoridades militares a desenvolver estudos no sentido de prepararem o Exército para actuar em conformidade com a nova conjuntura. Com base nestas preocupações foi criado o Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE).

Alguns meses antes da criação deste Centro tivera início a preparação dos principais quadros que o deveriam estruturar. Concretamente, no Verão de 1959, alguns Oficiais estagiaram na Argélia, onde a França enfrentava uma guerra semelhante à que Portugal esperava. Efectuaram-se dois estágios com a duração de um mês, cada um: o primeiro em Julho e o segundo em Setembro. O CIOE foi criado em 1960⁸⁶.

O primeiro trabalho concreto de instrução no CIOE iniciou-se em Abril de 1960 com três Companhias, designadas como “Companhias de Caçadores Especiais”. Eram constituídas por praças escolhidas pela sua robustez e desembaraço e que estavam pré-mobilizadas para Angola, tendo como unidade mobilizadora o Batalhão de Caçadores 5, onde haviam recebido a primeira parte da instrução prevista no respectivo programa.

⁸⁶ Decreto-Lei n.º 42.928, de 16 de Abril (OE, 1960).

O mínimo que se pode dizer é que os Altos Comandos militares não tinham dúvidas sobre a importância das características pessoais, que proporcionavam eficiência às tropas. E tanto assim era, que escolheram Praças com base na sua «robustez e desembaraço», pena foi e grave será, que tão importante conhecimento apenas se aplique às Praças.

A instrução destas Companhias compreendia três partes distintas: Preparação física; Preparação técnico-táctica, na base de acções de guerrilha e contraguerrilha e de treino de tiro de pontaria instintiva, introduzido pela primeira vez no nosso Exército; e Acção psicológica, concebida para o contacto com as populações africanas.

As três Companhias embarcaram para Angola ainda em 1960. Uma quarta, cujos quadros foram também instruídos no CIOE, viria a ser mobilizada e preparada segundo o mesmo programa, já em Angola. Tais Companhias tiveram actuação de relevo, quer na fase pré-insurreccional, quer posteriormente.

Ainda nesta fase de preparação acelerada de companhias para África, foi instruída no CIOE uma outra destinada a Moçambique, onde veio a ter igualmente comportamento meritório.

O CIOE tinha firmado o seu crédito, realizando um trabalho de instrução altamente eficiente e ajustado às circunstâncias que se nos vieram a deparar em África (Martelo, 2000: 88).

Na sequência da directiva do Estado-Maior do Exército de 12/10/1959, este ramo iniciou a preparação da defesa do Ultramar face à já então previsível eclosão de acções de guerra subversiva.

O CIOE iniciou a preparação de quadros para o tipo de operações de contraguerrilha que o Exército poderia ter de enfrentar a muito curto prazo. Os instrutores dos primeiros tempos — Oficiais e Sargentos — foram cuidadosamente seleccionados e, em muitos casos, frequentaram cursos de contra-subversão e contraguerrilha em centros de instrução estrangeiros: França, Argélia, EUA, Grã-Bretanha e Espanha. Mais uma vez se seguiu uma cuidadosa selecção.

Inicialmente, cabia ao CIOE a tarefa de organizar e instruir as companhias de caçadores especiais. Posteriormente, todavia, só os Oficiais e Sargentos recebiam instrução

naquele centro, indo depois constituir as Companhias nos Batalhões n.º 5 (Lisboa) e n.º 10 (Chaves). Quando se registaram os acontecimentos que marcaram o início da luta armada, já se encontravam em Angola, como unidades de reforço, quatro Companhias de Caçadores Especiais. Em meados de Abril do mesmo ano, esse número subiu para dez. Ao mesmo tempo, embora em menor número, também as guarnições de Moçambique e da Guiné receberam as primeiras unidades deste tipo.

Constituídas por pessoal cuidadosamente seleccionado e dispendo de enquadramento rico e altamente motivado, as unidades de Caçadores Especiais provaram excelentemente em combate, nas difíceis condições dos primeiros meses da Guerra de África. Todavia, a tradicional aversão dos mais altos responsáveis do Exército por tudo o que fosse «unidades especiais» — principal razão pela qual as Tropas Pára-Quedistas foram atribuídas à Força Aérea — levou, em finais de 1961, à generalização da instrução de Caçadores Especiais a todas as unidades de combate do Exército.

Há, no entanto, uma conclusão a extrair, tanto das afirmações de David Martelo como dos relatos oficiais: o valor revelado por estas unidades não estava na sua formação, como se veio a revelar quando a mesma se generalizou. Se assim fosse, isto é, se o valor destas unidades estivesse na respectiva formação, estaria correcta a generalização dessa formação, o que teria permitido que todas as unidades do Exército revelassem o mesmo valor, o que não aconteceu. Nesta conformidade não se encontra outra explicação para o valor destas unidades, que não seja o facto delas serem «constituídas por pessoal cuidadosamente seleccionado e dispendo de enquadramento rico e altamente motivado». Mais uma vez se tem que concluir que o valor combativo de uma unidade militar de combate está nas características dos seus componentes, com elevada particularidade dos seus quadros.

“A partir de 1962, as unidades de infantaria de reforço⁸⁷ (Batalhões e Companhias independentes), que tomaram a designação de «caçadores», eram já as herdeiras e continuadoras dos Caçadores Especiais, embora, naturalmente, sem a mística própria dos corpos militares de elite que são, por definição, de reduzida expressão numérica” (EME, B, 1988: 308). Esta frase reforça as minhas razões: a formação militar manteve-se, mas faltou a selectividade dos seus membros, o «enquadramento rico e altamente

⁸⁷ Designavam-se “tropas de reforço” as que, da Metrópole, seguiam para as Províncias Ultramarinas.

motivado» e a «mística própria», desenvolvida através da acção psicológica, componente indispensável como factor de motivação.

O curso de grau mais elevado previsto no CIOE era o «Curso de Guerra Subversiva», cuja finalidade visava preparar Oficiais para o comando de tropas em missão de pacificação e para o desempenho de funções especializadas nos diferentes escalões do comando.

O Curso de Guerra Subversiva tinha a seguinte estrutura curricular: (EME, B, 1988: 310 a 312):

- I - A Guerra revolucionária: 10 horas.
 - II - A Guerra Subversiva: 15 horas.
 - III - A Defesa Contra a Subversão: 98 horas.
 - IV - Trabalhos de Aplicação Prática: 180 horas.
 - V - Visitas: 30 horas.
 - VI - Preparação Prática.
 - A - Formação Física: 136 horas.
 - B - Formação técnica: 130 horas.
 - VII - Combate.
 - VIII - Exercício de Conjunto: 1 semana.
- Resumo:
- | | |
|--------------------------------|------------|
| Tempo de duração do curso..... | 21 semanas |
| Total de horas diurnas..... | 813 horas |

Quando, em Abril de 1961, foi decidida a intervenção imediata em Angola, deliberou-se difundir rapidamente, a todos os quadros, a doutrina seguida no CIOE.

Em virtude da limitada capacidade deste Centro, foram constituídas, com os seus quadros, equipas itinerantes de instrutores e monitores, que se deslocaram também a outros Centros de Instrução (CI) (especialmente à Escola Prática de Infantaria) para ministrarem estágios acelerados aos quadros mobilizáveis. Esses estágios consistiam na apresentação das características da guerra subversiva e na demonstração de procedimentos e esquemas tácticos da guerrilha e da contra guerrilha.

A nova instrução, cujos conteúdos eram originários de França, que já os havia testado na Argélia, estavam adequados à nossa realidade, impunha-se afectar o número de monitores e instrutores às necessidades da instrução. Contudo, não foi isso que aconteceu, e “a qualidade desta veio a ser natural e progressivamente afectada, quer pela deficiência de algumas estruturas — nomeadamente as que se prendiam com a instrução de tiro — quer pela impreparação dos quadros, sempre em renovação, quer ainda porque se chamaram às fileiras também os mancebos menos válidos para o serviço militar” (EME, B, 1988: 313). É evidente que a quantidade é inimiga da qualidade. A necessidade de grandes incorporações reduziu as exigências de capacidade, o que provocou a diminuição da qualidade. Mais uma vez se está perante afirmações que revelam a grandeza das características do homem para o desempenho em combate.

Esta temática é de importância extraordinária: sabe-se do real valor destas companhias, o qual se atribui à formação. No entanto, David Martelo afirma que elas “eram constituídas por praças escolhidas pela sua robustez e desembaraço” e o próprio documento oficial reconhece que posteriormente “se chamaram às fileiras também os mancebos menos válidos para o serviço militar”. Fica então a dúvida: o valor das “Companhias de Caçadores Especiais” deveu-se à formação ou ao recrutamento especial dos seus soldados ou a ambas as condições? E, neste caso, qual a relevância de uma e de outra? É a estas interrogações que procuro responder.

Todas as razões invocadas para o fim duma formação reconhecida como muito eficaz são pertinentes. Contudo, é evidente que esta formação não foi acarinhada, devido à “aversão dos mais altos responsáveis por tudo o que fosse «unidades especiais»”. Sobre este tema escreveu o General Kaúlza de Arriaga, “desde sempre, nas Forças Armadas e, sobretudo no Exército, houve divergência sobre as vantagens e inconvenientes, a justiça e a injustiça, dos dois tipos de estruturas militares: a primeira, caracterizada pela existência exclusiva de forças uniformes de mediana preparação e com iguais privilégios ou regalias; a segunda, caracterizando-se pela coexistência, por um lado, de corpos de forças especiais, de pequenos efectivos, altamente preparadas e com maiores privilégios, e, por outro lado, de forças normais, de muito maiores efectivos, menos bem preparadas e com menores regalias. Era o dilema das massas indiferenciadas e das elites apuradas. (...) (Esta posição do Exército) fez com que várias tentativas de viabilização

de forças suas especiais, como os sapadores de assalto e os caçadores especiais, tivessem abortado rapidamente” (CTP, Vol. III, 1986: 31).

6 – A FORMAÇÃO EM ACÇÃO PSICOLÓGICA

Com este tipo de formação procurou-se aperfeiçoar e desenvolver as motivações, o empenho, o espírito, a disponibilidade, a amizade, a fidelidade, a lealdade e o companheirismo entre muitos outros valores que, de um modo geral e por todo o mundo, orientam a actividade das forças militares de elite. Neste sentido, a formação psicológica aperfeiçoa as qualidades humanas, melhorando as características positivas que o homem já possui e contribuindo, assim, para a formação das elites.

Ao considerar que as capacidades humanas foram determinantes para o desempenho das elites militares em África, particularmente para as elites combatentes, compreende-se a importância que esta formação possuía. Para desenvolver uma Guerra, nas difíceis condições naturais que África apresenta ao europeu e com os rudimentares abastecimentos que eram proporcionados às tropas, estas necessitavam de uma forte motivação para o sacrifício, pelo que a acção psicológica tinha, neste tipo de motivação, um papel insubstituível.

Mas a formação em acção psicológica apresenta ainda uma segunda vertente: aquela que habilita as tropas de quadrícula a relacionarem-se com as populações locais de forma mais eficiente. Nesta vertente, a acção psicológica aproximava-se mais de uma técnica de comunicação. Porém, o que objectivamente se procurava, era a motivação das tropas para colaborarem e apoiarem as populações locais: era como que uma motivação para a solidariedade. Neste sentido, os valores que se procurava desenvolver não eram necessariamente os mesmos que para as forças de elite, mas continuavam a ser valores.

As guerras subversivas e revolucionárias têm sido definidas conforme o ponto de vista e os interesses de quem as analisa. Todavia, é ponto assente que neste tipo de conflito é fundamental a conquista das populações. E, para conseguir tal desiderato, mais do que capturá-las para as furtar à acção do inimigo, há que, através de um conjunto de medidas em que a acção psicológica predomina, conseguir a sua adesão.

“As forças militares não podem, de facto, alhear-se da existência desta «arma» psicológica de valor preponderante e da sua aplicação tanto ofensiva como defensiva” (EME, 1963: VI)⁸⁸ Mas se a acção psicológica deve ser usada para controlo das populações afectadas pela guerra, ela é igualmente importante na motivação das nossas tropas, as quais, são constituídas por grupos de indivíduos, cujas características psicológicas importa descrever, para o que convém considerar, principalmente, “a forma como a sua estrutura funcional revela uma diferenciação hierárquica entre os seus membros. Assim, há alguns indivíduos que dirigem, arrastam, conduzem os outros: são os **Líderes**.

Conforme sejam ou não designados por alguém investido de autoridade e exterior ao grupo, assim, se fala em líder designado ou em líder espontâneo. O seu aparecimento e as funções que desempenham no grupo dependem da estrutura deste, das tarefas que cabem a esse grupo e da situação em que o mesmo se encontra. O grupo influencia a personalidade de qualquer dos seus membros, e reciprocamente” (EME, 1963: Anx A 30).

Impressionante e chocante, ao mesmo tempo. Os Altos Comandos Militares e os Órgãos políticos do antigo regime não ignoravam nada do que se relacionasse com as melhores técnicas e com as melhores atitudes, como o provam os documentos da época. Porém, não procederam em conformidade com o seu saber, mas com o seu querer, ou seja, mantiveram a designação de líderes que sabiam de todo infuncionais, para manterem serena e colaborante uma classe média que apenas ambicionava ser «alta». Ao contrário, reprimiram os líderes espontâneos, que sabiam eficientes, para sustentar o modelo de actuação e de vivência.

As referências implícitas do parágrafo anterior referem-se à metodologia seguida para formar os quadros inferiores, Alferes e Furriéis Milicianos, em que o único parâmetro seguido foi o das habilitações literárias e, assim, «contentando» a classe média, quando

⁸⁸ Esta publicação, classificada como confidencial, foi mandada queimar. Contudo, alguns exemplares foram subtraídos à fogueira e guardados «religiosamente» por militares que os mantêm, mais ou menos em segredo. Regista-se, contudo, que esta publicação, em cinco volumes, constitui um manual notável da guerra subversiva. Parece que existe uma corrente militar que, sem fundamento, se envergonha dos feitos do Exército português, ou se envergonha de nada ter feito, a ponto de mandar destruir obras técnicas de grande relevância para o conhecimento científico da guerra.

na verdade se deveria ter optado pelas capacidades de liderança - líderes espontâneos - «robustez e desembaraço».

Para que o líder designado coincida com o líder espontâneo, aumentando assim a eficiência duma força armada, podem realizar-se estudos científicos sobre a estrutura e o funcionamento dos grupos em diversas situações, tais como entrevistas, técnicas sociométricas e, especialmente em investigações sobre a liderança, exames de características diferenciais dos membros do grupo, nomeadamente a sua personalidade e aptidões intelectuais. “Todos estes trabalhos são importantes não só para o estudo de grupos já formados, mas também para esclarecer como devem ser constituídos grupos eficientes para a execução de tarefas determinadas e, ainda, o que assume grande importância, na selecção psicotécnica de pessoal para as Forças Armadas” (EME, 1963: Anx A 30).

Neste sentido e com estes objectivos foram estruturados dois tipos de acção psicológica: a que se destinava aos militares em quadrícula, cujas funções eram as de ocupar o espaço e controlar a população e a que se destinava aos militares que integravam as elites executivas. Aos primeiros importava motivá-los para o contacto e apoio às populações, aos segundos importava motivá-los e elevar-lhe o espírito combativo.

Às tropas em quadrícula importava mentalizá-las de que, numa guerra subversiva, a necessidade de obter o apoio da população é primordial, constituindo a conquista da sua adesão o objectivo principal a atingir. Os esforços do Exército foram no sentido de conseguir esse apoio. Nas acções sobre a população, o grau de responsabilidade do Exército dependia das atribuições de que tinha sido superiormente investido.

Nas acções a levar a efeito sobre a população, havia que não esquecer que elas tinham de fazer face, muitas vezes, a aspirações e necessidades dessa população, que, embora despertadas pelo adversário, tinham um fundamento real e justo e não podiam ser rebatidas directamente. Na verdade, quando dirigida a uma população que um adversário pretendia subverter, a acção psicológica tinha de ser acompanhada pela aplicação de medidas políticas, económicas e sociais, que provassem a veracidade dessa acção.

Sabendo que a população podia ser considerada o meio onde se desenvolvia a luta, o seu apoio constituía o objectivo dos dois adversários e um dos meios de acção a utilizar por

ambos. Para obter este objectivo, a acção psicológica a conduzir pelas forças militares, sobre a população — bem como a acção social — teria por finalidade tornar esse meio favorável, conservar ou reconquistar o seu apoio. Simultaneamente, a acção psicológica preocupava-se em privar o adversário de ser apoiado por essa mesma população, e procurar, até certo ponto, que pelo menos parte dela interviesse na luta contra esse adversário. Pelo menos este último objectivo foi conseguido se tivermos em conta, que cerca de 50% dos nossos efectivos militares eram constituídos por elementos nativos, o que deixa provado, que pelo menos este objectivo foi conseguido. Como também se prova que as elites militares dominaram, com elevado grau de eficiência, a acção psicológica e que, nesta área, estavam bem formadas.

Na acção a exercer pelas forças militares sobre a população podiam distinguir-se três aspectos diferentes, embora, na prática, todos eles se encontrassem intimamente relacionados: acção psicológica, acção social e acção de presença.

As forças militares, não só pelos meios materiais de que dispunham, mas também pelo dispositivo em superfície que adoptaram na luta contra a subversão, estavam em condições de conduzir, por si próprias ou em estreita colaboração com as autoridades civis, uma eficaz acção social, principalmente sob as formas de assistência sanitária, religiosa, educativa e económica.

A existência de forças militares numa determinada região limitava a liberdade de acção do adversário e protegia a população contra o aliciamento, a coacção ou a represália por parte daquele. Esta acção de presença, proporcionando à população um ambiente de segurança e uma sensação de tranquilidade, tornava-a também mais receptiva à acção psicológica.

Por outro lado, o contacto íntimo das forças militares com a população concorria para desenvolver um clima de confiança mútua e até de relações pessoais, que muito facilitavam, quando existiam, a exploração dessas populações como a mais rendosa origem de notícias à disposição das referidas forças. Para este relacionamento com populações de culturas e interesses tão diferentes, era necessário ministrar aos militares mobilizáveis uma preparação prévia, sem o que o seu comportamento poderia não só não ser eficaz, como ser mesmo contraproducente.

Os três aspectos da acção a exercer pelas forças militares assumiam uma relevância muito especial nos territórios portugueses de África, sobre os quais incidia uma intensa campanha de agitação e onde a penetração das ideias subversivas, favorecida pela existência de vários grupos étnicos em diferentes estratos de civilização, encontrava um clima mais favorável. Era nestes territórios, onde a implantação administrativa se apresentava menos densa, que a acção das forças militares sobre a população se podia tornar mais útil, completando, prolongando ou mesmo substituindo a acção administrativa civil, de acordo com as responsabilidades que superiormente lhes tivessem sido cometidas.

Para que estes objectivos fossem alcançados, apresentava-se como determinante o comportamento de todos os militares que diariamente se relacionavam com as populações, particularmente, os que se encontravam colocados em quadrícula, no interior dos teatros de guerra. Conhecedoras desta realidade, as autoridades militares desenvolviam acções tendentes a consciencializar os militares da importância de manterem boas relações com as populações, para o que se tornava importante conhecerem-nas.

Eram, por vezes, estabelecidos programas específicos de acção psicológica. Estes programas eram objecto de acções de formação também específicas, concebidas e ministradas aos militares por Gabinetes estruturados para estes fins. Quer isto dizer, que a par de uma guerra feita de combates com fogo de armas, outra existia feita de palavras, de apoios e de atitudes.

A previsão e a convicção das autoridades portuguesas de que a guerra estava iminente e de que essa guerra não se poderia limitar às acções militares de combate, mas que teria de ser acompanhada de acções de carácter psicológico levou a que, a partir de 1958, vários Oficiais seguissem em missão de estudo para a Argélia, onde o Exército francês fazia frente a uma guerra de natureza revolucionária e tinha conseguido estruturar e aplicar, no âmbito da acção contra-revolucionária, uma doutrina de acção psicológica. Alguns destes Oficiais regressaram daqueles estágios plenamente conscientes da utilidade daquele ramo do saber militar e desejosos de impulsionar o seu desenvolvimento em Portugal. Com esta base, começou-se a ministrar, no CIOE, conhecimentos de acção psicológica e a mentalizarem-se quadros e tropas para a necessidade da sua aplicação.

As primeiras Companhias de Caçadores Especiais ali formadas, e que já se encontravam em Angola quando eclodiram as primeiras acções terroristas, tinham recebido cuidadosa instrução sobre a nova doutrina, pelo que desenvolveram, de um modo geral, acção relevante e decisiva na contenção da subversão e na conquista das populações.

7 – AS TROPAS PÁRA-QUEDISTAS

As Tropas Pára-Quedistas eram constituídas, exclusivamente, com pessoal de recrutamento especial, ou seja, por voluntariado. Estes homens eram submetidos a rigorosas inspecções médicas, físicas e psicotécnicas. A sucessão de provas, realizadas nas próprias instalações dos Pára-Quedistas, e conduzidas pelo seu próprio pessoal, eram muito selectivas: só os melhores as conseguiam superar. A estas provas eram submetidos todos os candidatos: Oficiais do Quadro permanente ou milicianos, Sargentos milicianos e Praças. Este procedimento, altamente selectivo, define prioritariamente estas tropas como de «recrutamento especial».

A formação das Tropas Pára-Quedistas, enquanto tropa de elite, acompanhou de muito perto a que foi seguida no CIOE para preparar as “Companhias de Caçadores Especiais”. A semelhança justifica-se porque a origem foi a mesma: a formação das tropas especiais francesas que actuavam na Argélia, onde se deslocaram os Oficiais do Exército que prepararam a instrução do CIOE e, também, Oficiais e Sargentos Pára-Quedistas, que vieram a preparar a formação destas tropas.

Contudo, se a formação era em tudo semelhante, a sua continuação foi totalmente diferente: o Exército não deu sequência àquela preparação, perdendo assim boas unidades; enquanto os Pára-Quedistas, não só a continuaram, como a melhoraram progressivamente. Esta formação, porque era coordenada por Oficiais regressados de África, com experiência, e ministrada por Sargentos, com várias comissões em combate, veio a incorporar, continuamente, os ensinamentos que a guerra proporcionava a estes quadros.

A formalidade da instrução técnica era ainda apoiada nos relatos de acontecimentos vividos, pelos quadros instrutores, particularmente dos Sargentos que viviam mais «perto» dos Soldados, com quem trocavam conversas sobre os actos da guerra, que

chegavam a «embevecer» os jovens de 18 ou 19 anos, que nem sempre conseguiam discernir a realidade da fantasia. Estes relatos, aparentemente, inofensivos e não programados, constituíam acções psicológicas e momento de grande motivação.

As divulgações de acontecimentos vividos na Guerra de África tornavam-se tanto mais convincentes quanto os Sargentos fossem apresentados como bons combatentes. O conhecimento sobre o comportamento dos Sargentos nos combates em África, chegava aos jovens recrutas ou formandos da especialidade de combate, através das Praças que, vindas de África, regressavam ao Regimento, em Tancos.

A circunstância de haver apenas uma unidade de Pára-Quedistas em Portugal, por onde todos e sempre tinham que passar permitia esta troca de impressões que provocavam que todos conhecessem todos. Não se ignora e reconhece-se, que também houve Oficiais com elevado comportamento operacional, contudo, estes não se relacionavam com os Soldados com a abertura necessária para falarem das suas vidas ou do seu passado. Logo, não tinham o comportamento social com as Praças, como os Sargentos, e não relatavam estas histórias, necessariamente ficcionadas, mas que eram muito úteis na instrução, sobretudo pelo grau de motivação que proporcionavam aos jovens instruendos.

Os Oficiais que «cultivaram» um comportamento de distância entre as classes falavam aos Soldados das suas experiências, mas sempre em palestras muito formais, que retiravam toda a objectividade e eficácia às afirmações proferidas. O Soldado que assistia a este tipo de intervenções estava sempre mais preocupado com o seu próprio porte, com medo de ser castigado, do que em ouvir e assimilar o que estava a ser dito. O Sargento era diferente, falava da sua experiência, nos intervalos da instrução, quando os Soldados estavam despreocupados com o seu porte, porque nada lhe era repreendido. Esta diferença de atitude e de relacionamento para com os Soldados conferia igual diferença no resultado da motivação que provocava.

Como exemplo destas acções psicológicas, que muito influenciavam a dedicação do Instruendo, descreve-se a seguinte. Um dos actos técnicos mais importantes em patrulhas, que correspondem a deslocamentos apeados, treinado exaustivamente na formação dos Pára-Quedistas, é a vigia de pontos sensíveis, como, por exemplo, atravessar um caminho, situação em que o militar que o atravessa está

momentaneamente de lado, para alguém que se aproxime nesse mesmo caminho, logo, fisicamente exposto a um ataque inimigo. Estas travessias têm formas técnicas de se efectuarem em segurança quase total. Contudo, são muito aborrecidas, sobretudo se os homens já apresentam um elevado grau de cansaço, o que leva a muitas facilidades que podem ser fatais.

Para tornar esta dificuldade da instrução, pois os Instruendos tendem a não executar esta técnica com perfeição, poderiam seguir-se dois caminhos: castigava-se o Soldado que negligenciava esta técnica, o que não era agradável, ou contava-se uma história, que até podia ser verdadeira. Como por exemplo, dizia um Sargento: «um Soldado da minha Secção (cujo nome se inventava), um excelente moço, casado e com uma filha, morreu porque não cumpriu essa técnica e um inimigo viu-o e deu-lhe um tiro».

Esta e outras histórias do género, que, como disse, até podia ser verdadeira, contada por quem tinha estado na guerra, não permitia dúvidas aos jovens Soldados. Geralmente, a partir desta conversa, que se procurava que decorresse em ambiente de ligeira informalidade, eram os próprios Instruendos que criticavam os seus camaradas que não executavam estas técnicas na perfeição. E assim, com a experiência que se foi acumulando nos quadros, Oficiais e Sargentos, se elevou a formação a níveis de grande qualidade e eficiência.

A instrução técnico-táctica de combate, para além da específica do pára-quedismo, que aqui não se aborda, por se considerar lateral à investigação, compreendia três partes distintas: preparação física; preparação técnico-táctica, na base de acções de guerrilha e contraguerrilha, armamento e treino de tiro de pontaria fixa e instintiva; acção psicológica, concebida para motivar o Soldado à generosidade, solidariedade, fidelidade, amizade, tolerância, lealdade, companheirismo, entrega, honestidade, sinceridade, respeito, contenção, ordem, audácia, dedicação, esforço, sacrifício e disciplina.

Os Soldados, que eram voluntários, rigorosamente seleccionados, com uma boa preparação física e técnico-táctica e com uma “mística” desenvolvida através da acção psicológica, constituíam uma componente à qual muito se deve o valor destas tropas. Mas a acção psicológica tinha um objectivo diferente da que era ministrada à tropa de quadrícula. O que agora se pretendia era motivar o militar para o seu desempenho em combate, para o que se procurava elevar, até ao limite, o seu orgulho e amor-próprio.

7.1 – Formação em Acção Psicológica

A acção psicológica exercida sobre as forças Pára-Quedistas tinha as seguintes finalidades: formar, manter e fortalecer o moral do pessoal e imunizá-lo contra os ataques psicológicos adversos. A formação moral baseava-se no culto das mais altas virtudes do homem; no desenvolvimento dos sentimentos patrióticos; e na exaltação dos valores militares tradicionais (disciplina, honra militar e espírito de corpo), de forma a conseguir criar em cada militar a crença na justiça da causa que defendia; o fortalecimento da vontade de combater e a fé na vitória.

A formação psicológica continha, assim, dois objectivos: a disciplina e a motivação. Por sua vez, a formação disciplinar detinha igualmente dois vértices: a disciplina marcada para uma obediência extrema e um rigoroso comportamento; e a disciplina técnica marcada pela execução tão perfeita quanto possível de todos os movimentos e exercícios técnicos e táticos, tendo em vista o seu desempenho tanto em demonstrações como em combate. Em toda a instrução, que se prolongava por cerca de oito meses, os Soldados eram constantemente alvo dos mais diversos castigos, materializados em exercícios físicos, tão exigentes que o seu cumprimento pressupunha uma disciplina absoluta: o Soldado não podia contestar minimamente o castigo que lhe era aplicado.

Fui Soldado e alvo desta disciplina, e posso acrescentar que ninguém se feriu, física ou psicologicamente, com ela. Estas normas, hoje mal vistas pela sociedade, incomodam mais quem delas tem conhecimento do que quem as sofreu. A este propósito é relevante referir que estas práticas ficavam por vezes aquém de certas praxes académicas exercidas hoje, estas sim sem qualquer utilidade.

Para se conseguir a aceitação desta lógica disciplinar, eram criadas, nos jovens que estavam em instrução, várias ambições; entre elas a de «ganhar» a boina verde, símbolo máximo destas tropas. Afirmava-se então, que a «boina» tinha que ser ganha com sacrifícios, porque a ninguém era oferecida. A motivação de grupo, com base na qual ninguém quer ser inferior, fazia o resto, e a disciplina era efectivamente aceite e seguida.

O conceito da «boina» era explorado ao máximo, a tal ponto que, se um Soldado, que ainda não tivesse a boina verde, estivesse sentado na sala a ver televisão, teria que se levantar imediatamente quando chegasse outro Soldado que já a tivesse, caso não

houvesse cadeiras disponíveis; a entrada para o refeitório era sempre efectuada por antiguidades; até para se servirem no bar, os Soldados que não tivessem boina verde, eram sempre os últimos a ser atendidos e ia-se ao extremo de estes homens se terem que afastar do balcão, mesmo que estivessem já para serem servidos, se outro com boina verde se aproximasse.

Todos os actos praticados pelo Soldado tinham uma tripla finalidade: o acto em si, a disciplina e a formação psicológica. A própria educação física era de tal modo exagerada que, paralelamente, constituía momentos de disciplina, pois só uma disciplina extrema conduziria o Soldado a aceitar, voluntariamente, tão elevados esforços e sacrifícios. E constituía-se, ainda, enquanto momento de acção psicológica, pois a execução dos exercícios era vulgarmente acompanhada de cânticos entoados pelos próprios Soldados. Estes cânticos eram alusivos à heroicidade e ao valor dos Pára-Quedistas.

Os objectivos da acção psicológica podem ser resumidos nos mandamentos do Pára-Quedista, que eram os seguintes:⁸⁹

- 1.º O Pára-Quedista é um soldado de elite. Procura o combate e treina-se para suportar toda a dureza. Para ele a luta é a plena manifestação de si próprio.
- 2.º O Pára-Quedista cultiva a verdadeira camaradagem. Só com a ajuda dos seus camaradas consegue vencer, e é junto deles, e por eles, que morre.
- 3.º O Pára-Quedista sabe o que diz e não fala demasiado. As mulheres falam, mas, os homens actuam. A indiscrição causa, normalmente a morte.
- 4.º O Pára-Quedista é calmo, prudente, forte e resolutivo. O seu valor e entusiasmo dão-lhe o espírito ofensivo que o arrastará no combate.
- 5.º O Pára-Quedista sabe que as munições constituem o que de mais precioso tem frente ao inimigo. Os que atiram inutilmente, só para se tranquilizarem, nada valem, são fracos e não merecem o nome de Pára-Quedistas.
- 6.º O Pára-Quedista não se rende. Vencer ou morrer constitui para ele ponto de honra.

⁸⁹ Os mandamentos eram disponibilizados a todos os Pára-Quedistas, pelo que possui uma cópia.

- 7.º O Pára-Quedista sabe que só triunfará quando as suas armas estiverem em bom estado. Por isso, obedece ao lema: “primeiro cuidar das armas, só depois dele próprio”.
- 8.º O Pára-Quedista conhece a missão e a finalidade de todas as suas operações. Se o seu comandante for morto, poderá, ele sozinho, cumprir a sua missão.
- 9.º O Pára-Quedista combate com lealdade e nobreza. Mas não tem piedade dos que, não ousando lutar do mesmo modo, se dissimulam no anonimato.
- 10.º O Pára-Quedista tem os olhos bem abertos e sabe utilizar ao máximo todos os seus recursos. Ágil como a gazela, duro como o aço, quando necessário, embora não o sendo, é capaz de agir como pirata, pele vermelha ou terrorista. Nada há que lhe seja impossível.

Se os cânticos eram entoados durante os exercícios de «ordem unida», isto é, exercícios de parada, deslocação em formatura ou de apresentação e durante os exercícios físicos, sempre difíceis, quando não penosos, os mandamentos eram lidos em momentos de formatura, com as tropas geralmente na posição de sentido, para tornar o acto mais solene e respeitável. Todas estas acções de formação psicológica tinham um objectivo último: o controlo social o qual foi, indiscutivelmente, bem sucedido.

É relevante a comparação entre o «Código de Honra do Cadete» da Academia Militar, com os «Mandamentos do Pára-Quedista», por serem duas realidades que, de certo modo, correspondem ao que as entidades competentes pretendiam de uma e de outra força. Com efeito, o Código do Cadete, onde se destacam as palavras orgulhoso, corpo, farda, cavalheiresco, honesto, confiança, camaradagem e virtude, conduz-nos ao cavaleiro ou aquilo que, depreciativamente, era designado por «menino de salão», enquanto que os Mandamentos do Pára-Quedista, onde se destacam as palavras dureza, combate e morte, conduzem-nos a um homem robusto, ainda que «brutesco». As duas doutrinas de formação, claramente expressas nos enquadramentos citados que, de certo modo, as resumem, revelam-nos duas realidades opostas sendo que só dificilmente os primeiros se «encaixariam» a comandar os segundos pelo exemplo e sem recurso à repressão e ao distanciamento.

7.2 – Os Oficiais Pára-Quedistas

Os Oficiais de carreira que exerciam funções nas Tropas Pára-Quedistas eram provenientes dos quadros do Exército, formados na EM, o que determinava que a sua formação era idêntica à dos Oficiais que exerciam funções no Exército, situação já devidamente apreciada. Não ignoro que estes Oficiais frequentavam, acções de formação nas Tropas Pára-Quedistas, mas também os seus camaradas que continuavam no Exército as frequentavam. Como se viu, o CIOE criou mesmo um Curso de Guerra Subversiva com a duração de 813 horas diurnas, cuja finalidade visava preparar Oficiais para o comando de tropas. Não havia, pois, diferenças de formação entre os Oficiais Pára-Quedistas e os Oficiais em funções de quadrícula.

Quanto aos Oficiais milicianos a situação já era um pouco diferente. Com efeito, estes Oficiais ingressavam nas Tropas Pára-Quedistas após a frequência dos dois ciclos do COM. Uma vez em Tancos, os milicianos, tanto Oficiais como Furriéis frequentavam, em conjunto, um curso de guerra subversiva, que ali tinha a designação de «Curso de Combate». O curso dirigido por um Oficial, geralmente Capitão, era ministrado por Sargentos, os quais classificavam e aprovavam, ou não, os Instruendos milicianos.

Contudo, e paradoxalmente, os Oficiais milicianos seguiam depois para África onde iam comandar os seus Instrutores, que embora possuindo menores habilitações literárias, eram uns «senhores» na guerra, razão pela qual eram escolhidos para ministrar cursos a graduados. Esta situação, que está longe de ser a única incongruência, constitui mais uma, entre muitas revelações da ineficiência seguida pelo Exército, na formação das suas elites combatentes, especificamente, dos quadros que fizeram a Guerra de África, onde tantos erros foram cometidos por incapacidade de comando.

A este propósito e durante a longa entrevista realizada no âmbito da investigação afirmou-me o Tenente-Coronel Pára-Quedista Mira Mensurado: “o Sargento era decisivo na guerra; o Alferes podia não existir, a sua figura era irrelevante, ele era o que eram os «seus» Sargentos”.⁹⁰

⁹⁰ Mensurado foi Oficial Pára-quedista e esteve em África “cerca de dez anos, sempre em operações, nos treze anos de guerra ultramarina”, como o próprio afirma na sua obra, “*Que Nunca por Vencidos se Conheçam*”, p. 109. Sendo o Comandante destas tropas na Guiné, no dia 25 de Abril de 1974. Em entrevista, no dia 16/06/2003, no âmbito da presente investigação.

Referindo-se ao tempo em que comandou os Pára-Quedistas na Guiné, afirma Mensurado “na Guiné rapidamente fiquei sozinho (...) estava, por outro lado, muito mal servido de Capitães pára-quedistas (...) em sargentos pára-quedistas, pelo contrário, estava excelentemente servido e os soldados pára-quedistas eram duma disciplina exemplar” (Mensurado, 1993:106). Para o Comandante dos Pára-Quedistas havia uma grande diferença, entre Capitães e Sargentos, na forma de exercerem as funções de combate. Contudo, nesta altura, as habilitações literárias eram muito diferentes, o que hoje se esbateu, mas não se esbateram as personalidades dos actores.

Sobre este assunto o Comando da RMA considerava que na guerra subversiva, as qualidades de chefia e as virtudes militares deveriam gozar de uma grande preponderância em relação aos conhecimentos técnicos, podendo-se atribuir uma percentagem relativa de 75% e de 25%, contrariamente ao que acontece na guerra convencional, em que devem ser igualmente doseados.

Segundo este Comando, interessavam comandantes que fossem condutores de homens, animados de forte espírito e personalidade, com entusiasmo, dedicação e espírito de sacrifício, ainda que os seus conhecimentos técnicos fossem inferiores. Na guerra de guerrilha os chefes subalternos, sendo observados nos mínimos pormenores pelos seus subordinados, só serão verdadeiros chefes se, para além dos galões, forem aceites pelo seu prestígio e qualidades reveladas na acção. Em conclusão afirmava: “não se crê necessário possuir-se o 7.º ano” (EME, B, Vol. VI, Tomo I, 1988: 372 e 373).⁹¹

7.3 – Os Sargentos Pára-Quedistas

O Exército não encontrou forma de alterar o recrutamento dos quadros milicianos, que foram os verdadeiros comandantes das forças de execução na Guerra de África, a partir do momento em que os Oficiais de carreira encontraram expedientes para se ocuparem de tarefas mais cómodas e menos arriscadas. A dificuldade de inovação deveu-se aos interesses instalados, que não aceitavam a criação de um quadro onde supostamente estivessem os elementos mais capazes, ainda que com menor formação. A defesa destes interesses constitui uma inércia perigosa que bloqueia e inibe a actuação dos exércitos em campanha. Mas a inércia não constituiu uma inevitabilidade omnipresente, como o

⁹¹ Relatório Periódico de Comando n.º 17, de Outubro de 1962 – com classificação de Secreto.

prova a criação da classe de Sargentos Pára-Quedistas, cujo recrutamento seguiu uma fórmula que garantia que os membros desta classe possuíssem as características referenciadas pelas várias entidades, entre as quais, o Comando Militar de Angola.

Com efeito, estes Sargentos do quadro, porque os milicianos seguiam a lógica já descrita, eram todos oriundos da classe de Praças. Nos primeiros anos após a criação das Tropas Pára-Quedistas os Sargentos eram, tal como os Oficiais, recrutados nos efectivos do Exército, mas com o começo da Guerra de África e por decisão do Secretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza de Arriaga, os Sargentos passaram a ser formados internamente. A lógica era a seguinte: os mancebos candidatos a Soldados Pára-Quedistas eram sujeitos a uma apertada série de provas selectivas. Se as superassem, ingressavam na fase de instrução; terminada a instrução seguiam para um dos teatros de guerra, onde os mais capazes, aqueles que tinham revelado melhores performances nas frentes operacionais, eram promovidos a Cabos; os melhores destes Cabos, o que não significa que não houvesse erros de análise pontuais, eram convidados a frequentar o Curso de Sargentos que, geralmente, um por ano, decorria no Regimento em Tancos; estes cursos, com a duração de sete meses eram ainda muito selectivos, por exemplo, no meu curso, de 50 alunos ao início, terminámos 25 apenas. Os cursos eram intensivos e apenas tratavam de matérias relacionadas com a função. Quer isto dizer que um Sargento Pára-Quedista se, eventualmente, tivesse também, como foi o meu caso, frequentado uma Escola de Cabos e um curso de Higiene Tropical e Primeiros Socorros, tinha mais formação específica de combate, do que a que era ministrada na Academia Militar, onde os cursos tinham três anos, «empacotados» em dois, incluindo toda a matéria científica que habilitava os Alunos com o grau de licenciatura, mas nos quais muito pouca formação técnica de guerrilha era ministrada.

Para além da quantidade, era ainda relevante a qualidade, pois os Instrutores dos cursos de Sargentos Pára-Quedistas eram sempre os graduados: Oficiais e Sargentos, que mais qualidades tivessem revelado em campanha.

A título de exemplo do que era uma rotina, assentei praça no dia 8 de Setembro de 1968 e cheguei a Angola, no dia 8 de Setembro de 1969; tinha exactamente 11 meses de instrução, já que o último mês foi para preparar a partida e fazer a viagem de barco (o

Vera Cruz); voltei de Angola, cuja comissão me foi dada por terminada⁹² em 31 de Dezembro de 1970, e frequentei o Curso de Sargentos durante sete meses. Ou seja, estes homens rigorosamente seleccionados, nomeadamente com provas em campanha, tinham uma formação específica e intensiva de 18 meses, mas eram comandados por Alferes milicianos, que não tinham passado por crivos de selecção tão rigorosos e detendo apenas 6 meses de formação. Todavia, e é sempre importante referi-lo, não consta nos arquivos disciplinares das Tropas Pára-Quedistas qualquer conflito disciplinar em que um Sargento tivesse faltado ao respeito a um Alferes, o que atesta o valor militar dos Sargentos «produzidos» nas Tropas Pára-Quedistas.

Sobre a formação destes Sargentos, afirmou-me, em entrevista, o Tenente-Coronel Pára-Quedista Ângelo Mendes da Silva e Sousa, que fora o maior doutrinador da formação técnico-táctica destas tropas: “nós fizemos Sargentos como mais ninguém o fez”. E acrescentou: “nós fomos os únicos que fizemos doutrina de formação, em que articulámos a duração com a consistência técnico-táctica pretendida. Chegámos a ministrar 33 semanas de formação a Soldados”. No entanto, os Oficiais milicianos do Exército tinham 22 semanas de formação. Silva e Sousa prosseguiu: “conseguimos unidade entre a doutrina de formação e a doutrina de actuação na Guerra de África, o que só foi possível porque Oficiais e Sargentos exerciam actividades de formação quando regressavam de África, o que lhes permitia incorporar na formação, os conhecimentos adquiridos. Para além de tudo isto, tínhamos ainda unidade de comando,” e em jeito de conclusão: “os Pára-Quedistas eram uma instituição, funcionava por ela própria, sem dependência de ninguém, porque a unidade de doutrina e a experiência isso permitiam”⁹³.

A problemática da formação das Praças e Sargentos Pára-Quedistas foi também abordada pelo Coronel Pára-Quedista José Alberto de Moura Calheiros, que afirmou: “sucede que os sargentos pára-quedistas eram um conjunto de homens extraordinariamente generosos, que recebiam uma excelente preparação depois de seleccionados entre os melhores soldados da unidade. Tinham sido, no decorrer de muitos anos de guerra, extremamente abnegados e sacrificados, porque foi talvez sobre

⁹² Era habitual a interrupção das comissões dos Cabos que eram convidados para frequentarem os cursos de Sargentos, que decorriam no Regimento, em Tancos.

⁹³ Em entrevista, no dia 08/09/2002, no âmbito da presente investigação.

eles que recaiu o maior esforço de instrução e de guerra das tropas pára-quedaistas” (Cunha, 2001: 287 e 288). Estas palavras foram-me repetidas em entrevista, tendo entendido transcrevê-las, pela importância de que se revestem.

Terminado o curso, estes homens eram promovidos a Furriel e, pouco depois, seguiam de novo para a Guerra de África, onde comandavam Secções de combate. Eram promovidos a Segundos Sargentos, dois anos depois de terem sido promovidos a Furriel e a Primeiro Sargento, quatro anos após a promoção a Segundo Sargento. Os três postos citados eram os únicos que constituíam esta classe. O posto de Sargento-Ajudante, existente no Exército e na Força Aérea, não existia nos Pára-Quedistas. Em qualquer destes três postos, a função dos Sargentos era sempre a mesma: Comandante de Secção de combate. Mas o Sargento mais antigo, de cada Pelotão, comandava o mesmo, na ausência do respectivo Alferes.

Não obstante esta lógica rotineira, os Sargentos não eram todos iguais, porque as características pessoais ainda os qualificavam e diferenciavam substancialmente. Mas, era evidente que, na sua segunda ou terceira comissão, perfilavam-se homens de grande capacidade, apurada técnica e longa experiência, que “engoliam”⁹⁴ um Capitão médio. Estes líderes, que se tornaram incontestáveis, eram os verdadeiros decisores dos actos das Companhias pelas influências que exerciam e pela segurança que proporcionavam aos próprios Comandantes dessas Unidades.

Estes homens tinham, ainda, uma tarefa acrescida: a de enquadrar os Alferes quando iam para a mata⁹⁵, pelo menos até metade da sua comissão. É fácil imaginar, um Sargento na sua segunda ou terceira comissão, amadurecido pelos muitos combates que lhe apuraram a técnica e o sentido de previsão, ter que trazer ao «colo o menino Alferes» que o comandava. Quando surgiam dificuldades na frente de combate, quem comandava de facto, na maioria dos casos, eram os Sargentos. Porém, e é justo referi-lo, houve Alferes que, porque tinham qualidades, se tornaram bons operacionais, o que acontecia normalmente na segunda metade das comissões, pois a primeira metade era, sobretudo, para aprender.

⁹⁴ Terminologia e afirmação utilizada pelo Major-General Pára-Quedista Rafael Ferreira Durão, em entrevista, no dia 05/03/2002, no âmbito da presente investigação.

⁹⁵ Dizia-se, mesmo, na gíria de então, que os Sargentos Pára-Quedistas iam para a mata «com a mochila às costas e os Alferes ao colo».

Este sistema de funcionamento deixa de imediato perceber que as Tropas Pára-Quedistas actuaram em África com base numa orgânica híbrida: mantiveram a lógica dos milicianos, formados à base das habilitações literárias, e uma classe de Sargentos do quadro, formados à base das suas capacidades. O sistema funcionou e resultou, pois os Pára-Quedistas terão sido, muito provavelmente, as melhores forças que actuaram em África, pois souberam conjugar o valor operacional com o respeito pelo adversário e pelas populações africanas. A este propósito e a confirmá-lo, refira-se que, ainda recentemente, um vasto grupo devidamente identificado como antigos militares duma Companhia destas tropas se deslocou à Guiné em viagem de turismo, onde foram todos bem recebidos, inclusive em audiência pelo Presidente da República daquele país, contra quem haviam lutado três décadas atrás.

Se entre Sargentos e Alferes não havia problemas de relacionamento, até pela rápida passagem dos segundos pela profissão, o mesmo já não se pode afirmar relativamente aos Sargentos e Capitães os quais, sendo também do quadro, permaneciam juntos muito tempo e as diferenças de capacidade eram evidenciadas a cada instante. Por outro lado, os Capitães tinham relutância em aceitar uma correcção que lhe fosse indicada por um Sargento.

Contudo, verificaram-se grandes variâncias neste ponto, pois se, em momentos ou em zonas de pequena ou mesmo nula actividade de combate, a maioria dos Capitães não cediam qualquer parcela da sua autoridade, em zonas ou em momentos de combates difíceis, aceitavam frequentemente as posições assumidas pelos melhores Sargentos⁹⁶.

Se, por um lado, a doutrina oficial determinava que o comandante da força em patrulha seguisse na frente, a verdade é que, em conformidade com o que observei e pratiquei, na frente seguia sempre o Sargento, criando na força dois comandos ou um comando bicéfalo. A contínua repetição deste sistema de trabalho tornou, por conseguinte, o Sargento o «homem do leme», com o subsequente aumento de prestígio e de liderança.

⁹⁶ No decurso do combate mais violento que a CCP 123 travou em Gadamael-Porto, o Capitão ordenou a retirada da Companhia, no que foi desobedecido e contrariado pelo Sargento Joaquim Manuel Delgadinho Rodrigues que, por considerar perigoso retirar quando estava debaixo de um violento ataque da Guerrilha, manteve em combate as forças que estavam sob o seu comando (duas Secções, a sua e a que era comandada pelo Furriel Miliciano Oliveira). Quando se conseguiu livrar da pressão inimiga reparou que o resto da Companhia (incluindo a outra Secção do seu Pelotão) se tinha afastado cerca de 1 km. Não obstante o gravíssimo incidente, o Capitão fez total silêncio sobre o mesmo. Os próprios Delgadinho Rodrigues e Oliveira explicaram-se, na altura, como tudo se passou. O agora Capitão Delgadinho Rodrigues repetiu-me tudo de novo, no âmbito da presente investigação.

Tem aqui total acuidade a afirmação do Tenente-Coronel Silva e Sousa: “o Estado-Maior foi incapaz de compreender a guerra, logo de a doutrinar”⁹⁷. Dificilmente pode doutrinar sobre uma guerra se nela nunca se participou, como era o caso dos Oficiais de Estado-Maior que permaneciam nas cidades, enquanto a guerra se fazia, apenas e só, nas matas.

Em termos de conclusão, pode-se seguramente afirmar desde já, que as relações entre os Capitães e os Sargentos, derivadas desta forma «à portuguesa de fazer a guerra» eram uma consequência conjugada das capacidades de um e de outro e das condições de combate. Também se pode afirmar que estas relações deslizavam desde as muito boas, em situações de combates apertados, a deterioradas, em momentos de tranquilidade. Temos então que reconhecer que o melhor ou o pior relacionamento em nada se ficou a dever a fundamentos democráticos ou de dignificação humana, mas, tão só, a razões de valor e de capacidades. Era assim uma questão de competência do Sargento posta ao serviço de toda a comunidade⁹⁸.

Esmiuçando melhor esta ideia, que a prática do dia a dia confirma, pode afirmar-se que entre os melhores Capitães e os melhores Sargentos formava-se e existia um respeito mútuo e estrutural que, com frequência, derivava para a amizade. Entre os outros, a situação já era conjuntural.

O relacionamento dos Sargentos com os Oficiais Superiores tinha um sentido muito diferente: em primeiro lugar, os Oficiais Superiores já não combatiam, desempenhavam outras funções mais acima, pelo que o seu relacionamento funcional com os Sargentos não existia. Em segundo lugar, porque eram mais idosos, mais experientes e exerciam as suas funções a nível superior, onde os Sargentos não actuavam. Em terceiro lugar, se

⁹⁷ Em entrevista, no dia 08/09/2002, no âmbito da presente investigação.

⁹⁸ A título de Exemplo, cito a situação dos Segundos-Sargentos Joaquim Manuel Delgadinho Rodrigues, Francisco Maria Medeiros Ragageles e de mim próprio. Estes três Sargentos foram operacionais durante 26 meses, o que não aconteceu com nenhum outro Sargento do Quadro, os quais desempenhavam também diversas funções de apoio. Os sargentos eram colocados nas funções de apoio, na sede do Batalhão, em Bissau, por ordem cronológica da sua chegada à Província. Porém, quando se verificaram as vagas em funções de apoio e eu era o Sargento operacional há mais tempo, o Comandante do Batalhão chamou os três, e disse-nos que nós não sairíamos das funções de combate, por que essa situação provocaria graves consequências para o valor operacional do Batalhão. Quando terminámos a comissão de serviço, que era de 21 meses, a situação repetiu-se por falta de substitutos adequados, o que nos obrigou a prolongar a comissão por mais 5 meses. O que afirmo pode ser confirmado nos nossos processos individuais, sendo que o meu se encontra na Secretaria do Centro de Recrutamento de Évora, cuja consulta expressamente autorizo.

não havia dependência qualitativa do Oficial para com o Sargento, restava o interesse dos Oficiais Superiores no bom desempenho das unidades de combate, onde a actuação dos Sargentos era imprescindível; ficava então a compreensão e o apoio.

Pode-se, nesta base, afirmar que o relacionamento dos melhores Sargentos com os Oficiais se caracterizava pelos seguintes princípios: com os Subalternos, pelo respeito mútuo e pelo mando do Sargento, em situações de combate. Aliás, Costa Gomes chegou a afirmar: “Nos oficiais do Quadro de Complemento (QC) há mais uma dependência que uma subordinação aos sargentos do QP”.⁹⁹ Costa Gomes assumia que os Oficiais milicianos dependiam dos Sargentos do QP, mas esta dependência não era exclusiva dos milicianos, antes se estendia igualmente aos do quadro. Porém, e muito embora, este anacronismo militar fosse do conhecimento geral e tão negativo para a execução da Guerra de África, manteve-se para «calar» as classes médias, cujos filhos iam à Guerra, mas, ao menos como Oficiais, compensando assim uma certa vaidade social. Na generalidade o relacionamento entre os melhores Sargentos e os Capitães processava-se por vezes de forma conflituosa, em momentos de tranquilidade, e de forma cooperante em momentos de combate, porque assim o impunham as necessidades de segurança de todo o grupo; com os Oficiais Superiores o relacionamento era bom, conquanto escasso.

No entanto, entre Oficiais e Sargentos havia uma grande diferença cultural, a qual, se era relevante no porte social e mesmo nas facilidades de aprendizagem das matérias técnicas, não tinha qualquer significado e era mesmo irrelevante para o desempenho em combate. Havendo ainda a considerar que a Guerra que travámos não tinha nada de técnico. Para o Coronel Moura Calheiros, “aquilo não tinha técnica nenhuma, era mais tiro menos tiro”, como afirmou¹⁰⁰. Tudo dependia da capacidade dos homens que, no combate, ficavam debaixo de fogo e particularmente do Sargento que ali estivesse.

De tudo o verificado, defendo que o Exército não adoptou uma eficiente doutrina de formação, particularmente na componente de recrutamento, porque nunca seguiu uma doutrina de actuação eficaz e justa. Este comportamento, em minha opinião, foi mau para o País e não prestigiou o Exército.

⁹⁹ <http://www.expresso.pt/ed1324/r581.asp> (18/04/2001).

¹⁰⁰ Em entrevista, no dia 12/06/2003, no âmbito da presente investigação.

III – A GUERRA DE ÁFRICA E O DESEMPENHO DAS ELITES MILITARES

O presente capítulo descreve, articula, analisa e explica a qualidade do desempenho das elites militares e o «sistema de forças» que Portugal instalou nos três teatros de operações em África, ao longo dos treze anos de duração da Guerra. Não pretendo abordar o conjunto das tropas em presença, mas o sistema de forças em acção. Portugal instalou e fez operar um sistema de forças estruturado, segundo as imagens que progressivamente se iam constituindo sobre a realidade de cada um dos três teatros de operações, respectivamente em Angola, em Moçambique e na Guiné.

A descrição e análise, objectiva e cuidada, da forma como as elites militares portuguesas conduziram e executaram a Guerra de África, impõe que se proceda a uma leitura do que sobre a matéria escreveram diversos especialistas no assunto, bem como sobre o que fizeram e como o levaram a efeito outros países em situações semelhantes. Ao pretender investigar a formação das elites militares, tenho que a objectivar em função de um fim, o qual, no caso vertente, era a condução e execução da Guerra de África. A qualidade e o valor dessa formação só pode ser aferível através da qualidade do desempenho que as elites militares tiveram nessa mesma Guerra.

Não me preocupa apreciar os currículos dos vários cursos, em termos abstractos, nem das diversas reformas que foram postas em curso ao longo dos vários anos em que foram formadas as elites que dirigiram ou executaram a Guerra. Preocupa-me sim, saber se as elites estavam ou não devidamente capacitadas para a execução das tarefas que lhe foram então cometidas. Neste sentido, analiso a formação das elites face ao respectivo desempenho, para depois se procurarem encontrar os fundamentos dos êxitos ou dos erros, os quais podem ter os seus fundamentos na formação técnico-táctica que as elites possuíam e, então, se analisam as reformas e os currículos que funcionarão como variáveis explicativas.

Estimo a formação a três níveis, que correspondem às minhas três hipóteses de trabalho, já atrás delimitadas, as quais hão-de confirmar se as elites estavam ou não dotadas das capacidades de comando, direcção ou combate, consoante o nível da estrutura hierárquica em que actuavam.

Para aferir as capacidades das elites militares segui duas linhas de investigação: na primeira comparei a Guerra de África, com guerras semelhantes nas quais estiveram envolvidos outros países, para concluir se os militares portugueses foram mais ou menos eficazes que os seus congéneres estrangeiros; na segunda compararei os militares portugueses entre si, no sentido de apreciar ou encontrar relevâncias que esclareçam, no contexto global do seu desempenho, o impacto da respectiva formação técnico-táctica, das características psico-fisiológicas do combatente e da sua experiência.

1 – A GUERRA PORTUGUESA E AS OUTRAS GUERRAS

À procura de semelhanças ou diferenças entre a Guerra de África e as Guerras dos outros países, abordei obras de diversos autores que se dedicaram a esse estudo. Bernard Trainor, General americano, defendeu o seguinte sobre a Guerra de África: “enquanto outros estados europeus garantiam a independência às suas possessões africanas, Portugal decidia ficar e lutar, apesar das poucas probabilidades de vir a ser bem sucedido. Constitui um feito notável que o tenha conseguido com êxito durante treze anos nas três frentes de Angola, Guiné e Moçambique, em especial para uma nação de recursos tão modestos. Conquanto o exército tenha um importante papel na contra-guerrilha, no fundo continua a tratar-se de uma luta política. Como consequência, o papel das forças armadas não se cinge necessariamente a conseguir uma vitória militar imediata, mas a conter a violência, a proteger as pessoas de ameaças, a impedir o acesso de guerrilheiros às populações locais, às suas reservas de alimentos e de recrutamento, a ganhar a confiança com iniciativas sociais, e, através de tais actividades, a conseguir incutir nas chefias rebeldes o respeito suficiente para induzir negociações políticas. O exército português cumpria todos estes requisitos. A sua rota para o sucesso não foi sempre linear; no entanto, aprendeu com os seus erros e continuou flexível nas suas opiniões. Teve a capacidade de aprender enquanto actuava. No final, infelizmente, os políticos portugueses malbarataram as vitórias militares ganhas a tanto custo, recusando chegar a acordo com os revoltosos” (Cann, 1998: Prólogo).

Trainor, figura de relevo nestas matérias, considera que o Exército português desenvolveu os actos que estavam ao seu alcance, chegando mesmo a classificá-los de «feito notável». No entanto, não deixa de considerar que o Exército «aprendeu com os

seus erros», considerando assim que os houve, esclarecendo, contudo, que a experiência é um factor a considerar, que ninguém possuía, no início do conflito.

E continua este General, professor universitário e investigador: “o exército português aperfeiçoou a sua filosofia e pô-la em prática de modo a competir com a estratégia das guerras prolongadas de guerrilha, e, ao fazê-lo, seguiu as lições colhidas das experiências britânicas e francesas em guerras de pequena escala. Portugal definiu e analisou o problema da insurreição à luz destes conhecimentos acumulados em contra-insurreição, desenvolveu neste contexto as suas políticas militares e aplicou-as ao ambiente colonial africano. O modo como os portugueses abordaram o conflito foi diferente, ao procurarem combinar o «pau de dois bicos» que era a estratégia nacional de conter os custos da guerra e de estender os encargos às colónias, com a solução no campo de batalha” (Cann, 1998: Prólogo).

Trainor, em mais este parágrafo, manifesta o seu apreço sobre a forma como as elites militares estruturaram a Guerra, salientando, uma vez mais, a habilidade como se utilizou a experiência alheia e se evoluiu na própria.

Para John Cann, outro Oficial americano relevante: “existem invariavelmente dois lados na história de cada guerra, e estas campanhas não foram excepção. O exército português foi confrontado com a difícil tarefa de «ganhar uma guerra de libertação nacional» numa época em que não era prudente conservar um império colonial. Numa guerra de tal cariz, a vitória pode ser conquistada militarmente, mas o mais provável é ser conseguida através de um compasso de espera, durante o qual o governo ganha credibilidade através do exército e de iniciativas sociais, e leva por esse meio os guerrilheiros a negociar. Conseguir fazê-lo não é proeza pequena, numa guerra em que os guerrilheiros procuram minar totalmente qualquer autoridade. (...) Infelizmente, os líderes políticos portugueses não tiveram visão e mantiveram-se afastados da realidade, tendo os sucessos militares e sociais sido desperdiçados pela intransigência política” (Cann, 1998: 9).¹⁰¹

¹⁰¹ John P. Cann, Oficial-Aviador da Marinha Norte-Americana na reserva, fez parte do Gabinete do Secretário Auxiliar da Defesa para Operações Especiais e Conflitos de Baixa Intensidade e, mais tarde, do Gabinete do Subsecretário de Estado da Defesa. Doutorado em Estudos de Guerra pelo King's College, da Universidade de Londres, tem publicado artigos sobre o tema da contra-insurreição. Prestou também serviço no Pentágono e no Comando Ibérico da NATO, em Oeiras.

Numa outra passagem da sua obra Cann acrescenta: “entre 1961 e 1974, Portugal enfrentou a tarefa extremamente ambiciosa de dirigir três campanhas de contra-insurreição simultaneamente: na Guiné, em Angola e em Moçambique. Nessa altura, Portugal não era um país rico nem desenvolvido. De facto, pela maioria dos padrões de avaliação económica, era o menos rico dos países da Europa Ocidental. Deste modo, constitui um feito notável que Portugal, em 1961, conseguisse mobilizar um exército, o transportasse para as suas colónias em África, a muitos quilómetros, aí estabelecesse numerosas bases logísticas em locais-chaves, de maneira a fornecer-lhe apoio, o preparasse com armas e equipamento especial e o treinasse para um tipo de guerra muito específico. O que se torna ainda mais digno de nota pelo facto de estas tarefas terem sido cumpridas sem qualquer experiência anterior, nem competência provada em campo, em matéria de projecção de poder ou de guerra de contra-insurreição, e, por conseguinte, sem beneficiar de instrutores competentes nessas especialidades. Para que se constate melhor este último ponto, e com excepção de algum episódio de pacificação colonial, Portugal não disparava um tiro desde a Primeira Guerra Mundial, quando a Alemanha invadiu o Norte de Moçambique e o Sul de Angola” (Cann, 1998: 19).

Tal como Trainor, também Cann não poupa elogios ao método desenvolvido por Portugal para conduzir a Guerra de África e, também ele, acentua a questão da experiência. Importa, contudo, tecer uma consideração: não se está, aqui, a apreciar a razão da Guerra, mas tão só a capacidade das elites para a sua condução. Quando defendo que fizeram bem, não estou a dizer «que fizeram bem em fazer a guerra» mas, tão só, que «fizeram bem a Guerra».

O objectivo principal numa guerra subversiva, como era o caso, consiste na conquista da população. Pode-se mesmo dizer que a população é o *meio* (no sentido de ambiente ou de campo de acção) no qual a subversão se processa, sendo também o *objectivo* a conquistar e ainda, *uma das armas* utilizadas para atingir esse objectivo. Nenhuma acção subversiva terá quaisquer probabilidades de êxito sem primeiro conseguir o apoio, voluntário ou forçado, consciente ou inconsciente, de uma parte numerosa da população; e, reciprocamente, uma vez conseguido esse apoio, as suas probabilidades de vitória são muito grandes. Como afirmou Mao-Tsé-Tung, “a população é para o insurrecto o mesmo que a água é para o peixe” (EME, Vol. I, 1963: Cap. I, 19).

A partir deste conhecimento as autoridades estabelecidas sabiam que, para combater a subversão, era necessário que fossem tomadas medidas que contrariassem as suas características. Desde logo, e porque sem população não há subversão, tinham que ser tomadas todas as medidas que impedissem a propaganda subversiva, no sentido de trazer a população para o lado das autoridades estabelecidas. Tanto mais que o que separa a população do Guerrilheiro é apenas o momento. Neste sentido, era por demais evidente que a luta contra a subversão não podia ser levada a efeito exclusivamente pelas forças militares através do combate à guerrilha. Mas, complementarmente, as forças militares podiam também ser utilizadas no apoio e assistência à população com os seus médicos e capelães, administrando justiça e instrução, fornecendo alimentação e medicamentos, aumentando-lhe o moral com a sua presença, bem como, quando necessário, assegurar o funcionamento de certos serviços essenciais desorganizados e auxiliar as autoridades e as suas forças policiais nas actividades que a estas competiam.

Importa conhecer a população que constituía o meio onde as forças portuguesas actuaram.¹⁰² Este caracterizava-se, quase sempre, por uma pequeníssima densidade de habitantes “civilizados”¹⁰³ e por habitantes nativos, em muito maior número, que tinham um nível de instrução muito baixo e costumes e crenças completamente diferentes dos europeus. Desta situação derivavam, para a luta contra a subversão, certas dificuldades que foram incidir em especial na organização, equipamento, instrução, instalação, modo de vida e combate das forças da ordem.

Se o mosaico populacional apresentava sérias dificuldades de actuação, as condições económicas portuguesas não eram melhores. Pelos padrões europeus, Portugal não possuía um aparelho económico poderoso com que pudesse suportar facilmente uma aventura militar distante e de grande envergadura. Basta comparar a situação portuguesa com a dos outros países, que enfrentaram guerras semelhantes que, todos eles, as perderam, para se concluir que assim era.

A Grã-Bretanha, que combateu na Malásia entre 1948 e 1960, e no Quénia entre 1952 e 1956; a França, que combateu na Argélia entre 1956 e 1962; e os EUA que combateram

¹⁰² Sobre o tema «população» desenvolvi um estudo aprofundado, particularmente, no campo dos hábitos e da religião, porém, por “economia” de páginas da dissertação, resumi esse trabalho em apenas algumas linhas.

¹⁰³ Termo utilizado nos documentos oficiais das FA.

no Vietname entre 1965 e 1973. Ao lado destes veteranos em contra-insurreição, a economia de Portugal encontrava-se verdadeiramente anémica e levantava sérias dúvidas acerca da sua capacidade para sustentar um tal empreendimento militar. O PIB de Portugal nas vésperas da Guerra, em 1960, era de 2,5 biliões de dólares. O PIB da Grã-Bretanha era de 71 biliões de dólares, 28 vezes o de Portugal. O PIB da França era de 61 biliões de dólares, 24 vezes o de Portugal. O PIB dos EUA, era de 509 biliões de dólares, 203 vezes o de Portugal. Quando estes números se reduzem ao PIB *per capita*, que é o indicador da capacidade da riqueza produzida e tributada para apoiar uma Guerra, a relativa fraqueza económica de Portugal é tão evidente que suscita imediatamente a dúvida sobre a sua capacidade para sustentar e gerir qualquer Guerra.¹⁰⁴

Perante estes dados John Cann considera que Portugal “teria de adoptar estratégias diferentes das da Grã-Bretanha, França e Estados Unidos. Teria de superar estas sérias limitações planeando formas de as contornar e de evitar o seu impacto directo na capacidade para gerir a guerra. Existiam dois elementos-chave que escoravam o esforço de Portugal neste campo. O primeiro era disseminar o mais possível o fardo da guerra; o segundo, manter o ritmo do conflito suficientemente lento para que os recursos fossem suficientes. Às práticas de contra-insurreição adoptadas por Portugal e que reflectiram estas duas políticas nacionais na condução das campanhas, pode dar-se o nome de «modo português de fazer a guerra»” (Cann, 1998: 29).

A interpretação deste autor quanto à forma como Portugal conduziu a Guerra de África, merece um amplo consenso. A situação não apresentava alternativa, pois a capacidade de Portugal manter uma campanha militar à distância teria de incluir, forçosamente, as vastas e dinâmicas economias de Angola e de Moçambique. No início do conflito, em 1962, o PIB de Portugal continental era de 2,88 biliões de dólares. A estes números devem acrescentar-se os 803,7 milhões do PIB de Angola, a importância semelhante de 835,5 milhões do PIB de Moçambique, e os 85,1 milhões da Guiné (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1973: 76). Este quadro completo revela uma nação com um PIB de 4,6 biliões de dólares e modifica consideravelmente a equação da riqueza.

¹⁰⁴ Para melhor aprofundamento sobre esta matéria ver Cann, 1998, o qual desenvolve este tema com grande profundidade.

Segundo Cann, Portugal orientou o conflito disseminando os custos da Guerra e mantendo-a num ritmo lento, mas falta acrescentar que os militares portugueses, particularmente as Praças, prestaram o seu serviço militar praticamente sem qualquer vencimento¹⁰⁵. A alimentação fornecida a todos os militares era de má qualidade e de pouca quantidade: só a fome não escasseava. Os fardamentos apuravam-se até ao seu limite, passando de homem para homem: termo que uso intencionalmente, pois a distribuição de fardamento, já usado por outros militares, era extensiva a Sargentos e a Oficiais. As instalações, à excepção das existentes nas maiores cidades, não existiam: os militares viviam em tendas, quando as havia. Temos, então, que os custos com o pessoal foram extremamente reduzidos relativamente às outras guerras citadas.

Em resumo, os baixos custos da Guerra ficaram a dever-se às seguintes questões: baixa tecnologia da guerra, o que implicava baixos custos com material; baixa intensidade da guerra, o que implicava baixos consumos de material; baixos custos com pessoal, reflectindo-se nos baixos salários aos graduados; nos baixos (quase nulos) salários (pré) às praças; no fardamento muitas vezes já usado; na má alimentação, em quantidade e qualidade, e na inexistência de instalações.

Não obstante a situação descrita, em 1965, com quatro anos de Guerra, o orçamento da defesa representava 48 por cento do orçamento nacional de Portugal Continental. No fim do conflito, as três Colónias tinham contribuído aproximadamente com 16 por cento do orçamento da defesa (Cunha, Joaquim, 1977: 58). Esta contribuição, juntamente com a inclusão das economias coloniais, significava que Portugal estava a gastar em média, com a defesa, apenas cerca de 28 por cento do seu orçamento nacional, tendo alcançado um ponto culminante de 34 por cento em 1968 (Cunha, Joaquim, 1977: 61).

As Colónias não contribuíram para a guerra apenas em meios financeiros, visto o recrutamento local ter sido também significativo. Este teve início em 1961, com índices modestos, quando representava 14,9 por cento das forças em Angola, 26,8 por cento em Moçambique e 21,1 por cento na Guiné. Em 1974, por alturas do fim da guerra, e com a expansão das forças de segurança às milícias e outras organizações para-militares, os

¹⁰⁵ Os vencimentos das Praças nem chegavam para os pequenos vícios pessoais: tabaco, café e algumas bebidas. Eram os pais e outros familiares que, da Metrópole, enviavam alguns reforços monetários, como forma de complemento, situação que eu próprio vivi enquanto Praça em Angola, em 1969 e 1970.

africanos representavam no total 50 por cento das forças em Angola, 50 por cento na Guiné e 54 por cento em Moçambique (Cunha, Joaquim, 1977: 130 e 159; e, EME, B, Vol. I, 1988: 259 e 260) para um total de 149 000 homens.

2 – A “AFRICANIZAÇÃO” PORTUGUESA

Portugal virou-se, continuamente e cada vez mais, para as Colónias, a fim de preencher a sua necessidade de efectivos militares, tal como fizera no passado, embora nunca com a dimensão destas Campanhas. As tropas africanas representavam uma tradição de serviço ou colaboração com Portugal em tempos de necessidade, desde os primórdios das Colónias. Em quase todos os anos, entre 1575 e 1930, houve uma campanha colonial algures na África portuguesa e as forças auxiliares e irregulares africanas provaram ser indispensáveis. Desde a chamada «guerra preta» das campanhas de 1681 até ao Século XX estas detinham um passado de lealdade e podiam ser reunidas num curto período de tempo (Boxer, 1963: 32). Esta flexibilidade significava que Portugal não tinha de mobilizar um grande número das suas tropas continentais e de transportá-las para África, em tempos de crise colonial. Embora as campanhas anteriores tivessem sido operações de pacificação e não do mesmo género das insurreições modernas, com a sua temática política tinham, no entanto, criado um precedente para a extensa africanização das Campanhas por Portugal.

Allen Isaacman fez uma valiosa apreciação do uso de tropas recrutadas localmente na campanha de 1870-1902 pelo controlo do vale do Zambeze, quando afirma: “A capacidade de Lisboa de recrutar uma grande força africana proporcionou um apoio crucial para o seu sucesso. Só menos de três por cento do total do exército de vinte mil homens eram de ascendência portuguesa” (Isaacman, 1976: 65). Esta informação histórica contribuiu de forma muito significativa, para se compreender a evolução do nosso Exército e a formação dos Oficiais de carreira. Como abundantemente se provou ao longo de toda a investigação, os Oficiais de carreira nunca comandaram tropas nativas, o que significa, muito claramente, que estas campanhas de ocupação foram comandadas pelos chamados «oficiais tarimbeiros» ou seja, aqueles que efectuavam o seu percurso com origem em Soldado.

No Século XX, a «guerra preta» continuou a ser utilizada, tanto em operações de pacificação, até ao seu final em 1930, como na Primeira Guerra Mundial, e resistiu como uma força considerável na defesa das Colónias (Dias, 1932: 611 a 619). O General Norton de Matos tinha recomendado, em 1924, que fossem mantidos em Angola níveis de tropas indígenas de 15000 regulares apoiados por um sistema que pudesse mobilizar mais 45000 reservistas em tempo de guerra (Norton, 1924: 85). A dependência continuada das tropas coloniais como fonte de efectivos, era uma política de defesa estabelecida, e em 1924 foi calculado que, de todas as fontes, 460 000 homens, em 28 divisões, podiam ser utilizadas numa crise nacional (Villas, 1924: 72). Neste cálculo, Angola e Moçambique deveriam fornecer 71 por cento, ou 20 divisões, totalizando 325 000 homens.

Moçambique fora também base fértil de recrutamento para necessidades de tropas noutras Colónias desde o princípio do Século XX. Eram formadas uma ou duas companhias por ano e utilizadas em turnos de dois anos entre 1906 e 1932 (Martins, 1936: 34). Estas utilizações incluíam quase todas as Colónias: Angola, Guiné, Timor, Macau, São Tomé e Índia. Consequentemente, a reputação das tropas moçambicanas estava bem estabelecida em 1961.

Durante a Primeira Guerra Mundial, Portugal lutou em França, no Sul de Angola e no Norte de Moçambique. A maior campanha levada a cabo foi a defesa de Moçambique contra as incursões alemãs. Portugal enviou 32 000 homens da Metrópole e recrutou rapidamente outros 25 000 localmente (Cunha, Joaquim, 1977: 73; e, Selvagem, 1919: 410 a 416)¹⁰⁶.

Muitas companhias de pessoal indígena foram formadas e treinadas sob as mais difíceis condições, e tiveram um desempenho admirável nesta campanha. No final das hostilidades, um Major português que aí dirigira as tropas, reconheceu o seu papel vital neste conflito, afirmando: “Durante os quatro anos de luta, a nossa infantaria africana nativa lutou sempre com uma determinação corajosa, quando bem apoiada e dirigida... A maioria dos portugueses desconheceu esta valiosa colaboração pela causa por que lutávamos” (Aragão, 1926: 22 e 23).

¹⁰⁶ Carlos Selvagem é o pseudónimo do Oficial de Cavalaria Carlos Tavares de Andrade Afonso dos Santos.

Antes das campanhas de África (1961-1974), a história e os feitos das tropas africanas recrutadas localmente não foram muito apreciados, particularmente na Metrópole. A razão por que a sua contribuição permaneceu tão obscura é um mistério, apesar do facto ter sido o mais venerável de entre todos os poderes coloniais africanos (Cann, 1998: 133). John Cann considera esta falta de conhecimento público um mistério, todavia, a situação percebe-se claramente: os Oficiais de carreira, com mais cultura, foram os únicos a escrever as «crónicas dos feitos africanos»; como eles não comandavam, como nunca comandaram estas tropas, não lhes interessava elevar o seu desempenho, porque, ao fazê-lo, elevavam os feitos dos Oficiais tarimbeiros, que as comandavam. Afinal, as disputas entre os Oficiais dos vários quadros são tão antigas quanto o próprio Exército.

“Na campanha da África Oriental foram-nos muito dedicados os carregadores indígenas. Dos factos mais notáveis que testemunham essa dedicação podemos apontar, durante o cerco de Nevala, o feito de exemplar dedicação de uns 30 carregadores que foram buscar água a uns quilómetros de distância regressando uns 29, com a água colhida através das maiores dificuldades da marcha de noite, quando podiam facilmente ter fugido” (Martins, 1936: 80).

As Companhias de Carregadores, Auxiliares ou tropas de 3.^a linha tinham cerca de 150 homens e eram comandadas por Sargentos do Exército europeu¹⁰⁷, os quais, para o efeito, eram graduados em Capitães e passados alguns anos de bom desempenho, promovidos ao posto. Estes Oficiais eram conhecidos como “Oficiais da Mandioca”.¹⁰⁸

A longa experiência de “africanização” das nossas forças em África foi seguida no plano desenvolvido em 1968, no sentido de nivelar os esforços de recrutamento na Metrópole e expandir a força aos níveis desejados através do recrutamento cada vez maior no Ultramar. Os africanos que serviam nas unidades da frente representavam 30 por cento da força em 1966, e em 1971 tinham aumentado para 40 por cento. Esta expansão representou um aumento das tropas locais, em todos os teatros, de cerca de 30 000 para 54 500. No entanto, havia mais do que esta primeira camada de tropas no processo de “africanização”.

¹⁰⁷ Termo utilizado nos documentos oficiais das FA e na própria Lei.

¹⁰⁸ Informação colhida junto do Capitão Mendonça, Sub-Director da BE, no dia 12/09/2002. O Capitão Mendonça vem, há anos, estudando este tema. Segundo este entrevistado, a promoção de Sargentos a Capitão, para comandarem este tipo de tropas, terá existido até 1930.

Antes das campanhas e deste aumento, as tropas locais foram reunidas não só pelas FA, mas também pelas autoridades civis e utilizadas como “unidades de segunda linha”, com as funções de guias, milícia civil, forças auxiliares, grupos de autodefesa para aldeias e outras funções especializadas (EME, B, Vol. I, 1988: 242). As unidades de autodefesa eram apenas civis armados que foram organizados e treinados para agir em defesa da sua aldeia, se esta fosse surpreendida pelos Guerrilheiros. A organização assim formada deu um certo grau de confiança às comunidades locais devido à capacidade, ainda que rudimentar, de defenderem os seus membros.

Em 1968 surgiram vários Grupos Especiais (GE) no Leste de Angola. Estes eram formados por rebeldes capturados ou por aqueles que se entregavam. Com o decorrer do tempo, foram utilizados em toda a Angola, especialmente no sector oriental. Havia noventa e nove grupos de GE e também estes foram incorporados nas forças regulares em 1972. Em 1974, estes noventa e nove grupos com a composição média de trinta e um homens totalizavam 3069 tropas.

Em Moçambique, os GE também foram organizados em 1970 e a sua estrutura, treino e funções eram semelhantes aos de Angola. A primeira organização consistia em seis grupos de 550 homens. Originalmente foram constituídos como pequenas unidades baseadas nos moldes de um típico pelotão ou grupo de combate ligeiro, e acabaram por atingir cerca de 7 700 homens em oitenta e quatro desses grupos. No princípio, eram liderados por Oficiais e Sargentos idos da Metrópole; no entanto, à medida que os quadros locais iam ganhando experiência, foram ocupando os lugares de comando e chefia.

Mais tarde, em 1971, os treinos dos GE foram alargados para incluir uma iniciação na qualificação de Pára-Quedistas. Foram estabelecidas doze unidades deste programa como Grupos Especiais Pára-Quedistas (GEP) e agregados à Força Aérea como um adicional das Tropas Pára-Quedistas normais. Cada uma das doze unidades tinha um Tenente como comandante, um Sargento especialista em operações psicológicas, quatro Sargentos como comandantes de subgrupo, dezasseis Cabos e quarenta e oito Praças, num total de setenta homens. Na totalidade, os GEP eram cerca de 840. Para além dos saltos de preparação, estas unidades raramente foram utilizadas nesta modalidade e eram posicionadas de helicóptero, à semelhança das unidades normais de Pára-Quedistas. Pode-se concluir que o seu treino especial era uma manifestação do interesse e

apadrinhamento dos Pára-Quedistas portugueses pelo General Kaúlza de Arriaga, o qual, foi, enquanto Secretário de Estado da Aeronáutica, o criador das Tropas Pára-Quedistas.

Na Guiné, em 1964, foram criadas unidades semelhantes aos GE como forças paramilitares, chamadas Milícias. Passaram a chamar-se Milícias Normais e Milícias Especiais, dependendo das funções de cada uma. As Milícias Normais tinham um papel defensivo, protegendo a população de ataques, viviam nas aldeias ou perto delas e estavam sob o controlo operacional do comandante militar local. A Milícia Especial conduzia operações de contra-insurreição ofensivas longe das defesas locais.

Em 1971, foi formado um Corpo de Milícias para integrar todas as Milícias e Tropas de 2.^a linha no Exército regular. O corpo foi organizado por companhias e juntou cerca de quarenta com mais de 8 000 homens, principalmente armados com espingarda G-3 e bazucas. Havia igualmente um Comando-Geral de Milícias que geria a sua administração e formação. A sua formação era conduzida em três centros e o respectivo curso durava três meses.

As Milícias eram bastante eficazes na protecção das aldeias e na consequente libertação de tropas regulares para outras operações. Já nas últimas etapas das campanhas, as Milícias eram responsáveis por 50 por cento dos contactos com os rebeldes. No final das campanhas, estas Milícias totalizavam quarenta e cinco companhias de Milícia Normal (cerca de 9 000 homens) e vinte e três grupos de Milícia Especial (cerca de 713 homens) (EME, B, Vol. III, 1988: 110).

Ainda na Guiné, os Comandos recrutados localmente eram conhecidos por Comandos Africanos (Cavalheiro, 1979: 1 e 2), cujas Praças eram integralmente constituídas por negros nativos. Acerca destas tropas diria Spínola, Comandante-Chefe das Forças Armadas na Guiné, ao formar a 1.^a Companhia de Comandos Africanos, a 11 de Fevereiro de 1969, referindo-se às bases da sua formação e uso, conforme os princípios da africanização estabelecida em Lisboa em 1968: “A nossa Força Militar Africana tem-se afirmado gradualmente e inclui agora uma unidade de elite, a 1.^a Companhia de Comandos Africanos, formada exclusivamente pelos filhos nativos da Guiné... A vossa ascensão à posição de Comandos do Exército Português marca uma etapa significativa no progresso de todos os guineenses” (Cavalheiro, 1979: 1).

Ao transferir os seus esforços de recrutamento para o Ultramar para apoiar a Guerra de África, Portugal alcançou uma série de vantagens importantes. Em primeiro lugar, a pressão do recrutamento na Metrópole foi aliviada, com os consequentes benefícios na opinião pública. Nesta mudança, Portugal não só estava a seguir a tradição de utilizar tropas africanas para combater as guerras africanas, como também a aliviar os obstáculos domésticos à continuação da Guerra. Com esta mudança de atitude, diminuiu a pressão da mobilização na Metrópole, passando as necessidades de efectivos e as baixas a ser assumidas de forma crescente pelos recrutamentos locais nos três teatros de Guerra. Por conseguinte, havia menos testemunhos emocionais a regressar de África e a insatisfação pública doméstica manter-se-ia atenuada e até mesmo passiva por algum tempo.

Em segundo lugar, os africanos portugueses, que tinham o maior interesse nos resultados das Guerras e, por isso, a maior motivação para um final bem sucedido, iriam agora contribuir de forma visível para a luta. O envolvimento dos africanos na sua própria defesa era também visto como uma das melhores formas de mobilização política.

A partir do que fica analisado e desenvolvido, forçoso é concluir que os Altos Comandos Militares, função ao nível de Generalato, orientaram estrategicamente a Guerra, segundo as melhores perspectivas, face às aos recursos financeiros e humanos de que Portugal dispunha e do enquadramento internacional, que nos era totalmente desfavorável. O mesmo é dizer que este nível hierárquico possuía a formação adequada às funções que lhe foram atribuídas. Os erros e a falta de estratégia que influenciaram os resultados da Guerra de África são fundamentalmente da responsabilidade dos políticos. Isto não significa que se isentem os militares dos erros políticos que, nessas funções, possam ter cometido, mas tão só que se isola a estratégia militar da política, ainda que esta possa ser da responsabilidade da mesma pessoa singular. Se, com a informação disponível se pode ajuizar da formação deste nível de elites, não se pode, contudo, definir a sua origem segundo as hipóteses que à partida formulei.

3 – O SISTEMA DE FORÇAS: AS FORÇAS DE QUADRÍCULA E AS FORÇAS DE ELITE; TROPAS DE REFORÇO E TROPAS NATIVAS

Os efectivos militares combatentes podem ser considerados segundo o tipo de actuação: de quadrícula e de intervenção ou de elite, e segundo a sua origem: de reforço, designação atribuída às tropas metropolitanas e nativas. Ambos os tipos de actuação integravam forças de reforço e nativas. Vejamos as características principais de cada um desses efectivos militares.

3.1 – A Quadrícula Militar

Após o estalar do conflito armado, com a ocupação de determinadas localidades por parte dos revoltosos, Portugal procurou reocupar essas posições, tendo-o conseguido. Um vez feita a ocupação das zonas, isto é, a instalação das forças nos respectivos sectores, a primeira preocupação foi a de manter ou restabelecer a ordem e montar uma defesa adequada das povoações, das instalações importantes de carácter económico ou outro e de certos pontos vitais das vias de comunicação, no sentido de assegurar a salvaguarda das pessoas e dos bens, o funcionamento das instituições e dos serviços essenciais e o livre exercício de funções pelas autoridades. No início, a segurança das povoações compreendia apenas as maiores. No entanto, com o decorrer dos tempos, a quadrícula desceu até ao limite do possível, chegando a existir forças ao nível de Secção (1 Furriel miliciano com 10 Soldados), junto de pequenos povoados ou tabancas “perdidas” no meio da mata.

Surgiu, assim, a necessidade de um primeiro conjunto de forças dispersas por todo o território a controlar, destinadas a guarnecer esse território e a manter o contacto com a população — eram essas as chamadas forças de quadrícula, designadas também por forças de ocupação.

“As pequenas unidades dispersaram-se por um vastíssimo espaço. De início, nas ordens e directivas que lhes eram dadas, não se descia a grandes pormenores. Cada comandante, levado pelo pouco que sabia e pela sua muita intuição, ia experimentando soluções... Passados uns anos, não muitos, a doutrina começou a articular-se... No final da década de 60, pode afirmar-se que ela estava consolidada, tanto no vector táctico

como na sua envolvente estratégica” (Barata, 1990: 12). O General Barata admite que os Comandantes sabiam pouco, mas que tinham muita intuição, o que sobreleva a componente psico-fisiológica à formação técnico-táctica. Admitindo, ainda, que foi a experiência que aferiu a doutrina.

Os efectivos de cada unidade elementar de quadrícula eram adaptados à importância do local que guarneciam, podendo ser, portanto, da ordem da Secção, do Pelotão, da Companhia, ou de unidade superior. A unidade básica, porém, era a Companhia.

As Companhias de quadrícula foram, normalmente, integradas em Batalhões e estes em Agrupamentos (dois ou mais Batalhões). A cada um destes escalões de comando correspondia um sector que integrava os sectores das unidades subordinadas. Contudo, existiram Companhias de quadrícula directamente dependentes de um Comando de Agrupamento e Batalhões de quadrícula directamente dependentes de um Comando de Zona. Noutros casos, não foi necessário constituir Agrupamentos, sendo o Batalhão o escalão mais elevado subordinado à Região Militar, Comando Territorial Independente, Comando Territorial ou Zona de Intervenção.

Apesar da sua missão ser essencialmente defensiva, as unidades de quadrícula não eram totalmente estáticas; pelo contrário, a preocupação de manter a iniciativa, a liberdade de acção e o espírito ofensivo verificou-se em múltiplas situações, em função da agressividade do inimigo e da capacidade do Comando. Uma parte dos seus elementos tinha, contudo, que ser mantida, em quaisquer circunstâncias, no local ou locais que lhes serviam de estacionamento, por forma a assegurar permanentemente a sua defesa. Mas os restantes executavam patrulhas e outras acções ofensivas ou serviam de escolta a colunas que se deslocavam em itinerários pouco seguros.

Uma quadrícula suficientemente densa em territórios de tão grande extensão, como os que Portugal controlava em África, requeria enormes efectivos e, por isso, não foi possível a montagem de uma quadrícula perfeitamente eficaz. O que impôs que a cada unidade fosse, normalmente, confiado um sector de dimensões tais, que a defesa de algumas povoações e instalações menos importantes e o contacto com a totalidade da população só poderiam ser conseguidos por elementos móveis, em constante actividade, e não por guarnições fixas, como era previamente suposto e desejável.

Uma Companhia de quadrícula podia, por exemplo, com os elementos dos seus quatro Pelotões, dispor num dado momento de quatro agrupamentos de comando de subalterno: um para garantir a defesa do local que lhes servia de estacionamento; outro permanentemente destacado na defesa de um ponto secundário; outro empenhado temporariamente numa pequena acção ofensiva; um quarto em reserva, pronto a acorrer a qualquer local. Esta situação, que se verificava muitas vezes, impunha um ritmo de trabalho extenuante que, sobreposto com a deficiente alimentação e as condições locais, clima e más condições do terreno, desesperaram a vida e a saúde de muitos militares.

Dadas as razões apontadas, as unidades de quadrícula não eram, suficientes para se conduzir eficazmente a luta contra as guerrilhas. Apesar do espírito ofensivo que as pudesse animar, elas não podiam assegurar, por toda a parte, a procura sistemática dos elementos rebeldes e a sua destruição nas zonas de refúgio, em especial nas regiões onde, pela menor densidade dos aglomerados populacionais e das vias de comunicação, a quadrícula fosse mais limitada ou até inexistente.

Tornou-se, portanto, indispensável, um outro conjunto de forças destinado a levar a efeito uma pertinaz acção ofensiva de procura e aniquilamento das guerrilhas, fosse onde fosse que estas actuassem ou se refugiassem — eram as forças de intervenção, também designadas por forças de reserva. Estas forças eram, de um modo geral, constituídas pelas tropas especiais ou tropas de elite.

Entende-se por função de quadrícula a que se traduz no desempenho de um conjunto de missões com as seguintes finalidades: assegurar a defesa de determinados pontos sensíveis; garantir a possibilidade de utilização de determinadas vias de comunicação; pesquisar constantemente notícias sobre o inimigo e obter elementos que permitissem conhecer cada vez melhor o terreno e a população; manter um contacto constante com a população, exercendo sobre ela, em conformidade com directrizes superiores, uma acção psicossocial e, quando necessário, estabelecendo medidas de controlo dessa mesma população; exercer sobre os rebeldes, igualmente em conformidade com directrizes superiores, uma acção psicológica; e hostilizar o inimigo, na medida em que os meios disponíveis o permitam.

A pesquisa de notícias sobre o inimigo e a obtenção de elementos sobre o terreno e a população exigia um trabalho constante e metuculoso das unidades de quadrícula, visto

que, sem um conhecimento pormenorizado dos três factores citados — inimigo, terreno e população —, não se poderia obter, das unidades de intervenção, o rendimento necessário.

A referida missão obrigou a um contacto estreito das forças militares com a população e tornou extremamente importante a permanência dos comandos e das unidades nos sectores que lhes foram atribuídos. A primeira condição para uma acção eficaz e duradoura das forças militares sobre a população foi a sua presença, que permitiu inspirar confiança, garantir uma protecção efectiva, exercer a indispensável acção psicossocial e, quando necessário, assegurar o seu controlo. Os comandos e as tropas necessitavam de tempo para se familiarizar com a topografia local, com a população e mesmo com a organização e os hábitos dos rebeldes.

Em consequência, era vantajoso não efectuar as rendições por unidades completas, mas sim homem por homem ou por pequenas fracções, de molde a que o contacto com a população e, em especial, a confiança mútua que desse contacto resultava e o conhecimento do meio e do inimigo se não perdessem repentinamente obrigando a ser de novo adquiridos por uma outra unidade, sempre morosamente. Mas ou isto não foi possível, ou não se tentou, nem as unidades eram mantidas em sobreposição durante tempo suficiente. Pelo contrário, a substituição era imediata e assim se perdiam continuamente os conhecimentos adquiridos, voltando tudo ao princípio, sempre que havia rendição de unidades. O contacto e o bom relacionamento das forças militares com a população era o factor mais importante para o controlo da situação, o que exigia passagem de testemunho.

A acção psicossocial e as medidas de controlo da população tinham como objectivo o isolamento dos rebeldes relativamente à população, princípio fundamental da luta contra as guerrilhas. Para este isolamento contribuíam também, e de uma forma não menos acentuada, os êxitos obtidos pelas forças militares no combate contra as guerrilhas e, principalmente, o seu comportamento perante a população civil na execução das citadas medidas de controlo e em todas as suas outras acções.

Como consequência, os objectivos da ocupação militar, conjuntamente com as finalidades das medidas de ordem política, económica e social, superiormente determinadas, eram dados a conhecer à população, salientando-se que a sua cooperação

com as forças militares e a aceitação das referidas medidas determinava o grau de assistência e de liberdade de acção que lhes seria dado.

Havia sempre pessoas que desejavam paz e sossego. Estas e os elementos abertamente colaboradores com as forças militares ou que se mostravam mais resistentes às acções coercivas dos rebeldes eram especialmente incentivados e protegidos. Todavia, procurava-se que a justiça, a correcção e a disciplina fossem, perante todos, apanágio das referidas forças.

As notícias sobre o bom comportamento destas espalhavam-se rapidamente e constituíram um factor importante para o estabelecimento de relações de confiança com a população civil. A lei era rigorosamente cumprida e procurava-se manter o respeito pelas crenças e costumes nativos.

Quando necessário, as forças militares garantiam o reabastecimento de víveres e vestuário, condições mínimas de habitação e assistência sanitária adequada à população. No entanto, as pessoas eram encorajadas a retomar as suas ocupações, visto que a ociosidade constituiria um factor desfavorável aos propósitos pretendidos.

As medidas de controlo, quando aplicadas, tinham sempre em atenção os prejuízos que, normalmente, poderiam causar à população. Esta tinha conhecimento das razões que levavam a pôr em execução tais medidas, que eram aplicadas com ponderação, e sem maior rigor do que aquele que a situação impunha e eram abrandadas logo que possível.

“A experiência demonstrava, porém que os Batalhões, dispersos por numerosos locais de guarnição, praticamente se limitavam a sobreviver, sendo a sua actividade, na sua essência, absorvida por preocupações de ordem logística que raramente lhes permitiam mais do que uma acção de presença local, em cada ponto ocupado e o patrulhamento dos itinerários de reabastecimento. Tudo o resto, na imensidão das zonas de acção, era terreno desconhecido ou, na melhor das hipóteses, percorrido uma, ou duas vezes, no período da comissão” (EME, B, Vol. VI, Tomo I, 1988: 497).

A título de exemplo do comportamento deste tipo de forças no território escolhi o Batalhão de Artilharia n.º 2865, o qual não foi escolhido de forma aleatória, pois tal metodologia era impossível de seguir e de interesse científico duvidoso. Não me preocupa a actuação do Batalhão em combate, por não ser essa a sua principal função,

mas a forma como se instalou no terreno, se relacionou com as populações e, de certa forma, controlou o meio. Tratando-se de um Batalhão de tropas de quadrícula, só a capacidade do seu próprio Comandante e dos Comandantes de Companhia constituem objecto do estudo, por serem os únicos com comando de tropas e com responsabilidade para o cumprimento dos objectivos traçados.

O conhecimento e a análise da forma de actuação da unidade em estudo efectuou-se com recurso à sua história, disponível no AHM, complementado com entrevistas a uma das elites que integrou o respectivo Batalhão. Os arquivos sobre a unidade constituem fonte importante, mas manifestamente insuficiente para que se possa explicar a qualidade do desempenho. A dificuldade na informação documental torna a pessoa do entrevistado no elemento principal da recolha de informação, o que desaconselha a sua designação de forma aleatória, até pela dificuldade que tal técnica constituiria e pouco interesse científico na medida em que a escolha poderia recair numa pessoa pouco qualificada.

A escolha teria, necessariamente, que recair sobre um Oficial que tivesse desempenhado as suas funções com elevação, impedindo, assim, o enviesamento dos dados por necessidade de não exposição do entrevistado. Este tinha que deter estima na área militar, para credibilizar a informação junto daquela instituição, pois não faria o menor sentido apresentar-se uma conclusão, sobre a formação das elites militares, se a instituição militar considerasse os dados de base menos credíveis. O Batalhão em estudo tinha que ter estado numa localização difícil para impedir a simplificação do desempenho. Por último, o entrevistado tinha que possuir elementos históricos suficientes à reconstituição do que se passou, há já vários anos, e estar disponível para colaborar numa entrevista, que necessariamente se teria que prolongar por várias sessões.

Neste sentido, analisei o comportamento do Batalhão segundo aqueles três vectores: instalação no terreno, relacionamento com a população e controlo do meio, assumindo que a maior ou menor satisfação destes objectivos dependia das capacidades dos Comandantes, materializadas na qualidade do seu desempenho, a qual dependia em linha recta das suas formações que, por sua vez, pretendo explicar através das minhas três hipóteses.

Não era fácil o preenchimento de todos os requisitos que me propus exigir e de todo impossível se seguisse um método aleatório. Solicitei assim, a colaboração de diversas entidades militares, no sentido de me ser sugerido o Oficial que reunisse as condições que acima expus. Após várias consultas sobre o tema, o Tenente-General Silvestre António Salgueiro Porto, Comandante da Academia Militar, sugeriu-me, sugestão que aceitei, o Major-General Fernando Nunes Canha da Silva, o qual foi informado, antecipadamente, da solicitação que lhe iria formular, pelo próprio Tenente-General Silvestre Porto.

Investiguei assim, o Batalhão de Artilharia n.º 2865, cuja mobilização foi determinada pelo EME, através de nota-circular de 23 de Junho de 1968 e teve como Unidade Mobilizadora o Regimento de Artilharia Pesada n.º 2 (RAP 2), aquartelado em Vila Nova de Gaia.

O Batalhão tinha o seguinte quadro superior: Comandante, Tenente-Coronel de Artilharia Mário Belo de Carvalho; Segundo Comandante, Major de Artilharia António José de Mello Machado; e como Oficial de Operações, o Major de Artilharia Manuel Rodrigues Machado.

Os quadros do Batalhão frequentaram a seguinte formação complementar: o Comandante e o Oficial de Operações o estágio de Observação e Posto de Comando Aéreo; o Comandante e os Comandantes de Companhia, o estágio de contra-insurreição, no CIOE, enquanto o Segundo Comandante não frequentou este estágio, porque já o havia realizado em 1963.

No capítulo anterior descrevi este curso do CIOE, que considerei importante e se assemelha muito à formação seguida pelas Tropas Pára-Quedistas, tanto mais que a origem dos conhecimentos era a mesma: as tropas francesas que actuavam na Argélia. Ter-se-á, assim, que afirmar e concluir que os comandos até ao nível de Companhia beneficiavam de uma boa preparação técnico-táctica, no momento da partida para os teatros de Guerra.

O Batalhão constituiu-se no RAP 2 e aí foi ministrada a Escola Preparatória de Quadros e a instrução da especialidade de atiradores. Após esta fase de instrução, o Batalhão concentrou-se em Viana do Castelo, onde frequentou a Instrução de Aproveitamento Operacional (IAO). Os locais da instrução situaram-se nas zonas montanhosas a Norte

de Viana, nomeadamente nos Montes de Santa Luzia e de Perre. “Foi alcançado um bom nível de instrução”, diz-se no documento oficial que Canha da Silva me exhibe¹⁰⁹. Onde também se afirma que “o Batalhão tem nos seus efectivos elementos provenientes de todas as províncias metropolitanas e dos arquipélagos adjacentes”.

Chegou o Batalhão ao porto de Bissau em 11 de Fevereiro de 1969, confiado ao 2.º Comandante, que a bordo do Paquete Uíge assumira o Comando das Forças Embarcadas. O Comandante, acompanhado do Oficial de Operações, de um Subalerno e um Sargento de cada Subunidade, antecipara a sua partida em cerca de 20 dias, encontrando-se em Bissau aguardando a chegada do Batalhão. O Oficial de Operações já se encontrava no Sector que tinha sido atribuído ao Batalhão, tomando contacto directo com a unidade a render, o Batalhão de Artilharia n.º 1913, e inteirando-se da situação.

Iniciado o desembarque das tropas, às primeiras horas da manhã, foi-lhe destinado o aquartelamento de Brá, nos arredores de Bissau, onde se instalaram. No dia seguinte foram efectuadas as apresentações militares ao Comandante-chefe, que foi visitar as tropas. No Comando Territorial Independente da Guiné (CTIG), foi atribuído ao Batalhão o sector de Catió, cedendo então a Companhia de Artilharia (CArt) 2478, e recebendo a Companhia de Caçadores (CCaç) 6, já em sector (Bedanda). Na tarde do dia 16 de Fevereiro, o Batalhão embarcou numa Lancha de Desembarque Grande (LDG), sendo o transporte efectuado durante a noite, tendo a lancha fundeado ao largo da foz do rio Tombali, aguardando o nascer do dia 17. Às primeiras horas deste dia foi feito o transbordo da força para as Lanchas de Desembarque Média (LDM) que as transportaram até aos locais do último destino. As unidades rendidas, servindo-se do mesmo transporte, recolheram a Bissau, apenas se cruzando nesse render da guarda.

O sector de Catió, onde o Batalhão esteve colocado em quadrícula, merece uma referência particular, porquanto se pretendia investigar uma unidade que tivesse estado numa localização difícil, encontrei uma que esteve no ponto mais difícil de toda a

¹⁰⁹ Este e vários outros documentos constituem peças produzidas ao longo da vida da unidade, como despachos, notas, normas, instruções e outras directrizes que foram ocorrendo. Compreensivelmente, os Oficiais mais responsáveis foram guardando cópias destes documentos, que me foram disponibilizados, e servindo agora de testemunho e prova da autenticidade do que me foi afirmado. Não se trata de documentos publicados, mas de peças de arquivo pessoal, embora sejam documentos oficiais.

Guerra de África — o extremo sul da Guiné —. Por sua vez, o aquartelamento da Companhia, que estudei com maior detalhe, ficava «encostado» à terrível mata do Cantanhez. Conheço bem esta zona, visto ter aí prestado serviço no centro das operações, o que muito facilitou o diálogo ao longo da entrevista. Verifiquei, assim, que tinha reunido todas as condições para desenvolver um trabalho com autenticidade indiscutível, para o que a instituição militar me deu um contributo inestimável, por me ter indicado o Major-General Canha da Silva, como principal interlocutor para o estudo desta situação particular.

A zona atribuída ao Batalhão estava infiltrada por um inimigo que obtinha da República da Guiné considerável apoio, nomeadamente, permitia-lhe dispor naquele território de importantes bases logísticas, onde concentrava abundante material fornecido pelos países do bloco comunista, com frequência desembarcados no porto de Conakry. Essas bases eram simultaneamente locais de instrução e de reunião de combatentes. As que afectavam directamente a zona de acção do Batalhão localizavam-se em Boke, Kandiafara e Simbeli.

Este Batalhão, que embora de Artilharia, tinha uma formação e actividade igual às dos Batalhões de Infantaria, esteve colocado no extremo Sul da Província, entre Fevereiro de 1969 e Dezembro de 1970. Durante este período, o Batalhão constituiu-se segundo dois dispositivos de quadrícula. No primeiro período, compreendido entre o dia 17 de Fevereiro de 1969 e o dia 1 de Outubro do mesmo ano, o Batalhão formou a quatro Companhias: a Companhia de Comandos e Serviços (CCS), duas CArt com os números 2476 e 2477, isto porque, a sua terceira Companhia, com o número 2478, foi deslocada para o Norte da Província, em reforço a outros batalhões, mas recebeu uma CCaç.

No entanto, e como a quadrícula era constituída por unidades de todas as Armas Combatentes do Exército, reforçadas por tropas nativas, o Batalhão tinha ainda responsabilidades de comando sobre os seguintes efectivos: cinco Pelotões de Canhão Sem Recuo (PCS/R), três Pelotões de Artilharia (PAr), estes sim, actuando efectivamente como artilharia, duas Companhias de Milícias (CM), uma da etnia “fula” e outra da etnia “balanta”, a primeira formando a quatro Pelotões (PM) e a segunda a três, um Pelotão de morteiros (Pm) e um Pelotão de Cavalaria de auto-metralhadoras Daimler (PAM).

O Batalhão com este efectivo assumiu um dispositivo de quadrícula formado por três Aquartelamentos e um Destacamento:

a) Aquartelamento de Catió

Neste Aquartelamento estavam estacionados o Comando do Batalhão, a CCS, o Comando da CArt 2476 e dois dos seus quatro Pelotões, o Pm, o PAM, um PCS/R, um PArt de 10,5¹¹⁰ cm, o Comando da CM fula com um Pelotão estacionado em Priame e dois no Ilhéu de Infanda e um PM da etnia balanta.

a₁) Destacamento de Cabedú

Neste Destacamento, estavam estacionados os outros dois pelotões da CArt 2476, um PArt de 8,8 cm e um PM da etnia balanta.

b) Aquartelamento de Cufar

Neste Aquartelamento estavam estacionados a CArt) 2477, três PCS/R, o Comando da CM da etnia balanta e um dos seus Pelotões.

c) Aquartelamento de Bedanda

Neste Aquartelamento estavam estacionados a CCaç, um PCS/R, um PArt de 14 cm e um PM da etnia fula.

Em 1 de Outubro de 1969 o sector sob a responsabilidade operacional do Batalhão n.º 2865 foi alargado até ao limite Sul da Província, sendo-lhe atribuídas competências administrativas e operacionais ou, como é mais comum dizer-se, logísticas e táticas, sobre três outros aquartelamentos e dois novos destacamentos:

d) Aquartelamento de Guileje

Neste Aquartelamento estavam estacionados a CArt 2410, até aí independente, dois Pelotões de Caçadores Nativos e um PArt de 11,4 cm.

¹¹⁰ Corresponde ao diâmetro do cano (calibre) da peça de Artilharia, o mesmo é dizer, da granada que disparava. Neste sentido, o Pelotão constituía a guarnição que manipulava estas armas.

e) Aquartelamento de Gadamael Porto

Neste Aquartelamento estavam estacionados o Comando da CArt 2478, entretanto regressada à dependência do seu Batalhão, com dois dos seus Pelotões, um PAM reduzido de uma das suas Secções, dois PCS/R e o Comando da Companhia de Milícias n.º 12 e um dos seus Pelotões.

e₁) Destacamento de Ganturé

Neste Destacamento, que funcionava como dependência do Aquartelamento de Gadamael Porto estavam estacionados os outros dois Pelotões da CArt 2478, uma Secção do PAM que estava estacionado em Gadamael Porto e um Pelotão da CM que estava, também, em Gadamael Porto. Neste Destacamento encontravam-se fracções das unidades cujos Comandos estavam no Aquartelamento base, Gadamael Porto.

f) Aquartelamento de Cacine

Neste Aquartelamento estavam estacionados o Comando da CCaç 2445 e dois dos seus Pelotões, um PAM e o Comando da CMi n.º 21 e dois dos seus Pelotões.

f₁) Destacamento de Cameconde

Neste Destacamento, que funcionava como dependência do Aquartelamento de Cacine estavam estacionados os outros dois Pelotões da CCaç 2445, um PArt de 14 cm e um PM da CMi n.º 21.

Após este aumento da área sob a sua responsabilidade, o Batalhão 2865 passou a integrar seis Aquartelamentos e três Destacamentos, ou sejam, nove unidades fisicamente separadas, às quais havia ainda que acrescentar os três Pelotões de Milícias estacionados em tabancas localizadas em locais estratégicos. Este Batalhão ou estas unidades, no seu conjunto, eram constituídas por uma Companhia de Comandos e Serviços, quatro Companhias de Artilharia, duas Companhias de Caçadores, quatro Companhias de Milícias, com um total de doze Pelotões, dois Pelotões de Caçadores Nativos, sete Pelotões de Canhão S/R, um Pelotão de morteiros, três Pelotões de auto-metralhadoras, cinco Pelotões de Artilharia: um de 10,5 cm; um de 11,4 cm; e três de 14 cm.

No total, o Batalhão era constituído por onze Companhias e mais dezoito Pelotões não integrados directamente em Companhias. Esta verificação, real, conduz directamente à conclusão de que as tropas de quadrícula viveram numa estrutura organizativa ou numa formação, cujo enquadramento hierárquico era extremamente débil. Basta observar que o efectivo em presença corresponde ao efectivo normal de quatro Batalhões, mas que, numa situação de conflito, como era o caso, tinha apenas um comando. Sem estar a analisar todas as unidades, porque a situação era semelhante em todas elas, veja-se o caso de Ganturé, que ficando numa zona de extrema actividade inimiga, junto à fronteira com a República da Guiné e num local de passagem, de homens e material, em trânsito de e para aquela República, era comandado por um Alferes miliciano, quando se justificava e exigia que fosse comandado por um Capitão experiente.

Nestas unidades, cujo comando era exercido, quase sempre, por oficiais de patente muito inferior à que seria normal, sem experiência e baixa formação, com armamento de baixa tecnologia e eficiência, com equipamento as mais das vezes artesanal, sem instalações que protegessem o pessoal dos enormes calores e chuvas, com alimentação de baixa qualidade e insuficiente quantidade, com água que só a boa vontade podia considerar potável, com pouco fardamento e nem sempre recebido novo, os militares passaram “ali” dois anos da sua juventude, ali deixaram o seu futuro que não tiveram tempo de construir noutro lado e ali adquiriram doenças, por vezes irreversíveis. Tudo isto, para além das consequências dos actos próprios da guerra.

Contudo, o número de baixas foi reduzido e os actos de indisciplina escassos, o que revela à evidência e faz sobressair a existência de um outro factor que suportou esta guerra: o valor do “Soldado Português”, expressão que não utilizo referindo-me às Praças, mas ao “Homem Militar”: Praças, Sargentos e Oficiais, vistos globalmente, porque numa análise individual tem que se concluir que os homens não são todos iguais, em nenhuma profissão e a militar, com o elevado grau de risco incorporado, não é diferente, e se o for, é pela maior amplitude das diferenças.

No Mapa n.º 1 apresenta-se a localização geográfica das nove unidades que integravam e dependiam do Batalhão 2865 e a localização das tabancas de Priame e do Ilhéu de Infanda, onde estavam estacionados os PM. Assinalam-se, ainda, as tabancas de Cadique, Caboxanque e Jemberém onde, por acção de unidades de intervenção, tiveram lugar as «outras» acções da guerra: os combates violentos, travados entre grupos de

guerrilhas experientes e motivados, e tropas altamente treinadas e de recrutamento especial, que não sofreram como as tropas de quadrícula, mas combateram com invulgar coragem e eficiência, devido à capacidade dos homens que as integravam.

O modo como se efectuou a rendição, com a substituição total das unidades em sector no curto espaço de poucas horas, as somente necessárias para as operações de desembarque da nova unidade e embarque da unidade rendida, apresentava numerosos inconvenientes e nenhuma razão que tornassem o procedimento recomendável. As novas unidades tinham que dar cumprimento imediato a toda uma actividade operacional de segurança que se lhes deparava de imediato e da qual não avaliavam a situação, desconhecendo os condicionalismos do meio e do terreno, não se encontravam familiarizados com a população e seus costumes, vendo-se obrigados a improvisar soluções de recurso incompatíveis a um ambiente de guerra, que se não compadece com improvisações e fragilidades. Com esta metodologia de rendição, não se aproveitava o acumular do conhecimento, impunha-se assim recomeçar tudo de novo.

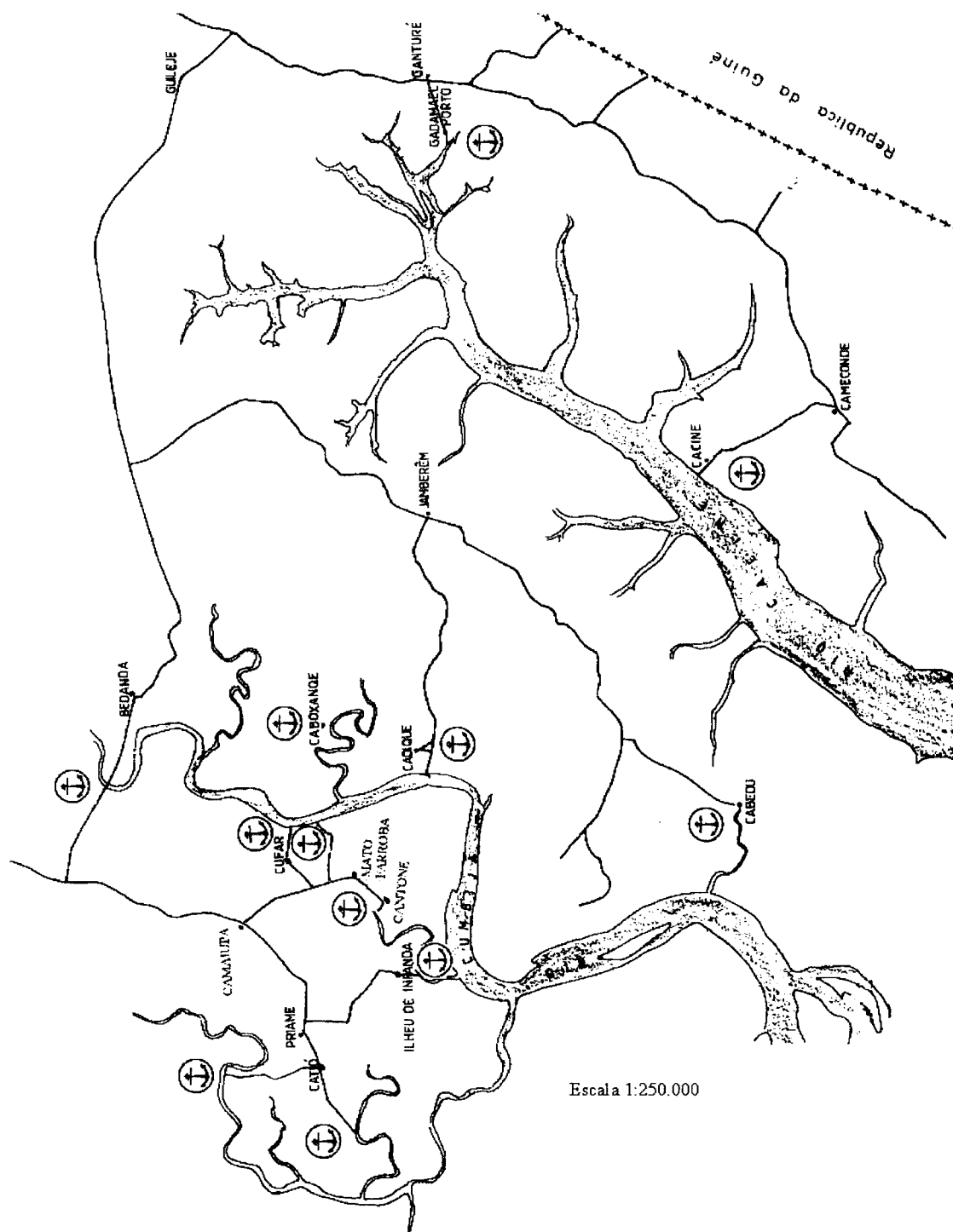
Sobre este tema afirmou-me, em entrevista, o Tenente-Coronel Pára-Quedista Ângelo Mendes da Silva e Sousa: “não houve uma contínua sedimentação do conhecimento, através da experiência do terreno, do inimigo e dos combates”¹¹¹.

Se é certo que para contrariar estas circunstâncias houve o cuidado de antecipar a presença no Teatro de Operações (TO), do Comandante e do seu Oficial de Operações, a permanência do primeiro em Bissau, onde ficou em contacto com o Quartel General (QG) e a ida para o sector apenas do Oficial de Operações, só ilusoriamente contrariava os inconvenientes apontados para este tipo de rendição.

As considerações apontadas levam-me a considerar que só uma rendição processada progressivamente por fracções, que fossem sendo integradas na situação local e na actividade operacional e igualmente se fossem adaptando ao ambiente e familiarizando com os problemas locais, poderia apresentar condições de eficiência, segurança e continuidade aceitáveis. Estamos necessariamente a falar da experiência, materializada no conhecimento sobre a situação real do terreno, da comunidade que ali vivia e das particularidades específicas da guerrilha com que se iriam defrontar.

¹¹¹ Em entrevista, no dia 08/09/2002, no âmbito da presente investigação.

Mapa 1: Quadrícula do Batalhão 2865 e Estacionamentos dos Pára-Quedistas no primeiro semestre de 1973.



Fonte: Conhecimentos pessoais, apoiados por Canha da Silva e com recurso ao mapa da Guiné existente na Universidade de Évora.

Silva e Sousa considera que o Exército não teve nenhuma justificação para manter durante os treze anos de guerra, este tipo de rendições, “mudando os Batalhões em vez de mudar as pessoas”. Em jeito de conclusão sobre esta componente da guerra, e no final da longa entrevista que me proporcionou, afirmou este grande especialista de formação militar: “o EME privilegiou as suas cadeiras à doutrina da guerra, sendo incapaz de a perceber”.

A constituição da CCS carecia de interesse e proveito para o tipo de actuação no género de guerra que enfrentávamos, porque era mobilizado e empenhado um numeroso efectivo sem proporção com a sua utilidade e quando, o que fazia falta, eram forças combatentes. “Custa a aceitar a ocupação de capitães com alguma experiência de combate em funções que pouco vão além da burocracia e administração, enquanto que guarnições isoladas e exigindo capitães desembaraçados e experientes, são confiadas a comandos improvisados pela mobilização de oficiais do Q. C. (milicianos) sem vocação, ou experiência, que os recomende”.¹¹²

Estávamos no início de 1969 e já se observava a inutilidade de funções, ditas de organização e administração, onde os Oficiais se agrupavam, naquilo a que venho designando como funções de conveniência, nas quais se não encontram outras justificações que não fossem as de se retirarem da Guerra, estando, aparentemente, nela. Estas situações foram-se adicionando progressivamente, até que, no limiar do ano de 1974, havia funções de conveniência para quase todos, senão mesmo todos, os Capitães de carreira, ficando a Guerra «entregue» aos Capitães milicianos.

3.1.1 – A Companhia 2477 Estacionada em Cufar como Exemplo Paradigmático

O estacionamento da Companhia ficava localizado a cerca de 500 m, em linha recta, do porto de Cufar, no rio Cumbijã, e estava protegido por rede dupla de arame farpado, com um perímetro de cerca de 3 km. No centro do estacionamento estavam localizadas as instalações do pessoal da formação e dos elementos da milícia e seus familiares.

¹¹² Afirmação contida num documento interno do Batalhão, datado de Março de 1969, que me foi apresentado ao longo da entrevista.

Os Pelotões de atiradores estavam distribuídos na periferia, ocupando cada um, três pequenas edificações, feitas de blocos de barro, seco ao sol, e cobertas de capim. Os militares tinham acesso fácil à organização de terreno¹¹³.

Por razões de segurança não havia espaços para grandes concentrações de pessoal, pelo que não havia refeitório, nem bar. A comida era distribuída na cozinha e consumida junto de cada pequena caserna, num alpendre que todas tinham. Este era também um ponto de reunião e de convívio. Era ali que o pessoal «cavaqueava», fazia os seus jogos (damas, dominó e cartas), como forma de ocupar o tempo que a apertada defesa deixava disponível, e também aqueles trabalhos indispensáveis a uma atenção permanente, da posição e estado da arma que utilizava, para que esta estivesse em condições sempre que houvesse necessidade de fazer fogo, o que poderia ocorrer também de noite e no próprio aquartelamento.

A Companhia dispunha de um gerador, tratado com o maior cuidado e poupado ao máximo. O seu funcionamento era fundamental para a segurança nocturna, permitindo a iluminação exterior do perímetro do estacionamento.

Assim, durante o dia, não havia nem ventoinhas, nem qualquer outro meio de gerar frio. Os refrigerantes eram bebidos ao natural, quentes, naturalmente. Não havia, na altura, frigoríficos a petróleo. Até que alguém, mais experimentado nestas situações, como faz questão de vincar o Major-General,¹¹⁴ lhes referiu que uma arca frigorífica carregada ao início da noite, quando se ligava o gerador, iria permitir que durante a manhã do dia seguinte e pelo menos até depois do almoço, houvesse bebidas razoavelmente frescas.

Seguindo este experimentado conselho, os homens da Companhia cotizaram-se e compraram, em Bissau, a sua primeira arca frigorífica eléctrica. E «resultou», como jovialmente refere, 33 anos depois, o então Comandante de Companhia. Relembro aqui, que no capítulo anterior defendi que o «pré» dos Soldados nem chegava para as suas pequenas necessidades, o que significa que a sua pequena contribuição para a compra da arca resultou dos generosos envios que, da Metrópole, lhes faziam os familiares mais próximos.

¹¹³ Entende-se por organização de terreno, as valas, devidamente orientadas, os abrigos e outros arranjos do terreno considerados úteis para a defesa das tropas.

¹¹⁴ A entrevista decorreu em várias sessões ao longo dos primeiros três meses do ano de 2003.

Foi assim que viveram e passaram parte da sua juventude, cerca de 800.000 portugueses. É este passado e este período, que parte da sociedade portuguesa parece querer esquecer, e que a presente investigação obriga a recordar, já que a história da nossa Pátria, mesmo nos períodos mais críticos, não é produto descartável.

A Companhia era servida por um «combóio» fluvial, com uma periodicidade mensal, constituído por embarcações civis que, para o efeito, eram alugadas, combóio esse que, partindo de Bissau, era escoltado por uma lancha da Marinha. O combóio movimentando-se durante o dia, com cobertura aérea, por aviões T-6, transportava os géneros necessários para a alimentação, artigos de cantina e todo o restante material e equipamento, à excepção dos combustíveis e dos lubrificantes. No itinerário final, no rio Cumbijã, efectuava duas separações, nos portos de Cabedú e de Cufar, onde ficavam as embarcações que traziam os produtos para as unidades ali estacionadas. O destino último era Bedanda, onde estacionava durante cinco dias, após o que iniciava o seu regresso a Bissau, incorporando de novo as embarcações que deixara e que, entretanto, tinham sido descarregadas.

A ligação entre o destacamento de Cufar e a sede do Batalhão em Catió era complexa, revelando as dificuldades que a guerra, as condições do terreno e a falta de meios impunham. A ligação mais fácil, relativamente segura e normalmente utilizada por elementos isolados, era através do rio Cantone. A ligação iniciava-se de viatura, em Cufar, passando por Mato Farroba e Cantone, num percurso de cerca de 6 km. De Cantone seguia-se o percurso do rio até ao Ilhéu de Infanda, contudo, desde o rio até à povoação, atravessava-se um arrozal, a pé, num percurso de quase dois km. Da povoação até Catió o percurso era feito de viatura, com relativa segurança.

A ligação rodoviária, com a sede de Batalhão, efectuava-se pelo cruzamento de Camaiupa, com uma periodicidade mensal para reabastecimento de combustíveis e lubrificantes, que ali eram fornecidos pela Sociedade Comercial Ultramarina. A coluna de reabastecimento era escoltada por um Pelotão de Reconhecimento DAIMLER e implicava a picagem de todo o itinerário e a montagem de segurança contínua. A partir de Catió a picagem era efectuada pela Companhia que ali estava estacionada, o mesmo fazendo a partir de Cufar a respectiva Companhia. A junção das duas forças verificava-se nas proximidades do cruzamento de Camaiupa, sensivelmente a meio do caminho.

Quando digo que se montava uma segurança contínua, pretendo indicar que, ao longo de todo o percurso onde se havia efectuado a picagem, ficavam militares de vigia à estrada, para evitar nova picagem, quando as tropas viessem de regresso. Se assim se não fizesse, os Guerrilheiros colocariam minas entre a primeira e a segunda passagem da coluna, minas que obviamente rebentariam.

Os principais géneros disponíveis eram os cereais, leguminosas, massas, farinhas, vinho, que raramente faltava, batata, que por vezes rareava, conservas de peixe (sardinha, atum e cavala), conservas de carne (fiambre, salsichas, chouriço e outros enchidos), vegetais liofilizados ou desidratados. A fruta em conserva (calda) apenas permitia a sua inclusão na ementa duas a três vezes por semana. A principal dificuldade na alimentação era a ausência de vegetais frescos e a rigidez das ementas.

Não havia possibilidades de fazer uso dos recursos locais, quer em fruta, vegetais, peixe ou carne. A caça era quase inexistente, limitando-se a pequenas gazelas e porcos do mato. O reabastecimento de frescos, da responsabilidade da Intendência, apresentava, na altura, grandes deficiências. Este reabastecimento era efectuado pela Força Aérea, em aviões DO-27, pequeno monomotor com capacidade de carga na ordem dos 350 kg, com uma periodicidade teoricamente mensal, o que esteve longe de ser cumprido, sobretudo devido às condições da pista na época das chuvas.

Nestes fornecimentos eram normalmente incluídos géneros para três refeições, constituídos por peixe, frango, ovos e legumes: repolho e cenoura. As refeições com estes produtos tinham que ser preparadas «de rajada», por inexistência de meios de frio para conservação, pois só assim seria possível espaçar no tempo o seu consumo.

O meu interlocutor, certo de que as estrelas que distinguem a sua posição militar lhe não foram oferecidas e, com orgulho nos verdes anos que deixou em África, comenta ainda entre dois sorrisos amargos e cúmplices: “para fugir à monotonia das ementas o engenheiro levava a grelhar sardinhas de conserva e a fritar nacos de fiambre que se cortava à faca, por falta de máquina. A situação e as ementas eram encaradas com certo sentido de humor, por exemplo, o prato de esparguete guisado com rodelas de chouriço, era designado por «capim com damas»”.

Os registos sobre a actividade operacional da Companhia de Artilharia n.º 2477, comandada pelo Capitão de Artilharia Fernando Nunes Canha da Silva afirmam: “Para

garantir a segurança dos centros populacionais que lhes estavam confiados, foi adoptado um sistema de emboscadas nocturnas e patrulhamentos diários ao longo de toda a comissão, obrigando à permanente actividade das tropas e simultaneamente feitas numerosas acções, em áreas sob o controlo inimigo. Indicam-se as seguintes:

Emboscadas nocturnas	2850
Patrulhas ofensivas	1242
Acções	18”

Numa nota¹¹⁵ do CTIG, sobre a actuação da Companhia 2477 afirma-se: “A Companhia levou a cabo a construção e conclusão do ordenamento de Mato Farroba...”. E sobre a actividade operacional afirma:

“Defesa do reordenamento de Mato Farroba em frequentes e prolongadas acções levadas a cabo pelo inimigo com efectivos elevados e grande potencial de fogo.

Acções de presença no seu subsector com patrulhamentos ofensivos cada vez mais distanciados, ampliando a área de actuação e empurrando o inimigo para zonas cada vez mais afastadas, pelo que passou a desencadear as suas flagelações a distâncias tais que o impossibilitam de aproveitar as características do seu armamento.

Em cooperação com forças de Catió tomou parte em diversas acções”.

A actividade operacional intensa, com actuação permanente de grupos de combate em patrulhamentos e emboscadas e um serviço de informações progressivamente melhorado permitiram um eficaz conhecimento da situação no sector, levando a uma melhor avaliação dos problemas que o afectavam.

Estreitaram-se contactos e intensificaram-se auxílios e assistência às populações, não se alheando o Comando dos problemas locais.

As populações das áreas submetidas ao controlo da Companhia, beneficiando da protecção que lhe era conferida e da tranquilidade que lhe era assegurada, dedicavam-se às suas actividades tradicionais, manifestando satisfação pela presença das tropas, que lhes conferiam, ainda, ajudas várias e assistência sanitária.

¹¹⁵ Que se encontra anexa à história do Batalhão, (Caixa n.º 97 – 2.ª Div/4.ª Séc, do AHM).

A presença militar contribuiu, de forma acelerada, para a aquisição de novos hábitos e elevação do nível de vida das populações. O contacto permanente com as tropas, os auxílios e assistência prestados, o convívio habitual, a adopção de hábitos presenciados e a aquisição de novos conhecimentos, constituíram-se enquanto factores de elevação e integração, facilitados pela melhoria do nível económico, nascida das necessidades de serviços remunerados e da aquisição de produtos. Deste modo, o convívio com as forças militares foi um factor importante de aculturação, contribuindo de modo evidente, para o clima de confiança.

Em toda a área controlada pela Companhia multiplicaram-se contactos com as populações; repetiram-se visitas e patrulhamentos; dispensaram-se auxílios e assistência. A confiança e cooperação das populações foi evidente, procurando com frequência, no Comando Militar, solução ou ajuda para os seus problemas e necessidades.

A acção persistente do Comando Militar, o sentido dado à conduta das tropas e a preocupação constante de que a presença militar fosse um expoente real de segurança e elevação conduziram a que, progressivamente, aumentasse a adesão das populações sob o controlo da Companhia, aproximando aquelas que se encontravam sujeitas ao inimigo.

Em resumo, torna-se evidente afirmar, e não será demais fazê-lo, que a Companhia de Artilharia 2477, teve, na Guiné, um comportamento a todos os títulos louvável e isto, porque conseguiu duas situações, qualquer delas muito difíceis, conseguindo, se isso não bastasse, conjugá-las: controlar a guerra com um inimigo aguerrido e desenvolver e melhorar as condições de vida da população, para além, o que é sempre de realçar, de ter conseguido condições de vida razoáveis para os seus homens.

O comportamento e o desempenho das tropas em quadrícula, enquanto unidades de ocupação do espaço e controlo das populações, sobretudo retirando o apoio destas à guerrilha era de uma extrema importância. A atitude destas Companhias para a execução do seu objectivo — conquistar as populações pelo controlo e afecto — estava totalmente dependente do Comandante, que até podia saber pouco de táctica militar.

Se o controlo da população era uma tarefa que exigia «tino», a de manter disciplina e rigor no desempenho dos «seus» homens que, com 20 anos permaneciam isolados do mundo civilizado por períodos próximos de 2 anos, não era menos exigente.

Canha da Silva constitui, inquestionavelmente, um exemplo do que deveria ter sido, mas não foi, o Comandante de quadrícula. Com toda a garantia, o sistema estratégico estava bem articulado, prova de que a situação africana era conhecida ao mais ínfimo pormenor, mas foi um verdadeiro desastre o recrutamento de Oficiais para estes lugares chave na Guerra de África. Seguramente, a capacidade não estava no quadro ao qual o «homem» pertencia, mas no valor que este possuía. Estávamos assim e, tão só, perante os valores de um quadro e não perante um quadro de valores.

Sobre esta afirmação e para testemunhar que não estou só neste raciocínio, transcrevo uma nota dirigida ao Brigadeiro Comandante Militar da Guiné, a qual se encontra na pasta da história do Batalhão, a que Canha da Silva pertencia:

“Informação sobre a conduta do Sr. Capt. Art. Canha da Silva, comandante da CART 2477/Bart 2965.

Oficial muito dedicado, infatigável e enérgico. Incutiu nos seus subordinados um dinamismo de actuação muito notável.

Marcando a sua actuação por grande probidade, procurando corresponder fielmente aos encargos que lhe são atribuídos sem se poupar a esforços e sacrifícios, sempre pronto a levar avante as intenções do Comando, manifesta a sua seriedade de actuação.

Infatigável, deu execução a um reordenamento que lhe foi confiado, com notável entusiasmo e brio, ocupando-se nos trabalhos como qualquer dos seus soldados, tornando-se seu exemplo e alvo de admiração dos nativos para quem se destinava tal benefício.

Esmerado na organização da sua Companhia, e dando um cunho de manifesta honestidade a todos os seus actos, soube administrá-la com grande ponderação e simplicidade, apesar de dificuldades deparadas resultantes de destruições por acção do inimigo.

Operacionalmente mostrou-se muito enérgico, transmitindo confiança aos seus subordinados pelo seu temperamento destemido, não se furtando, a tomar parte na maioria das acções que levou a cabo, e prontificando sempre o seu concurso ao Comando.

Na fase inicial da comissão, em que a sua guarnição foi muito frequentemente visada pelo inimigo, a sua presença enérgica mas serena incutiu confiança nos subordinados e nas populações disso resultando as características da sua Companhia em que domina um abnegado espírito de dever e uma enérgica capacidade de sacrifício.

Este Oficial alia às qualidades referidas um excelente espírito de camaradagem, franqueza simples, sinceridade e lealdade de temperamento, além duma esforçada conduta e espírito de missão”¹¹⁶.

A adjectivação contida na nota, enquanto termos caracterizadores duma personalidade e de um tipo de comando, em que se destacam as designações de dedicado, infatigável, enérgico, probidade, seriedade de actuação, entusiasmo, brio, exemplo, temperamento destemido e capacidade de sacrifício, revela-nos que as autoridades militares da época conheciam as características diferenciadoras dos níveis de capacidade de comando e de combate.

E sabiam que a qualidade do desempenho de uma Companhia em Quadrícula estava no valor do seu Comandante - o Capitão.

Importa então saber onde adquiriu «este homem» estas qualidades. Elas eram inatas ou foram adquiridas? Ou eram um pouco fruto das duas situações? Sabendo que o principal objectivo da investigação é precisamente procurar a resposta para esta questão, procurei esclarecer a origem das características referenciadas na nota oficial.

Comecei por colocar a questão ao próprio o qual, visivelmente incomodado por ter de se referir a si mesmo e sobre uma tão superior adjectivação, afirmou: “é um pouco de tudo: há características inatas, outras que se melhoram e se desenvolvem e outras mesmo que se aprendem, mas todas elas se conjugam na formação duma qualidade a que podemos chamar «capacidade de liderança»”.

Ao fim da longa entrevista, o Major-General manifestou o desejo em escrever com algum tempo, o seu entendimento sobre liderança, entendimento este, que tinha constituído o seu padrão de conduta em África. Aceitei e, uma semana depois voltámos a encontrar-nos em sua casa.

¹¹⁶ Nota que se encontra na pasta, que contém a documentação oficial do Batalhão, (Caixa n.º 97 – 2.ª Div/4.ª Sec, do AHM).

Na sequência de mais uma longa entrevista, Canha da Silva fez-me entrega de três folhas manuscritas, de um só lado e a lápis, onde desenvolvia o seu conceito de liderança o qual, pela sua pertinência se transcreve:

“Considero que a capacidade de liderança:

- ⇒ É a capacidade de levar os outros a, voluntariamente, fazerem o que queremos;
- ⇒ É fornecer motivação, visão, organização e acção;
- ⇒ É influenciar as pessoas através de objectivos, direcção e motivação;
- ⇒ É dar o exemplo, inspirar confiança, lealdade e manter as equipas a trabalhar;
- ⇒ É uma responsabilidade compartilhada.

Uma boa liderança ocorre quando se verifica a combinação de dois tipos de qualidades:

- ⇒ Qualidades do intelecto;
- ⇒ Qualidades do temperamento.

Aquelas podem ser treinadas e cultivadas e estas podem ser melhoradas pela determinação e autodisciplina.

A liderança militar é um processo de influência interpessoal, caracterizada pela existência de laços afectivos entre o chefe / líder e os seus seguidores e pela união à volta de objectivos comuns.

A liderança não é independente de valores. Não se pode admitir um líder incompetente ou mesmo moralmente insensível. A liderança militar prende-se com eficácia, autoridade moral, integridade e credibilidade. Os padrões revelados no desempenho militar cada vez mais têm que ser consentâneos com padrões éticos. (Canha da Silva, também ele e aqui, manifesta concordância com o meu conceito para avaliar a formação: eu venho assumindo o termo qualidade do desempenho, Canha da Silva utiliza o termo padrões revelados no desempenho)¹¹⁷.

A evolução das teorias leva à consideração de que a melhor liderança é aquela que tenha em consideração e se adapte melhor à própria pessoa do líder, mas também à situação envolvente e aos seguidores. Tudo depende de tudo.

¹¹⁷ Sublinhados de minha responsabilidade.

Actualmente, as teorias e investigações de uma nova liderança defendem atitudes, compromissos e comportamentos do líder essenciais para a obtenção de eficácia. A prioridade recai sobre o rendimento, a eficácia e a produção, com base nas pessoas, nos valores e nas relações”.

Posso concluir que Canha da Silva fundamenta todo o seu comportamento na liderança, objectivada para o rendimento, para a eficácia e para produção. O que conseguiu pelo afecto com os seus homens e pelo exemplo no respeito pelos valores.

As minhas entrevistas ao Major-General Canha da Silva tinham chegado ao fim. Deixo sem complexos e sem receios de ser confrontado com outras teorias, o retrato de um Capitão de quadrícula, que executou uma obra notável. Pena foi que o seu exemplo não fosse uma constante, porque se o tivesse sido, as nossas relações com África seriam hoje bem diferentes e com vantagens para todos, sobretudo para os povos africanos dos novos países de língua oficial portuguesa.

3.2.2 – O Factor Humano como Elemento Decisivo

Sabendo que o Capitão Canha da Silva era Oficial oriundo da Escola Militar e que foi para a Guiné em cumprimento da sua primeira comissão, procurei analisar a qualidade do desempenho de outros Capitães que fossem igualmente oriundos da Escola Militar e tivessem ido para a Guiné na sua primeira comissão. Com esta metodologia tinha presentes duas das minhas hipóteses de trabalho: a formação base e a experiência.

Procurei, assim, analisar a vida e a qualidade do desempenho de outras Companhias, cujos Capitães fossem oriundos da Escola Militar e tivessem ido para a Guiné na sua primeira comissão, tendo optado pela seguinte forma de selecção da amostra: pedi ao meu filho que abrisse o livro “Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974), Fichas das Unidades, Guiné”, tendo o livro ficado aberto na página 436, na qual se encontra uma breve história da Companhia de Artilharia n.º 494, a qual foi comandada pelo Capitão de Artilharia Alexandre da Costa Coutinho e Lima.

Pedi depois à minha filha que repetisse o procedimento e o livro ficou aberto na página 127, na qual se encontra uma breve história do Batalhão de Caçadores n.º 2879. Este Batalhão formava a três Companhias operacionais, a primeira das quais foi comandada

pelo Capitão miliciano de Artilharia José Fernando Covas Lima de Carvalho que, por doença, cedeu o comando ao Capitão miliciano de Artilharia João José Pires de Almeida Loureiro. A segunda Companhia foi comandada pelo Capitão miliciano de Infantaria Luís Fernando da Fonseca Sobral e a terceira Companhia, com o n.º 2549, pelo Capitão de Infantaria Vasco Correia Lourenço.

Pela ordem da metodologia estabelecida era a terceira Companhia a que reunia as condições impostas para o estudo, por ter sido comandada por um Capitão de carreira, como Canha da Silva. Desloquei-me então ao AHM onde consultei os elementos ali disponíveis sobre as histórias destas duas Companhias. O que vi e li é bastante elucidativo e esclarecedor para tudo o que procurava saber. Desse conhecimento se dá conta.

O Capitão de Artilharia Alexandre da Costa Coutinho e Lima é o mesmo Oficial que, com a patente de Major e chefiando o COP 5, ordenou o abandono do Aquartelamento de Guileje, pelas 4 horas do dia 22 de Maio de 1973. As tropas que saíram deste Aquartelamento dirigiram-se para Gadamael Porto, onde não havia condições de defesa. A guerrilha atacou então as tropas neste Aquartelamento e as baixas portuguesas cifraram-se em 34 mortos e 150 feridos.

A Companhia comandada por Coutinho e Lima chegou à Guiné no início da luta armada, no dia 22 de Julho de 1963 e de onde partiu no dia 24 de Agosto de 1965. Foi colocada no Sul, em Gadamael, onde passou a maior parte da sua comissão.

Consultada a documentação¹¹⁸ que, no conjunto, constitui a história desta unidade, nada de relevante se observa, porém, um elemento deixa qualquer investigador negativamente impressionado, foram punidos 50 dos homens desta Companhia: 45 Praças e 5 Sargentos, ou seja, 36% do efectivo. Sem mais adjectivos, concluí a caracterização de um Oficial que nunca o devia ter sido.

A Companhia¹¹⁹ comandada pelo Capitão de Infantaria Vasco Correia Lourenço chegou à Guiné no dia 25 de Julho de 1969 de onde partiu, de regresso à Metrópole, no dia 26 de Junho de 1971. Em 30 de Julho de 1969 foi colocada em Cuntima, no Sector de Farim, no norte da Província.

¹¹⁸ Caixa n.º 120 - 2.ª Div. / 4.ª Sec., AHM.

¹¹⁹ Todos os elementos sobre esta Companhia encontram-se na Caixa n.º 110 - 2.ª Div./ 4.ª Sec., AHM.

A leitura dos documentos sobre esta Companhia impressiona pela negativa e revela o que foi a Guerra de África e como a mesma foi, na generalidade, conduzida. Ao folhear as páginas, li a seguinte frase, sobre o que se teria passado no dia 30 de Maio de 1970 isto é, 10 meses após a chegada da Companhia a Cuntima: “Sua Ex.^a o General Comandante-Chefe visitou Cuntima da qual resultou uma tremenda crítica à acção do Comandante de Batalhão e do Comandante de Companhia”. O Comandante-Chefe era o General António de Spínola.

Na página seguinte e sobre o que se teria passado no dia 2 de Junho ou seja, 3 dias após a visita de Spínola, li: “O Ex.mo Comandante de Batalhão foi levado a Cuntima, por Sua Ex.^a o Brigadeiro Comandante Militar, a fim de tomar medidas sobre os assuntos focados na crítica de Sua Ex.^a o General Comandante-Chefe, seguindo no mesmo dia para Bissau e outras localidades, para visita de estudo a vários aquartelamentos, com a finalidade de poder aplicar em Cuntima os ensinamentos colhidos.” Esclarecedor: vai um Brigadeiro levar um Tenente-Coronel a vários aquartelamentos para aprender e depois ensinar o Capitão Vasco Lourenço que, depois de «cursar» a Academia e após 10 meses na Guiné, apresentava carências desta natureza.

Pela sua relevância histórica e pelo que contém de pertinente para a investigação, enquanto prova empírica de um comportamento e de uma relação social, transcrevo o despacho de Spínola sobre a sua visita a Cuntima, despacho que foi publicado pela circular n.º 2237/C - P.º 33.8, da REP OPER¹²⁰.

“1. Inspeccionei no dia 30 do passado mês a guarnição militar de Cuntima

Desde há muito que estava informado de que o ambiente disciplinar da CCAç 2549 era mau e que nos últimos tempos piorara.

Acusação: falta de aptidão do Capitão para Comandar.

O que vi, observei e ouvi na inspecção a Cuntima, excedeu tudo o que se possa imaginar.

¹²⁰ REP OPER significa Repartição de Operações.

2. Rancho

O pessoal queixou-se de que há cerca de 15 dias se encontrava sem batata e arroz e que teve falta de farinha e sal.

Averiguada sumariamente a origem de tal anomalia, imediatamente concluí pela existência de graves negligências do CMDT/Comp^{a121} e do Vaguemestre¹²².

Ambos se encontram de licença, com o conhecimento do CMDT/Bat.¹²³

3. Alojamento de Pessoal

As condições de alojamento são péssimas, com a agravante de se encontrar em construção um aldeamento que oferece a experiência suficiente para se improvisarem rapidamente instalações aligeiradas, que satisfaçam condições mínimas de habitabilidade.

Há pessoal a viver em abrigos, que são buracos absolutamente inabitáveis.

O pessoal encontra-se há dez meses na Província e ainda não tem colchões.

Porquê? Quando unidades mais recentes já os têm.

4. Armamento

Encontrei G3 em péssimo estado de limpeza e conservação, o que denota que há muito tempo não é passada revista ao armamento, negligência grave de comando em campanha.

Note-se que as Companhias Africanas e as milícias vêm revelando especial cuidado com a conservação do armamento.

5. Ação disciplinar sobre o pessoal

Proíbo que com base na presente inspecção se punam soldados (refiro-me ao armamento), pois as faltas por mim detectadas encontram-se cobertas pelos Comandantes de Pelotão e estes pelo Comandante de Companhia a quem deve ser pedida responsabilidade.

¹²¹ Comandante de Companhia.

¹²² Responsável pela alimentação.

¹²³ Comandante de Batalhão.

6. Aspectos positivos

A boa actuação do alferes encarregado dos reordenamentos. Levantou problemas válidos que imediatamente foram resolvidos, e que revelaram uma precária assistência por parte do CMDT/Bat.

7. O soldado chefe da equipa de Engenharia não vem cumprindo devidamente com os seus deveres, de que resulta um muito baixo rendimento da referida equipa.

Este facto já devia ter sido detectado e resolvido adequadamente.

8. O CMDT/CTIG¹²⁴ deve providenciar no sentido do CMDT/Bat. se deslocar a PELUNDO, e o CMDT/CCaç 2549¹²⁵ a PELUNDO e JOLMETE, para verificarem o que é possível fazer-se em matéria de instalações numa zona de esforço, simultaneamente com a actividade operacional.

Salienta-se que a Companhia de JOLMETE foi comandada por um Capitão do QC e encontra-se proposta para a medalha colectiva da Cruz de Guerra de 1.^a Classe.

9. Inspeccionarei CUNTIMA dentro de um mês. O Sr. CMDT/CTIG e CMDT/BAT. adoptarão as medidas necessárias, em ordem a resolver todas as anomalias detectadas”.

A gravidade da situação referida no ponto 4, «G3 em péssimo estado de limpeza e conservação», pode aferir-se com a notícia que circula, com base num relatório recente do Exército americano, segundo a qual o acidente com a Soldado Americana no Iraque, Jessica Lynch, se ficou a dever, entre outras razões, à “má manutenção das armas”¹²⁶. O que pode significar que as armas dos Soldados Americanos não tenham disparado convenientemente por falta de limpeza.

Conheço bem a gravidade que pode provocar a falta de conservação das armas, o que testemunho comigo próprio e com os homens que cumpriram sob o meu comando directo: nunca parti para uma operação sem que a arma estivesse limpa e o carregador que seguia colocado na arma tivesse sempre balas novas, ou seja, utilizava 7 carregadores; no entanto nem sempre havia tiros, mas quando isso acontecia e, mesmo

¹²⁴ Comandante do Comando Territorial Independente da Guiné.

¹²⁵ Termo que designa o Comandante de Companhia, Capitão Vasco Lourenço.

¹²⁶ Jornal “24 Horas” de 12 de Julho de 2003, p. 15.

que voltasse a sair no dia seguinte, descarregava um carregador, limpava-o e voltava a carregá-lo, mas com balas novas.

Os Soldados que manuseavam as metralhadoras faziam o mesmo: a fita de munições que seguia colocada na arma para ser disparada em primeiro lugar, tinha sempre os elos lavados com gasóleo e as balas eram sempre novas. Como vimos na página 232, o 7.º mandamento dos Pára-Quedistas dizia que “o Pára-Quedista sabe que só triunfará quando as suas armas estiverem em bom estado. Por isso, obedece ao lema: «primeiro cuidar das armas, só depois dele próprio». Compreendo assim perfeitamente a perplexidade de Spínola ao ser confrontado com aquele estado do armamento.

A circular da responsabilidade do General António de Spínola revela que o Capitão Vasco Correia Lourenço, um Capitão da Academia, não tinha aptidão para comandar. O seu pessoal passava fome, vivia em buracos e dormia sem ao menos um colchão. Na Guiné nos meses de Julho, Agosto e Setembro, que aqueles homens já ali haviam passado, as chuvas caem com a violência de verdadeiros dilúvios e, estes jovens, filhos de Portugal, dormiam num buraco e no chão.

O armamento estaria próximo da inoperacionalidade: as G-3 enferrujam bastante o que torna duvidoso o seu funcionamento, nessas condições. E estavam em guerra, ainda que aquela fosse uma zona relativamente serena, o que lhes valia. Spínola, experiente e conhecedor, proíbe que sejam punidos os Soldados.

Por fim, em termos severamente humilhantes, Spínola inferioriza a Companhia de Vasco Lourenço relativamente às Companhias de homens africanos e às próprias milícias, terminando por ordenar que o Capitão da Academia fosse aprender com um Capitão miliciano, que comandara a Companhia colocada em Jolmete.

O mínimo que se pode afirmar é que a formação militar não teve, neste caso, qualquer influência na qualidade do desempenho, a diferenciação esteve nos valores e nas capacidades pessoais. Spínola ordena que Vasco Lourenço vá aprender com um miliciano. Sobre esta circular o Comandante de Batalhão, Tenente-Coronel de Infantaria António José Ribeiro, exarou o seguinte despacho:

“Ciente.

Foram tomadas as providências requeridas.

Tinha conhecimento pessoal dos assuntos expostos, excepto na falta de aptidão do Cap. para Comandar, só está há dois meses sob o meu comando, e do estado de limpeza das G3. Aguardo a chegada do Vaguemestre da Companhia para o ouvir nos termos do Art.º 130.º do RDM (Regulamento de Disciplina Militar) e puni-lo, caso, como parece verificar-se, haja incúria nos serviços a seu cargo.”

O resultado da audição ao Vaguemestre traduziu-se na punição deste, pelo Comandante de Batalhão, nos seguintes termos:

“Puno com 10 (dez) dias de detenção o Furriel (...) ¹²⁷ por no desempenho das funções de Vaguemestre da sua Companhia ir acumulando erros de controlo que levaram ao aparecimento de uma situação crítica, sem procurar esclarecer as suas dificuldades junto de sargentos mais experientes que existiam na sua subunidade...” o Comandante de Batalhão, ao punir o Vaguemestre, assume que os Sargentos é que sabiam. E o Capitão!?

Este despacho retrata o outro exército, aquele que não queria abordar, por não lhe reconhecer os valores que identificam os exércitos institucionais. No meio de tanto alheamento, incompetência e incúria, o Furriel é responsabilizado por se não ter «esclarecido junto dos sargentos», sem uma palavra sobre o oficialato. Afinal, este foi o exército do Sargento, da não elite, do Soldado anónimo. Aqui estão as raízes e as justificações das correntes, facções e grupos de Oficiais que “caíram” em Lisboa na madrugada de 25 de Abril de 1974. Aqui estão as justificações do ódio que alguns Oficiais, auto-designados como democratas, nutriam por Spínola. Mas estão também, aqui, as consequências dos erros de recrutamento do oficialato, seguido pelos políticos portugueses. Tanta cautela política do anterior regime conduziu à pior das consequências.

Algumas notas soltas dão-nos conta do ambiente que se passou a viver em torno de Cuntima, tais como: “O Comandante fez incidir a sua presença sobre Cuntima a fim de solucionar os problemas focados na crítica atrás referida, dentro do prazo de um mês estabelecido por Sua Ex.^a o General Comandante-Chefe.”

“Sua Ex.^a o General Comandante continua com o Batalhão sob observação.

¹²⁷ Omito o nome do Furriel, por considerar injusto que, no meio de tanta incúria e incompetência se responsabilize apenas o «pobre» Furriel miliciano, que estava ali, apenas porque a Pátria lho ordenara.

Admite-se que os factos passados em Cuntima e referidos no mês de Maio estejam na base desta observação atenta.

O Oficial de Operações é impedido de gozar a sua licença.

Todos os factos relatados abalaram psicologicamente o Comandante de Batalhão.”

Em 17 de Julho de 1970 a Companhia de Cuntima é transferida para Farim, sede do Batalhão, e a Companhia que estava em Farim vai para Cuntima.

Em 21 de Julho, já em Farim, “o Comandante da CCaç 2549, Capitão Vasco Lourenço, (solicitou) a Sua Ex.^a o General Comandante-Chefe que modificasse a opinião formada, e lhe desse a mesma divulgação que a crítica tinha tido.” Com o que se fica a saber que Spínola tinha divulgado a circular. A divulgação dum documento desta natureza e com estes fundamentos «arrasa» qualquer profissional. Estávamos a 4 anos do PREC, onde as «contas» se viriam a ajustar.

Spínola não só não modificou a opinião formada, como exarou o seguinte despacho, em 30 de Julho, desse mesmo ano de 1970:

“Li atentamente a exposição do Sr. Comandante de Companhia de Caçadores 2549.

Embora reconheça e respeite o seu legítimo desejo de defesa e reabilitação, mantêm-se válidas todas as críticas anteriormente formuladas.

Tudo o que se faça para justificar a situação de manifesta precariedade em que encontrei a Companhia, nos seus vários aspectos, resulta negativo perante a constatação do que foi possível fazer-se a seguir à minha visita.

Ao Comandante-Chefe interessa fundamentalmente a resultante e não as diligências efectuadas. Por outras palavras: os soldados não comem ‘notas nem mensagens’, comem batata, e também não dormem sobre ‘notas, diligências, conversas, etc. ...’ mas sim sobre colchões que não tinham e que apareceram dum dia para o outro.

Sendo assim, as justificações apresentadas não alteram a crítica formulada, tanto mais que muito se podia ter feito na esfera das possibilidades do Comando da Companhia.

Em resumo, verificou-se falta de determinação, aquela determinação que tem realizado ‘milagres’ no TO da Guiné em alguns aquartelamentos com vista a melhorar as condições de vida dos nossos soldados.

Aliás, a forma como encontrei a Companhia um mês depois mais reforça a razão em que se baseiam os presentes comentários”.

Não me preocupa o entendimento que o General Spínola seguia quanto à qualidade do desempenho, mas considero relevante referir a existência de uma idêntica interpretação sobre este assunto. Com efeito, avalio a formação, não pelo currículo dos cursos frequentados, mas pela qualidade do desempenho; Spínola afirmou: “Ao Comandante-Chefe interessa fundamentalmente a resultante e não as diligências efectuadas”. (Sublinhado meu).

Nos últimos tempos em que permaneceu no TO da Guiné, concretamente nos dias 8, 9 e 10 de Junho de 1971, a Companhia de Vasco Lourenço executou na área de Bricana a operação “Última Vendetta” durante a qual e segundo o relatório da operação, destruiu 44 moranças, 58 vacas, 15.700 kg de arroz, 1 porco, 60 molhos de capim, 1 capinzal pronto a ser colhido, milho, óleo de palma, galinhas, artigos escolares e outro material diverso sem interesse militar, destruído grande quantidade.

O relatório da operação é um pouco sumário e não descreve onde estavam as ditas moranças mas, pela sua quantidade, deveria tratar-se de um tabancal, que poderia designar por aldeia, de consideráveis dimensões. Para aqueles que se afirmam contra a Guerra a «façanha» é de relevo. Operacional fui eu, em tropas de elite, durante 26 meses e nunca a minha Companhia destruiu qualquer produto alimentar da população.

Em resumo, observa-se que os três Capitães, Comandantes de Companhias de quadrículas, apesar de terem todos a mesma formação militar e a mesma experiência, um deles, Canha da Silva, revelou-se um Oficial de valor, o que não aconteceu com nenhum dos outros dois. Viu-se mesmo, através destes relatos, que havia milicianos prontos a ensinarem Capitães de carreira.

Para o desempenho das missões que eram atribuídas a estes Oficiais, todos, inclusive os milicianos, dispunham dos conhecimentos militares necessários. Não se pode afirmar que estes ou aqueles não tinham formação técnica suficiente, todos a tinham. Não foram

questões técnicas que implicaram baixos desempenhos, que determinaram, por sua vez, as consequências que todos conhecemos: um abandono apreçado de África, com grandes perdas para os portugueses e não menos para os africanos, muitos dos quais lutaram e trabalharam ao nosso lado. A qualidade do desempenho, possuindo conhecimentos técnicos suficientes, depende em grande parte das características pessoais, que nuns indivíduos abundam, enquanto noutros escasseiam.

Analisando o comportamento e a qualidade do desempenho das unidades de quadrícula, algumas observações se extraem:

A qualidade do desempenho das unidades de quadrícula revestia-se de grande importância, porquanto eram elas que determinavam as posições da população: maior apoio às autoridades portuguesas e o conseqüente afastamento da guerrilha ou o afastamento das autoridades estabelecidas e o apoio à guerrilha. Sendo certo que a guerrilha não pode viver sem o apoio explícito da população, compreende-se a importância destas unidades.

Como já sublinhei, as condições de vida dos militares vindos da Metrópole eram, de um modo geral, muito precárias. Contudo, o trabalho, a inteligência, a liderança e o desembaraço, o apuro e a capacidade de comando e de decisão, poderiam minimizar as condições desfavoráveis e criar mesmo algumas condições de vivência.

O comando e a articulação da tropa branca com a tropa nativa determinavam outra vertente de equilíbrio entre o valor humano, a complacência, a rigidez e a objectividade da missão.

As matérias determinantes deste desempenho não eram ministradas na Escola Militar. E muito dificilmente o poderiam ser. Neste sentido, a própria formação técnico-táctica não conferia qualquer qualificação para a função a desempenhar. Os conhecimentos básicos adquiridos nos cursos de milicianos eram suficientes para organizar a defesa imediata e de proximidade dos Estabelecimentos militares. Compreende-se assim, que se tenha tornado indiferente, para a qualidade do desempenho, que o Capitão fosse de carreira ou miliciano.

O desempenho das Companhias de Quadrícula estava completamente dependente do Comandante de Companhia. A capacidade deste, considerando que os conhecimentos

técnico-tácticos eram suficientes dependia, em absoluto, das suas características pessoais e dos valores que o orientavam enquanto ser humano.

Sendo indiferente a formação técnico-táctica, o regime errou profundamente na forma e no modelo que adoptou para formar Capitães; e a Academia não cumpriu, minimamente, o seu objectivo. Não formou combatentes nem líderes militares; formou grupos de pressão que liquidaram o império, sem honra, nem glória, nem futuro.

A experiência não era muito importante, uma vez que todos os homens da Companhia eram colocados em sector ao mesmo tempo, pelo que não havia ninguém com mais experiência do que o Capitão que pudesse realçar algum erro ou alguma deficiência deste. Os erros tácticos por falta de experiência também não se notavam, pelo simples facto de não haver muitas atitudes tácticas a assumir, já que a actividade operacional era progressiva. Tratava-se de unidades com funções estáticas, que nos seus primeiros tempos em sector não actuavam isoladamente em locais muito afastados dos seus pontos de estacionamento. Os seus actos eram genericamente repetitivos, não proporcionando grandes surpresas, característica principal de uma guerra de guerrilha.

A experiência era, contudo, necessária quanto ao comando de homens, particularmente em situações tão difíceis e com tantas carências. Esta experiência poderia e deveria ser obtida quando o Oficial detinha os postos de Alferes e de Tenente, posições em que comandava Pelotões e adquiria prática no contacto directo com as tropas. A norma que se foi acentuado, segundo a qual os homens da Academia iam para África já em Capitães, impedia-os de adquirirem essa experiência. Ao contrário, os Capitães milicianos que já tinham cumprido uma comissão como Alferes, possuíam esta experiência, o que permitiu uma vantagem considerável dos Oficiais milicianos face aos Oficiais do quadro.

Portugal viu-se assim com dois exércitos: o dos valores, vocacional ou institucional, e aquele para onde foram apenas os que procuravam um emprego, que posso designar por ocupacional. Só os primeiros devem constituir os exércitos, por só eles reunirem condições para defender os interesses do País. Para Clausewitz a guerra é o reino do perigo, daí que o valor seja a virtude guerreira por excelência (Clausewitz, 1973: 77).

3.2 – As Tropas de Elite

As tropas de elite que actuaram na Guerra de África eram constituídas pelos Pára-Quedistas, pelos Fuzileiros Especiais e pelos Comandos. Estas tropas tinham os seus quartéis nas principais cidades, de onde partiam para Destacamentos do Exército colocados em quadrícula e onde permaneciam por períodos mais ou menos longos, conforme a perigosidade da situação que tivesse motivado o seu deslocamento e, ainda, em função da estratégia superior. Era fundamentalmente destes Destacamentos que as tropas de elite partiam para as suas operações na mata. No entanto, situações houve em que as tropas partiam directamente das suas unidades para a mata, embora o mais vulgar fosse uma estadia intercalar nos Destacamentos de quadrícula.

O número de tropas de elite foi sempre muito limitado, razão pela qual os Altos Comandos evoluíram para a criação de uma situação intermédia, entre a quadrícula e a elite, com o destacamento de unidades de recrutamento e formação normais para as funções de intervenção. Com mais esta entidade na estrutura da Guerra, reservavam-se as tropas de elite para intervir nas situações em que o conflito se apresentasse com maior gravidade, face à disposição do inimigo e dos interesses estratégicos, políticos, sociais e/ou económicos. Nestes moldes, as áreas que já não dependendo das unidades de quadrícula e não justificavam a intervenção das tropas de elite, reservaram-se para actuação das tropas de intervenção.

Convém, aqui, intercalar uma ideia: as tropas de elite eram tropas de intervenção, mas também havia tropas de intervenção que não eram de elite; desde logo, as suas utilizações reservavam-se para momentos e locais onde o perigo fosse mais moderado. Era uma utilização de forças num sistema ponderado, caso a caso.

Se, como disse, actuaram na Guerra de África três formações de elite, cada uma integrando um dos ramos das Forças Armadas: os Pára-Quedistas, a Força Aérea; os Fuzileiros Especiais, a Marinha; e os Comandos, o Exército, o certo é que a sua doutrina de actuação não estava dependente da formação técnico-táctica que possuíam, mas da doutrina geral da execução da Guerra. No entanto, as operações em que actuavam estavam dependentes e eram condicionadas pelo ramo a que pertenciam. Por exemplo, para uma emergência ou operação motivada por um qualquer movimento detectado ou suspeito do inimigo, em que a intervenção das tropas fosse urgente, actuavam sempre os

Pára-Quedistas, pela dupla razão de a respectiva unidade ser junto das bases onde estavam os helicópteros e de os Comandos da Força Aérea darem ordens directas às duas entidades: Pilotos e Pára-Quedistas.

Este tipo de actuação, motivado mais pela organização e estrutura militar, do que pela formação e recrutamento do pessoal, que era em tudo idêntico para as três tropas, voluntariado e selectivo, determinou que as tropas Pára-Quedistas tivessem ou melhor, fossem obrigadas a ter, um nível de prontidão diferente pela urgência com que muitas vezes eram confrontadas. Por exemplo, e é apenas um caso paradigmático entre muitos outros: na madrugada do dia 3 de Janeiro de 1974, caiu um helicóptero, por avaria, a Norte de Mansoa, na Guiné, e aconteceu de madrugada porque os meios aéreos voavam com limitações, devido a ataques a partir do solo. Dado o alerta, seguiram para o local em três helicópteros, os únicos disponíveis, 15 Pára-Quedistas que tiveram apenas por instrução, que o Comandante, obviamente um Sargento, recebeu em corrida, “corram que caiu um helicóptero”.

Os Pára-Quedistas chegaram ao local primeiro do que os Guerrilheiros, que tinham uma base por perto, salvando-se o aparelho, depois de ali mesmo reparado. Assim se evitou a natural especulação política e militar, pois se os Guerrilheiros tivessem chegado primeiro ao aparelho, por certo o teriam destruído e, naturalmente, reivindicado o seu abate. Reivindicação que provocaria naturais consequências para o moral das tropas em geral, que passavam a considerar-se ainda mais isoladas, pela dificuldade de movimento dos helicópteros para acções de evacuação, como era o caso naquele dia.

A prontidão e a confiança, mercê duma rotina que progressivamente se consolidou, incorporou-se na disciplina, consubstanciada na lógica de «as ordens não se discutem» e, por mais estranho que possa parecer, tinha que ser assim mesmo, pois avultadas explicações a par da ordem, teriam por consequência a nulidade da acção. Nem sempre seria assim certamente, nem sempre as acções eram urgentes, contudo, o facto dos Pára-Quedistas serem poucos, executarem repetidas comissões e, quando na Metrópole, estarem sempre na mesma unidade e formarem os homens ao lado de quem haviam de combater na comissão seguinte, tornou esta lógica da prontidão e de aceitar as ordens sem as apreciar, uma situação natural, como sempre se terá que verificar em tropas de elite. A eficiência caminha sempre ao lado da prontidão.

Por estas razões, que não são alheias às várias perturbações que os Pára-Quedistas protagonizaram nos «pós marcelismo» e, também por estas mesmas perturbações, as tropas Pára-Quedistas são as que melhor representam e exemplificam as tropas de elite. A citada verificação e o facto de ter integrado estas tropas, possibilitando a sua descrição e análise nos termos da técnica de “participação-observação”, que se assume como executada no tempo em que ocorreram os factos que descrevo, justificam que siga estas tropas como exemplo das tropas de elite que actuaram na Guerra de África.

3.2.1 – As Tropas Pára-Quedistas

O fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a assinatura da nossa adesão à NATO em 1949 e as movimentações que se desenvolviam por toda a África, no sentido das independências dos povos deste continente, quase todo ainda colonizado, motivaram o Governo português a modernizar as FA o que, dizia-se, era uma medida no âmbito dos acordos internacionais mas, com as nossas Províncias Ultramarinas no pensamento. Na linha deste propósito seguiram para França, em 1951, dois Oficiais do Exército que, aceitando um convite do respectivo Ministério, iriam lançar as sementes do Pára-Quedismo militar português: respectivamente, os Capitães Armindo Martins Videira e Mário de Brito Monteiro Robalo. Dois anos mais tarde seguiu, também para França, o Aspirante Fausto Pereira Marques com idêntico objectivo.

Em 1955, Kaúlza de Arriaga foi designado como Subsecretário de Estado da Aeronáutica, a quem competia o desenvolvimento da Força Aérea.

As Tropas Pára-Quedistas foram, então, criadas por Decreto-Lei¹²⁸, cujo artigo 2.º determina: “Na dependência do Subsecretariado de Estado da Aeronáutica, em ligação com o Ministério do Exército, é desde já organizado, junto de uma das bases aéreas, um centro de formação e treino de caçadores pára-quedistas, integrando as unidades de tropas da mesma especialidade cuja constituição for determinada pelas circunstâncias.”

Este Decreto-Lei é regulamentado por Portaria¹²⁹, cujo artigo 1.º determina: “Em 1 de Janeiro de 1956 será constituído, (...) um batalhão de caçadores pára-quedistas...”. Assina o Subsecretário de Estado da Aeronáutica, Kaúlza Oliveira de Arriaga.

¹²⁸ N.º 40 394, de 23 de Novembro de 1955 (OE, 1955).

¹²⁹ N.º 15 671, de 26 de Dezembro de 1955 (OE, 1955).

Sobre a criação dos Pára-Quedistas, escreveu o General Kaúlza de Arriaga: “A criação das Tropas Pára-quedistas, necessariamente com carácter de corpo de forças especiais, de pequenos efectivos, mas altamente preparadas e gozando de alguns privilégios, mantendo-se muito maiores efectivos de forças normais, com menor preparação e menores regalias, trouxe o dilema referido no primeiro plano da controvérsia. Sobretudo no Exército defendia-se o critério das massas indiferenciadas, o que fez com que várias tentativas de viabilização de forças suas especiais, como os sapadores de assalto e os caçadores especiais, tivessem abortado rapidamente. Na Força Aérea, as forças especiais não causaram qualquer perturbação.

Era o dilema das massas indiferenciadas e das elites apuradas.” (CTP, Vol. III, 1986: 31).

Nos primeiros tempos, o pessoal militar destinado às Tropas Pára-Quedistas era recrutado, essencialmente, no Exército.

Em 1958 seguiu para a Argélia um grupo de Oficiais Pára-Quedistas chefiado pelo Major Martins Videira e de que faziam ainda parte o Major Alcino Ribeiro, o Capitão Rafael Durão e o Tenente Marques da Costa. O grupo partiu de Tancos a 27 de Abril e regressou a 13 de Maio de 1958. Segundo o Major-General Rafael Ferreira Durão, durante a sua permanência na Argélia, os citados Oficiais tiveram oportunidade de contactar com unidades das Tropas Pára-Quedistas francesas em operações naquele território¹³⁰.

Em 1960 um grupo de cinco Pára-Quedistas constituído pelos Tenentes Araújo e Sá e Silva e Sousa, pelos Sargentos João de Bessa e Gonçalves de Campos e pelo Primeiro-Cabo Vítor Dias, partiram para GIBPOM (Grupo de Instrução da Brigada Pára-quedista de Além Mar) em Bayonne, França, onde, de 6 de Julho a 20 de Agosto, tomaram contacto com as técnicas da guerra subversiva e acções de contra-guerrilha que as Tropas Pára-Quedistas francesas estavam a usar na guerra argelina, tendo ainda feito uma curta visita a Arzem, na Argélia.

¹³⁰ Em entrevista, no dia 05/03/2002, no âmbito da presente investigação.

Foram estes homens, os responsáveis pela organização e direcção de instrução de contra-guerrilha nas tropas Pára-Quedistas¹³¹; a partir de Maio de 1961, todos os militares que terminavam os cursos de pára-quedistas eram submetidos a um longo período de instrução de combate, dirigido especificamente para enfrentar a guerra de guerrilha nos então territórios ultramarinos portugueses.

Em Janeiro de 1961, com os responsáveis militares à espera da Guerra e, para fazer face às necessidades mais prementes de pessoal, o Subsecretário de Estado da Aeronáutica exarou o seguinte despacho:

- “1. A partir de 1 de Janeiro de 1961, o quadro de sargentos e praças pára-quedistas deve considerar-se como sendo o seguinte: 10 primeiros-sargentos, 130 segundos sargentos ou furriéis, 150 primeiros-cabos e 1100 segundos-cabos e soldados.
2. Em face do constante em 1, devem realizar-se as correspondentes promoções.

Se não houver pessoal em quantidade bastante com as necessárias condições de promoção deve o mesmo ser convenientemente preparado.” (entrevista com Silva e Sousa).

As facilidades nas promoções, que já se faziam sentir ao nível dos Oficiais, verificam-se também neste despacho relativamente aos Sargentos e determinaram assim as condições para que os Primeiros-Cabos ascendessem a Furriel. Com este despacho, ou pelo menos a partir dele, criaram-se as condições para que nestas Tropas se formassem Cabos e Sargentos, em condições específicas, adoptando as metodologias acabadas de trazer da Argélia, cedidas pelos Pára-Quedistas franceses que, nessa guerra, testavam o resultado das suas técnicas de formação. O novo procedimento de formação, inovador e nunca seguido pelo Exército, veio a criar a fantástica classe de Sargentos Pára-Quedistas, que determinou o desempenho militar deste corpo ao longo de toda a Guerra de África.

No todo português de então, Metrópole e Províncias Ultramarinas, constituíram-se sucessivamente cinco batalhões operacionais. O Batalhão n.º 11, em Tancos, junto do Regimento, formando a uma ou duas companhias, conforme os efectivos de momento, pois passavam por este batalhão todos os Pára-Quedistas que estavam em condições de

¹³¹ Em entrevistas com os Tenentes-Coronéis Silva e Sousa e João de Bessa, respectivamente, nos dias 08/09/2002 e 04/08/2002, no âmbito da presente investigação.

partir para as Províncias do Ultramar ou delas tinha regressado, era assim, uma unidade com elevada carga administrativa; o Batalhão n.º 12, em Bissau, formando a três companhias operacionais; o Batalhão n.º 21, em Luanda, formando a três companhias operacionais; o Batalhão n.º 31, na cidade da Beira; e o Batalhão n.º 32, na cidade de Nacala. Estes dois batalhões formavam a duas companhias cada um. Do somatório resulta que existiam dez companhias de Pára-Quedistas em actividade operacional na Guerra de África. Cada Batalhão tinha ainda uma Companhia de Serviços.

Todas as Companhias operacionais formavam a quatro Pelotões e, cada um destes, a três Secções. A Companhia era comandada por um Capitão, cada Pelotão era comandado por um Alferes e cada Secção por um Sargento. Era frequente haver mais um Sargento, em cada Pelotão, que funcionava como adjunto do respectivo Alferes, neste caso, era sempre o Sargento mais antigo dos quatro. Cada Secção tinha cerca de doze Praças, entre as quais dois a três Primeiros-Cabos. Os Batalhões eram comandados por um Tenente-Coronel, com um Major como Segundo Comandante e um outro Major como chefe de operações/informações. Este bloco operacional era apoiado por diversos serviços, que aqui se não apreciarão por os considerar irrelevantes para os propósitos em curso.

Do que fica dito, conclui-se que um Batalhão a três Companhias, como era o caso da Guiné, comportava com relevância operacional um Tenente-Coronel, dois Majores, três capitães, doze Alferes, quarenta e oito Sargentos e cerca de quatrocentos e cinquenta Praças, das quais setenta e dois Primeiros-Cabos.

3.2.1.1 – Opiniões de Elites Militares Conceituadas

Procurei recolher algumas descrições de militares que desempenharam as suas funções com reconhecido mérito, para que das mesmas poder obter confirmação ou infirmação das diversas opiniões favoráveis que desenvolvo sobre as Tropas Pára-Quedistas, pois, como as integrei, poderia ficar a impressão de que teria efectuado uma descrição excessivamente favorável. Não procurei colher as opiniões directamente para, mais uma vez, obter distanciamento face às respostas. Com efeito, recolhi os depoimentos que transcrevo de publicações nas quais não tive qualquer participação. De todas estas opiniões, se colhe a noção da relevância da componente humana na qualidade do

desempenho, aspecto nuclear do presente estudo. Seguem-se os depoimentos em transcrição do Marechal Spínola, do General Diogo Neto, do Tenente-General Bethencourt Rodrigues e do Major-General Pára-Quedista François Martins.

a) Marechal Spínola

“Para quem exerceu o cargo de Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné durante cinco anos em guerra e ali viveu intensamente a actividade operacional, é gratificante rememorar a passagem por aquele teatro de operações do Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas n.º 12 e praticar o acto de Justiça de exarar na sua História esta breve homenagem do seu brilhante comportamento em campanha.

Dotado de características próprias, aliás, comuns a todas as unidades pára-quedistas, que lhe advieram da formação do seu pessoal na prática do paraquedismo, de que se destacam o culto da coragem e o perfeito autodomínio em situações de perigo, características revalorizadas por uma excelente preparação técnica orientada para a actuação ofensiva na contra-guerrilha, o Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas foi, por sistema, empenhado em situações particularmente espinhosas.

Muitas vezes operando em conjunto, com forças de intervenção de Comando-Chefe, teve ocasião de actuar em pleno rendimento de todas as suas capacidades, obtendo resultados espectaculares. Outras vezes as suas Companhias de Caçadores Pára-Quedistas foram atribuídas de reforço a Comandos Operacionais do Exército, tendo em vista solucionar situações pontuais graves ou dinamizar a actividade operacional dessas zonas com o exemplo da sua agressividade.

Daqui resultou a atribuição ao Batalhão de Pára-quedistas das mais variadas, duras e delicadas missões, que sempre cumpriu com apurada técnica, alto espírito de missão e elevado cunho ofensivo. No desempenho dessas missões o Batalhão ganhou o direito de ser justamente classificado como unidade de elite dotada de excelente espírito de corpo e de alto nível de preparação com valorosa actuação em combate no Teatro de Operação da Guiné, onde obteve sucessos que abalaram de forma sensível a organização do inimigo.

Em termos de conduta de combate, nas inúmeras acções levadas a efeito pelo Batalhão e suas Companhias quando destacadas, todos os seus quadros e soldados demonstraram

possuir além da elevada coragem e valentia inerentes à sua formação, qualidades de abnegação, sacrifício e espírito de adaptação a todas as situações, num conjunto homogéneo de virtudes e qualidades militares a justificar as muitas condecorações de guerra concedidas ao seu pessoal, que muito honrou, em terras da Guiné, o corpo de Tropas Pára-quedistas a que pertencia, a Força Aérea e as tradições gloriosas das Forças Armadas Portuguesas” (CTP, Vol. IV, 1987: 29).

Spínola, com a autoridade que lhe assistia, confirma, em absoluto, o que afirmo nos sub-capítulos seguintes quanto à capacidade de actuação dos Pára-Quedistas na Guiné. Destaca como características destes homens a coragem, valentia, autodomínio, agressividade, espírito de missão, espírito de corpo, abnegação, sacrifício e espírito de adaptação, e reconhece que estas características eram valorizadas por uma excelente preparação técnica.

Com a sua longa experiência empírica, Spínola acompanha todo o raciocínio que venho desenvolvendo isto é, para ser um bom combatente, o homem tem que possuir de forma inata um conjunto de características que o Marechal citou, sem a preocupação de ser exaustivo. Contudo, estas características podem e devem ser aperfeiçoadas e dirigidas para um fim. Foi o que aconteceu com estas tropas, que acompanharam o sistema de selecção seguido para os Pára-Quedistas franceses e o sistema de formação meio híbrido, em que foram conjugadas as formações francesa e americana, segundo Silva e Sousa (em entrevista).

Já me referi à ida de Oficiais Pára-Quedistas a França e à Argélia, mas outros dois Oficiais, actualmente Coronéis na reforma, Sigfredo Ventura da Costa Campos e Argentino Urbano Seixas, deslocaram-se ao Brasil onde Oficiais Americanos ministravam cursos a Pára-Quedistas.

Foi do saber aprender e conciliar, o que tinham de melhor estas duas escolas de formação militar, que resultou a qualidade operacional das tropas Pára-Quedistas: a escola francesa, no campo operacional, e a escola americana em matéria de pára-quedismo.

b) General Diogo Neto¹³²

“Na Guiné, o BCP 12 bateu-se com galhardia contra o PAIGC, bem armado e treinado por oficiais cubanos, alcançando resultados considerados excelentes em contraguerrilha, expressos nas elevadas baixas causadas ao inimigo e no volume de armas e munições capturadas e destruídas.

Em operações como, por exemplo Ciclone II, Titão, a longa série de acções da Júpiter sobre o famoso corredor de Guileje, Dinossauro Preto (Agosto 73) e Jove em que é feito prisioneiro o capitão-comandante Pedro Rodriguez Peralta, ilustram a tenacidade e o espírito de missão dos Pára-quedistas empenhados na Guiné numa luta de vida ou de morte, com especial relevo para os assaltos helitransportados contra posições defendidas por metralhadoras pesadas anti-aéreas de 12.7 e 14.5 mm.

Como comandante da ZACVG, (Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné) de Setembro de 1968 a Agosto de 1970, tive oportunidade de constatar a eficiência operacional do BCP 12 perante um inimigo fortemente armado e protegido por áreas densamente arborizadas onde a progressão se processava em condições desfavoráveis para os nossos soldados.
(...)

Na base da brilhante e valorosa acção em operações dos Pára-quedistas em África estão a preparação militar, capacidade de comando, disciplina debaixo de fogo, determinação, espírito de decisão e coragem, qualidades que lhes permitiram resolver as mais difíceis situações surgidas ao longo dos 14 anos de guerra, sendo a sua presença decisiva na manutenção da soberania nacional em Angola, Guiné e Moçambique. Tendo sido os primeiros a chegar em 1961, são os últimos a sair de África, garantindo até ao último momento a segurança dos responsáveis pelo definitivo arrear da Bandeira...” (CTP, Vol. IV, 1987: 37 a 39).

Diogo Neto, o mais prestigiado Piloto Aviador durante a Guerra de África, justifica a capacidade operacional dos Pára-Quedistas nas suas qualidades pessoais, as quais especifica como sendo a “capacidade de comando, disciplina debaixo de fogo, determinação, espírito de decisão e coragem”. Para Diogo Neto, neste tipo de guerra, as

¹³² Diogo Neto foi General Piloto Aviador, íntimo de Spínola, integrou a Junta de Salvação Nacional, órgão político que dirigiu o país, nos pós 25 de Abril de 1974 e, em acumulação, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.

qualidades pessoais e humanas constituem o factor determinante do comportamento em combate.

c) Tenente-General Bethencourt Rodrigues

“As «tropas especiais», quando realmente o são, para o que — embora indispensável — não chega a designação, nem a preparação, nem o equipamento, têm valor inestimável para um comandante de tropas em campanha.

É a sua permanente disponibilidade, é a adopção dos processos tácticos mais adequados a cada situação, é o espírito ofensivo, é a firme vontade de cumprimento da missão, é a resistência física e capacidade de sobrevivência nas condições mais adversas, é a imunidade à surpresa pelo inimigo, é a força da determinação, a robustez psicológica, o destemor.

É ainda a eficiência e a solidez da organização do comando e do apoio quando as unidades entram em acção.

E é, finalmente, o estabelecimento claro e inequívoco de uma corrente de confiança entre a tropa especial e o comando superior, que permite ao comandante daquela tropa interpretar com justeza e lucidez o espírito do conceito operacional do comandante de quem depende e o verdadeiro objectivo na base da sua ideia de manobra — para deduzir o sentido profundo da missão atribuída e decidida e ousadamente aproveitar o grau de liberdade de acção que lhe é concedido.

Na Zona Militar Leste de Angola, de 1971 a 1973, e na Guiné em 1973 e 1974, tive sob o meu comando, em operações, unidades pára-quedistas.

Quer integrando-se no desenvolvimento metódico do plano de operações do comando do escalão superior, como empenhando-se para resolver situações críticas, em acções cujo factor primordial é a rapidez de intervenção e o pronto discernimento do melhor processo de actuação, sempre aquelas Unidades de Pára-Quedistas se bateram como verdadeiras tropas especiais, na exuberante plenitude da acepção que dou a este qualificativo” (CTP, Vol. IV, 1987: 33).

Tal como o General Diogo Neto, também o General Bethencourt Rodrigues coloca o acento tónico nas capacidades pessoais dos combatentes, as quais especifica, dizendo

mesmo “não chega a designação, nem a preparação, nem o equipamento”. A preparação é importante, mas sempre como factor secundário, que só é verdadeiramente eficaz perante capacidades relevantes do foro psico-fisiológico.

Bethencourt Rodrigues do «alto da sua experiência e superior competência», que o conduziu à prisão e passagem à reforma compulsiva após o 25 de Abril de 1974, destaca ainda a qualidade de comando em combate, que era função de Sargento. E foi esta função e este desempenho que constituiu o maior problema pós Guerra de África. As Forças Armadas não têm, como nunca tiveram, capacidade orgânica para incorporar os seus melhores membros quando chega a paz. Abril não foi excepção: prendeu-os, expulsou-os, difamou-os. Liquidou-os.

d) Major-General Pára-Quedista François Martins

“Se alguém me pedisse para resumir numa curta frase o essencial da vida dos militares pára-quedistas em África, eu proferiria três palavras: sacrifício, abnegação, coragem.

Estas três palavras não esgotam, naturalmente, nem pretenderiam esgotar, o leque dos adjectivos que poderiam caracterizar actividades tão diversas, e tão diferentemente praticadas, por tantas e tão diferentes pessoas, ao longo de 15 anos, as quais nem todas e nem sempre as terão merecido.¹³³ Mas escolhi-as porque me parecem resumir o sentido profundo da actividade geral, tal como se apresentaria a um espectador que a visse no seu conjunto durante todo o tempo em que durou.

A ordem porque as coloco também não é indiferente. Primeiro o sacrifício, porque este esteve quase sempre presente, mesmo nos pequenos acontecimentos da vida quotidiana.

As tropas pára-quedistas, em África, estiveram sempre sujeitas a todos estes sacrifícios, sacrifícios da separação, da incomodidade, da tensão nervosa prolongada que o perigo gera. Até quase ao fim, estiveram mal instaladas. A falta de forças capazmente treinadas e enquadradas em quantidades suficientes obrigou sempre os Comandantes-chefes a imporem, às tropas pára-quedistas um ritmo de actividade operacional muito elevado.

¹³³ Sublinhado de minha responsabilidade, para destacar que também este brilhante Oficial General considera haver diferenças entre as pessoas, não obstante tratar-se de um conjunto ao qual era ministrada uma profunda e homogénea formação técnica.

As tropas pára-quedistas tiveram sempre pouco tempo de descanso, foram sempre utilizadas nas zonas que os comandantes militares consideravam mais perigosas.

O sacrifício foi, portanto, a grande condição sempre presente, com variações de intensidade, é certo, mas sem nunca deixar completamente de marcar a vida quotidiana, no quartel, no mato, mesmo na cidade. A essa constância do sacrifício, que às vezes era exigido em doses quase sobre-humanas, os militares pára-quedistas responderam, de um modo geral, com abnegação. O cansaço, a frustração, a doença, a fome, a sede, a saudade, os muitos e variados incómodos de uma vida dura, foram enfrentados e superados por uma vontade de cumprir que se manteve até ao fim. Os militares pára-quedistas não pouparam nem trabalho nem iniciativa e imaginação, para tirar partido de tudo, e assim levar a cabo da melhor forma possível todas as missões, ultrapassar todas as faltas e deficiências de várias ordens que afectaram o seu armamento, o seu equipamento, o seu potencial de combate mesmo a nível de quadros, melhorar enfim, pelas suas próprias mãos, as infraestruturas do seu quartel.

Talvez este espírito de sacrifício, esta capacidade de abnegação, sejam no fim de contas a maior glória de todos — ou de quase todos, com raras excepções — os militares pára-quedistas que tão bem, com tanta valentia, se portaram em combate. Mas as oportunidades de combater foram apesar de tudo, e em comparação com o total de missões realizadas, relativamente poucas, e quase sempre limitadas a contactos de fogo de curta duração. Em troca, o sacrifício foi uma constante, e a abnegação a grande qualidade que tornou possível, pela persistência, pela paciência, pela resistência física vinda não só do treino, mas também, e sobretudo da vontade galvanizada, para superar as dificuldades e conseguir, enfim, os êxitos operacionais e os feitos heróicos que permitiram merecer amplamente as muitas condecorações e louvores conquistados de armas na mão, e obter os resultados brilhantes, entre os mais brilhantes obtidos por tropas portuguesas em África.

A coragem, enfim, patenteou-se sempre que para ela surgiu oportunidade, sempre que o inimigo combateu, sempre que as situações de grande perigo se apresentaram, em diversas acções colectivas, e em muitos actos individuais. Apesar de tudo, não faltaram durante os treze anos de guerra, em que os pára-quedistas estiveram sempre empenhados, ocasiões em que a excepcional valentia, a bravura, que os pára-quedistas

reclamam como seu timbre, puderam manifestar-se. Esse é o aspecto que normalmente dá mais brilho, é mais citado, e que não faltou nunca, na história dos pára-quedistas em África. Ao contrário, o sacrifício e a abnegação que estiveram por trás da heroicidade e a tornaram possível, são muitas vezes esquecidas. Não brilham, são apagadas, mas estiveram lá. E muito nos honram” (CTP, Vol. III, 1986: 66 a 68).

François Martins conhece bem África, onde desempenhou funções com as patentes de Tenente, Capitão, Major e Tenente-Coronel. Efectuou duas comissões em Moçambique, uma na Guiné e outra em Angola. Neste seu depoimento, que generaliza, tem sobretudo Moçambique no pensamento. Aliás, este III volume da História das Tropas Pára-Quedistas, reporta-se ao Batalhão n.º 31 situado na cidade Beira, em Moçambique e foi coordenado pelo próprio François Martins. De entre os inúmeros depoimentos que recolhi de várias publicações ou que me foram especificamente cedidos, os quais, pela contínua repetitividade não se justifica a sua transcrição, escolhi este para o fim, porque considero que François Martins, Oficial competente e sério, fez uma abordagem, que embora longa, vem comprovar as minhas afirmações sobre tudo o que disse acerca do valor dos militares, que não era igual em todos, provando-se que os valores estavam no «homem» e não na formação técnica.

Destaco, na abordagem de François Martins, a sua consideração de que o valor dos Pára-Quedistas estava fundamentado nas “qualidades” pessoais, entre as quais refere “sacrifício, abnegação, coragem, valentia, bravura e heroicidade”, qualidades que qualifica como adjectivos que nem todas as pessoas nem sempre os terão merecido. Não me surpreende a última referência, pois, como em qualquer profissão ou lugar da terra, os profissionais não são todos iguais. É mesmo frequente grandes disparidades entre eles. A partir deste princípio, vejo com toda a naturalidade, que tanto Oficiais, como Sargentos, ou mesmo com menor impacto as Praças, os haja desde o muito bom ao muito fraco.

Nos vários e longos comentários que manuscreeu, na folha que lhe dirigi com um pedido de parecer, e onde acentuei que a resposta seria publicada, François Martins afirma que as características pessoais representam 50% da capacidade de um graduado combatente, os conhecimentos técnico-tácticos representam 20% e a experiência 30%, mas acrescenta : “a indicação numérica é, obviamente, estimativa grosseira, com base em impressões subjectivas. Na realidade, a minha resposta deve ser entendida como

simples parecer com base nas seguintes opiniões: a nível de desempenho operacional no terreno os conhecimentos técnico-táticos requeridos eram simples e sumários, contribuindo com menos peso para a eficiência do que as características pessoais (coragem, rusticidade, capacidade de liderança, argúcia) e do que a experiência”.

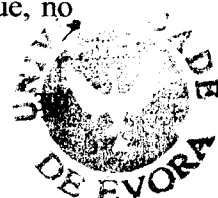
Analisando mais detalhadamente os Capitães, François Martins considera que a capacidade desta classe de operacionais provém em 30% dos conhecimentos técnico-táticos, 35% das características pessoais e 35% da experiência. Este brilhante Oficial Pára-Quedista meditou com rigor na questão que lhe coloquei, efectivamente os Capitães eram operacionais, mas a posição em que seguiam na coluna não lhe permitia comandar os combates, logo, as suas características pessoais já não eram tão relevantes. De qualquer modo e, mesmo ao nível de Capitães, continua a atribuir pouca relevância à formação técnico-táctica, enquanto componente contributiva para a formação de capacidades de desempenho.

3.2.1.2 – Os Pára-Quedistas na Guiné — o Batalhão n.º 12

A exactidão que se procura, mesmo quando conseguida, não implica que se tenha sido exaustivo. Nunca se é. Há que estabelecer prioridades, atribuir diferentes graus de importância, resumir acontecimentos. Procurei estabelecer o equilíbrio que me pareceu razoável, entre o que seriam pormenores excessivos e acontecimentos menos relevantes.

A presença das Tropas Pára-Quedistas na Guiné remonta ao ano de 1959, 7 anos antes da criação do BCP 12. No dia 3 de Agosto de 1959 foram desencadeadas greves pelos trabalhadores nativos do porto de Bissau; o movimento grevista foi duramente reprimido pelas autoridades portuguesas que provocaram durante a sua intervenção algumas dezenas de mortos e feridos. A situação agitou-se por toda a cidade e, uma semana depois, a 10 de Agosto, um pelotão de Pára-Quedistas foi transportado por via aérea para Bissau, de onde regressou a 20 do mesmo mês. Com esta estada de 10 dias se cumpriu a primeira missão das Tropas Pára-Quedistas na Guiné.

A partir de Janeiro de 1963 a situação na Guiné complicou-se, tanto do ponto de vista político como de segurança, o que obrigou a profundas alterações na composição e efectivos das tropas portuguesas. De Portugal começam a ser enviados homens e materiais, na tentativa de evitar o alastramento da subversão. Foi neste âmbito que, no



dia 3 de Julho de 1963 chegou a Bissau um Pelotão de Pára-Quedistas, o qual teve o seu baptismo de fogo no dia 10 de Agosto, durante a execução da operação «Esquilo» que teve lugar entre os rios Grande de Buba e Sahol. Esta operação marca o início de uma longa actividade operacional que só viria a terminar com a independência da Guiné, no ano de 1974.

“A inexperiência dos militares pára-quedistas numa guerra de guerrilha que obrigava a acções de desembarque naval e progressões em terrenos extremamente difíceis, que iam desde o «tarrafo» traiçoeiro até à mata densa, foi amplamente superada pela sua voluntariedade, decisão e excelente preparação física, que lhes permitiram ultrapassar com êxito os obstáculos surgidos” (CTP, Vol. IV, 1987: 100). Os próprios Oficiais que investigaram e escreveram a história das Tropas Pára-Quedistas reconhecem o efeito da experiência, neste caso, da sua falta, e que as dificuldades foram ultrapassadas pelas qualidades pessoais, como sempre aconteceu ao longo dos 13 anos desta guerra de guerrilhas.

Em 20 de Janeiro de 1964 segue para Bissau um segundo Pelotão de boinas-verdes. E, no dia 7, do mês seguinte, ao acorrerem em auxílio do Destacamento de Fuzileiros Especiais n.º 7 que se encontrava em dificuldades na mata de Cachide, devido a forte ataque lançado pelo inimigo, foi mortalmente atingido o Soldado Pára-Quedista n.º 75/61 Daniel Rosa Neto, que se tornou assim, o primeiro dos 65 boinas-verdes que, ao serviço e a mando da Pátria, tombaram em terras da Guiné.

O agravamento da situação interna da Guiné exigiria então a tomada de novas e mais profundas medidas de reestruturação das FA e a reformulação do seu emprego táctico. Entre estas medidas destaca-se a criação do Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas n.º 12, em 1966¹³⁴.

As exigências operacionais obrigaram ao envio de uma nova Companhia para reforço do quadro orgânico do BCP 12, o que aconteceu em 21 de Julho de 1970. A nova unidade, que eu integraria na qualidade de Sargento, primeiro com o posto de Furriel e depois com o de Segundo Sargento, tomou a designação de Companhia de Caçadores Pára-Quedistas n.º 123 (CCP 123) e iniciou a sua actividade operacional no dia 8 de Agosto. No próximo item descrevo as características e o funcionamento da CCP 123, como

¹³⁴ Portaria n.º 22260, de 20 de Outubro de 1966 (OE, 1966).

exemplo paradigmático, das Companhias desta especialidade que durante todo o tempo da Guerra de África, operaram nas três frentes de combates: Guiné, Angola e Moçambique.

No dia 13 de Outubro de 1974 e pela última vez, a Bandeira Nacional Portuguesa desceu do mastro de honra do BCP 12.

3.2.1.2.1 – A Companhia de Caçadores Pára-Quedistas n.º 123 como Exemplo Paradigmático

A actividade da CCP 123 girou muito, ou quase totalmente, em torno de dois Sargentos, um deles eu próprio. Se omitisse os nomes dos militares que, em cada momento, intervieram nos acontecimentos, a compreensão dos mesmos seria certamente menos clara. Assim, antes de entregar a dissertação à Universidade de Évora, enviei cópias da mesma ao Major-General Comandante da BAI, ao Major-General Sousa Bernardes, que foi Subalerno e Comandante desta mesma Companhia e ao Coronel Pires Saraiva que, como Alferes miliciano, comandou o Pelotão de combate que eu integrei, para que estes Oficiais pudessem contradizer ou desmentir, na expressão de Zimbardo & Ebesen (Zimbardo, 1973: 67), o que afirmo. O Major-General Comandante da BAI, em carta que me dirigiu, classifica o documento de moderado e “histórico”, enquanto o Major-General Sousa Bernardes e o Coronel Pires Saraiva me responderam que “os factos se passaram rigorosamente como os descreve”.

A grande característica que definia as Companhias Pára-Quedistas na Guerra de África era a sua dupla cadeia de comando: a orgânica e a das capacidades, ou a formal e a informal. A segunda cadeia de comando ordenava os militares pelo poder de influenciar as decisões.

Em Maio de 1972 iniciaram-se as rendições do pessoal da CCP 123. Embora as rendições dos Pára-Quedistas fossem individuais, o facto desta Companhia ter sido colocada na Província de uma só vez implicou que o fim da comissão de quase todo o seu pessoal ocorresse em simultâneo. Esta simultaneidade foi sendo, no entanto, corrigida e atenuada pelas várias substituições e transferências que se foram efectuando ao longo dos dois anos anteriores.

No dia 8 de Maio de 1972 chegou ao BCP 12 um grupo de militares idos do Regimento de Caçadores Pára-Quedistas (RCP), entre os quais 5 Sargentos. Um desses Sargentos era eu que, com 22 anos, ia iniciar a minha segunda comissão em África. A primeira tinha sido em Angola, onde completara os 20 anos.

Feitas as apresentações, o Chefe da Secretaria, um Capitão Pára-Quedistas oriundo de Sargento, informou o grupo que um dos Sargentos seria colocado na Companhia 121, outro na 122 e os outros 3 na Companhia 123. O Furriel Ragageles informou que gostava de ficar na Companhia 122, porque pertencera a essa Companhia na sua anterior comissão, exprimindo eu que gostaria de ficar com o Furriel Rodrigues, por sermos do mesmo curso e amigos de longa data, enquanto o Primeiro Sargento Renato Dias disse gostar de ficar com “estes velhos”.¹³⁵ O Furriel Marques, com as hipóteses esgotadas, manifestou a sua disposição para ficar na Companhia 121. Assim, com a máxima naturalidade, se efectuou a distribuição dos Sargentos recebendo a CCP 123, duma só vez, 3 dos bons Sargentos Pára-Quedistas que a iriam «marcar» nos dois anos que se seguiram, porque, além de bons profissionais, eram amigos.

Feita a colocação dos Sargentos da CCP 123 nos respectivos Pelotões, tarefa a cargo do Comandante de Companhia interino, o Alferes miliciano Cardoso da Silva, em fim de comissão, fui colocado no Primeiro Pelotão, a comandar a primeira Secção de onde tinha saído o Sargento Amoroso, um bom Sargento que tinha a Secção bem organizada. Os outros dois Sargentos deste Pelotão, que comandavam a segunda e terceira Secções, também em fim de comissão, eram o Miranda Henriques, um bom Sargento, e o Pacheco, já nem tanto, pelo que regressou ao Exército. O Primeiro Sargento, adjunto do Comandante de Pelotão, o Claudino, também era um bom Sargento. O Comandante do Pelotão era o já citado Cardoso da Silva. Todos estes profissionais se esforçaram para, no pouco tempo que estivemos juntos, me ensinarem o que se podia aprender. Posso mesmo afirmar que, ao chegar à Guiné, «aterrei» no meio de veteranos e bons profissionais, que além destas qualidades ainda se fizeram meus amigos.

Por muito experimentado que fosse um militar, independentemente do posto ou da função, tinha sempre muito que aprender quando chegava a uma nova zona de Guerra e, para tal, tinha que aprender com os mais velhos, mesmo de patente inferior à sua: eu

¹³⁵ Renato da Silva Dias, um portista de nascimento e devoção, tratava assim os amigos e já se tinha apercebido, dos convívios em Tancos, que ali havia «gente».

aprendi muito com os «meus» Soldados, que o Amoroso, o anterior Comandante da Secção, tinha ensinado. Ao longo dos meus tempos de Guiné, sempre notei a máxima disponibilidade daqueles que sabiam mais para ensinar os que sabiam menos; no entanto, havia sempre quem não quisesse aprender. Nesta, como em qualquer outra profissão, em que o vencimento é independente do desempenho e o tempo passa para todos, há uma natural acomodação por falta de incentivos.

Havia uma lógica que pesava no raciocínio de todos e que é inimiga dos exércitos, particularmente em campanha: só se manda fazer a quem sabe. Saber fazer implicava o ser escolhido, mas a escolha era para seguir na frente, a romper mata e correr o risco do próximo combate. Os incentivos funcionavam assim, em sentido contrário ao teoricamente desejado. Aqueles em quem não se confiava passavam o tempo como os outros, com menos preocupações, com menos sacrifícios e riscos. Neste contexto, houve quem, em unidades de elite, não desse um tiro numa comissão inteira, e quem queimasse as mãos no cano da espingarda, para além de canos que se entortaram por excesso de aquecimento, motivado pelas muitas balas que dispararam em combates prolongados. Esta realidade revela o quanto a gestão de pessoal foi um monumental fracasso durante toda a Guerra de África, como o será em todas as situações em que se incentive o alheamento e o desinteresse, o que sempre acontece quando quem trabalha não se vê recompensado. Sendo assim, extrai-se uma conclusão: quanto mais alto na hierarquia mais se influencia o desempenho da unidade. Contudo, o Capitão não comandava combates, o que constituía tarefa de Sargento, logo, uma Companhia com bons Sargentos era uma boa unidade, mas podia não o ser se o Capitão não soubesse gerir as capacidades dos «seus» Sargentos, e com frequência não o sabia. Desta observação resulta que os Sargentos se avaliavam pelas suas capacidades de combate e os Capitães pela sua sabedoria em gerir a capacidade dos «seus» Sargentos.

Quanto aos Soldados verificava-se um dado estranho: tinham orgulho em pertencer à Secção do Sargento A ou B, que era bom em combate e estava «em todas», o que implicava que eles também estivessem, pois a confiança e a auto-estima tinham grande poder. O Soldado aceitava andar um dia a romper mata e a sofrer os combates por andar na frente, desde que tivesse confiança em quem o comandava, para poder dizer «eu estive lá». Temos assim, que um Capitão não fazia uma Companhia, mas podia desfazê-

la. O colapso relacional, ou o conflito descontrolado, entre o Capitão e o tal Sargento (A ou B) conduzia, inevitavelmente, à queda da capacidade operacional da unidade.

Em 21 de Maio de 1972 iniciei a minha actividade operacional participando na operação “Milhafre Verde”¹³⁶. Esta operação envolveu todo o BCP 12, sob o Comando do respectivo Comandante, Tenente-Coronel Pára-Quedista Araújo e Sá, e teve lugar na zona Norte da Província. No plano da operação dizia-se que na zona estava referenciado um corpo de Exército da guerrilha com a seguinte constituição: quatro bigrupos de Infantaria, um grupo de Artilharia, um grupo de Foguetões e um grupo de Armas Pesadas. Os Pára-Quedistas actuaram com seis bigrupos, a 50 homens cada um. O bigrupo que eu integrei era constituído pelos 1.º e 2.º Pelotões, teve como nome de código Lobo 0 e foi comandado pelo Alferes miliciano Cardoso da Silva. As tropas saíram do Porto de Bissau no dia 21 de Maio, às 12 horas e 45 minutos, embarcadas na LDM n.º 312, e chegaram a Porto Gole às 17 horas.

Porto Gole era um antigo porto fluvial, na margem direita do Canal do Geba, conhecido pelo comércio de escravos, onde estava estacionado um Pelotão do Exército, em posição de quadrícula, numa antiga casa senhorial, que deixava antever alguma riqueza de outros tempos, antes da Guerra. Uma longa alameda de palmeiras, perpendicular ao rio, separava as muitas palhotas que se erguiam de ambos os lados.

Do plano da operação constavam, ainda, algumas notas sobre diversas informações, entre elas que o Sol nascia às 5 horas e 37 minutos e tinha o seu ocaso às 18 horas e 21 minutos. Estas informações eram de extrema utilidade para o Comandante da operação poder estimar as horas a que havia de mandar jantar e aproximar-se do local de dormida, bem como para os Sargentos controlarem os horários das vigias nocturnas.

O Agrupamento saiu de Porto Gole, a coberto da escuridão, caminhou toda a noite e, de madrugada, atingiu a zona RUTE. Este nome de mulher era tão somente um código que delimitava uma zona no terreno, devidamente assinalada nas cartas que cada graduado levava consigo. Para melhor se compreender, direi que o Agrupamento Leão 0 tinha à sua responsabilidade a zona ANA; Leão 5 a zona GLÓRIA; Onça 0 a zona ROSA; e Onça 5 a zona MARIA. O Agrupamento Lobo 5 ficou de reserva em Mansoa. Os

¹³⁶ Como fontes sigo o plano da operação e o respectivo relatório, cujos originais se encontram na ETAT e, especialmente para a presente dissertação me foram facultados, as entrevistas e os meus apontamentos pessoais apoiados pela memória.

Agrupamentos ou bigrupos partiram de pontos muito distantes uns dos outros: uns foram a pé, outros colocados de viatura e outros de helicóptero.

A diversidade de colocações tinha como objectivo confundir o inimigo. Os grupos iam actuar muito perto uns dos outros, pelo que a demarcação das zonas era uma necessidade para que os grupos não se encontrassem, ou que o fogo de um não atingisse os outros. Neste sentido, sempre que alguém fizesse fogo tinha que informar a sua posição e todos os grupos em cadeia rádio tomavam conhecimento e tentavam, eventualmente, surpreender o inimigo, numa possível fuga dessa posição. Foi uma operação com alguma complexidade e exigiu rigor na sua execução.

A mata era de arvoredos disperso, com um capim rasteiro que não ia além dos joelhos. A temperatura subia bem para além dos 40.º C; a operação tinha a duração de três dias. A água que cada homem levava estava condicionada pelo peso da carga total que cada um suportava, em que o fundamental era o armamento, as balas e as granadas. A água ficou assim limitada a dois cantis de um litro cada. A comida consistia numas latas de conserva e numas carcaças; não era pouca, nem se levou toda, e parte da que se levou sobrou: tínhamos então dois litros de água para três dias, com temperaturas superiores a 40.º C e a caminhar todo o dia. Fôramos informados de que, em caso algum, haveria reabastecimento de água ou reforço de munições — a única hipótese de apoio aéreo seria para evacuações. A pobreza das nossas forças impunha estas limitações.

O meu baptismo operacional na Guiné afigurava-se difícil. Os meus camaradas Sargentos disseram-me antes de partirmos: “a tua Secção vai sempre a meio da coluna”. No momento da partida e enquanto se ia formando a coluna, os Cabos disseram-me: “o meu Furriel segue no meio de nós os dois”. E assim foi, pelo menos durante a noite, em que tudo me parecia suavemente estranho. Na cerrada escuridão e em silêncio, interrogava-me: «como é que esta gente não se perde se não se vê nem onde se põem os pés»? Senti que, com uma formação técnico-táctica de ano e meio, não sabia nada, mas aquela gente sabia e estava disposta a ensinar-me: era a sua experiência. Tinha que aprender rápido porque eles estavam a acabar a comissão.

A meio do segundo dia, disse aos meus camaradas Sargentos: “agora vai a minha Secção para a frente”, — o que aconteceu contra a sua vontade mas com o apoio dos Cabos, que consideraram engraçada a minha insistência ao fim de tão pouco tempo em

operação. Pouco depois dei a minha primeira ordem, quando um casal de jovens nativos saiu detrás de uns arbustos fugindo atrapalhadamente, correndo paralelamente à coluna. Os Pára-Quedistas sempre tiveram uma grande disciplina de fogo e ninguém o iniciava, a não ser numa situação de perigo ou à ordem. Naquele momento, os dois militares que seguiam à minha frente olharam-me como a pedir instruções e eu disse em voz alta: “deixem ir o casalinho”. A resposta à minha ordem não tardou e com ela uma lição — éramos atacados à retaguarda, o que significava que o casalinho nos tinha denunciado aos Guerrilheiros, ou seja, os dois jovens eram agentes activos da Guerra ou, pelo menos, foram-no naquele momento. A dificuldade de saber quem era ou não o inimigo constituía um obstáculo sério que não se via como o resolver, pelo menos como o resolver em termos de guerra. No entanto, nem tive problemas de consciência, nem ninguém criticou a minha benevolência porque, quando os Guerrilheiros nos atacaram estávamos a descansar, logo parados, e como eles estavam a seguir-nos o rasto, acabaram por «encostar» o nariz às nossas armas, do que por certo se teriam arrependido se tivessem tido tempo para isso.

No último dia de operação, com a tropa cansada, com fome e sem água, o Alferes mandou parar a coluna dizendo-nos: “esperem aí um bocadinho que eu vou ali à frente para me orientar melhor”. Estranhei a atitude e disse-lhe que ia com ele, o que recusou, aconselhando antes que aproveitasse para descansar um pouco. Percebi que o Alferes não era doido, nem estava a arriscar nada, apenas que sabia «ler a mata», para o que não há técnica que se aprenda nas Academias, mas apenas conhecimento decorrente da experiência. Aprendi, com ele e com o tempo, que a mata tem uma escrita que só se aprende lendo muito.

Ao chegarmos a Porto Gole, a meio da tarde do último dia da operação, o Comandante do Destacamento do Exército, um Alferes miliciano, mandou assar umas sardinhas, que tinham vindo na Lancha, de Bissau. Sardinha «puxa» sardinha, comemos tudo o que era suposto ser o almoço do Destacamento do Exército para o dia seguinte e, por mais que insistíssemos, ninguém do Exército provou qualquer sardinha.

Estas guerras não têm técnica de execução, mas desembaraço; só se aprende, vivendo-se. E o maior factor é o humano, quem o souber usar tem tudo, quem o não souber usar, também tem tudo... mas em falta. No entanto, já não penso da mesma forma quanto aos

Altos Comandos e Comandos Superiores, para os quais os conhecimentos estratégicos e táticos são relevantes e podem ser decisivos.

Em 2 de Junho de 1972, a Companhia, ainda sob o comando do Alferes Silva, parte para a cidade de Teixeira Pinto, no Norte da Província, no chamado «Chão Manjaco». O Comandante deste Sector Operacional era o Coronel Pára-Quedista Rafael Ferreira Durão, que eu já conhecia de Angola, onde ele era Comandante de Batalhão quando eu lá estivera na minha anterior comissão. Durão, de nome e de feitio, já tinha “pacificado o chão Manjaco”, como ele próprio me afirmou num dos vários contactos que mantivemos, no âmbito da presente investigação.

Com a situação efectivamente pacificada, a Companhia não teve qualquer acção de fogo durante os dois meses que ali permaneceu. Tudo o que aconteceu de relevo foi interno da vida da Companhia. No entanto, e embora com a situação calma, no que à guerra dizia respeito, a actividade de patrulhamento da mata era permanente, de dia e de noite, o que se tornou cansativo, mas que utilizei para aprender, com o Alferes Silva, as regras de orientação e a leitura e interpretação das cartas militares e dos sinais da mata.

No dia 7 de Junho apresentou-se o Comandante de Companhia, regressado de férias, o Capitão miliciano Pára-Quedista Henrique Morais da Silva Caldas, um homem que se relacionava muito mal com os Sargentos e de quem ninguém gostava. Os Primeiros Sargentos eram todos casados e, à excepção do Renato Dias, tinham as mulheres e os filhos em Bissau, sendo natural que, pelo menos uma vez, durante os dois meses de estadia em Teixeira Pinto, viessem ver a família, mas Silva Caldas não o permitia, o que provocava um mau relacionamento interno da Companhia.

O tempo era muito preenchido, quem não estivesse na mata tinha que se sujeitar a várias formaturas diárias, para além de uma sessão de ginástica e corrida matinal, que o Capitão sistematicamente dirigia. Estas sessões não agradavam a ninguém, a não ser ao Capitão, que nunca ia aos patrulhamentos, pelo que o nível de cansaço entre ele e o restante pessoal era consideravelmente diferente. Eram ainda os Primeiros Sargentos, que todos os dias havia um que estava doente, quem pedia dispensa da ginástica matinal, a que Silva Caldas nunca acedeu, estivesse o requerente ou não doente.

O mau ambiente era atenuado pelo Segundo Sargento Silva Bento o qual, como responsável pela alimentação da Companhia, formara uma equipa de caçadores, e caça

não faltava na zona, que caçavam codornizes com as quais Silva Bento preparava, em dias alternados, maravilhosos petiscos para, depois da ginástica, todos os graduados comerem. Os petiscos de codornizes eram alternados com miudezas de vaca, que o responsável pela alimentação comprava vivas e mandava matar, para alimento do pessoal. Havia assim, um petisco todos os dias. O Renato Dias, que tinha jeito para o petisco e para o negócio, comprava sacos de ostras ou de camarão, a 200 pesos cada um, cerca de 75 cêntimos, e preparava nova sessão de petiscos para a tarde. À noite havia sessões de cartas ou fados. Havia sempre quem cantasse e o Capitão tocava viola, por sinal muito bem.

Recuando uns dias. Quando cheguei a Bissau investiguei as hipóteses que tinha de estudar para poder terminar o ensino liceal e concluí que poderia efectuar exames de 3 em 3 meses, ao abrigo de uma lei militar então em vigor. Antes de seguir para Teixeira Pinto, efectuei a necessária matrícula no Liceu de Bissau e acordei com a equipa de transmissões do Batalhão para que eles averiguassem as datas dos exames e as transmitissem, via rádio militar, para a minha Companhia. Estes rapazes exerceram com extremo zelo, o que agradeço, durante os mais de dois anos em que a situação se verificou, um absoluto controlo sobre as datas que sempre transmitiram para os locais onde me encontrava, com a necessária autorização do comando, que sempre assinava as mensagens.

Num sábado de fins de Junho, fui informado que tinha exame na manhã da Segunda-feira seguinte. Como ia para a mata nesse Sábado, regressando na manhã seguinte, e ao Domingo não havia avião de Bissau a Teixeira Pinto, perdia-se a minha primeira oportunidade de exame. Quando, nesse Domingo, cheguei a Teixeira Pinto, o Capitão disse-me: “entregue a arma e o equipamento a um Soldado e corra para a pista, que está a chegar um avião para o vir buscar, e boa sorte no exame”. Não respondi, porque o acelerar dos motores do avião, que se fazia à pista, me não deram tempo. Segui para Bissau. Fiz o exame e regresssei, de avião, na Terça-feira seguinte, partindo de novo para a mata na Quarta-feira.

Perguntei posteriormente a Silva Caldas o que havia motivado a vinda do avião ao Domingo, ao que este me respondeu: “informei o nosso Coronel Durão que você tinha que ir a Bissau fazer o exame e ele mandou vir o avião”. Conhecia Durão o suficiente para saber que não era só isso. Membro duma tradicional família de militares, este

Coronel tinha tanto de exigente como de humano, dele se contando muitas histórias, entre as quais que mandou prender o seu Segundo Comandante em Angola por ter chamado ladrão a um Sargento. Mas a sua principal característica era a de dividir os graduados por capacidades e valores, constituindo duas escalas de três níveis, uma para Oficiais e outra para Sargentos. O avião ao Domingo era esclarecedor da minha posição nessa escala. Uma outra particularidade, da qual só tive conhecimento, quando recentemente entrevistei o Tenente-Coronel Pára-Quedista Ângelo Mendes da Silva e Sousa, era a de que os Comandantes de Batalhão efectuavam uma estatística sobre os Sargentos que comandavam Secções de combate, para assim os avaliarem continuamente. Esta avaliação, tão secreta, que nenhum Sargento a conhecia e eu só tomei conhecimento dela 30 anos depois e por uma questão lateral, é inequivocamente reveladora para a presente investigação, quanto ao facto que todos sabiam que os êxitos militares dos Pára-Quedistas estavam centrados nos Sargentos que comandavam as Secções.

A mulher do 1.º Sargento Tiago, que estava em Bissau, adoeceu e este, naturalmente, quis ir a Bissau, o que não lhe foi autorizado; a do 1.º Sargento Guimarães chegava a Bissau, vinda da Metrópole, mas este também não foi autorizado a ir a Bissau recebê-la. O ambiente era mau. Eu regresso mais uma vez da mata e, no início de mais um almoço, o Capitão afirmou (os graduados tomavam as refeições todos juntos): “hoje quem paga as bebidas é o Rebocho”. Ninguém percebeu, nem fez qualquer comentário. Após eu ter procedido ao pagamento, o Capitão esclareceu: “o Rebocho passou no exame e dispensou da oral”. No dia seguinte segui de novo de avião para Bissau para comprar os livros com os quais me havia de preparar para o próximo exame. Rotina que se manteve durante toda a minha comissão, o que fez de mim o graduado com mais privilégios de todo o Batalhão. Mas as contrapartidas que paguei, em desempenho operacional, foram bem caras. No plano dos estudos concluí o então 5.º ano do Liceu. Estudos estes que iniciei já na Guiné.

O mínimo que se pode considerar foi que a hierarquia Pára-Quedista e da Força Aérea me proporcionou todas as condições e todos os apoios para eu ingressar na Academia Militar e desenvolver a minha carreira como Oficial. Porém, a Guerra de África acabou, e ainda bem, pelo que me resta a resignação de enfrentar o problema das FA, quanto à incapacidade orgânica de integrar os seus melhores operacionais.

3.2.1.2.1.1 – Os Novos Quadros

No dia 13 de Julho só estávamos dois graduados no Pelotão, o 1.º Sargento Claudino e eu, os outros tinham partido para Bissau em fim de comissão. Quando nos preparávamos para partir de novo para patrulhamentos na mata, o Capitão disse-nos: “hoje chega o novo pessoal, já aqui tenho a lista”, que leu a nosso pedido. Um dos Furriéis, e vinham vários, era o meu grande amigo Feliciano da Palma Candeias; tínhamos frequentado toda a formação militar juntos e até fôramos do mesmo Pelotão em Angola. Pedi ao Capitão que, se fosse possível, o colocasse no meu Pelotão, o que ele fez. Mas o tempo revelou-nos que foi um erro.

Neste grupo de graduados vinham dois Oficiais, o Tenente de carreira Sousa Bernardes e o Alferes miliciano Pires Saraiva. Era natural que o Tenente fosse comandar o 1.º Pelotão e o Alferes, o 2.º, por serem aqueles que no momento estavam sem Comandante. No entanto, a colocação do Palma no 1.º Pelotão causou um enorme desequilíbrio nas equipas de Sargentos dos vários Pelotões, havendo necessidade de o restabelecer na medida do possível, pelo que Sousa Bernardes foi comandar o 2.º Pelotão. Para agravar ainda mais estas diferenças, o Furriel miliciano do 1.º Pelotão, o Cerqueira, tornou-se num dos dois melhores Furriéis milicianos da Companhia. Nesta altura, terminadas as rendições, a Companhia formava com o Capitão, um Tenente de carreira, três Alferes milicianos, quatro Primeiros Sargentos e doze Furriéis, seis do quadro e seis milicianos, que comandavam as doze Secções da Companhia.

A Companhia deixa Teixeira Pinto e regressa a Bissau, à sede do Batalhão, no dia 28 de Julho, sem que nada de importante, do ponto de vista operacional, se tivesse passado.

Durante Agosto, mês em que a Companhia esteve estacionada na sua sede em Bissau, realizaram-se várias operações, mas sem contactos sérios com o inimigo. Andava-se muito, grandes cansaços, mas só isso. O PAIGC desenvolvia a sua campanha internacional como lhe era possível e, nessa altura, afirmava ter libertado a região do Cantanhez o que, correspondendo à verdade, era contrariado pelas autoridades portuguesas. A povoação mais importante na área que o movimento de libertação considerava libertada era Caboxanque, o que motivou uma visita a essa povoação do Adido Militar de Inglaterra em Lisboa o qual, em nome da comunidade internacional, pretendia saber quem falava verdade.

Os Pára-Quedistas receberam ordens para levarem o Adido Militar a Caboxanque, o que não seria fácil. Como era a CCP 123 que naquele momento estava em Bissau, foi esta Companhia encarregada de resolver tão árdua tarefa. Elaborou-se no papel um plano de operações que consistia em colocar 30 Pára-Quedistas na povoação, transportados em 6 helicópteros, os quais, dois a dois, colocariam os militares nos vértices duma espécie de triângulo, com a povoação no meio. Os militares, movimentando-se para um espaço aberto existente no centro da povoação, obrigariam a população a concentrar-se nesse espaço onde, pouco depois, chegaria o Adido Militar vindo noutro helicóptero, para comprovar que a população satisfizera «voluntariamente» um «pedido» das autoridades portuguesas e se concentrara ordeiramente para receber tão ilustre visitante.

A ideia não era má e o Estado-Maior provava que no papel tudo dá certo. O problema era a movimentação de 30 homens, separados em grupos de 10, numa povoação que se sabia «ser o centro do poder da guerrilha naquela zona». Silva Caldas, um Capitão miliciano, não disse nada a ninguém e elaborou uma formação com o seguinte efectivo: 6 graduados, um para cada helicóptero; 3 intérpretes, 1 para cada grupo de 10 homens porque a população não falava português; e 21 Soldados. Silva Caldas mandou formar a Companhia e escolheu os 21 Soldados ainda por sua exclusiva iniciativa. Seguindo um sistema misto de escolha e de sorteio, que só ele controlou, designaram-se os graduados. Formado o grupo dos «30» houve graduados que quiseram intervir no planeamento da operação, porque a «conversa» do Estado-Maior não lhes interessava, por não lhes merecer confiança. Operações planeadas por quem nunca pôs o pé na mata, com medo dos «bichos», têm pouca credibilidade. E o risco era elevado.

O Capitão formou os grupos da seguinte maneira: divide os 21 Soldados em 3 grupos e a cada um agrega um intérprete; numera os grupos de 1 a 3 e agrega-lhe os graduados. No final os grupos ficaram assim formados: o Capitão comandava o primeiro grupo com o Furriel Bica no segundo helicóptero; o Alferes Eurico Santos comandava o segundo grupo com o Primeiro Sargento Vicente no segundo helicóptero; o Furriel Rebocho comandava o terceiro grupo com o Furriel Pires no segundo helicóptero.

No “briefing” com todos os homens, concluiu-se que a chegada seria fácil: o PAIGC, surpreendido pela «ousadia», não reagiria a tempo. Depois dos militares se infiltrarem na população, os Guerrilheiros não iriam atacar para não causarem vítimas no seu próprio povo, esperando pelo desenrolar dos acontecimentos. O pior seria a partida: se o

grupo se afastasse da povoação estaria a convidar ao confronto, se subisse para os helicópteros junto à população teria os Guerrilheiros nas costas. Havia que ser engenhoso para minorar os riscos.

É conhecido que cada helicóptero transporta cinco homens, subindo dois pela porta do lado direito e três pela porta do lado esquerdo. O graduado é sempre o segundo homem a subir do lado esquerdo, para se sentar de frente para a restante equipa. Continuando a esquematização do plano, o Capitão afirmou: “os helicópteros não podem parar, se alguém falhar a subida fica lá, não se pode perder tempo”. Não custa a compreender que se alguém ficasse fora de tempo seria o terceiro homem a entrar pela porta do lado esquerdo. O nervoso instala-se entre os Soldados, que pensam sempre o pior. Como a maioria dos homens da Companhia ainda não tinha enfrentado uma situação de fogo, ninguém se conhecia, pelo menos nos termos em que se conhecem os combatentes, isto é, conhecer antecipadamente qual o comportamento de cada no caso de surgir uma situação difícil.

Havia que encontrar uma solução para restabelecer ou mesmo estabelecer a confiança. Cada graduado indicaria a ordem e a porta pela qual cada homem iria entrar no helicóptero. Eu indiquei um Soldado para entrar em segundo lugar na porta do lado esquerdo e passei para terceiro. Esta atitude teria consequências na formação geral, porque o Capitão determinou que assim se procedesse em todas as equipas.

Tudo se planeou e previu até ao mais ínfimo pormenor, mas com o Estado-Maior à distância. A saída de Caboxanque foi um acto digno do melhor filme da especialidade. O embarque nos helicópteros processou-se numa abertura da mata junto às últimas palhotas da povoação; os homens distribuíram-se por equipas, afastadas umas das outras o suficiente para que os aparelhos operassem todos ao mesmo tempo; os homens que subiriam por cada uma das portas afastaram-se, deixando um corredor no meio para os helicópteros circularem; em cada uma das duas linhas assim formadas os homens afastaram-se cerca de 10 metros; o Capitão estava em contacto rádio com os Pilotos, que colocaram os aparelhos, em pleno voo contínuo, em linha sobre a copa das árvores e, deslocando-se de lado estabilizaram no meio dos dois primeiros homens a subir; não pararam e voaram para a frente apanhando os dois homens seguintes; os quintos homens, neste caso os graduados, atiraram as armas para os colos dos militares que já estavam sentados nos aparelhos, agarrando-se aos manípulos das portas e colocando o

pé no ponto de apoio de subida; os helicópteros levantaram e guinaram imediatamente e todos em simultâneo, para a direita, fazendo com que os corpos dos homens ainda no exterior dos aparelhos se deitassem sobre os mesmos, enquanto se perdiam de novo sobre a copa das árvores.

Os aparelhos não estiveram visíveis de Caboxanque mais de 5 segundos. Os Guerrilheiros ainda dispararam, mas surpreendidos pela rapidez do movimento fizeram-no fora de tempo e os Pára-Quedistas saíram dali ilesos como entraram. A comunidade internacional concluiu, erradamente, que o Governo português tinha razão quanto ao domínio do Cantanhez, onde haveríamos de voltar no dia 20 de Dezembro.

No dia 16 de Setembro, a Companhia foi colocada na cidade de Nova Lamego, na zona Leste da Província. A partir desta cidade foram realizadas várias deslocações para aquartelamentos do Exército na zona, de onde os Pára-Quedistas iniciavam prolongados patrulhamentos, sem que nada de relevante se verificasse, para além do cansaço, da falta de água, das moscas, das abelhas e dos mosquitos. Os tempos na unidade eram passados em sessões de educação física matinal, algumas formaturas e noites de fados cantados pelos Furriéis Palma Candeias e Dias, acompanhados à viola pelo Capitão Caldas, com umas «batotas» de cartas à mistura. Os petiscos tinham acabado. O responsável pela alimentação era agora o 1.º Sargento Veiga, que limitava esses benefícios ao grupo dos Primeiros Sargentos e, não havendo braço de mar, também deixou de haver mariscos.

A terrível Guiné parecia que afinal o não era, mas o pior estava para chegar. E mais uma vez se provava que o pior eram os homens, o seu comportamento e o seu relacionamento.

3.2.1.2.1.2 – O Novo Capitão – João Manuel da Costa Cordeiro

No dia 11 de Outubro de 1972 chegou a notícia que ninguém esperava e correu velozmente. Contudo, não chegou ao meu conhecimento, pela simples razão de que passava os tempos disponíveis com os meus livros, pouco participando da vida social da Companhia. É um dos meus amigos Furriéis quem acabou por me dar a má nova: “sabes quem chega amanhã para comandar a Companhia?” Digo-lhe que não sabia, e ele concluiu, com ar apreensivo, pela grande amizade que nos unia: “o Capitão Cordeiro”.

Não duvidei que o futuro seria difícil, mas o grande desequilíbrio na competência dos Sargentos trabalhava a meu favor. Para além de que dois dos Furriéis, Comandantes das Secções, formavam comigo o trio que não tinha nada a ver com mais ninguém; eles eram meus amigos e esse facto condicionava a vida da Companhia. Fiz-lhe sentir que, contra tudo e contra todos, levaria as minhas competências profissionais ao extremo, fosse qual fosse o preço a pagar por isso. Ele ficou ainda mais preocupado e disse-me: “não faças isso, ninguém é capaz de te acompanhar e podes provocar graves consequências para a Companhia”. Estávamos em guerra, ou poderíamos vir a estar, já que até aí não a tínhamos sentido.

O Capitão chegou no dia seguinte, 12 de Outubro. Com toda a naturalidade, todos os graduados o foram esperar, uns à chegada do avião, outros à entrada da unidade. Eu não fui, marcando desde logo que não estava para contemporizações. Algum tempo depois, o Capitão cessante convoca os graduados para a sessão de apresentações e de passagem de testemunho. Compareço, naturalmente. É uma sessão de trabalho, mas não cumprimento o novo Capitão. O Capitão Caldas apresenta individualmente os graduados e, ao referir-se a mim, acrescenta: “o Rebocho é o contestatário da Companhia, é um homem culto, e nisso se diferencia dos outros Sargentos, as suas posições são geralmente atendidas porque têm fundamento”. Aparentemente a conversa ficava equilibrada, mas Caldas deixava a sua marca para o futuro. Contudo, não se percebeu muito bem porquê aquela referência muito específica, tanto mais que a não fizera para mais ninguém, nomeadamente para o grupo dos Primeiros Sargentos com quem Caldas tinha tido inúmeras dificuldades. Terminadas as apresentações e a reunião formal, passou-se aos cumprimentos protocolares. Retirei-me de imediato, sem apresentar cumprimentos.

Façamos um parêntese na descrição da vida da CCP 123, para abordar a razão do «ódio» entre mim e o Capitão Cordeiro, cujas verdadeiras razões só o Palma e o Rodrigues então conheciam. Em 1971, realizara-se em Tancos um curso de Instrutores / Monitores, vulgarmente conhecido por curso de Queda Livre. O Chefe desse curso foi o Capitão Cordeiro. O Palma, o Rodrigues e eu fomos alunos nesse curso, cada um em sua patrulha. O Instrutor da minha patrulha era o Segundo Sargento Catarino, com quem me desentendi com alguma gravidade. O Capitão Costa Cordeiro, sem tato nem engenho, deixou-se conduzir pelas queixas do Catarino, enquanto eu fui apoiado pelo

Comandante do Batalhão de Instrução e pelo Capitão Alfredo Augusto Ferreira Rodrigues, Chefe dos Serviços de Acção Psicológica, um homem de grande prestígio, ao qual ninguém se opunha e cujas posições eram atendidas pelo Comandante do Regimento. Com os apoios que recebi, o Capitão Cordeiro foi desautorizado e restou uma grave inimizade entre os dois.

Com este pano de fundo encontrávamo-nos agora na Guiné, não havia ainda guerra, mas se houvesse, ou quando houvesse? Retirei-me de toda a vida social da Companhia e fiquei a viver para os meus livros, conversas com o Capitão nenhuma e operações na mata todas. O Capitão aproximou-se socialmente dos Sargentos, especialmente do grupo dos Primeiros Sargentos, com quem passaria os serões a jogar às cartas. A vida da Companhia era isso, o ambiente era péssimo. A formação que se tinha de nada valia, nada influenciava, podíamos ser todos analfabetos, ou nunca termos entrado numa unidade militar, que não se notava a diferença, apenas restava a formação humana de cada um.

O Tenente Sousa Bernardes distanciou-se deste ambiente e o meu amigo Palma Candeias acusava-me de ser o responsável do mau relacionamento da Companhia, por não ceder a alguns esforços do Capitão para nos entendermos, acusando, porém, o Capitão de incapacidade para gerir a situação. Foi notável e único este comportamento: dizia mal dos dois, na presença dos próprios, e dizia bem de ambos nas respectivas costas.

No início de Novembro o Comandante de Companhia cometeu o seu primeiro grande erro. O Comandante do Sector deslocou-se ao nosso Aquartelamento para informar o Capitão que um Soldado Pára-Quedista estava a urinar na rua. Eu estava de «Sargento de Dia» e recebi ordens para ir buscar o Soldado. Como era perto fui a pé. Naquelas situações, em que o relacionamento é muito intenso, independentemente da qualidade, já todos nos conhecíamos, pelo que ao ouvirem a ordem que recebo, os Cabos antecipam-se, não querendo que surgisse qualquer desentendimento entre mim e o Soldado, que está perdido de bêbado. Neste dia fui protegido pelos Cabos. A falta de respeito seria natural, pelo que um grupo deles foi à minha frente buscar o camarada, que não queria vir, mas que eles arrastaram. O Capitão esperou-nos à entrada do Aquartelamento e mandou pôr o Soldado em sentido. De seguida mandou-o fazer um 4. O Soldado que mal se segurava nas duas pernas, não foi capaz de se segurar só numa e

respondeu mal ao Capitão, que lhe deu uma bofetada, derrubando-o. Seguiram-se ordens de participação, que questionei sucessivamente com argumentos simples: “se o Soldado urinou ou não na rua eu não vi; a mim não me faltou ao respeito; se respondeu mal ao Capitão tem que ser o próprio a resolver o assunto”.

Os Soldados que compreensivelmente nos cercaram, para assistir à situação, ficaram satisfeitos pela protecção dada ao seu camarada e por ter truncado os argumentos do Capitão, o qual, por sua vez, se sentiu incomodado por não ser capaz de provar tecnicamente que tinha razão.

O Capitão Pára-Quedista que seguia a doutrina dos Oficiais de carreira, excessivamente repressiva e escassamente dialogante, não percebeu a gravidade de bater num Soldado que, no seu todo, constituem uma classe numerosa e muito unida e que aquele mesmo Soldado tem ali os seus amigos íntimos, com quem o Capitão terá, talvez no dia seguinte, de enfrentar uma situação, que até pode ser de guerra, na qual a participação efectiva dos Soldados é fulcral.

Esta situação, exemplificativa de uma atitude de desprezo moral do Oficial pelo Soldado, não era exclusiva dos Pára-Quedistas. Salgueiro Maia também se refere a ela ao afirmar: “os Soldados entendiam-se com os Sargentos e pouco mais” (Maia, 1994: 76).

O Comandante de Companhia provava ali, com aquela atitude, que não reunia nem estava dotado das capacidades exigíveis a um chefe, as quais Gaston Courtois sintetiza assim: “conhecer o homem em geral, os seus homens em particular, e a fundo os seus subordinados directos; conhecer de modo exacto os seus compromissos e respeitá-los; lembrar-se de que, na acção, actua sobre vontades e não sobre engrenagens; abrir, por consequência, horizontes largos à sua iniciativa; obter deste modo a docilidade, o zelo, o ardor em vez da passividade indiferente e mecânica; preferir à violência a disciplina voluntária; manter a subordinação dos interesses particulares ao interesse geral; levar sem desânimo as tendências centrífugas a uma coordenação fecunda — tal é a função essencial do chefe, para a qual se torna necessário e insubstituível” (Courtois, 1968: 9).
Sublinhado meu.

Prosseguindo no meu relato dos factos: no dia seguinte, já no seu estado normal, o Soldado em causa pediu desculpas ao Capitão por o ter ofendido, não sem ter concluído:

“o meu Capitão bateu num homem com barbas na cara e pai dum filho, por se ter embebedado, o que os graduados fazem todos os dias”. A frase, certamente reparada antecipadamente, correu por toda a Companhia, mas quem conhecesse as múltiplas relações, capacidades e maneiras de actuar não tinha quaisquer dúvidas, aquela frase era do 1.º Sargento Renato Dias, que prezava muito os Soldados, que também o adoravam; o mesmo era dizer que o Capitão tinha, também, perdido o apoio do grupo dos Primeiros Sargentos. E, toda esta situação, com o Cantanhez a aproximar-se.

A vida na Companhia estava agora estruturada da seguinte forma: entre os Oficiais Subalternos ninguém contestava ou se opunha ao que dissesse ou fizesse o Tenente Sousa Bernardes, pela sua personalidade e porque os outros três eram Alferes milicianos; nos Primeiros Sargentos só havia uma voz, a do Renato Dias; no grupo dos Furriéis não havia uma liderança, mas a existência de um subgrupo forte, constituído pelo Palma, pelo Rodrigues e por mim próprio impedia que outro Furriel tomasse qualquer posição contra o que estes diziam ou faziam. Renato Dias era, aparentemente, o líder dos Sargentos, mas como não influenciava o grupo dos três Furriéis, a classe de Sargentos encontrava-se à deriva. Os Furriéis milicianos pouco ou nada contavam neste xadrez e iam para onde os levassem, seguindo sempre os Sargentos. Compreende-se então, por que é que na quadrícula do Exército o Capitão era o líder orgânico e informal: não tinha a oposição dos Sargentos do quadro, porque eles, enquanto operacionais, não existiam.

Estranhamente, mas talvez aconselhado por Sousa Bernardes, o único com lucidez bastante para ultrapassar a situação, o Capitão veio falar comigo pedindo uma opinião sobre a maneira de ultrapassar a crise com os Soldados, os quais, entretanto, passaram a apoiar o seu colega, dizendo-me: “o que é que tu farias se estivesses no meu lugar?”. A pretensão do Capitão ia no sentido de atenuar o nosso mau relacionamento, o que teria influência nos meus amigos mais próximos e, por extensão, no próprio Renato Dias, o qual influenciava todos os Primeiros Sargentos. Respondi-lhe que seria melhor deixar ficar as coisas como estavam, não fazendo nada mais que tudo se iria recompor.

Após uma intervenção junto dos Soldados, efectuada por Sousa Bernardes, pelo Renato Dias e por mim próprio, que desta vez não recusei o pedido do meu amigo Palma, tudo voltou ao normal. Mas sabia-se que, enquanto durasse o distanciamento entre mim e o Capitão, ninguém se expunha a grandes compromissos. O Capitão continuou a contar

com um apoio moderado do Renato Dias, do Palma e do Rodrigues, mas tinha perfeita consciência de que se me agredisse para além do razoavelmente aceitável, adensaria a conflitualidade e mau estar em toda a Companhia. Ele tinha, aliás, a experiência do que se passara em Tancos: quando os Sargentos mais prestigiados me apoiaram, o Comandante desautorizou-o. Era assim a vida nos Pára-Quedistas. E, para além de tudo, «estávamos à porta da guerra».

No dia seguinte à intervenção junto dos Soldados, o Capitão tomou a decisão que tardava. Após a formatura geral e habitual para almoço, os Soldados dirigiram-se ao seu refeitório improvisado e os graduados para o local onde também iam almoçar: um barracão onde, com umas tábuas mais ou menos ajeitadas, se construía uma mesa em forma de «U». Não havia nenhuma obrigatoriedade de todos os graduados tomarem as refeições ao mesmo tempo, mas era um momento de diálogo entre todos que ajudava a ultrapassar algumas dificuldades. Desde a chegada do novo Capitão, não voltei a tomar as refeições com os meus camaradas, o que vinha contribuindo para o evidente mau estar, tanto mais que os meus amigos dificilmente aceitavam aquela situação.

Nesse mesmo dia o Capitão não deixou que ninguém iniciasse a refeição enquanto, dizia ele, “o Rebocho não chegasse”. Os graduados estavam sentados à mesa, mas ninguém comia, pelo que o Palma, me foi chamar. Logo que me sentei à mesa, o Capitão iniciou uma longa intervenção, dizendo em substância o que todos sabíamos, que o ambiente da Companhia era péssimo e isso se devia a uma frase sua, que reconhecia infeliz, e a uma resposta que eu lhe dera e que ele considerava igualmente infeliz, propondo-me então que eu aceitasse que tivera metade das culpas, enquanto ele aceitava que tivera a outra metade. Aceitei e fizemos quase uma «jura» de atirmos para bem longe o nosso desentendimento. A bem da Companhia, reentrei na vida social da mesma, reservando a maior parte do tempo livre para os meus livros, mas isso todos sabiam e não incomodava ninguém. Durante a tarde desse dia e daí para o futuro, tudo mudou.

Em 6 de Dezembro o Capitão dirigiu uma informação manuscrita ao Comandante de Batalhão a qual, depois de dactilografada a subscreveu, onde afirma, “o Furriel Rebocho é um graduado apumado, competente, disciplinado e disciplinador. Actualmente está a estudar, não descorando a sua valorização pessoal. Elemento muito válido e de prestígio na classe de Sargentos, promete com mais experiência vir a tornar-se um óptimo

Sargento.” Esta informação era uma peça processual necessária para a minha promoção a 2.º Sargento, a qual se devia processar como sucedeu, no dia 1 de Janeiro de 1973.

Nesta informação refere-se que o Furriel “promete com mais experiência...”, o que demonstra claramente o quanto o elemento «experiência» era considerado importante para a capacidade e o desempenho dos militares na Guerra de África. Na circunstância, fala-se dum Sargento de tropas de elite, que considero uma elite executiva, mas a mesma relevância sobre a componente experiência, era atendida em toda a cadeia de comando, sobretudo para assegurar confiança aos homens que recebiam as suas ordens.

É evidente que o Capitão aprendeu o que nunca lhe disseram na Escola Militar e isto consiste já em experiência, o que Gaston Courtois enfatiza quando afirma que o chefe actua sobre vontades e não sobre engrenagens (Courtois, 1968: 9), e ter-se-á esquecido que também actua sobre solidariedades, que nestes momentos são decisivas. Este pequeno exemplo é bem a demonstração de que a Guerra de África sempre dependeu do factor humano.

No dia 13 de Dezembro a Companhia regressou a Bissau. Ia começar o Cantanhez. A calma de 1972 estava chegando ao fim.

3.2.1.2.1.3 – Os Cabos Pára-Quedistas

Estando a estudar a formação das elites executivas segundo três hipóteses de trabalho, importa agora equacionar a componente formação técnico-táctica, sabendo que os membros de cada uma das três classes em presença tinham todos a mesma formação. No entanto, tinham um desempenho extremamente diferente, ficando provado que a formação técnico-táctica melhora o desempenho, mas não o determina.

Ao nível das Praças falo da minha Secção, que era semelhante a todas as outras. Nela havia homens de grande e média capacidade e outros muito fracos, como em todas as profissões e em cada uma das três classes militares. Reportando-me apenas aos Cabos, veremos que o desempenho é uma consequência das características pessoais, ou seja, das qualidades psico-fisiológicas, com particular evidência para a liderança. E são estas lideranças ou vontades, como afirma Gaston Courtois, que um Comandante tem que saber gerir. Não precisa arriscar muito, mas tem que gerir bem.

a) O Ferreira

Este jovem de 20 anos, natural de Salvaterra de Magos, onde ainda vive e é um construtor civil de sucesso, era um líder natural. Adorava mandar, mas detestava ser mandado; tinha uma particular vocação para o negócio; para todo o lado que fôssemos ele montava um negócio; dizia tudo ao contrário do que pensava e algumas vezes se prejudicou por isso, porque levou outros a acostumarem-se a fazer tudo ao contrário do que ele dizia.

Num treino com metralhadoras apercebi-me que o “Salvaterra”, como era conhecido, por causa da sua naturalidade, tinha um jeito particular para trabalhar com aquela arma e disse-lhe o óbvio, que ele passava a usar a metralhadora. Desde esse dia, cada vez que bebia um copo a mais, ia à minha procura para me dizer sempre o mesmo: que eu o castigava obrigando-o a usar a metralhadora. No dia em que se despediu de mim, para regressar à Metrópole em fim de comissão, disse-me: “tenho um segredo para lhe contar, eu adorei andar com a metralhadora. Quando lhe dizia o contrário era só para o chatear”. Também lhe contei um segredo: «sempre soubera o segredo dele».

Reparei mais detalhadamente no Ferreira quando, ainda no início da comissão, a Secção foi escalada para arranjar o jardim do Pelotão, nas instalações em Bissau. O Ferreira não esteve calado um segundo, ralhou o tempo todo sem, no entanto, ser indisciplinado. Talvez uma hora depois de termos iniciado o trabalho, eu disse à «minha rapaziada» “preciso ir estudar; se não vos parecesse mal eu ia-me embora e o Ferreira ficava a comandar a Secção”. Todos concordaram.

Umás duas horas depois apareceu-me o Ferreira dizendo: “gostava que o meu Furriel fosse ver se o trabalho está à sua vontade”. Estranhei um pouco a conversa e fui com ele. Cheguei ao local e tive uma enorme surpresa, considerando que fazer mexer os Soldados, neste tipo de trabalhos, é uma tarefa de monta. Estava tudo impecável. Compreendi então, e desde logo, que aquele jovem fazia tudo, desde que fosse ele a mandar. E os seus camaradas faziam tudo o que ele mandava, sem a mínima contestação. Não lhe disse, mas fiquei satisfeito. Tinha encontrado um colaborador de grande eficiência; um amigo dos bons e maus momentos. Porém, e em silêncio, a reciprocidade não foi menor.

Desde esse dia, em todos os trabalhos que era necessário fazer na unidade, quem comandava a Secção era o Ferreira. Os outros Sargentos ficavam cheios de ciúmes quando me viam abandonar os trabalhos e eles tinham que ficar acompanhando as suas Secções. Quando me diziam: “para ti não há trabalho, é só para os outros”, eu respondia: “vocês não têm Cabos à altura e têm que aí ficar”. O Ferreira vivia esses momentos de prazer, e eu essa conveniência. No entanto, a situação era tolerada pelos vários Capitães que, sucessivamente, comandaram a Companhia, porque eles sabiam o que eu ia fazer: estudar. Era assim uma responsabilidade partilhada.

b) O Gonçalves

O Gonçalves, que tal como o Ferreira, foi promovido a Cabo com base numa proposta que eu fiz e foi aceite pela cadeia hierárquica. Era um homem calmo, que nunca discutia fosse o que fosse, muito competente e decidido. Ninguém na Secção discordava duma ordem do «Cabo Gonçalves», como gostavam de o tratar.

Os dois Cabos eram ambos muito competentes, mas totalmente diferentes enquanto pessoas. Quem tivesse estes dois Cabos teria forçosamente uma boa Secção e seria um bom Sargento, desde que os soubesse utilizar. Para se ter uma ideia do valor e do conceito em que a hierarquia tinha o Gonçalves, direi que ao iniciarmos uma das últimas operações que efectuámos quando da nossa primeira estadia em Cadique, o Capitão disse-me: “Rebocho parte na frente”. O Gonçalves que estava junto a mim, olhou para o Capitão e disse: “mas que (m.) é esta? É sempre o Rebocho na frente?” O Capitão ficou petrificado a olhar para mim, sem ser capaz de emitir ao menos um som. Salvei a situação ao dizer-lhe: “tens razão Gonçalves, hoje vou eu à frente”. Ao que ele respondeu: “não vai nada, quem vai à frente são os Soldados, venha lá para o seu lugar”, que sempre foi o terceiro. O Ferreira, igualmente muito bom, mas totalmente diferente reagiu na brincadeira, dizendo-me: “até dava jeito, se você morresse, víamo-nos livre de si. Mas depois nós não somos capazes de resolver a situação e morremos todos, por isso venha lá para o seu lugar, se morrer o da frente você safa os outros”.

Ambos os Cabos dizem o mesmo. Contestaram a posição do Capitão. Para nós andar na frente já se tinha tornado uma rotina, não querendo que eu siga em primeiro lugar, dizem-no de forma e em termos totalmente opostos um do outro. Para pessoas tão iguais em competência e tão diferentes em comportamento, eu tinha que ser igual na

consideração, mas muito diferente no relacionamento. Em combate manda quem é capaz de mandar; e um Capitão pode «cumprir ordens» de um Cabo e até lhas agradecer se lhe resolver um problema e lhe salvar a vida. É assim a guerra, que só a conhece quem lá esteve. Nenhum manual, por mais perfeito, consegue traduzir as pressões que sente um Comandante de uma unidade em combate, quando vê caírem balas e rebentamentos por todos os lados e tem a consciência que todos os homens que o rodeiam estão suspensos de uma ordem sua, que pode não ser capaz de dar. Pelo que, se alguém o fizer, é muito bem-vindo.

c) O Álvaro

O Álvaro era um jovem que se apresentava e apresenta como o «5.º filho da ‘ti’ Maria das Barracas». Era um homem difícil, muito esperto e muito capaz. Chegou à Secção de uma forma enviesada: em Setembro de 1972 o meu Pelotão, devido ao sistema de rendições, tinha menos Praças que os outros, o que motivou a transferência de um Soldado de cada um dos outros três Pelotões para o meu. Sem surpresa, o 3.º Pelotão transferiu o Álvaro que foi colocado na 2.ª Secção, comandada pelo Furriel miliciano Cerqueira.

Por uma questão de compostura, os homens mais baixos formavam à frente. O Álvaro, como era muito alto, formava em último. Na primeira vez que formou na sua nova Secção colocou-se fora de alinhamento. O Furriel mandava-o chegar para o outro lado, e ele ajustava-se pouco de cada vez. Quando se apercebia que, chegando mais um bocadinho ficava alinhado, ele chegava muito, desalinhando-se para o outro lado. E a situação repetiu-se várias vezes sem que o Cerqueira «desse conta dele». Até que desistiu. Enquanto a «cena» durava, eu disse em voz baixa ao Alferes Fernando Pires Saraiva, que comandava o Pelotão: “importa-se que o Álvaro passe para a minha Secção?” Ao que este me responde: “é pá davas-me um grande jeito, já vi que ninguém dá conta dele”.

Quando a formatura terminou, eu coloquei a mesma questão ao Cerqueira, que me respondeu colocando as mãos na cabeça: “é pá era o maior favor que tu me poderias fazer, já não posso com esse «gajo»”. Chamei o Álvaro e, como ambos éramos conhecidos na Companhia, fomos logo cercados pelos Soldados, que queriam ouvir a conversa, já que a ninguém passara despercebida a cena que ele fizera. Eu disse então ao

Álvaro: “a partir deste momento formas na minha Secção, mas lembra-te: se te portares bem, tens aqui um «amigo do peito», se te portares mal tens a resposta”. O Álvaro não teve dúvidas. Cumpriu o que lhe disse e foi um dos meus melhores camaradas; mas eu também cumpri a minha missão: com frequência ele arranjava problemas, era a sua maneira de ser, mas eu sempre lhos ajudei a resolver.

3.2.1.2.1.4 – O Cantanhez

No dia 20 de Dezembro a Companhia iniciou o seu calvário. Desenvolveu uma operação a dois bigrupos — um formado pelos 1.º e 4.º pelotões, comandado pelo Comandante de Companhia e o outro formado pelos 2.º e 3.º Pelotões, comandado pelo Tenente Sousa Bernardes. Três grupos seguiram de avião até Cufar, de onde foram colocados na mata, de helicóptero tendo o 1.º grupo, onde se integrava o Capitão, sido helicolidado a partir de Bissau. Mal saltámos dos helicópteros sobre um capim com mais de dois metros de altura, o Capitão disse-me: “Rebocho segue na frente”. Quando ainda estávamos nos helicópteros vimos que íamos descer junto a um tabancal, com cerca de 20 palhotas, mas desconhecíamos a reacção de quem lá estava, pelo simples facto de se conhecer pouco do Cantanhez. O desconhecimento impunha cuidados a dobrar: mesmo que se visse alguém, não podíamos abrir fogo sem nos certificarmos que estava armado, o que implicava deixar a iniciativa ao adversário.

Ao ouvirem os aparelhos aéreos a população fugiu, pelo que entrámos no tabancal sem problemas. A correr passei para o lado oposto de onde tínhamos entrado. Mandei colocar o «meu» pessoal em linha para garantir que se alguém se aproximasse não nos surpreendia. Voltei para trás para fazer a minha própria inspecção (sempre fiz isso) e eis que um pato consideravelmente corpulento veio na minha direcção com o pescoço e bico muito estendido e soprando, aliás o que é próprio destes animais. As palhotas estavam todas a ser revistadas como que era habitual. Eu olhei para o pato e fiz em voz alta este comentário: “olhem, o pato quer ir comigo”. O Capitão que estava atrás de mim, disse-me: “ó Rebocho, ninguém pode tocar em nada, o nosso General não quer”, referindo-se a Spínola, certamente. Respondi-lhe: “então, não vê que estou só a cumprimentar o pato?”

Fez-se ali algum compasso de espera até que chegou o 4.º pelotão. Prosseguimos a marcha em patrulhamento e continuei à frente. Se a doutrina recomendava a escolha de quem seguia na frente, tal escolha tem que ser feita com ponderação e com tacto, que ali faltou. Todo o dia andei à frente, rompendo mata, correndo todos os riscos. Algumas vezes eu próprio em primeiro lugar para ajudar os «meus» Soldados e ninguém se apresentava para me substituir, nem o meu amigo Palma.

De cansado, passei ao estado de furioso. Ninguém tomava a iniciativa de me substituir, mas também não o pedi a ninguém. Encontrámos outro tabancal, cuja população não fugiu. Passei com cuidado, cumprimentei quem ia encontrando e montei a segurança no fim do tabancal. Ao cabo de algum tempo recebi ordens para continuar a marcha, mas sempre à frente.

Ao aproximar-se a hora de recuperação recebi a tradicional ordem de comando: “graduados ao centro”. Esta ordem, transmitida de homem a homem ao longo da coluna, tinha um significado conhecido, o Capitão queria reunir com todos os graduados. O termo centro não tem um sentido geométrico, mas significa que quem está para a frente vem para trás e quem está para trás vai para a frente, até chegarem junto do Capitão.

Como vou à frente sou o último a receber a ordem. Não me ausentei sem colocar os «meus» homens em posições que, no momento, nas condições do terreno e das armas que possuem me pareciam as mais seguras. Informei a todos que me ia ausentar e quem comanda a Secção na minha falta momentânea. Ao chegar junto do primeiro homem que já não era da minha Secção vi que está carregado de bens que tinha retirado das palhotas, tal como todos os outros daí para trás. Se, do estado de cansado passei ao estado de furioso, agora estava perplexo e compreendi o que tinha acontecido.

Durante o tempo em que tudo fez para me prejudicar, o Capitão assumiu compromissos que agora estava a pagar: ninguém o respeitava; na mata cada um manda para si. Mas isto não podia ser, se houvesse um ataque, o pessoal nem sabia onde tinha a arma, tal era o carregamento que todos levavam. Para sermos mais precisos, cada um, Oficiais, Sargentos e Praças roubou tudo o que viu e que lhe dava jeito.

Deixei de estar furioso e perplexo e passei a estar preocupado. Se houvesse um ataque ninguém era capaz de reagir e o Capitão tinha perdido o controlo das tropas. Ironia, das ironias, tinha que ser eu a colocar de novo o Capitão no «comando». Com este

pensamento cheguei junto do grupo de graduados, estando tanto Oficiais como Sargentos igualmente carregados, conquanto o Capitão nada tivesse, é justo esclarecê-lo. A falta de sentido prático era tal, que um Furriel miliciano até um dente de elefante levava. Estava explicada a razão pela qual o Capitão não mandava nenhuma outra Secção para a frente. Não podia, pois nenhuma estava em condições de lhe garantir a mínima segurança.

Parado, de pé, junto ao grupo de graduados, tive este desabafo com alguma «raiva» à mistura: “olhem para esta (m.), vocês não se envergonham? Eu ando um dia inteiro a romper mata e vocês parecem que vieram à feira”. O Capitão, que certamente estava interiormente revoltado, mas sem capacidade de actuar, aproveitou a «deixa» e disse: “seus filhos daqui, seus filhos dali, essa (m.) toda para o chão imediatamente, se alguém chega a Bissau com alguma coisa vai para a cadeia”. É evidente que o Capitão se excedeu, porque ele estava a acompanhar a situação havia muitas horas e a sua atitude só podia significar que não actuara anteriormente por medo.

Terminada a reunião em que se estabeleceu a ordem de retirada, cada graduado voltou ao seu posto. Ao longo do percurso até à frente avalei a quantidade de produtos no chão, que se assemelhava a um normal mercado de rua. Chegados ao Batalhão, o Comandante de Companhia revistou todo o pessoal, incluindo Oficiais e Sargentos. Não encontrou nada e não «tocou» sequer na minha Secção. O Capitão não se entendia com ele próprio e não percebeu as consequências daquele acto: criara uma cadeia de comando paralela à sua.

Estas operações enquadravam-se na decisão de Spínola em reocupar de novo o Cantanhez, onde o PAIGC preparava declarar a independência da Guiné. Com este propósito foram abertos, nessa zona, no dia 12 de Dezembro de 1972, dois Aquartelamentos do Exército, em quadrícula: um em Caboxanque onde foi colocada a CCP 122 e outro em Cadique onde foi colocada a CCP 121. Em Cufar foi instalado o COP 4 que passou a ser comandado, em acumulação, pelo Comandante do BCP 12, Tenente-Coronel Pára-Quedista Sílvio Jorge Rendeiro de Araújo e Sá. Significa assim, que o Comando Operacional passou a ser da responsabilidade de um Oficial Pára-Quedista, estão duas Companhias instaladas na zona e a terceira Companhia desenvolve operações móveis por toda a região. O PAIGC concentra as suas melhores tropas no Cantanhez onde se vão enfrentar em força com os Pára-Quedistas.

Tanto a CCP 121 como a CCP 122 executavam diariamente operações, afastando o PAIGC. Foram vários os ataques sofridos, nomeadamente aos próprios Destacamentos onde estavam estacionadas. Os bombardeamentos da guerrilha sucediam-se, nomeadamente com mísseis Katiuska, ferindo vários homens. Os Guerrilheiros apontavam sempre aos sectores dos Aquartelamentos onde estavam os Pára-Quedistas. Para romper a mata e quebrar a movimentação dos Guerrilheiros, Spínola mandou abrir uma estrada entre Cadique e Jamberêm, com o objectivo adicional de instalar mais um Aquartelamento nesta última povoação; o PAIGC fez múltiplos programas de rádio garantindo que jamais as forças portuguesas abririam tal estrada. Era o que se iria ver.

Entre os dias 28 e 30 de Dezembro a CCP 123 voltou ao Cantanhez, agora operando com os seus quatro grupos de combate separados, a 30 homens cada um. As outras duas Companhias, saindo dos seus locais de estacionamento, fizeram o mesmo. Doze grupos de combate de Pára-Quedistas rasgaram o Cantanhez em todas as direcções. Os Guerrilheiros não suportaram estes ataques contínuos e começaram a ceder, mas os Pára-Quedistas começaram a somar mortos e feridos.

No dia 10 de Janeiro de 1973 tenho o meu primeiro ferido mortal, o Soldado Pára-Quedista Adriano Rosa Martins. Um tiro lateral e certeiro ceifaria a vida a este jovem de 20 anos. Não houve erros da nossa parte, foi um acto de guerra, que muito lamento.

No dia 18 de Janeiro, a CCP 123 foi colocada em Cadique onde substituiu a CCP 121, que veio para Bissau. Uns dias antes da partida o Capitão chamou os graduados, a quem informou que não havia gostado da maneira como o 1.º Sargento Veiga lhe apresentara as contas do bar, referente ao tempo de estacionamento da Companhia em Nova Lamego, pelo que a partir daquele dia o bar passava a ser gerido por uma comissão. Não foi feliz esta ideia, porque o Veiga era o responsável pela alimentação e não saía do Aquartelamento, enquanto os outros graduados que estavam frequentemente na mata, tinham dificuldades em gerir o bar, não estando sequer por perto. Mas o Capitão insistiu: “era uma experiência” dizia ele. Quando foi para decidir quem ficava na dita comissão é que tudo se complicou: ninguém queria tal tarefa, pois, tratava-se apenas de um trabalho adicional e de uma responsabilidade acrescida.

«À moda da tropa» o Capitão perguntou ao Alferes Eurico Santos se era voluntário, respondendo este que não, mas se a pergunta significava uma ordem, então aceitava. O

Capitão repetiu os termos ao Rodrigues e a mim próprio, que lhe demos semelhante resposta e a comissão ficou assim formada. Só que a comissão teve que se enfrentar com o grupo dos Primeiros Sargentos, que não aceitaram a desconsideração e, de certo modo, a desconfiança manifestada para com o Veiga. Para além, obviamente, de se acabarem os petiscos que o grupo fazia em Nova Lamego, que não seriam alheios àquela decisão.

Os contactos de fogo entre os Pára-Quedistas e os Guerrilheiros eram frequentes. No dia 31 de Janeiro, um bigrupo formado pelos 1.º e 3.º Pelotões foi ao fundo das Cachambas Balantas, onde estava estacionada uma importante força da guerrilha. O Comandante do bigrupo, Alferes miliciano Eurico da Silva Santos, mandou seguir na frente o Renato Dias e na retaguarda segui eu. Ao entrarmos na zona do quartel dos Guerrilheiros, os combates sucederam-se nos dois extremos da coluna mas como os dois Sargentos sabiam do seu ofício e com alguma técnica, muito desembaraço e bastante sorte, os militares portugueses saíram daquele inferno de fogo sem um arranhão, enquanto a guerrilha ficou seriamente abalada.

A liderança informal da Companhia continuou adiada. Os dois Sargentos, que já lideravam, tiveram comportamento equivalente, elevaram o seu prestígio no interior da unidade, mas nada ficou decidido, pelo menos em termos definitivos. Os dois Sargentos eram pessoas muito diferentes: o Renato Dias tinha apenas a 4.ª classe, o que hoje se designa por 1.º Ciclo do Ensino Básico, como todos os outros Sargentos. Adorava os Soldados e era duma docilidade extrema para com os Oficiais, o que o tornava um homem muito respeitado; eu era o oposto — dizia o que tinha que ser dito, a quem calhasse, contestava tudo o que considerava mal feito e criticava severamente os erros cometidos, fosse a responsabilidade de quem fosse, mas os estudos já realizados e então em curso pesavam a meu favor.

Três dias depois, quando a noite começou a escurecer, o Aquartelamento de Cadique foi violenta e demoradamente bombardeado com morteiros 81 e canhões sem recuo. No dia seguinte e após uma cuidada inspecção, concluímos que as granadas tinham caído todas na zona onde estavam os Pára-Quedistas, pois Cadique era uma unidade de quadricula, onde estava uma Companhia do Exército. Os Guerrilheiros colocaram as granadas com grande precisão, pelo que o ataque a Cadique não era indiscriminado, mas cirúrgico. Havia que tomar medidas rapidamente: os Guerrilheiros misturados com a população podiam entrar e sair do Estacionamento com toda a naturalidade; podiam

inclusivamente efectuar uma inspecção como nós a fizéramos e, nessa mesma noite ou na seguinte, efectuar novo bombardeamento com o tiro mais corrigido e ser-nos fatal.

Importa referir que o Estacionamento estava cercado com arame farpado e o tabancal da população ficava no seu interior, o que permitia a circulação dos nativos com toda a naturalidade. Perto da nossa cozinha havia várias palhotas, junto das quais existia um abrigo subterrâneo construído pela população para se proteger da aviação portuguesa, que a atacava antes da abertura deste Estacionamento. Durante a inspecção que fiz, os Soldados disseram-me que antes do início do bombardeamento a população daquelas palhotas se teria juntado à porta do abrigo. Não eram necessários mais dados, a população tinha sido antecipadamente informada do ataque.

Chamei o Rodrigues, pois era na área do seu Pelotão que estava colocado o nosso morteiro 81, e os dois combinámos uma estratégia no sentido de evitarmos que nós e os nossos homens fôssemos transformados em «churrascos» nessa noite ou na próxima. Fomos ao abrigo onde estava o morteiro e virámo-lo na direcção de Cadique Nalu, a povoação mais próxima, onde não havia tropa; mandámos chamar o Soba¹³⁷ e dissemos-lhe: “vês para onde está virado o morteiro? Na próxima vez que formos atacados esmagamos Cadique Nalu e vamos atirar uma granada para dentro do vosso abrigo”.

O Soba, usando dos argumentos possíveis, afirmou-nos que não soubera antecipadamente do bombardeamento, o que não era verdade. Seria mesmo natural que ele próprio fosse Guerrilheiro, o que não surpreendia neste tipo de guerra, em que se «dorme com o inimigo», o que exigia que fôssemos engenhosos e criativos, que a técnica e o que se aprendia na instrução valiam de muito pouco.

Cadique foi bombardeada mais três vezes, enquanto a Companhia lá esteve: uma vez com apenas duas granadas e outra vez com cinco granadas, ao que podemos chamar apenas duas flagelações; em ambas as vezes a população já não foi para o dito abrigo, mas para outros mais longe da nossa posição; a última vez que nos bombardearam eu não estava no Estacionamento, mas a dormir na mata. O ataque, tal como o primeiro, violento e prolongado, foi positivamente dirigido aos Pára-Quedistas: toda a nossa cozinha e arrecadação, que ficavam no centro da área que ocupávamos, foram destruídas. Quando cheguei da mata fui falar como Soba e ameacei-o: “vocês atacaram

¹³⁷ Chefe da povoação.

ontem porque eu cá não estava, mas se isto se repete enforco-te naquela árvore”, enquanto apontava para uma árvore das proximidades. Cadique não foi mais bombardeada enquanto a minha Companhia lá esteve.

É evidente, que nunca pensei fazer o que disse ao Soba, mas não nos podemos esquecer que a guerra era de baixa intensidade de violência, mas de grande intensidade psicológica, que no caso funcionou, como funcionava sempre. As guerras de baixa tecnologia e violência exigem grande criatividade.

A baixa tecnologia e a grande criatividade funcionavam e manifestavam-se nos mais variados aspectos. Era o caso, por exemplo, de os Guerrilheiros saberem onde estavam os nossos Aquartelamentos; desde logo, quando os queriam bombardear, tinham todas as referências, nomeadamente podiam colocar, e colocavam, homens seus no meio da população, os quais, via rádio, lhe iam orientando o fogo, o que lhe permitia grande eficiência. Para respondermos ao fogo, atacando as bases de onde nos atacavam, a Artilharia montou uma rede de recolha de informação a que chamávamos o satélite «Cantanhez».

Em Cufar e em Bedanda estavam instaladas baterias de Obuses 14 e em Cabedú uma bateria de Obuses 8,8 que, no seu conjunto cobriam todo o Cantanhez. Em todos os Aquartelamentos da zona, estava fixo ao solo um bidão de 200 litros, em cuja tampa superior se desenhava uma circunferência com os 360.º, devidamente orientada e na qual se colocou um ponteiro giratório, tipo roleta de casino. Quando se ouvia um disparo de morteiro ou de canhão sem recuo, todo o pessoal corria para as valas e esperava para se ver qual dos Estacionamentos da zona era o eleito do dia. Confirmação que, regra geral, se conhecia passados 10 a 15 segundos, quando a granada chegava. Logo que se ouvia o rebentamento, ficava-se a saber quem estava a ser atacado, os militares dos outros Destacamentos podiam descansar. Para já... Nesta altura, o homem de serviço ao «satélite» de cada um dos Estacionamentos, virava o ponteiro para o ponto onde via os clarões dos disparos, lia o grau que ficava sob o ponteiro e, via rádio, informava-o para a sede do COP, em Cufar.

Em Cufar estava montada uma carta militar, com os pontos da localização dos bidões marcados. O graduado de serviço, ao receber as comunicações, escrevia uma linha sobre a carta a partir do ponto onde estava a marcação do bidão e rumo ao grau que lhe tinha

sido transmitido. Duas ou mais linhas, com base em outras tantas comunicações, haviam de cruzar-se num ponto, o qual definia o local onde os Guerrilheiros estavam a efectuar os disparos. A partir deste conhecimento entravam em função os obuses. A actuação da Artilharia funcionava em tempo real e passados em média 5 minutos do primeiro disparo os Guerrilheiros tinham a resposta de volta. Pena era que as nossas disponibilidades em granadas fosse tão pouca, que raramente se podiam disparar mais do que 5 ou 6 granadas, que se não fossem imediatamente certas, não calavam os Guerrilheiros. Sem meios, tudo ficava dependente do valor humano e da criatividade. Quando aquele e esta faltavam, restavam os mortos e os feridos para contar.

O PAIGC continuava publicitando na rádio e através de panfletos, que a estrada de Cadique para Jamberém nunca seria concluída e enviou para o local o seu melhor bigrupo, o qual estava estacionado na base de Simbeli, na República da Guiné Conakry, comandado pelo mítico Malan Camará. A 12 de Fevereiro, de 1973, Spínola foi visitar o Quartelamento de Cadique e Araújo e Sá determinaria uma operação às Cachambas. Foi incumbido da missão um bigrupo comandado pelo Tenente Sousa Bernardes e formado pelos 1.º e 2.º Pelotões. Era a primeira vez e foi a última que estes dois pelotões actuaram em conjunto no Cantanhez: iam-se medir forças com Malan Camará, considerado na altura o melhor Comandante da guerrilha que actuava no Sul da Guiné, pelo que se juntou o melhor Oficial e o melhor Sargento — esperava-se o resultado, que iria ser decisivo, para a construção da estrada. Devido a informações da população os Guerrilheiros conheciam todos os movimentos dos militares portugueses e esperaram-nos à entrada da mata, que consideravam de sua posse exclusiva.

Nessa entrada que é um estreito, os Pára-Quedistas foram atacados por um enxame de abelhas que puseram as tropas em alvoroço. O Alferes Saraiva aproximou-se de mim, que ia como habitualmente em 3.º lugar e disse-me: “Rebocho alarga o passo que há abelhas à retaguarda”. Virei-me ligeiramente sobre a esquerda, mas continuando a andar e disse-lhe: “não posso que o combate deve estar mesmo a começar”. O Alferes respondeu-me: “é pá eu tenho mais medo das abelhas que dos turras”. Não tomei em conta os receios do Alferes nem tive tempo, pois ao virar-me de novo para a frente, uma rajada de metralhadora passou rente à minha cabeça, disparada de baixo para cima. Um tiroteio invulgarmente violento surgiu então de todos os lados.

O Guerrilheiro que certamente me apontava a arma, mexeu-se ligeiramente quando eu me virei, gesto premonitório e para mim salvador. A agressividade dos Guerrilheiros que usaram balas tracejantes, as quais possuem um efeito letal muito superior às balas normais, ao colocarem-se muito perto de nós e com um numeroso efectivo, também lhes foi fatal: as balas deixavam um rasto que me permitia ver a sua trajectória; logo, permitiram-me conhecer, numa fracção de escassos segundos, quantos eram, onde estavam, para onde estavam virados e com que armas disparavam, pelo que não conseguiram retirar-se quando disso tiveram necessidade. Em poucos segundos dei todas as ordens de posição, de direcção e de cadência, a cada um dos dois homens (Álvaro e Ferreira) que, como eu, se viam cercados dos traços feitos pelas balas dos Guerrilheiros: O Ferreira só podia disparar para a frente, em rajadas curtas, para não encravar a arma nem esgotar as munições e não se devia preocupar com os «turras» que estavam a disparar à sua esquerda e à sua direita; o Álvaro teve que se virar e disparar sobre a direita do baga-baga¹³⁸ para impedir que os Guerrilheiros que ali estavam me atingissem a mim e ao Ferreira; eu disparei sobre os homens que estavam disparando nas costas do Álvaro, equilibrando a situação entre nós e eles. Venceria quem tivesse mais serenidade ou, como defendeu Clausewitz, maior presença de espírito. Fomos nós.

Contra todas as técnicas e teorias, a melhor protecção para cada um de nós, foi a falta de protecção, que nos permitiu movimentarmo-nos com facilidade em todas as direcções, embora fôssemos atacados por todos os lados. A situação estava equilibrada, mas ameaçava ruir a nosso desfavor. Nós tínhamos apenas três armas a disparar e os Guerrilheiros eram no mínimo dez a fazer fogo contra nós os três. Era a velha técnica dos primeiros três ou cinco homens: o primeiro foi mortalmente atingido e o quinto gravemente ferido; só restavam três homens para disparar. Seguramente, o Sargento tinha que ser sempre o terceiro homem da coluna, caso contrário já não comandava nada e os Soldados ficavam a combater sem comando.

Pedi o disparo de um RPG sobre o lado esquerdo do baga-baga. Mas esta arma manuseada pelo Soldado Solinho avariou e os segundos passavam. O Bernardino, excelente Soldado e camarada solidário, que embora seguisse numa posição mais recuada da coluna, onde estava livre de ser alvejado, ao ouvir os meus repetidos pedidos

¹³⁸ «Baga-baga» é o nome dado na Guiné às formigas térmitas ou salalé; estas formigas constroem ninhos de argila compacta que chegam a atingir mais de 10 metros de altura e a pesar várias toneladas.

de disparo do RPG sobre a esquerda do baga-baga, veio à frente efectuar o citado disparo, não de RPG, que o não tinha, mas de Sneb, uma arma menos potente, mas que, na circunstância, produziu os mesmos efeitos. O disparo, nas condições em que eu o estava a definir, era duma extrema complexidade. A granada tinha que rebentar na retaguarda do baga-baga, porque se fosse de frente não tinha qualquer efeito. Para que a granada rebentasse sobre os Guerrilheiros, o operador tinha que se expor, e muito.

O Cabo Gonçalves, que manuseava uma metralhadora e também estava numa posição onde não era passível de ser alvejado, desenrolou a fita de balas, que tinha à volta da cintura, suportou-a sobre o braço esquerdo, avançou mais de dez metros e, numa rajada contínua e prolongada, deu cobertura ao Bernardino que, surgindo sobre o lado esquerdo do baga-baga, disparou a granada do Sneb directamente sobre o comando da guerrilha. Os Guerrilheiros cessaram o fogo instantaneamente.

Foram estes os Soldados anónimos que fizeram a Guerra de África, que fazem as grandezas dos exércitos, particularmente numa guerra de guerrilha, onde a técnica não é mais de que rudimentar e onde a coragem e a criatividade constituem os suportes de toda a actividade operacional. Os seus actos de coragem e solidariedade nada devem à formação técnico-táctica, são características inatas do foro psico-fisiológico que se elevam com a experiência e com o ambiente de camaradagem que se instala numa unidade militar de combate.

Mesmo o rigor da minha posição, das minhas ordens e dos meus 4 camaradas, que comigo fizeram fogo, bem como o facto de dois homens nossos se estarem a movimentar para a frente das nossas balas, nada tem de técnico, não se aprende isso em lado nenhum; é apenas uma questão de serenidade, lealdade de todos para com todos, criatividade e disponibilidade para o risco. Quem diz que isto se aprende, está apenas a querer ensinar o que não sabe e a garantir o seu emprego. Houve aqui, também, a confiança no homem que estava a dar as ordens, mas esta confiança vinha de outros combates anteriores, da experiência, nada fora aprendido nos bancos da formação.

Como afirma Mira Vaz,¹³⁹ que sabe o que diz, os Soldados cumprem as ordens na frente de combate, quando confiam no graduado que as dá e, sem as reflectirem, consideram que são as melhores.

¹³⁹ Em entrevista, no dia 05/06/2001, no âmbito da presente investigação.

Sobre a influência da formação dos Pára-Quedistas para o desempenho naquele combate, há a considerar que nesta primeira fase do combate actuaram cinco homens, o número fatal. Dois destes homens actuaram com metralhadoras que não eram utilizadas na instrução e um com LGF que nem era conhecido na Metrópole. As decisões, todas improvisadas e criativas, violaram as regras doutrinárias que, na circunstância, aconselhavam a retirada, tendo-se feito precisamente o contrário. Se retirasse, teria lá ficado o corpo do «meu» primeiro homem, que faleceu pouco depois, e o Alferes que estava gravemente ferido. Decidindo-me por resistir, salvou-se tudo o que não foi atingido nos primeiros tiros e capturou-se Malan Camará.

O combate foi tão violento que se acabaram os combates nas Cachambas, com a retirada definitiva dos Guerrilheiros daquela zona. Nada do que se fez naquele dia se ensinava nas aulas técnico-tácticas. Ali estiveram as capacidades humanas e a experiência. Morreu-me o «meu» segundo homem, Elias Isidro Picanço Azinheirinha.

Numa segunda fase dos combates, que se reacenderam uns cinco minutos depois, uma vez que os Guerrilheiros não queriam perder o seu Comandante, teve particular relevo o Furriel Cerqueira, que comandou toda a acção a partir da frente. O Cerqueira era miliciano, mas isso não se notou no seu desempenho, evidenciando, mais uma vez, que a formação técnico-táctica não tinha ali qualquer relevo.

Os combates que se seguiram, para podermos ocupar o baga-baga atrás do qual estava o posto de comando dos Guerrilheiros e o próprio Malan Camará, foram duros e comandados pelo Cerqueira, que seguiu pela esquerda. Eu estava a menos de 10 metros, e descaído para a direita; cercámos o baga-baga, mas não fiz fogo porque tinha homens meus na linha de tiro. Nestes momentos, em que as tropas se galvanizam por acção dos seus comandantes, é necessário exercer-se um controlo ainda mais rigoroso, para evitar que nos alvejemos uns aos outros. O baga-baga foi tomado e Malan Camará capturado.

Logo que o primeiro momento de tiros cessou, recuei um pouco para dar instruções aos Soldados que estavam mais perto, no sentido de constituir uma espécie de semicírculo à volta dos feridos e reforçar a nossa posição, pois um certo sexto sentido me dizia que os combates iam recomeçar. Mal dei alguns passos o Tenente Sousa Bernardes já estava junto a mim, o que significa que avançou ainda no momento do fogo cerrado.

Sousa Bernardes disse-me: “eles vão contra-atacar, temos que tomar a iniciativa”. Concordei com ele visto, aliás, ser essa já a minha opinião. Em escassos segundos acordámos a tática a seguir, que Sousa Bernardes propôs. A tática era elementar e também não se aprende em lado nenhum, mas exigia uma entrega absoluta e uma exposição total. Enquanto eu comandava as evacuações, protegia os feridos e garantia segurança aos meios aéreos, o Tenente avançava na perseguição dos Guerrilheiros, arrastando com esse acto os combates para o lado contrário do ponto onde os helicópteros tinham que aterrar.

Nesta tática e momento pouco comum da Guerra que travámos, nas três frentes africanas, Sousa Bernardes também seguiu na frente do pessoal, enquanto o seu Sargento do Quadro fingiu não perceber a ordem e não o acompanhou, ficando colado ao meu último homem. Um acto que, para além de desleal, permitiu ordenar os combatentes numa escala de valores. Nenhum destes actos se fundamentou na formação técnico-táctica, mas sim nas capacidades pessoais dos combatentes e na experiência, sobretudo no conhecimento e na confiança que os homens depositam uns nos outros. O comportamento deste Sargento não foi considerado no relatório final, por iniciativa de Sousa Bernardes, pois, sendo o Sargento do seu Pelotão, a ele caberia a iniciativa.

Ao contrário, o Alferes Fernando Pires Saraiva teve uma atitude de muita dignidade. Durante o espaço de tempo entre a primeira e a segunda fase dos combates, alterei a posição de quase todos os homens do Pelotão, com instruções muito rápidas que não podiam ser discutidas nem explicadas. Não havia tempo. Uma das ordens inevitáveis foi a chamada de “todos os enfermeiros à frente”, o que aconteceu enquanto dei outras instruções e falei com o Cerqueira e com Sousa Bernardes; ao voltar para a frente verifiquei que o nosso melhor enfermeiro, 1.º Cabo Filipe, estava a tratar o Alferes e disse-lhe: “deixa lá o nosso Alferes e vai tratar o Azinheirinha, cujo ferimento é mais grave”; o Filipe ficou surpreendido e olhou para o Alferes que lhe disse: “faz lá o que o nosso Furriel te está a dizer, vai tratar o Azinheirinha”.

É nestes momentos que os homens se diferenciam, porque nas outras componentes da Guerra, como a descascar camarão, todos somos habilidosos e constituiu, em muitos casos a única experiência que alguns militares adquiriram na Guerra.

Nada do que se fez neste combate tinha sido aprendido antecipadamente, tudo se improvisou. Ali esteve a criatividade, a liderança e a assunção do risco pelos graduados que motivaram os Soldados. Mas também ficou claro que todas estas qualidades, a que devemos acrescentar a honra e a dignidade, não são exclusividade de uma ou de outra classe militar: todas as classes têm homens com estas qualidades e todas têm homens a quem elas faltam. Para utilizar uma frase habitual nos grupos militares, não é o posto que faz as qualidades, mas as qualidades que devem fazer o posto. O que determina que um Oficial sem as qualidades, ou pelo menos sem as principais, leve à criação da citada dupla hierarquia porque os problemas que surgem na guerra têm que ser resolvidos a bem de todos. Se o Oficial os não resolve, resolve-os o Sargento, que passa a líder informal, aquele que influenciará as decisões futuras.

Spínola, que acompanhou toda a comunicação rádio deslocou-se ao local onde nos cumprimentou. Malan Camará foi evacuado para o hospital, revelando-se o humanismo destes Pára-Quedistas. O Comandante do BCP 12 e do COP 4, Tenente-Coronel Araújo e Sá, escreveu o seguinte no seu relatório: “o bigrupo da CCP 123 empenhado reagiu da melhor forma à forte emboscada que lhe foi movida por numeroso e bem armado grupo inimigo. Devido à pronta reacção das nossas tropas e à inteligente manobra desenvolvida, o inimigo retirou com elevadas baixas e sendo capturado um Guerrilheiro ferido e diverso material de importância; veio a verificar-se que o Guerrilheiro capturado se tratava de Malan Camará, comandante de bigrupo anteriormente referenciado em Simbeli; o que torna esta captura extremamente valiosa, e justifica o facto do grupo inimigo ter oferecido prolongada resistência e apenas ter retirado face ao envolvimento que lhe foi movido”.

Após este comportamento operacional, a minha liderança informal tornou-se uma situação normal. Sousa Bernardes recolheu, de toda a Companhia, elevados reconhecimentos da sua capacidade e do seu valor, mas não podia assumir posições de liderança, para além do seu próprio Pelotão porque, se assim fosse, colidia com a posição do Capitão e um deles tinha que sair. Sousa Bernardes adquiriu então um grande prestígio junto dos homens da Companhia, que viram nele um comandante em quem podiam confiar, mas como ele não podia enfrentar nem afrontar o Capitão, não pôde assumir qualquer liderança.

3.2.1.2.1.5 – O *Strella* e a Queda dos Aviões

No dia 25 de Março de 1973 foi abatido um avião Fiat G-91, por um míssil SAM 7 ou *Strella*, como passou a ser conhecido, na zona de Gandembel. Não houve combates terrestres durante a operação que se seguiu para recuperar o Piloto; no entanto, esta recuperação tem sido motivo de vários debates televisivos e descrita das mais variadas formas, mas nunca se pronunciou quem nela teve interferência.

A operação não envolveu Tropas Comando, como se tem afirmado, mas sim 101 Pára-Quedistas: 75 colocados na mata, 25 de reserva em Aldeia Formosa e o Comandante do Batalhão, Tenente-Coronel Sílvio Jorge Rendeiro de Araújo e Sá, que permaneceu num avião, orientando a movimentação das tropas em terra. Os múltiplos de 25 foi uma limitação provocada pela disponibilidade de apenas 5 helicópteros que transportavam 5 homens cada um.

O grosso da Companhia, sob o comando do Capitão, saiu de Bissau às 5 horas e 15 minutos, do dia seguinte, em dois aviões Nord Atlas e um avião Dakota, para Aldeia Formosa, Destacamento do Exército a partir do qual os Pára-Quedistas foram helicolocados na mata. Em cinco helicópteros, directamente para a mata, seguiu o 2.º Pelotão sob o comando do Tenente Sousa Bernardes. Mercê de uma boa orientação do Comandante do Batalhão que, do avião orientou a movimentação das tropas no solo, às 9 horas e 35 minutos¹⁴⁰ o «meu» primeiro homem, o Álvaro, encontrou vestígios do Piloto, que foi encontrado e imediatamente recuperado para Aldeia Formosa.

Se os helicópteros já eram poucos de início, com a partida de um deles para Bissau, levando o Piloto, que se estava a sentir mal, ainda menos ficaram, do que resultou que as helirecuperações foram efectuadas a conta-gotas. Na que seria a última vaga de helicópteros faltou ainda um aparelho para levar todo o pessoal. Com as equipas já formadas e dispersas, para que todos os aparelhos estivessem no solo em simultâneo, o Capitão foi informado, via rádio, de que faltava um aparelho. Chamou-me e disse-me: “falta um helicóptero, tem que ficar uma equipa em terra, só confio em mim ou em ti, mas como estes petiscos te calham sempre a ti, hoje fico eu”, respondi-lhe que “não senhor, eu é que fico”. Com os aparelhos à vista e ao verificar-se que faltava um, o

¹⁴⁰ O rigor das horas é possível porque estou a seguir os meus apontamentos pessoais e o relatório da operação, que me foi cedido na ETAT.

Furriel miliciano Cerqueira gritou-me: “Rebocho, falta um helicóptero”, respondi-lhe que já sabia, mas o Cerqueira veio a correr para junto de mim, que permanecia junto ao Capitão. Ao ser informado que eu ficava em terra, diz-nos: “eu também fico”. Olhei para o Capitão, sem falar, mas a pedir uma decisão, respondendo este pelo mesmo método, encolhendo os ombros e fazendo um sinal com os olhos que eu interpretei, como que a dizer-me: “isso é contigo”. Ficámos as duas equipas: a do Cerqueira e a minha — 10 homens.

O 2.º Pelotão, que estava operando junto ao «Corredor do Guileje», um pouco avançado em relação aos outros dois Pelotões, manteve-se na zona e só foi recuperado ao cair da noite.

No dia 6 de Abril de 1973 foram abatidos três aviões, no curto espaço de uma hora, junto à fronteira com o Senegal e a Norte de Bigene: perdeu-se o contacto com uma DO-27 que transportava além do Piloto, um Alferes Médico, um Primeiro Sargento e dois Soldados. Na tentativa de localizarem a DO-27, saíram de Bissau dois aviões T-6. O primeiro destes aparelhos, pilotado pelo Major Piloto Montalvão, foi também abatido. De seguida, uma parilha de aviões Fiat G-91 saiu de Bissau para detectar o que se passava e um destes aparelhos foi igualmente abatido.

Coube, mais uma vez, à CCP 123, a responsabilidade de procurar os Pilotos, os restantes militares e tentar controlar a situação, partindo de imediato, para Bigene o 1.º Pelotão, formando a 30 homens (6 helicópteros), no qual se integrava o Comandante de Companhia, que nas operações difíceis se juntava sempre ao 1.º Pelotão; compreende-se porquê: tinha ali o melhor Sargento da Companhia, pelo que, se se relacionasse bem com ele, nunca cometeria erros, ou, a cometê-los não lhe seriam censurados. Os aparelhos voaram rente à copa das árvores, para diminuir o ângulo de disparo de qualquer arma a partir do solo. Os 3.º e 4.º Pelotões seguiram também para Bigene, em duas novas vagas de helicópteros voando nas mesmas condições.

Nas tripulações das aeronaves e nos próprios Pára-Quedistas, instalou-se a angústia do desconhecido. Sousa Bernardes e o seu Pelotão ficaram para último, como garantia que ninguém recusava a operação. Perante a indisponibilidade de helicópteros, o Comandante da Base, Coronel Lemos Ferreira, determinou que este último Pelotão seguisse de avião, Nord Atlas. No entanto, com o avião quase sobre Farim, Spínola

mandou regressar o aparelho, não arriscando um avião cargueiro com 30 Pára-Quedistas. O 2.º Pelotão, que regressara, ficou em Bissau, como reserva. Foi nomeado Comandante da operação o Major Pára-Quedista José Alberto de Moura Calheiros. O Destacamento de Fuzileiros Especiais, estacionado em Ganturé, junto ao rio Cacheu, a 3 km a Sul de Bigene foi também afecto à operação.

Por decisão dos Comandos Superiores, os helicópteros não passaram de Bigene. Os aparelhos foram abatidos a cerca de 10 km a Norte deste Aquartelamento e o efectivo das tropas só a meio da tarde ficou completo. Por este conjunto de razões, só no dia seguinte se iniciaram as buscas. A CCP 123 formando a 3 Pelotões e 90 homens saiu de Bigene às 3 horas e 30 minutos, do dia 7 de Abril. O Destacamento de Fuzileiros saiu de Ganturé à mesma hora, mas para patrulhar outra zona.

Às 6 horas chegámos à zona onde os aparelhos tinham sido abatidos. Patrulhámos a bolanha Samoge, uma área aberta, sem mata, onde o capim, a que tinham lançado fogo havia pouco tempo, ainda fumegava. As botas enterravam-se nas cinzas, o pó que se levantava entrava pelas narinas e criava uma pasta na boca, o Sol escaldante fazia subir a temperatura aos 40.º C e era impossível comer fosse o que fosse; os dois cantis de água tornaram-se uma insignificância, mas não havia mais e aquela teve que chegar.

Encontrámos partes dos invólucros dos mísseis que abateram os aviões, várias peças do T-6, inclusive o capacete do Piloto que tinha gravado na frente, «Montalvão». Não podia haver dúvidas, este aparelho tinha explodido no ar. Alterámos o rumo e descemos a bolanha. Numa ligeira inclinação do terreno à nossa direita referenciámos o DO-27 rodeada de gente aos gritos: o PAIGC tinha chegado primeiro. Mandei parar a coluna e baixar o pessoal. Via rádio, informei o Capitão, que seguia a uns bons 100 metros da frente da coluna. Este mandou-me voltar para trás, seguindo paralelo à coluna, duplicando a densidade de homens no meio da bolanha, quando devia ter mandado inverter a posição da coluna, em que o último homem passasse a ser o primeiro. Todos os homens se cruzaram com todos. Ao cruzar-me com o Capitão não consegui evitar uma crítica, simultaneamente uma censura, dizendo-lhe: “que bela contradança”. Ele percebeu, e na sua acentuada voz açoriana, erguendo a cabeça respondeu prolongando o início da palavra: “oooora”.

Afinal, fui eu que não percebi a intenção de Capitão, que pouco depois me mandou virar à esquerda. O Capitão quis beneficiar de uma maior densidade de árvores que estavam perto e surgir na retaguarda dos Guerrilheiros, a tática era boa, mas não impunha que eu continuasse à frente, essa era uma questão pessoal. O Capitão não podia assumir, embora o estivesse a fazer, que tinha duas Companhias: a Secção do Rebocho e o resto, mas enfim... Já fora das cinzas do capim o Cabo Ferreira, que seguia em 2.º lugar e à minha frente, pisou uma jibóia que estava enrolada, o animal desenrolou-se e veio na minha direcção. Coloquei a arma em posição de rajada e apontei-lha à cabeça. Dando alguns passos à retaguarda, defini mentalmente meio metro como margem de segurança entre mim e a jibóia. O animal guinou literalmente à direita quando estava a 1 metro de distância, permitindo-me não disparar e não ser referenciado pelos Guerrilheiros.

O Capitão, ainda via rádio, mandou-me ir virando à esquerda, pelo que surgiu no fim daquela pequena mata, de onde vejo o avião, mas agora do lado oposto. Neste momento, ainda dentro da mata, parei a coluna e chamei o Capitão. Os dois, no limite da mata, vemos os Guerrilheiros junto do aparelho continuando a sua festa. O Capitão olhou para mim e disse-me: “vê lá se és capaz de «tomar» o avião”, que naquele momento era dos Guerrilheiros. Deixei-me rir e perguntei-lhe: “então a manobra não é comandada por um Oficial?” Ao que o Capitão respondeu: “é pá, deixa-te de brincadeiras e vê lá o que és capaz de fazer”. De facto, nestes momentos não há postos, há capacidades, mas isso, eu já sabia.

A comandar momentaneamente as operações, chamei vários homens que manuseavam RPG's, Snab's e morteiros, e montei uma pequena estrutura de apoio. Expliquei a cada um quando devia disparar e onde queria que a respectiva granada caísse; fiz uma linha com homens que manuseavam espingardas e metralhadoras para me dirigir ao avião. Quando ia a sair da mata integrando essa linha, onde era o único graduado, o Capitão disse-me: “boa sorte e tem cuidado”. Não lhe disse, que o momento era sério, mas lembrei-me de que esta frase a dissera a minha avó quando fui para a tropa.

Ao sair da mata na direcção do avião, o mesmo é dizer dos Guerrilheiros, estes fugiram no sentido oposto, deixando o avião entre nós. Não mandei disparar nem as armas de tiro tenso nem curvo, porque estavam cinco homens nossos no avião, não sabia em que condições. Naquele momento não se colocavam razões de palpite, mas de prudência. Quando cheguei ao avião mandei passar toda a linha de homens para o outro lado,

montei uma apertada segurança, voltei para trás e fui inspeccionar o aparelho. O Capitão mandou avançar o resto da coluna logo que os Guerrilheiros fugiram, pelo que chegámos junto do aparelho quase ao mesmo tempo, embora eu já estivesse a regressar da frente.

O avião não explodiu no ar e não bateu no solo com muita violência, estava inteiro, mas tinha-se incendiado. O Piloto e certamente o Médico tinham ficado presos na cabine e estavam feitos em cinzas, os outros três ocupantes, ou foram cuspidos na queda ou, mesmo feridos, conseguiram sair, porque os seus restos mortais estavam a cerca de três metros do aparelho. No entanto, os animais necrófagos tinham-lhe comido toda a carne e os esqueletos estavam de tal modo raspados que pareciam feitos em madeira. Um Soldado Pára-Quedista trouxe, para Bigene, todos os restos mortais enrolados num só pano de tenda.

Nessa noite, como na anterior, Sargentos e Soldados dormimos na rua, a uma ponta do Aquecimento de Bigene. Na madrugada seguinte, dia 8 de Abril, pelas 3 horas e 30 minutos, chegaram junto de nós os Oficiais dizendo para nos levantarmos que íamos de novo patrulhar a zona. Voltámos à noite. Durante o jantar encontrámo-nos com os Fuzileiros que nos disseram terem-se recusado a ir para novo patrulhamento nesse dia, pois, segundo as suas normas, o patrulhamento do dia anterior impunha dois dias de descanso. O Comandante da operação, Major Pára-Quedista Moura Calheiros, brilhava apenas com a sua própria tropa, pois não foi capaz de fazer sair os Fuzileiros. A lógica era simples: Calheiros detinha o poder disciplinar sobre os Pára-Quedistas, mas não o tinha sobre os Fuzileiros, cujo oficialato seguia outra doutrina.

Na madrugada seguinte, dia 9 de Abril, a situação repetiu-se, mas desta vez o pessoal recusou-se a sair. Os argumentos não eram muitos, mas eram fortes: tínhamos todos os pés em ferida, até pelo calor que as cinzas do capim tinham produzido, o cansaço era enorme, a fraqueza motivada pela não alimentação era preocupante e o moral, face à situação anteriormente descrita estava abalado.

Face à recusa do pessoal, o Capitão subiu para o jipe e foi chamar o Major, que ao chegar e com as luzes do jipe viradas para nós, começou a chamar por mim. Aproximei-me e o Major pediu-me para ter paciência, era só já aquela vez: “tens que fazer sair o pessoal”. Pedi ainda a Calheiros que me explicasse por que é que me estava a dizer

aquilo a mim e não o dizia aos Oficiais, nomeadamente ao Comandante da Companhia que estava a seu lado, ao que este respondeu: “tu és o único que és capaz de resolver isto”. Considerei que o Major estava a adoptar um comportamento de recurso, pelo que em voz alta disse: “peguem lá nas «canhotas», (referindo-me às armas), e venham atrás de mim”. A cadeia de comando, cujo rigor é imprescindível na guerra, começava a dar sinais de preocupante deterioração.

Às 8 horas chegámos à zona a patrulhar e às 8 horas e 50 minutos morreu o Soldado Pára-Quedista Fernando Vicente das Neves Rodrigues, que era o último homem da coluna, com um tiro na cabeça, disparado a média distância. Como de costume eu seguia na frente, mas desta vez o disparo foi à retaguarda. A Guerra constituía-se exclusivamente num conjunto de acções criativas e aquela não foi excepção, mas executada pelos Guerrilheiros: ninguém viu qualquer elemento inimigo, mas morreu-nos um homem. E é aqui que reside a função do chefe numa guerra de guerrilha: prever e manobrar por antecipação, o que não aconteceu.

Gaston Courtois considera que “o êxito ou o fracasso dependem muito da visão do chefe sobre o futuro. O chefe deve prever com maior ou menor antecedência as consequências das suas decisões, os obstáculos ou dificuldades que pode encontrar, e a moldura ou encenação que deverá utilizar nas diferentes hipóteses. É à força de prever e de preparar que alguém se torna capaz de improvisar, quando as circunstâncias o exigem” (Courtois, 1968: 73). É, de novo, a relevância da experiência.

Com a consciência do dever cumprido, um sabor de cinzas de capim na garganta e um aperto no coração pela perda, evitável, dum camarada, a Companhia regressou a Bissau no dia 11 de Abril, a bordo do navio Patrulha Orion, partindo de Ganturé pelas 6 horas da manhã e chegando a Bissau pelas 23.

A utilidade da operação e a acção da Companhia 123 foi, todavia, relevante, porquanto se obtiveram fragmentos do míssil e alguma documentação que permitiram, aos então Comandante do Grupo Operacional da Base Aérea de Bissau, Tenente-Coronel Pedroso de Almeida e ao Comandante da Esquadra de Helicóptero, Major Branco identificarem o míssil que abateu os aviões como sendo o míssil antiaéreo, de fabrico soviético, *Strella*.

A partir desta identificação, aqueles dois Oficiais elaboraram as técnicas de defesa contra o míssil, as quais os americanos só em 1975 nos facultaram, muito embora as conhecessem desde a Guerra do Vietname. Por interesse histórico e de relevo sobre o valor dos nossos Oficiais acrescento, ainda, que os dados técnicos estabelecidos por ambas as técnicas de defesa (a americana e a portuguesa) eram quase coincidentes — sendo as diferenças irrelevantes. O que prova, que do ponto de vista técnico, os nossos Oficiais estavam bem preparados, o que não pareciam era estar mentalizados para assumirem os sacrifícios e os riscos, que foram o quotidiano na Guerra que enfrentámos. Logo, não foram líderes, nem revelaram a imprescindível capacidade de comando e, sem estas qualidades, as mais importantes na guerra, não podiam estar preparados para o desempenho que deles se esperava e se lhes exigia.

3.2.1.2.1.6 – De Novo no Cantanhez

No dia 21 de Abril desse ano de 1973 a Companhia regressou ao Cantanhez. Partindo de avião para Cufar e daqui, em meios navais para Caboxanque. Neste Destacamento do Exército, guarnecido por uma Companhia de Cavalaria em quadrícula, comandada por um Capitão miliciano, a Companhia de Pára-Quedistas foi dividida: no interior do Destacamento ficaram os 1.º e 3.º Pelotões, sob o comando do Capitão e, a cerca de 500 metros, na povoação contígua de Flaque Injã, a cobrir o corredor de entrada do Destacamento, ficaram o 2.º e o 4.º Pelotões, sob o comando de Sousa Bernardes.

A área de serviço, como a cozinha e o bar de Oficiais e Sargentos ficava na zona dos Pelotões que estavam no interior do Destacamento.

As operações sucederam-se de tal modo, que estavam Pára-Quedistas em permanência no exterior, os quais exerciam uma fortíssima acção dissuasora, mas nenhuma das operações foi determinante de nada. Os dias foram passando de forma rotineira. O Destacamento era comandado pelo Capitão Gordalina, Oficial de carreira e do Exército, que tinha a promessa de ser promovido a Major, única forma de ali o segurarem. Este Capitão, “à moda monárquica”, queria um Soldado à porta da sua barraca, para onde, em dias alternados, ia um Soldado Pára-Quedista. Certo dia, este Capitão mandou o Soldado Pára-Quedista engraxar-lhe as botas, o que foi o início de um grande problema. O Soldado virou-lhe as costas e foi para a sua barraca. Os Soldados Pára-Quedistas

solidarizaram-se com o seu camarada enquanto o dito Capitão, senhor da sua condição de Comandante do Destacamento, continuava a exigir as botas engraxadas.

O Capitão Pára-Quedista, na sua solidariedade de Oficial, pediu ao Soldado que fizesse um sacrifício e engraxasse as botas ao Capitão do Exército. Mas nada feito, e em boa verdade, nada havia a fazer. Reuniram-se os graduados da Companhia a quem o Capitão Costa Cordeiro pediu apoio, tendo eu apoiado o Soldado, atitude em que fui seguido pelo Renato Dias. Decidiu a hierarquia das influências e todos os restantes Sargentos seguiram idêntica posição. O Comandante de Companhia pediu então auxílio ao Comandante do Batalhão, o qual, via rádio, disse ao Capitão do Exército, que “os Pára-Quedistas não estão na Guiné para engraxar botas a ninguém” e o assunto ficou assim encerrado.

A tabanca de Caboxanque não só era muito grande, como era dispersa. A Companhia do Exército estava colocada numa das pontas, próximo do rio e a Companhia de Pára-quedistas estava na outra ponta, à entrada da mata. Como resultado desta geometria, a barraca do Capitão Gordalina ficava a cerca de 500 metros da posição onde estavam os Pára-Quedistas do bigrupo comandado pelo Capitão Cordeiro e a cerca de 1 km do ponto onde estava o bigrupo comandado pelo Tenente Sousa Bernardes.

O Capitão Gordalina determinou que os Pára-Quedistas antes de saírem para a mata e quando viessem dela, lhe fossem apresentar continência. Quer isto dizer, que os homens do brigupo de Sousa Bernardes eram obrigados a percorrer mais 4 km cada vez que saíam para a mata só para irem apresentar continência ao «Comandante Gordalina». É evidente, que isto só se fez uma vez. Os homens vinham de regresso de uma operação de três dias, cansados, cheios de fome e de sede, com os pés em sangue devido à longa caminhada, passaram junto ao seu estacionamento, mas tiveram que se deslocar mais 1 km para cada lado só para apresentar continência ao «Comandante Gordalina».

Os Soldados entraram em contestação e ameaçavam insubordinar-se. Mas desta vez, todos os graduados se uniram em apoio do Capitão Cordeiro e acalmaram as Praças. Só que, impuseram que Gordalina nunca mais e acabaram-se as continências. E foi isto a Guerra de África, na qual a diferença na qualidade do desempenho estava nas qualidades do homem. Os conhecimentos técnicos, para além dos rudimentares, pouca diferença fizeram.

A 1 de Maio desse ano de 1973, no decurso da operação “Tabica Texuga” empenhando o 2.º e 3.º Pelotões, Sousa Bernardes revelou mais uma vez a sua capacidade criativa, quando detectou, atravessando uma bolanha, um grupo de 10 Guerrilheiros e, numa inteligente manobra táctica, surpreendeu-os no seu aquartelamento. Do contacto resultou a morte de três dos Guerrilheiros, vários feridos e a captura de diverso material e armamento.

Mulheres e crianças que estavam misturadas com Guerrilheiros fugiram dos combates para a bolanha. Os Pára-Quedistas, em mais uma manobra de rigor, preferiram deixar fugir alguns Guerrilheiros a matar inocentes e nenhuma mulher ou criança foi atingida. Uma idosa doente, que não conseguiu fugir, foi tratada pelo Enfermeiro Aguiar e foi deixada no seu tabancal. As nossas tropas não sofreram qualquer consequência.

Se entre o grupo dos Sargentos havia um que já se distinguira e diferenciava dos restantes, Sousa Bernardes, com mais esta atitude, mostrava que os Oficiais também se diferenciavam pela sua criatividade. Neste ponto, não se pode deixar de fazer uma referência. Houve, durante a Guerra, quem conseguisse grandes êxitos militares, mas à custa de consideráveis baixas para as nossas tropas, a esses não os apelido de criativos, mas de aventureiros que arriscam a vida dos seus homens, mas sem consciência do que estão fazendo. Sousa Bernardes não foi assim, arriscou com prudência, cautela e autoridade, concebendo criativamente as manobras, pelo que pode afirmar que as estrelas que usa são «suas», ninguém lhas deu.

No relatório do Comando sobre esta operação consta a seguinte passagem: “por informações dadas pela população a identificação de 2 dos mortos é a seguinte: Ancanha, Comandante de bigrupo, natural de Fabrate, e Bunhé, natural de Flaque Injã”, ambos reputados combatentes nas hostes inimigas. Sousa Bernardes não se tinha enfrentado com milícia vulgar, o que deixa evidente que a qualificação do combatente depende do valor humano e da experiência. Os conhecimentos adquiridos na Academia Militar eram iguais aos de todos os outros Oficiais de carreira e nenhum, dos que me comandaram e fui comandado por 6 Capitães, 4 na Guiné e 2 em Angola, era como ele.

Esta mesma opinião teve o Comandante do Batalhão, quando escreveu no seu relatório acerca de Sousa Bernardes: “...A sua posição na primeira linha incutiu confiança e galvanizou os seus subordinados...”. É aqui que os combatentes se diferenciam: no

fazer, porque no mandar são todos iguais. Recorrendo a uma afirmação que circula nos meios militares de uma frase atribuída a Napoleão: “os exércitos ou se puxam ou se empurram”, julgo que se puxam-se pela competência, pelo exemplo e pela liderança, e se empurram pela autoridade repressiva.

Como disse acima, Flaque Injã ficava junto ao Destacamento avançado, onde estavam dois dos Pelotões Pára-Quedistas, o mesmo é dizer que o Guerrilheiro os conhecia, junto dos quais se comportava como população — era assim a Guerra. Na noite seguinte, já com o corpo do Guerrilheiro Bunhé, na sua tabanca, teve lugar o «choro», durante o qual Sousa Bernardes, com as devidas precauções, foi junto da família do Guerrilheiro afirmar o seu respeito pela morte de um combatente, que morreu com honra o que, segundo se comentou na altura, sensibilizou muito a população local.

O êxito operacional de Sousa Bernardes enfureceu os homens do PAIGC. Dois dias depois deram-nos a sua resposta. Quando não estavam na mata, os graduados passavam os serões a conversar e a jogar às cartas, geralmente a dinheiro, numa barraca que também servia de bar, a que chamávamos «clubes». Nesse dia 3 de Maio, quando estávamos de conversa e num animado jogo de cartas, rebentou uma granada de canhão a 50 metros da dita barraca. Corremos todos para as valas, enquanto as granadas continuavam a cair nas proximidades. Os Guerrilheiros tinham apontado os canhões ao «bar» dos graduados Pára-Quedistas, tínhamos voltado à situação de Cadique. Desta vez, porém, tudo era mais grave: já não havia intervalo de tempo entre o disparo e a chegada da granada, os Guerrilheiros acabavam de inaugurar a utilização do canhão de granada supersónica.

Os Guerrilheiros pareciam tão enfurecidos que não cessavam o fogo, que continuava a cair incessantemente junto das nossas valas. A Artilharia de Cufar entrou em acção, seguida pela Artilharia de Bedanda. O posicionamento da base de fogos dos Guerrilheiros estava no alinhamento de Cufar e Caboxanque, do que resultava que as granadas de obus, lançadas pela nossa Artilharia, nos passavam por cima. Como não tínhamos muitas granadas de artilharia, exigia-se eficiência para obrigar o inimigo a cessar o fogo, o que não estava a acontecer naquele dia. Foi então que pressentimos o pior: uma granada de obus vinha a descer nas nossas proximidades, indo cair. Este conhecimento é natural. Depois de ouvir muitos sons, o combatente que esteja calmo, consegue aperceber-se que a granada vai cair, porque o silvo se altera substancialmente.

A granada caiu sobre as palhotas da população, fazendo 18 mortos e um número indeterminado de feridos.

O fogo inimigo cessou de imediato, o que só veio provar que eles tinham elementos seus na população a orientar o fogo. A população irrompeu na nossa direcção, o que também prova que sabiam que já não haveria mais disparos dos Guerrilheiros, pedindo explicações por aquela granada de obus, que lhe matara tanta gente. Nós não tínhamos explicação, não pedíamos aquele disparo, não sabíamos quem o decidiu mas, no fundo, todos sabíamos que nos podia ter salvo a vida. São as contingências duma Guerra suave, que nem sempre o foi.

Este canhão de granada supersónica, desconhecido até aí, veio modificar toda a vida social da Companhia, já não podíamos juntarmo-nos nas nossas conversas ou noutros passatempos, ou até mesmo numa formatura: aquela granada de canhão chegava sem aviso. Tomávamos as nossas refeições em momentos diferenciados uns dos outros, tudo para não nos juntarmos e não sermos «visitados» por uma granada mais rápida do que o som.

3.2.1.2.1.7 – A Criatividade da Guerrilha e a Apatia do Estado-Maior

Em meados de Maio de 1973, a guerrilha estruturaria habilmente um conjunto de operações que confundiram plenamente o Estado-Maior português que, muito cursado, mas sem criatividade nem experiência, não encontrou arte para se opor aos Guerrilheiros, que nunca frequentaram qualquer Academia, nem se sentaram nos bancos de qualquer escola. Com efeito, os Guerrilheiros cercaram Jamberêm, a «pérola de Spínola», atacaram Guileje no extremo Sul e Guidage no extremo Norte. O Estado-Maior, no seu «conforto» de Bissau, ficou paralisado, claudicando.

A este propósito dizia-me, o Coronel Moura Calheiros: “O Oficial de Estado-Maior, mesmo que seja Capitão, já necessita de muitos conhecimentos teóricos, mas tem que ter passado pela «tarimba» dos combates ou do comando de tropas, porque de contrário será apenas um teórico”¹⁴¹. Calheiros dá-nos a explicação desta apatia: “eram apenas uns teóricos”. E o Tenente-Coronel Silva e Sousa, também em entrevista, complementa:

¹⁴¹ Em entrevista, no dia 12/06/2003, no âmbito da presente investigação.

“o Estado-Maior nunca percebeu a Guerra”¹⁴². Pode entender-se o porquê: de facto, nunca lá estiveram. Estes ataques foram elucidativos: a prática, que conduz à experiência, não só complementaria a teoria, como a podia substituir, mas o inverso não se provou verdadeiro.

Segundo Otelo, os efectivos da guerrilha em 1973, eram na ordem de 7.000 homens, sendo os efectivos portugueses de 58.000 (Carvalho, 1977: 90); não se tratava de uma questão de quantidade, mas de qualidade, a que condicionava a situação que opunha as nossas forças à guerrilha; não era a formação, mas o valor individual que tudo decidia.

Segundo diversos autores, os Guerrilheiros terão desenvolvido uma acção militar em «tenaz», para outros terá sido em «pinça», podendo igualmente problematizar-se o ter sido em «alicate» ou qualquer outro objecto que aperte sobre duas extremidades. Não julgo que os termos se apliquem pois não foi nada disto que aconteceu. Se é um facto que os Guerrilheiros atacaram duas extremidades em simultâneo, em nenhum dos casos evoluíram para o centro, o que se impunha para adequar aquelas designações. Os ataques foram isolados e independentes entre si. Os “erros” de Estado-Maior, as falhas de comando e a colocação dos Oficiais de carreira em funções que não as de combate, foram efectivamente as principais causas de todas as complicações que se seguiram. Os Guerrilheiros apenas alteraram a sua doutrina de actuação, aproveitando as grandes quantidades de material que lhe fora concedido e as facilidades de que passaram a usufruir no Senegal. Neste sentido, os Guerrilheiros atacaram do seguinte modo:

a) Jamberêm

Os Guerrilheiros não conseguiram evitar a construção da estrada entre Cadique e Jamberêm, mas criaram as maiores dificuldades ao Destacamento do Exército que foi aberto nesta última localidade. Decidiram impedir por todos os meios o abastecimento destes militares. No dia 13 de Maio, uma força da CCP 122, na altura estacionada em Cadique, foi emboscada por uma força de 30 Guerrilheiros quando escoltava uma coluna de abastecimentos para Jamberêm.

¹⁴² Frase proferida em entrevista, no dia 08/09/2002, realizada no âmbito da presente investigação.

Dos confrontos entre os Guerrilheiros e esta Companhia, durante os dois meses que permaneceu em Cadique, resultou a morte de 1 militar Pára-Quedista e ferimentos em mais 18.

A CCP 122 regressou a Bissau a 25 de Maio e o Exército estacionado em Cadique não era capaz de abastecer Jamberêm, já que a guerrilha lhe fazia frente, não os deixando passar, pelo que a «pérola» ficou isolada. A CCP 123, que ainda estava em Caboxanque, foi enviada de urgência para Cadique no dia 27 de Maio. Dois Pelotões seguiram a pé, os outros dois, onde se incluía o meu, seguiram numa barçaça de pesca particular. Mas o Estado-Maior parece ter ignorado ou não ter ponderado devidamente as marés, pelo que quando saímos de Caboxanque, ao entrarmos no rio Cumbijã, fomos surpreendidos com uma corrente violenta, devido ao vazamento da maré e o consequente abaixamento das águas no rio, tendo o barco encalhado num banco de areia e ficado a «balançar». Uma catástrofe esteve iminente, que se traduziria em 70 homens.

Com muita serenidade e disciplina, com o Capitão de pé a meio do barco, mandando que um homem se chegasse «devagarinho» para a esquerda ou para a direita, lá fomos evitando que o barco se inclinasse de todo e fosse arrastado pela corrente violenta. Através de contacto rádio conseguiu-se o apoio de Cufar, que enviou dois Soldados com um barco Sintex, que transportava 7 ou 8 homens. Muito devagar e com igual quantidade de paciência, lá fomos passando de um barco para o outro, até que por fim respirámos de alívio, estávamos todos molhados e cheios de lama do tarrafo, mas todos na margem do rio. Era meia-noite.

O resto do percurso foi feito a pé, com as botas cheias de lama. Ao nascer do Sol chegámos a Cadique, onde o Exército nos tinha preparado um café bem quente, e que muito bem soube. Nesse dia tomámos banho e limpámos as armas como se impunha, porque também elas estavam cheias de lama. Às 10 horas da noite, quando a população dormia e nos preparávamos para fazer o mesmo, como sugeria o cansaço da noite anterior, o Capitão chamou os graduados e, em voz calma e ar preocupado, disse-nos: “esta noite vamos para Jamberêm”.

Ninguém comentou e o Capitão continuou: “à meia-noite apagam-se as luzes dando sinal de avaria do gerador (a preocupação era a de evitar que os Guerrilheiros fossem informados pela população, dos nossos movimentos); o Rebocho prepara um grupo de

15 homens e sai do estacionamento à uma hora, atravessa a última bolanha e embosca do lado esquerdo; o Rodrigues acompanhado pelo Furriel Oliveira preparam um grupo igual, saem colados ao grupo do Rebocho e emboscam do lado direito antes da última bolanha; o Alferes Eurico com o Furriel Pires preparam outro grupo igual, seguem colados ao grupo do Rodrigues e emboscam a antiga picada que ligava Cadique a Jamberêm. Antes do Sol nascer, eu e o Tenente Sousa Bernardes, com o restante pessoal, saímos com as viaturas de abastecimento para Jamberêm”.

Ninguém fez comentários, mas o Capitão cometia um excesso de confiança. Todos conhecíamos a zona e sabíamos que qualquer combate seria sempre depois da última bolanha, para onde seguia uma força de 15 homens com um só graduado. A tensão era grande e não nos íamos zangar por causa disso, eu tinha os meus Cabos que eram melhores que muitos Sargentos, por isso não me senti só.

Cumpriram-se as ordens que tinham sido emanadas do Comandante de Batalhão, um comando sabedor e criativo. Cheguei ao local e aproveitando uns raios de luz que a Lua proporcionava, reparei numa quantidade de terra que ali tinha ficado quando da construção da estrada. Mandeï encostar ali o «meu pessoal» e, via rádio, informei o Comandante de Companhia que estava instalado. Os Guerrilheiros tinham sido ultrapassados e surpreendidos pelo arrojado da operação. Após o meu contacto com o Capitão, as tropas iniciaram os movimentos em Cadique, carregando as viaturas e desenvolvendo outros preparativos para seguirem para Jamberêm.

Por volta das 3 horas e 45 minutos o Álvaro, que estava à minha direita, disse-me: “vêm aí meu Sargento”. Mandeï-o calar para não fazer barulho. Um pouco depois volta a dizer-me: “estão a chegar meu Sargento”. No profundo silêncio e escuridão da noite ouvia-se o suave partir de ramos na floresta. Os Guerrilheiros não sabiam da nossa presença naquele local, mas já nos conheciam; só o nome os incomodava. Tínhamo-nos encontrado várias vezes, contra nós tinham perdido nos últimos meses, dois Comandantes de bigrupo, situação única nos treze anos de Guerra.

Falando junto à orelha do Álvaro à minha direita e recomendando a transmissão da ordem, repetida à minha esquerda, disse a todos os homens: “silêncio absoluto, ninguém dispara até eles encostarem o nariz às nossas armas”. Se eu merecia do Capitão uma tal confiança, que atribuisse tão difícil operação a um só graduado, os «meus rapazes» não

a mereciam de mim menos e eu conhecia-os. É necessária muita calma e muita confiança em quem comanda, para não se ser tentado a disparar quando se pressente que um forte grupo armado se aproxima de nós. É, aqui, que reside a diferença dos combatentes e não nos cursos frequentados por cada um.

Os Guerrilheiros tiveram azar, vinham emboscar a coluna precisamente no local onde nós estávamos. Foi-lhes fatal. Ao pretenderem encostar-se ao mesmo morro de terra, onde estávamos encostados, todos nós disparámos ao mesmo tempo e o resto é fácil de imaginar. Os Guerrilheiros que conseguiram fugir, ou vinham mais atrasados, continuaram o tiroteio. Os disparos isolados e à distância prolongaram-se por várias horas. Muitas foram as movimentações de ambas as partes, mas nós sempre nos antecipámos. O Alferes Eurico ainda nos apoiou com dois tiros de morteiro, muito certos, a provar que os Alferes milicianos também podiam ser bons, desde que o fossem.

Com o dia já claro e o Sol sobre as árvores a coluna passou por nós; o Capitão seguia na viatura da frente, com o Sargento Palma, o melhor Sargento que estava na coluna; o Tenente seguia na viatura de trás com o Furriel Bica, o seu melhor graduado. No regresso as situações alteram-se, indo o Tenente na primeira viatura. O PAIGC teve 19 mortos e um número indeterminado de feridos — acabou-se a pressão sobre Jamberêm. Os Pára-Quedistas não sofreram um arranhão.

Os Capitães tinham todos a mesma formação técnico-táctica, mas eram muito diferentes, tal como os Alferes e os Sargentos do quadro ou milicianos. Como se pode afirmar ou conceber uma grande relevância da formação técnico-táctica no âmbito do desempenho das elites combatentes? Quanto a estas elites, não restam dúvidas, o valor combativo reside no valor do homem: nas suas capacidades psico-fisiológicas, na sua presença de espírito, na sua criatividade, na sua inteligência emocional, na sua disponibilidade para se expor ao risco, na sua lealdade, na sua solidariedade, na sua capacidade de liderança e comando.

No entanto, se as capacidades pessoais são determinantes, não são exclusivas; eu não teria sido capaz de comandar aquela acção quando cheguei à Guiné, nem nenhum dos outros graduados faria o que fez sem a experiência já acumulada, nem nenhuma das Praças seria capaz de nos acompanhar, sem a habituação que o tempo lhe dera. O

conhecimento entre todos os homens é outro factor, que só se obtém com o tempo. Reconheço, porém, que uma formação mais centrada na componente psicológica do que na técnico-táctica, como efectivamente acontecia nas tropas Pára-Quedistas, também ajudava bastante.

Se a componente de formação estritamente técnico-táctica detém alguma influência, ela limita-se a alguns princípios muito básicos, conhecidos de todos os militares, tanto do quadro como milicianos. Não parecem ter assim, qualquer razão, aqueles que sustentam que as tropas não tinham a preparação suficiente para a guerra que enfrentámos. O que faltava era a motivação e também a justificação interior para tanto sacrifício, que não era compreendido pelos militares colocados em quadrícula em condições de extrema penosidade.

Resolvida a questão Jamberêm, iríamos a 2 de Junho para Gadamael Porto.

b) Guidage

A situação na zona de Bigene, onde tinham caído os três aviões, deteriora-se, e com ela a organização do Exército inicia o seu desmembramento, lento, mas contínuo, devido à ausência dos Oficiais de carreira. Para lá seguiu a CCP 121, no dia 17 de Maio, a bordo de uma LDG até Ganturé.

A esta Companhia foi atribuída a missão de estabelecer e garantir a segurança de um corredor entre Bigene e Neneco. O PAIGC tinha lançado poderosos ataques contra as guarnições dos Aquartelamentos portugueses localizados junto à fronteira Norte, nos primeiros dias do mês de Maio. Em retaliação, o Comando-Chefe ordenou o lançamento da operação «Ametista Real», mal concebida e pior executada, contra a base guerrilheira de Cumbamory, localizada no interior do Senegal, donde irradiavam os homens do PAIGC e onde estavam posicionadas as suas principais armas pesadas. Esta missão foi atribuída ao Batalhão de Comandos Africanos, enquanto que à CCP 121 competia estabelecer e manter aberto um corredor entre Bigene e a fronteira, para acções a desenvolver em apoio das forças atacantes.

Entretanto, a situação vivida pela guarnição do Aquartelamento de Guidage era muito grave, pois as reservas de víveres e de munições estavam praticamente esgotadas. Uma coluna auto de reabastecimento, saída de Bigene, foi emboscada pelo inimigo, não

conseguindo alcançar Guidage; as viaturas foram incendiadas sofrendo as tropas portuguesas elevado número de baixas. Poucos dias depois, uma nova coluna auto, desta vez formada em Binta e escoltada por forças de Fuzileiros, foi também atacada e teve de retroceder com mortos e feridos. A guarnição de Guidage, esgotados todos os alimentos, apenas conseguia sobreviver à custa de algum arroz fornecido pelas populações nativas. O reabastecimento por via aérea também não era possível, pois os aviões mantinham-se em situação de actividade reduzida, devido à situação recentemente criada pelos Strellas. No dia 23 Maio foi organizada, em Binta, outra coluna auto para mais uma tentativa de reabastecimento de Guidage. A protecção da coluna foi confiada aos Pára-Quedistas e a forças dos Fuzileiros Especiais estacionados em Binta. Pelas 06H00 desse mesmo dia, os homens da CCP 121 iniciaram a sua marcha apeada actuando como guarda avançada; a coluna-auto sairia mais tarde, escoltada pelos Fuzileiros em guarda de flanco e precedida pelos «picadores» do Exército que tinham por missão detectar as minas implantadas no itinerário.

Cerca das 8 horas, a CCP 121 atingiu Genicó, prosseguindo depois em direcção a Cufeu. Entretanto, a coluna auto regressou ao ponto de partida devido às várias baixas entre os «picadores» impedindo a coluna de prosseguir, ficando assim adiado, uma vez mais, o reabastecimento de Guidage. A CCP 121 recebeu ordem para prosseguir a marcha; pelas 16 horas e 30 minutos atingiu as imediações de Cufeu, zona onde tinham sido emboscadas as colunas protegidas por forças do Exército e dos Fuzileiros nas duas anteriores tentativas de reabastecimento de Guidage. A zona dispunha de características óptimas para a montagem de emboscadas; dezenas de morros de baga-baga forneciam uma protecção perfeita, escondendo o inimigo da observação das nossas tropas.

Os Pára-Quedistas, avisados dos perigos que poderiam correr durante a travessia da zona, redobram de cuidados. Tudo parecia calmo; porém, emboscados no local, cerca de 70 homens do PAIGC aguardavam a passagem das nossas tropas. Os primeiros militares da CCP 121 ao entrarem na «zona de morte» presentiram o inimigo, mas já era tarde; fazendo largo uso de armas pesadas, com saliência para os RPG^{SS}-2, RPG^{SS}-7 e canhões S/R, os Guerrilheiros causaram, de imediato, às nossas tropas, 4 mortos: soldados António das Neves Victoriano, José de Jesus Lourenço, Manuel da Silva Peixoto e António Jorge Botelho do Amaral Melo e 2 feridos.

Apesar da pronta reacção dos Pára-Quedistas, os Guerrilheiros não abrandaram o seu ataque. O combate prosseguia violento quando surgiram na zona 2 aviões Fiat G-91. O Comandante de Companhia entrou em contacto rádio com o chefe da esquadilha indicando-lhe a posição das suas tropas; o inimigo estava tão perto dos Pára-Quedistas que os Pilotos hesitaram antes de lançarem o seu ataque. Duramente flagelados pela aviação e atacados pelas forças terrestres, os Guerrilheiros viram-se obrigados a retirar. Cerca das 19 horas a CCP 121 chegou finalmente a Guidage. Ficava claro que a invencibilidade dos Guerrilheiros não passava de um argumento sem qualquer consistência, como o deixou provado a CCP 121, sob o comando do actual Tenente-General Pára-Quedista, Comandante do Governo Militar de Lisboa, Armando de Almeida Martins.

O aquartelamento de Guidage, já semi-destruído, era atacado diariamente pelos Guerrilheiros que flagelavam as suas instalações com centenas de granadas de morteiro, canhão S/R e LGF. Lado a lado, vivendo em profundos abrigos, militares Pára-Quedistas, Fuzileiros e do Exército, aguardavam os reabastecimentos que tardavam em chegar; a enfermaria já não dispunha de medicamentos; as evacuações de mortos, feridos e doentes não eram feitas devido à falta de meios aéreos e ao bloqueamento das vias terrestres pelo inimigo. Na noite de 26 de Maio os Guerrilheiros atingiram, com uma granada, um paiolim da nossa artilharia onde se encontravam alguns soldados do Exército; a sua explosão provocou vários mortos e feridos¹⁴³.

Neste momento, a CCP 123, que ainda estava em Caboxanque, recebeu ordens para se preparar para partir rumo a Guidage. A situação era tão tensa que apenas o Capitão e o Tenente foram informados dessa ordem. Eu tive então conhecimento dela, mas quando procurei junto dos meus camaradas apoios de memória para a presente investigação, ninguém se lembrava da possível ida para Guidage. Ao questionar sobre o assunto o Major-General Sousa Bernardes, nomeadamente o motivo porque ninguém se lembra desta situação, Sousa Bernardes sorriu e disse-me¹⁴⁴: “a ordem era secreta, você foi o único Sargento a ser informado, mas foi-lhe pedido segredo”. Foi este segredo, que eu

¹⁴³ Resumo elaborado através da entrevista em 26/06/2002 com o Sargento-Mor Pára-Quedistas, João Pavia Barreiros, que participou na operação, enquanto 2.º Sargento; do relatório da operação e da descrição contida na obra *História das Tropas Pára-Quedistas Portuguesas*, Vol. IV, 1987, pp. 218 e seguintes.

¹⁴⁴ Em entrevista, no dia 02/08/2001, no âmbito da presente investigação.

guardei, mas de que me tinha esquecido. A evolução favorável em Guidage e desfavorável em Jamberêm decidiram o resto.

Entretanto, tinham começado a chegar a Guidage e a Binta grande número de elementos do Batalhão de Comandos Africanos intervenientes na operação de assalto à base de Cumbamory, no Senegal; o ataque tinha deparado com uma inesperada resistência pois, para além dos Guerrilheiros inimigos, estavam estacionadas na base tropas regulares do Exército senegalês, o que não fora previsto pelo Estado-Maior, sendo este Corpo de facto um perigo para as tropas. O súbito afluxo de refugiados, muitos deles feridos, mais agravou a situação. Um helicóptero, pilotado pelo Coronel Moura Pinto e no qual se fazia transportar o General Spínola, conseguiu alcançar o Aquartelamento, furando o bloqueio inimigo; os medicamentos que transportava foram, porém, insuficientes para as necessidades. Este, como outros episódios, demonstram como a cadeia de comando se havia partido, só conseguindo Spínola enviar medicamentos para Guidage fazendo-se ele próprio deslocar no helicóptero.

Perdidas as esperanças de auxílio em tempo oportuno, o Comandante do aquartelamento, Tenente-Coronel de Cavalaria Correia de Campos, que era simultaneamente o Comandante do COP3, com sede em Bigene, mandou enterrar os mortos em cemitério improvisado. Apesar da gravidade da situação, foram prestadas honras fúnebres por uma força militar e desenhada uma planta do cemitério onde se anotaram as campas para posterior recuperação dos restos mortais dos militares lá sepultados. Segundo João Pavia Barreiros¹⁴⁵, foram doze os militares, inclusive os quatro Pára-Quedistas, que enrolados em panos de tenda, ali ficaram.

Em 29 de Maio uma coluna de reabastecimento saiu de Binta. Pelas 6 horas desse mesmo dia a CCP 121 saiu ao seu encontro, em missão de protecção. Ao atingirem Cufeu, os Pára-Quedistas emboscaram, aguardando a chegada da coluna. Cerca das 16 horas e após a passagem da coluna, a CCP 121 levantou a emboscada, passando a dar protecção à sua retaguarda. Pelas 19 horas Guidage recebia os primeiros reabastecimentos após um longo e difícil período de espera. No dia 30 de Maio, pelas 17 horas, a CCP 121 deu início à sua retirada para Bissau, onde chegou às 15 horas do dia 2 de Junho, para seguir a 12 do mesmo mês para Gadamael Porto.

¹⁴⁵ Em entrevista, no dia 26/06/2002, no âmbito da presente investigação.

A aparente facilidade com que esta coluna percorreu a distância entre Binta e Guidage, foi uma consequência dos combates entre a CCP 121 e os Guerrilheiros, seis dias antes, em que a aviação voltou a aparecer e a ser útil. Os Guerrilheiros atacavam continuamente as tropas, enquanto não sofressem reveses sérios, pelo que a contínua redução de Oficiais de carreira à frente das Companhias operacionais¹⁴⁶ tinha como consequência o agravamento das situações. Quando uma força, neste caso de Pára-Quedistas, enfrentou a guerrilha, acabaram-se os confrontos. Afinal, só os homens da Academia pareciam ter dificuldade em perceber isso. Silva e Sousa foi mesmo muito claro ao afirmar: “o Estado-Maior nunca percebeu a guerra”¹⁴⁷.

Salgueiro Maia, um dos únicos Oficiais de carreira que ainda era operacional, descreveu assim a sua participação em Guidage, que é francamente esclarecedora, no contexto desta investigação. “Em 26 de Maio chegámos a Binta, onde já se encontravam as outras forças que pretendiam abrir o caminho para Guidage. Verifico que estão três capitães, alguns alferes (...). Para uma missão de tal responsabilidade (...) não havia nenhum oficial superior. Assim, os capitães fizeram uma mensagem para o Comando Chefe onde pediam um Oficial Superior com vista a comandar a operação. Claro que nenhum apareceu, mas, entretanto, houve muitas baixas ao Hospital de Bissau e passaram a ver-se menos Majores nos cafés de Bissau (Maia, 1994: 66 e 67). Salgueiro Maia é esclarecedor sobre o contributo dos Oficiais de carreira para a Guerra de África.

Salgueiro Maia descreve, ainda, outro pormenor que revela perfeita coincidência com a descrição contida nos relatórios dos Pára-Quedistas, de certo modo, validam-se mutuamente. “No dia 29 de Maio, pelas 5 horas, iniciámos a abertura do itinerário Binta-Guidage. (...) Atingida a bolanha de Cufeu, entrou-se em contacto com a companhia de páras que vinha de Guidage ao nosso encontro” (Maia, 1994: 66 e 67).

Spínola teve que destacar para os pontos nevrálgicos os seus melhores amigos: avançou para Guidage Correia de Campos, que devia estar em Bigene, com o seu Estado-Maior a estudar alternativas e implementar soluções; comandando a operação no seu todo. Nos mesmos dias não havia ninguém para comandar Gadamael Porto, para lá seguiu o

¹⁴⁶ Os dados constantes no livro EME (2002) demonstram que as 102 Companhias, em sector, na Guiné, em Janeiro de 1974, foram comandadas por 160 Capitães, dos quais apenas 19 eram oriundos de cadetes. Para além desta constatação, não averigui a razão porque estes 19 Capitães comandaram Companhias, nem por quanto tempo as comandaram, nem onde elas estiveram colocadas.

¹⁴⁷ Em entrevista, no dia 08/09/2002, no âmbito da presente investigação.

«velho» Coronel Pára-Quedista Rafael Ferreira Durão, que já tinha terminado a sua comissão de serviço em terras da Guiné, coadjuvado pelo Capitão Manuel Monge, que para o efeito foi graduado em Major. Como já vimos anteriormente e os dados do EME o atestam, eram escassos os Oficiais de carreira nos locais de combate e não havia cadeia de comando. O Exército iniciava aqui a sua desmoronização. O que só demonstra que não há formação técnico-táctica que resolva estas situações: só o valor humano, e este, de preferência, apoiado nos conhecimentos técnicos e na experiência.

c) Gadamael Porto

A desgraça de Gadamael, com 34 mortos¹⁴⁸ e 150 feridos, foi efectivamente um acto de guerra, provocado pela acção da guerrilha, mas indiscutivelmente facilitada pela falta de comando e de capacidade de comando. “Spínola irradiara já, por atribuída incompetência, alguns oficiais superiores e capitães das suas funções de comando” (Carvalho, 1977: 65), mas quando a guerra apertou não seguiu os fugitivos, que foram à procura da democracia.

O drama de Guileje, de Gadamael Porto e de todos os Destacamentos que durante a Guerra se foram abrindo e fechando ao longo do corredor de Guileje e de todos os caminhos que a ele conduziam era tão antigo como a própria Guerra. Com efeito, este corredor era vital para que a guerrilha alimentasse os seus operacionais que actuavam em todo o Sul da Guiné. A relevância do caminho, conjugada com a proximidade da fronteira com a Guiné Conakry, onde os Guerrilheiros se movimentavam livremente, determinava os constantes ataques de que estes Estacionamentos eram alvo.

Para protecção das tropas foram construídos, em Guileje, vários abrigos subterrâneos com resistência para suportarem o rebentamento de granadas de morteiro 120. Os ataques não eram novidade, como se vê, mas a capacidade de resistência era elevada, devido às condições de defesa que ali tinham sido construídas. Guileje constituía, assim, uma espécie de lança cravada num corredor vital para a guerrilha. As tropas que ali estivessem seriam sempre, como foram, fortemente massacradas, o que não significa

¹⁴⁸ No artigo “Os Anos da Guerra Colonial”, publicado no *Jornal 24 Horas* fascículo 26, de 2002/12/22, diz-se que houve 24 mortos, mas também se afirma que “as primeiras descargas da artilharia fizeram 20 mortos”. Falta então considerar os 10 homens que, ao retirarem para a mata, foram mortos e cortados aos bocados, cujos restos mortais (os possíveis) foram recolhidos pela CCP 122.

que tivessem muitas baixas, conquanto as condições de vida fossem sempre muito degradantes.

Em Janeiro de 1973, Spínola criou naquela zona um COP com responsabilidades em toda a área compreendida entre o rio Cacine e a fronteira com a Guiné Conakry ver mapa 1, na página 267. Os efectivos militares neste espaço eram os seguintes:

- * Em Cacine estavam 4 Companhias: uma de Caçadores, a 3520; uma de Artilharia, a 6552; uma de Cavalaria, a 8452; e uma de Milícias;
- * Em Gadamael Porto estavam 2 Companhias: uma de Caçadores, a 4743; e uma de Milícias. E ainda 2 Pelotões independentes: um de Reconhecimento, o 3115; e um de Canhões, o 4174;
- * Em Guileje estava uma Companhia de Cavalaria, a 8350; um Pelotão de Artilharia, um Pelotão de Milícias e uma Secção de auto-metralhadoras Fox (EME, B, 3.º e 7.º Volumes, 1988: páginas com os elementos das respectivas unidades).

Por mais que o queira evitar, não é possível deixar de reconhecer a extrema debilidade de organização e comando que tinham estas tropas. Para um efectivo de sete Companhias, quatro Pelotões independentes e mais uma Secção; ou sejam, para oito Companhias, o que corresponde a um efectivo de dois Batalhões, existia apenas um Oficial de carreira, Major Alexandre Costa Coutinho e Lima.

Mas estes quadros existiam, só que estavam no «conforto» de Bissau, com as mulheres e os filhos. Ouvimos, no nosso dia-a-dia, muitos militares dizerem que estiveram na Guiné, mas falta sempre saber onde é que de facto estiveram. Os Soldados e os Milicianos estiveram na guerra, mas os Oficiais de carreira foi como se vê.

Contrariamente aos outros COP^s que estavam colocados em locais mais recuados, das frentes de combate, este tinha a sua sede em Guileje, no ponto mais agudo de toda a área por ele controlada. Não aprofundei a questão, por ela sair fora do âmbito do meu estudo, mas, julgo ter-se tratado de um «castigo» ou outra situação de retaliação contra a pessoa do Major Coutinho Lima.

A 19 de Maio a guerrilha bombardeou Guileje e o Major pediu para ir a Bissau, o que não lhe permitiram, partindo então no dia seguinte para Cacine, e assim ir a Bissau.

Coutinho Lima regressou a Cacine a 21 de Maio, dia em que a guerrilha efectuaria novo e violento ataque a Guileje. Não houve vítimas, graças aos resistentes abrigos subterrâneos, “mas as condições de vida no interior do aquartelamento eram difíceis: a população fugiu da mata, refugiou-se no quartel e os abrigos estavam à pinha” (Catarino, 22/12/2002).

A frase que transcrevo, ou o facto que ela relata, revela um total desconhecimento da realidade, por parte de quem comandava aquela tropa. Como referi, nas situações de Cadique e de Caboxanque, as populações não eram atacadas pela guerrilha, desde logo, não havia a mínima justificação para que procurassem refúgio no quartel. A Companhia de Cavalaria n.º 8350, que estava colocada em Guileje, comandada por um Capitão miliciano e que tinha chegado à Província em Outubro do ano anterior, seguindo pouco depois para aquele Aquartelamento, não tinha muita experiência das envolventes da guerra e cometeu um erro monumental ao deixar entrar a população para os abrigos. É evidente, que ao sobrelotarem os abrigos a situação se tornou impossível.

Não custa a crer que a população participou de uma manobra da própria guerra: os Guerrilheiros sabiam qual o resultado dos abrigos sobrelotados, eles próprios tinham abrigos para se defenderem dos ataques da nossa aviação e terão sido os mesmos a mandar a população para o quartel, certamente porque já conheciam a lógica do comando. Estive, uma vez, num abrigo durante um ataque e embora estivéssemos lá poucos homens, rapidamente começou a faltar o ar para se poder respirar. Mais uma vez se esteve perante uma situação em que o comando das tropas não se colocou à altura dos acontecimentos.

Nestes casos, não há conhecimentos técnicos, nem valor humano, que nos valham: aqui conta a experiência, que só se obtém com a rotina ou, como diz o povo, «com o traquejo». Inequivocamente, a elite só existe de facto e com capacidade para enfrentar as grandes dificuldades, quando se encontra a bons níveis das três hipóteses iniciais: técnico-táctica, qualidades pessoais e experiência.

Às primeiras horas do dia 22 de Maio de 1973, o Major Coutinho e Lima decidiu abandonar o quartel, o que aconteceu cerca das 4 horas da manhã. O comportamento de Coutinho Lima sugere-me a seguinte frase «vou-me embora que isto não é meu; venha para cá, quem para cá me mandou». No entanto, esta atitude, mal ponderada, trouxe

consequências gravíssimas: o efectivo militar em Gadamael, para onde se retiraram os militares de Guileje, aumentou assustadoramente. Neste aquartelamento havia apenas um abrigo com resistência à granada do morteiro 120, não havendo quaisquer outros abrigos para protecção do pessoal. Os Guerrilheiros podiam, agora, transferir as suas bases de fogos para atacarem Gadamael, passaram a estar muito mais seguros sem o ataque da Artilharia de Guileje, além de se ter perdido um dos pontos para referenciar os locais onde as bases guerrilheiras se encontravam.

Para além destas questões de natureza técnica, havia o incentivo ao bombardeamento de Gadamael e outros aconteceriam sucessivamente se as tropas continuassem a recuar. O recuo militar não é uma derrota, nem um erro, desde que seja ponderado, ajustado à situação e a manobra futura devidamente acautelada. Nada disto aconteceu e os resultados foram 34 mortos e 150 feridos. Mais uma vez o comando militar não esteve à altura dos acontecimentos: os factos não são motivo de orgulho profissional do nosso corpo de elites. Neste caso parece que faltou tudo: técnica, capacidade pessoal e experiência, mas estávamos em Guerra há 13 anos, então, faltou também doutrina de gestão de pessoal.

A posição de Coutinho e Lima não tem, nem pode ter, a mínima justificação no campo militar. Compreende-se o seu estado de espírito, que terá motivado tão invulgar decisão, porquanto, se nenhum outro Oficial de carreira estava colocado a sul do rio Cacine, por que razão haveria ele de lá estar? Naturalmente que Coutinho e Lima, não previu o desastre que a sua atitude iria provocar, desde logo, não pode ser condenada no campo da moral, conquanto a especulação sobre a sua capacidade técnico-táctica seja legítima.

Em várias reportagens sobre o assunto, os homens que estiveram em Guileje queixam-se de não terem sido apoiados pelas tropas especiais. Têm razão, mas não toda, pois já vimos que estas tropas estavam empenhadas noutros locais que o Comando Chefe considerou prioritários e talvez o fossem.

Em 1 de Junho de 1973, os Guerrilheiros do PAIGC lançaram sobre Gadamael um ataque devastador que causou pesadas baixas e grandes destruições no Aquartelamento, ou seja, deslocaram as suas bases de fogos o suficiente para atingirem o quartel que se seguia ao de Guileje. Se não fossem travados, executariam então o tal ataque em «tenaz» ou em «pinça» mas, como foram travados pelos Pára-Quedistas, ficaram-se pelo

«alicate». A CCP 122, que se encontrava no seu aquartelamento em Bissau seguiu de barco para Gadamael onde chegou no dia 3. A CCP 123, que acabara de resolver a questão Jamberêm partiu para Gadamael Porto, na madrugada do dia 2 de Junho, a bordo do navio Patrulha Orion.

A meio da tarde, já no rio Cacine, quando passávamos junto ao cais da povoação com o mesmo nome, o Comandante do navio pediu ordens para as manobras de desembarque. Foi então que o Comando Chefe mandou suspender a manobra. Assisti ocasionalmente, à conversa entre o Comandante do navio e o Comandante da Companhia de Pára-Quedistas, já que estava junto deste último naquele momento.

Perante a continuação dos ataques a Gadamael, Spínola decidiu ir buscar o seu «amigo» Rafael Durão, que para ali mandara já depois de terminada a comissão. Foi o próprio Major-General quem me disse, com toda a riqueza de pormenores¹⁴⁹: “o Spínola disse-me, via rádio, venha para a parada que eu vou aí buscá-lo” e foi, contra a vontade de Durão, que considerou a aterragem do helicóptero um enorme perigo, mas Spínola era useiro a fazer este tipo de coisas. Mais uma vez, o risco foi excessivo e desnecessário, mas Spínola só fazia movimentar os helicópteros para o transportarem a ele próprio. A isto, chama-se quebra da cadeia de comando que, quando acontece, o Exército desmorona-se, como aconteceu.

Conjugando a conversa do Comandante do navio, no dia 2 de Junho de 1973, com a entrevista a Rafael Durão, conclui-se que, após a saída deste último, o pessoal que estava em Gadamael abandonou o Estacionamento e dispersou na mata. O Comando Chefe ficou indeciso sobre que atitude tomar, fazendo uma pausa para recolher melhores informações e determinando depois que o barco voltasse para trás e esperasse, já em pleno mar, por novas ordens.

Cerca da meia-noite foram emitidas novas instruções, segundo as quais a CCP 123 desembarcaria não em Gadamael, mas em Cacine. Compreende-se a manobra, que estava aliás correcta: havia falta de comando, mas nem sempre, também havia gente de muito valor. A questão era simples e o Comando Chefe «jogou» pela antecipação, ou seja, se a fuga de Guileje levou os bombardeamentos para Gadamael, então a fuga de

¹⁴⁹ Em entrevista, no dia 05/03/2002, no âmbito da presente investigação.

Gadamael levaria os bombardeamentos para Cacine. Neste caso, ia-se já patrulhar a zona de Cacine enquanto Gadamael ficaria a aguardar.

Contudo, o abandono de Gadamael não foi total, houve quem permanecesse no aquartelamento: sem a certeza de rigor na afirmação, mas o que consta, é que os Pára-Quedistas quando ali chegaram apenas viram um Alferes miliciano, um Furriel miliciano e algumas Praças. Como o Destacamento não estava totalmente abandonado, a CCP 122 continuou a sua marcha e desembarcou mesmo no seu destino, no dia 3 de Junho e, com ela, o novo Comandante do COP 5, o Major Pára-Quedista António Valério Mascarenhas Pessoa. No entanto, “a sua presença em Gadamael foi, porém, efémera, pois cedendo à tensão nervosa teve de ser substituído” (CTP, Vol. IV, 1987: 224).

Sobre este assunto e sobre Mascarenhas Pessoa, escreve o Tenente-Coronel Mensurado: “foi-lhe movido um auto de averiguações por cobardia, pelo seu comportamento em Gadamael, em que chegara a entrar em pânico, (...) Nessa altura, escreveu-me uma carta do hospital, do serviço de psiquiatria onde estava internado, sob a protecção médica, pedindo-me perdão e dizendo, entre outras coisas, que não teria nascido para militar, que estava completamente desmoralizado e que queria ser professor de história” (Mensurado, 1993: 151). A ser assim, é o próprio Pessoa que coloca o «assento tónico» na vocação, que reconheceu não possuir, a sua vocação seria para Professor de História, mas foi para a tropa e os efeitos negativos ficaram à vista.

Mensurado também afirma, referindo-se a Mascarenhas Pessoa: “em 1965, o ainda Capitão tinha tido um comportamento operacional muito condenável, em Moçambique, no comando de uma companhia, quando, numa operação, no norte da província, mandara enterrar três páras abatidos em combate, na própria zona de operações. Fora mesmo necessário obrigá-lo a voltar para trás, à zona de acção, para recuperar da terra os corpos dos páras (...) Em 1969 no leste de Angola, no comando de outra companhia, por ter tido uma baixa numa operação, retrocedera com um grupo de combate para evacuar o ferido, e deixando a missão para os outros elementos da companhia” (Mensurado, 1993: 150).

Esta última afirmação foi-me confirmada pelo Tenente-Coronel Pára-Quedista Melo de Carvalho¹⁵⁰, o qual, como Tenente, seguia nessa mesma operação que continuou depois sob o seu próprio comando.

Ainda sobre Pessoa e sobre Gadamael consta, e o Major-General Borges não o desmentiu, que as primeiras instruções que Pessoa terá transmitido ao Comandante da CCP 122, a primeira a entrar em Gadamael, sob o comando do então Capitão Borges, lhas terá transmitido na frente de todo o pessoal «a chorar». Ao que o Capitão Borges lhe terá dito: “não me volte a fazer isto, meu Major, dê-me as ordens individualmente, porque assim, põe-me todo o pessoal em pânico”.

De facto, havia pessoas no desempenho de funções bem acima das suas capacidades. Porém, e não obstante tudo isto, o Major Pessoa foi eleito delegado dos Oficiais Pára-Quedistas no Movimento das Forças Armadas, o que não pode deixar de significar que tinha seguidores no interior da sua classe e que o seu comportamento não seria tão singular quanto Mensurado o pretende fazer crer. Tanto mais, que embora com este passado, evoluiu normalmente na sua carreira e chegou a Coronel, o que Mensurado, um operacional de valor, não conseguiu.

Foi o Tenente-Coronel Pára-Quedista, Comandante do BCP 12, Araújo e Sá, também Comandante do COP 4 que, em 5 de Junho, recebeu ordem para se deslocar para Gadamael a fim de assumir o comando do COP 5. Nesse mesmo dia 5 de Junho o novo Comandante procedeu a um imediato estudo da situação, tendo em vista a reorganização das tropas aquarteladas em Gadamael e o estabelecimento de um plano de acção que contrariasse a manobra do inimigo.

“O comandante do COP 5, dando início à operação «Dinossauro Preto» e face à melindrosa situação em que se encontravam as forças sob o seu comando, não perdeu tempo em estabelecer um plano de manobra que se revelou extremamente profícuo. Ordenou a abertura de valas, a construção de abrigos e dispersou as suas tropas pelo perímetro defensivo do Aquartelamento, ocupando, também, toda a periferia dos reordenamentos” (CTP, Vol. IV, 1987: 224). Esta decisão de Araújo e Sá, relativamente a colocar as tropas junto das populações que o Exército tinha concentrado, a que se chamou reordenamentos, está absolutamente em concordância com a lógica da Guerra

¹⁵⁰ Em entrevista, no dia 14/05/2002, no âmbito da presente investigação.

de África, já que era conhecido que a guerrilha não bombardeava uma posição militar que estivesse junto da população, porque um pequeno erro levaria a granada para cima das palhotas, onde viviam os familiares dos próprios Guerrilheiros.

Estes conhecimentos sobre a atitude da guerrilha, parecendo primários, não estiveram disponíveis em Guileje, a não ser que se queira assumir que houve intencionalidade quando se abriram os abrigos à população. Intencionalidade que aqui não assumo, mas não se pode rejeitar a existência de um inadmissível erro de comando. Estes comportamentos não se aprendem nas salas de aulas, tanto mais que cada etnia tinha o seu próprio comportamento; logo, só com a vivência se poderia aprender ou seja, através da experiência. Para além do conhecimento que o comando tem que ter da população, também é importante o conhecimento que os líderes da população e da guerrilha têm da capacidade e das atitudes possíveis desse Comandante.

Quanto é de facto importante o valor humano na guerra de guerrilha! Basta ver o que um só Tenente-Coronel Pára-Quedista influenciou o rumo dos acontecimentos. É certo, e não o pretendo ignorar, que estiveram em presença muitas e valiosas tropas, mas também se tem que observar que não foi por acaso que, estando colocados na Guiné dezenas de Tenentes-Coronéis e Coronéis, Araújo e Sá, transite, com urgência, do COP 4 para o COP 5, continuando a comandar o BCP 12.

Por todos os feitos na Guiné, o Tenente-Coronel Pára-Quedista Sílvio Jorge Rendeiro de Araújo e Sá, foi condecorado com a medalha normalmente atribuída aos chefes de repartição. Foi preterido e sucessivamente ultrapassado na promoção a Coronel, por Oficiais de currículo muito inferior. Triste e magoado, humilhado pelo seu povo, contra quem nunca virou as suas tropas, nem utilizou a sua extraordinária competência, passou à reforma extraordinária em 23 de Julho de 1979.

3.2.1.2.1.8 – O Pós Estabilização

Passados estes combates, que tinham revelado uma alteração estratégica da guerrilha, a qual deixara de se dispersar por toda a Província, para se concentrar em determinadas posições perto das fronteiras, reduzindo a tática de guerrilha e aproximando-se da guerra clássica ou convencional, ficou a descoberto a fragilidade do nosso Exército.

Com efeito, a Guerra subiu o patamar de violência e de intensidade. Já não era uma guerra lenta e suave, para provocar desgaste a longo prazo. Com o Estado-Maior incapaz de encontrar uma solução táctica para a nova situação, os Oficiais de carreira a escassearem nas zonas de combate e a política preocupada em satisfazer a classe média, o Exército deixou-se surpreender. O País viu-se confrontado com a realidade que não esperava e a situação que se lhe deparou foi em resumo a seguinte:

- As hipóteses de negociação com os Guerrilheiros ficaram fechadas;
- Podia então claudicar perante a guerrilha e aceitar a derrota militar;
- Podia acompanhar o aumento da intensidade da guerra, para o que teria que proceder a duas reformas de fundo:
 - Adquirir mais e melhor armamento, porque o que possuíamos era pouco e não tinha capacidade para combater contra as armas do inimigo;
 - Alterar substancialmente o quadro de Oficiais combatentes: face aos existentes, não quererem combater e perante o facto dos milicianos, que os podem substituir, colocarem condições.

Os estratagemas militares revelaram insuficiências, não indo para além da rotina. Não tinham previsto nada e o «jogo» por antecipação, que é o objectivo essencial, falhou.

Enquanto isto, a Força Aérea conseguiu evoluir e minorar as dificuldades criadas pelo míssil *Strella*, o qual tinha um alcance máximo em altura de 1250 metros; logo, os aviões passaram a voar acima dos 1500 metros. Com esta altura de voo não podia haver apoio ao solo, o que significa que as tropas não podiam ser apoiadas quando fossem atacadas a tiro, embora os bombardeamentos aéreos tivessem sido reiniciados, o que voltou a criar dificuldades à guerrilha que já não podia efectuar bombardeamentos tão prolongados como o fizeram em Gadamael Porto, porque os aviões lhes «levavam» a resposta.

A nova situação proporcionada pelo material recolhido pela CCP 123 no Norte da Província e pela capacidade técnica e empenho dos dois Oficiais da Força Aérea já citados, obrigou a guerrilha a novo compasso de espera, mas a situação de fundo mantinha-se, embora Portugal tivesse mais algum tempo para decidir.

Até ao final do ano de 1973 nada mais de muito significativo, ou de muito violento se registou. Verificou-se, ainda, uma operação delicada na sua execução, mas não violenta

na sua acção. O PAIGC celebrava o seu aniversário no dia 4 de Agosto, como memória dos sangrentos acontecimentos do dia 4 de Agosto de 1959, no porto de Pidjiguiti em Bissau. Devido a essa data era sempre temida uma acção violenta sobre Bissau, acção essa que, em 1973, se esperava fosse desencadeada pelo disparo de alguns mísseis Katiuska.

Para impedir o possível bombardeamento a Bissau foi montada uma operação que consistia no patrulhamento dos locais, onde a base de fogos poderia ser instalada. Com este objectivo foram respectivamente colocadas, no dia 1 de Agosto, em Mansoa a CCP 122 e em Nhacra, a CCP 123. O bombardeamento era esperado na noite de 3 para 4 pelo que, entre os dias 1 e 3, ambas as Companhias, em pequenos grupos, patrulharam toda a zona com o objectivo de detectarem quaisquer movimentos suspeitos. Sem resultados. Foi nomeado Comandante da operação, o Comandante do BCP 12, Tenente-Coronel Araújo e Sá — sempre ele.

Nessa noite de 3 para 4 de Agosto, as duas Companhias dormiram na mata, em bigrupos. O meu bigrupo, comandado pelo Comandante de Companhia, dormiu perto do rio Mansoa, na sua margem esquerda. Os mosquitos eram tantos que nos entravam pela boca e pelo nariz quando respirávamos, mesmo com a rede mosquiteira à volta da cabeça, os mosquitos que a atravessavam entravam-nos para a boca. Cerca das 21 horas e 30 minutos, o Capitão veio falar comigo e disse-me: “o nosso Comandante acaba de me dizer que a Direcção Geral de Segurança (DGS) localizou a zona onde os Guerrilheiros montaram a base de lançamento dos mísseis, tens que lá ir”.

É evidente que eu sabia que o rádio estava ligado para contactos a qualquer momento, sendo por isso natural que o Comandante da operação tivesse falado com o Comandante de Companhia, embora o “tens que lá ir” parecesse uma brincadeira de «mau gosto». Mas não o era.

Da conversa que mantive com o Capitão, em que este me repetia o que Araújo e Sá lhe teria dito, concluía-se o seguinte: os Guerrilheiros estavam numa zona de palhotas dispersas, pelo que não se podia efectuar um bombardeamento prévio à zona. Este tinha de ser eficaz, o que exigia que os Guerrilheiros fossem bombardeados com os obuses de Nhacra, logo que efectuassem o primeiro disparo e o tiro dos nossos obuses tinha de ser certo para que, de imediato, impedisse a continuação dos disparos sobre Bissau.

Araújo e Sá decidira então o seguinte: utilizando dois helicópteros, colocavam-se 10 homens na zona onde se encontravam os Guerrilheiros, com a função de orientar o fogo das nossas tropas, o que fariam utilizando um rádio que receberia apoio duma «estação-relais»¹⁵¹ instalada num avião Fiat G-91, o qual sobrevoaria a zona, a grande altura, durante toda a noite. O Comandante da operação ficava junto dos obuses com outro rádio mais potente e, ouvindo os dados do terreno, orientava o fogo da artilharia. A ideia parecia ajustada à situação e à sua urgência, mas não se percebia porque haveriam os helicópteros de vir à mata buscar-nos, com tantos operacionais em Bissau de onde vinham os aparelhos...

O Capitão disse-me para eu escolher os 9 homens que me haveriam de acompanhar. Tarefa melindrosa. Escolhi 8 dos meus, em função da arma que utilizavam e o enfermeiro do Pelotão, que não formava na minha Secção, mas que era um elemento importante. Tudo certo: frequências de rádio, posição de cada homem, coordenadas do local onde os helicópteros nos haviam de deixar, altura a que os aparelhos deviam estacionar, porque não podiam chegar ao solo por razões de segurança, além de outros pequenos detalhes.

Pedi ao Capitão que fossem exigidas aos Pilotos duas posições de rigor: os helicópteros teriam que estacionar rigorosamente a 3 metros de altura, pela simples razão de que os Pára-Quedistas efectuavam muito treino de salto dessa altura, para o chão. Outras alturas poderiam ser-nos fatais, porque não se via nada, devido à escuridão da noite; o segundo helicóptero teria que deixar o pessoal na posição do primeiro, porque se o pessoal ficasse longe uns dos outros nunca mais nos encontrávamos. Quando já estávamos dentro dos aparelhos o Capitão colocou a mão esquerda sobre o meu joelho direito e disse-me: “por amor de Deus, Rebocho, não ataques, limita-te a cumprires o que acordámos”. Respondi-lhe: “fique descansado que vai tudo correr bem”. E correu.

Ao chegarmos ao local, o Piloto estabilizou o aparelho e fez-me sinal para eu olhar para o altímetro do helicóptero: marcava rigorosamente 3 metros. Mandei saltar e saltei. O segundo aparelho veio para a posição do primeiro. Os homens saltaram e um deles começou a queixar-se, era o Afilhado, tinha-se-lhe deslocado o braço direito, o que não acontecia pela primeira vez. O enfermeiro, 1.º Cabo Filipe, fez o que pode mas não

¹⁵¹ Estação retransmissora móvel.

encaixava o braço do Afilhado e disse-me: “não sou capaz, meu Sargento”. E agora? Não podia ficar ali mais tempo, não se via nada, não sabia onde estava, devíamos estar a ser atacados dentro de minutos, tinha que me deslocar porque o barulho dos helicópteros marcou o local onde estávamos, não podia arrastar o Afilhado que estava cheio de dores, mas também não o podia deixar ali sozinho, tinha que lhe dar segurança, mas também tinha de cumprir a missão.

Pensara em dividir-nos, o que constituiria uma das várias e todas más soluções, porque boas não encontrei nenhuma. Chamei os Cabos para me ajudarem a tomar uma decisão que não fosse ao menos a pior, enquanto o Afilhado continuava a tentar encaixar o braço, o qual, na sequência de dois ais mais sonoros, me disse: “já entrou, meu Sargento”. Foi um grande alívio para ele e para todos nós.

Não se provou se houve equívoco da DGS, ou se os Guerrilheiros ao ouvirem o som dos helicópteros perceberam que tinham homens nas suas proximidades e tiveram medo das consequências, o certo é que não houve disparos de mísseis sobre Bissau.

3.2.1.2.1.9 – O Novo Capitão — Norberto Crisante Sousa Bernardes

Em 16 de Outubro de 1973 a Companhia passou a ser comandada por Sousa Bernardes, devido à sua promoção a Capitão. Este Oficial seguiu uma estratégia semelhante à de Araújo e Sá: comandava em liderança e fê-lo através da respectiva cadeia, que bem conhecia. Comandar através dos líderes é muito fácil e qualquer pessoa o percebe e pode repetir, o difícil é integrar essa cadeia, única forma de se poder servir dela. De contrário, os líderes não o respeitariam, mas Sousa Bernardes integrava essa cadeia, e sabia-o bem. Ele era efectivamente um líder por direito próprio.

Como exemplo da estratégia de Sousa Bernardes, refiro que, no dia 3 de Janeiro de 1974, quando caiu um helicóptero na mata do Olossato e foi necessário enviar para o local uma força de Pára-Quedistas, com o máximo de urgência, eu ia a correr enquanto ajustava o equipamento ao corpo e olhava para os «meus» Soldados que estavam a sair das suas instalações. Nesse momento cruzei-me com o Capitão, que me disse: “ó Rebocho não é você que deve ir para a operação?” Respondi-lhe que sim, que era de facto o meu Pelotão que deveria ir, segundo a escala que estávamos seguindo. E Sousa Bernardes ainda me questionaria dizendo: “você considera que eu também devo ir?”

Respondi-lhe que não, mantendo a posição que sempre assumira: o Capitão deve executar tantas operações quanto os restantes graduados, pelo que não pode sair com todos os Pelotões. Sousa Bernardes perguntou-me então porque é que eu estava zangado com ele. Não só não estava zangado, como não percebi porquê aquela pergunta, mas o Capitão manteve a sua opinião e disse-me que me conhecia muito bem e sabia que eu estava zangado com ele.

Logo que houve disponibilidade de helicópteros Sousa Bernardes foi para a mata e juntou-se a nós. Ao chegar foi falar comigo para me dizer: “você estava a criticar-me pensando que eu tinha medo, mas já aqui estou convosco”. É natural que Sousa Bernardes tivesse interpretado qualquer gesto meu, como sendo de censura, mas não o era. O facto é que o Comandante de Companhia que conhecia as influências, a que podemos chamar lideranças, não arriscou uma crítica que manchasse a sua imagem e actuou por antecipação. Desta vez precipitou-se, porque eu não o estava a criticar, mas não deixo de reconhecer que, se eu criticasse a operação, Sousa Bernardes sairia incomodado.

Num dos últimos almoços que os homens que integraram esta Companhia realizam todos os anos, desde o fim da Guerra, um deles dizia aos meus filhos, que naquele dia me acompanharam: “havia dois homens na Companhia que nunca davam ordens: o Capitão Sousa Bernardes e o Sargento Rebocho”. É evidente que ambos dávamos ordens, mas fazíamos-lo em sintonia com os líderes, que são os únicos que contestam e, se ninguém contestar, nem se nota a ordem. No entanto, este «formato» de comando só tem sentido e eficácia se o próprio Comandante integrar a cadeia de influências e de lideranças numa posição de relevo, porque se assim não for o princípio não funciona: os líderes, ou seja, os homens com capacidade de influência, raramente aceitam apoiar quem não tem valor, ou quem eles julgam não o ter.

O princípio permitia a Sousa Bernardes comandar através dos Sargentos. Aparentemente, os Sargentos líderes tinham muito poder mas, na realidade, eles só faziam o que o Capitão queria: era um comando de extrema eficiência, que não se notava. Já referi como eu trabalhava com os «meus» Cabos, eram eles que mandavam, mas, no fundo, só no sentido que eu queria. Volto a acentuar este ponto: para se comandar assim, tem que se ser líder, porque de contrário perde-se o comando. Este princípio deveria ter imposto um cuidado muito sério na escolha dos Capitães que iriam

comandar Companhias operacionais onde a liderança mais se manifestava. No entanto, esse cuidado não existiu e os Pára-Quedistas tiveram Capitães de valor muito baixo, que originaram grandes conflitos com os Sargentos líderes, com a consequente quebra de rendimentos das unidades que comandaram.

É fácil perceber a lógica de lideranças em estados de guerra. Nestas situações haverá sempre líderes, o seu valor é que pode variar. Se o Capitão perdesse a capacidade de se entender com o Sargento que liderasse todo o grupo, um dos dois teria que abandonar a unidade. Se fosse o Sargento, logo apareceria outro Sargento a liderar e assim sucessivamente. No entanto, o Sargento que substituiu na liderança o que saiu, seria sempre inferior a ele, na medida em que, quando estavam ambos, era o outro que liderava. Se o princípio fosse o de afastar os Sargentos, não cessariam os conflitos e reduzir-se-ia a capacidade operacional da Companhia, com o sucessivo abandono dos melhores Sargentos.

Tudo isto era conhecido dos Comandantes de Batalhão os quais, como já referi, apoiavam sempre estes Sargentos e “silenciavam” os Capitães¹⁵². Em combate manda de facto quem sabe e é capaz de o resolver. Mas os problemas, tornados conflitos, não acabavam aqui, visto que um outro viria a surgir: o que colocava em confronto o Comandante de Batalhão com os Capitães.

De tudo o que desenvolvi até aqui, uma conclusão se poderá já extrair: a patente de Capitão na função de Comandante de Companhia era de grande importância, mas nem sempre os titulares deste cargos estiveram à altura das suas responsabilidades, conflituando para cima e para baixo, o mesmo é dizer com os seus superiores e subordinados. Por fim, quando Marcelo Caetano e os seus Generais quiseram reestruturar a classe de Capitães, apoiaram a revolta que degenerou num Golpe de Estado, coordenado pelos mesmos Generais¹⁵³.

¹⁵² Foi por este motivo, como na altura se comentou, que o Capitão “silenciou” o incidente com o Sargento Rodrigues. Ver nota 96, página 238.

¹⁵³ Refiro-me ao Decreto-Lei n.º 353/73 de 13-07-1973 e aos acontecimentos de 25 de Abril de 1974.

3.2.1.2.1.10 – A Guerra Clássica

Com a chegada do período das chuvas tudo serenou e o ano de 1973 terminou calmo, iniciando-se o ano de 1974 em idênticas condições. No início de Fevereiro de 1974 os Guerrilheiros, partindo das suas bases no Senegal, concentraram os seus ataques no Nordeste da Província. O PAIGC passou a ter todas as facilidades de movimentos nas duas repúblicas vizinhas da Guiné e preferia atacar os Destacamentos perto da fronteira, fazendo-o, sobretudo, à custa de grandes bombardeamentos e evitando o confronto directo com as nossas tropas. Mas esta atitude, contrariamente ao que se tem dito, favorecia a actuação das forças portuguesas: as tropas especiais ou de elite deixaram de estar dispersas pela Província e passaram a permanecer nas suas unidades, disponíveis para acorrerem às situações de emergência; a Força Aérea já reiniciara os voos e os bombardeamentos às bases de fogos dos Guerrilheiros. Gadamael não se repetiria.

Importa, aqui, tecer uma consideração: se é um facto que os Oficiais de carreira passaram todo o tempo da Guerra de África a queixarem-se de não terem preparação para a guerra de guerrilha, o que parece ser uma realidade, quando a guerra «caminhou» no sentido clássico ou convencional, permaneceram com idêntica atitude. Afinal, o problema parece não residir na falta de formação técnica, mas, eventualmente, na falta de vocação e preparação psicológica.

Logo que a guerrilha iniciou os flagelamentos a Copá e Canquelifá, a CCP 123 partiu de avião, a 3 de Fevereiro, para Nova Lamego e, daqui, em viatura para Canquelifá, enquanto a CCP 121 se dirigiu ao mesmo destino, mas de barco. A localização da base de fogos da guerrilha foi detectada e para lá seguiu a CCP 123, mas os Guerrilheiros tinham vigias bem colocadas, detectando o movimento levantaram as bases, que foram depois instalar exclusivamente em território senegalês. As únicas tropas que o PAIGC respeitava e a cujo confronto efectivamente fugia, eram os Pára-Quedistas.

Também, e mais uma vez, há lugar a uma consideração crítica sustentada pelos factos que sucessivamente observei e venho relatando: o Estado-Maior só se apercebeu do bombardeamento a Copá e a Canquelifá quando as granadas começaram a cair. Não parecia haver lugar à previsão, não se antecipava a nada — os Guerrilheiros, analfabetos, «davam cartas» na organização.

Não conseguindo instalar as suas bases em território nacional, a guerrilha só podia atacar Copá, que fica a 3,5 km da fronteira com o Senegal, mas só com mísseis Katiuska consegue atingir Canquelifá que fica a 11 km do Senegal e a 16 da Guiné Conakry. Como medida de adequação doutrinária, o Comando Chefe determinou o recuo do sistema e ordenou o abandono de Copá.

No relatório da operação, comandada pelo Tenente-Coronel Pára-Quedistas António João Chumbito dos Anjos Ruivinho, que aqui fizera o seu baptismo de comando operacional na Guiné, pois havia substituído Araújo e Sá, no Comando do BCP 12, no dia 21 de Janeiro, consta o seguinte: “no dia 11 de Fevereiro a CCP 123, comandada pelo Alferes miliciano Fernando Pires Saraiva, parte de Nova Lamego, às 4 horas e 30 minutos, escoltando as viaturas que iam efectuar o transporte dos bens do destacamento de Copá. Prevendo a duração da operação de recolha, bem como dificuldades no trajecto, as viaturas transportavam rações para 4 dias e 2.000 litros de água. Pelas 15 horas e 30 minutos a coluna atingiu Copá sem incidentes”.

Em Copá, onde já se encontrava a CCP 121, tudo se processou ordeiramente. As duas CCP^s dormiram nos arredores, mantendo segurança ao destacamento e ficando as viaturas estacionadas a 500 metros do mesmo. No dia seguinte, 12 de Fevereiro, a CCP 121 partiu de Copá às 3 horas e 40 minutos com destino a Bajocunda, cujo itinerário foi patrulhando e onde chegou às 8 horas e 30 minutos. Pelas 10 horas e 45 minutos, após as viaturas terem sido carregadas e destruído o material que não foi possível transportar, deu-se início à deslocação para Bajocunda, com escolta da CCP 123, onde se chegou pelas 18 horas, sem incidentes. Assim, de forma controlada e sem quaisquer dificuldades ou incidentes, se abandonara um Destacamento que poderia nunca ter sido aberto.

Durante os dois meses seguintes, manteve-se, pelo menos, uma CCP nas proximidades de Canquelifá, por ser o Destacamento sobre o qual os Guerrilheiros prometiam mais acções, que nunca chegaram a executar.

O Tenente-Coronel Ruivinho provou “saber do seu ofício” e estar à altura dos acontecimentos; não obstante, foi humilhado e saneado a seguir ao 25 de Abril de 1974 por um grupo de Capitães Pára-Quedistas. Não se descrevem aqui os termos dessa

humilhação, por se relacionarem com a sua vida pessoal e por considerar tal facto vergonhoso, para além de sem qualquer relevância para a minha tese.

3.2.1.2.1.11 – O Novo Capitão — Maximino Cardoso Chaves

Em 18 de Fevereiro de 1974 tomou posse de Comandante da CCP 123, o Capitão Maximino Cardoso Chaves, substituindo Sousa Bernardes que terminara a sua comissão. Ao apresentar-me, segundo as regras militares, ao novo Capitão e após ter dito o nome, este disse-me: “ah, tu é que és o Rebocho?”. Fiquei com a impressão de que dificilmente nos iríamos entender, pois pareceu-me que o «tom» em que proferiu o meu nome significava uma promessa de disputa, premonitória de uma possível reedição do Capitão Costa Cordeiro. A próxima operação iria demonstrar o que valia o Capitão, medindo forças e esclarecendo dúvidas. Este pretendia conquistar a Companhia disputando a liderança informal ao Rebocho, o que significava colocar a «aposta» muito alta constituindo um gravíssimo erro de comando: em vez de se apoiar em quem sabia e tinha já a liderança, passava ao ataque. A atitude deste Capitão não só lhe impossibilitaria a liderança informal da Companhia, como lhe poderia vir a causar uma queda demasiadamente aparatosa. Não foi preciso esperar muito, a próxima operação, provou-o depressa.

Este Capitão, que se veio a revelar o oposto do anterior, o que foi pernicioso para a sua aceitação, tinha um perfil teimoso, pouco solidário, sem iniciativa técnica, que configurava a impossibilidade de nos virmos a entender. Segundo o Major-General Rafael Ferreira Durão, durante a Guerra de África, “um bom Sargento Pára-Quedista engolia um Capitão médio” (em entrevista), só que este nem isso era e eu era mais do que aquilo. O Tenente-Coronel Pára-Quedista Joaquim Manuel Trigo Mira Mensurado, então Segundo Comandante do BCP 12, classifica o Capitão Chaves de “progressista e petulante” (Mensurado, 1993: 106).

No dia 2 de Abril de 1974 a Companhia seguiu de avião para Nova Lamego e desta cidade em coluna-auto, para Piche. Na manhã seguinte seguimos de viatura até à povoação de Dunane, ponto a partir do qual seguimos em patrulhamento apeado, sempre a Este da picada para Canquelifá, em direcção ao ponto onde se presumia ter sido

instalada a base de mísseis que tinham flagelado este Destacamento do Exército, num percurso de cerca de 15 km.

Seguindo a rotina anterior e essa situação o novo Capitão assumiu-a, a minha Secção iria à frente. Ao surgir a primeira bolanha, a Companhia suspendeu a marcha para contactos com o comando da zona. Como medida de segurança, instalou-se uma linha de militares na orla da mata, necessariamente os meus, porque vinham à frente. Antes do recomeço da marcha, o Capitão chamou-me e disse-me: “nosso Sargento (o Capitão Chaves não sabia o nome dos Sargentos), mande três homens seus atravessar a bolanha para o outro lado”, ordem, a todos os títulos inconsequente e reveladora de imaturidade.

Não tive dúvidas que a nossa marcha estava a ser controlada pela guerrilha, já passáramos por várias povoações, pelo que os Guerrilheiros já tinham antevisto o nosso destino. Se não nos tinham ainda afrontado, era porque não tinha chegado o momento em que se considerassem em posição de vantagem, situação essa que o Capitão, com esta ordem, estava a criar.

Se apenas três homens atravessassem a bolanha, que teria sensivelmente uns 500 metros, era absolutamente previsível que os Guerrilheiros os esperassem do outro lado, onde meros três homens não teriam qualquer hipótese. Procurei fazer ver isso ao Capitão, expliquei-lhe mesmo como se atravessavam as bolanhas, mas este, não aceitou nada, interrompendo a conversa e dizendo-me: “nosso Sargento, como Comandante de Companhia, ordeno-lhe que cumpra as minhas ordens”.

Ia pela segunda e última vez, durante a minha comissão na Guiné, levar as minhas capacidades ao limite do necessário. Os militares que estavam em linha, na orla da mata, assistiam à breve discussão em pânico, com o compreensível receio que a escolha incidisse sobre si próprios. Estes homens presenciavam, como eu, pela primeira vez, um acto em que o Comandante da força militar se resguarda de todo e qualquer risco, não hesitando em expor a vida dos seus homens, que assim lhe não mereciam qualquer valor, para não pôr em causa a sua. A atitude era ainda mais grave, porque vários daqueles militares sempre viram Sousa Bernardes, que este Capitão viera substituir, seguir sempre na frente dos combates.

Dirigi-me, em voz alta, aos homens da minha Secção, que estavam todos na orla da mata e disse-lhes: “dois voluntários para atravessarem a bolanha comigo”. Era o mínimo

que eu podia fazer, se tinha que haver alguém a expor-se ao «sacrifício», era eu. Mas os «meus» rapazes também estiveram à altura: todos levantaram o braço, oferecendo-se. O Capitão seria, em gíria militar, «engolido» por um elemento de patente inferior e mesmo pelos Praças, revelando a sua total incapacidade. Escolhi dois dos homens que usavam metralhadoras, porque as armas que disparam granadas não poderiam ser utilizadas no tipo de combate que eu previa ir ser travado.

Montei uma pequena bateria de fogos constituída por morteiros, RPG^s 2 e 7 e Sneb^s, apontei uma mancha arbustiva do lado oposto da bolanha e disse aos meus camaradas: “nós vamos seguir na direcção daquela mancha arbustiva o que constitui um «convite» aos Guerrilheiros para nos emboscarem ali, mas quando estivermos a cerca de 50 metros, guinamos à esquerda e fazemos um semicírculo em volta dos arbustos. Os Guerrilheiros serão tentados a abrir fogo; nesse momento vocês disparam todos contra os arbustos”. Chamei outro homem, a quem instruí para ficar em escuta rádio, dizendo ainda aos meus camaradas da bateria de fogos que só deviam cumprir as ordens que eu lhe desse, via rádio.

Em poucos minutos, no sistema de «passa palavra» todos os homens passaram a saber que a Companhia estava à deriva, e que a norma seria, quando chegassem os combates, cada um safasse-se por onde pudesse, que no Capitão ninguém confiava. Para Gaston Courtois, “um grupo medíocre pode tomar alento e ultrapassar-se ao sopro de um chefe de valor (mas) um grupo excelente pode estiolar e desfazer-se na esteira de um chefe medíocre cujas atitudes amolecem as boas vontades e matam o entusiasmo” (Courtois, 1968: 13). Idêntica interpretação é considerada num «ditado antigo» que nos diz: “para ganhar uma batalha, é melhor um exército de burros comandado por um leão do que um exército de leões comandado por um burro” (Canha, 1999: 2).¹⁵⁴

O Capitão assistiu à montagem desta bateria de fogos e às instruções que dei aos militares, menos à de não cumprirem as suas ordens, visto tê-lo dito em voz baixa, mas não fez qualquer outra intervenção. Ficara petrificado quando percebeu que era eu um dos homens que atravessariam a bolanha. Passou-se a bolanha, sem incidentes. O semicírculo à volta dos arbustos inibiu os Guerrilheiros de abrirem fogo por eventualmente terem percebido que a manobra técnica estava preparada.

¹⁵⁴ O documento citado constitui o resumo de um trabalho de Donald Krause, segundo a própria afirma no texto.

Quando, perto da noite, atingimos a bolanha seguinte, o Capitão chamou-me e disse-me: “Rebocho, atravesse a bolanha como quiser”. Pela primeira vez, desde que nos conhecíamos, o Capitão me tratava pelo meu nome, visto até àquele momento, ter-me tratado sempre por “nosso Sargento”, como de resto, tratava todos os outros. O comportamento deste Capitão relativamente aos Sargentos era de extrema distância, até que, com aquele incidente se acabou a arrogância. A partir daquele dia, nunca mais o Capitão deu qualquer ordem sem que ouvisse primeiro os Sargentos, o que se tornou até excessivo.

Contudo, não se infira que fui eu quem descobriu a melhor técnica para atravessar as bolanhas, que se constituíam enquanto pontos extremamente críticos. Quando cheguei à Guiné já se passavam estes obstáculos como eu o pretendi fazer e o fiz depois, havendo, caso a caso, alguns ajustamentos a realizar face a determinadas particularidades do terreno ou à proximidade prevista do inimigo e à criatividade de quem comandava a força. A única diferença é eu ter aprendido com os mais velhos. Era evidente, menos para o Capitão, que a experiência tinha muita importância, era fundamental que aprendêssemos uns com os outros. Havia, no entanto, e a prova estava à vista, quem pensasse que na Academia Militar se aprendia tudo o que era necessário para fazer a Guerra, o que não se coadunava com a realidade.

A formação orgânica das Tropas Pára-Quedistas em combate se, por um lado, obedecia à lei, por outro não era concordante nem com a doutrina nem com as características da Guerra, o que motivava, na maior parte dos casos, que a contribuição dos Oficiais em combate constituísse, muitas vezes, uma utilidade marginal nula e a sua presença na mata fosse indiferente para o desempenho das tropas e para o resultado final. No entanto, reprimiam os seus subordinados obrigando à criação de uma segunda cadeia de comando, que acabava por os enfrentar, o que não sendo curial, se configurava como a única alternativa para a obtenção da eficácia pretendida.

Abro aqui um parêntese, visto o parágrafo anterior ter podido suscitar uma dúvida: se a contribuição dos Oficiais em combate constituía uma utilidade marginal nula, por estarem sempre muito longe dos combates, então o que é que distinguia Sousa Bernardes? O facto de este estar sempre na frente de combate: era precisamente isto que o distinguia dos demais. E era por essa razão que ele integrava a hierarquia dos valores

ou da liderança e era respeitado enquanto homem e enquanto líder, não carecendo da posição orgânica para se fazer respeitar, mas legitimando essa posição¹⁵⁵.

Fischer ajuda-nos a compreender esta e outras situações equivalentes, quando afirma: “Existem também dois tipos de autoridade distintos: aquela que, sendo derivada da categoria ou da posição hierárquica é, em princípio, imposta; e aquela que, sendo proveniente da posição do líder é, em princípio, aceite. A eficácia de uma autoridade existirá quando se verificar a conjugação destes dois níveis” (Fischer, 1994: 93 e 94). Com o auxílio de Fischer percebeu-se a situação e dissiparam-se as dúvidas.

Para Mira Vaz “Oficiais e Sargentos bem treinados, com experiência de combate, com um comportamento exemplar face ao perigo e capazes de se preocuparem tanto com o cumprimento da missão como com a integridade e o bem-estar físico e moral do grupo que comandam, transmitem aos subordinados uma sensação acrescida de segurança” (Vaz, 2000: 45). Assumo e concordo com a posição de Mira Vaz, cujo conhecimento lhe vem da experiência. Mira Vaz concorda com Fischer, embora explicando a situação pelo lado oposto.

Chegámos no dia seguinte, 4 de Abril, a Canquelifá. A área que nos foi reservada para defendermos estava virada ao ponto de onde vinham as flagelações, ficando ainda decidido, pelo Comandante da zona, que um dos nossos Pelotões estaria permanentemente em patrulha na área de onde se esperavam os ataques. Era uma ideia correcta e, desta forma, não haveria ataques a Canquelifá, mas as exigências físicas eram grandes. O Capitão não sabia que atitude tomar nesta situação e parecendo recear nova crítica ao seu comportamento, chamou os graduados e perguntou-nos quantas vezes deveria ele ir para o mato: se sáísse com todos os Pelotões estaria permanentemente no mato, o que era impossível, se não sáísse nunca, todos o criticariam. Nenhum graduado lhe deu qualquer sugestão, pelo que entendi manifestar a minha opinião, muito simples e sempre a mesma: “o Capitão deve ir para o mato tantas vezes quanto os outros homens, para se aperceber das dificuldades porque passamos,

¹⁵⁵ A posição dos Comandantes de Companhia nas colunas era um assunto tão falado e tão importante, que se afirmava no interior das Tropas Pára-Quedistas que apenas 6 Capitães destas Tropas ocupavam posições na frente. E adiantava-se mesmo a seguinte afirmação: O Capitão Valente dos Santos era sempre o 5.º homem da coluna, o Capitão Sousa Bernardes era sempre o 7.º e o Capitão Almeida Martins era sempre o 10.º. Os outros 3 Capitães não foram meus contemporâneos na Guerra de África, pelo que já não possuo elementos bastantes.

para corrigir o que for possível e colocar superiormente o que for necessário, devendo ser de sua escolha os Pelotões que deve acompanhar”. Ninguém manifestou outra ideia, pelo que ficou assim decidido e assim foi executado. O Capitão Chaves acabava de aprender que na Guerra manda quem é capaz de a fazer e que são este tipo de homens que se tornam líderes, sendo sempre muito mais fácil apoiar-se neles do que combatê-los.

No dia 14 de Abril, pelas 6 horas e 30 minutos, a Companhia partiu de Canquelifá, onde foi rendida pela CCP 122, chegando a Nova Lamego nesse mesmo dia, pelas 18 horas. Durante os doze dias que durou a operação, a CCP 123 não teve qualquer acção de fogo, nem o Destacamento de Canquelifá nem nenhum outro da zona sofreu qualquer ataque. A Companhia que nos rendeu também não teve nenhuma acção de fogo, embora tivesse um morto, o 1.º Cabo Para-Quedista João Manuel Aleixo Pinto, por acção duma mina de grande potência, pelas 7 horas e 45 minutos, do dia 19 de Abril, constituindo o último boina-verde a tombar na Guiné, ao serviço da Pátria, devido a uma acção militar.

Neste breve percurso em torno da CCP 123, procurei demonstrar com a maior exactidão e com autenticidade empírica, através de factos por mim vividos, a formação dos homens que integravam as unidades executantes da Guerra, particularmente através dos problemas de liderança e de comando das tropas.

A situação que se viveu nesta Companhia parece ter-se repetido em todas as outras: havia sempre um Sargento que liderava o grupo verdadeiramente executante. O maior ou menor conflito dependeu sempre das personalidades do Capitão e do Sargento que liderava cada operação ou grupo, sendo certo que a intensidade da Guerra também condicionou o relacionamento dos dois homens que ocupavam essas posições.

Compreende-se que nos momentos em que a guerra fosse pouco intensa, o Capitão podia prescindir do apoio dos Sargentos, bastando o seu poder coercivo para que as ordens fossem sendo mais ou menos executadas. No outro extremo, quando os combates fossem mais duros, e foi disso que sofreu a CCP 123, o Capitão não podia prescindir do apoio dos Sargentos e, particularmente, de quem liderasse efectivamente o grupo envolvido.

Esta liderança assumia ainda maior relevância porque os Soldados sempre apoiaram os Sargentos, o que se fundamentava na própria lógica do funcionamento da Instituição

Militar. Os Oficiais posicionavam-se à distância, sempre o fizeram, enquanto os Sargentos tinham a sua origem em Soldado. As classes de Sargentos e de Praças eram assim, duas entidades próximas, enquanto a classe de Oficiais constituía uma entidade algo distante, ficando naturalmente isolada em momentos difíceis.

As dificuldades que foram sentidas no primeiro semestre de 1973 deveram-se a uma situação de circunstância, o aparecimento do míssil Strella, e a uma situação estrutural, a ausência de comando, devida, sobretudo, à escassez de Oficiais da Escola Militar nas zonas de combates mais profundos. Esta situação demonstra, inequivocamente, que Portugal conduziu mal o recrutamento das elites militares e que a formação doutrinária e psicológica que lhes foi ministrada resultou mais na constituição de um espírito de corpo, do que num espírito militar e nacional.

A Academia Militar produziu assim, um Corpo de Oficiais, mais dotado para a gestão e administração do Exército, do que para o comando de tropas operacionais¹⁵⁶.

O que se pode afirmar sobre os Oficiais que comandaram a CCP 123, é que todos eles possuíam conhecimentos técnicos suficientes para comandarem a Companhia. Tanto mais que os conhecimentos requeridos eram absolutamente primários. Os desconhecimentos iniciais iam-se corrigindo e aperfeiçoando com o tempo, o que confere um elevado índice valorativo à componente experiência. Mas, seguramente, a qualidade do desempenho não foi minimamente condicionada pela formação técnico-táctica, foi-o pouco pela experiência, tendo-o sobretudo sido pelas características pessoais dos combatentes.

Numa guerra de guerrilha, em que a surpresa é uma constante e a novidade está sempre a surgir, a capacidade do Comandante da força expressa-se sempre pelo desembaraço, criatividade, disponibilidade para exposição ao risco, capacidade de liderança e serenidade, para que possa articular todas as outras características. Só se obterá um

¹⁵⁶ Esta afirmação pode ser confirmada pela conjugação dos elementos contidos na *Lista de Antiguidade dos Oficiais do Exército*, referente a 1 de Janeiro de 1974, onde se constata que 51,7 % dos Capitães e Subalternos, das Armas Combatentes estavam “adidos”, ou seja, fora da estrutura do Exército, com os elementos contidos no livro do EME (2002), onde se demonstra que dos 160 Capitães que comandaram as 102 Companhias que estavam em sector, na Guiné, em Janeiro de 1974, apenas 19 eram oriundos da Academia Militar, sendo os restantes milicianos. Consultei, igualmente, os documentos que hão-de constituir os livros, correspondentes a este, para Angola e Moçambique, os quais ainda não estão editados, onde se pode obter idêntica conclusão.

corpo de elites militares com estas valências caso se siga um método de selecção rigoroso.

As elites hierárquicas que intervieram activamente na condução da Guerra tinham testado a sua vocação militar antes de ingressarem na EM. Sublinhe-se o que já demonstrei atrás, que após 1936, se tornou obrigatório a frequência do 1.º Ciclo do COM para o ingresso na EM e que a reforma de 1938 introduziu uma pequena alteração, permitindo que o candidato frequentasse o ciclo de Instrução da Companhia de Cadetes da Escola. Ambos os percursos iniciais tinham o mesmo objectivo: testar o candidato quanto à sua “vocação para o serviço militar”, eliminando-se quem não satisfizesse os requisitos vocacionais. Ora este princípio foi afastado a partir da reforma de 1959, com a implantação da Academia Militar. Os débeis critérios de selectividade, senão mesmo a sua total ausência, permitiram que ingressassem nas fileiras do oficialato quem não tinha o mínimo de vocação ou de características para a vida militar, isto, já não falando para a guerra.

Quando estes homens começaram a surgir nas frentes de combate, com as patentes de Capitão, intensificaram-se as transferências do comando de tropas operacionais, para funções de administração¹⁵⁷. Só que tudo se agravou: não só se transferiram os que não tinham aptidão, como se tornou difícil justificar a presença daqueles que a detinham.

Com o prolongamento da Guerra e por causa do princípio anteriormente exposto, os Oficiais de carreira foram-se avolumando no “conforto das cidades” (Melo, 1988: 25)¹⁵⁸. Os seus lugares ao comando das Companhias de combate passaram a ser preenchidos por milicianos, que aprenderam com os seus camaradas de carreira e iniciaram reivindicações a que se julgavam com direito. O mínimo que se poderá dizer, nestas situações, é que estará sempre vencido o exército cujos Oficiais de carreira não assumam o coordenação dos combate. Pelo mesmo motivo, o próprio Spínola perdeu a capacidade de comando: não foi capaz de colocar Oficiais em tempo oportuno, nem no sector de Guidage nem no de Cacine, como claramente provei quando me referi aos violentos combates que se registaram nestas zonas, nos meados de 1973.

¹⁵⁷ Como se comprova na documentação citada na nota anterior.

¹⁵⁸ O termo “conforto” e com o mesmo sentido, foi também utilizado por (Almeida, 1978: 54)

Um total equívoco é a classificação que posso atribuir, tendo por base o que venho explicitando, à formação base ministrada na Academia Militar aos futuros Oficiais combatentes, os quais, por esse motivo, o não foram na realidade.

3.2.2 – Tropas Nativas

A partir de 1970 a organização da Guerra de África, nos três teatros de operações, evoluiu substancialmente: foi determinada a formação de 160 Capitães milicianos por ano, com base em instruendos do COM e incentivou-se a “africanização” com a criação de tropas de elite nativas. Estas tropas, algumas de muito valor, eram comandadas por nativos graduados em Oficial, Oficiais milicianos e Sargentos graduados em Oficial. A descrição, ligeira e muito suave, revela a existência de duas realidades:

- Os Oficiais de carreira estavam abandonando total e completamente as zonas e as funções de guerra¹⁵⁹;
- Os nativos, os Oficiais milicianos e os Sargentos revelavam, na sua maioria, possuir formação técnico-táctica suficiente para o desempenho das funções de Comandantes de Pelotões e de Companhias de Tropas de Elite Nativas. Se eram capazes de comandar, porque comandaram tropas nativas, muito melhor, porque muito mais fácil, teriam comandado tropas de reforço, isto é, tropas idas da Metrópole.

Esta verificação, incontornável, demonstra o quanto, em meu entender, a formação das elites militares que executaram a Guerra, esteve errada. Privilegiou-se a componente literária, que não tinha no combate qualquer relevância, e desprezou-se a componente dos valores e das capacidades que eram, aí, determinantes. Em suma, a fractura na formação, que teria este resultado, deu-se em 1959, quando foi anulada a componente «motivação» para ingresso na EM.

3.2.2.1 – Comandos Africanos — Guiné

Os Comandos Africanos dos quais se formaram três Companhias constituíram a melhor tropa nativa que actuou na Guiné. Passo a descrever e a avaliar cada uma delas:

¹⁵⁹ Como se prova na documentação citada na nota 156 da página 380.

a) Primeira Companhia de Comandos Africanos

Esta Companhia foi organizada a partir de 9 de Julho de 1969, exclusivamente com pessoal da Guiné e formada com base em anteriores Grupos de Comandos existentes junto dos Batalhões, tendo iniciado a sua instrução em 6 de Fevereiro de 1970. Foi-lhe fixada sede em Fá Mandinga, com a missão de intervenção e reserva do Comando Chefe. Desempenhou funções de reforço em vários sectores, tendo tomado parte em operações nos mais variados pontos da Província. As missões que desempenhou foram de complexidade e perigosidade idêntica às missões desempenhadas pelos Pára-Quedistas, junto dos quais operou e efectuou bons desempenhos (EME, B, VII Vol., Tomo II, 1988: 648 e 649).

A Primeira Companhia de Comandos foi sucessivamente comandada pelos seguintes nativos graduados:

Capitão graduado Comando (Cmd) João Bacar Jaló, que anteriormente era milícia no Ilhéu de Infanda.¹⁶⁰

Tenente graduado Cmd Abdulai Queta Jamanca

Tenente graduado Cmd Cicri Marques Vieira

Capitão graduado Cmd Zacarias Saiegh

b) Segunda Companhia de Comandos Africanos

A Segunda Companhia de Comandos Africanos foi organizada e instruída em Fá Mandinga, a partir de 15 de Abril de 1971, exclusivamente com pessoal africano natural da Guiné e foi formada com base em anteriores grupos de Comandos existentes junto dos Batalhões e com graduados vindos da Companhia anterior.

A actividade operacional desenvolvida por esta Companhia era em tudo semelhante à da Companhia anterior. Comandaram esta Companhia, os seguintes cidadãos nativos:

Tenente graduado Cmd Mamadu Saliu Bari

Tenente graduado Cmd Adriano Sissecó

¹⁶⁰ Segundo o Major-General Canha da Silva, que o conheceu, quando comandou a Companhia de Cufar, em entrevista, no dia 10/02/2002, no âmbito da presente investigação.

Tenente graduado Cmd Armando Carolino Barbosa (EME, B, VII Vol. Tomo II, 1988: 650 e 651).

c) Terceira Companhia de Comandos Africanos

A Terceira Companhia de Comandos Africanos foi organizada e instruída em Fátima Mandinga, a partir de 14 de Abril de 1972, sendo constituída exclusivamente com pessoal africano natural da Guiné, recrutado nas subunidades africanas da organização territorial e das subunidades de milícias e com graduados vindos das anteriores Companhias.

A sua actividade operacional foi em tudo idêntica à das outras Companhias de Comandos Africanos. Os seus Comandantes foram sucessivamente, os seguintes cidadãos nativos:

Alferes graduado Cmd António Jalibá Gomes

Tenente graduado Cmd Bacar Djassi

Alferes graduado Cmd Aliú Fada Candé

Alferes graduado Cmd Malan Balde (EME, B, VII Vol., Tomo II, 1988: 652).

Como se vê, todos os homens que comandaram estas Companhias e, conseqüentemente, os que comandaram os Pelotões e as Secções, eram nativos sem qualquer formação literária ou académica, e todos eles tiveram desempenhos de elevada qualidade. Os Comandos Africanos constituíram assim, uma inequívoca demonstração, de que o valor combativo do militar operacional reside nas suas capacidades pessoais, na experiência, que melhora continuamente o desempenho e menos na formação técnico-táctica.

O conceito de experiência fica bem demonstrado quando verificamos que os graduados da Segunda Companhia vieram da Primeira, já com experiência, e os graduados da Terceira Companhia vieram das outras duas, igualmente já com experiência anterior. O Comando-Chefe não arriscou lançar uma Companhia com graduados novos, muito embora todos os homens já tivessem experiência de combate, o que demonstra a preocupação que constituía esta componente de formação.

3.2.2.2 – Grupos Especiais - Moçambique

O estudo sobre os GE utiliza como exemplo representativo de todos eles, os grupos que existiram no Distrito de Niassa, em Moçambique, uma vez que estas tropas seguiam todas o mesmo sistema de recrutamento, de formação, de organização e de funcionamento. A escolha deste Distrito não foi aleatória, ficando a dever-se à possibilidade única de recolha de informação, uma vez que residem em Beja dois antigos Oficiais milicianos ligados a estes grupos, que se disponibilizaram a ceder-me a informação de que dispunham.

A recolha da informação foi efectuada através de entrevista¹⁶¹, ao longo de várias sessões, com Salvador Leonardo Grilo da Silva, um jovem natural do concelho de Portel, no Distrito de Évora, que em 1966, com 22 anos, e possuindo como habilitações literárias o então 7.º ano dos liceus, assentou praça em Mafra, na EPI, no COM. Terminado o curso e promovido a Aspirante foi colocado em Chaves, onde cumpriu o seu serviço militar normal, tendo passado à disponibilidade no dia 1 de Abril de 1969.

Em Julho de 1972, o cidadão Salvador, então com 28 anos, casado, com vida constituída e dois filhos, foi notificado para reintegrar o Exército, o que aconteceu em Outubro desse ano. Ingressou de imediato no Curso Para Capitão, com a duração de quatro meses, na EPI, para o que fora promovido a Tenente. Neste curso, segundo me conta, com algumas graças a propósito, teve como monitores Tenentes de carreira que nunca tinham ido a África e por colegas de curso vários Tenentes milicianos, com graus académicos elevados (havia quem tivesse doutoramento), que confrontavam os Tenentes de carreira com a ingenuidade de algumas das ideias e acções que lhes queriam transmitir.

Terminado o curso, Salvador Silva foi mobilizado em Junho de 1973 para Moçambique, tendo sido colocado em Vila Cabral, capital do Distrito de Niassa, como Comandante Regional dos GE. A função integrava-se no Estado-Maior do Sector, com a denominação de «Chefe de Secção de Aldeamentos e GE», cujas funções consistiam na gerência e controle da autodefesa dos aldeamentos, com o apoio logístico das Companhias de quadrícula que estavam colocadas junto a esses aldeamentos.

¹⁶¹ A entrevista decorreu ao longo dos três últimos meses de 2001, no âmbito da presente investigação.

Para o desempenho dessas funções, o então já Capitão Salvador tinha competências disciplinares equivalentes a Tenente-Coronel, Comandante de Batalhão, mas com vencimento e honras militares de Capitão “trabalho sim, direitos não” como fez questão de vincar. Para trabalhar com tropas nativas, mesmo que especiais, era posição a que Oficial de carreira não descia. O comando era de Tenente-Coronel, mas como exigia frequentes deslocações ao mato atribuiu-se a um Capitão miliciano.

Os GE existentes no Distrito de Niassa, em número de sete, eram grupos de combate, de recrutamento voluntário na população nativa e, em alguns casos, integrados pela «recuperação» de dissidentes ou antigos Guerrilheiros que, tendo sido feitos prisioneiros, se haviam «reconvertido».

Os grupos assim constituídos eram enquadrados por Oficiais e Sargentos milicianos do recrutamento normal, que eram voluntários para aquelas funções ou seja, por Oficiais e Sargentos milicianos, em Serviço em Moçambique, que se ofereciam para funções de Comando nos GE. Embora o comando destes grupos fosse geralmente exercido por milicianos do recrutamento normal, situações houve, em que foram graduados e, por isso, exerceram funções de comando, membros do próprio grupo. As graduações eram concedidas aos homens que se distinguiam na sua actividade militar e cívica ou seja, àqueles que tinham revelado liderança no grupo. A função de comando conferia-lhe, adicionalmente, não só uma posição social acrescida, como um considerável aumento salarial, o que proporcionava um incentivo a todos os Soldados no sentido da sua aplicação operacional — objectivo último e único da sua existência.

As informações sobre o GE n.º 101, aquartelado em Nova Coimbra, um dos sete formados e existentes no Distrito de Niassa, foram-me prestadas, em entrevista¹⁶², por Narciso António Pires Gaitinha, então Alferes miliciano de Operações Especiais, o qual Comandava o grupo em 25 de Abril de 1974, pelo que foi o seu último Comandante. Gaitinha de proveniência social na classe média baixa, iniciou a sua actividade militar no Curso de Sargentos Milicianos, no fim do qual foi «repescado» para o COM. Formou Batalhão em Chaves, com destino a Moçambique, sendo-lhe atribuídas as funções de Adjunto do Comandante da 2.ª Companhia de Caçadores.

¹⁶² A entrevista decorreu ao longo dos três últimos meses de 2001, no âmbito da presente investigação.

Em Moçambique já como Alferes miliciano ofereceu-se para os GE e, em Abril de 1973 foi-lhe atribuído o Comando do grupo n.º 101. O meu entrevistado faz questão de notar que, quando chegou ao grupo, este era comandado por um Furriel miliciano em fim de comissão, Manuel Almeida, actualmente a viver na cidade do Porto, a partir de onde, via telefone, apoiou a entrevista, sobre factos de que Pires Gaitinha já não se recordava na perfeição. Manuel Almeida esclareceu, que a sua presença ao Comando do grupo se ficou a dever a ferimentos em combate do Comandante do mesmo, um cidadão natural da Província, graduado em Sargento Ajudante, de nome Biguane, então com 56 anos.

A constatação inevitável e que me acompanha desde o início do capítulo, é a de que também estas tropas viveram numa situação em que os Comandos tinham patentes hierárquicas substancialmente inferiores à formação normal de tropas com funções desta natureza. Estamos perante grupos de tropas especiais comandados por Oficiais milicianos, Furriéis milicianos e Praças graduadas e, todos eles, com pouca formação e sem experiência, tanto de comando como de combate, pelo menos no início. O que me é dado conhecer com estes grupos, adiciona-se ao conhecimento entretanto já acumulado, segundo o qual as capacidades destes homens para a função de comando de unidades de combate se deviam às suas características psico-fisiológicas, com um pouco de formação e sempre aperfeiçoadas com a experiência, que iam adquirindo com o tempo, pois, como me foi dado saber, o comando não era entregue a estes homens sem que antes participassem em algumas operações sob o comando de militares mais antigos, digamos que havia uma sobreposição que permitia uma ambientação e treino antes de exercerem o comando efectivo.

Organicamente, o Grupo era formado por 63 homens, de idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos, divididos em 3 Secções de combate comandadas por um Furriel miliciano ou Furriel graduado e em cada Secção havia 4 equipas de combate constituídas por 5 homens, um deles, graduado em Cabo. Tal como os rádios de transmissões, o armamento destes grupos era igual ao do Exército. Além dos 63 homens, formavam ainda o Grupo o respectivo Comandante e um Furriel miliciano com funções administrativas.

O número de graduados do Grupo foi variando em função do tempo de comissão de cada um. No início de 1974 as Secções de combate eram comandadas por Cabos

graduados em Furriéis, naturais da região, de nomes Estivine, Evaristo e Botomane, os quais viviam no aquartelamento do Grupo com as suas famílias.

As operações eram executadas segundo as ordens de operações recebidas do Comando de GE estacionado em Vila Cabral, realizando-se mensalmente duas ou três operações, dependendo da sua duração, a qual se situava sempre entre 4 e 8 dias. Em regra, todas as operações eram realizadas ao nível de Secção de combate, saindo para o mato entre 35 a 45 homens (duas Secções de combate); os restantes ficavam a descansar e a cuidar da segurança do aquartelamento. O Comando das operações estava a cargo do Alferes ou de um dos Furriéis designado pontualmente, pois não se considerava qualquer grau de hierarquia entre eles.

O Comando das operações, como me foi descrito pelo meu entrevistado, merece uma cuidada e objectiva referência; como fica inequivocamente demonstrado, havia operações executadas por estas tropas especiais comandadas por homens que tinham por formação base apenas a que tinham recebido numa Escola de Cabos, pois os Furriéis, como já referi, eram Cabos graduados. A acrescer a esta situação, de que não nos podemos alhear, o grupo actuava numa zona de conflito aceso.

Não se pode sustentar as capacidades operacionais ou de combate destes Cabos graduados na sua formação técnica, porque a não a possuíam. A menos que queiramos inverter tudo o que até hoje se disse, ou seja, que as tropas de quadrícula tinham uma preparação técnica muito baixa. É que estes Cabos nem sequer eram originários de tropas especiais que pudessem ter uma melhor formação, sendo originários de tropas normais.

Não tenho dúvidas de que os referidos Cabos graduados eram líderes no seu meio, por isso se ofereceram e por isso foram escolhidos e graduados. Estes exemplos revelam-nos, inequivocamente, que as capacidades de combate não têm a sua proveniência na formação técnico-táctica, embora esta formação as melhor e a proveniência destas capacidades está essencialmente nas características psico-fisiológicas do homem, neste caso combatente.

A verificação da prevalência do valor humano face à formação técnica, que já conhecia, revela de forma inequívoca que, se por um lado os Altos Comandos Militares portugueses conduziram bem a Guerra, do ponto de vista estratégico, falharam de forma

impressionante e primária ou grosseira, na gestão e formação do pessoal, que constituiu a base do Exército durante a Guerra de África e é o nosso único meio para o futuro.

3.2.2.3 – Grupos Especiais Pára-Quedistas - Moçambique

As informações sobre os GEP foram-me proporcionadas pelo Capitão Pára-Quedista, oriundo de Sargento, Joaquim Pereira, que com o posto de Tenente foi Segundo Comandante dos GEP; pelo Tenente-Coronel, oriundo de Sargento, António Gomes de Almeida, e pelo Sr. Fernando dos Santos Martins, os quais, como Segundos Sargentos Pára-Quedistas integraram o comando dos GEP.

O que se pode concluir e resumir, das três longas entrevistas, é que os GEP mais não foram do que uma variante dos GE. Quer isto dizer, que a um GE já constituído ou a constituir, foi-lhe ministrado um curso de Pára-Quedismo, transformando-se então em GEP.

Estes grupos nunca iniciaram qualquer operação através de lançamento em Pára-quedas. A sua utilização operacional seguiu muito de perto a praticada pelos Pára-Quedistas metropolitanos, com os quais rodavam em Destacamentos do Exército. A colocação de helicóptero foi frequentemente a forma utilizada, no que seguiam a metodologia dos Pára-Quedistas metropolitanos.

A sua formação orgânica e hierárquica era muito semelhante aos GE, com os postos da hierarquia ocupados pelas mais diversas graduações: Oficiais milicianos, Sargentos do quadro ou milicianos e Cabos Pára-Quedistas, todos graduados nas patentes convenientes, as quais vêm reforçar e de certo modo provar que o recrutamento seguido em Portugal para os postos operacionais do oficialato se traduziu num gravíssimo “erro” do poder político e militar de então.

IV – O COMPORTAMENTO DAS ELITES MILITARES NO PÓS MARCELISMO

A Guerra de África que tivera o seu início em 15 de Março de 1961 continuava, em 1973, mais violenta do que nunca. A doutrina de formação e de actuação seguida pelo Exército Português condicionou a disposição das tropas e limitou a sua intervenção aos postos de Soldado a Capitão.

A formação orgânica das tropas determinava que as Companhias fossem comandadas por Oficiais com a patente de Capitão, formando cada uma delas a quatro Pelotões, cada um deles comandado por outro Oficial com a patente de Alferes ou, pontualmente, de Tenente. No entanto, os Oficiais que saíram da EM entre 1957 e 1964 permaneceram quatro anos nas patentes de Subalerno e sete anos como Capitão; enquanto os que saíram entre 1965 e 1970 permaneceram três anos nos postos de Subalerno e oito no de Capitão. Da conjugação destes números resultaria que os Oficiais permaneciam apenas um terço do seu tempo efectivo nas patentes de actuação operacional e dois terços nas patentes de Comando Superior, função apenas observável no escalão Batalhão e superior. Mas como os Alferes e os Tenentes permaneciam nas Escolas Práticas a ministrar instrução, apenas os Capitães eram operacionais.

Compreende-se e de certo modo justifica-se, que os Capitães não encarassem esta situação de bom grado: em toda a escala do oficialato apenas um posto desempenhava funções operacionais. E foi sem surpresas que, paulatinamente, a situação se foi alterando progressivamente, de modo a que também os Capitães encontrassem outras ocupações não operacionais.

O desiderato dos Capitães foi sendo alcançado e, de tal modo, que nos últimos tempos da Guerra, poucos ou muito poucos eram operacionais, funções em que foram sendo progressivamente substituídos por Capitães milicianos. Veja-se, a este respeito, as afirmações do General Gabriel Espírito Santo¹⁶³: “o recurso aos Quadros de Complemento, mesmo para o Comando de Companhias (pois para comando de Pelotões eram totalmente milicianos), atingia proporções impossíveis. No Leste de Angola, entre 1971 e 1974, de 68 Companhias no terreno só três eram comandadas por Capitães do

¹⁶³ Este Oficial, actualmente na reserva, desempenhou entre outras, as funções de CEME e de CEMGFA.

Quadro Permanente”¹⁶⁴, ou segundo Salvador Leonardo Grilo da Silva¹⁶⁵: “na Zona Operacional de Moçambique, em 1973, estavam 101 Companhias do Exército em quadrícula, 100 eram comandadas por Capitães milicianos e, apenas uma, por um Capitão do QEO, mas este, por castigo, que comandava a Companhia colocada em Revia”¹⁶⁶. Elucidativo é, também, o publicado num artigo de jornal sobre a Guiné, onde se lia: “Um batalhão tem 600 e tal homens e havia lá batalhões que só tinham três oficiais do quadro permanente, sendo o restante composto por milicianos. Ninguém percebia nada de nada, tecnicamente falando”¹⁶⁷. É evidente que os Oficiais do quadro permanente eram o Comandante de Batalhão, o Segundo Comandante e o Oficial de Operações. Do que resulta que todas as Companhias eram comandadas por Oficiais milicianos.

Dinis de Almeida, um indiscutível «Capitão de Abril», apreciando as motivações dos seus camaradas para aderirem à contestação a Marcelo Caetano, afirma: “Mas não somente a consciência política variava curiosamente de colónia para colónia, como ainda em cada uma delas tais variações se verificavam na razão inversa do conforto e segurança individuais da colocação. De uma forma geral encontravam-se os mais determinados opositores de descolonização entre os habituais locatários dos quartéis da cidade ou outros oficiais a quem logicamente não competiam funções operacionais” (Almeida, 1978: 54). Sublinhado de minha responsabilidade.

É, no mínimo, esclarecedora, esta manifestação de Dinis de Almeida sobre as motivações dos seus camaradas, admitindo mesmo que as posições individuais estavam condicionadas às condições de conforto, palavra que, no contexto de uma guerra, se configura como fortemente desprestigiante para a classe a que se refere, por manifestar à sociedade que havia uma classe de militares que mais não fazia que usufruir dos benefícios da guerra, desde logo, preferindo que a mesma continuasse. Nesta conjuntura,

¹⁶⁴ Afirmação proferida durante a apresentação do livro do Tenente-Coronel Mensurado, no Colégio Militar, no dia 4 de Junho de 2002. A afirmação está contida num documento que o General então leu e do qual me facultou uma cópia. As afirmações do General validam integralmente tudo o que venho afirmando sobre esta matéria.

¹⁶⁵ Ao tempo Capitão miliciano, desempenhando as funções de Comandante Regional de GE, no Distrito de Niassa, em Moçambique.

¹⁶⁶ Segundo Salvador Silva, os dados foram obtidos através de uma listagem de Comandantes de Companhias de quadrícula, existente no Quartel-General em Nampula. A informação assim obtida, sobre Moçambique, reforça de forma inequívoca, tudo o que venho desenvolvendo sobre a Guerra em geral.

¹⁶⁷ Jornal *Público*, de 20/03/94, p. 32.

difícilmente poderão os Capitães e Majores do 25 de Abril de 1974 pretender afirmar que se movimentaram no sentido de instalar em Portugal uma democracia e acabar com a Guerra. Mas este autor, reconhece que os Oficiais, a quem atribui tão inglório comportamento, não eram de facto operacionais, parecendo residir aqui o cerne da questão.

E continua Dinis de Almeida: “A eminência de uma derrota na Guiné, criara assim condições para uma melhor implantação e influência do MFA que encontrava ainda no estrato miliciano alguns dos seus mais sólidos aderentes (aí já se chegara mesmo ao ponto de entregar quase em exclusivo aos oficiais milicianos o comando das Companhias operacionais)”. O parêntese é integrante do próprio texto.

É particularmente relevante o episódio descrito por João de Melo: “Em meados de Janeiro, (de 1974), a morte da mulher de um fazendeiro europeu, em Vila Manica, distrito de Vila Pery, devido a um ataque de Guerrilheiros, provoca a desorientação entre colonos da faixa central de Moçambique. As Forças Armadas são acusadas de não exercerem com eficiência as suas obrigações marciais e os oficiais de não quererem sair do conforto das cidades para fazerem a guerra. Um dia depois do ataque, o comércio encerra em Vila Pery e Vila Manica, enquanto se reivindicam garantias «solenes» de defesa da população. A paralisação estende-se à Beira ao fim de 48 horas. Durante dois dias, a comunidade branca manifesta-se nesta cidade, apedrejando a messe dos oficiais e insultando os seus ocupantes. (...) Entretanto, os oficiais estacionados em Moçambique estão nervosos: sentem-se enxovalhados, dizem-se bodes expiatórios de uma situação que os ultrapassa e exigem reparação” (Melo, 1988: 25). Sublinhado meu, para acentuar que é o autor que utiliza a palavra conforto.

A apreciação que a comunidade branca fazia do trabalho dos Oficiais de carreira era, de certo modo, acompanhada pela gíria de caserna, onde se cantava¹⁶⁸:

I	II
Vai para o mato,	Estou farto deles,
Chico malandro.	Da chicalhada.
Por tua causa,	Só mandam vir,
É que eu aqui ando.	E não fazem nada.
É que eu aqui ando.	E não fazem nada.
É que eu aqui ando.	E não fazem nada.

¹⁶⁸ Segundo Salvador Silva, em entrevista, no dia 12/11/2001, no âmbito da presente investigação.

A conjuntura apresentada é também e perfeitamente corroborada pelos Serviços de História Militar, quando referem os números de Capitães milicianos formados: “Para resolver o problema, foi planeado em 1966 criar cursos de promoção a Capitão para Oficiais milicianos (tenentes), que foram convocados para o efeito, à média de cem por ano. (...)”

Porque esta medida começou a revelar-se insuficiente, foi determinado, por despacho do Ministro do Exército de 20 de Julho de 1970, a formação de Capitães com base em instruendos do Curso de Oficiais Milicianos (COM). Estes eram seleccionados no final do segundo ciclo, faziam um estágio em campanha, voltavam à Escola Prática de Infantaria para fazer o Curso de Comandantes de Companhia (CCC) e eram seguidamente mobilizados para o comando duma Companhia. O número de Capitães formados por esta via foi em média de 160 por ano (EME, B, 1988: 321).

Da conjugação dos dois métodos de recrutamento, verifica-se que se formavam cerca de 260 Capitães milicianos por ano, o que permitia satisfazer plenamente as necessidades de Comandantes de Companhia. Desta forma e face à complementaridade da informação, conclui-se que os Capitães de carreira conseguiram afastar-se das zonas de combate, reservando-se para outras funções de menor risco e em locais de maior salubridade.

Contudo, e embora ninguém desmintas estes números, aliás oficiais, a interpretação que à volta deles se faz sustenta que não havia Capitães suficientes para comandarem as Companhias. Ao apreciar a lista de antiguidades dos Oficiais do Exército do Quadro Permanente, reportada a 1 de Janeiro de 1974, verifica-se que existiam 1566 Capitães de carreira, dos quais 938 da EM e destes, 471 eram de Infantaria, 183 de Artilharia e 105 de Cavalaria, os restantes eram de Armas e Serviços não combatentes. Além destes, existiam 74 Capitães do QEO, o que perfazia 833 Capitães cujas funções deveriam ser as de Comandante de Companhia. Capitães do Serviço Geral do Exército, oriundos de Sargento ou de Oficial miliciano eram 336, número mais que suficiente para o comando das Companhias de Apoio e Serviços existentes.¹⁶⁹

¹⁶⁹ Estes números foram também apresentados na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17, 1985, p. 105.

No início de 1974, existiam no conjunto dos três TO, 410 Companhias operacionais, termo em que incluo as Companhias de quadrícula e as de intervenção ou de elite: 180 em Angola (EME, B, Dispositivo das Nossas Forças em Angola, 1989: 170), das quais, 5 de Comandos e 3 de Pára-Quedistas; 140 em Moçambique (EME, B, Dispositivo das Nossas Forças em Moçambique, 1989: 193), das quais, 8 de Comandos e 4 de Pára-Quedistas; 90 na Guiné (EME, D, 2002: 17), das quais, 1 de Comandos e 3 de Pára-Quedistas.

Os Capitães das Armas combatentes eram mais do dobro das Companhias existentes na Guerra de África. Se todos os Capitães comandassem Companhias, função para que efectivamente existem, e se permanecessem na Metrópole durante o mesmo período de tempo que no comando de Companhias em África, todas elas poderiam ser comandadas por Capitães de carreira. Mas não seria de exigir tão grande esforço, consideremos apenas metade, o mesmo é dizer que metade das Companhias operacionais em África deveriam ser comandadas por Capitães de carreira, o que não aconteceu. Ao contrário, e como já se viu, formavam-se anualmente 260 Capitães milicianos, ou 520 durante os dois anos de uma comissão normal.

Tudo parece ficar assim bem esclarecido: os Capitães milicianos eram suficientes para comandarem todas as Companhias, os que sobravam destinavam-se a substituir eventuais baixas permanentes, por acidente ou doença, já que durante as baixas temporárias as Companhias eram comandadas pelos Alferes milicianos.

1 – NO 25 DE ABRIL

A existência dos Capitães milicianos tinha como objectivo o comando de uma Companhia operacional ou de quadrícula durante uma comissão, finda a qual o Capitão regressaria à sua vida civil. No entanto, houve quem assim não pensasse e permanecesse nas fileiras militares por vários anos, o que veio, como seria natural, a criar um problema no interior das FA, pela estagnação na carreira que comportava. Havia que encontrar uma solução, tanto mais que o contínuo aumento desta classe lhes deu força e prestígio, sobretudo, porque eram operacionais e, numa guerra, são os decisores, os que apoiam os Comandos Superiores e dão vida aos Altos Comandos que, por sua vez, se vêem forçados e divididos entre o apoio a quem os serve e a classe a que pertencem.

O mesmo princípio que se verificava para com os Sargentos Pára-Quedistas, cujo valor operacional justificava o apoio que os Comandos Superiores lhes proporcionavam, quando entravam em conflito com os Capitães repete-se no apoio que os Altos Comandos dedicam aos milicianos que, como vimos, eram efectivamente os Comandantes das Companhias. Pelo seu amorfismo face ao desenvolvimento da guerra, os Capitães de carreira deixaram vagos os comandos de Companhias, mas logo a seguir, também o valor, o prestígio e a importância. Aqui nasceu um conflito que oporia os Capitães de carreira aos Capitães milicianos. O desfecho não tardou e seguiu a mesma direcção que já se verificara nos pós Primeira Guerra Mundial — um golpe de Estado.

Costa Gomes considerava que os militares portugueses tinham medo da selva: “Tinham medo dos bichos, dos leões, de tudo. Estavam convencidos de que, mal saíssem do navio, começavam logo a encontrar esses elementos”¹⁷⁰. A frase só poderá encontrar eco nos Oficiais de carreira, pois só com estes poderia desenvolver tal tipo de conversa e eram os únicos que não iam à selva. O destino estava traçado, as frases deste tipo subiam de tom. Enquanto os Oficiais de carreira se refugiavam dos “bichos”, os milicianos trabalhavam.

O Governo procurou resolver o problema, pelo que, através do Decreto-Lei n.º 353/73 de 13 de Julho¹⁷¹, criou condições para o ingresso dos Capitães milicianos no QP como forma de resolver a situação de carreira dum grupo de profissionais que se tinham dedicado à causa nacional estando, por essa razão, o seu futuro comprometido.

A nova legislação determinava que estes Oficiais frequentariam um curso na Academia Militar durante um ano, findo o qual ingressariam no quadro permanente da respectiva arma, passando a contar a sua antiguidade a partir da data de promoção ao posto de Tenente do quadro de complemento.

O receio dos Capitães e Majores de carreira de se verem prejudicados profissionalmente nas promoções e nas funções, uma vez que estes Capitães teriam de voltar a comandar as Companhias, criou neles uma «onda de contestação» ao referido Decreto-Lei, que uniu os Capitães e Majores em torno dos seus interesses de classe, totalmente desligados

¹⁷⁰ *Jornal Público*, 20/2/94.

¹⁷¹ Consultado na OE de 1973

dos interesses das classes sociais de que eram originários. Criou-se, assim, uma subclasse no interior da classe de Oficiais de carreira.

“A notícia do decreto alastra como uma mancha de óleo, do continente às ilhas e aos três TO. São então dirigidas centenas de exposições aos ministros da Defesa e do Exército, segundo um esquema tipo elaborado pelo capitão de Artilharia Morais e Silva o que deixava aperceber a existência de princípios organizativos” (Carrilho, 1985: 405).

A contestação deu os seus frutos e a 20 de Agosto foi publicado o Decreto-Lei n.º 409/73¹⁷² que revogou os artigos 3.º e 6.º, satisfazendo os interesses dos Oficiais Superiores. Esta «vitória» estimulou os Capitães que se aperceberam que podiam influenciar as decisões governativas, aumentando-se em consequência o número de aderentes e fortalecendo o espírito de corpo. As movimentações deste grupo de Oficiais estavam limitadas a razões corporativas, o que se comprova com a afirmação de Oteló que referindo-se a Vasco Lourenço, afirmou: “Na altura em que foi para os Açores não se falava em termos de realização de golpe militar. Depois da sua «transferência», a 15 de Março, (de 1974) tudo se processou muito rapidamente e foi tomada a decisão de se desencadear o golpe militar” (Carvalho, B, 1977: 160).

Como seria natural, e pelo mesmo motivo, os Capitães milicianos integrados no QEO constituíram um outro movimento com o objectivo de defenderem as condições ora criadas pelo Decreto-Lei n.º 353/73. Os capitães do QP passaram a autodesignar-se de PUROS em contraste com os capitães do QEO, que intitulavam de ESPÚRIOS. Ambos os movimentos se digladiaram de forma nem sempre elegante, o que retirou à classe de Capitães, no seu todo, capacidade para executar um golpe de Estado com o êxito pretendido. Os Capitães de carreira tinham o espírito de corpo e a organização, mas eram os Capitães milicianos quem, de facto, tinha o comando das tropas.

Estes movimentos careciam, assim, de outros apoios para a execução de uma acção de força contra a hierarquia, o que lhes impunha que se munissem de novos fundamentos, mais amplos e abrangentes ou, em alternativa, que fossem eles próprios «arrastados» por outros interesses. Ambos os movimentos, descontrolados e não canalizados precisavam de uma «cabeça» que os controlasse e os canalizasse numa direcção positiva. Foi o que fez Spínola, ao aproveitar os descontentamentos, que orientou segundo os seus pontos

¹⁷² Consultado na OE de 1973.

de vista e objectivos. Foi o próprio quem afirmou: Em meados de Janeiro de 1974 “recebi, no meu gabinete da Cova da Moura, uma delegação de oficiais do Quadro Permanente oriundos do Quadro de Complemento, constituída pelos Capitães Alberto Ferreira, Andrade Moura, Pais de Faria e Armando Ramos, a que assistiu o meu ajudante-de-campo, Capitão António Ramos que me entregaram um documento subscrito por cerca de duas centenas de oficiais” (Spínola, 1978: 91). Em 21 de Janeiro de 1974, “recebi o Major Otelio Saraiva de Carvalho e o Capitão Vasco Lourenço” (Oficiais oriundos de Cadetes). “Já, então, me tinha apercebido” que, “o ainda incipiente «Movimento dos Capitães», era irreversível”, havia “portanto, que orientá-lo” (Spínola, 1978: 93).

Os Oficiais que estiveram na primeira reunião com Spínola já eram do quadro, porque tinham frequentado a Academia Militar, mas pretendiam uma contagem do tempo de serviço de acordo com a nova lei. António Ramos, que era Pára-Quedista, estava na mesma situação, tinha sido miliciano e pugnava pela aplicação dos novos termos de contagem do tempo de serviço. Para melhor situar a problemática, recordo que Spínola tomou posse do cargo de Vice-Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas em 14 de Janeiro de 1974, o que sugere que a reunião se processou pouco depois dessa tomada de posse. Spínola não diz no seu livro o que prometeu a estes Capitães, mas disseram-me eles próprios: “o General prometeu-nos que iria resolver o nosso problema”.¹⁷³

Costa Gomes, então Comandante-Chefe das Forças Armadas, “não concorda com o teor do decreto e expõe a Marcelo a sua opinião em audiência solicitada para o efeito” (Carvalho, A, 1977: 145). Facto que faz chegar ao conhecimento dos Capitães “puros”, os quais, a partir daí, o passariam a venerar.

Ainda os Capitães, de ambas as «barricadas» não pensavam em golpe de Estado e já os terrenos estavam completamente «minados»: Costa Gomes apoiava as posições dos «puros» e Spínola a dos «espúrios». Nada disto aconteceu por acaso, tudo estava orientado pelas personalidades dos dois brilhantes Generais, fruto das suas formações militares: Spínola era um «guerreiro», um homem de combate, tinha comandado um Batalhão em Angola e na Guiné, deslocava-se à mata para cumprimentar os militares na

¹⁷³ Segundo Andrade Moura, em entrevista no dia 08/09/2001 e Mário Pinto, em entrevista no dia 15/09/2001, no âmbito da presente investigação.

sequência de violentos combates, apoiava os Capitães oriundos de Milicianos que eram os verdadeiros Comandantes das Companhias que faziam a guerra; Costa Gomes era um homem de gabinete, apoiava os Capitães do quadro oriundos de Cadetes, os que tinham medo dos «bichos», segundo as suas próprias palavras.

Para Rui Teixeira, o golpe de Estado que os militares executaram no dia 25 de Abril de 1974 teve a sua origem e a sua fundamentação na “agudização das contradições e frustrações no interior das Forças Armadas e no agravamento das tenções corporativas entre os oficiais do quadro permanente oriundos de cadetes e os restantes” (Teixeira, 2001: 549). Conjugando as múltiplas informações deixadas por diversos intervenientes, torna-se fácil compreender tudo o que se passou e, acima de tudo, o que é mais importante, por que razão se passou: Spínola, profundo conhecedor do «terreno militar», recebeu o Movimento¹⁷⁴ dos “Espúrios” e o Movimento dos “Puros”, logo na primeira semana nas suas novas e altas funções. Tinha em mente o golpe de Estado e iria orientar ambos os Movimentos nesse sentido e com esse objectivo.

Havia muito que os Generais tinham concluído não haver solução militar para a Guerra de África, mas faltava-lhes um acontecimento que aglutinasse as tropas de forma a que uma tomada de posição fosse minimamente viável. Spínola viu nestes Movimentos a organização e o motivo que vários Generais procuravam. O seu prestígio e as altas funções que desempenhava permitiam-lhe constituir-se como o elemento central para uma tomada de posição política. Começou então a colocar Oficiais de sua confiança dentro de ambos os Movimentos, para aí se constituírem como seus porta-vozes.

Várias são as intervenções que asseguram esta posição dos Generais. O próprio Spínola afirmou mais tarde: “As Forças Armadas, nos quadros hierárquicos mais conscientes, tinham a noção exacta da inviabilidade de uma vitória militar em ambiente de guerra subversiva” (Spínola, 1978: 251). Esta mesma consciência já constava da própria doutrina militar quando se afirmava: “Para os militares, o interesse do estudo dos conflitos subversivos reside, ainda, no facto de a solução desses conflitos não poder nunca ser obtida unicamente pelas forças armadas e ser preciso, consequentemente,

¹⁷⁴ Só a partir desta altura se pode falar em Movimento dos Capitães, pelo que só a partir daqui redijo o termo “Movimento” com letra maiúscula. Até este momento o termo “movimento” tem mais o sentido de movimentação e não de uma organização estruturada enquanto tal, com um objectivo bem determinado.

argumentar contra todos aqueles que a pretendam conseguir dessa forma, isto é, que pretendam atirar sobre as referidas forças uma responsabilidade com que estas não podem arcar” (EME, Vol. I, 1963: XI). Ou seja, a própria doutrina de actuação militar, escrita e assumida pelas mais altas patentes das FA, assumia a impossibilidade de uma vitória militar e a necessidade de medidas de carácter político¹⁷⁵.

Costa Gomes também afirmaria mais tarde: “Estávamos à beira de uma derrota militar tanto na Guiné como em Moçambique e é claro que, a registar-se, se generalizaria de imediato ao teatro de operações que, na altura, estava mais ou menos sossegado, que era o de Angola”¹⁷⁶. Sendo legítimo extrair desta afirmação a necessidade de uma solução política, o que o Governo se recusava a assumir.

Ao ser convidado para Governador-Geral e Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, cargos de que tomou posse em 20 de Maio de 1968, Spínola considerou que o conceito de unidade nacional deveria ser substituído por “um novo conceito como o de *solidariedade*, emergente do reconhecimento das vantagens da união sobre os inconvenientes do separatismo” (Ferreira, 1992: 295).

Spínola consideraria que “Com base na tese exposta proponho-me iniciar na Guiné o aludido processo procurando acelerar, ao máximo, o desenvolvimento económico da Província, paralelamente com a promoção social e cultural dos africanos, em ordem a prepará-los para assumirem as suas responsabilidades na administração local em igualdade com os portugueses metropolitanos” (Spínola, 1978: 22).

Medeiros Ferreira transcreve duas declarações do General Costa Gomes: “Com uma certa mágoa, verifico que, em Angola, há muitas pessoas que julgam que a paz pode ser retomada apenas à custa do esforço das Forças Armadas militarizadas. Esta convicção perigosa e falsa trouxe e traz-nos alguns dissabores.” “O problema angolano, como, aliás, o de todas as províncias africanas, não é um problema simples, mas um complexo de problemas do qual o militar é uma das partes, que está longe de ser a mais importante” (Ferreira, 1992: 292 e 293). O autor considerou ainda que: “Desde os finais de 1970 que vários oficiais-generais proferiam afirmações públicas que, bem lidas e

¹⁷⁵ A regulamentação doutrinária foi mandada «aprovar e pôr em execução» pelo então Ministro do Exército, Joaquim da Luz Cunha (então Coronel de Engenharia), através de Portaria publicada em Ordem do Exército, n.º 2, 1.ª Série, de 28 de Fevereiro de 1963.

¹⁷⁶ Jornal *Público* de 20/02/94.

escutadas, constituíam sinais do desânimo que a guerra em África estava a causar entre os militares” (Ferreira, 1992: 192). “Em suma, vários generais com responsabilidades na hierarquia das Forças Armadas manifestam a sua incomodidade perante uma guerra tornada um fim em si mesma” (Ferreira, 1992: 299).

Neste quadro político que se apresentava, o Movimento dos Capitães oriundos de Milicianos era incondicional de Spínola, segundo posso concluir das palavras de Andrade Moura, que liderava este movimento, “Spínola garantiu-nos que resolveria o nosso assunto (que lembro, era a contagem do tempo de serviço) e nós disponibilizamo-nos para o apoiar, no que ele decidisse”¹⁷⁷. Ou seja, estes Capitães, mais de 200 com comando de tropas, apoiavam politicamente Spínola através da força militar, a «troco» das satisfações de carácter profissional. Contudo, esta situação criou o seu oposto: o Movimento dos Capitães oriundos de Cadetes passou a ver em Spínola uma ameaça às suas reivindicações. Porém, sem alternativa, prometeu-lhe também apoio.

Por mais hipóteses que se queiram colocar, não é possível fugir a esta realidade: os Generais, liderados por Spínola, pretendiam uma solução política para o problema da Guerra de África, enquanto os dois Movimentos de Capitães pretendiam resolver os seus problemas profissionais, profundamente divergentes entre si.

E a isto se resumiu a acção dos Capitães. Os Capitães de ambos os Movimentos não provaram, nestas movimentações, nem tão pouco indicaram, qualquer pretensão de instituir a democracia política, o que não significa, que entre eles não houvesse homens de muito valor e democratas, mas não foi a sua participação em reuniões reivindicativas que lhes conferiu tal atributo. Tais participações não tiveram nenhuma relação com origens sociais, visto terem estado totalmente relacionadas e dependentes das respectivas formações. Assumiram-se enquanto meras reivindicações profissionais, às quais não pode ser atribuída maior relevância do que às de quaisquer profissionais de outros ramos de actividade. As posições foram diferentes e os resultados também, porque diferente era a força de que cada profissão dispunha.

¹⁷⁷ Em entrevista, no dia 08/09/2001, no âmbito da presente investigação.

1.1 – Acção dos Generais

Os Generais, com particular destaque para Spínola que acompanhou os dois Movimentos opostos, não só não os anularam, como os incentivaram. Na Guiné, onde a movimentação dos Capitães começou e teve maior influência, as reuniões dos Capitães oriundos de Cadetes realizavam-se no Salão Nobre do Quartel-General de Bissau, com a devida autorização do Comandante-Chefe, General José Manuel Bettencourt da Conceição Rodrigues¹⁷⁸, filho dum modesto jornalista de um Jornal do Funchal, mas que fora o 1.º classificado do seu curso de Infantaria da EM, em que terminaram 31 Alunos e era considerado por Marcelo Caetano um dos seis Generais com «estatura». Aliás, a esta mesma conclusão chegou Marcelo Caetano o qual, em entrevista ao jornal *Mundo Português* do Rio de Janeiro, em Julho de 1976, afirmou: “o movimento foi organizado com a cumplicidade da hierarquia militar”.

1.1.1 – Avanço de Spínola

O General Spínola continuou os seus movimentos, preparando a classe política e organizando a militar e, no dia 23 de Fevereiro de 1974, publicou a sua obra doutrinário-ideológica *Portugal e o Futuro*. O livro surpreendeu, baralhou e confundiu toda a classe política e militar. Abordando vários aspectos do futuro de Portugal, apenas um ficaria para a história, a questão ultramarina. Marcelo Caetano autorizou a publicação de livro, seguindo a decisão do então Ministro da Defesa, Joaquim Moreira da Silva Cunha, que por sua vez seguiu o parecer do General Costa Gomes, CEMGFA, que foi o seguinte:

“Assunto: Portugal e o Futuro.

- 1 - O livro com o título em epígrafe escrito pelo Sr. Gen. António de Spínola apresenta, de uma forma muito elevada, a solução que julga melhor para resolver o maior problema com que a Nação de debate — a guerra do Ultramar.

¹⁷⁸ Segundo informação do Major-General Norberto Crisante de Sousa Bernardes, em entrevista no dia 02/08/2001, um dos três Capitães Pára-Quedistas, Comandantes de Companhia destas Tropas, na Guiné, que assinaram o primeiro documento.

2 - O Gen. Spínola defende com muita lógica uma solução equilibrada que podemos situar mais ou menos a meio de duas soluções extremas que têm sido largamente debatidas: a independência pura, simples e imediata de todos os territórios ultramarinos, patrocinada pelos comunistas e socialistas, e a de integração num todo homogéneo de todas aquelas parcelas, preconizada pelos extremistas de direita.

Não necessitamos desenvolver grande argumentação para concluirmos que essas soluções devem ser postas de lado, a primeira por ser lesiva dos interesses nacionais e a segunda por ser inexecutável.

3 - Julgo que o livro está em condições de ser publicado, acrescentando mesmo que o Gen. Spínola acaba de prestar desta forma, ao País, serviços que devem ser considerados tão brilhantes como os que com tanta galhardia e integridade moral provou possuir nos campos de batalha” (Carvalho, A, 1977: 216).

Baseando-se numa análise da guerra de guerrilha, da situação militar nacional e da estratégia internacional, reforçada pelos exemplos das derrotas dos franceses na Indochina e dos norte-americanos no Vietname, o autor defendia a tese de que “em qualquer guerra deste tipo, a vitória exclusivamente militar é inviável” (Spínola, A, 1974: 45) e, como tal, a solução do impasse português em África não pode ser obtida apenas pela actuação das FA. Apontava ainda, como hipótese a considerar, a construção de uma “Comunidade Lusíada” baseada na multirraciedade e no reconhecimento do direito dos povos africanos à autodeterminação.

A obra do General Spínola, ainda que não representasse a consubstanciação de um ideário global comum do Movimento de Oficiais, exprimia, de qualquer modo, os pontos de vista em que se reconhecia um importante sector militar particularmente afecto ao ex-governador da Guiné.

Com ambos os Movimentos em completa ebulição e com os oriundos de Milicianos totalmente disponíveis, faltava a Spínola controlar e assegurar a colaboração dos oriundos de Cadetes, para uma tomada de posição política. Com vista a este controlo, Spínola instrui os Oficiais que lhe eram próximos a integrarem-se no movimento dos Capitães oriundos de Cadete. Sobre este procedimento Dinis de Almeida afirma: “a pressão spinolista exerceu-se através da presença directa de oficiais afectos que participavam nas assembleias e reuniões do Movimento, referindo cuidadosamente

apenas notícias indirectas do seu chefe. Era nítida a preocupação de não envolver o general Spínola no Movimento dos Capitães, evitando comprometê-lo enquanto este não estivesse devidamente consolidado. É igualmente de admitir que o pouco interesse de Spínola pelo Movimento, quase até ao fim, reflectisse igualmente eventuais compromissos com o regime deposto” (Almeida, 1977: 73).

A suspeita que Dinis de Almeida expressa no último período tem total razão de ser. Outras investigações e elementos asseguram-nos que Spínola teria negociado com Marcelo Caetano aquela posição de força, que teria como único objectivo a substituição de Américo Tomaz, então Presidente da República, por Spínola, que tinha como único e grande objectivo a resolução do Ultramar e, conseqüentemente, do fim da Guerra, enquanto Marcelo Caetano continuaria como Primeiro Ministro. Só assim se explica a passividade do regime perante tantas e tão importantes manifestações as quais, de secreto, como os homens do Movimento o queriam fazer crer, nada tinham. Aliás, é o próprio Dinis de Almeida quem afirma, referindo-se a determinada reunião: “no calor da sala, oficiais infiltrados votavam, moderavam, ou por vezes incendiavam ainda mais,” (Almeida, 1977: 217). É evidente que o Governo acompanhava todos os actos do Movimento.

Sobre este tema afirma Vasco Montez: “Quero lembrar que Marcelo Caetano não fugiu para o Carmo. Foi para o Carmo porque estava perfeitamente convencido de que ia continuar primeiro-ministro” (Cunha, 2001: 215), afirmação corroborada por Andrade Moura: “Spínola nem se importava que Marcelo continuasse Primeiro-Ministro, ele queria era resolver o problema ultramarino”¹⁷⁹.

1.1.2 – Diligências de Kaúlza

Sobre a sua actuação na época o próprio Kaúlza a descreve assim: “Quando regresssei de Moçambique, em Agosto de 1973, depressa eu e outros Generais nos convencemos da incapacidade crescente do Presidente Marcelo Caetano no relativo ao enfrentamento positivo dos problemas nacionais de então, particularmente do problema Ultramarino.

¹⁷⁹ Em entrevista, no dia 08/09/2001, no âmbito da presente investigação.

Assim, procurámos a sua substituição através de diversas diligências, com excepção do golpe de Estado, porque tínhamos a projecção que um golpe de Estado em Lisboa pudesse ter numa Angola e num Moçambique em guerra.

As diligências foram feitas directamente sobre o próprio Presidente Marcelo Caetano e sobre o Chefe de Estado, Almirante Américo Thomaz. O Presidente Marcelo Caetano chegou mesmo a apresentar, em Março de 1974, o seu pedido de demissão ao Almirante Thomaz, mas este começou por o recusar. E, quando, um pouco mais tarde, em consequência da minha insistência, resolveu realmente demitir Marcelo Caetano, embaraçou-se com a escolha do seu substituto, hesitou e hesitou mesmo até ao dia 25 de Abril de 1974.»¹⁸⁰

O Tenente-Coronel Carlos Fabião, então “spínolista”, a frequentar um estágio no Instituto de Altos Estudos Militares, teve conhecimento da intenção do grupo de Generais liderados por Kaulza e denunciou-o no dia 17 de Dezembro de 1973. Este golpe não lhe interessava, não era liderado pelo «seu» General. “A conspiração de Kaulza fora por água abaixo. Fabião, alvo de um processo de averiguações por participação de Kaulza, receberá ordem de colocação imediata no Distrito de Recrutamento e Mobilização em Braga, findo o estágio, enquanto Frade Júnior (um kaulzista) acabará por ser transferido para a Madeira” (Carvalho, A, 1977: 181). Como se prova, o regime sabia a maneira de silenciar os contestatários, e se o não fez na Guiné foi porque o não quis.

1.2 – Correntes Militares

No dia 5 de Dezembro de 1973, surgiu na reunião do Movimento dos Capitães o Coronel Vasco Gonçalves, da Direcção da Arma de Engenharia, que ali foi apresentado pelo Capitão Pinto Soares. Este Coronel, amigo de Costa Gomes, viria a ser o elemento de ligação entre o movimento e o General. Contudo, a sua ligação ao movimento não era directa, mas sim através do capitão Pinto Soares (Carvalho, A, 1977: 177).

“Para definição do rumo a seguir pelo movimento é aprovada a necessidade de escolha de chefes prestigiados e com o traquejo político que falta (aos capitães). Recolhidos os

¹⁸⁰ <http://www.cidadevirtual.pt/k-arriaga/Entrevista.html> (15/04/2001)

votos, é o nome de Costa Gomes que aparece, destacado, na contagem, recolhendo o mais largo consenso. Spínola surge em segundo lugar, com um número de votos inesperadamente pouco significativo. E finalmente, já muito distanciado, Kaulza de Arriaga. Há uma discussão acesa sobre o terceiro. São os «páras» ali representados, obviamente, os que defendem vigorosamente a elevada carreira técnica e intelectual do fundador do Corpo a que pertencem. São derrotados, porém” (Carvalho, A, 1977: 168).

A recolha das afirmações ou dos factos e a sua sistematização, permite compreender com todo o pormenor e clareza como tudo se passou, revelando que não existiu neste comportamento dos Capitães e Majores, a menor preocupação pela situação económica, social, diplomática ou política do País. Nem tão pouco se dividiam ou se agrupavam, em torno das suas origens sociais, mas sim por origens profissionais, por armas e especialidades. Os Pára-Quedistas queriam Kaulza por ser o seu «progenitor» e lhes garantir um futuro estável; a Cavalaria pretendia o cavaleiro mais brilhante da época, Spínola, embora dividida pelo facto deste General ser favorável às reivindicações dos Oficiais oriundos de Milicianos; por último, os restantes preferiam Costa Gomes, por ser o General que os apoiava nas suas reivindicações.

Sobre a distribuição dos votos dos Capitães e Majores, afirma Dinis de Almeida: “O Regimento de Caçadores Pára-quedistas, comandado pelo coronel Fausto Marques, parecia contagiado por um tropismo geral no sentido do general Kaulza de Arriaga. Contudo, os páras constituíam uma força que não podia ser desprezada” (Almeida, 1977: 217), prosseguindo: “A insistência de determinados sectores do Estado-Maior, importantes sectores de Cavalaria e outros sectores aparentemente dispersos, em apontar o general Spínola como futuro chefe, dificilmente permite admitir que este estivesse completamente desligado do movimento desde a primeira hora. Por outro lado um intermediário do general Costa Gomes, major Moreira, assegurou ao movimento a receptividade deste” (Almeida, 1977: 223).

Esta postura, seguida e assumida por Capitães e Majores teria, inevitavelmente, que trazer complicações no futuro, caso não fossem debeladas as motivações e originados novos valores de maior alcance, tanto para a instituição militar como para a Nação.

Parece poder afirmar-se que, neste final de 1973, seria um futuro golpe de Estado inevitável, já que o impasse ultramarino provocara a rotura do regime. A incógnita

estava em saber qual dos Generais seria o seu patrocinador: Costa Gomes, Spínola ou Kaúlza, sendo certo que nenhum deles estava sozinho. O Movimento dos Oficiais oriundos de Cadetes revelava-se indeciso quanto ao General a seguir; entretanto, os Oficiais oriundos de Milicianos prosseguiram a sua luta, apoiando e apoiando-se em Spínola.

Referindo-se à reunião dos Capitães oriundos de Cadetes, que se realizou em Cascais no dia 5 de Março de 1974 afirma Spínola: “esboçaram-se duas correntes distintas, uma, constituída por militares prestigiados em África, (...) e outra, representada pela mesa que presidia à reunião¹⁸¹, que defendia (...) uma revolução política de raiz marxista” (Spínola, 1978: 95). Spínola não o explicitou, mas quando se referiu a militares prestigiados em África, estava a referir-se aos seus apoiantes, e tinha razão no que afirmava conquanto se referisse quase exclusivamente à Guiné. Sobre este assunto afirma Carlos de Azeredo: “Quanto à génese dos conceitos que vieram a motivar muitos dos oficiais que tomaram parte no Golpe Militar de 25 de Abril, ela encontra terreno propício (...) com a chegada do general Spínola ao governo da Guiné. (...) A este conjunto relativamente restrito de oficiais, com uma ideia e uma mentalidade formadas, alguns dos quais vieram mais tarde a formar os chamados ‘Spinolistas’ ou democratas, vieram juntar-se em 1973 e 1974, (...) um grande número de outros oficiais” (Azeredo, 2004: 150). A afirmação de Carlos de Azeredo revela ainda outro conceito, o de que os «spinolistas» formavam o grupo dos democratas.

E continua Spínola: “As decisões mais relevantes” da reunião de 5 de Março “foram a eleição dos chefes do movimento (Spínola e Costa Gomes) e a constituição de dois grupos de trabalho”. “O primeiro — conhecido por Comissão Militar — ficou constituído pelos Majores Casanova Ferreira, Manuel Monge e Otelo Saraiva de Carvalho, a que posteriormente se juntou o Capitão Armando Ramos, como representante dos oficiais oriundos de Milicianos; o segundo — conhecido por Comissão Política — integrava os Majores Melo Antunes e Vítor Alves e o Capitão Vasco Lourenço¹⁸², grupos estes que viriam a encabeçar duas tendências: a dos «operacionais» e a dos «políticos»” (Spínola, 1978: 96). O termo «operacionais» designa os mesmos Oficiais que anteriormente foram referidos como «prestigiados» em África.

¹⁸¹ Constituíam a mesa os Majores Vítor Alves e Melo Antunes e o Capitão Pinto Soares.

¹⁸² O Capitão Pinto Soares foi substituído pelo Capitão Vasco Lourenço.

Segundo Mário Pinto, um Capitão Pára-Quedista oriundo de Miliciano: “dias antes do 25 de Abril de 1974, houve uma reunião em casa do Major Victor Alves, em que também estiveram presentes os Majores Hugo dos Santos e Otelo, pelos Oficiais oriundos de Cadetes, e os Capitães Varela, Alberto Ferreira e Andrade Moura (os dois últimos colocados no Regimento de Cavalaria de Estremoz), pelos Oficiais oriundos de Milicianos, em que os primeiros garantiram aos segundos que resolveriam os seus problemas se os apoiassem no golpe, ao que estes anuíram”. Só que, como fez questão de vincar, “eles nos traíram”¹⁸³. Parece assim, que os únicos objectivos dos Oficiais de ambos os lados eram profissionais e a única motivação corporativa.

Compreensivelmente, e porque este ponto se apresenta com uma extrema relevância para compreender as motivações, os relacionamentos e os interesses destes homens, coloquei a questão a Andrade Moura. Objectivamente, perguntei qual a razão que o levava a «alinhar» com o Movimento dos Capitães oriundos de Cadetes, se estes eram contra si que era de origem miliciana? O meu interlocutor respondeu-me de imediato: “eu não alinhei com o Movimento dos Capitães oriundos da Academia, mas com Spínola”. Para continuar, após várias e melhores explicitações: “eu tive conhecimento e, de certo modo estive envolvido, num movimento com os Pára-Quedistas, Coronel Rafael Durão e Spínola”¹⁸⁴. O que me foi confirmado pelo próprio Major-General Rafael Durão¹⁸⁵ e pelo Tenente-Coronel Pára-Quedista Silva e Sousa¹⁸⁶, ao tempo Comandante do Batalhão de Instrução, em Tancos.

Com os dois Movimentos de Capitães em seu redor, a Força Aérea «travada» pelos Pára-Quedistas, por sua vez seguros de que não se oporiam, devido à pessoa de Rafael Durão, Spínola pode avançar. E o Movimento dos Oficiais oriundos de Cadetes avançou para a reunião de 5 de Março em Cascais, onde o surgir de uma vertente estritamente política, personalizada na Comissão Política, fez tremer o regime, enquanto Spínola, que era um «guerreiro», meditava apenas na solução ultramarina e não compreendera a tempo o que se estava a organizar. Nenhum Oficial oriundo de Cadete se deixaria esquecer que todo aquele movimento tinha apenas um objectivo: neutralizar a contagem

¹⁸³ Em entrevista, no dia 15/09/2001, no âmbito da presente investigação.

¹⁸⁴ Em entrevista, no dia 08/09/2001, no âmbito da presente investigação.

¹⁸⁵ Em entrevista, no dia 05/03/2002, no âmbito da presente investigação.

¹⁸⁶ Em entrevista, no dia 08/09/2002, no âmbito da presente investigação.

de tempo de serviço dos Oficiais oriundos de Milicianos, logo, não se poderiam hipotecar totalmente a Spínola, que pretendia instaurar aquela mesma contagem. Em resumo, Spínola era apenas para utilizar.

Este viria mais tarde a compreender o que de facto se passara, afirmando ao dizer: “No Movimento das Forças Armadas haviam-se cruzado duas correntes de pensamento, convergentes no imperativo de derrubar o regime, mas frontal e irreconciliavelmente divergentes nos objectivos últimos a atingir. A partir deste momento, as divergências de fundo iriam sobrepor-se às alianças de ordem táctica” (Spínola, 1978: 123). Mas foi precisamente aqui que Spínola se enganou, ao subestimar a capacidade e os interesses da componente política do Movimento e, muito particularmente, o apoio de retaguarda que lhe era concedido por Costa Gomes.

Dinis de Almeida veio, de certo modo, trazer mais elementos que confirmam esta lógica: “Não é incorrecto acrescentar que a confusa esquerda embrionária, que havia iniciado o movimento, jogou habilmente a princípio com essas duas correntes, das quais viria à superfície a corrente spinolista, aproveitando ao máximo, ao longo das discussões então travadas, para observar e juntar os possíveis aderentes a uma terceira corrente, de objectivos ideológicos bem mais definidos e progressistas” (Almeida, 1977: 71 e 72).

1.3 – O Golpe de Estado e os Efeitos na Guerra de África

Na reunião em que os Generais se solidarizaram com Marcelo Caetano, que teve lugar no dia 14 de Março de 1974, não compareceram os Generais Costa Gomes, Spínola, Kaulza de Arriaga, Silvino Silvério Marques, o Brigadeiro Jaime Silvério Marques e o Almirante Tierno Bagulho, Secretário-Geral da Defesa Nacional.

No dia imediato, dia 15 de Março, pela manhã, os Generais Costa Gomes e Spínola e o Almirante Tierno Bagulho foram exonerados dos seus cargos. Simultaneamente verificou-se a exoneração do Comandante da Academia Militar, General Amaro Romão. “Estava traçado o destino do país!” (Spínola, 1978: 82). “E Portugal encontrou-se sem alternativas de sobrevivência. Tudo apontava para uma intervenção das Forças Armadas. Completaram-se, assim, as condições humanas para o desabrochar de um «Movimento militar»” (Spínola, 1978: 81). As palavras de Spínola permitem considerar

que, até esse dia, estávamos apenas perante dois Movimentos reivindicativos de Capitães. A exoneração destes Generais permitiu a sua evolução e articulação para um Movimento Militar.

Tudo o que se tem dito e escrito sobre a execução do Golpe de Estado, no dia 25 de Abril de 1974, apresenta como base os feitos pela Escola Prática de Cavalaria (EPC), sediada em Santarém, cujas tropas saíram sob o comando do Capitão Salgueiro Maia. Esta verificação encontra-se explicada pelas mesmas razões que explicam tudo: a divisão entre os Oficiais oriundos de Cadetes e os oriundos de Milicianos.

Porém, Otelo afirma: “Após ter dado ao RC 3 (Regimento de Cavalaria n.º 3) a missão de se dirigir ao Largo do Carmo para efectuar uma manobra de envolvimento das forças da GNR e das de Junqueira dos Reis (Brigadeiro e 2.º Comandante do Governo Militar de Lisboa), que aparentemente efectuavam o cerco das tropas sob o comando de Salgueiro Maia. (A força do RC 3) alcança a zona nevrálgica em tempo *record* e toma posições de combate, estabelecendo a segurança próxima das tropas amigas (leia-se tropas de Salgueiro Maia) estacionadas no largo.

Com os seus blindados já em posição (...) Andrade Moura e Alberto Ferreira contactam de viva voz os oficiais que comandam as forças da GNR. (...)

Passados cerca de dez minutos da chegada da força do RC 3, Junqueira dos Reis entrega os pontos, abandona a posição no Largo de Camões e o pessoal informa Andrade Moura de que adere ao Movimento. As forças da GNR concentram-se no Largo da Misericórdia meia hora depois e formam coluna, abandonando o local e recolhendo a quartéis” (Carvalho, A, 1977: 437).

Se os factos se passaram assim, a vitória do Golpe de 25 de Abril foi alcançada pelas tropas de Estremoz, sob o comando do Capitão (de origem Miliciana) Andrade Moura e não pelas tropas de Santarém, sob o comando do Capitão (com origem em Cadete) Salgueiro Maia, conquanto ambas as forças fossem de Cavalaria. Para esclarecer este ponto entrevistei o Major-General Rafael Durão¹⁸⁷, «braço direito de Spínola» que me disse: “se Cavalaria 3 não chega tão depressa, o Maia tinha sido vencido”. O Major-General desenvolveu então o que se passara com riqueza de pormenores que não

¹⁸⁷ No dia 05/03/2002, no âmbito da presente investigação.

divergem do que afirmou Otelo e que já aqui referi, nem do relatório da operação que me foi cedido pelo Sargento-Mor Silva Brás, que comandou nesse dia o 1.º Pelotão do Esquadrão de Cavalaria, comandado por Andrade Moura.

Ao entrevistar Andrade Moura, perguntei-lhe porque razão escolhera um 1.º Sargento para comandar o 1.º Pelotão de Reconhecimento. Moura não hesitou e, com alguma angústia, respondeu-me: “Nesse tempo as unidades estavam entregues a Sargentos. Não havia Oficiais do Quadro. Como sabe, os outros pelotões foram comandados por Aspirantes milicianos”. E prosseguiu, “os milicianos tiveram um papel muito importante no derrube da ditadura”, “no RC 3, entre todos os Oficiais, apenas o Coronel Comandante e eu próprio (que era originário de Miliciano) éramos do Quadro e, na EPC, em Santarém, havia um número elevado de Capitães oriundos de Milicianos”¹⁸⁸.

Andrade Moura, um combatente notável e amigo de Spínola, explicitou, em poucas palavras, quem e como, em seu entender, executou o Golpe de Estado Militar: a alta hierarquia, os Oficiais de carreira e os milicianos, com a aquiescência dos Sargentos, aos quais, segundo o próprio, estavam entregues as unidades. Concordo plenamente com Moura quando defende que, em momentos de crise e sem mandato superior, nenhum Oficial conseguia, nem provavelmente consegue, movimentar as forças militares contra a oposição dos Sargentos.

Nesta sequência de ideias perguntei a Andrade Moura se, em sua opinião, um 1.º Sargento tinha competência técnica para manobrar carros de combate nas ruas de Lisboa. Moura foi peremptório: “Não, não tinha. Mas os Oficiais também não. Como sabe, nós enfrentámos uma guerra de guerrilha, onde não se utilizavam carros de combate, pelo que ninguém tinha experiência. No entanto, num carro de combate a função importante é a do «Apontador» que é um Cabo e, nesses, eu tinha confiança. Foi por esta falta de experiência que o Maia deixou «meter» todos os seus carros de combate no Largo do Carmo e depois não foi capaz de os manobrar. De qualquer modo, devo dizer-lhe que o 1.º Sargento Silva Brás foi muito importante, pois foi ele que foi falar com o 1.º Sargento da GNR e o convenceu a mandar retirar as suas tropas. Eu falei depois com o Comandante da força da GNR, mas já este se tinha rendido.”¹⁸⁹

¹⁸⁸ Afirmações proferidas no dia 08/09/2001, em entrevista realizada no âmbito da presente investigação.

¹⁸⁹ Afirmações proferidas durante a mesma entrevista de 08/09/2001.

Foi aqui, nesta incapacidade de «manobra» dos carros de combate de Salgueiro Maia, que o Golpe teria falhado se as tropas do RC 3 não chegassem a tempo. Mas se o RC 3 chegou a tempo de garantir o êxito do Golpe de Estado, não chegou a tempo de «entrar» na história, que reservou todos os feitos para o Movimento dos Capitães oriundos de Cadetes e para Salgueiro Maia. Afinal, o Capitão oriundo de Miliciano, Andrade Moura, e o Sargento Silva Brás, foram os homens decisivos no êxito do Golpe Militar, sem o contributo dos quais, tudo se teria desmoronado.

Procurei ainda uma resposta para o facto de que teria sido a Cavalaria a suportar a componente operacional do Golpe, não tendo nenhum Oficial desta Arma integrado qualquer órgão de cúpula dirigente no pós-Golpe. Sobre este assunto, Andrade Moura explicou: “a Arma de Cavalaria não estava com a Comissão Coordenadora do MFA, mas com Spínola”. Sendo a dita Comissão a “distribuir as mordomias”, estas nunca chegavam para os Oficiais de Cavalaria. A formação dos Oficiais, mais pela componente de capacidades pessoais, do que pela componente técnico-táctica, tinha-os agrupado em «operacionais» e «políticos». Esta divisão explica, assim, todo o posterior comportamento dos Oficiais.

Referindo-se ao papel dos dois grandes Generais, Spínola e Costa Gomes, afirmou Andrade Moura: “Em 25 de Abril Costa Gomes refugiou-se no Hospital Militar, e a Comissão Coordenadora do MFA, ficou sem o «seu» General, enquanto Spínola avançou decididamente”¹⁹⁰. A segurança que Costa Gomes procurou, é reveladora de que jamais avançaria e de que sem Spínola nunca teria havido Golpe de Estado.

Sobre a intervenção da Cavalaria no Golpe de Estado de 25 e Abril de 1974, investiguei alguma imprensa desse mesmo dia e recolhi afirmações como as seguintes:

O *Jornal de Notícias*, afirmava na sua página 3: “Todas as armas de Cavalaria da Região Militar de Lisboa estariam integradas nos efectivos do movimento”.

O jornal *Diário Popular*, na sua página 15 escrevia: “Passavam poucos minutos das 10 horas, e depois de diversos oficiais do Movimento — um coronel, dois tenentes-coronéis, vários majores e capitães — haverem parlamentarado com os oficiais que estavam do lado oposto, junto dos tanques «Patton», especialmente, estes últimos

¹⁹⁰ Em entrevista, no dia 08/09/2001, no âmbito da presente investigação.

entregaram-se...” Afinal havia Coronéis para além de Caldas Duarte (Comandante do RC 3) e Rafael Durão, que me disse que àquela hora não estava ali. Mesmo que outros não houvesse, prova-se que pelo menos três Coronéis participaram nas manobras militares, na baixa de Lisboa, bem como Tenentes-Coronéis, facto pouco referido em momentos de evocação da data histórica de 25 de Abril de 1974.

Neste mesmo jornal, na página 13 afirma-se: “No Cais do Sodré encontrava-se, manhã cedo, um esquadrão de tanques de combate, pesados, pertencentes a Cavalaria 4, unidade estacionada em Santa Margarida. Um dos oficiais, abordado pelo repórter do nosso jornal, declarou que as referidas tropas se mantinham fiéis ao Governo. No local viam-se, também, diversas auto-metralhadoras.”

Mais uma Unidade de Cavalaria, esta extremamente poderosa, que estava do lado do Governo. Para estar “manhã cedo” no Cais do Sodré teve que partir mesmo muito cedo de Santa Margarida, o que, a juntar ao facto do General Director da Arma de Cavalaria ter ido dormir a Estremoz, revela de forma absolutamente conclusiva que o Governo sabia de tudo — até o dia e hora — em que os movimentos de tropa teriam lugar. No entanto, esta Unidade de Santa Margarida não actuou a favor do Governo, antes acompanhou o Movimento das Forças Armadas, ou melhor, seguiu Spínola — o «grande cavaleiro».

Parece, pois, que os «Tanques de Santarém» e o Movimento dos Capitães oriundos de Cadetes, apesar de nos media e na opinião pública terem surgido no epicentro do Golpe, seria Spínola com a «sua» Cavalaria, os seus Coronéis, os seus Milicianos e com o apoio dos Sargentos, o responsável pelo Golpe de Estado em 25 de Abril de 1974. Contudo, não detendo organização suficiente para suportar o poder que pretendia vir a exercer, sucumbiria à Comissão Coordenadora formada pelos Oficiais da corrente política.

Spínola recebeu o poder das «mãos» de Marcelo Caetano, o que lhe conferiu alguma legitimidade e retirou argumentos, a outros grupos, para qualquer tentativa de defender o antigo regime. Os Pára-Quedistas, através dos Tenentes-Coronéis, Horácio Alves de Oliveira, Segundo Comandante do Regimento e Ângelo Mendes da Silva e Sousa, colocaram-se logo à disposição do Movimento das Forças Armadas. Com esta posição dos Pára-Quedistas, a corrente militar de apoio ao General Kaúlza de Arriaga extinguiu-se saindo este General da cena militar.

Com a retirada do General Káulza de Arriaga, passaram a coexistir no Movimento apenas três correntes, permanecendo juntas por conveniência táctica duas delas: as correntes ditas comunista e a socialista, apoiando ambas Costa Gomes. A terceira corrente era afecta a Spínola. Estes dois Generais, mais por interpostas pessoas do que directamente, iriam digladiar-se até ao extermínio militar e político de um deles. Perdeu António de Spínola.

Manuel Monge refere-se, nestes termos, à situação então criada: “A questão é que o surgimento, depois, de uma autoproclamada Comissão Coordenadora do Programa, foi o primeiro grande abuso e o primeiro desvio do espírito do MFA”.¹⁹¹ Por seu lado, Carlos de Azeredo, afirmou: “Um dos aspectos que dividiu o MFA – Movimento das Forças Armadas – foi a vontade de vários oficiais da Ala Radical da Comissão Coordenadora pretenderem manter um protagonismo político e impor a ideologia marxista ao povo português, enquanto os chamados ‘Spinolistas’, da Ala Democrática, não aceitavam tal permanência, nem tal imposição, pois na verdade não nos assistia qualquer legitimidade para impor fosse que ideologia fosse ao país.” (Azeredo, 2004: 189).

A ascensão de Spínola ao poder motivou a criação imediata de um contra-poder, personificado na referida e autoproclamada Comissão Coordenadora do Programa, assim constituída: “Coronel Vasco Gonçalves, Majores Vítor Alves e Melo Antunes, Capitães-Tenentes Vítor Crespo e Almada Contreiras e Capitães Costa Martins e Pereira Pinto” (Spínola, 1978: 120). Todos estes Oficiais tinham em comum, o facto de pertencerem à corrente afecta a Costa Gomes e, complementarmente, estarem próximos do Partido Socialista ou do Partido Comunista. Face à patente de Vasco Gonçalves e à sua amizade com Costa Gomes, não surpreendeu que se viesse a tornar o líder desta Comissão.

Spínola foi informado por Costa Gomes, antes da comunicação televisiva ao país na madrugada de 26 de Abril, que seria o próprio Spínola “o Presidente da Junta e, por inerência, o Presidente da República, o que contrariava o que tinha sido acordado” (Spínola, 1978: 120). Segundo o Almirante Rosa Coutinho “Costa Gomes disse a

¹⁹¹ Em entrevista ao jornal *Público*, de 17/04/94.

Spínola, na minha frente, tu ficas como Presidente da República e eu fico no Comando das Forças Armadas” (*in Canal História*, 2004/11/27).

Costa Gomes sabia que, pelo menos por algum tempo, o poder ficaria nas mãos dos militares. Com a nomeação de uma Comissão totalmente fiel, preferiu liderar as FA através do cargo de CEMGFA, lugar que reservou para si. Foram estes dois momentos, a nomeação da Comissão e a do CEMGFA, passados na noite de 25 para 26 de Abril, que derrotaram Spínola, provocando todos os acontecimentos seguintes e definindo não só o futuro próximo de Portugal, como dos territórios africanos, que estavam sob a bandeira portuguesa.

“E assim, à medida que o confronto com o velho regime se atenuava, com a queda sucessiva dos seus apoios, um conflito interno surgia desde as primeiras horas no interior do poder emergente (...) Com efeito, a questão que fundamentou a atitude dos oficiais do MFA, relacionada no fundo com a solução da Guerra Colonial, polarizou duas atitudes profundamente distintas” (Teixeira, 2001: 556).

Na conjuntura nacional e internacional que se vivia, a Guerra de África nunca seria vencida por Portugal; a sua manutenção apenas contribuiria para aumentar o sofrimento do povo português e, também, dos povos colonizados. No entanto, a solução impunha um quadro que acautelasse os interesses económicos de Portugal e garantisse o cumprimento dos direitos dos povos e das pessoas. Mas se tais direitos constituíam as preocupações de alguns, eram por outros desprezados e havia quem simplesmente os não reconhecesse. O resultado do conflito que se gerou quanto a estes direitos, quer na sociedade civil quer na militar, só podia terminar numa tragédia.

Spínola, esclarecidamente, já afirmara: “Na cúpula da crise actual encontra-se, como facto novo, um nacionalismo africano de estilo próprio, perfeitamente faseado e estratificado; no imediato, os africanos desejam sacudir a tutela do homem branco que consideram ofensiva, mas cujo auxílio, quando solicitado, é reconhecido como inestimável; sacudida aquela tutela, haveriam os africanos de envolver-se em lutas sangrentas no quadro de um tribalismo cuja síntese está ainda por operar-se. Aquilo que designamos por caos africano não é mais do que uma crise de amadurecimento como a que, durante séculos, foi o caos europeu. O mapa de África acha-se ainda longe de estar

feito” (Spínola, A, 1974: 236). Mais do que uma premonição, Spínola revelaria então uma estratégia para África, tendo, porém, sido vencido pelos «Capitães de Abril».

Sobre a descolonização, afirmou Kaúlza de Arriaga: “Essa descolonização foi muitíssimo mal feita, mas, mesmo que tivesse tido lugar com mais inteligência, seria sempre uma catástrofe. Havia duas condições básicas para uma descolonização capaz: a primeira era a preparação das populações de Angola e de Moçambique para se autodeterminarem conscientemente e para, se esse fosse o caso, se autogovernarem com um mínimo de acerto; (...) Qualquer descolonização feita antes dos anos 90 conduziria sempre ao caos.”¹⁹² Em idêntico sentido se pronunciou Carlos Azeredo, para quem “A Chamada ‘Descolonização’, que começou por ser ‘Exemplar’ para posteriormente passar a ‘Possível’, foi na realidade aquilo que elementos do MFA (...) quiseram que ela fosse, e foi, na verdade, a vergonha da nossa História Contemporânea.” (Azeredo, 2004: 192).

Referindo-se às consequências dos acontecimentos de 25 de Abril escreveu Pedro Vassalo: “O mais difícil, e que por isso correu francamente mal, foi (...) a descolonização. Portugal ficará para sempre com uma mancha no seu currículo histórico por ter abandonado, e da maneira como o fez, as suas colónias de África. Poderia e deveria ter sido feito de outra forma — os resultados são bem conhecidos. E a descolonização apressada causou outra vítima para além do sofrimento humano incalculável: um destino e um sentido para Portugal.”¹⁹³

João Medina, por seu lado, interpretou e analisou a situação da seguinte forma: “As duas principais correntes do movimento dos capitães estavam claramente esboçadas em 25 de Abril. Spínola, que servia de referencial a uma delas, parecia não ter em devida conta a importância do outro pólo do Movimento. Na sua perspectiva, o prestígio de que desfrutava e a qualidade dos seus incondicionais apoiantes garantir-lhe-iam o domínio das situações nos momentos decisivos. (...)”

Mas à medida que os obstáculos eram habilmente ultrapassados por António de Spínola, mais a tensão se ia acumulando no seio dos intervenientes, preparando-se para explodir a qualquer momento. Foi afinal na última barreira que Spínola tropeçou — a comissão

¹⁹² <http://www.cidadevirtual.pt/k-arriaga/Entrevista.html> (15/04/2001).

¹⁹³ Vassalo, Pedro, “Que 25 de Abril?”, jornal *24 Horas*, de 25 de Abril de 2003.

política do Movimento das Forças Armadas (também designada Comissão Coordenadora). De facto, esta, sentindo escapar-se-lhe o controlo da situação, enfrenta o general” (Medina, 1985: 33).

Esta Transcrição de João Medina constitui-se enquanto síntese de toda a argumentação e demonstração que expendi ao longo deste sub-capítulo o que, de certo modo, valida e confere lógica e sentido a tudo quanto venho afirmando. Em suma: o MFA dividia-se em duas grandes correntes entre as quais se criou uma clivagem: os operacionais, afectos a Spínola e os políticos, que não eram operacionais, afectos a Costa Gomes. Esta divisão, cujas raízes se encontravam na formação do Corpo de Oficiais determinou, não só a mudança de regime, como o futuro dos portugueses.

O «império» desfez-se por acção dos militares que efectuaram uma incursão na política com esse objectivo. Segundo Carlos de Azeredo “Instalou-se em alguns sectores da opinião pública a ideia de que os grandes culpados da ‘Descolonização Exemplar’ foram principalmente os políticos, mas tenho de reconhecer honestamente que as principais responsabilidades cabem aos militares e muito especialmente a alguns dos militares do MFA” (Azeredo, 2004: 191). O que remete para a importância da formação, da carreira e do emprego das elites militares.

2 – NOS DIAS SEGUINTE

2.1 – O Golpe Palma Carlos

“Quando acontece o *25 de Abril*, o povo compreende que o golpe de estado militar lhe restitui as liberdades essenciais, mas a grande maioria da população não se apercebeu que iria principiar uma revolução. (...) A revolução só começou verdadeiramente no dia 1.º de Maio de 1974” (Azevedo, 1979: 27 e 28).

Os acontecimentos do 1.º de Maio de 1974 foram antevistos pelos «spinolistas». Sobre este assunto disse-me o Major-General Rafael Durão¹⁹⁴, que o Major Otelio Saraiva de Carvalho lhe teria pedido para ser ele a definir o dia do Golpe de Estado. Sobre esta data disse-me Durão: “eu disse ao Otelio, que o Golpe teria que ocorrer depois do 1.º de

¹⁹⁴ Em entrevista, no dia 05/03/2002, no âmbito da presente investigação.

Maio, para evitar abusos e aproveitamentos. Contudo, a Comissão Política não entendeu assim e acabaram por marcar o dia à vontade deles, o que originou o meu afastamento dessas decisões, porque percebi logo o que eles queriam: que era criar as melhores condições para o Partido Comunista e para o Partido Socialista, do que eu descordei”.

Estas afirmações, por parte de quem esteve por dentro de todas as ocorrências revelam-nos de forma absolutamente inequívoca que os acontecimentos que açularam a sociedade portuguesa durante os anos de 1974 e 1975 tinham causas bem profundas e bem antigas, cujas bases radicavam fundamentalmente na formação das suas elites militares. Formação que atingia então uma dimensão política, cuja raiz não estava nas suas origens de classe, mas nos interesses corporativos e pessoais desses militares.

Spínola enquanto Presidente da Junta de Salvação Nacional, que no seu todo se constituía como Conselho de Estado, tomaria posse como Presidente da República no dia 15 de Maio de 1974 e, no dia seguinte, empossou o Governo presidido por Palma Carlos. Porém, o Conselho de Estado fora criado no próprio dia 25 de Abril de 1974, com a publicação da Lei n.º 1/74 de 25 de Abril¹⁹⁵, cujo artigo n.º 1, destituiu o Presidente da República, exonerou o Governo e dissolveu a Assembleia Nacional e o Conselho de Estado. O artigo 2.º, da mesma Lei, determinou que “Os poderes atribuídos aos órgãos referidos no artigo anterior passam a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional”.

Com esta disposição legal, os membros da Junta de Salvação Nacional adquiriram o estatuto e a função de Conselheiros de Estado. Havia que alargar este Conselho à sociedade civil para lhe conferir a máxima legitimidade. O Conselho de Estado era assim, o último órgão para completar a estrutura orgânica que iria dirigir o País até às primeiras eleições democráticas.

A importância do Conselho de Estado passou então, naturalmente, a merecer a maior atenção por parte de Spínola, que pretendia ter a seu lado a maioria simples dos Conselheiros, o que de facto não aconteceu. A nomeação deste órgão opôs frontalmente Spínola e a Comissão Coordenadora, de que resultou a vitória desta última, dado o importante apoio de Costa Gomes, então CEMGFA.

¹⁹⁵ *Diário do Governo*, n.º 97, I Série, em suplemento.

A constituição final do Conselho apresentava três componentes bem distintas: sete membros da Comissão Coordenadora do MFA; sete membros da Junta de Salvação Nacional (JSN) e sete membros designados, quatro em representação dos quatro partidos mais importantes: Partido Socialista, Partido Popular Democrático (PPD), Partido Comunista e Centro Democrático Social (CDS), além do Presidente da Fundação Calouste Gulbenkian e dois militares íntimos de Spínola.

Quadro 2: Constituição do Conselho de Estado em 31 de Maio de 1974

JSN	MFA	Cidadãos Designados
António de Spínola	Vasco Gonçalves	Henrique de Barros
Costa Gomes	Ernesto Melo Antunes	Isabel Magalhães Colaço
J. Silvério Marques	Vítor Alves	Rui Luís Gomes
Rosa Coutinho	Vítor Crespo	Diogo Freitas do Amaral
Pinheiro de Azevedo	Carlos Almada Contreiras	José Azeredo Perdigão
Diogo Neto	José Pereira Pinto	Rafael Ferreira Durão
Galvão de Melo	José Costa Martins	João de Almeida Bruno

Fonte: Lei n.º 1/74, de 25 de Abril e Decreto n.º 230/74, de 31 de Maio, quanto aos nomes das individualidades nomeadas; e informação¹⁹⁶ do Major-General Rafael Ferreira Durão, quanto à justificação de cada uma das nomeações, sobre as quais o Decreto é omissivo.

“Foi essa institucionalização do MFA que depois impôs aos partidos a monstruosa prepotência do pacto MFA-partidos, que se viram compelidos a aceitar”¹⁹⁷.

No Conselho assim formado, constituiu-se uma maioria afecta ao triângulo Costa Gomes - PS - PC, o mesmo é dizer uma maioria desafecta ao então Presidente da República, que o impediria de executar o seu plano ultramarino, o grande objectivo, senão o único, que teria impulsionado as suas atitudes conspirativas. Dinis de Almeida referiu-se assim a esta composição: “Ao aceitar esta última proposta, Spínola provocaria a formação de um Conselho de Estado, que na sua maioria lhe viria afinal a ser particularmente hostil, designadamente ao longo das crises de «Palma Carlos» e do «28 de Setembro». A maioria que se constituirá num dos factores institucionalmente mais

¹⁹⁶ Em entrevista, no dia 05/03/2002, no âmbito da Presente investigação.

¹⁹⁷ Manuel Monge, em entrevista ao jornal *Público*, de 17/04/94.

importante que conduziriam à sua queda. Nem tudo, porém se processaria por acaso” (Almeida, 1978: 89).

Os sete elementos do MFA que integraram o Conselho de Estado constituíam igualmente a chamada Comissão Coordenadora, a qual obteve assim, o seu legalismo institucional, adquirindo os seus membros as prerrogativas de Conselheiros de Estado, onde se constituíram como que numa subcomissão com poderes políticos e militares. Com a nomeação deste Conselho, Spínola perdera tudo. Afinal, os Oficiais ligados ao Partido Socialista sustentam, hoje, que foram os Oficiais próximos do Partido Comunista que desestabilizaram o País, designando-os como extremistas e a eles próprios enquanto moderados. Contudo, ficaria provado que ambas as correntes se coligaram e actuaram em conformidade, facto aliás confirmado visto a dita Comissão Coordenadora ter sido constituída por Oficiais que vieram a trabalhar em perfeita sintonia com estes dois partidos e terem sempre votado em conjunto.

Perante uma relativa indefinição orgânica do poder, tanto o Presidente da República, como o Governo ficaram dependentes do Conselho de Estado, por ser o órgão onde estava representada toda a sociedade. Com o Conselho hostil à sua pessoa e às suas ideias, o Presidente da República sentiu-se manietado, situação que o inibiria e paralisaria o Governo.

Dinis de Almeida afirmou que as votações no Conselho de Estado tinham a seguinte orientação: os sete elementos, que cumulativamente constituíam a Comissão Coordenadora do MFA assumiam uma posição hostil a Spínola. A crise instalou-se quando a JSN se dividiu, formando estrategicamente dois grupos: o grupo de Spínola (ele próprio, J. Silvério Marques, Galvão de Melo e Diogo Neto) e o grupo de Costa Gomes (ele próprio, Pinheiro de Azevedo e Rosa Coutinho).

Este último grupo a partir de determinada altura passaria a votar as posições da Comissão. A rotura deu-se quando, para agravar a situação, dois elementos dos Conselheiros Designados votam também contra Spínola. Teriam sido Rui Luís Gomes (contactado por Vasco Gonçalves) e Henrique de Barros (contactado por Victor Crespo) (Almeida, 1978: 93 e 121 a 123). Estava instalado o triângulo que referi: Costa Gomes - PS - PC. Muito se tem dito e afirmado sobre múltiplas responsabilidades mas, objectivamente, o rumo da revolução, o extermínio do império e as vicissitudes que o

PREC conheceu nasceram do «frentismo de esquerda» que se formou no interior do Conselho de Estado.

Encontravam-se reunidas todas as condições para o instalar de um conflito que se viria a revelar determinante entre o citado triângulo e Spínola, cujo tema fulcral seria a questão colonial. Para Spínola, a solução do «problema do Ultramar» não poderia passar por «uma solução negociada entre fracções de representatividade equívoca ou imperfeita». Duas ideias presidiam à posição «spinolista» na recusa em negociar exclusivamente com os movimentos de libertação: a defesa dos interesses portugueses e a protecção das populações assimiladas, particularmente dos nativos que tinham lutado ao lado do Exército Português.

Com o aparente receio de que a corrente «spinolista» recompusesse as suas ideias pela força visto que para além da Cavalaria, tinha já consigo os Pára-Quedistas, cujo comando pertencia ao Coronel Rafael Ferreira Durão, Costa Gomes e a «sua» Comissão Coordenadora, então já institucionalizada, iniciaram a «mudança das cadeiras»: os Oficiais Gerais seriam quase todos saneados, acontecendo aos Coronéis o mesmo e aos Tenentes-Coronéis que não eram da sua total confiança.

As FA ficaram completamente decapitadas. Para as funções de General foram os Majores: Eurico Corvacho para o comando da Região Norte; Franco Charais para a Região Centro; Otelio Saraiva de Carvalho para a Região de Lisboa e Pezarat Correia para a Região Sul. À falta de outros argumentos invocou-se serem os Generais e Coronéis fascistas, enquanto os Majores e Capitães se assumiam como democratas, instalando-se a clivagem e acentuando-se a fronteira entre a considerada aristocracia e as massas populares que aglomerariam tudo o resto e se assumiam como o «espírito da revolução».

Sobre esta «revolução» interna nas FA, com o Ultramar em «pano de fundo» e os interesses particulares como suporte, afirmaria Spínola: “O General Costa Gomes põe em prática o esquema de «democratização» das Forças Armadas que eu me negara a aceitar. A hierarquia e a disciplina são identificadas com o «fascismo»; surgem os primeiros «soviets» nas unidades militares; a grande maioria dos oficiais do Quadro Permanente ou são afastados por saneamento político ou adaptam-se à nova ordem revolucionária como única alternativa de sobrevivência” (Spínola, 1978: 658).

A situação assim suscitada, que desarticulou as Forças Armadas e percorreu todo o sistema social português, parece ter sido obra da mais alta hierarquia militar com o apoio político do «frentismo de esquerda». Parece evidente que o comportamento das elites militares se ficou a dever à sua formação na qual, de todas as componentes em estudo, a técnico-táctica se perfilou como a de menor importância, já que essas elites actuavam em campos estritamente políticos. Parece notar-se, ao longo de todo o século XX, uma tendência progressiva das elites militares para se envolverem nas áreas políticas, onde conflituam com os detentores de cargos nessa esfera, urgindo a delimitação das áreas reservadas a uma e a outra das elites militares e das elites políticas¹⁹⁸.

A posterior distribuição de lugares complementaria a lógica dos saneamentos, contrariando tudo o que havia sido previamente acordado, como o afirmam Manuel Monge e Andrade Moura. O primeiro afirmou mesmo: “Havia compromissos solenes entre nós de que não reivindicaríamos cargos nem benesses. E o correcto seria que a Comissão do Programa se extinguisse, logo que cumprida a sua missão”¹⁹⁹.

Andrade Moura sustentou²⁰⁰ que “as várias entidades que executaram o Golpe tinham acordado não haver saneamentos nem nomeações, para garantir a disciplina e funcionalidade das FA, mas, a Comissão Coordenadora fez precisamente ao contrário: desmembrou a estrutura hierárquica das FA, para que os seus membros ou próximos ocupassem os lugares, que desempenharam sem apoios nem experiência.” O resultado dessa atitude só podia ter sido a que foi: indisciplina nas FA, inexistência de qualquer cadeia hierárquica funcional e, como consequência de tudo isto, as FA tornaram-se inoperacionais, permitindo assim a autodeterminação das Províncias Ultramarinas, segundo a estratégia de Costa Gomes com o apoio de socialistas e comunistas.

A atitude da Comissão Coordenadora transmitiu-se ao Conselho de Estado e galvanizou o Oficialato, a tal ponto que os seus elementos se consideraram os únicos detentores de direitos. As posições dos Oficiais, ditos mais populares, eram assim manifestadas: Dinis de Almeida, afirmaria: “A 24 de Maio de 1974, sem que para tal estivesse devidamente

¹⁹⁸ Repare-se que o Exército desencadeou 3 Golpes de Estado ao longo do Século XX.

¹⁹⁹ Em declarações ao jornal *Público*, de 17/04/94.

²⁰⁰ Em entrevista, no dia 08/09/2001, no âmbito da presente investigação.

mandatado, Costa Gomes, chefe do E.M.G.F.A., determina «por decreto» que todos os oficiais, sargentos e praças passam a considerar-se incluídos no MFA.

Tal determinação levantará firme oposição da maior parte que o não avaliza, embora evite frontalizá-lo por reconhecer a necessidade de «recuperar» muitos dos que parecem sinceramente aderentes ao MFA” (Almeida, 1978: 84).

Os Oficiais auto designados do Movimento ou progressistas revelaram ambições de carácter pessoal de tal forma que, saneando os que consideravam conservadores se apressaram a ocupar esses papéis apesar das capacidades discutíveis, para esses desempenhos.

Refira-se, sobre o ambiente que então se passou a viver no interior dos quartéis as seguintes frases paradigmáticas de autoria de José Freire Antunes:

“Os militares tornam-se o fantástico enigma da Nação”.

“Mas são os partidos que os lisonjeiam para os usar. Incapazes de ganhar o Estado pelas suas pernas próprias, os partidos apelam aos militares. Colam-se-lhes aos casacos, num ritual de hipocrisia, incitam-nos às mais nobres tarefas”.

“Os partidos contam oficiais. Os oficiais contam quartéis. Dessa aritmética de canhões palacianos brotam legiões de redentores da Nação”.

“Os partidos acenam aos militares com bandejas de mel e de cinismo”.

“Este divertido lamber de botas cardadas durará só enquanto os militares respiravam no Estado e podiam ser úteis. Porque logo numa próxima esquina os partidos os dispensavam, os abandonavam no turbilhão, e na memória curta das massas os lamina como desperdício”.

“Nas Forças Armadas em convulsão, as vozes radicais instalam-se na razão inversa dos mitos ancestrais e do ritual corporativo. Muitos oficiais enveredam por um novo-riquismo doutrinário, com tanto de utópico como de mal assimilado”.

“O esquerdismo lê a guerra com complexos de culpa e veste o opróbio sobre a presença em África. Chamam aos militares *assassinóis colonialistas*: alguns redimem-se como apóstolos do socialismo, o mais feroz”.

“Ninguém confia em ninguém. Os quartéis são menos agitados pela luta de classes do que pela luta de cliques: o reino dos pequenos caudilhos. A instrução militar desagrega-se sem bússola e sem fé”.

“Que Exército resiste, seja qual for a cor política, sem uma formatura alinhada, um comando central, os soldados aprumados, uma voz forte que indique o caminho, a mesma bandeira?” (Antunes, SD: 49 a 52).

As afirmações de José Freire Antunes, conquanto se possam considerar excessivas, não deixam de espelhar o ambiente dos quartéis durante os meses que se seguiram ao Golpe de 25 de Abril de 1974. No entanto, não ignoro que a indisciplina instalada tinha como objectivo isso mesmo, para que, sem FA com capacidade de funcionar, o Ultramar pudesse ser abandonado, como o foi. Neste sentido, tratou-se de uma clara opção política da responsabilidade da hierarquia militar.

Os Partidos Políticos aproveitaram-se da conjuntura, mas não foram eles que a provocaram. Sobre esta indisciplina que grassou no interior das FA e que as percorreu em todos os sentidos, o Major-General Rafael Durão²⁰¹ não hesitou em atribuir toda a responsabilidade aos militares, leia-se Oficiais, sobretudo aqueles que queriam o Movimento só para si. Igual entendimento é seguido pelo Tenente-General Kaúlza de Arriaga fez acerca do comportamento das FA, ao afirmar: “Em última análise, a qualidade das Forças Armadas afere-se pelo valor do seu Corpo de Oficiais. É neste que residem a ética e a «intelligentzia» castrenses” (Arriaga, 1987: 262). Ética que «andou» muito afastada daquele Corpo nos tempos pós Marcelo. Não havendo ética, no entender de Kaúlza de Arriaga, não há valor.

As opiniões de Freire Antunes e de Kaúlza de Arriaga são bem conhecidas, tendo a conjuntura então vivida, sido fruto de premeditação com os resultados bem avaliados. Já os velhos sábios chineses se referiam às consequências da fragilidade da linha de comando nos seguintes termos: “Quando o general é moralmente fraco e a disciplina que impõe pouco rígida, quando as suas instruções e indicações não são claras, quando não existem regras firmes para a orientação de oficiais e soldados e quando as formaturas se apresentam desalinhadas, o exército está em desordem” (Tsu, 1994: 104).

²⁰¹ Em entrevista, no dia 05/03/2002, no âmbito da presente investigação.

As divergências avolumaram-se quando houve que definir o rumo, já que havia duas perspectivas totalmente inconciliáveis: por um lado a de Spínola, por outro o da Comissão Coordenadora do Movimento, apoiada por Costa Gomes e pelos comunistas e socialistas, que se prendiam fundamentalmente com a contagem do tempo de serviço dos Oficiais oriundos de Milicianos e com a questão ultramarina.

Estas ideias carregavam sobre Spínola o anátema da derrota: era favorável à questão dos Capitães oriundos de Milicianos, contra a qual lutavam os Capitães oriundos de Cadetes; tinha um projecto para o Ultramar que contrariava Costa Gomes e os partidos situados à esquerda no espectro político; estes mesmos partidos políticos não viam com bons olhos o prestígio do “velho” General, enquanto os partidos políticos do centro e da direita nunca entenderam o que se estava a passar. Desta conjuntura só poderia resultar a «eliminação» de Spínola e, com ele, todos os que lhe eram próximos ou que o poderiam vir a ajudar.

Perante este contexto de confrontação, Spínola apresentou ao Conselho de Estado, em 5 de Julho de 1974, uma proposta de Palma Carlos, segundo a qual se deveria efectuar um Referendo que legitimasse o Presidente da República, adiando-se as Eleições para a Assembleia da República para Outubro de 1976. A proposta foi recusada pelo Conselho através da maioria Costa Gomes - Partido Socialista - Partido Comunista. A recusa conduziu em linha recta à demissão de Palma Carlos do cargo de Primeiro Ministro.

A esta proposta e ao seu desenlace se passou a designar «Golpe Palmas Carlos», o qual tem tido múltiplas leituras e designações, segundo os autores e as correntes que a ele se referem. Contudo, é certo que este momento “palaciano” definiu o futuro de Portugal e seleccionou os respectivos protagonistas.

Averbada a primeira grande derrota, Spínola iniciou diligências para a nomeação de novo Primeiro Ministro. Após várias recusas e outras oposições da Comissão Coordenadora, viria a tomar posse do cargo o Coronel Vasco Gonçalves, líder desta mesma Comissão. Estavam reunidas todas as condições que levariam à descolonização segundo os critérios de Costa Gomes, apoiado pelos partidos políticos de esquerda, entre os quais o Partido Socialista.

O confronto de ideias e de objectivos entre os dois Generais que lideravam as correntes militares está bem expresso na seguinte afirmação de Spínola: “Devo confessar um erro:

na verdade não sabia que Costa Gomes era o homem que mexia nos cordelinhos da Revolução. Homem esse que traiu Portugal, traiu o mundo Ocidental e que me traiu a mim. Não fosse ele e Portugal caminharia por vias bem diferentes sob a minha direcção” (Wallraff, 1976: 85). Mas Spínola, que era mais guerreiro do que político, terá cometido um erro ao admitir que o mundo Ocidental preferia a sua política à de Costa Gomes. Sem ligação efectiva a África, Portugal, mesmo através da «Comunidade Lusíada» que Spínola queria ver formatada, deixou o campo livre às grandes potências de então: EUA e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

2.2 – O 28 de Setembro

Os finais da Primavera de 1974 aqueciam o ambiente e o confronto de ideias resvalava para um confronto efectivo das forças em presença. Spínola ordenou então, em meados de Junho, a vinda para Lisboa da CCP 123 que estava em Bissau, a sua Companhia favorita²⁰² e, pouco depois, uma segunda Companhia, da mesma especialidade, viria igualmente de Bissau para o Montijo. O Presidente da República iniciou, complementarmente, um périplo pelas principais unidades militares do País, aí expondo os problemas que vinha sentindo e propugnado soluções para os mesmos.

Em 2 de Agosto de 1974 visitou o RCP, em Tancos, comandado pelo Coronel Rafael Ferreira Durão, Conselheiro de Estado e seu fiel amigo, onde proferiu, entre outras, as seguintes afirmações: “Estão aqui presentes, muitos Oficiais, Sargentos e Soldados Pára-Quedistas que me conheceram nas horas boas e nas horas más. Nas horas de construção do progresso das terras do Ultramar e nas horas em que à Guerra tivemos de responder com a Guerra.

Para uns de vós, é o seu velho Comandante-Chefe que lhes fala, animado do mesmo patriotismo de sempre e da mesma firme determinação. (...) Seremos fiéis à linha do

²⁰² Entre os muitos factos que poderia descrever para provar esta preferência, refiro que as três vezes que o General Spínola se deslocou ao Senegal para conversações com o Presidente daquele país, Léopold Sédar Senghor, foi esta Companhia encarregada de lhe proporcionar alguma segurança, se necessária, o que aconteceu colocando-se dois Pelotões de Combate no destacamento do Exército português mais próximo do local onde a reunião teve lugar, prontos a deslocarem-se de helicóptero, que ali estavam também de prevenção, para onde e quando fosse necessário. Os outros dois Pelotões da mesma Companhia estavam equipados com pára-quedas junto aos aviões, na pista de Bissau, prontos para saltar onde e quando necessário, caso o General fosse alvo de alguma retaliação. Este dispositivo esteve montado durante todo o tempo em que o General permaneceu em locais de risco.

Movimento e à pureza dos seus princípios. (...) Não é na demolição sistemática, não é na constante agressão ideológica, não é fomentando ódios, não é ofendendo gravemente as Forças Armadas e pondo em causa princípios consagrados da ética militar que se constrói o futuro.”²⁰³

Ao assumir-se, enquanto Chefe Supremo das Forças Armadas, Spínola afirmava o seu direito de se dirigir a estas, contrariando as pretensões dos homens de Costa Gomes, que viam tais visitas com alguma preocupação. Mas Spínola não tinha de facto condições para enfrentar os seus opositores. Enquanto ele pretendia manter as Forças Armadas separadas da política, disciplinadas e actantes, os seus opositores jogavam nas facilidades que, compreensivelmente, eram preferidas pelos jovens Soldados. Cabelos grandes, barbas a condizer, inexistência de formaturas e outras manifestações de indisciplina eram impulsionadas para cativar as massas de Soldados. Simultaneamente, propagava-se que todos aqueles que pretendiam manter as FA dentro dos seus habituais padrões de comportamento, eram fascistas e deveriam assim ser afastados, conceitos que a sociedade civil também alimentava.

Rapidamente as FA atingiram pontos de desobediência e inoperacionalidade, condições fomentadas por Costa Gomes e pelos seus colaboradores. Isolado, sem forças militares e sem apoio popular, devido à oposição do Partido Socialista e do Partido Comunista, Spínola perdia progressivamente posição.

Para afastar de Spínola as melhores tropas, Otelo Saraiva de Carvalho foi graduado em Brigadeiro, em 13 de Julho de 1974 tendo em 23 do mesmo mês sido nomeado Comandante Adjunto do Comando Operacional do Continente (COPCON), cujo Comandante era Costa Gomes. A esta estrutura de comando foram afectadas, entre outras, as duas Companhias de Pára-Quedistas que tinham vindo da Guiné, as quais foram assim retiradas do comando directo de Rafael Durão e, conseqüentemente, do apoio a Spínola.

Os «spínolistas» procuraram neutralizar a Comissão Coordenadora, sabendo que era aí que residia o poder militar de Vasco Gonçalves e de Costa Gomes, argumentando que não fazia sentido a existência de uma Comissão Coordenadora não prevista no programa

²⁰³ Consultei uma cópia desta intervenção, no arquivo pessoal do Major-General Rafael Ferreira Durão, com a devida autorização do próprio.

do MFA. E iam mais longe e eram mais concretos, quando afirmavam ser a mesma Comissão ilegítima, por não ser democraticamente representativa dos Oficiais do MFA. A agravar toda esta indefinição de representatividade, os verdadeiros decisores do 25 de Abril eram oriundos de Milicianos e pertenciam à Arma de Cavalaria, os quais estavam já então totalmente afastados dos centros de decisão militares. O confronto surgiu assim, como a única forma de resolver as divergências. Faltava saber qual a sua configuração e quem sairia o vencedor.

Neste tipo de contextos, só existe uma maneira de dirigir e de decidir: manda quem tem o poder ou quem diz que o tem e o assume. A Spínola e aos seus homens faltou-lhe muita coisa, sobretudo a capacidade de assumirem o poder que tinham, o qual foi preenchido pela Comissão que nunca mais o largou. O poder que os «spinolistas» tinham era aquele que derivava do alto cargo de Presidente da República e por inerência Chefe Supremo das Forças Armadas, que Spínola exercia, o qual lhe permitia demitir o CEMGFA, que era Costa Gomes, e colocar, a partir dessa função, os Oficiais de sua confiança, nos lugares de maior responsabilidade. Ao não assumir esse poder ou ao recear assumi-lo, deixou o espaço vazio, que outros sem base legal ou legítima preencheram.

Em 10 de Setembro de 1974, por ocasião do reconhecimento por Portugal da independência da Guiné, Spínola proferiu um discurso que determinaria o seu total isolamento político e militar, ao afirmar: “...o processo de descolonização não consiste, como alguns levianamente pensam, em transferir pura e simplesmente o poder para as organizações partidárias que sustentaram a luta armada contra o anterior regime português. E é exactamente na autêntica conceptualização daquele processo que tem de centrar-se a nossa atenção, para que esta hora seja efectivamente digna da História. Ao defendermos a liberdade de opção política e a sua consequente afirmação institucionalizada e representativa; ao pretendermos a estruturação de sociedades em moldes que permitam a implantação de sistemas verdadeiramente anticolonialistas; ao lutarmos pela liberdade da democracia pluripartidária, haverá talvez quem considere essa intransigente tomada de posição como embaraço ao processo de descolonização. Penso, porém, que o que está verdadeiramente em causa, para esse sector, não é a descolonização em si mas a oportunidade da apropriação do poder por certas ideologias e os seus correspondentes regimes totalitários. E defender os territórios africanos do

risco dessa nova escravidão é uma obrigação de consciência para a qual alerto todos aqueles que militam na ideologia democrática.

Terá assim de distinguir-se entre uma descolonização autêntica e o apressado abandono à satelização por terceiros; isto é, entre uma descolonização autêntica e a entrega das populações dos territórios africanos ao arbítrio de novas ditaduras. E a salvaguarda destes aspectos reclama cuidadosa avaliação dos pressupostos em que se fundamenta o nosso conceito de descolonização, em ordem a que não possamos ser amanhã acusados de haver traído os ideais da autodeterminação, da independência e da democracia.”²⁰⁴

Neste discurso, Spínola explicitou o seu modelo de descolonização, o qual pretendia faseado e após consulta às populações. Spínola tinha perfeita consciência de que a sua posição desencadearia vários opositores os quais, segundo afirma, pretendiam apropriar-se do poder e instalar regimes totalitários. Considerando o seu modelo, como uma «descolonização autêntica», Spínola entendia que os seus adversários pretendiam uma «satelização por terceiros», implicando dependências dos comunistas e dos socialistas às respectivas Internacionais.

Com as posições extremadas sobre a descolonização, Spínola tentou o apoio popular que lhe conferiria algum espaço de manobra. Com este objectivo e para este fim, tentou promover uma manifestação em seu apoio, a que chamaria «Maioria Silenciosa» em contraponto ao ruído que os partidos políticos de esquerda faziam por todo o País. O primeiro apelo para a convocação da «Maioria Silenciosa» fora feito por Spínola em 18 de Julho de 1974, durante a sua intervenção no acto de posse do II Governo Provisório, transmitindo inequívocas demonstrações da sua discordância com a formação do Governo que empossava.

Nesta ocasião disse Spínola: “...Não tenhamos a tal respeito, qualquer ilusão. Ou a maioria silenciosa deste país acorda e toma a defesa da sua liberdade, ou o 25 de Abril terá perdido perante o mundo, a história e nós mesmos, o sentido da gesta heróica de um povo que se encontrou a si próprio. E com esse desengano se esfumarão as nossas esperanças na democracia.” (Almeida, 1978: 163).

²⁰⁴ Spínola, António de, *Descolonização e Democracia*, Lisboa, Ministério da Comunicação Social, 10 de Setembro de 1974. Consultei o documento na Biblioteca Pública de Évora, onde está arquivado sob o n.º B/117.865.

Mais uma vez, Spínola sabia do que falava e era premonitório face aos tempos que estavam para chegar. Não parece ter assim, qualquer fundamento a designação de «Oficiais moderados» como alguns pretendem designar aqueles que se opuseram a Spínola os verdadeiros responsáveis por tudo o que a seguir se passou.

No dia 9 de Setembro de 1974 constituiu-se em Lisboa a comissão organizadora de uma manifestação de apoio ao Presidente da República, presidida pelo Coronel Fernando Cavaleiro, a realizar na tarde de 28 de Setembro, na Praça do Império. Spínola apoiou-a com entusiasmo, estimulando os seus promotores.

O triângulo oposicionista passou a defender que esta iniciativa era dinamizada exclusivamente por pessoas ligadas à direita, senão mesmo à extrema direita. É evidente que este argumento foi ciclicamente utilizado: os vencedores de qualquer intentona ou inventona argumentaram sempre que eram eles os moderados e que os outros se situavam ou na extrema-esquerda ou na extrema-direita, conforme o que mais convinha no momento. Portugal esteve assim, num golpe permanente entre o dia 25 de Abril de 1974 e o dia 25 de Novembro de 1975, vencendo os mais organizados e menos escrupulosos, características que os levavam às vitórias que, a prazo, se revelariam pontuais.

Cerca das 9 horas de 28 de Setembro de 1974, foi transmitido um comunicado da responsabilidade da Comissão Coordenadora e de Otelo Saraiva de Carvalho, então Comandante Adjunto do COPCON, ou seja, Adjunto de Costa Gomes, proibindo a manifestação que o Presidente da República já havia autorizado. As FA entraram em rebelião interna, visto duas entidades militares desautorizarem, sem legitimidade, uma prévia autorização do Comandante Supremo das Forças Armadas.

A Comissão Coordenadora que, recorde-se, era constituída por Oficiais afectos aos Partidos Comunista e Socialista, tinha conseguido impedir a manifestação. No rescaldo do êxito obtido decidiu apresentar um ultimato a Spínola, com os seguintes pontos:

1. Demissão imediata dos cargos que ocupavam na Junta de Salvação Nacional, dos Generais Galvão de Melo, Jaime Silvério Marques e Diogo Neto (os Generais que no Conselho de Estado votavam com Spínola);

2. Demissão imediata do cargo de Ministro da Comunicação Social, do Major Sanches Osório e atribuição desta pasta ao Primeiro Ministro, ou seja, a Vasco Gonçalves;
3. Confinação da actividade do General Spínola à sua esfera de Presidente da República, não interferindo nas acções da competência do Governo Provisório e do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas. (Almeida, 1978: 181).

O MFA entregaria esta proposta a Spínola cerca das 12 horas do dia 28 de Setembro que obviamente a recusaria, pois, na prática, correspondia à sua demissão.

Em Belém a situação agudizou-se. A linha de Comando partiu-se, dando origem a várias e diversas linhas de Comando: o General Diogo Neto, Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, ordenou à CCP 123, à qual eu pertencia, o reforço da segurança a Belém. Esta Companhia foi ainda apoiada por mais um Pelotão da Companhia estacionada no Montijo, também ela vinda da Guiné. Recorde-se que estas Companhias estavam afectas à linha de Comando do COPCON recebendo assim, ordens do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, cuja legitimidade não era evidente.

A gravidade da situação atingiu tal ponto que a defesa do Palácio de Belém foi ainda reforçada com um Esquadrão de Cavalaria 7, 8 helicópteros de Tancos, forças da GNR, e dois obuses do RAL 1. Na tarde de 28 de Setembro de 1974 as posições voltavam a extremar-se entre os respectivos homens de Costa Gomes e os de Spínola, então com a Força Aérea, os Pára-Quedistas e a Cavalaria do lado do Presidente. Momento único que Spínola não soube — ou não quis — gerir.

Cinco meses após o início da revolução, as condições internas e a articulação das FA estavam em verdadeira anarquia. Dificilmente se poderia esperar outra coisa da actuação de Comandantes que nunca tinham comandado tropas. Contudo, estas eram as condições que interessavam ao próprio CEMGFA, no que era apoiado por socialistas e comunistas, para poder implementar a descolonização segundo o seu próprio modelo.

Sem apoio organizado, com a forte oposição do PC, a par da indiferença conivente do PS e o medo de se exporem por parte do PPD e do CDS, Spínola «vergou-se» à exigência de Costa Gomes e da Comissão Coordenadora, cujos Oficiais eram afectos ao PC e ao PS resignando ao cargo de Presidente da República, solução que apresentou ao País às 11 horas do dia 30 de Setembro de 1974. Estava assim, consumado novo Golpe

de Estado, sob a égide de Vasco Gonçalves, o qual passaria, nestas condições, a deter poderes quase ilimitados.

Após a resignação de Spínola tomou posse do cargo de Presidente da República o General Costa Gomes. Na sequência destes acontecimentos foram afastados da Junta de Salvação Nacional os Generais Jaime Silvério Marques, Diogo Neto e Galvão de Melo. No momento imediato à resignação de Spínola, o Coronel Rafael Durão demitiu-se do Conselho de Estado, o qual referindo-se ao momento em que abandonava a sala onde o Conselho estava reunido, me confidenciou²⁰⁵ “o Dr. Azeredo Perdigão disse-me «faz você muito bem Senhor Coronel, eu é que não posso, senão estes gajos ocupam-me a loja»”, referindo-se à Fundação Calouste Gulbenkian, de que era Presidente. Olhando-me fixamente, Durão concluiu: “estás a ver «pá»²⁰⁶, estás a ver como isto era? Todos tinham medo deles.”

Os acontecimentos vividos e as demissões provocaram a reestruturação da Comissão Coordenadora que se reformulou no «Conselho dos Vinte».

Foram estes os acontecimentos, que ficaram para a história como «o 28 de Setembro» que levaram à resignação do General Spínola de Presidente da República e à acumulação dos cargos de Presidente da República e de CEMGFA na pessoa de Costa Gomes, que se rodeou quase só de Majores e Capitães, todos afectos ao PS ou ao PC, em número sensivelmente igual.

2.3 – O 11 de Março

Conquanto após «o 28 de Setembro» se tivesse afastado da acção militar e da vida política, Spínola procurou posteriormente regressar à actividade militar, para o que se avistou com Costa Gomes, nos primeiros dias de Fevereiro de 1975 confirmado por este, com a seguinte afirmação: “O general Spínola entendia que havia chegado o momento de voltarmos a colaborar intensamente. Retorqui-lhe que essa colaboração se havia interrompido (...) e não desejava reatá-la.”²⁰⁷

²⁰⁵ Em entrevista, no dia 05/03/2002, no âmbito da presente investigação.

²⁰⁶ Procurei fidelidade ao discurso, pelo que transcrevo na íntegra, o teor do mesmo.

²⁰⁷ <http://www.expresso.pt/ed1324/r581.asp> p. 1, (18-04-2001).

Spínola e a maioria dos Oficiais que lhe eram afectos, por razões pessoais ou por pertencerem ao grupo dos melhores operacionais, ficaram totalmente afastados das posições de relevo. Contudo, Rafael Durão permanecia ao comando do RCP que, por ser a única unidade do País desta especialidade, estava a receber todo o pessoal que vinha dos três TO africanos. Ali se estavam a concentrar muitos Oficiais de valor, o melhor «lote» de Sargentos alguma vez existente em Portugal, Soldados com experiência de combate e, além de tudo, um número de efectivos substancialmente elevado.

Uma força assim constituída, não deixava tranquilos os homens que se apoiavam em Costa Gomes e integravam as correntes militares socialista e comunista. Havia que tomar todas as precauções para que os Oficiais garantissem os seus lugares e Costa Gomes a sua descolonização. Neste enquadramento, todos os sentidos estavam virados para Tancos e todos os olhos concentrados em Rafael Durão.

No RCP mantinha-se a base «spínolista», mas a agitação geral e nacional entre os Oficiais das duas grandes correntes, spinolistas e seus contrários, continuava a manifestar-se em todos os eventos militares que para tanto fossem adequados. Foi o que sucedeu na Assembleia do MFA de 4 de Janeiro de 1975. As duas correntes somavam quartéis, com a mesma agitação e pouco profissionalismo com que dividiam militares.

Em fins de Janeiro de 1975, iniciam-se “reuniões, que se sucederão cada vez mais organizadas, até ao 11 de Março desse ano” (Almeida, 1978: 268). Começavam a aparecer posições divergentes no seio do MFA, inclusive com ataques à Comissão Coordenadora, a qual era mesmo acusada “de se conotar muito com o Partido Comunista” (Almeida, 1978:268). Esta verificação, no início de 1975, é reveladora de que a corrente militar afecta a Costa Gomes se começava a dividir entre socialistas e comunistas, posto que os socialistas, afastado Spínola, já não necessitavam dos comunistas, podendo prosseguir sem o seu apoio.

Em Fevereiro de 1975 foi decidida a institucionalização do MFA, tendo na Assembleia dos 200 sido definidos sete pontos que deviam constar na Plataforma de Acordo com os Partidos Políticos.

O Semanário *Expresso* na sua edição de 1 de Março escrevia: “Pense-se o que se pensar, o facto parece incontroverso: quem tomou o poder no 25 de Abril foi o MFA. E diz a história que quem toma o poder não o toma para o vizinho, toma-o para si mesmo. Só

que as contradições em que se produziu o 25 de Abril — e a própria natureza do movimento vitorioso — não permitiram o aparecimento de um projecto político próprio, consequente e autónomo. Veículo e corpo dessas contradições — em que o impasse das guerras coloniais teve um papel decisivo — o MFA não se apresentou com um projecto político específico, mas com um programa que mais não era do que a tradução das reivindicações primárias da oposição tradicional ao regime.

A ausência de projecto político — consequência das próprias contradições que estiveram na origem da formação do MFA — fez o movimento militar tender progressivamente para a gravitação na órbita das forças partidárias que, aparentemente, se apresentavam em condições de apoiar e enquadrar o processo, acelerado a partir do 28 de Setembro.”²⁰⁸

O mesmo Semanário, num outro artigo sob o título “O Momento da Verdade”, escrevia: “O momento da verdade chegou: com jogo escondido, sujo ou viciado, as cartas estão na mesa. Todas as artimanhas, todos os sofismas, todas as mistificações, nesta imensa comédia política em que sectores e prestidigitadores usam dos mais variados talentos e recursos para disputar os favores do espectador atónito — que na circunstância se chama povo —, aparecem já como truques gastos, demasiado óbvios para poderem ser convincentes. É o caso da institucionalização do MFA — e, por detrás disso, da luta pelo poder entre as principais forças partidárias. Todas elas naturalmente empenhadas (...) em velar pelas diferentes versões de democracia e derivados que mais convirão ao nosso bom povo. Todas elas sinceramente progressistas — e é certo e sabido que pelo progresso somos todos e mais alguns (...) Todas elas cortejando — umas com o enlevo maternal de ama dedicada e estremecida, outras com o ciúme de amante despeitado — o MFA. E todas elas ansiando pela «institucionalização» do MFA, mais conforme com os respectivos desígnios. Umas para o utilizar como trampolim do salto para o poder, à falta de lastro eleitoral, outras para o reduzir à importância de espectador passivo e obediente às suas ordens. Finalmente, todas elas apostadas em transformar — num sentido ou noutro — a institucionalização em instrumentalização.”

Este artigo procura analisar as motivações e prever as consequências do desejo que vinha a ser manifestado pelos Oficiais que lideravam o MFA, ou seja, da sua

²⁰⁸ Artigo, “MFA: Ausência de Projecto”, Semanário *Expresso* de 1-3-1975.

institucionalização, pretendendo-se o estabelecimento de uma qualquer forma institucional que lhe conferisse então poder legítimo alegando-se que o MFA, seria o garante da democracia política; na prática pretendia configurar-se enquanto vanguarda institucionalizada do processo e subsequente desenvolvimento.

O Semanário *Expresso* de 2 de Março de 1975, considerava existirem três correntes no interior do MFA, a que correspondiam três tendências políticas. Por um lado, a que se podia considerar encabeçada pelo Primeiro-Ministro, Brigadeiro Vasco Gonçalves, apoiada por alguns membros da Junta, pela maioria da Comissão Coordenadora, por alguns ministros militares, pela maioria da Arma de Engenharia e por parte das Armas de Infantaria e de Artilharia e, ainda, pela maioria dos Oficiais da Armada. Esta categoria é coincidente com a que venho assumindo, ou seja, corresponde à corrente de Costa Gomes, na sua vertente comunista.

A segunda linha, apoiada pela Arma de Cavalaria, por parte de alguns Oficiais de Artilharia e Infantaria e por alguns oficiais dos Comandos e pelos Pára-Quedistas, vulgarmente conhecida por «linha spinolista» coincidente com a minha tipologia, teria a simpatia de boa parte dos Oficiais conservadores ou neutrais. Compreende-se que os Oficiais que perfilhavam posições ideológicas mais conservadoras se aproximassem dos «spinolistas», na medida em que não tinham condições para estruturar uma tendência ou corrente própria.

O mesmo Semanário considerava igualmente uma terceira corrente, “ainda um tanto ou quanto indefinida e desagregada, (...) Personificada na figura do ministro sem pasta Major Melo Antunes e apoiada, embora a título individual, por muitos oficiais da Força Aérea e outros do Exército”. A opinião expressa em artigo de jornal, da época, revela total identidade com a corrente que eu interpreto como próxima, senão mesmo afecta, ao PS.

O fim do Inverno clarificava mais e melhor as posições que se vinham observando desde o início dos movimentos de Capitães à procura do «estrelato». Com a sua corrente a dividir-se, Costa Gomes perdia posição e influência, o que parece tê-lo levado a retirar-se para lugar mais cómodo, sendo substituído por Vasco Gonçalves, que passou a liderar a corrente comunista e por Melo Antunes, por sua vez na frente da corrente socialista.

Face à divisão das suas «hostes» Costa Gomes perdia influência, mas não inteligência e capacidade para manobrar na sombra e continuava a impor os seus pontos de vista. Entretanto, os novos agrupamentos provocaram, sem surpresas uma “nova ascensão do spinolismo”²⁰⁹.

A posição de Spínola, marcadamente social-democrata, afastava-o definitivamente de qualquer apoio do PS, que procura, naturalmente, «agarrar-se» às posições e figura de Melo Antunes. Resultou, assim, que os agrupamentos de Oficiais se identificavam cada vez mais com os partidos políticos, enquanto perdiam autoridade e poder no interior das suas unidades, tanto mais que, na azáfama de angariar apoios, se desligavam progressivamente da disciplina e do rigor militares, isto é, da ética, que sempre presidiu e orientou a conduta dos militares.

Com os Oficiais arregimentando o que podiam para melhor se posicionarem num confronto que procuravam, as reuniões sucediam-se. Sendo que a 20 de Fevereiro se realizou uma, na qual estiveram presentes Oficiais das duas correntes não «spinolistas», o que significa que surgiu um novo reagrupamento, por ser a única forma de se poderem opor com alguma capacidade àquele grupo. Nesta reunião, que consideraram como “preparatória da contenção do golpe Spinolista” (Almeida, 1978: 290) estiveram presentes, entre outros elementos da corrente socialista, Sousa e Castro, Marques Júnior e Vasco Lourenço, que reconheceu então estar para breve a realização de um golpe de extrema-direita, o qual estaria previsto para o período entre 23 de Fevereiro e 11 de Março. Acrescentando que o golpe militar se desenvolveria através de uma manobra dos Pára-Quedistas (Almeida, 1978: 290 e 291).

Os homens de Costa Gomes realizaram uma segunda reunião em 27 de Fevereiro, na qual o Capitão “Sousa e Castro voltará a descrever o plano de operações dos «spinolistas», incluindo a forma como se processará o golpe, (...). Nessa reunião, Sousa e Castro entregará ainda a Nápoles Guerra uma relação de oficiais considerados perigosos a afastar dos centros de decisão político-militar. Tal lista ou, mais provavelmente, o conhecimento da sua existência, chegará até aos sectores «spinolistas», servindo de suporte à ridícula tese da «Matança da Páscoa»” (Almeida, 1978: 293).

²⁰⁹ “Da Ofensiva do PCP ao Bonapartismo Spinolistas”, semanário *Expresso*, de 08/03/1975.

Afinal, a lista que se tornou tão polémica e continuamente desmentida sempre existiu, e foi elaborada pela facção socialista dos homens de Costa Gomes.

2.3.1 – A Intentona: O Papel da Escola Prática de Cavalaria¹

Ao ser informado da «Matança da Páscoa», na noite de 10 de Março de 1975, Spínola deslocou-se para a Base Aérea de Tancos onde vivia o seu amigo Rafael Durão, Comandante dos Pára-Quedistas. Ali foram chamados os homens fortes da Cavalaria, da GNR, da Força Aérea e o Comandante de Marinha Alpoim Galvão, que pressionou o lançamento da acção de força. Alguns dos Oficiais presentes colocaram dúvidas ao plano que Alpoim Galvão apresentou, assegurando este que tudo estava certo. O Brigadeiro de Cavalaria Carlos Morais garantiu que esta arma estava segura. «Por um fio», diria eu a Rafael Durão quando, ao longo da entrevista²¹⁰, me explicava tudo isto em pormenor.

Segundo Rafael Durão e Mira Mensurado, a intervenção dos Pára-Quedistas de Tancos consistiria na neutralização do RAL 1, isto é, impedindo-o de sair para a rua quando a Cavalaria de Santarém passasse em direcção a Belém para depor o Presidente da República, que era então Costa Gomes.

O Major-General Rafael Durão explicou-me ainda que, "após ter mandado os Pára-Quedistas para Lisboa, fui telefonar para a EPC, para o meu irmão (que era o Segundo Comandante da Escola) e perguntei-lhe se já tinham saído, ao que o meu irmão me respondeu: não saímos nem vamos sair, o Maia²¹¹ já se nomeou Comandante desta (m.) toda. Com esta resposta percebi que tinha cometido um erro, tinha confiado em quem não merecia confiança e tudo estava acabado. Reuni Oficiais e Sargentos e disse-lhe que estava tudo perdido, mas que eu assumia toda a responsabilidade. E saí da sala."

Se dúvidas alguma vez houveram, dissipam-se aqui. No dia 11 de Março de 1975 o General Spínola tentou com uma acção de força apoiada nos Pára-Quedistas e na Cavalaria executar um golpe de Estado, demitindo o Presidente da República e substituindo-o ele próprio, demitindo o Primeiro Ministro e nomeando para o seu lugar

²¹⁰ Que decorreu no dia 05/05/2002, no âmbito da presente investigação.

²¹¹ Capitão Salgueiro Maia.

O Tenente-Coronel Firmino Miguel. Os «spinolistas» atribuem a falha do golpe de Estado a Salgueiro Maia, como foi afirmado por Rafael Durão.

O enquadramento da EPC no plano do golpe e a adesão dos seus responsáveis tem sido uma questão muito controversa. Nesta altura pontificavam e lideravam a EPC, o seu Comandante Coronel Morgado, o Segundo Comandante Tenente-Coronel Ricardo Durão, irmão do Coronel Rafael Durão e o Capitão Salgueiro Maia. Sobre a eventual responsabilidade de Salgueiro Maia no não cumprimento da EPC na parte do golpe que lhe competia, Andrade de Moura considera que “naquele tempo, todos desconfiávamos de todos e de tudo, para além da existência de uma enorme indisciplina nas Forças Armadas. Neste ambiente, ninguém era capaz de fazer sair, da sua unidade, qualquer força, sem que a ordem emanasse da cadeia hierárquica. Esta pode ter sido a razão do Maia não ter sido capaz de fazer sair a sua unidade”²¹².

A ideia avançada por Andrade de Moura que não pode deixar de ser fruto de muitas conversas com camaradas seus e de muitas meditações, entrecruza-se com a afirmação do próprio Maia, segundo o qual, nos dias seguintes à tentativa de golpe “surge a campanha liderada por elementos do PCP e do MDP acusando-me de spinolista, logo reaccionário. Esta Campanha atinge tal intensidade que, na sequência de notícia em caixa alta no *Diário de Notícias* da minha prisão nas próximas horas, surge em minha casa um elemento dirigente do PS propondo conduzirem-me a França, onde tudo estava preparado para me receberem” (Maia, 1994: 107).

Andrade de Moura continuou a desenvolver o seu raciocínio, afirmando: “eu próprio informei os promotores da tentativa de golpe, quando me contactaram, que obtivessem uma ordem hierárquica para eu sair, que depois de estar na rua «vocês sabem de que lado estou», mas esta ordem não se obteve”. Andrade de Moura revela assim que foi consultado, o que certamente terá acontecido com Salgueiro Maia, o que confere lógica ao raciocínio do parágrafo anterior.

Quanto à indisciplina nas FA, Andrade de Moura considerou, que a mesma se deveu “ao saneamento das cúpulas das Forças Armadas e ao facto daqueles que lhe ocuparam os lugares não estarem preparados, nem terem capacidade para as funções que passaram a desempenhar”. Estas palavras e esta convicção encerram um raciocínio perfeitamente

²¹² Em entrevista, no dia 08/09/2001, no âmbito da presente investigação.

perceptível: a cadeia hierárquica nas FA configura uma progressiva capacidade de dar ordens que deve ser acompanhada por uma progressiva competência profissional que, em situações difíceis, requer o reconhecimento dos subordinados. A promoção de militares a altos patamares desta hierarquia, sem a correspondente competência profissional e, desde logo, o não reconhecimento pelos subordinados, só poderia conduzir à indisciplina, por manifesta falta de autoridade hierárquica: faltava competência, legalidade, legitimidade e, conseqüentemente, aceitação.

No entanto, a matéria carreada para a investigação e analisada no âmbito da mesma, permite afirmar que, afinal, a indisciplina que todos os investigadores reconhecem ter existido nas FA ao longo do período revolucionário não foi uma consequência da própria revolução. A indisciplina resultou de uma estratégia bem concebida e melhor organizada com um objectivo bem definido: garantir a incapacidade das FA de intervirem na descolonização, assegurando ao estratega Costa Gomes as condições para implantar o seu programa com relativa tranquilidade. Se assim houve actos de perturbação militar, política e social, poderia ter sido bem pior se as FA estivessem devidamente hierarquizadas e disciplinadas.

Costa Gomes conhecia a doutrina de actuação e comportamento do Corpo de Oficiais, estava ciente dos seus desejos, das suas ambições, do seu espírito de corpo e das suas rivalidades. Resolveu todos os possíveis problemas retirando-lhes o poder através da indisciplina, que iniciou com a decapitação das FA. Esta decapitação, pela via dos saneamentos, não teve a sua motivação no alegado «fascismo» dos Comandos Superiores nem dos Altos Comandos, mas na conveniência em satisfazer algumas vaidades da média hierarquia ficando assim a indisciplina instalada.

2.3.2 – A Nova Luta Pelo Poder

No rescaldo dos acontecimentos de «11 de Março» de 1975 todos os Oficiais considerados apoiantes de Spínola foram presos e/ou afastados das suas funções. Sem inimigo comum, com lugares para preencher pelo afastamento dos seus titulares, os Oficiais afectos a Costa Gomes, mas integrantes das duas facções, comunista e socialista iniciaram os seus combates pelo poder, comprovando-se que com o afastamento dos «spinolistas» não tinha encerrado o conflito.

Para o Coronel Varela Gomes: “Foi o vencer-se o 11 de Março que deu novo impulso à Revolução, levando a nova assembleia do MFA, reunida nessa mesma noite, com a presença de oficiais, sargentos e praças, a abrir caminho para as grandes medidas que se seguiram: institucionalização do MFA, criação do Conselho da Revolução, decisão da nacionalização da banca, dos seguros e dos sectores básicos da nossa economia, início da reforma agrária e definição da opção socialista para a revolução portuguesa” (Gomes, 1980: 76).

A Assembleia a que Varela Gomes se refere decorreu no edifício da Calçada das Necessidades (Instituto de Sociologia Militar). Para muitos militares esta reunião não passou de uma «Assembleia Selvagem», sem representação, sem convocatória, sem ordem de trabalhos, sem o mínimo exigível para que se pudesse designar por assembleia. Efectivamente, mais não foi do que uma reunião de um grupo de amigos e coniventes para distribuírem, entre si, os lugares que a precipitação de Spínola lhes legara.

As citações de Varela Gomes dão-nos uma ideia muito clara da representatividade dos militares que se reuniram nessa designada Assembleia do MFA de 11 e 12 de Março de 1975, do ambiente que então se vivia, bem como da conduta ética e disciplinar seguida pelo Corpo de Oficiais: “Pelas 21 horas, conforme combinado, o pessoal da 5.^a Divisão começou a juntar-se no edifício do Instituto dos Altos Estudos de Defesa Nacional (...) Também se foram juntando outros militares que connosco tinham colaborado nesse dia e elementos dispersos à procura de informações. (...) — Vamos lá até Belém — concluiu-se.

Segue relativamente pouca gente, quase tudo oficiais com cargos de responsabilidade. (...) Quem estava presente e pôde entrar, entrou. As portas ficaram abertas de par-em-par, com muita gente no grande vestíbulo contíguo, tentando ver e ouvir. (...) A sessão foi longa de 9-10 horas. (...) “Morais e Silva, (...) inflama-se então, exige medidas drásticas, a transferência do COPCON para uma Base Aérea de modo a ficar a dispor de uma força de intervenção eficaz.” (...)

“Tinha-se entrado na fase das decisões concretas. A madrugada ia adiantada, talvez umas 6 horas da manhã. (...) Moraes e Silva, colhendo o proveito da sua anterior

intervenção ultra-revolucionária é indicado para o comando da Base Aérea 5. Para o Regimento de Pára-quedistas é citado o Major Calheiros (Gomes, 1980: 76 a 91).

Na noite de 12 de Março realizou-se no Centro de Sociologia Militar uma reunião da Força Aérea, durante a qual “Serão os «amorfos» de ontem, oportunistas de então, quem mais clamará por vingança, (...) Costa Neves e Sobral Costa esforçar-se-iam então para solucionar o diferendo através de uma conciliação interna, quase alcançando tal objectivo, não fora a intervenção radical de Morais e Silva” (Almeida, 1978: 356).

Afastados os «spínolistas», os Oficiais apoiantes de Costa Gomes e simultaneamente afectos às facções comunista e socialista ficaram, finalmente, detentores de todo o poder político e militar, que distribuíram entre si como puderam e as rivalidades faccionárias o permitiram.

A Assembleia do MFA ou «Selvagem» decidiu, entre outras coisas, a institucionalização do MFA e a constituição de um Conselho da Revolução, o qual viria a ser criado pela Lei n.º 5/75, de 14 de Março.²¹³

Os Oficiais «spínolistas», afastados dos seus cargos e os partidos políticos considerados mais à direita ficaram expectantes a assistir à luta entre os comunistas de Vasco Gonçalves e os socialistas de Melo Antunes. Sobre este Conselho da Revolução diria Carlos de Azeredo: “Se havia um ‘educador da Classe Operária’ já entre nós, os oficiais do Conselho da Revolução, guiados por Melo Antunes, pretenderam ser os não menos ridículos ‘educadores da classe política’” (Azeredo, 2004, 162).

Uma das primeiras medidas do Conselho da Revolução, inteiramente constituído por Oficiais afectos aos Partidos Comunista e Socialista, consistiu na Nacionalização da Banca. Numa medida tão estruturante para a economia nacional, quanto esta, as duas facções estiveram de acordo, como o estiveram no que concerne à Descolonização dos Territórios de África e à Reforma Agrária.

A nível militar a situação deteriorou-se de tal modo que, e seguindo apenas a Força Aérea como exemplo, a linha de comando ficou assim estabelecida:

²¹³ OE de 1975.

1. Para o cargo de Chefe do Estado-Maior, correspondendo a General de 4 estrelas, foi nomeado titular do mesmo o Major Morais e Silva que, para o efeito, foi graduado em General de 4 estrelas. A elevada distinção foi obtida pelas posições que assumiu na Assembleia do MFA de 11 de Março e na Assembleia da Força Aérea do dia seguinte. O Ramo mais tecnológico das FA passou, assim, a ser chefiado por um Major. Esta, como outras graduações, que não encontravam referências na lei nem nos bons costumes das FA, conferia, como na altura se referia, uma autoridade revolucionária.
2. Para o cargo de Comandante da 1ª Região Aérea, correspondendo a General de 3 estrelas, foi nomeado titular do mesmo o Tenente-Coronel Pinho Freire, que para o efeito foi graduado em General de três estrelas.
3. Os Comandos das Bases Aéreas seguiram o mesmo princípio. O RCP, a mais forte unidade do País, passou a ser comandada pelo Major José Alberto de Moura Calheiros, que para o efeito foi graduado em Coronel.

Com esta cadeia de comando e vários Coronéis de carreira e alguns Oficiais Gerais ainda ao serviço se passou a Primavera de 1975 e se entrou nos dias do «Verão quente».

A linha de comando tornou-se confusa, passando Majores a comandar Coronéis e Generais, sem ser clara a obrigatoriedade da obediência destes, que obviamente se movimentavam na dúvida e na intriga. Tal como acentuou Ortega Y Gasset “A função decisiva em toda a sociedade é a de mandar e obedecer. Se nesta estiver confusa a questão de quem manda e quem obedece, tudo o resto marchará imperfeita e defeituosamente” (Gasset, 1989).

Na mesma linha de pensamento se pronunciou Gaston Courtois, quando afirmou: “Sem chefe que ordene e coordene, sem chefe que pense e transmita aos seus subordinados o seu pensamento, como a cabeça transmite aos membros o seu influxo nervoso, qualquer grupo humano se esgota em esforços sobre esforços que, neutralizando-se, acabam sempre em fracasso, tanto mais desanimador quanto maior era a boa vontade de que cada qual estava impregnado, fracasso de que Babel e a corte do rei Pétaud são imagens populares” (Courtois, 1968: 11).

É certo que no caso vertente havia chefes, mas não o chefe «que pense» como o idealizou Gaston Courtois, mas tão só o chefe de grupos que ao sabor das conveniências próprias se formavam e se desfaziam. O estado das FA caracterizava-se então pela indisciplina e pela inoperacionalidade, consequência directa da anarquia instalada na linha de comando.

2.4 – O 25 de Novembro

A análise do que foi e como se chegou aos acontecimentos que ficaram conhecidos pelo «25 de Novembro» sugere que se inicie este sub-capítulo com uma afirmação de Maria Inácia Rezola: “as origens do 25 de Novembro têm de ser procuradas no desenvolvimento do processo revolucionário. E, sobretudo, a partir do 11 de Março, momento em que os sectores progressistas do MFA assumem o controlo do aparelho militar e de Estado, acelerando e radicalizando a revolução.”

Maria Inácia Rezola avança ainda outra afirmação, que apoia a objectivação do acontecimento que alicerçou todas as divergências que presidiram às tomadas de posição dos Oficiais durante o chamado «período revolucionário»: “Questões como a descolonização tinham deixado patentes discordâncias quanto ao rumo a tomar, a partir do 11 de Março e do afastamento definitivo dos sectores «spinolistas» da esfera do poder, as divisões acentuaram-se, minando a já precária coesão das forças militares. O inicial consenso conseguido em torno da necessidade de derrubar a ditadura desaparecera.”²¹⁴

A análise de Rezola parece correcta, ao centrar a unidade no derrube da ditadura e a discordância na descolonização. Contudo não se pode ficar limitado à descrição do acontecimento, há tem que o explicar. O derrube da ditadura foi mais uma consequência, do que uma causa. A causa mais remota que motivou a movimentação militar consistiu na Guerra de África e na procura do seu fim que não era obténivel sem o fim da ditadura. Tornou-se, então, imperioso atacar a ditadura para acabar com a Guerra de África.

²¹⁴ Jornal *Público* de 27 de Novembro de 2000.

O modelo de descolonização a escolher poderia determinar a continuação da Guerra, pelo que os Oficiais que dela se queriam retirar pugnavam pela descolonização tão rápida quanto possível. Compreende-se assim, que os melhores Oficiais estivessem com Spínola, já que não tinham medo da guerra, enquanto os outros se acotovelavam em redor de Costa Gomes, que lhes garantia que para a Guerra não iriam, como aliás nunca tinham ido.

Restabelecida a normalidade após os acontecimentos de «11 de Março», havia que traçar o caminho a seguir, o que só poderia ser determinado pelos partidos políticos ditos de esquerda, PS e PC, com o apoio das respectivas facções de Oficiais colocados no Conselho da Revolução, por ser o Órgão Institucional que tudo centralizava e onde estavam «sentados» todos os Chefes Militares. Nesta fase, e por força das soluções encontradas e da propaganda que se lhe seguiu, os partidos políticos situados à direita dos dois supra citados, bem como os Oficiais considerados «spinolistas», ficaram literalmente arredados de todas as decisões militares e políticas.

A estabilidade nacional e a definição do rumo político para o País careciam, assim, de um entendimento no quadro da própria esquerda, o que se revelou absolutamente “impossível como se viu — por culpa das manobras e dos compromissos internacionais do PS e por culpa dos erros e dos compromissos internacionais do PC” (Rodrigues, 1976: 256).

Com a governação do País dispersa por múltiplos centros de poder, não coordenados nem articulados entre si, assumiam os limites do confronto dois pontos de divergência, de um lado o Governo, presidido por Vasco Gonçalves, que simultaneamente liderava a facção comunista dos Oficiais e do outro, o Conselho da Revolução, a partir do qual Melo Antunes assumira a liderança da facção socialista.

A oposição que progressivamente se foi gerando entre os dois órgãos de poder e entre as duas facções de Oficiais conduziu o País a um elevado grau de ingovernabilidade e de instabilidade social e económica. De qualquer modo, a acção governativa dependia fundamentalmente dos actos do Governo, o que provocava as intenções de Melo Antunes e dos seus colaboradores, para que Vasco Gonçalves fosse demitido do cargo, onde previamente o tinham colocado.

Com este objectivo, mais do que qualquer outro, nove Oficiais do Conselho da Revolução, próximos do PS, liderados por Melo Antunes, elaboraram um documento que ficou conhecido por «Documento dos Nove» ou «Documento Melo Antunes», surgido publicamente em 7 de Agosto de 1975, no qual se argumentava e defendia o seguinte:

“O MFA que inicialmente se havia afirmado suprapartidário, viu-se cada vez mais enleado nas manipulações politiceiras de partidos e organizações de massas (assim, estes Oficiais):

- Recusam o modelo de sociedade socialista tipo europeu-oriental (referência atribuída ao comunismo, para onde Vasco Gonçalves poderia levar o País); (...)
- Recusam o modelo de sociedade social-democrática em vigor em muitos países da Europa Ocidental (referência ao spinolismo); (...)
- Lutam por um projecto político de esquerda, onde a construção de uma sociedade socialista tenha posto fim à exploração do homem pelo homem.”²¹⁵

Observe-se como um grupo de Oficiais defendia o suprapartidarismo do MFA com um documento que se poderia perfeitamente identificar como um manifesto do PS. Com este documento e esta posição, afastando-se do PC e renegando as opções comunistas e social-democráticas, o Conselho da Revolução tornou-se num órgão político/militar ao serviço do PS.

Uma análise cuidada desde documento, que foi colocado a circular sob a forma de recolha de adesões por todas as unidades militares do País, permite dividi-lo em três partes, independentes da cronologia do próprio texto. Numa primeira parte, os autores, caracterizam a «dispersão dos centros de poder» militares que retiravam autoridade ao Governo.

Neste sentido, não havia qualquer fundamento para colocarem, publicamente, as suas preocupações com a falta de autoridade do Governo, órgão que eles queriam atacar. Desde logo, não se vislumbra o mínimo de seriedade política nestas preocupações.

²¹⁵ O documento circulou, na altura, pelas diversas unidades militares para recolha de apoios, pelo que possuo uma cópia do mesmo no meu arquivo pessoal.

Numa segunda parte do documento manifesta-se a impossibilidade de uma governação eficaz «com a actual equipa dirigente», «dada a sua falta de credibilidade e manifesta incapacidade governativa». Ou seja, segundo a opinião deste grupo de Oficiais, impunha-se a demissão de Vasco Gonçalves, que eles próprios tinham apoiado para Primeiro Ministro, quando lhe convinha afastarem Palma Carlos, que era «spinolista».

Na terceira parte do documento, os Oficiais são muito claros na apologia que desenvolvem sobre o socialismo, identificando-se com o Partido Socialista, chegando mesmo a afirmar que «terá de competir ao MFA» «definir um projecto político de transição para o socialismo», «sem violar a vontade da maioria dos portugueses», referência que não se pode desligar do facto de o Partido Socialista ter vencido as Eleições que se haviam realizado no dia 25 de Abril desse ano de 1975.

Em resumo, o «Documento dos Nove», designação que lhe adveio de serem nove os Oficiais subscritores, consistiu num manifesto do PS posto a circular no interior das unidades militares com o objectivo de recolher adesões. Com algum desconforto para muitos, independentemente das suas preferências ideológicas, o MFA, que inicialmente se pretendia equidistante de todos os partidos políticos, colocou-se ao serviço de um deles com todos os problemas que uma tal situação teria que provocar.

A posição dos Oficiais nesta década de setenta não diverge da posição dos seus antecessores da década de vinte, conflituando entre si, com os milicianos e com os sargentos na moldagem do regime e dos sistemas organizacionais²¹⁶. O «Documento dos Nove» circulou pelas unidades dividindo Oficiais, formando grupos, originando cisões. A onda de contestação ao documento não residia tanto no diagnóstico que era feito da situação, mas nas responsabilidades atribuídas aos seus autores na própria configuração da situação criada, e que agora contestavam, e na colagem que faziam a um partido político, que para muitos militares era um comportamento inaceitável por o considerarem desprestigiante para as FA.

O Documento provocou diversas reacções. Um outro grupo de Oficiais, com mais destaque para Otelo Saraiva de Carvalho, Mário Tomé e Dinis de Almeida elaboraram um outro documento, igualmente extenso, onde chegaram a afirmar: “a solução da

²¹⁶ Atente-se no elevado número de Oficiais e Sargentos que foram presos e saneados durante o chamado PREC (1974-1975).

presente situação, pela qual é altamente responsável o MFA,”²¹⁷. Neste ponto, isto é quanto a atribuir ao MFA a responsabilidade pela anarquia que se vivia em Portugal, todos estavam de acordo: o oficialato era o responsável por tudo.

Considero interessante, para além de significativa, a afirmação de Salgueiro Maia, um dos únicos Cavaleiros que não era «spinolista», mas que nunca conseguiu dirigir qualquer facção de Oficiais. Afirmou ele sobre o “Documento dos Nove”: “Todas as opções políticas estão definidas pelos partidos; se o MFA tomar uma, está a dar força a um partido, e conseqüentemente passam as Forças Armadas a estar conotadas com esse partido; isto incentiva o oportunismo político nas fileiras e as conseqüentes cisões; por fim, surgirão os regeneradores de um novo 28 de Maio. Depois, precisamos de prestígio e não de popularidade, é necessário restaurar a disciplina e a hierarquia” (Maia, 1994: 109).

A posição que Maia assumiu foi repetida em muitas unidades e por muita gente, mas nem foi fácil, nem resultou. Basicamente, os Oficiais ou se colocavam numa posição de apoio ao documento, o que os conotava com o PS, ou numa posição de recusa, o que os conotava com o PC, com Partidos à esquerda deste ou os apelidava de direita e como próximos de Spínola. Os militares que procuraram manter alguma equidistância ou que entendiam não deverem os militares apoiar tão directamente um partido político, fosse este qual fosse, como sugeria Salgueiro Maia, não o conseguiram e foram conotados como comunistas ou de direita, como era mais conveniente aos «nove» e seguidores. Estes não se tinham formado na arte de combater, especializando-se sim na arte da propaganda, o que não deixava de ser uma das vertentes da Guerra.

A complexidade, senão mesmo a impossibilidade de ser partidariamente neutral, terá constituído e provocado o maior afastamento do espírito militar que alguma vez os Oficiais portugueses sentiram.

“Entretanto acentuou-se a reacção dos partidos ao V Governo (o Governo que na altura Vasco Gonçalves chefiava), sobretudo por parte do Partido Socialista cuja direcção política tinha afinal colaborado durante o consulado gonçalvista com o processo realizado para a descolonização. E acentuou-se a acção do Grupo dos Nove...” (Azevedo, 1979: 82 e 83).

²¹⁷ Possuo cópia do documento no meu arquivo pessoal.

A forma como o Partido Socialista se aproveitou do “Documento dos Nove”, seguindo-o na componente da sociedade civil, revelou haver total ajuste de comportamento entre as duas entidades, e uma estratégia consertada, o que mais endureceu os ânimos na sociedade civil e militar. Os Oficiais viram-se cercados e limitados na sua dignidade militar.

A este propósito e referindo-se à componente militar, afirmou o Coronel Alexandre Pardal: “Fez-se uma revolução há vinte e seis anos, instalou-se uma democracia dizem muitos, uns por convicção outros porque convém. Mas como não há democracia sem democratas, perguntamos, ao nível mais representativo, onde estão eles?”²¹⁸ Pode ser apenas uma pergunta, que não deixa de ser pertinente face aos múltiplos acontecimentos que se acabam de descrever e, sobretudo, por ser apresentada num boletim oficial duma organização de militares.

As elites militares tinham trocado as suas referências baseadas nos valores da Pátria, pelas referências estruturadas em ideologias partidárias. Esta atitude, do foro da cultura política, alterou substancialmente os respectivos comportamentos, estes do âmbito da participação política, intervindo em áreas exógenas ao sistema militar.

2.4.1 – De Capitão a General

“Para alterar o diferencial de forças militares que lhe era desfavorável, o «Grupo dos Nove» decidiu substituir, no comando da Região Militar de Lisboa, Otelo de Carvalho por Vasco Lourenço, um dos signatários do Documento Melo Antunes, (...). Decisão esta que poderia aparecer, neste contexto, como uma verdadeira «provocação», por não concordar com ela a grande maioria das unidades militares da Região de Lisboa. O grupo dos Nove, que em Agosto tinha ganho uma espécie de *referendum* alargado a todas as unidades do país sobre o seu Documento, aí contradizia claramente o próprio princípio sobre o qual tinha assente todo o seu poder no exército e nos órgãos do governo: o consenso interior do MFA” (Faye, 1977: 24).

É determinante entender o motivo subjacente ao facto de Vasco Lourenço ser então contestado. Aparentemente, a contestação a Vasco Lourenço fundamentava-se na lógica

²¹⁸ Artigo de opinião, in *Boletim da ASMIR*, (ASSociação dos Militares na Reserva e Reforma) n.º 65, p. 11. Alexandre Pardal já era Coronel em 25 de Abril de 1974.

dos dois grupos em presença: Grupo Militar/Grupo dos Nove, por um lado, e Oficiais comunistas e afectos à esquerda revolucionária, por outro. Contudo, esta razão parece ter sido apenas aparente, porque a realidade fundamentava-se no facto de ele ser Capitão e os Comandantes das diversas unidades que ficariam, como depois ficaram, na sua dependência, serem Majores, também quase todos graduados numa patente superior e não quererem ser comandados por um seu inferior hierárquico. Ou seja, os Majores estavam a sentir-se asfixiados pela sua própria atitude, a ambição desmedida e incontrolável de quererem ser graduados em patentes tão elevadas quanto possível. Além de que graduar um Capitão em General e nomeá-lo Comandante de uma Região Militar, sabendo que Spínola o considerava com “falta de aptidão” para comandar uma Companhia, só poderia constituir uma aberração levada ao extremo e alvo de contestação e oposição total. Todavia, a propaganda então desenvolvida classificava este procedimento de «moderado». Ou seja, os termos «moderado e extremista» não significavam atitudes de menor ou maior radicalidade comportamental face a uma determinada causa, mas apenas indicavam, respectivamente, quem era «por nós ou contra nós».

Formatava-se como que uma medida «cautelar»: se os Majores tinham ocupado todos os postos superiores das FA, devido ao saneamento dos Oficiais Gerais e da maioria dos Coronéis, a graduação de Vasco Lourenço, que era Capitão, podia obrigar a descer o patamar democrático e do «fascismo». Isto é, os Comandantes das unidades agruparam-se em torno de Oteló Saraiva de Carvalho, não pelo grupo militar a que pertencia, porque, em boa verdade, ele integrava os dois grupos, mas pela patente de base que efectivamente tinha, a de Major. A graduação de Vasco Lourenço poderia conduzir a que os Capitães passassem a reivindicar para si a qualidade de «democratas», apelidando os Majores de «fascistas», como estes designaram previamente os seus superiores quando lhe quiseram ocupar os lugares.

Sobre este assunto entrevistei o Coronel Mário Tomé²¹⁹, ao tempo Major e Segundo Comandante do Regimento de Polícia Militar, que era um dos mais acérrimos opositores à graduação de Vasco Lourenço, a quem perguntei a razão porque contestavam «o Vasco». Mário Tomé, que indiferentemente das posições políticas que veio a assumir, era um militar brilhante e, de tal modo, que foi Ajudante-de-Campo do General Kaúlza

²¹⁹ Em 10/05/2003, no âmbito da presente investigação.

de Arriaga, quando este foi Comandante-Chefe das Forças Armadas de Moçambique, respondeu-me: “se queres que te diga também não sei”. Não sabia, ou não se queria lembrar, mas contestava. Quando lhe disse que os Majores não queriam ser comandados por um Capitão, Mário Tomé respondeu-me: “eh pá, tu achas que era por isso?” Respondi-lhe que era essa a minha convicção. A conversa prolongou-se sempre à volta do mesmo tema, sem mais nada de novo ou relevante.

Quanto a este tema que, no meu entendimento, foi o verdadeiro responsável pelas reivindicações dos Oficiais, é relevante a frase de Ferreira da Silva: “O PREC começou logo a seguir ao 25 de Abril, quando em Belém se reuniu uma multidão de oficiais, para «sanear» generais. Penso que todos devemos assumir que cometemos erros, incluindo aqueles que fizeram o 25 de Novembro. Quantos é que apoiaram os canais paralelos de comando quando era precisa disciplina nas unidades? Quantos foram vítimas de anti-spinolismo primário, que muito ajudou à derrocada? (Cunha, 2001: 161).

Senão vejamos a insistência de Vasco Lourenço em ser graduado em General e a conveniência do «Grupo dos Nove», para que um seu elemento comandasse a Região Militar de Lisboa, como já acontecia com todas as outras Regiões, forçaram a discussão do tema no Conselho da Revolução, de 24 de Novembro de 1975. O Conselho, decidindo por maioria, exonerou Otelo Saraiva de Carvalho da Chefia da Região Militar de Lisboa, a qual, como era pretendido pelo «Grupo dos Nove» e por ele próprio, foi atribuída a Vasco Lourenço. O Conselho decidiu, ainda e também, a extinção do Regimento de Pára-Quedistas.

Os homens de Melo Antunes acabavam de efectuar um golpe de Estado “palaciano”, em relação a Costa Gomes, como os homens de Vasco Gonçalves o haviam feito a Spínola no dia 28 de Setembro de 1974: esvaziando-o de poder. Com a nomeação de Vasco Lourenço para a Região Militar de Lisboa, os «Nove» ficavam com elementos seus no Comando de todas as Regiões Militares. Concomitantemente, a extinção dos Pára-Quedistas implicava a passagem de todos os Oficiais e Sargentos do quadro para as suas Armas de Origem, ou seja, para o Exército, o que muito melhoraria a capacidade operacional daquele Ramo das FA. Por sua vez, o COPCON só no papel continuaria a existir, porquanto não teria mais quaisquer tropas sob o seu comando.

“Costa Gomes não é homem para aceitar provocações, embora seja mais hábil a montar meadas do que a desfazer-se delas, quando isto implica rapidez de reflexos...” (Rodrigues, 1976: 263). Sentindo-se e estando efectivamente a ser provocado por Melo Antunes e pelo seu grupo, reagiu à sua maneira; decidindo sem se comprometer. Os homens de Costa Gomes entraram em acção, atitude impensável sem a sua anuência, o que significa que se Costa Gomes não decidiu, concordou: o comandante Almada Contreiras, que dirigia o Serviço de Documentação e Coordenação de Informações (SDCI), onde funcionava “o quartel-general Gonçalvesista (...) abandona o Conselho da Revolução (órgão de que era membro), às duas da manhã (dessa madrugada de 25 de Novembro de 1975). Passou pelo SDCI e abalou para o COPCON...” (Antunes, SD: 282).

Segundo o Coronel Varela Gomes “O verdadeiro posto de comando no 25 de Novembro – como, aliás, o disse Serge Jully, do Libération - funcionou na Rua Castilho, nas instalações do Serviço de Informações, dirigido pelo Contreiras.”²²⁰

“O capitão Cabral e Silva (que fora Chefe de Gabinete de Vasco Gonçalves, quando este era Primeiro Ministro) telefona às duas horas da manhã aos pára-quedistas e diz ser necessário «pôr as unidades sobre rodas»” (Antunes, SD: 263).

A ligação e posterior interpretação destes acontecimentos, carece de informação substancial e credível, o que não é fácil de obter, porque os militares que estiveram nas acções «subterrâneas» para preparar a saída dos Pára-Quedistas, ou não respondem às perguntas que se lhes colocam ou, se respondem, tendem a não revelar toda a verdade²²¹.

Os dados começam, todavia, a ajustar-se e as conclusões podem fluir: Almada Contreiras saiu do Conselho da Revolução de forma coordenada com Costa Gomes e dirigindo-se ao SDCI, transmitiu a Cabral e Silva que podia accionar a operação. Este Capitão Engenheiro telefonou para Tancos e disse ao Major Pessoa para «pôr as unidades sobre rodas», referindo-se às Companhias.

²²⁰ “INDY” - Revista do jornal *O Independente* de 27 de Novembro de 1998.

²²¹ Sobre este assunto, refiro que ao telefonar para um Sargento Pára-Quedista, meu amigo de longos anos, o qual esteve por dentro de muitas das acções desencadeadas neste período, como é do meu conhecimento, este me respondeu nos seguintes termos: “Só de ouvir a tua voz já fiquei cheio de urticária. Então tu agora resolveste andar a investigar tudo o que a malta fez?”

Corroborando estas informações, no «Relatório aos Acontecimentos de 25 de Novembro» afirma-se: “Entre as 2 e as 3 horas, na BETP o oficial de dia manda chamar, por ordem do ex-maj. pára Pessoa, os graduados que viriam a estar empenhados na ocupação da BA5, os quais se armam e equipam de seguida.”²²²

Todavia, José Freire Antunes afirma: “Entre as quatro e as cinco da manhã, segundo afirmará o major Pessoa, o general Otelo Saraiva de Carvalho, telefona-lhe e ordena-lhe que dê instruções às tropas pára-quedistas para ocuparem as bases da Força Aérea. O major Pessoa dá ordens ao capitão Marçalo da Silva, ao tenente Matos Serra e ao sargento Álvaro Neves para formarem pelotões e ocuparem as bases” (Antunes, SD: 253).

As interpretações não coincidem. Mascarenhas Pessoa parece ter avançado duas horas relativamente ao momento em que recebeu o telefonema, de forma a que hora coincida com a chegada de Otelo ao COPCON. Chego a esta conclusão por serem várias as fontes que afirmam que Otelo chegou ao COPCON cerca das 4 horas e 30 minutos. O próprio Otelo o afirma: “Às quatro horas da manhã deixei o Conselho da Revolução” (Faye, 1977: 30).

Por considerar relevante a precisão horária, o momento exacto em que Pessoa recebeu o telefonema, entrevistei vários Sargentos que estiveram envolvidos nestas acções, nomeadamente o Álvaro Neves, além do Capitão Marçalo da Silva e do Tenente Matos Serra²²³. Todas as informações são coincidentes: Mascarenhas Pessoa recebeu a ordem pouco depois das 2 horas, o que significa não ser verdade o tê-la recebido «entre as quatro e as cinco da manhã», o que afirmou com o objectivo de atribuir a ordem a Otelo; e prova-se que recebeu a ordem pouco depois das duas horas, através de telefonema do Capitão Cabral e Silva, cuja identidade pretendeu esconder, desviando assim as atenções da verdadeira origem da ordem e do grupo de Oficiais nela envolvido.

O Major Mascarenhas Pessoa, Comandante do RCP, ordenou então a formação de três Companhias e a ocupação das Bases Aéreas de Tancos, Monte Real e Ota. No momento da formação das Companhias “é referido que se cumprem ordens do COPCON via ex-

²²² Ponto 8, p. 2, do jornal, *O Século*, de 19/07/76.

²²³ Entrevistei o Sargento Álvaro Neves no dia 10/06/2001 e os dois Oficiais, hoje com a patente de Tenentes-Coronéis, ambos no dia 27/06/2003, no âmbito da presente investigação.

major Pessoa”.²²⁴ O comportamento de Mascarenhas Pessoa, desviando a cadeia pela qual tinha recebido a ordem é revelador da estratégia subterrânea em que se movimentou este grupo «fiel» a Costa Gomes, que nunca decidiria nada sem o seu consentimento.

No SDCI, onde funcionou o centro de comando, estavam ainda outros Majores do grupo «fiel» a Costa Gomes, um dos quais, o Major Engenheiro da Força Aérea Pereira Pinto, ex-Conselheiro da Revolução, que em carta a Costa Gomes e a vários Conselheiros da Revolução, datada de 30/12/75, afirma: “...não me entreguei embora seja responsável no sector dos acontecimentos do 25 de Novembro relacionado com a movimentação das tropas pára-quedistas. Pretendiam os pára-quedistas e os militares, que como eu com eles se solidarizaram, a demissão da chefia «revolucionária» da Força Aérea...” (Rodrigues, 1976:323).

Cerca das catorze horas e trinta minutos, desse mesmo dia 25 de Novembro, recebi um telefonema do Major Pereira Pinto para me deslocar ao SDCI, seu local de trabalho, onde me foi entregue o comunicado, supostamente da responsabilidade dos Pára-Quedistas e me foram transmitidas instruções para me dirigir aos estúdios da Televisão, onde o devia ler, como o fiz.

O comunicado continha duas afirmações idênticas a outras duas igualmente inscritas na carta que o Major Pereira Pinto escreveu a Costa Gomes, o que significa que foi aquele quem escreveu o comunicado que eu, em nome dos Pára-Quedistas, li na televisão.

É extremamente relevante a afirmação de Pereira Pinto quanto aos objectivos que presidiram à movimentação dos Pára-Quedistas que, não sendo de sua iniciativa, estavam inteiramente concordantes com os objectivos, que eram tão só a demissão da chefia «revolucionária» da Força Aérea. Mas convém notar que os «revolucionários» estavam na chefia: eles é que tinham sido eleitos na já citada Assembleia de 11 de Março de 1975, devido ao tipo de manifestações que ali exibiram.

Um outro Major que estava no SDCI, quando a ordem para ocupar as Bases foi telefonada para Tancos, era Costa Martins, Piloto Aviador que tinha sido Ministro do Trabalho quando Vasco Gonçalves fora Primeiro Ministro. Após o telefonema para Tancos, Costa Martins deslocou-se para o COPCON, acompanhado do Primeiro

²²⁴ Ponto 9, p. 2, jornal *O Século*, de 19/07/76.

Sargento da Força Aérea e membro da Comissão de Sargentos deste Ramo das FA, Guy Ferreira. A deslocação de Costa Martins para o COPCON tinha por objectivo que dali fossem transmitidas ordens à Companhia de Pára-Quedistas que estava colocada na Base do Montijo para que a ocupasse e que fossem também transmitidas ordens à Companhia que estava no Depósito Geral de Adidos da Força Aérea (DGAF), para que ocupasse o Comando da Região Aérea, situado em Monsanto.

Como se verifica, as ordens transmitidas a estas duas Companhias não foram da responsabilidade do Major Pessoa, mas sim do COPCON. A razão de assim ser deveu-se aos meios de comunicação então disponíveis. As Companhias, com mais ou menos problemas de percurso devidos a desentendimentos entre os escalões Superiores de Comando, sempre estiveram na dependência do COPCON desde o seu regresso da Guiné, razão pela qual estavam em contacto rádio e telefone, directo e permanente, com aquele comando. Tancos não tinha meios de comunicação expeditos e rápidos com estas Companhias. Para além de que, estando as duas Companhias na dependência operacional do COPCON, levantaria graves suspeitas qualquer ordem operacional que fosse originária de Tancos.

Quando Costa Martins e Guy Ferreira chegaram ao COPCON, encontraram ali, segundo o Capitão Duran Clemente, um “elevado número de oficiais da RML”, que aguardavam informações sobre a decisão do Conselho da Revolução quanto à substituição de Otelo por Vasco Lourenço, no Comando da Região Militar de Lisboa. Costa Martins já teria informado os outros Oficiais das movimentações que os Pára-Quedistas tinham iniciado, concluindo-se por múltiplos relatos que todos a consideraram uma boa atitude. Pelo menos estavam a fazer o que lhes convinha, pois não queriam de modo algum ser comandados por um Capitão que ostentasse as estrelas de General e outra coisa não movimentava os Oficiais senão o que a eles próprios convinha.

Otelo chegou ao COPCON e foi logo confrontado com o relato de Costa Martins, que todos os Oficiais obviamente apoiaram. Verifica-se que Costa Gomes não informou Otelo das movimentações que tinha previsto antecipadamente, ou seja, a ocupação das Bases Aéreas pelos Pára-Quedistas, o que revela falta de confiança e está em perfeita concordância com as suas atitudes. O Major, que a revolução tinha graduado em General, pretendeu imitar o «mestre», ou seja, Costa Gomes: nem manda nem proíbe, o que permite que mandem por ele.

Para Gaston Courtois, “Toda a ordem dada empenha a responsabilidade daquele que a dá. O chefe digno de mandar deve possuir a força de carácter necessária para tomar, de boa vontade, essa responsabilidade. É incapaz, se a receia ou indigno, se a enjeita” (Courtois, 1968: 139). A opinião deste autor da ciência de comando corresponde ao que sempre tinha sido seguido nas FA. Mas a conjuntura então vivida levou a altos cargos quem não tinha capacidade para os exercer, nem para o efeito era reconhecido pelos seus pares, o que fragilizou e disseminou o comando que passou por vezes a residir apenas no grupo, como tudo indica foi o caso.

Citando mais uma vez Gaston Courtois, “Quanto mais se divide a responsabilidade, mais ela tende para zero” (Courtois, 1968: 139). Neste caso, ninguém sabia quem era o responsável e, à falta dele, prenderam-se os Sargentos Pára-Quedistas.

Sendo minha preocupação aqui compreender se as razões da anarquia instalada residiam ou não essencialmente na formação das elites, importa esclarecer por que razão os factos aconteceram desta forma e por que é que em parte permanecem na obscuridade. Os dados apontam para que a responsabilidade resida na disseminação do poder instalado e na respectiva ilegitimidade, o que conduziria à falta de autenticidade da cadeia de comando e subsequentes perversões.

As ordens para as Companhias do Montijo e do DGAFAs saíram efectivamente do COPCON e foram da responsabilidade de Otelo que, se as não deu, teve delas conhecimento, não as impedindo. Otelo, General com altos cargos de comando, teve conhecimento de que três Companhias de Pára-Quedistas estavam a ocupar outras tantas Bases Aéreas; deu ou deixou que dessem, a mesma ordem a duas Companhias que estavam sob a sua dependência operacional e, após este conhecimento, abandonou o COPCON indo dormir até que o Chefe de Estado-Maior do COPCON, Tenente-Coronel Baptista o chamou, cerca das 11 horas da manhã, quando a ocupação das bases era uma realidade já conhecida desde as 7 horas desse mesmo dia.

A Companhia do DGAFAs, à qual eu pertencia, formava a quatro Pelotões, mas tinha sempre um em descanso e desde o dia 21 de Novembro tinha destacado um outro Pelotão para o Forte do Alto do Duque, daí resultando que, na madrugada de 25 de Novembro, apenas estava meia Companhia no seu estacionamento habitual.

Segundo ordens superiores há muito seguidas, um dos Pelotões estava em alerta permanente, indo o restante pessoal dormir a casa, o que acontecia com muitos homens que viviam nas proximidades. Na noite de 24 para 25 de Novembro estava o meu Pelotão de serviço, vulgarmente designado de piquete, e não havia nessa noite mais de 50 homens presentes no estacionamento. O relato dos acontecimentos que vivi é ilustrativo do que pretendo demonstrar e descreverei o sucedido, utilizando o discurso directo sempre que o julgue imprescindível para acentuar a objectividade dos factos nos quais participei.

Às 5 horas e 50 minutos fui acordado pelo Primeiro Sargento Guy Ferreira, que estivera no COPCON com Otelo e viera do SDCI com Costa Martins, que me disse para irmos defender o Comando da 1.^a Região Aérea, acrescentando que eram ordens do próprio Otelo. A ordem era natural, tendo em conta que se situavam em Monsanto os locais de refúgio das altas chefias e que a Companhia havia ali treinado a segurança daquelas instalações. Todavia, não deixava de ser estranho que a ordem nos chegasse através de alguém que eu sabia não estar colocado no COPCON. Fiz, então, o que as regras e a segurança militar determinam: disse ao Soldado de serviço às comunicações para «perguntar ao COPCON qual a ordem que dera à Companhia» e fui acordar os outros Soldados. Quando regresssei e me dirigi, de novo, ao centro de transmissões, o Soldado ali de serviço, que já vinha na minha direcção, disse-me «o COPCON informa que deu ordens à Companhia para ir defender o Comando da 1.^a Região Aérea». Nem o Soldado Pára-Quedista, nem o Soldado do COPCON que nesse momento estava de serviço às transmissões, podiam adivinhar a ordem que eu recebera, pelo que a sintonia da mesma obriga e impõe o seu cumprimento.

Se alguém põe em causa o dever do cumprimento desta ordem, terá que encontrar uma tal posição na sua própria incompetência, único local onde se poderá refugiar alguma dúvida, se a houver. A segurança militar tem regras, em que a máxima é precisamente a que eu segui, ou seja, pedir a confirmação sem mencionar a ordem que recebera anteriormente, de molde a para impedir uma resposta do sim ou não ou, simplesmente, uma confirmação pela repetição.

A ordem não era detalhada, antes muito genérica: «ir defender o Comando da 1.^a Região Aérea». Contudo, tal não me preocupou, pois a fórmula pouco explícita era normal. Mas quando isso acontecia estava sempre um Oficial do COPCON à nossa espera no

local da operação, para nos detalhar as instruções; esperava, tal como os outros Sargentos, que assim fosse acontecer. Contudo, não foi o que aconteceu.

Nesta altura, a Companhia não tinha Oficiais, porque, em mais um episódio da convulsão provocada pelo oficialato, 123 Oficiais Pára-Quedistas tinham abandonado os seus postos no dia 10 de Novembro. Em função deste abandono e como dizem as regras militares, o graduado mais antigo comandava, neste caso um Primeiro Sargento.

Quando nos preparávamos para partir, os Primeiros Sargentos presentes, num total de cinco, pediram-me que assumisse o comando das operações por, segundo os próprios, se sentirem pouco à vontade para exercer tal comando. Contudo, comandar uma Companhia de Pára-Quedistas era, por estranho que pareça, mais fácil do que comandar uma Companhia de tropa normal, pela simples razão de que os Sargentos faziam tudo, o que mais uma vez se confirmou.

Ao chegarmos à Porta d'Armas do GDACI, o Primeiro Sargento Fernando da Silveira Augusto disse-me: "oh Rebocho, aqui deve ficar uma força e se achares bem fico eu". Respondi-lhe naturalmente que sim. Avançámos, e quando chegámos à Porta d'Armas do Comando da Região Aérea (COMRA), o Primeiro Sargento Renato da Silva Dias repetiu-me o mesmo que me tinha dito o Augusto, respondendo-lhe eu de idêntica forma.

Ao chegarmos em frente do COMRA, e para nossa total surpresa, não estava nenhum Oficial do COPCON para nos detalhar as ordens. Esperámos que alguém aparecesse, o que nunca sucedeu. Cerca das dez horas da manhã chegou o Primeiro Sargento Henrique António Silvestre, que estava colocado na Companhia do Montijo, para me informar que tinham recebido um telefonema do COPCON, atendido pelo Primeiro Sargento José Fernandes Cavaleiro, determinando que ocupassem a Base querendo os Sargentos daquela Companhia saber a minha opinião sobre o que deviam fazer.

Todos os Primeiros Sargentos das duas «grandes Companhias» vindas da Guiné estavam em grande consonância comigo, atentas as lideranças obtidas na Guiné com dedicação, estudo, trabalho, risco e solidariedade, que os Oficiais integrantes do «Grupo dos Nove» viriam a penalizar com o castigo máximo, após os acontecimentos desse dia: 5 meses de prisão, 6 anos de residência fixa, um número infinito de processos, sem nenhum deles ter sido concluído e, finalmente, a expulsão das Tropas Pára-Quedistas.

Percebi, nesse momento, que estávamos na presença de uma movimentação mais vasta cujos contornos não conhecia. Disse então ao meu camarada Silvestre que, em minha opinião, deviam cumprir a ordem a qual, na prática, se traduzia no impedimento da movimentação de aeronaves. Mas frisei-o bem: “não tratem mal ninguém”, o que foi satisfeito com elevada dignidade e profissionalismo, sob o comando do Primeiro Sargento Éneo António Prata Chinita.

2.4.2 – A Designação do Novo CEMFA

Às 12 horas e 30 minutos apareceu-me um Soldado da Polícia Aérea, dizendo que o Comandante da 1.^a Região Aérea, General Pinho Freire, queria falar comigo. Chamei três Pára-Quedistas²²⁵ para me acompanharem. O Soldado da Polícia Aérea sabia que Pinho Freire estava na Messe de Oficiais, em Monsanto, desconhecendo, contudo, o local. Chegados à Messe perguntei a um outro Soldado, que lavava o chão, onde estava o General, respondendo-me este que estava no seu quarto a dormir. Pedi-lhe que me conduzisse até lá, o que o militar recusou, alegando que o General não queria que ninguém o acordasse. Expliquei-lhe que Pinho Freire tinha que estar acordado, visto me ter mandado chamar, pelo que o Soldado, a custo e contrafeito, satisfez o meu pedido.

Logo à entrada daquela Messe existia um longo corredor à esquerda, no topo do qual estava a porta do quarto do General. O Soldado bateu à porta e alguém respondeu: “quem é?”. “É o faxina, meu General, está aqui o Comandante dos Pára-Quedistas”, respondeu o Soldado evidenciando algum tremor. A mesma voz respondeu: “entre”. O Soldado abriu a porta, que empurrou com o braço direito, enquanto se encostava à parede, do lado de fora do quarto, para me dar passagem. Aproximei-me da porta, totalmente aberta, e vi na minha frente um homem que não conhecia, embora a conjuntura me indicasse tratar-se do Tenente-Coronel, graduado em General, Pinho Freire, Comandante da 1.^a Região Aérea, logo, também Comandante dos Pára-Quedistas.

Feitas as apresentações, próprias da ética militar, Pinho Freire disse-me: “nosso Sargento explique-me lá o que se está a passar”. Informei o General descrevendo-lhe a

²²⁵ Não identifico no texto estes homens, como nunca os identifiquei noutras circunstâncias, por razões de segurança, deles e de mim próprio. O seu testemunho poderá ainda vir, um dia, a fazer falta e, nessa altura, serão identificados.

ordem que ali levava os Pára-Quedistas, Pinho Freire questionou-me sobre as minhas intenções. Respondi-lhe esperar ordens. “E por que é que não te retiras para o teu local de estacionamento?”, continuou o General, ao que lhe lembrei ter recebido ordens dum outro General (Oteló), não me podendo retirar sem novas ordens. Foi então que o Comandante da 1.^a Região Aérea me perguntou: “e se eu te mandar retirar, retiras-te? Cumpres as minhas ordens?” Respondi-lhe que as cumpriria como era meu dever. Pinho Freire deu-me então ordens para retirar os Pára-Quedistas para a unidade de estacionamento.

Cumprindo de novo com a ética militar, retirei-me. Já tinha abandonado o quarto, quando o General, usando de um tom familiar, me chamou. Regressei, prosseguindo o General: “Pensando melhor, tu não te vais retirar, uma vez que estás aqui, continuas, mas agora sob as minhas ordens”. Respondi-lhe que ficava ali a cumprir as suas ordens e que percebera a nossa «nova» dependência funcional, isto é, a nova linha de comando, que mais uma vez se alterava sem qualquer tipo de fundamentação legal.

Pinho Freire, colocando-me a mão sobre o ombro disse-me então: “eu vou vestir-me e vou a Belém falar com o nosso General Costa Gomes e vou resolver isto”. Supus que se tratava da problemática que envolvia a conjuntura dos Pára-Quedistas no seu todo. Afinal, Pinho Freire pretendia obter, com a sua conversa simpática, o apoio de um dos Sargentos «que faziam mexer as tropas»; reunia agora os melhores trunfos — se o deixassem jogar.

Simultaneamente, às nove horas tinha-se iniciado, em Belém, uma reunião de emergência entre o Presidente da República, o Conselho da Revolução e os comandantes militares. Pinho Freire faltara, obviamente, conquanto o motivo se desconhecêsse. Alguns afirmariam que fora preso, o que é falso, atendendo ao que supra descrevi. Pinho Freire «jogou» por sua conta, ou, o que é também possível, aproximou-se dos «spinolistas», razão por que me mandou chamar a mim? Pinho Freire aproximou-se dos Pára-Quedistas, dos quais se afastara o seu Chefe de Estado-Maior, Morais e Silva. Os dois homens fortes da Força Aérea passaram assim a estar em rota de colisão. Pinho Freire era um sério candidato a CEMFA.

Pouco passava das duas horas da tarde quando o General da Força Aérea Rangel de Lima foi convidado pelo Major Pereira Pinto, o homem que comandava toda a

operação, para o lugar de CEMFA, para o que dispunha do apoio dos Pára-Quedistas e de um grande leque de quadros daquele ramo. Este General desempenhava no dia 25 de Abril de 1974 as funções de Segundo Comandante da 3.^a Região Aérea, situada em Moçambique, passando, logo depois, a Primeiro Comandante devido à partida para Lisboa do anterior Primeiro Comandante General Diogo Neto, grande “spinolista”, para integrar a Junta de Salvação Nacional. Rangel de Lima não seria um “spinolista” convicto, mas, como General de carreira, estaria muito próximo dessa corrente militar, tanto mais que era íntimo de Diogo Neto, razão pela qual ocupou tão alto cargo em Moçambique, antes e depois do 25 de Abril de 1974.

Este convite, mais do que a conversa anterior, alterou o posicionamento de Costa Gomes. Como é conhecido, a função de CEMFA só pode ser exercida por Oficiais Pilotos, o que não era o caso de Pereira Pinto, que é Engenheiro. De todos os Oficiais que integravam o grupo que dera as ordens para que os Pára-Quedistas ocupassem as bases, o único Piloto era Costa Martins, o qual havia muito ambicionava o lugar. Costa Martins era o preferido de Costa Gomes, de Vasco Gonçalves, de quem fora Ministro e do Partido Comunista.

Se esta tivesse sido a opção de Pereira Pinto, se o indigitado CEMFA tivesse sido Costa Martins, o resultado final dos acontecimentos de «25 de Novembro» teria sido outro: o CEMFA seria substituído, tal como todos os membros do Conselho da Revolução que pertenciam à Força Aérea, à excepção de Pinho Freire que, como se viu, tinha «jogado» por antecipação. O que posteriormente teria acontecido no campo político está fora do objecto da presente investigação, embora considere três cenários em função do Oficial que fosse nomeado CEMFA, assim:

1. Se a opção tivesse recaído sobre Costa Martins, que havia muito procurava o lugar, embora não o pudesse exercer, não por razões de competência, mas por razões de origem, não de classe social, mas de classe profissional: Costa Martins fora Sargento, detinha o posto de 2.º Sargento Piloto quando, em 1961 ingressou na Academia Militar o que, nos termos do apertado controlo social, o impossibilitava de ocupar o lugar de CEMFA, já que os Oficiais oriundos de Cadetes não queriam ser comandados por Oficiais oriundos de Sargentos, o Conselho da Revolução seria reconstituído, obtendo o PC uma maioria relativa naquele órgão, o que,

inevitavelmente, provocaria evoluções na vida política e social do País, segundo a linha deste partido.

2. Assim, a decisão de Pereira Pinto em convidar um Oficial de carreira para CEMFA, o que estava em perfeita sintonia com as afirmações dele próprio e dos Pára-Quedistas, que pretendiam acabar com a hierarquia revolucionária da Força Aérea e restabelecer a hierarquia normal, conduziria à extinção do Conselho da Revolução, ao fim do período revolucionário e à perda de influência política do PS e do PC.

São significativas as afirmações do Major-General Manuel Monge, fiel seguidor de Spínola, a quem já me referi noutras passagens: “A existência do Conselho da Revolução — que os «Nove» dominavam —, e a sua duração até 1982, é uma autêntica vergonha para a democracia portuguesa. Um Conselho da Revolução? Uma excrescência terceiro-mundista na Europa democrática dos anos oitenta?”²²⁶ Como se vê os «spínolistas» tinham uma leitura extremamente negativa dos Nove e do Conselho da Revolução, órgão político que nasceu em «11 de Março» de 1975.

Referindo-se ao 25 de Novembro, afirmou ainda Monge: “Quando o golpe estava em perigo de fracassar, o PC negociou com os Nove a sua retirada e os militares mais expostos foram para a prisão”, prosseguindo: “O que poderia ter acontecido era as Forças Armadas terem logo, a partir daí, voltado à pureza do 25 de Abril e acabado com o Conselho da Revolução”.²²⁷

3. Ao aperceber-se que a situação lhe era totalmente desfavorável, mais pela decisão do Major Pereira Pinto, do que por qualquer outro motivo, Costa Gomes mudou de posição, como afirmou o Almirante Pinheiro de Azevedo: “A partir das quatro horas da tarde, Costa Gomes resolveu pôr-se ao lado do «Grupo dos Nove» (...) A cadeia de comando estabelecida por Costa Gomes foi a seguinte: 1.º Vasco Lourenço, na qualidade de Governador Militar de Lisboa; 2.º Melo Antunes, conselheiro político do Presidente, foi nomeado coordenador-geral; 3.º Loureiro dos Santos como chefe das operações no Quartel-General; 4.º Ramalho Eanes, como chefe das operações no posto da Amadora; e 5.º Jaime Neves, como comandante do Regimento de Comandos. Seguidamente Costa Gomes declarou-se fatigado, acrescentando que iria

²²⁶ Entrevista ao jornal *Público* de 17/04/94.

²²⁷ *Idem.*

recolher-se aos seus aposentos” (Azevedo, 1979: 113 a 115). Com esta decisão de Costa Gomes o CEMFA foi mantido, saindo vencedor o «Grupo dos Nove» e, com esta vitória o PS assumiu total protagonismo.

Temos assim, que sendo os acontecimentos de 25 de Novembro, apenas uma movimentação de cariz militar com objectivos de ocupação de poder, de cada uma das três soluções que estiveram em perspectiva, resultaria uma solução política: a nomeação de Costa Martins para CEMFA teria beneficiado o PC, a nomeação do General Rangel de Lima teria beneficiado o PPD, enquanto a manutenção de Morais e Silva beneficiou o PS.

Costa Gomes, na sua arte de dividir, criou uma cadeia de comando da qual excluiu, entre outros, o CEME, o CEMFA, o CEMA e o General de carreira Melo Egídio, o qual comandava na altura as tropas de intervenção, sedeadas em Lisboa, nomeadamente os Comandos. Quer isto dizer que a cadeia de comando estabelecida por Costa Gomes carecia de legalidade, o que já era uma rotina. Toda esta nova cadeia de comando estava actuando subversivamente e os próprios não podem ter dúvidas disso, já que estes homens não tinham qualquer legitimidade. Eram apenas um grupo igual a todos os outros que se foram formando, ao longo do processo revolucionário com o único objectivo de alcançar o poder.

O comportamento de Costa Gomes é revelador de uma impressionante arte de manobra. Efectivamente não mandou fazer nada, nem se comprometeu com ninguém; contudo, de manhã esteve com Almada Contreiras, Cabral e Silva, Pereira Pinto, Costa Martins e Mascarenhas Pessoa: 1 Capitão e 4 Majores²²⁸, sendo um Comandante do Regimento de Pára-Quedistas. À tarde esteve com Vasco Lourenço, Melo Antunes, Loureiro dos Santos, Ramalho Eanes e Jaime Neves²²⁹: 1 Capitão e 4 Majores, sendo um deles Comandante do Regimento de Comandos. A arte era tal que até equilibra as equipas que coloca em jogo, de molde a mais tarde apoiar o vencedor.

Ao procurar legitimar esta cadeia de comando, indevidamente, porque não tinha legitimidade para isso, Costa Gomes livrou-se de Spínola, mas não se livrou dos «spinolistas», que o viriam mais tarde a atacar e afastar o «Grupo dos Nove».

²²⁸ Almada Contreiras era Capitão-Tenente, o que corresponde a Major.

²²⁹ Jaime Neves era Coronel, mas graduado, sendo o seu posto de quadro Major.

Os acontecimentos desse dia eram inevitáveis face ao antagonismo e ambição que movimentava os grupos de Oficiais em presença, para além de que a anarquia nas FA já não era necessária: a descolonização estava pronta e era irreversível. Havia que reorganizar a hierarquia militar e restabelecer a disciplina, para o que se impunha definir uma equipa — foi o que acabou por se fazer nesse dia.

2.4.3 – O Possível Confronto Militar

Muito se tem especulado sobre a emergência de um confronto militar no «25 de Novembro» de 1975. Os dois lados da clivagem suscitada abordaram assim a questão:

Para Loureiro dos Santos: “Os acontecimentos desse dia mostraram, deve notar-se, a noção dos contentores (tanto vencedores como vencidos) quanto à primazia do interesse nacional quando procuraram, e evitaram, tudo conseguir para que o país se não envolvesse numa trágica guerra civil.”²³⁰ Enquanto para Pereira Pinto: “Do ponto de vista da técnica militar, porque se tornou necessário a quase totalidade da força de comandos para obstar à acção de uma Companhia de Páras incompleta? (Pereira Pinto refere-se à minha Companhia que estava em Monsanto, já então sob as ordens de Pinho Freire, pelo que qualquer confronto não faria sentido, a não ser que para tal recebesse ordens, o que não foi o caso. No entanto, o Coronel Jaime Neves e o Coronel Pára-Quedista Carlos Manuel Correia Marques da Costa, foram preventivamente falar comigo). Porque não foi destruído ou neutralizado anteriormente o Batalhão de Comandos?

Militares que, como a maioria dos pára-quedistas envolvidos experimentaram a dureza de uma guerra colonial não no Gabinete, não no rancho, não na direcção superior, mas directamente no mato, esqueciam-se dessas possibilidades? Não, não creio que se tenham esquecido, antes pelo contrário lembraram-se, demasiado bem até, motivo pelo qual rejeitaram as hipóteses de combater a tiro ou à bomba os seus camaradas” (Rodrigues, 1976: 323).

Os dois Majores, que se perfilavam como o que de melhor havia nas Forças Armadas, não tiveram dúvidas: os militares, desde que bem comandados e disciplinados

²³⁰ Em artigo publicado no *Boletim da ASMIR*, n.º 65, p. 2.

colocariam o bem social acima das suas guerras, nunca indo ao ponto de fazer perigar a Nação no seu todo. Contudo, reagiam assim os operacionais, porquanto os não operacionais, não era seguro que assim procedesse, como de resto se viu ao ordenarem a saída de tropas para confrontar outras tropas, apenas por razões de interesse pessoal e de grupo, visto nunca ter existido qualquer interesse nacional em contenda.

Costa Gomes analisou o que se passou nesse dia nestes moldes: “Acho que os páras foram um bocado manipulados. Mas isso é por uma questão sentimental, porque eles eram um corpo disciplinado, coeso e que estava bem comandado. Só que, de repente, perderam os seus comandos todos. Os oficiais que constituíam a parte mais importante dos páras saíram em bloco, e isso é passar-lhes uma rasteira. Portanto, quem de facto foi manipulado nesta acção foram os oficiais pára-quedaistas, que deixaram o regimento sem pai. Foi um erro não ter substituído o Moraes e Silva.”²³¹

A posição de Costa Gomes tem lógica e total pertinência. Contudo, apenas chegaria a esta conclusão vinte e três anos depois da ocorrência dos factos. Em tempo oportuno manteve Moraes e Silva na função de CEMFA, prendeu ou deixou que prendessem vários Sargentos e até Soldados²³².

Sobre Costa Gomes importa ter em consideração diversas opiniões. Vasco Montez afirma: “Costa Gomes é o pai de todo este processo e, entre o 25 de Abril e o 25 de Novembro, ele é o patrão, deixa avolumar a crise, até entregar Angola, no dia 11 de Novembro” (Cunha, 2001: 216). Após os acontecimentos de «25 de Novembro», a situação militar tende para a normalização. “Eanes torna-se, pouco a pouco, no homem forte do regime. O Presidente Costa Gomes é alvo de uma violenta campanha. Os Nove perdem terreno” (Antunes, SD: 326).

As três afirmações de José Freire Antunes, traduzem com extrema fidelidade o resultado final e último do «25 de Novembro». Porém, carece de uma: os «spinolistas» ganham terreno, como efectivamente aconteceu.

O «Grupo dos Nove» era basicamente formado por Oficiais que se dedicavam mais à política do que à vida da «caserna». Esta situação impedia-os de organizarem uma

²³¹ Em entrevista à revista INDY, jornal *O Independente*, de 27 de Novembro de 1998.

²³² Tais como Jorge Arnaldo da C. Gomes, Fernando Manuel M. Rodrigues, António Manuel Cabaço Almeida, José Francisco G. Mateus, António José e Rui Manuel S. Marques Almeida.

posição de força minimamente viável, para o que tiveram de se aproximar de Oficiais mais ligados do ponto de vista operacional: os «spinolistas». Estes Oficiais, uma vez conseguido o poder, apoiaram-se entre si e afastaram-se dos Oficiais do «Grupo dos Nove». Costa Gomes perdeu igualmente a posição de relevo que manteve entre o 25 de Abril de 1974 e o «25 de Novembro» de 1975 porquanto, naturalmente, os «spinolistas» tinham outras preferências e alguma antipatia por aquele General que tinha afastado Spínola.

A inclusão de Oficiais «spinolistas» em apoio do «Grupo dos Nove» foi, pois, a causa do apagamento posterior deste «Grupo» e dos ataques que Costa Gomes sofreu, cujo objectivo era diminuir-lhe a influência e os apoios, de que resultaria inevitavelmente a diminuição do seu poder dentro da instituição militar. Poder que, progressivamente, foi passando para Ramalho Eanes, enquanto Oficial que granjeou o apoio do sector “spinolista”.

É importante meditar e enquadrar a frase de Costa Gomes quando considera que os Oficiais Pára-Quedistas, ao abandonarem a sua unidade “deixaram o regimento sem pai». É uma frase síntese, a partir da qual se pode representar a estrutura de comando daquelas Tropas as quais, por serem de tal modo hierarquizadas, estavam dependentes, não da lei, nem do objectivo da missão, mas, essencialmente do respectivo Comandante, ao qual se obedecia mais do que a um «pai».

Este «sentimento», quase «paixão», da obediência total ao «pai», criou-se com a formação moral e psicológica destas tropas de elite, invulgarmente cumpridoras e eficientes. A materialização e o espelho do que afirmo é mais do que evidente se atentarmos à seguinte sucessão de Comandos e de acontecimentos:

1. Os Pára-Quedistas não intervieram nos acontecimentos de 25 de Abril de 1974, porque o seu Comandante, Coronel Fausto Pereira Marques, preferiria a opção Kaúlza de Arriaga. Nenhum Oficial, ou grupo de Oficiais, alterou a situação;
2. Os Pára-Quedistas accionaram os acontecimentos de «11 de Março» de 1975, porque o seu Comandante, Coronel Rafael Ferreira Durão, quis apoiar o «seu» General, António de Spínola;

3. Os Pára-Quedistas no «Verão quente» de 1975, apoiaram o «Grupo dos Nove», porque o seu Comandante, Coronel José Alberto de Moura Calheiros, era apoiante desse grupo;
4. Os Pára-Quedistas ocuparam as Bases Aéreas no dia «25 de Novembro» de 1975, porque o seu Comandante, Major António Valério Mascarenhas Pessoa, integrava o grupo de Oficiais próximos de Costa Gomes.

Nos primeiros três acontecimentos, só os Oficiais e, mais propriamente, o «pai» foi o responsável e responsabilizado. No último, os Oficiais do «Grupo dos Nove», que saíram vencedores, prenderam seis Soldados e vinte e um Sargentos, para além de terem expulsado das tropas que serviram e honraram no sertão africano mais de uma centena destes últimos. Com este comportamento, «os Nove», liderados então politicamente pelo PS, terão escrito uma página, na brilhante história do Exército português.

Em resumo, pode afirmar-se que a condução da Guerra de África, a descolonização, bem como as «convulsões» vividas em Portugal entre o dia 25 de Abril de 1974 e o dia «25 de Novembro» de 1975 se ficaram, sobretudo a dever à disputa do poder militar pelos Oficiais. Para alcançarem o seu objectivo foram, sucessivamente, saneando os Oficiais mais antigos para ocuparem os seus lugares, formando e desfazendo grupos sob as mais variadas fundamentações. Este comportamento tem a sua «raiz» na formação, a qual, se técnica e taticamente bem conduzida, foi totalmente descorada no campo da cidadania e dos valores, o que, obviamente, adormeceu e invalidou a formação técnica e táctica, que de pouco valeram.

Referindo-se ao «Grupo dos Nove», afirmaria Spínola: “este grupo liderado pelo Major Melo Antunes não deverá ser classificado de moderado, já que é composto por alguns dos elementos mais radicais do MFA” (Spínola, 1976: 280).

Reportando-se a todo o grupo de Oficiais que se organizou em torno da corrente socialista, afirma Manuel Monge: “Alguns líderes do MFA nunca quiseram a integração harmónica do MFA no conjunto das Forças Armadas. Tinham e têm um espírito de seita. Consideram-se os «donos do 25 de Abril». Hoje entrincheiram-se na Associação

25 de Abril e aí vão murchando nostalgicamente”²³³, referindo-se ainda a “uma «troika» do MFA radical, liderada pelo Vasco Lourenço”.²³⁴

Um Exército cujo Corpo de Oficiais se radicaliza desta forma, demonstra que teve uma formação de base deficiente nas componentes psicológica e doutrinária. Esta mesma deficiência já se havia notado durante a Guerra de África na qual o Corpo de Oficiais apresentou um débil desempenho, não por razões de ordem técnica, mas de vocação. Com o comportamento que demonstrou o Exército requer uma reorientação do modelo de formação das suas elites, para que os profissionais da «violência legal» a possam e devam exercer em benefício da sociedade a que pertencem e, nunca, em prol de ambições pessoais ou pequenas vinganças, que manchem os valores que tanto honram a História Militar de Portugal.

Também considero ter ficado claro que o Oficialato formado na Academia Militar revelou todos os erros de formação que um Exército pode apresentar: falta de motivação para combater, o que constitui a sua função primordial, pretendendo, contudo, ocupar os cargos mais elevados da instituição, para o que não hesitou em recorrer às armas de molde a obter o poder para a consecução daquele fim.

²³³ Entrevista ao jornal *Público*, de 17/04/94.

²³⁴ *Idem*.

V – CONCLUSÕES

As conclusões que são possíveis obter com a investigação subjacente à presente dissertação, extraem-se e resultam do conteúdo dos quatro capítulos anteriores, os quais se assumem como síntese da recolha, processamento e análise exaustiva de toda a informação provocada, obtida e disponível.

As elites militares e, de um modo geral, o Oficialato, formaram-se para África e actuaram na Guerra com base numa organização e numa doutrina estruturadas em torno das palavras «oficial e casta», às quais se pode atribuir o sentido de «grupo social ciosamente fechado sobre si e gozando de privilégios especiais». Na presente investigação utilizei idênticos termos, mas com o sentido de «grupo de indivíduos que se diferenciam dos outros pelos valores que defendem e praticam».

As conclusões referem-se às elites no seu todo e não a qualquer grupo específico. Sendo certo que, como se comprovou, existiam Oficiais de alto valor e Oficiais que o não tinham — como em qualquer outra profissão. O que me importa aqui apreciar é a resultante de um comportamento colectivo e esse coincidiu, como se provou, com o que defendo no fim do parágrafo anterior.

Os Exércitos formam-se agregando vontades e capacidades. O fim, na formação dos Exércitos, é o homem combatente. O armamento e o equipamento são apenas os meios que optimizarão a sua eficiência. Se o combatente não possuir uma boa formação de capacidades e se as forças não tiverem uma boa formação orgânica, nenhum equipamento ou armamento as tornará eficientes.

O modelo de formação que defendo e serviu de referencial para a minha análise é, assim, aquele que forma «grupos de indivíduos que se diferenciam dos outros, pelos valores que defendem e praticam». É a partir deste referencial, e só dele, que as minhas conclusões podem ser apreciadas, porque nele radicam as minhas convicções e objectivos, sem prejuízo de conferir maior relevância aos valores que se praticam do que àqueles que se defendem. A objectividade que procuro, para fundamentar as minhas conclusões, está em total concordância com o grupo social em causa — as elites militares — defendendo que a principal qualidade que deve determinar o conceito de *elite* é a de superioridade e excelência.

Não faz qualquer sentido que as elites militares se considerem homens superiores, apenas pelo facto de integrarem um grupo fechado e com privilégios especiais e menos sentido ainda faz que o grupo se feche, só para que os seus membros permaneçam nessas elites. Se assim permanecesse, estaríamos a apreciar as elites militares do tempo da Monarquia Absolutista, em que os altos cargos militares eram apenas ocupados pela realeza. A própria Monarquia Constitucional aboliu esse sistema, abrindo os altos postos militares aos cidadãos comuns.

A partir do Acto Constitucional de 1885 deixaram de existir obstáculos formais ao ingresso de mancebos na EM, em função da sua origem social. Face à socialização interna e específica das FA, que seleccionam e formam os que se tornam uma parte profissional delas, o novo Oficial prossegue na carreira, com base no regulamento geral e em algumas especificidades próprias das suas qualidades e do seu desempenho. Mercê desta estrutura de organização interna das FA, as suas elites não podem ser referenciadas ao grupo de origem social dos seus membros, mas sim aos valores que defendem e praticam, cuja superioridade, mas só ela, justifica e impõe o termo elite.

Se e quando, os valores forem totalmente banalizados, tornando-se perfeitamente idênticos aos do cidadão comum, os altos cargos militares perdem a qualidade de elites, para se tornarem tão só altos funcionários da Administração Pública; passando, nesse caso, a instituição militar a ser apenas mais um serviço público destituída dos seus particularismos.

Para que a instituição militar assuma um alto grau de independência relativamente à Administração Pública, tem que garantir a submissão ao poder político, total empenho na defesa dos interesses nacionais, estejam eles onde estiverem, e uma absoluta isenção partidária. Para que os detentores de certos cargos militares sejam considerados elites, terão que possuir uma elevada capacidade profissional, qualidade de desempenho em alto grau, defesa e prática dos mais altos valores nacionais, quer eles sejam morais, sociais, históricos, humanos ou políticos.

A sociedade só se revê nas «suas» FA e só se sacrifica, «legitimando-as», para as manter modernizadas, se elas constituírem uma representação harmoniosa da sociedade, única forma de lhe garantir a segurança que ela deseja e ambiciona, o que implica que o

ingresso e ascensão na hierarquia devam ser apenas condicionados pelos valores e capacidades de cada um dos seus membros.

Como expliquei e demonstrei, o Exército Português do Século XX teve o seu início nas Campanhas de Ocupação Africana, devido às quais o cidadão comum substituiu a nobreza e a restante aristocracia nos altos postos da hierarquia militar, mas que acima de tudo lhe procurou alterar o estatuto aristocratizante que ainda conserva.

Nos últimos anos da Monarquia, duas eram as vias de acesso à carreira das armas: uma passava pelos cursos da EM, outra partia da classe de Sargentos. Marcado pela resistência contra os invasores napoleónicos e pelas lutas internas que se lhe seguiram, o Exército foi forçado a alargar, em poucos anos, o quadro dos seus Oficiais, abrindo-o aos Sargentos. A carreira militar não apresentava então, restrições aos militares provenientes desta classe.

Logo após a implantação da República, o Governo Provisório decretou em 25 de Maio de 1911, o fim do Exército Permanente e o início do Exército Miliciano. Pretendiam os Governantes de então reduzir os efectivos militares e, conseqüentemente, os encargos públicos com esse Exército. Todavia, manteve-se um quadro permanente de Oficiais, os quais, devido à escassez de quadros civis qualificados, vieram a ocupar muitos dos altos cargos da Administração do Estado, nomeadamente no Governo. No campo militar, as funções dos Oficiais de carreira ficaram limitadas à formação dos milicianos que, eles sim, passaram a comandar as unidades de combate. Os Oficiais de carreira tornaram-se apenas instrutores e educadores dos milicianos e passaram a deter os postos de altos comandos e outros comandos de maior responsabilidade, ou o que poderíamos designar como os mais apetecidos. Ou seja, com aquela lei, a que os próprios não foram alheios, os Oficiais de carreira «assaltaram» as posições da aristocracia que o fim da Monarquia deixaria vagas.

O Oficial de carreira passou a aristocratizar-se e a socializar-se no interior da instituição militar, a qual, por sua vez, perdeu muito dos valores próprios e específicos de instituição, passando as suas elites a orientarem-se segundo os princípios dos altos cargos da Administração Pública. Esta profunda alteração, cuja principal característica reside na perda de valores institucionais, está fundamentada na metodologia de

formação do Oficial de carreira e nunca na origem social dos Cadetes da EM, que eram todos originários das classes média e média baixa, como se provou.

Desde o início do Exército permanente, o ingresso na EM foi sempre precedido de um período em que o militar exercia funções numa unidade militar normal. A entrada de Portugal na I Guerra Mundial obrigou à exclusão desta exigência, permitindo-se que os mancebos ingressassem directamente na EM. Estas facilidades mantiveram-se até ao ano de 1935. No ano seguinte, quando Salazar deu início a novas e profundas reformas, no sentido de diminuir a influência dos militares na vida política nacional, passou a ser exigida, previamente, a frequência, com aproveitamento, do 1.º Ciclo do COM ou da Escola de Recrutadas, ministrada na própria EM.

A nova exigência, surgindo de outra forma, continha idêntico objectivo: testar previamente a capacidade do candidato para a carreira das armas. A fórmula encontrada não proporcionou que a totalidade dos candidatos a Oficial fossem necessariamente dotados de todas as características que proporcionam as melhores qualidades para um bom desempenho na frente de combate. Mas permitiu, seguramente, impedir a entrada no Oficialato de militares sem o mínimo de vocação para a carreira das armas e sem capacidades para o comando de forças na frente de batalha. Houve, sem qualquer dúvida, uma pré-selecção, que funcionou e elevou o nível médio das capacidades do Corpo de Oficiais.

A reforma de 1959, ao determinar o ingresso directo na AM, constituiu o elemento diferenciador da qualidade no desempenho que os Oficiais vieram a demonstrar ao longo dos anos da Guerra de África. Contudo, as diferenças no comportamento do Oficialato, que a generalidade dos autores perceberam e que atribuem às diferenças de origem social são, apenas, devidas às diferenças de motivação e aptidão para a carreira das armas.

O que aqui se afirma foi, aliás, perfeitamente demonstrado quando se concluiu não haver qualquer alteração substantiva nas origens sociais dos Cadetes, ao longo de todo o século XX. A alteração que existiu deu-se com a criação do Exército permanente, ainda no século XIX. Por outro lado, dois comportamentos bases que seguidamente resumo, concorrem em apoio a esta conclusão.

Conforme já referi, em 1966, quando os primeiros Oficiais formados na AM, na qual tinham entrado directamente, atingiram as patentes de Capitão, o Exército teve que recorrer à formação de Capitães de origem miliciana, na medida em que os Capitães de carreira pretenderam seguir outras funções que não as de combate. Problema que se veio a agravar continuamente e, de tal modo, que nova determinação em 1970, conduziu à formação de mais 160 Capitães milicianos por ano. Da conjugação das duas disposições passaram a formar-se 260 Capitães milicianos por ano, número suficiente para o comando de todas as Companhias operacionais, incluindo as de quadrícula, cujo total, nos três teatros de operações, não ultrapassava as 420. Os números revelam que no período de dois anos, tempo normal de uma comissão, se formavam 520 Capitães milicianos, número suficiente para o comando de todas as Companhias operacionais, o que proporcionou que os Capitães de carreira se resguardassem noutras funções longe da Guerra.

Um outro comportamento dos Capitães já atrás reportado vem em reforço deste fundamento. Após os acontecimentos verificados em 25 de Abril de 1974, deu-se uma profunda clivagem na estrutura do Oficialato, com o saneamento de todo o Corpo de Generais e a substituição ou marginalização da quase totalidade dos Oficiais com patentes acima de Major, posto a que já tinham chegado alguns Oficiais que ingressaram na AM após 1959, ou seja, a clivagem deu-se pela formação diferencial e não por razões político-partidárias com base nas diferenças de origem social que, tal como se comprovou, não existiam.

A adicionar às diferenças de vocação/motivação, os cursos iniciados em 1959 conferiam o grau de licenciatura, quando, na prática, continuaram iguais aos anteriores, isto é, com a duração de três anos, incluindo os preparatórios que constituíam o primeiro ano dos cursos. Todavia, em conformidade com o já sublinhado, imperativos motivados pela Guerra de África determinaram que estes três anos fossem «empacotados» em dois, daqui resultando que estes oficiais com dois anos de formação e sem a vocação/motivação aferida, tivessem menor formação do que os Oficiais que ingressaram na Escola do Exército, entre 1938 e 1958. É importante reafirmar a circunstância já resumida na tabela 9, de que, 90% dos Comandantes dos Batalhões que actuaram na Guerra de África foram formados com base nas disposições observadas entre 1938 e 1958. Estava assim criada a linha separadora do Oficialato em 1974, que

não teve por base diferenças de ordem político-partidária, assentando essencialmente em questões relacionadas com a formação/motivação para a carreira das armas.

Embora já o tenha defendido, considero importante voltar aqui a repetir, que me refiro ao Oficialato no seu todo e não a pessoas individuais. Quer isto dizer, que embora o Oficialato que ingressou na Academia Militar após 1959 apresente, globalmente, menores vocações, aptidões e capacidades para a carreira militar, do que os Oficiais que ingressaram na Escola do Exército entre 1938 e 1958, tal não significa que não existam Oficiais mais novos com qualidades superiores aos mais velhos. O que existe no grupo de Oficiais mais novos é uma elevada percentagem daqueles que nunca deviam tê-lo sido, e nunca o seriam se as aptidões tivessem sido aferidas à priori, como acontecia no período anterior.

Ao cruzar as classificações obtidas no curso de Oficiais com a ascensão ao Generalato, único momento em que os Oficiais são sujeitos a uma rigorosa selectividade devido às restrições do respectivo quadro orgânico, verifica-se que entre os Oficiais que ingressaram na EM até 1935, não existia nenhuma interferência entre estas duas realidades. O que demonstra claramente que a qualidade do desempenho que suporta a selectividade para General está mais relacionada com a vocação e aptidão demonstradas no decurso da carreira, do que com a aptidão revelada para os estudos académicos.

Todavia e como já atrás referi, a partir de 1936 passou a ser exigida a frequência do 1.º Ciclo do COM aos candidatos à EM. A partir de 1938 era imprescindível a frequência, com aproveitamento, do 1.º Ciclo do COM de Infantaria ou, em alternativa, o Ciclo de Instrução Militar da Companhia de Cadetes da Escola, além da demonstração de possuir em alto grau o sentimento de devoção à Pátria e ter revelado vocação e aptidão para o serviço militar. Ao certo, o que se pretendia com uma destas duas acções de formação militar, era avaliar a real vocação e aptidão do candidato para o serviço militar.

A partir desta data passou a existir relação entre a classificação no curso de Oficiais e o ingresso no Generalato, o que sugere que os indivíduos de menores aptidões militares têm melhores aptidões para a aprendizagem geral, condição que os levava aos primeiros lugares da classificação no curso de Oficiais, realidade essa, que não tinha qualquer correspondência com a qualidade do desempenho. O que me sugere que uma boa capacidade cognitiva não implica uma boa capacidade militar. O que não significa que

as duas capacidades não se possam encontrar cumulativamente no mesmo homem, com evidentes resultados em termos de eficácia.

Com o afastamento dos elementos que não tinham aptidões militares, os futuros Oficiais apresentavam-se mais homogéneos do ponto de vista das suas características e das suas capacidades, o que permite uma correlação quase perfeita entre a classificação no curso e a qualidade do desempenho e, desde logo, com o acesso ao Generalato. O que facilita uma outra conclusão: as capacidades ou inteligências cognitivas não constituem elementos fundamentais para o desempenho militar. Todavia, é importante que o militar possua estas qualidades, mas como auxiliares das qualidades próprias para um bom desempenho militar, como seja a inteligência emocional.

A elevação do valor militar, que Salazar e os políticos de então haviam conseguido com as disposições que fizeram publicar entre 1935 e 1940, deterioraram-se completamente com a nova disposição de 1959. A proximidade da Guerra de África e a certeza da sua inevitabilidade motivaram a classe política à adopção de reformas. Porém, fizeram-no no mau sentido e com o pior dos resultados.

Para além do período em estudo, importa referir que no Oficialato formado após a reforma de 1959 voltou a verificar-se uma completa indiferença entre a classificação no curso de Oficial e a ascensão ao Generalato. Por exemplo, cinco dos actuais Oficiais Generais, todos os que apreciei com este objectivo, tiveram as seguintes classificações: 46.º em 77 Alunos, 8.º em 33 Alunos, 11.º em 33 Alunos, 7.º em 29 Alunos e 10.º em 29 Alunos. Voltamos aos tempos de antes de 1936, quando indivíduos mal classificados no curso de Oficiais vieram a ser Generais devido às boas prestações profissionais. O que só pode significar que as melhores classificações foram obtidas por homens com menores aptidões militares. O que se confirma pelo facto de nenhum dos dois Oficiais Pára-Quedistas que se classificaram em 1.º lugar nos seus cursos, ter ascendido ao Generalato, um dos quais é do curso em que se formaram 33 alunos.

Fica assim claro que a capacidade de aprender, a qual deriva da inteligência intelectual, cognitiva ou genérica, não significa necessariamente uma boa capacidade para executar acções no campo militar, a qual depende mais da inteligência emocional ou específica, isto é, prática. Todavia, as preferências devem recair sempre em homens que possuam em alto grau as duas capacidades. Este princípio leva-me a concluir ser a actividade

militar absolutamente específica no contexto da multiplicidade das actividades profissionais. Desde logo, o recrutamento para a função de Oficial do Exército recomenda a adopção de critérios específicos, prioritariamente subordinados às características próprias da função e apenas subsidiariamente dependentes da inteligência genérica. Foram estes critérios que os instrutores dos Cursos de Oficiais Milicianos seguiram na selecção dos candidatos ao ingresso na EM entre 1936 e 1958, critérios esses que resultaram plenamente em termos da eficácia pretendida.

O abandono, que considero, no mínimo, precipitado, deste critério de selecção, conduziu ao surgimento de uma classe de Oficiais sem motivação, estímulo e o mínimo de capacidades próprias para a função militar, muito particularmente em posições de alta responsabilidade, como é o caso da classe de Oficiais. Até poderiam ser homens brilhantes, como Médicos ou Professores, mas não o eram, nem o foram, enquanto condutores de homens, particularmente nas condições de alto sacrifício em que a Guerra de África decorreu. Sacrifício para o qual não se disponibilizaram, pelo que nunca deveriam ter sido Oficiais.

Quando estes homens começaram a surgir nas frentes de combate com as patentes de Capitão, iniciaram-se os afastamentos do comando de tropas combatentes. Só que tudo se agravou: não só se afastaram os que não tinham aptidão, como se tornou difícil justificar a permanência daqueles que a apresentavam.

Com o prolongamento da Guerra de África e devido ao princípio anteriormente exposto, os Oficiais de carreira foram-se avolumando no conforto das principais cidades. Os seus lugares ao Comando de Companhias Operacionais passaram a ser preenchidos por milicianos que, por serem conscritos e aprenderem rápido com os seus camaradas do quadro, atingiram altos índices de desmotivação.

A Guerra que Portugal e as suas FA enfrentaram foi essencialmente uma Guerra de sacrifício, de esforço e de privações em que o saber técnico muito raramente foi solicitado. Pelo contrário, tinha que estar sempre presente a iniciativa, a liderança e a exposição ao risco, para além da serenidade para enfrentar momentos críticos. Tudo o resto eram rotinas que se desenvolviam no dia a dia e para as quais não era requerido nenhum saber específico. Para o desempenho destas funções bastavam os conhecimentos técnicos primários que todos possuíam nos diversos escalões de

actuação. As habilitações literárias revelaram-se absolutamente indiferentes para os sacrifícios, esforços e privações que eram requeridos a todos os homens, só pelo facto de estarem na mata, que não àqueles que estivessem nas cidades, onde as condições de vida eram razoavelmente normais e semelhantes às que se viviam na Metrópole.

Fica assim assente que a maior formação de um combatente, particularmente na função de Oficial, é ele próprio, com as suas capacidades naturais para se expor ao risco, para se sacrificar, para liderar em termos de ser obedecido pela sua acção e não pela sua capacidade coerciva, que só servia para diminuir a capacidade e entrega dos homens que comandava. Reconhece-se que a coerção é necessária, mas em casos de indisciplina grave que não possa ser suprida pelo exemplo e pelas capacidades exercidas de liderança efectiva.

1 - ELITES HIERÁRQUICAS

A Guerra de África foi em termos técnicos simples e os requisitos que exigiu não passaram dos limitados princípios gerais, o que determinou e limitou a função das elites hierárquicas ao vulgar comando de pessoal e ao abastecimento e transporte das tropas. As limitadas exigências implicaram que as capacidades das elites hierárquicas se formassem através da formação técnico-táctica em pequena escala e dependessem, sobretudo, das capacidades pessoais, particularmente da inteligência geral, que lhes permitisse visões amplas, maiores abrangências e poder de síntese acrescido. Quer isto dizer que para o desempenho de funções nos escalões hierárquicos superiores, a inteligência geral já deve ser requerida e se assume como um elemento primordial.

Como já comprovado, os Generais que influenciaram e determinaram a actuação do Exército na Guerra de África podem ser divididos em três grupos: os que se formaram nos cursos de Oficiais até 1915, cuja intervenção foi exercida na preparação do Exército; os que se formaram no período entre 1916 e 1919, cujo programa lectivo foi substancialmente reduzido, que determinaram a estratégia que viria a ser seguida na Guerra de África; e os que se formaram nos períodos entre 1919 e 1938, que intervieram na estratégia e na condução da Guerra de África.

Pode-se considerar que à excepção do curto período entre 1916 e 1919, o curso de Oficiais se manteve relativamente constante, embora variando algumas disciplinas, mais por convicção de quem dirigia a formação no momento, do que propriamente pela diferença de conhecimentos que proporcionava. Todavia, o nosso Exército enfrentou uma Guerra primária, que não requeria grandes conhecimentos estratégicos, pelo que é à luz desses poucos requisitos que aprecio a formação dos Generais no seu todo.

As responsabilidades estratégicas que se impunham aos Generais estavam relativamente pré-estabelecidas. Neste aspecto, pode agrupar-se a estratégia seguida por Portugal em quatro grandes áreas: ocupação do território, baixos custos, “africanização” e formação de quadros para o comando de tropas operacionais.

A ocupação do território em quadrícula, com uma «malha» bem mais apertada do que a imposta pelo interesse estritamente militar, determinando a colocações de homens em locais inóspitos, que impunham os máximos sacrifícios aos jovens Soldados e aos Milicianos que directamente os comandavam, era uma imposição internacional, pelo que os Generais não podem ser responsabilizados por ela, nem lhe pode ser atribuída qualquer incapacidade ou erro de conhecimentos. Relembro a este propósito, que em 1972 a comunidade internacional quis confirmar se Portugal tinha ou não tropas no Cantanhez, uma pequena mata no sul da Guiné, onde o PAIGC pretendia declarar a independência deste território.

Em 1973, o PAIGC declarou a independência de uma parte da Guiné, concretamente a zona de Medina do Boé, com uma área equivalente a um médio Concelho de Portugal e fê-lo alegando que não havia tropa portuguesa nessa zona, o que era verdade. A declaração do PAIGC levou ao reconhecimento da Guiné Livre por mais de um cento de países. Este exemplo provou que a quadrícula implementada por Portugal e pelo seu Exército obedecia a critérios políticos, fora e para além das responsabilidades estritamente militares.

Os baixos custos eram uma imposição política, derivada da escassez orçamental, pelo que os Generais pouco podiam alterar nessa questão. A “africanização” das tropas incorporando elementos locais, perfilava-se enquanto conveniência política, pela boa imagem que proporcionava interna e internacionalmente, face à diminuição de homens que teriam de partir da Metrópole para África e às condições que criava a Portugal, para

que nas instâncias internacionais pudesse afirmar que os africanos estavam com a sua política. O conhecimento destas vantagens e da colaboração do africano eram muito antigas, pelo que os Generais as conheciam através da sua formação técnica.

A formação dos quadros combatentes à base de Milicianos, Oficiais e Sargentos, constituiu o maior erro praticado na condução da Guerra de África. As razões subjacentes assentam no facto de a escolha destes quadros ter sido determinada apenas pelas habilitações literárias, que em nada contribuíam para a qualidade do desempenho na guerra.

No entanto, como se viu, tanto o Marechal Montgomery como, pelo menos, dois Generais com altas responsabilidades, referiram e apontaram essa inconveniência e sugeriram soluções, que os políticos portugueses de então, por razões de equilíbrios internos, não aceitaram.

Temos assim, que os Generais pouco mais foram do que agentes da política e formaram as suas capacidades pela formação técnica e pelas suas capacidades pessoais, com relevância na inteligência geral.

Mas esta formação de capacidades, excessivamente simplificada, em que predomina a baseada e orientada para a inteligência geral, trará, inevitavelmente, consequências para o futuro da instituição militar. Vejamos. Se nos finais do século XIX e princípios do século XX, os Generais ocupavam muitas posições de liderança civil, particularmente governativa, devido à sua superior formação técnica, hoje a situação tende a alterar-se porque a formação técnica se inverteu. Então, se a formação das capacidades dos Generais não surge ligada e condicionada ao comando de tropas, as suas funções podem ser exercidas por civis. Nada o impede. O hábito, a que já Montgomery se referia, dos Generais viverem e desempenharem funções longe das tropas permite o «assalto» dos civis aos seus lugares, como os Generais o fizeram em 1911, quando ocuparam as posições que a Monarquia deixou vagas.

A conclusão, que pode parecer estranha é, no entanto, bastante vulgar, como o prova o facto de Adriano Moreira considerar que no Exército existem “três categorias de cursos a avaliar: cursos de administração, cursos de engenharia, cursos de ciências militares. Recolhendo análises anteriores, entende-se que, considerando as áreas disciplinares dos cursos de administração e engenharia, ‘não se verifica divergência qualitativa ou

quantitativa' em relação aos cursos civis." (Moreira, 2001:83). Sendo assim, e vivendo os Oficiais longe das tropas, os lugares referentes às áreas de administração e engenharias estão disponíveis a civis. A não ser que estes lugares fiquem reservados para os Oficiais que, pela sua idade, se retirem das áreas combatentes depois de frequentarem um curso de habilitações adequado para as áreas administrativas, o que implicaria uma total remodelação do sistema e da doutrina.

Os Comandantes de Agrupamentos ingressaram na EM entre 1924 e 1951, sendo que 88% se formaram nos dois currículos que a Escola ministrou entre 1930 e 1947. As elites que comandaram Agrupamentos, em número de 104, 71 eram Brigadeiros, 31 eram Coronéis e 2 Tenentes-Coronéis, os quais desempenharam as funções já após os acontecimentos de 25 de Abril de 1974.

Verifica-se, com esta informação, que os Agrupamentos eram comandados por Brigadeiros ou por Coronéis já antigos. Quanto aos cursos de promoção observaram-se todas as situações possíveis, havia quem os tivesse todos e quem não tivesse nenhum. No entanto, esta função não tinha muita importância no desenvolvimento da Guerra de África. O Agrupamento pouco mais era do que a coordenação de vários Batalhões, mas como a Guerra de África sempre foi desenvolvida por pequenos efectivos, a entidade Agrupamento tinha uma escassa actividade operacional, limitando-se às operações que decorriam em zonas contíguas de dois Batalhões e envolvessem efectivos um pouco mais volumosos, o que foi muito raro.

Assim sendo, as capacidades para comandar Agrupamentos eram obtidas pela simples e continuada rotina militar, já que as decisões tomadas e a tomar não iam além disso. Quanto à formação técnico-táctica, a que era ministrada nos cursos para Oficial, foi sempre suficiente, na medida em que a simplicidade da Guerra de África a mais não exigia. Quanto às características pessoais também não se formulavam exigências para além das normais enfrentadas por um quadro superior da Administração Pública. Verifica-se, então, que os Comandantes de Agrupamento se formaram pela rotina militar.

Importa, no entanto, abrir uma excepção quanto aos Agrupamentos nos quais, por qualquer razão, houve em determinados momentos um acréscimo da actividade militar ou da violência da Guerra. Quando assim aconteceu, para estes lugares específicos eram

escolhidos os respectivos Comandantes. Situações houveram, particularmente na Guiné, onde a Guerra foi mais violenta e em que se criaram Agrupamentos ou simples Comandos Operacionais com o objectivo de comandar determinada operação que decorria por períodos de tempo limitados. Seria normal que, nestas situações, fosse nomeado para esse comando o Comandante do Batalhão que ocupava a quadrícula nesse ponto ou, caso se tratasse de uma zona com mais do que um Batalhão, o comando recaísse no mais antigo dos Comandantes dos Batalhões envolvidos. Vezes houve em que este procedimento foi seguido e outras em que o não foi, o que prova que estavam em causa termos de capacidade e de confiança, as quais derivam exclusivamente de questões de ordem pessoal.

Uma conclusão se impõe através do resultado a que cheguei: para o desempenho normal a aprendizagem técnica e a obtida pela rotina eram suficientes e tornaram-se uma constante na Guerra de África; porém, para momentos mais agudos, esta formação era insuficiente, requeria-se a outra, a das capacidades pessoais, pelo que são essas características e só elas que definem e diferenciam os militares. Estou, assim, em perfeita sintonia com as conclusões de Daniel Goleman que apoio nesta afirmação. Quando sustenta que as inteligências específicas contribuem com 80% a 90% para as competências que distinguem os líderes destacados dos líderes médios, não está senão a confirmar aquilo que defendo.

O Comandante de Batalhão tinha duas funções bem distintas, sendo responsável pela administração da sua unidade, de todas as Companhias ditas independentes e dos efectivos de pessoal nativo que estivessem colocados na zona sob controlo do Batalhão. Como se viu, as múltiplas agregações que por vezes eram feitas, chegaram a quadruplicar os efectivos dependentes do mesmo Comandante de Batalhão. Esta administração envolvia as componentes de afectação de pessoal, logística e disciplinar. Para o desempenho destas funções, ao Oficial, por norma um Tenente-Coronel, bastavam-lhe os conhecimentos adquiridos no curso para Oficial, complementados ou não com os conhecimentos adquiridos no curso para Oficial Superior.

Mesmo que o Tenente-Coronel não tivesse frequentado o curso para Oficial Superior, o que sucedia com frequência, adquiria com naturalidade os conhecimentos pela rotina, à qual venho chamando experiência. A carreira militar é desenvolvida através de uma sucessão de postos e de funções, de certo modo a eles indexadas, o que proporciona uma

aprendizagem e uma formação de capacidades contínuas devido às rotinas da função. A este propósito, basta observar que o Comandante de Batalhão, agora Tenente-Coronel, já fora Major, posto em que desempenhou as funções de Segundo Comandante de Batalhão e lhe foram proporcionadas as condições para aprender e foi aprendendo progressivamente.

Para o desempenho destas funções, o Oficial forma as suas capacidades através de formação técnica e pela rotina do serviço. As características pessoais, no que concerne às inteligências específicas, não são diferentes das que normalmente se exigem, ou se pressupõe dever existir num dirigente da Administração Pública.

Mas o Comandante de Batalhão tinha, como disse, uma outra função, esta de carácter estritamente militar, que era a de assegurar a defesa de pessoas e bens na área sob sua responsabilidade. A área em causa estava ainda subdividida em componentes, cujas responsabilidades eram das Companhias de quadrícula que estavam sob o seu comando. Poder-se-ia dizer que, em última instância, a responsabilidade era sempre da Companhia, o que é afirmado por autores e por cronistas das matérias de defesa. Porém, os factos são mais abrangentes, na medida em que se em situações de não Guerra, o mesmo é dizer, de uma baixa actividade da guerrilha, a defesa poderia ficar limitada à actividade da Companhia. Em locais ou simplesmente em momentos de maior actividade da guerrilha, o Comandante de Batalhão tinha que tomar iniciativas de combate, tácticas ou técnicas, planeando e comandando directamente operações de maior envergadura, no sentido de apoiar um dos seus sectores mais pressionado ou mesmo para afastar, senão silenciar, o inimigo.

Para o desempenho destas funções, um Tenente-Coronel tinha, como tem, conhecimentos técnicos suficientes, tanto mais que estes não iam para além do muito primário. O que os diferenciava era o desembaraço, a autoridade, a liderança, a motivação, a energia e a confiança que transmitiam aos seus subordinados. Para este desempenho eram e serão requeridos outros tipos de formação e de capacidades, provenientes das características pessoais ou inteligências específicas, em que a emocional tem posição predominante, por se colocarem em causa riscos de vidas humanas, não só do próprio, como de todos os homens que estão sob o seu comando e obedecem às suas ordens.

A dimensão do efectivo empregue, o sentido da marcha, os pontos a atacar, a hora em que as tropas devem passar em determinado local, os apoios que assegurou e vários outros pormenores podem ser decisivos numa operação. O Comandante de Batalhão sabe que qualquer pequeno erro pode provocar a sua morte ou a de alguns dos homens que actuam sob o seu comando, o que o pode inibir de tomar decisões.

Surgem, assim, dois tipos de Comandantes de Batalhão, claramente diferenciados: os que se limitaram a estar, para o que os conhecimentos técnicos e a aprendizagem pela rotina bastaram para a sua formação e os que agiram militarmente contra o inimigo, fazendo efectivamente a Guerra. Para estes últimos, as duas formações anteriores eram manifestamente insuficientes, visto serem ainda possuidores de capacidades próprias, provenientes das suas inteligências específicas, no quadro das quais predomina a inteligência emocional.

A formação das capacidades profissionais das elites hierárquicas desenvolveu-se pela formação técnico-táctica e pela actividade rotineira a que chamo experiência, mas mais por esta que por aquela, já que a segunda pôde substituir a primeira e a primeira nunca substituiu a segunda. Todavia, refiro-me a desempenhos médios, já que para desempenhos superiores, se requereu sempre a presença de características pessoais muito particulares em que predominaram as inteligências específicas, entre as quais e principalmente, a inteligência emocional.

Sabendo que a formação técnico-táctica é passível de obtenção por um cidadão médio, o qual pode, igualmente, adquirir a formação pela rotina, a qualidade do desempenho, para além de um nível médio é, assim, e exclusivamente, consequência das características pessoais.

A falta de formação das elites militares para a missão de executar e dissuadir na Guerra de África, não esteve no nível da técnica, porque o Corpo de Oficiais, a partir de certo patamar de Comando e Direcção, táctica e estratégica, apresentou capacidade e qualificação suficiente. O que não existiu foi a disponibilidade para o combate, para o risco e para o sacrifício. E sem esta disponibilidade não existe capacidade militar efectiva. E se a formação não motivou nem capacitou militarmente, então a formação militar falhou e o seu contributo para a formação das capacidades exigíveis foi muito reduzido.

2 – ELITES COMBATENTES

As elites combatentes integram o Capitão de quadrícula, que a doutrina militar táctica seguida por Portugal e o tempo revelaram ter sido a entidade fundamental da Guerra de África, o que justifica plenamente que lhe atribua uma posição de destaque no âmbito desta investigação. As tropas de elite, especiais ou de intervenção, que tiveram e têm estas três designações, constituem o outro elemento que integra o grupo combatente. Contudo, estas tropas têm que ser enquadradas no seu todo, porque elas não dependiam do Capitão. Aliás, até funcionavam com total eficiência mesmo sem ele.

Os grandes objectivos da Guerra de África eram a ocupação do espaço e a conquista das populações. Para a obtenção do primeiro, Portugal dispersou pelo sertão africano, segundo uma «malha» que considerou adequada, cerca de 150 mil homens. A mais pequena unidade, com responsabilidades por uma determinada zona, era a Companhia, comandada por um Capitão, que tinha sob suas responsabilidades a administração da Companhia, a segurança imediata de pessoas e bens, ou seja, do seu próprio pessoal e respectivos meios de vida, e a segurança de proximidade, em que se incluíam as pessoas e bens nativos situados na sua área; e, o que seria o maior de todos os objectivos procurados, conquistar o afecto e a adesão das populações nativas para a causa nacional que então se pretendia defender.

Compreende-se que estes homens carregassem sobre si os verdadeiros objectivos da Guerra de África. Eram os homens determinantes. Como se viu, a Guerra de África desencadeou-se em Angola em 1961, na Guiné em 1963 e em Moçambique em 1964, mas em qualquer dos territórios foi-se alastrando e intensificando progressivamente. Também se provou que, a partir de 1966, os Capitães de carreira se foram afastando do comando destas Companhias, retirando-se para locais longe da Guerra e para actividades ditas de retaguarda. Quando, no início de 1973, em toda a Guiné e em certas zonas de Moçambique, a Guerra atingiu níveis de intensidade elevados, não havia em actividade operacional praticamente nenhum Capitão de carreira ou, mais especificamente, formado na Academia Militar.

Importa então, e por força dos factos, que considerar que o Capitão de quadrícula foi o Capitão miliciano, o qual tinha uma formação técnica com uma duração de apenas 9

meses e, ao chegar ao TO, onde rendia um camarada que se retirava de imediato, por vezes no mesmo dia, não lhe eram proporcionadas condições mínimas para aprender com os mais velhos, já que o início da sua actuação era imediato. Todos estes homens estavam, assim, em completa igualdade de condições: com uma formação pouco mais do que primária e uma experiência, pelo menos inicial, nula.

Estes homens, Capitães milicianos, em número que se aproxima dos 1.500, desempenharam a sua função em termos que posso considerar excelentes por parte de alguns, com um desempenho de elevada qualidade a par de outros com um desempenho consideravelmente fraco. Para a mesma formação e idêntica experiência resultaram desempenhos tão diferentes que chegam a ser opostos. Só uma conclusão é permitida: a qualidade do desempenho para além de um nível médio, esteve nas capacidades pessoais, no valor humano, nas inteligências específicas para a função, entre as quais se destaca a inteligência emocional que permite ao homem utilizar todas as suas capacidades, independentemente da gravidade da situação que o rodeia e do risco das decisões tomadas ou a tomar.

No entanto, também se verificou que estes homens melhoravam a qualidade do seu desempenho com o passar do tempo, o que revela que também formavam as suas capacidades através da experiência.

Quanto aos Capitães de carreira, formados na Academia Militar, que tinham uma maior ou pelo menos mais longa formação técnica, e com uma experiência que adquiriam nas mesmas condições dos milicianos, foram-se afastando da Guerra, o que permite assegurar que, se estavam habilitados tecnicamente para exercer a função, não estavam motivados para a desempenhar.

Posso, assim, afirmar que a formação das capacidades profissionais do Capitão de quadrícula derivava fundamentalmente das suas características pessoais, ou seja, das suas inteligências específicas, devendo-se ainda e de forma considerável da sua experiência e um pouco dos conhecimentos técnicos, que não iam para além dos princípios militares básicos.

Neste sentido, e não obstante a componente experiência, para o Capitão de quadrícula quase tudo dependeu do ser e menos do saber.

As tropas de elite – os Pára-Quedistas - ainda que com uma estrutura orgânica semelhante às tropas de quadrícula, tinham actividades completamente diferentes, as quais eram basicamente as seguintes: combater a guerrilha nos seus locais de refúgio, geralmente em áreas não enquadradas pela quadrícula e apoiar estas unidades quando elas estivessem a ser pressionadas pelo inimigo. Foi isto essencialmente o que aconteceu. Para além do atrás referido, mais de metade do tempo ocupavam-no estas tropas a percorrer a mata, sem ver ninguém, canseiras inúteis da exclusiva responsabilidade do Estado-Maior que nunca percebeu a Guerra de África, nem foi capaz de a doutrinar.

Diferiam ainda das tropas de quadrícula por um desempenho indiferente à pessoa do seu Capitão, que embora assumisse igualmente as responsabilidades na componente de administração, podia não ser, e geralmente não o era, determinante em combate. Estas tropas criaram líderes não orgânicos, que por sua vez se hierarquizaram pelas capacidades que possuíam. O cimo desta hierarquia derivou para a liderança dos princípios e dos valores, o que originou um comando bicéfalo, em constante conflito com o próprio Capitão, o qual era geralmente de carreira, formado na Academia Militar. A hierarquia das capacidades era uma consequência do tipo de Guerra e da doutrina de actuação destas tropas, que actuavam geralmente em pequenos grupos. Os combates eram de curta duração e, quase sempre, desencadeados contra os primeiros 5 homens da coluna, onde seguia sempre um Sargento. O comportamento demonstrado pelos Sargentos no comando dos combates, hierarquizava-os pelas capacidades que possuíam e tornava-os influentes nas decisões superiores, o que lhes conferia poder.

Este poder aliava-se, ainda, a uma liderança que não era independente de valores. Tanto mais que se não deve admitir um líder incompetente ou mesmo moralmente insensível. A liderança militar prendia-se com eficácia, autoridade moral, integridade e credibilidade. Os padrões revelados no desempenho militar demonstraram ser, e tê-lo que ser cada vez mais, consentâneos com padrões de ordem ética.

Assim sucedia, fundamentalmente, porque os Sargentos Pára-Quedistas passavam, no mínimo, por quatro momentos de selecção, o principal dos quais resultava dos respectivos desempenhos na frente de combate, quando ainda Soldados e depois Cabos. Para além de que tinham uma preparação técnica específica em guerra subversiva, igual, senão mesmo superior, à dos Oficiais da Academia Militar. Conquanto, com igual

formação técnica e experiência, os Sargentos também eram muito diferentes uns dos outros, diferenças que só poderiam estar nas suas capacidades pessoais, ou seja, nas suas inteligências específicas, onde continuo a considerar que predomina a inteligência emocional.

A guerra é o reino do esforço e do sofrimento físico. Para se poder resistir é preciso colocar altos níveis de força física e moral, força que — inata ou adquirida — torna o homem de certa forma indiferente a esses sofrimentos. Provido dessas qualidades e guiado pelo simples sentido comum, o homem torna-se um bom instrumento de guerra, a qual é o domínio do acaso. Nenhuma outra esfera da actividade humana deixa tanta margem a este elemento estranho, pois nenhuma delas se encontra, sob todos os pontos de vista, em contacto tão permanente com ele. Em todas as circunstâncias — este elemento, o acaso, — acentua a incerteza e entorpece o decorrer dos acontecimentos. Para responder a tão alto grau de incerteza são requeridas as mais altas qualidades de iniciativa, de decisão, de espírito de sacrificio e de abnegação, tudo isto, aliado a um conhecimento das dificuldades que terão de enfrentar e à forma de lhes fazer face.

As entidades político-militares portuguesas determinaram a estrutura dos quadros pelas habilitações literárias e não pelas qualidades de desembaraço, aprumo, capacidade para o comando e decisão, qualidades estas que deviam ter preponderância sobre as habilitações literárias. Este permanente desrespeito pelo conhecimento disponível conduziu a que se colocassem Alferes milicianos a comandar os Sargentos, decisão que só contribuiu para diminuir a qualidade do desempenho destas tropas.

Homens há que, com um choque nervoso, ficam num estado de sensação de angústia e de medo que pode ter reflexos perigosos no moral das tropas, pelos efeitos contagiantes que acarreta. É fundamental que os quadros subalternos mantenham um estado psíquico estável e um sistema nervoso forte, que suporte todos os embates emocionais sem se deixarem perturbar. Ninguém desconhece que os estados nervosos não se aperfeiçoam nos bancos da escola, são inatos, embora possam ser otimizados pela acção psicológica desenvolvida durante a instrução, e as entidades político-militares não o desconheciam, mas mantiveram o sistema durante os 13 anos da Guerra de África.

A indiferença das habilitações literárias para o comando de unidades de combate é claramente provada com a colocação de homens analfabetos no comando de unidades de

elite, os quais, no entanto, apresentaram excelentes desempenhos. A técnica tem alguma importância, mas pouca, se observarmos que Cabos do Exército Normal desempenharam funções de comando de tropas especiais e o fizeram com elevação. O mesmo afirmo, ao observar que os Sargentos Pára-Quedistas, com uma formação rigorosamente igual, se apresentavam consideravelmente diferentes uns dos outros. Os Capitães Pára-Quedistas tinham todos a mesma formação técnica, mas, como provei, havia excelentes Oficiais, a par de outros que não reuniam o mínimo de condições para a função de comando de unidades de combate, nem sequer quanto ao relacionamento humano.

Concomitantemente, a experiência contribuía, significativamente, para a qualidade do desempenho, na medida em que, como claramente demonstrei, as elites combatentes iam melhorando progressivamente a qualidade do respectivo desempenho.

Posso, com total segurança, concluir que a formação das elites combatentes deriva essencialmente das características pessoais, com relevância particular para as inteligências específicas, entre as quais a inteligência emocional se configura determinante. É igualmente fundamental a experiência e pouco significativo o conhecimento técnico, o qual, para a Guerra que Portugal travou, não ia para além do muito primário. E estes conhecimentos primários todos os tinham, desde o Soldado do Exército de quadrícula, ao Capitão de tropas especiais.

Mas o chefe militar, o condutor de homens em combate, aquele que tem de levar os outros até ao sacrificio maior, não se improvisa. Sobre qualidades naturais, que se não inventam, tem de formar-se o chefe militar que se imponha aos seus subordinados pelo saber, pela dignidade e pelo valor. Ele terá de ser o exemplo de valentia para os homens que dirige, terá de demonstrar competência para lhes dar a certeza de que as suas ordens são as mais seguras e eficazes, terá que possuir qualidades que, no fundo, o legitimem e o façam mais amado que temido.

Nestas condições e porque os Oficiais dos anos 60 fugiram da Guerra, não reuniram minimamente as características de elites e não se configuraram enquanto tal. Em função disso o Exército desmoronou-se; a cadeia de comando partiu-se; o Exército venceu-se a si próprio; a Academia Militar falhou na selecção e na formação psicológica das futuras

elites militares, as quais não desempenharam as suas funções em obediência aos valores próprios e exigíveis a um exército.

3 – ESTADO-MAIOR

A função de Estado-Maior de um Exército num teatro de guerra, é a de doutrinação e planeamento da actividade das tropas, em função de uma estratégia previamente definida e adaptável à conjuntura específica e ao terreno, no quadro dos objectivos políticos delineados.

Numa guerra subversiva, que uns designam de terrorismo e outros de libertação, nas matas ou nas cidades, em África ou na Ásia, em que o inimigo se mistura com a população e com ela se confunde, perderá sempre o Exército cujo Estado-Maior não seja capaz de separar o inimigo da população. Ataques indiscriminados a esta última, na esperança de assim atingir o inimigo, conduzirão inevitavelmente ao seu reforço, que ampliará a resposta através de acções assimétricas, pelo simples princípio de que o ódio vence o medo.

Compreende-se facilmente que as funções de Estado-Maior devem ser desempenhadas por Oficiais inteligentes, altamente treinados e «familiarizados com as coisas de que se ocupam». Se assim não for, o Estado-Maior falha a sua função e as FA a sua missão.

As guerras subversivas, de que as guerras de guerrilha são o seu exemplo mais perfeito, exigem uma capacidade de adaptação permanente e profunda, já que, no seu combate assimétrico, a guerrilha na mata ou na cidade sofre uma constante alteração de métodos e de procedimentos. Ao Estado-Maior compete-lhe recolher as informações, detectar as alterações adoptadas pela guerrilha, conceber e adaptar procedimentos de resposta válida e transmiti-los às linhas da frente. Será completamente inútil a acção de qualquer Estado-Maior que assim não proceda e, ao longo da Guerra de África, o Estado-Maior não procedeu assim, porque os Oficiais colocados nestas funções revelaram total «incapacidade em se adaptarem».

Numa guerra de guerrilha, na mata ou na cidade, em que o homem será sempre o elo mais importante, o Exército cometeu mais um erro ao colocar nas funções de Estado-

Maior, Oficiais sem capacidade de adaptação e sem experiência, quer da tropa, quer da guerra, pois nunca lá tinham estado, ou pretendiam vir a estar.

4 – RESUMO CONCLUSIVO

De acordo com o exposto, posso concluir que a formação das elites militares que permite desempenhos de alta qualidade, assenta em três componentes fundamentais:

- a) Posse das capacidades de comando, liderança, desembaraço, disponibilidade para o risco, espírito de sacrifício, inteligências específicas para o comando de tropas em combate, com particular destaque para a inteligência emocional, que é comum a todos os combatentes, mas com particular acuidade para os quadros. Estas qualidades humanas, que se constituem enquanto capacidades, devem ser apoiadas por formação psicológica que proporcione uma forte motivação para o desempenho;
- b) Aprendizagem pelo desempenho rotineiro de funções, as quais estão indexadas às patentes militares, que se vão afastando progressivamente dos combates e evoluindo nas áreas de comando e direcção;
- c) Formação técnica contínua, sobre todos os princípios básicos que suportam o desempenho de cada função.

A formação das elites do Exército que combateram na Guerra de África, entre 1961 e 1974, com particular evidência para os Oficiais formados na década de 60, não observara a componente das capacidades pessoais e da formação psicológica. Esta deficiência de formação determinou que o Exército se tivesse apresentado em África com mais lacunas do que perfeições. Porém, esta falha formativa não se limitou às elites, estendendo-se a todos os quadros combatentes.

O Oficialato português que estava mais vocacionado para a política, coordenação e administração²³⁵ do que para a Guerra, deixava claro que toda a sua formação estava orientada para o poder, o qual não se esgotava no militar, pretendendo também, e totalmente, o poder político. A perturbação e a conflitualidade interna tinham que surgir, como surgiram e hão-de surgir sempre, enquanto a formação do Oficialato não for

²³⁵ Ver notas 56, página 121, 75, página 207, e 156, página 380.

apenas e só orientada para a defesa e para a guerra, únicas razões da existência e manutenção das Forças Armadas.

Devido a esta falha de formação, que nivelasse de forma equilibrada, de preferência por cima, a capacidades das elites, Portugal viu-se com dois Exércitos: o dos valores e aquele para onde foram apenas os que procuravam um emprego. Só o primeiro deve constituir o verdadeiro Exército, por só ele reunir condições para defender os interesses do País. Foram estes dois Exércitos que lutaram entre si e para si, nos tempos que se seguiram ao derrube do regime de Marcelo Caetano.

Outra situação, limitadora e condicionadora da eficiência do Exército, reside no sistema da cadeia hierárquica que determina que um Sargento-Mor, no fim da carreira, licenciado e com valor militar demonstrado, tenha de prestar vassalagem a um Aspirante a Oficial, com 6 meses de tropa, 20 anos de idade e o 12.º ano de escolaridade e que, do ponto de vista militar, pouco mais saiba do que «atacar as botas».

A opinião pública dificilmente compreende e não encontra justificação para as despesas avultadas com a manutenção de umas Forças Armadas que não combatem, mas que pretendem fiscalizar a actuação dos políticos. Neste caso, o povo não se sente defendido, mas oprimido pelas Forças Armadas que sustenta, estando o sistema político dependente e condicionado pelos interesses internos dos militares, o que leva a situações de tensão que se não desejam e que podem desenvolver-se em conflito e intromissão das Forças Armadas no poder político.

O que concluí ao longo do estudo e que sintetizo no diagrama 1, reflecte bem que o conflito político-militar se inicia com a elaboração do Orçamento Geral do Estado, em que os políticos preferem atribuir maiores dotações às actividades de apoio social e os militares reivindicam maiores dotações para a defesa e segurança.

Tomada a decisão orçamental, ou o que poderíamos designar de situação conflitual de primeiro nível, os militares vêem-se logo confrontados com outro potencial conflito, que consiste na afectação das disponibilidades financeiras à modernização tecnológica dos equipamentos e armamentos ou ao suporte dos encargos com os efectivos militares. Sendo certo que esta decisão permanece do foro político, mas que os militares reivindicam para si.

Decididas as verbas a afectar aos efectivos militares, passa-se ao terceiro momento de eventual conflito que consiste na divisão dos efectivos militares em Combatentes e não Combatentes. Os últimos podem ainda ser designados como Serviços de Apoio, Tecnoocratas ou Administrativos. Definidos estes dois sectores, há que decidir das suas quantidades, qualidades e estruturas (inter-armas, inter-classes e inter-quadros). Se nos dois primeiros patamares a conflitualidade estava limitada aos políticos e às altas chefias militares, a partir daqui, as clivagens potenciais estendem-se a todo o efectivo militar, na procura da estrutura remuneratória, de carreira e hierárquica mais eficiente e equitativas. A partir deste patamar, o Sector Administrativo teria em princípio a sua situação estabilizada, não fora a intromissão dos «básicos» que a virão, mais tarde, perturbar.

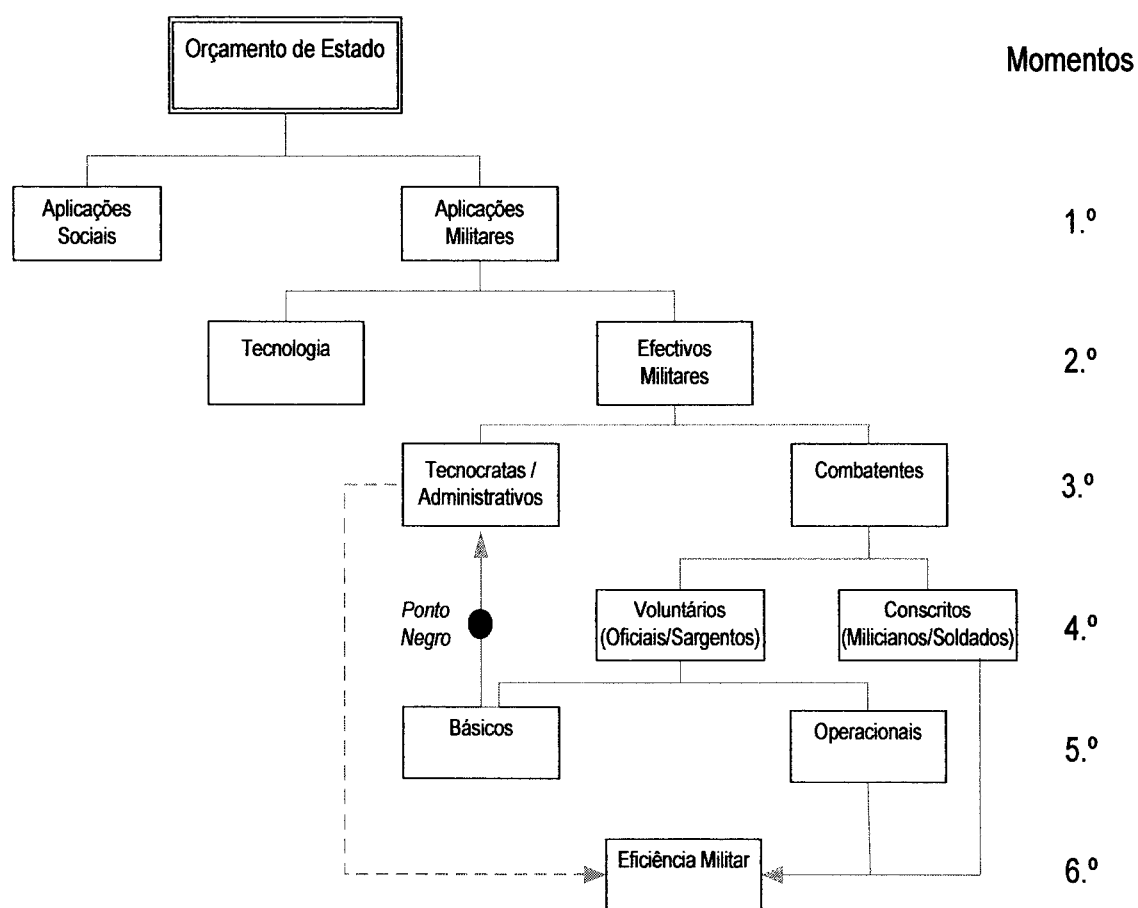
Para entender a situação é necessário explicitar que os efectivos combatentes se dividiam, no período a que o estudo se reporta, em voluntários e conscritos, sendo que por voluntários entendo os Oficiais e Sargentos do quadro e por conscritos entendo os Milicianos (Oficiais e Sargentos) e Praças. Os militares conscritos eram incorporados por imposição, devido a uma determinação política, o que conduzia, de um modo geral, a fracas motivações e desempenhos. Contudo, foram sempre empenhados em funções de combate, o que justifica que o seu desempenho tivesse influenciado a eficiência militar.

Os Oficiais e Sargentos de carreira que, de acordo com a estrutura dos quadros do Exército, deveriam permanecer nas funções de combate, dividiram-se, procurando e conseguindo ocupações alternativas, sobretudo nos sectores administrativos. Estes militares, mormente os Oficiais, adquiriram na instituição militar a designação de «básicos». Os Oficiais, que sendo das áreas combatentes se deslocavam para as áreas de administração, constituíam o verdadeiro «ponto negro» do Exército, já que conflituavam com todos os outros sectores, nomeadamente.

- a) Com os militares dos quadros dos serviços porque, pertencendo aos quadros combatentes, beneficiavam de um estatuto de promoções mais favorável, razão que os levava, frequentemente, às chefias dos serviços, cujos quadros não integravam;
- b) Com os Oficiais de carreira, mais operacionais, que não compreendiam, nem aceitavam, este comportamento, o qual lhes aumentava a quantidade de trabalho e os níveis de responsabilidade;

- c) Com os Sargentos operacionais, que os consideravam Oficiais de segunda linha;
- d) Com os Milicianos, que se viam abandonados e sobrecarregados de trabalho, de sacrifícios e de riscos que, por sua vez, eram tanto mais graves, quanto maior o número de Oficiais combatentes que se iam retirando.

Diagrama 1: Áreas e Momentos de Conflito Político-Militar e Intramilitar



Fonte: Concebido e elaborado no âmbito da presente investigação a partir dos dados recolhidos e analisados.

Sabendo que o sector administrativo só indirectamente concorria para a eficiência militar, concluo que os Oficiais de carreira determinavam essa eficiência na razão inversa da sua integração no subgrupo dos «básicos», integração que, se era uma consequência da doutrina seguida no sector estritamente militar, não deixava de corresponder a uma atitude política que a motivava pela forma como estruturava as carreiras dos múltiplos quadros.

O modelo sugere, assim, que a «fuga» de Oficiais combatentes para os Serviços de Apoio constituiu o maior entrave, não só à eficiência da instituição militar, mas também à formação do espírito militar que se ordena e inspira em valores básicos da humanidade. E foram tão sérias estas faltas de vocação e de motivação profissional do Oficialato, fruto de erros graves de formação, que as mesmas presidiram como comprovei, a todos os acontecimentos que os militares desencadearam no período «Pós Marcelismo». Acontecimentos motivados não por razões de ordem social, mas nas qualidades de desempenho na Guerra de África, o que determinou que os Oficiais Operacionais, do quadro e milicianos, seguissem o General António de Spínola, enquanto os Oficiais «básicos» seguiram o General Costa Gomes. As designações de «esquerdistas, comunistas, moderados, direitistas e fascistas», não correspondiam assim, em minha opinião, aos comportamentos substantivos dos militares, considerando-se aqui, igualmente os Sargentos.

Em suma, conforme demonstrei, os conflitos intramilitares tiveram basicamente as suas origens nas vocações e motivações que determinaram a qualidade do respectivo desempenho e o comportamento demonstrado, por sua vez derivado dos erros do processo de formação militar.

Por último, resta-me esperar e desejar, que a presente investigação suscite novos trabalhos que, partindo destas ou de hipóteses diferentes, dedicados ao mesmo tema ou sobre temas similares, possam contribuir, como procurei aqui fazê-lo, para se conhecer melhor a instituição militar e ajudar à elevação da sua eficácia e da sua dignidade, através de processos de selecção, recrutamento e formação consequentes com os objectivos pretendidos e com os valores que devem presidir à existência e continuidade das Forças Armadas.

LISTA DE SIGLAS

A/C	Anti-Carro
AGE	Arquivo Geral do Exército
AHM	Arquivo Histórico Militar
AM	Academia Militar
Am	Alferes miliciano
BA	Base Aérea
BAI	Brigada Aerotransportada Independente
BCaç	Batalhão de Caçadores
BCP	Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas
BE	Biblioteca do Exército
BETP	Base Escola de Tropas Pára-Quedistas
CAC	Curso de Altos Comandos
CART	Companhia de Artilharia
CCaç	Companhia de Caçadores
CCP	Companhia de Caçadores Pára-Quedistas
CCS	Companhia de Comandos e Serviços
CDS	Centro Democrático Social
CECA	Comissão de Estudos das Campanhas de África
CEM	Corpo de Estado-Maior
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CEP	Corpo Expedicionário Português
CI	Centros de Instrução
CIOE	Centro de Instrução de Operações Especiais
Cm	Capitão miliciano
CM	Colégio Militar
Cmd	Comando
CMi	Companhia de Milícias
COM	Curso de Oficiais Milicianos

COMRA	Comando da Região Aérea
COP	Comando Operacional
COPCON	Comando Operacional do Continente
CPAE	Centro de Psicologia Aplicada do Exército
CPOSAS	Curso de Promoção a Oficial Superior das Armas e dos Serviços
CSM	Curso de Sargentos Milicianos
CTIG	Comando Territorial Independente da Guiné
CTP	Corpo de Tropas Pára-Quedistas
CUC	Comandante de Unidade de Combate
DAMP	Direcção de Administração e Mobilização de Pessoal
DDHM	Direcção de Documentação e História Militar
DGAFA	Depósito Geral de Adidos da Força Aérea
DGS	Direcção Geral de Segurança
DSI	Direcção dos Serviços de Intendência
ECO	Escola Central de Oficiais
ECS	Escola Central de Sargentos
ELP	Exército de Libertação de Portugal
EM	Escola Militar
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior da Força Aérea
EOSAS	Estágio para Oficiais Superiores das Armas e Serviços
EPC	Escola Prática de Cavalaria
EPI	Escola Prática de Infantaria
ETAT	Escola de Tropas Aerotransportadas
EUA	Estados Unidos da América
FA	Forças Armadas
GDACI	Grupo de Detecção, Alerta e Contra Intercepção
GE	Grupos Especiais
GEP	Grupos Especiais de Pára-Quedistas
IAEM	Instituto de Altos Estudos Militares
IAO	Instrução de Aproveitamento Operacional
IE	Inteligência Emocional
JSN	Junta de Salvação Nacional

LDG	Lancha de Desembarque Grande
LDM	Lancha de Desembarque Média
LGF	Lança Granadas Foguete
MDLP	Movimento Democrático de Libertação de Portugal
MFA	Movimento das Forças Armadas
NATO	Organização do Tratado do Atlântico Norte
OE	Ordens do Exército
PAIGC	Partido Africana para a Independência da Guiné e Cabo-Verde
PAM	Pelotão de Cavalaria de Auto-Metralhadoras
PArt	Pelotão de Artilharia
PCP	Partido Comunista Português
PCS/R	Pelotão de Canhão Sem Recuo
PM	Pelotão de Milícias
Pm	Pelotão de morteiros
PPD	Partido Popular Democrático
PREC	Período Revolucionário Em Curso
PS	Partido Socialista
QC	Quadro de Complemento
QE	Quociente Emocional
QEO	Quadro Especial de Oficiais
QG	Quartel General
QI	Quociente de Inteligência
QP	Quadro Permanente
QSGP	Quadro do Serviço Geral Pára-Quedista
RAL 1	Regimento de Artilharia Ligeira n.º 1
RAP 2	Regimento de Artilharia Pesada n.º 2
RCP	Regimento de Caçadores Pára-Quedistas
RC 3	Regimento de Cavalaria 3
RMA	Região Militar de Angola
SDCI	Serviço de Documentação e Coordenação de Informações
SDN	Sociedade Das Nações
SIM	Serviço de Informações Militares
SMO	Serviço Militar Obrigatório

TAT Tropas Aerotransportadas
TO Teatro de Operações
URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1 – MONOGRAFIAS

Abbott, Peter, e Rodrigues, Manuel Ribeiro (1988), *Modern Africa Wars (2): Angola and Moçambique 1961-1974*, Londres, Osprey.

Afonso, Aniceto, e Gomes, Carlos de Matos (2000), *Guerra Colonial, Angola - Guiné - Moçambique*, Lisboa, Diário de Notícias.

Almeida, Dinis de (1977), *Origens e Evolução do Movimento dos Capitães*, Lisboa, Edições Sociais.

Almeida, Dinis de (1978), *Ascensão, Apogeu e Queda do M.F.A.*, I Volume, Lisboa, Edições Sociais.

Almeida, João Ferreira de e Pinto, José Madureira (1995), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Editorial Presença.

Alves, Márcio M. (1975), *Os Soldados Socialistas de Portugal*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.

Antunes, José Freire (SD), *O Segredo do 25 de Novembro*, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Aragão, Francisco (1926), *Tropas Negras*, Lisboa, Seara Nova.

Argyris, Chris (1957), *Personalidade e Organização; o Conflito Entre o Sistema e o Indivíduo*, Rio de Janeiro, Rebes.

Aron, Raymond (1985), *Democratie et Totalitarisme*, Paris, Éditions Gallimard.

Arriaga, Kaulza de (1987), *Guerra e Política - em Nome da Verdade os Anos Decisivos*, Lisboa, Edições Referendo.

Audibert, P. e Brignon, D. (1974), *Portugal: les Nouveaux Centurions*, Paris, Belfond.

Azeredo, Carlos de (2004), *Trabalhos e Dias de Um Soldado do Império*, Porto, Livraria Civilização Editora.

Azevedo, Pinheiro de (1979), *25 de Novembro Sem Máscara*, Lisboa, Intervenção.

- Bañón, Rafael e Olmeda, José António (1985), "El Estudio de las Fuerzas Armadas" in *La Institución Militar en El Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial.
- Barata, Manuel Freire Themudo, (General) (1990), *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa, EME.
- Bispo, António Jesus (1998), *Elementos para uma Teoria do Conflito Político*, Lisboa, Instituto Português da Conjuntura Estratégica.
- Bogdan, Robert C., & Birten, S. K. (1982), *Qualitative Research for Education; na Introduction for to Theory and Methods*, Boston, Allyn and Bacon.
- Bottomore, T. B. (1974), *As Elites e a Sociedade*, Segunda Edição, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Bourdieu, J. Pierre, Chamboredon, J. C., Passeron, C. (1973), *Le Métier de Sociologue*, Paris, Mouton.
- Boxer, C. R. (1963), *Race Relations in the Portugueses Colonial Empire 1415-1825*, Oxford, Oxford University Press.
- Bruce, Hoffman, e Taw, Jennifer M. (1991), *Defense Police and Lwo-Intensity Conflict: The Developente of Britain's "Small Wars" Doctrine During the 1950s*, Santa Mónica, Rand Corporation.
- Burchett, Wilfred (1975), *Portugal Depois da Revolução dos Capitães*, Lisboa, Seara Nova.
- Cann, John P. (1998), *Contra-Insurreição em África, o Modo Português de Fazer a Guerra, 1961-1974*, Lisboa, Edições Atena.
- Capitanchik, David (1983), *Defense and Public Opinion*, London, The Royal Institute of International Affairs.
- Carrilho, Maria (1985), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Carvalho, Joaquim Martins de (1890), *Os Assassinos na Beira: os Novos Apontamentos para a História Contemporânea*, Coimbra, Imp. da Universidade.
- Carvalho, Otelo Saraiva de (1977), *A, Alvorada em Abril*, Lisboa, Livraria Bertrand.

- Carvalho, Otelio Saraiva de (1977), B, *O Povo é Quem Mais Ordena*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Cavalheiro, Joaquim Lopes (1979), *Forças Especiais na Guiné: O Batalhão de Comandos 1971-1973*, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares.
- Clausewitz (1973), *Arte e Ciência da Guerra*, Lisboa, Ed. Maria da Fonte.
- Corpo de Tropas Pára-Quedistas (CTP) (1986-1987), *História das Tropas Pára-Quedistas*, Lisboa, CTP, 4 Volumes.
- Correia, Ramires, e outros (SD), *MFA e Luta de Classes*, Lisboa, Ulmeiro.
- Coser, Lewis, (1964), *The Functions of Social Conflict*, New York, The Free Press.
- Costa, António Firmino da (1989), “A Pesquisa de Terreno em Sociologia”. In Silva, Augusto Santos, e Pinto, José Madureira, (org.) *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento.
- Costa, Gomes da (1925), *A Guerra nas Colónias, 1914-1918*, Lisboa, Ed. Portugal-Brasil.
- Courtois, Gaston (1968), *A Arte de Ser Chefe*, 8.^a Edição, Lisboa, Livraria Sampedro.
- Coutinho, André Ribeiro (1751), *O Capitão de Infantaria Portuguez*, Lisboa, Régia Of. Silvana.
- Couto, Abel C. (1988), *Elementos de Estratégia*, Vol. I, IAEM, Lisboa.
- Cunha, Joaquim da Luz, et al. (1977), *África: A Vitória Traída*, Lisboa, Editorial Intervenção.
- Cunha, Manuel Barão da, Coord. (2001), *Os Militares, as Artes e as Letras*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Cunha, Silva (1977), *O Ultramar, a Nação e o «25 de Abril»*, Coimbra, Atlântica Editora.
- Dahrendorf, Ralph (1982), *As Classes Sociais e Seus Conflitos na Sociedade Industrial*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- Decraene, Philippe (1962), *O Pan-Africanismo*, S. Paulo, Colecção Saber Actual, Difusão Europeia do Livro.



- Department of Commerce (1974), *Statistical Abstract of the United States*, Washington, U. S..
- Dias, Gastão Sousa (1932), “A Defesa de Angola”, *Revista Militar*, Lisboa, Julho - Agosto.
- Dixon, Norman F. (1977), *A Psicologia da Incompetência dos Militares*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Estado-Maior do Exército (EME) (1963), A, *O Exército na Guerra Subversiva*, 3 Volumes, Lisboa.
- Estado-Maior do Exército (EME) (1966), A, *O Exército na Guerra Subversiva*, Volume II, Lisboa.
- Estado-Maior do Exército (EME), B, *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa. 18 volumes.
- Estado-Maior do Exército (EME) (1988C), *Subsídios para o Estudo do Esforço Militar Português na Década de 50*, Lisboa.
- Estado-Maior do Exército, (EME) (2002D), *Resenha Histórico-Militar das Campanhas da Guiné (1961-1974), Fichas das Unidades*, Lisboa.
- Estado-Maior Exército (EME), “África — A Evolução de 1956 a 1970”, *Cadernos Militares*.
- Estado-Maior do Exército (EME) (1990), *Subsídios para o Estudo da Doutrina Aplicada nas Campanhas de África (1961-1974)*, Lisboa.
- Estêvão, José (1963), *Obra Política II*, Lisboa, Portugália Editora.
- Faye, Jean Pierre (1977), *O Portugal de Otelo*, Lisboa, Socicultur.
- Feld, M. D. (1963), “Professionalism, Nationalism and the Alienation of the Military”, in Jaques van Doorn, *Armed Forces and Society*, Paris, Mouton.
- Felgas, Hélio (1967), *Guerra na Guiné*, Lisboa, SPEME.
- Ferreira, José Medeiros (1992), *O Comportamento Político dos Militares, - Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Editorial Estampa.
- Fischer, Gustave-Nicolas (1994), *A Dinâmica Social — Violência, Poder, Mudanças*, Lisboa, Planeta Editora.

- Frémontier, Jacques (1976), *Portugal, os Pontos nos ii*, Lisboa, Moraes.
- Galliano, A. Guilherme (1981), *Introdução à Sociologia*, S. Paulo, Harper & Row.
- Gasset, José Ortega Y (1989), *A Rebelião das Massas*, Coleção “Antropos”, Relógio d’Água Editores.
- Ghiglione, Rodolphe e Benjamin, Matalon (1992), *O Inquérito - Teoria e Prática*, Oeiras, Celta Editora.
- Goleman, Daniel, Boyatzis, Richard, e Mckee, Annie (2002), *Os Novos Líderes, a Inteligência Emocional nas Organizações*, Lisboa, Gradiva.
- Gomes, Carlos de Matos (2001), *in A Guerra Colonial*, (org.) Teixeira, Rui de Azevedo, Lisboa, Notícias Editorial.
- Gomes, Varela (1980), *Sobre os Golpes Contra-Revolucionários de 11 de Março e de 25 de Novembro de 1975*, Lisboa, SE.
- Gonçalves, J. J. (1949), *Sociologia*, Porto, Portucalense.
- Goode, William J., & Hatt, Paul K. (1979), *Métodos em Pesquisa Social*, 7.^a Edição, S. Paulo, Companhia Editora Nacional.
- Gramsci, António, (1971), *La Política y el Estado Moderno*, Barcelona, Ediciones Peninsula.
- Grant, A. J., e Temperley, Harold (1940), *Europe in the Nineteenth and Twentieth Centuries (1789-1930)*, 4.^a edição.
- Guitard, Odette (1969), *Bandung et le Réveil des Peuples Colonisés*, Paris, Col. Que Sais-je, PUF.
- Gurvitch, George (1958), *Traité de Sociologie*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Haguette, Teresa M. Frota (1995), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Editora Vozes, L.da.
- Heggoy, Alf Andrew (1972), *Insurgency and Counterinsurgency in Algeria*, Bloomington, Indiana University Press.
- Henriksen, Thomas H. (Verão de 1977), “Portugal in Africa: Comparative Notes on Counterinsurgency”, *Orbis*.

- Herbert, Paul (1995), *Combat Training Centers: The 21st Century Schools for the Application of Military Art and Science*, Pensilvânia: Escola de Guerra dos EUA, Carlisle Barracks.
- Horne Alistair (1987), *A Savage War of Peace: Algeria 1954-1962*, Harmondsworth, Penguin Books.
- Huntington, Samuel P. (1985), “Poder, Ideologia Y Profesionalidad: La Relaciones Civiles-Militares en Teoria”, in Bañón, Rafael e Olmeda, José António (org.), *La Institución Militar en El Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial.
- Isaacman, Allen F. (1976), *The Tradition of Resistance in Mozambique*, Londres, Heinemann Educational Books.
- Krepinevich, Andrew F., Jr. (1986), *The Army and Vietnam*, Baltimore, Johns Hopkins University Press.
- Lang, Kurt (1972), *Military Institutions and the Sociology of War*, London, Sage Publications.
- Lobstein Jacques (1969), *Organizar, Comandar, Estruturar*, Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- Luard, Evan (1968), *Conflict and Peace in the Modern International System*, Boston, Mass.
- Lussier, James W. e Saxon, Terril F. (1994), *Critical Factors in the Art of Battle Command*, Alexandria, Virgínia, Instituto de Pesquisa do Exército dos EUA.
- Machado, José Pedro (1977), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.^a Edição, Lisboa.
- Maia, Salgueiro (1994), *Histórias da Guerra do Ultramar e do 25 de Abril*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Marques, Fernando Pereira (1981), *Exército e Sociedade em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo.
- Marques, Fernando Pereira (1999), *Exército, Mudança e Modernização na Primeira Metade do Século XIX*, Lisboa, Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional.

- Martelo, David (2000), *in a Guerra Colonial, Angola - Guiné - Moçambique*, (Coord.) Afonso, Aniceto e Gomes, Carlos de Matos, Lisboa, Diário de Notícias.
- Martins, E. A. Azambuja (1936), *O Soldado Africano de Moçambique*, Lisboa, Agência Geral das Colónias.
- Martins, Ferreira (1945), *História do Exército Português*, Lisboa, Editorial Inquérito.
- Matos, Gastão de Melo de (1930), *Nota Sobre os Postos do Exército Português*, Lisboa, SE.
- Medina, João (1985), *História Contemporânea de Portugal*, Lisboa, Amigos do Livro, Editores.
- Melo, João de (1988), *Os Anos da Guerra*, Volume II, Lisboa, Circulo de Leitores.
- Mensurado, J. M. (1993), *Que Nunca Por Vencidos se Conheçam*, Lisboa, Luso Livro.
- Miller, Harry (1972), *Jungle War in Malaya: The Campaign Against Communism 1948-1960*, Londres, Arthur Barker.
- Mills, C. Wright (1956), *The Power Elite*, New York, Oxford University Press.
- Mills, C. Wright (1981), *A Elite do Poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Ministério da Guerra (1938), *Reformas Militares de 1937*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- Ministério das Colónias (1943), *Missão Militar às Colónias — Relatório*, Volume I, Lisboa.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1973), *África Portuguesa: Uma Introdução*, Lisboa.
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (1986), *Dez Anos de Política Externa*, Lisboa.
- Morin, Edgar (1983), *Journal Californie*, Paris, Editions du Seuil, 1983.
- Mosca Gaetano (1939), *The Ruling Class*, New York, McGraw-Hill.
- Mosca, Gaetano (1979), “The Ruling Class”, *in* Bottomore, T. B., *Elites and Society*, Middle-sex, Penguin Books.
- Moskos, Charles C. (1985), “La Nueva Organización Militar: Institucional, Ocupacional o Plural?”, *in* Bañón, Rafael e Olmeda, José António (org.), *La Institución Militar en El Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial.

- Myrdal, Gunnar (1994), *Na America Dilema*, Nova Yorque, Harper and Bros.
- Nogueira, Franco (1984), *Salazar*, Volume IV, Porto, Livraria Civilização Editora.
- Norton de Matos, e Ribeiro, José Mendes (Março de 1924), “O Exército em Angola”, *Revista Militar*, Lisboa.
- Oliveira, A. N. Ramires de (1993), *História do Exército Português (1910-1945)*, Lisboa, EME, 6 volumes.
- Paret, Peter (1964), *French Revolutionary Warfare from Indochina to Alergia*, Londres, Pall Mall Press.
- Pareto, Vilfredo (1978), *Compendio di Sociologia Generale*, Torino, Einaudi Editore.
- Pareto, Vilfredo (1935), *The Mind and Society III*, New York, Harcourt-Brace.
- Pattee, Richard (1959), *Portugal na África Contemporânea*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Porch, Douglas (1977), *The Portuguese Armed Forces and the Revolution*, Stanford, The Hoover Institution Press.
- Porch, Douglas (1991), *The French Foreign Legion: A Complete History of the Legendary Fighting Force*, Nova Iorque, Harper Collins.
- Quiny, Raymond, e Campenhoudt, Luc Van (1992), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Redfield, Robert (1960), *The Little Community and Peasant Society and Culture*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Rodrigues, Avelino, e outros (1974), *O Movimento dos Capitães e o 25 de Abril*, Lisboa, Morais.
- Rodrigues, Avelino, e outros (1976), *Portugal Depois de Abril*, Lisboa, Intervoz, Publicidade, L.da.
- Rodrigues, José Filipe Barros (1931), *Organização dos Exércitos — Organização Militar Portuguesa*, Secção I, Lisboa, Escola Militar (Lições).
- Santos, António Ribeiro dos (1995), *in Estudos em Homenagem ao Professor Adriano Moreira*, Vol. II, Lisboa, ISCSP, Universidade Técnica de Lisboa.

- Santos, Fernando Piteira, e outros (1974), *A Natureza de Classe do 25 de Abril*, Lisboa, Iniciativas Editoriais.
- Saraiva, J. Hermano, *História Concisa de Portugal*, Lisboa, Ed. Europa-América, Col. Saber.
- Selvagem, Carlos (1919), *Tropa d'África*, Porto, Renascença Portugal.
- Sheechan, Neil (1988), *A Bright Shining Lie: John Paul Vann and America in Vietnam*, Nova York, Random House, Inc..
- Simmel, Georg (1995), *Le Conflit*, SL, Circé/poche.
- Soares, Mário (1990), *Intervenções 4*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Sousa, Marcelo Rebelo de (1983), *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz.
- Spínola, António de (1974), *Portugal e o Futuro*, Lisboa, Arcádia.
- Spínola, António de (1976), *Ao Serviço de Portugal*, Lisboa, Ática/Bertrand.
- Spínola, António de (1978), *País Sem Rumor*, Lisboa, SCIRE.
- Teixeira, Rui de Azevedo, Org. (2001), *A Guerra Colonial*, Lisboa, Notícias Editorial, 2001.
- Telo, António José (1985), “A República e o Exército”, in *Histórias Contemporâneas de Portugal*, Tomo II, Dirigido por João Medina, Amigos do Livro.
- Triviños, Augusto Nivaldo Silva (1995), *Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais*, São Paulo, Editora Atlas.
- Tsu, Sun (1994), *A Arte da Guerra*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Vaz, Nuno Mira (2002), *Civilização das Forças Armadas nas Sociedades Demoliberais*, Lisboa, Edições Cosmos e Instituto da Defesa Nacional.
- Vicente, Paula; Reis, Elizabett; Ferrão, Fátima (1996), *Sondagem — A Amostra como Factor Decisivo de Qualidade*, Lisboa, Edições Silabo.
- Villas, Gaspar do Couto Ribeiro (1924), *As Tropas Coloniais na Vida Internacional*, Lisboa, Sociedade de Geografia.

Wallraff, Günter (1976), *A Descoberta de uma Conspiração - A Acção Spínola*, Lisboa, Livraria Bertrand.

Weber, Max (1963), *Le Savant et le Politique*, Paris, Union Générale d'Éditions.

Weber, Max (1995), *Metodologia das Ciências Sociais*, 2.^a Edição, São Paulo, Cortez Editora.

Wheeler, Douglas, L. (1979), “The Military and the Portuguese Dictatorship, 1926-1974: The Honor of the Army”, in *Contemporary Portugal*, Ed. Lawrence S. Graham and Harry M. Makler, Austin, University of Texas Press.

Zimbardo, Philip & Ebesen, B. (1973), *Influência em Atitudes e Modificações do Comportamento*, São Paulo, Blücher.

(1976) *25 de Novembro*, Lisboa, Terra Livre.

2 – OUTRAS MONOGRAFIAS

Abrahamsson, Bent (1985), “La Profesión y el Poder Político: Los Recursos y su Movilización” in Bañón, Rafael e Olmeda, José António, *La Institución Militar en el Estado Contemporáneo*, Madrid, Alianza Editorial, pp. 254-269.

Abreu, Dinis de (1975), *11 de Março o Tiro Pela Culatra*, Lisboa, Liber, 1975.

Adler, Mortimer J. (1995), *How to Think About War and Peace*, New York, Fordham University Press.

Albuquerque, Mouzinho de (1899), *Moçambique 1896-1898*, Lisboa, Manuel Gomes Editor.

Alexandre, Valentim (1998), “As Periferias e a Implosão do Império”, in Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Círculo de Leitores, pp. 46-60, Vol. IV.

Alexandre, Valentim (1998), “Situações Coloniais II – o Ponto de Viragem – as Campanhas de Ocupação (1890-1930)”, in Bethencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Círculo de Leitores, pp. 182-211, Vol. IV.

- Almada, José de (1936), *Convenções Anglo-Alemãs Relativas às Colónias Portuguesas*, Lisboa, Estado-Maior do Exército.
- Amaral, Freitas do (1995), *O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas (1941-1975)*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Amiji, Hatim M. (1984), “La Réligion dans les Relations Afro-Arabes – L’Islam et le Changement Culturel dans L’Afrique Moderne” in *Les Relations Historiques et Socioculturels Entre L’Afrique et le Monde Árabe de 1935 à nos Jours*, Paris, Unesco, pp. 107-140.
- Anderson, R. D. (1995), *University and Elites in Britain Since 1800*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Andreski, Stanislav (1964), *War and Society*, New York, Man in Society – Patterns of Human Organization.
- Anguera, Maria Teresa (1982), *Metodologia de la Observación en las Ciencias Humanas*, Madrid, Ediciones Cátedra.
- Antunes, José Freire (1978), *A Desgraça da República na Ponta das Baionetas. As Forças Armadas no 28 de Maio*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- Antunes, José Freire (1995), *A Guerra de África 1961-1974*, Vol. I e II, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Araújo, Orestes (1959), *Sociologia da Guerra*, Rio de Janeiro, SE.
- Aron, Raymond (1988), *Paix et Guerre Entre les Nations*, Paris, Calmann-Lévy.
- Balta, Paul (1986), *L’Islam dans le Monde*, Paris, Editions la Découverte.
- Baquer, M. Alonso (1988), *El Militar en la Sociedad Democrática*, Madrid, Eudema, Ediciones de la Unisersidad Complutense, S.A..
- Bessa, António Marques (1993), *Quem Governa? (Uma Análise Histórico-Política do Tema Elite)*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Bessa, António Marques (1996), *A Arte de Governar: Ensaio Sobre a Classe Dirigente e Fórmula Política*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Bessa, António Marques (1997), *Elites e Poder*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

- Blondel, Jean (1987), *Political Leadership*, London, Sage Publication.
- Boudon, Raymond (1990), *Os Métodos em Sociologia*, Lisboa, Edições Rolim.
- Boulding, Keneth (1989), *Three Faces of Power*, London, Sage.
- Bouthoul, Gaston e Carrère, René (1980), *O Desafio da Guerra*, Lisboa, Biblioteca do Exército.
- Boyer, Yves, (ed) (1998), *Une Révolution dans les Affaires Militaires ?*, Paris, Fondation pour les Etudes de Défense.
- Brunschwig, Henri (1972), *A Partilha de África*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- Burgess, Robert G. (1984), *Field: An Introduction to Field Research*, London, George Allen & Uniwin.
- Burns, James M. (1978), *Leadership*, New York, Harper Torchbooks.
- Caeiro, Joaquim Croca (1997), *Os Militares no Poder*, Lisboa, Hugin Editores.
- Caetano, Marcelo (1974), *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record.
- Caetano, Marcelo (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo.
- Calleja, J. Antonio Garcia (1987), *La Identidad de las Fuerzas Armadas*, Madrid, EME.
- Cano, Maria José e Moñoz, Francisco A. (1997), *Hacia un Mediterráneo Pacífico*, Granada, Universidad de Granada.
- Caracciolo, Lúcio (1993), *A Democracia na Europa*, Lisboa, Presença.
- Carrilho, Maria (1998), *Portugal no Contexto Internacional*, Lisboa, Cosmos.
- Cervelló, Josep Sánchez (1993), *A Revolução Portuguesa e a sua Influência na Transição Espanhola (1961 – 1978)*, Lisboa, Assírio & Alvim.
- Chabal, Patrick, with Birmingham, David; Forrest, Joshua; Newitt, Malyn; Seibert, Gerhard; Andrade, Elisa Silva (2004), *A History of Postcolonial Lusophone Africa*, London, Hurst & Company.
- Chaussinand – Nogaret, Guy, (dir.) (1991), *Histoire des Élités en France du XVI au XX^e Siècle*, SE, Editions Tallandier.
- Clausewitz, Carl Von (1976), *Da Guerra*, Lisboa, Ed. Perspectivas e Realidades.

- Coates, Charles H. e Pellegrin, Roland J. (1965), *Military Sociology – A Study of American Military Institutions and military Life*, Washington D. C., The Social Science Press, University Park.
- Corfield, Penelop J. (1995), *Power and the Professions in Britain – 1700/1850*, London, Routledge.
- Correia, Ramiro, e outros (SD), *MFA e Luta de Classes*, Lisboa, Ulmeiro.
- Crespo, Manuel Pereira (1977), *Porque Perdemos a Guerra*, Coimbra, Gráfica de Coimbra.
- Cunha, Joaquim da Silva (1951), *O Sistema Português de Política Indígena – Princípios Gerais*, Lisboa, Agência do Ultramar.
- Cunha, Joaquim da Silva (1977), *O Ultramar, a Nação e o 25 de Abril*, Coimbra, Atlântica Editora.
- Debray, Régis (1977), *A Crítica das Armas*, Lisboa, Seara Nova.
- Decraene, Phillippe (1959), *Le Panafricanisme*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Delgado, Juan Manuel e Gutiérrez, Juan, (eds) (1994), *Métodos y Técnicas Cualitativas de Investigación en Ciencias Sociales*, Madrid, Editorial Síntesis, S.A..
- Delmas, Claude (1975), *A Guerra Revolucionária*, Lisboa Publicações Europa-América.
- Diehl, Richard P. (1974), *Profissionalismo Militar no Corpo de Oficiais do Exército dos EUA*, Military Review – Edição Brasileira n.º 3.
- Esteves, António e Azevedo, José, (eds) (1998), *Metodologias Qualitativas*, Porto, Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras.
- Faria, Telmo (2000), *Debaixo de Fogo!: Salazar e as Forças Armadas (1935-41)*, Lisboa, Edições Cosmos e Instituto de Defesa Nacional. Prémio Defesa Nacional 2000.
- Felgas, Hélio (1962), *Aspectos Políticos da África Actual*, Lisboa, Tipografia Silvas.
- Felgas, Hélio (1966), *Os Movimentos Terroristas de Angola, Guiné e Moçambique (influência externa)*, Lisboa, Liga dos Combatentes da Grande Guerra.
- Felgas, Hélio (1970), *Os Movimentos Subversivos Africanos*, Lisboa, Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

- Fernández, Prieto, e tal. (1997), *Poder Local, Elites e Cambio Social na Galicia*, Parlamento de Galicia, Serviço de Publicatións.
- Ferraroti, Franco (1972), *La Sociologia del Potero*, Bari, Editori Laterza.
- Freedman, Lawrence (ed.) (1994), *War*, Oxford e New York, Oxford University Press.
- Freire, Paulo (1978), *Cartas à Guiné Bissau, Registo de uma Experiência em Processo*, Lisboa, Morais Editores.
- Freitas, Amadeu José de (1975), *28 de Setembro, a Negra Madrugada, Vida e Morte de um Atentado à Democracia*, Lisboa, Ediguia.
- Galbraith, John K. (SD), *Anatomia do Poder*, Lisboa, Difel.
- Garcia, Francisco Proença (2003), *Análise Global de uma Guerra - Moçambique – 1964-1974*, Lisboa, Prefácio.
- Genieys, William (1997), *Les Élités Espagnoles Face à l'État*, Paris, L'Harmattan.
- Gonçalves, José Júlio (1961), *O Islamismo na Guiné Portuguesa (Ensaio Sociomissionológico)*, Lisboa, SE.
- Gonçalves, Vasco (1976), *Citações de Vasco Gonçalves*, 2.^a Edição, Lisboa, Coleção Revolução.
- Guillaume, Sylvie (1992), *Les Élités Fins de Siècle*, Bordeaux, Maison des Scences.
- Gurr, Ted Robert (1980), *Manual do Conflito Político*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília.
- Hanneman, Robert A. (1986), “Military Elites and Political Executives”, *Sprint, Journal of Political and Military Sociology*, Vol. 14.
- Higley, John, (ed.) (1992), *Elites and Democratic Consolidation in Latin America and Southern Europe*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Huntington, Samuel (1981), *The Soldier and the State – The Theory and Politics of Civil-Military Relations*, London, Havard University Press.
- Huntington, Samuel (1997), *El Choque de Civilizaciones y a Reconfiguração del Ordem Mundial*, tradução espanhola, Barcelona, Editorial Piados.
- Ignátiev, O. (1984), *Amílcar Cabral*, Moscovo, Edições Progresso.

- Jesuino, Jorge Correia (1996), *Processos de Liderança*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Jouve, Edmond (1984), *L'organisation de l'Unité Africaine*, Paris, Presses Universitaire de France.
- Julliard, Jacques (1997), *La Faute aux Élités*, Paris, Editions Gallinard.
- Kaplan, Abraham e Lasswell, Harold (1979), *Poder e Sociedade*, Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- Kocs, Stephen A. (1995), *Autonomy or Power*, London, Praeger.
- Lara, Sousa (1987), *A Subversão do Estado*, Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais e Políticas.
- Lartéguy, Jean (SD), *Os Centuriões*, Lisboa, Livraria Bertrand.
- Lasch, Christopher (1995), *The Revolt of Elites*, New York, W. W. Norton.
- Lascoumes, Pierre (1997), *Élités Irregulièrs*, Paris, Editions Gallinard.
- Leal, Cunha (1961), *Colonialismo dos Anticolonialistas*, Lisboa, Livraria Petrony.
- Lemos, Viana de (1977), *Duas Crises – 1961 e 1974*, Amadora, Edições Nova Gente.
- Léonard, Yves (1999), “O Império Colonial Salazarista”, in Bettencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Círculo de Leitores, pp. 10-30, Vol. V.
- Léonard, Yves (1999), “O Ultramar Português”, in Bettencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Círculo de Leitores, pp. 31-50, Vol. V.
- Lorenz, Konrad (SD), *A Agressão*, Lisboa, SE.
- Lewis, Ioan M. (1986), *O Islamismo ao Sul do Sara*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa. Tradução de Maria Madalena Soares de Azevedo.
- Macqueen, Norrie (1997), *The Decolonisation of Portuguese Africa, Metropolitan Revolution and the Dissolution of the Empire*, London, and New York, Longman.
- Magalhães, Joaquim Romero (1998), “Os Territórios Africanos”, in Bettencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Círculo de Leitores, pp. 60-83, Vol. III.

- Marquilhas, António F. M. (1982), *A Acção do Comando e o Conflito de Gerações*, Lisboa, IAEM.
- Martelo, David (1997), *O Exército Português na Fronteira do Futuro*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Martins, Manuel Gonçalves (1986), *A Descolonização Portuguesa (as responsabilidades)*, Braga, Livraria Cruz.
- Martins, Roderick (1978), *Sociologia do Poder*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Martins, Sérgio (1998), *As Tradições Históricas Portuguesas como Pressuposto da Sociologia Militar*, Lisboa, ISCSP.
- Mello, Manuel José Homem de (1962), *Portugal o Ultramar e o Futuro – Oportunidade de um Debate*, Edição do Autor.
- Mello, Martinho Nobre de (1917), *Administração Colonial*, Lições publicadas por Raphael Ribeiro, Lisboa, Tipografia Universal.
- Mendras, Henri et Suliman, Ezra (1997), *Le Recrutement des Élités en France*, Paris, Editions La Decouverte.
- Monteiro, Fernando Amaro (1989), *A Guerra em Moçambique e na Guiné - Técnicas de Accionamento de Massas*, Porto, Universidade Portucalense. Curso de 6 lições.
- Moreira, Adriano (1961), *Política de Integração*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Moreira, Adriano (1961), *Concentração de Poderes*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Moreira, Adriano (1972), *A Comunidade Internacional em Mudança*, São Paulo, Resenha Universitária.
- Moreira, Adriano (1986), *O Novíssimo Príncipe – Análise da Revolução*, 4.^a Edição, Lisboa, Ed. Gauge.
- Moreira, Adriano (1996), “O Último Plenário do Conselho Ultramarino”, *In Notas do Tempo Perdido*, Lisboa, Contemporânea Editora, pp. 28-74.
- Moskos, Charles (1976), *Peace Soldiers – The Sociology of a United Nations Military Force*, The University of Chicago Press.

- Moss, William W. (1974), *Oral History Program Manual*, Nova Iorque, Praeger Publishers.
- Muchielli, Roger (1976), *La Subversion*, Paris, CLC.
- Nasser, Gamal Abdel (SD), *A Revolução no Mundo Árabe*, São Paulo, Edarli.
- Naval Staff Admiral (1920), *A Manual of Portuguese East Africa*, London, Majesty's Stationery Office.
- Navarro, Vicenç (1997), *Neoliberalismo y Estado del Bien Estar*, Barcelona, Editorial Ariel, S. A..
- Newitt, Malyn (1981), *Portugal in Africa the Last Hundred Years*, London, C. Hurst & Co..
- Nogueira, D. Eurico Dias (1995), *Episódios da Minha Missão em África*, Braga, Diário do Minho.
- Nogueira, Franco (1961), *As Nações Unidas e Portugal*, Estudo, Lisboa, Ed. Ática.
- Nogueira, Franco (1981), *História de Portugal, 1933-1974*, Porto, Livraria Civilização.
- Nogueira, Franco (1993), *O Juízo Final*, 2.^a Edição, Porto, Ed. Civilização.
- Oliveira, Hermes de Araújo (1961), *A Guerra Revolucionária*, Lisboa, Ministerio do Exército.
- Oliveira, Hermes de Araújo (1963), "A Resposta à Guerra Subversiva", in *Subversão e Contra-Subversão*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, pp. 47-95. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 62.
- Parry, Geraint (1977), *Political Elites*, London, George Allen & Unwin.
- Paricio, Jesús M. (1983), *Para Conocer a Nuestros Militares*, Madrid, Editorial Tecnos, S. A..
- Perkin, Harold (1996), *The Thirt Revolution: Professional Elites in the Modern World*, London, Routledge, 1996.
- Pezzopane, Gino (1980), *A Formação do Chefe Militar de Hoje*, Rio de Janeiro, A Defesa Nacional, n.º 690.

- Pinheiro, Joaquim Franco (1963), “Natureza e Fundamentos da Guerra Subversiva”, in *Subversão e Contra-Subversão*, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, pp. 13-45. Estudos de Ciências Políticas e Sociais, n.º 62.
- Pinto, Jaime Nogueira (1999), *O Fim do Estado Novo e as Origens do 25 de Abril*, 3.ª Edição, Lisboa, Ed. Difel.
- Praça, Afonso, e outros (1974), *25 de Abril*, Lisboa, Casa Viva Editora.
- Prat, C. R. Aguilera de (1993), *Nacionalismos y Utopias*, Barcelona, PPU.
- Quivy, Raymond (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, tradução portuguesa, Lisboa, Gradita-Publicações, L.da.
- Rebelo, José Pequito (1961), *Tradição e Ultramar*, Lisboa, Tipografia Portuguesa.
- Rego, António da Silva (1946), *O Ultramar Português no Século XIX*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar.
- Reinhard, Wolfgang, (ed.) (1996), *Power Elites and State Building*, Oxford, Oxford University Press.
- Rivers, Gayle (1985), *The Specialist: The Personal Story of an Elite Specialist in Operations*, London, Sidgwick and Jackson.
- Rogeiro, Nuno (2000), *Guerra em Paz, A Defesa Nacional na Nova Desordem Mundial*, Lisboa, Hugin.
- Rosas, Fernando (1994), “O Estado Novo (1926-1974)”, in Matoso, José, *História de Portugal*, Vol. VII, Lisboa, Círculo de Leitores.
- Salazar, Oliveira (1956), *Apontamentos Sobre a Situação Internacional*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- Salazar, Oliveira (1957), *A Atmosfera Mundial e os Problemas Nacionais*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- Salazar, Oliveira (1959), *A Posição Portuguesa em Face da Europa, da América e da África*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- Salazar, Oliveira (1960), *Portugal e a Campanha Anticolonialista*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.

- Salazar, Oliveira (1961), *O Ultramar Português e a ONU*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- Salazar, Oliveira (1967), *A Política de África e os Seus Erros*, Lisboa, Secretariado Nacional da Informação.
- Sánchez, Jesús, et al eds (1994), *Paz y Prospectiva : Problemas Globales y Futuro de la Humanidad*, Granada, Universidad de Granada.
- Santa-Rita, José Gonçalo (1916), *Estudos Sobre a Conferência de Berlim de 1885*, Lisboa, Imprensa Libânio da Silva.
- Santos, José Eduardo dos (1968), *O Pan-Africanismo*, Lisboa, Edição do Autor.
- Scott, John, (ed.) (1990), *The Sociology of Elites*, Aldershot, Edward Elgar Publishing.
- Selvagem, Carlos (1991), *Portugal Militar*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Sfirm, François (SD), *Violência e Poder*, Lisboa, Inquérito.
- Silva, José Maria R. A. (1988), *O Homem e o Poder*, Lisboa, Bertrand.
- Silveira, Joel da (1990), “As Guerras Coloniais e a Queda do Império”, in Reis, António, *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Ed. Alfa, pp. 71-106, Vol. V.
- Soto, Pedro Carasata (1994), *Elites. Prosopografia Contemporânea*, Valladolid, Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones.
- Sousa, João Silva de (1986), *Religião e Direito no Alcorão*, Lisboa, Ed. Estampa.
- Sousa, Marnoco de (1906), *Administração Colonial*, Coimbra, Typographia França Amado.
- Stone, Lawrence et Jeanne, C. Fawtier S. (1995), *An Open Elite? England 1540 – 1880*, Dillons, Clarendon.
- Suliman, Ezra N. (1979), *Les Elites en France*, Paris, Editions du Seuil.
- Teixeira, Nuno Severiano (1992), *O Poder e a Guerra 1914-1918 – Objectivos Nacionais e Estratégias Políticas na Entrada de Portugal na Grande Guerra*, Lisboa, Ed. Estampa.

- Teixeira, Nuno Severiano (1998), “Colónias e Colonização Portuguesa na Cena Internacional”, in Bettencourt, Francisco e Chaudhuri, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, Navarra, Círculo de Leitores, pp. 494-520, Vol. IV.
- Telo, António José (1994), *Economia e Império no Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Cosmos.
- Toffler, Alvim (1991), *Os Novos Poderes*, Lisboa, Ed. Livros do Brasil.
- Toynbee, Arnold (1975), *África Árabe África Negra*, Lisboa, Editora Arcádia.
- Valente, Vasco Polido (1997), *Os Militares e a Política (1820 – 1856)*, Lisboa, IN-CM.
- Van Doorn, Jacques (1975), *The Soldier and Social Change: Comparative Studies in the History and Sociology of the Military*, Beverly Hills, Sage Publications.
- Vaz, Mira (1997), *Opiniões Públicas Durante as Guerras de África*, Lisboa, Quetzal Editores e Instituto da Defesa Nacional.
- Vieira, Belchior (SD), *Notas de Sociologia Militar*, para os Alunos da Licenciatura em Investigação Social Aplicada, Lisboa, Universidade Moderna, policopiado.
- Villas, Gaspar (1938), *História Colonial*, Vol. I e II, Lisboa, EME.
- Villegas, Diaz de (1959), *La Guerra Revolucionária*, Madrid, Ed. Europa.
- Walmer, Mas (1984), *Modern Elite Forces: The Weapons, Uniforms and Tactics of the World's Toughest Troops*, London, Salamander Books Limited.
- Woodrow, Alain (SD), *Informação, Manipulação*, Lisboa, D. Quixote.
- Wrong, Dennish (1980), *Power: Its Forms*, New York, Harper and Row.
- Zorgbibe, Charles (1993), *L'après Guerre Froide dans le Monde*, Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

3 – TESES DE DOUTORAMENTO

- Baltazar, Maria da Saudade Rodrigues Colaço (2001), *As Forças Armadas Portuguesas — Desafios Numa Sociedade em Mudança*, Universidade de Évora, Policopiado, 566 páginas, Évora.

Carrilho, Maria (1984), *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século Vinte*, ISCTE, Lisboa.

Stock, Maria José (1989), *Elites, Facções e Conflito Intra-Partidário - O PSD e o Processo Político Português de 1974 a 1985*, Universidade de Évora, Policopiado, 1244 páginas, Évora.

Vaz, Nuno Mira (2000), *Forças Armadas, Cidadania e Segurança nas Democracias Liberais. O Caso de Portugal*, ISCSP, Policopiado, 598 páginas, Lisboa.

4 – ARTIGOS

Afonso, Aniceto, e Costa, Manuel Braz da, (Maio de 1985), *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17, Coimbra, Universidade de Coimbra, pp. 97-122.

Bertha, Ronald L. (2002), *in Review Military*, Edição Brasileira, 1st Quarter, pp. 54 - 62.

Canha, Isabel (Janeiro de 1999), “Liderança no Campo de Batalha”, *Executive Digest*.

Carrilho, Maria (1978), “Principais Tendências da Sociologia Militar”, *in Nação e Defesa*, n.º 7, Lisboa, pp. 155 - 166.

Catarino, Manuel “Os Anos da Guerra Colonial (1961-1974)”, *Jornal 24 Horas*. Várias publicações em Separatas.

Centro de Estudos Psicotécnicos do Exército (CEPE) (1973), *Revista de Psicologia Militar*, n.º 7, Lisboa.

Ferreira, João José Brandão (1984), “A Capacidade de Comando e Liderança como Fulcro de Toda a Actividade Militar”, *in Revista Militar*, 2/3, Lisboa, pp. 101 - 152.

Mariz, Vasco (JAN/FEV/MAR/ABR, 2002), “A Tragédia do Médio Oriente”, *in A Defesa Nacional*, Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, pp. 33 - 49.

Martins, Raúl François Ribeiro Carneiro (1979), “Estudos do Contexto Social na Formação Profissional Militar”, *in Nação e Defesa*, n.º 12, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 111 - 126.

Moreira, Adriano (2001), “A Natureza das Forças Armadas e a Reforma do Ensino Militar” in *Nação e Defesa*, n.º 98, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 73 - 84.

Review Military (2002), Edição Brasileira, 1st Quarter, 2002.

Santo, Gabriel Augusto do Espírito (Junho/Julho, 2002), “Que Modelo para as Forças Armadas de Portugal: Algumas Reflexões e Conclusões”, in *Revista Militar*, pp. 417 - 424.

Santos, Loureiro dos (1976), “A Necessidade do Estudo da História”, in *Nação e Defesa*, n.º 2, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 42 - 50.

Shaughnessy, David. e Cowan, Thomas M. (2002), in *Military Review*, Edição Brasileira, 1st Quarter, pp. 72 - 79.

Spínola, António de (10 de Setembro de 1974), *Descolonização e Democracia*, Lisboa, Ministério da Comunicação Social.

Steele, William M. (2002), in *Military Review*, Edição Brasileira, 1st Quarter, pp. 22 - 29.

Soares, Alberto Ribeiro (1987), “Os Sargentos do Exército Português”, Separata da *Revista Militar*, Lisboa, pp. 57 - 124.

Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique (1932), Boletim n.º 6.

Vaz, Nuno Mira (1992), “Os Três RRR, as Novas Funções e o Futuro das Forças Armadas”, in *Nação e Defesa*, n.º 62, Lisboa, Instituto da Defesa Nacional, pp. 143 - 158.

Zelditch, Morris (1962), “Same Methodological Problems of Field Studies”, *American Journal Sociology*, Volume 67, n.º 5.

5 – TRABALHOS E DOCUMENTOS MILITARES

Anuário da Academia Militar, 1958-1959.

Bernardes, Norberto Crisante de Sousa (2000), *As Religiões e a Segurança Europeia*, IAEM, Lisboa, Policopiado, 40 páginas.

Caeiro, Joaquim Croca (1997), *Textos de Apoio à Cadeira de Sociologia Militar*, Lisboa, Academia da Força Aérea, policopiado.

Fernandes Mariz (1993), “A Nova Ordem Internacional – Consequências para as Forças Armadas e para o Exército”, in *Conferência proferida na Escuela Superior del Ejercito*, Madrid, polocopado, Consultado na Biblioteca do IAEM.

Fernandes, Mariz, “A Nova Ordem Internacional e as Forças Armadas”, *Boletim do Instituto de Altos Estudos Militares*, n.º 31, pp. 11-24.

Leandro, Garcia, Tenente-General (2000), “O Ensino Superior Militar e o seu Enquadramento Conceptual”, in *Seminário de Avaliação Global do Ensino Superior*, Lisboa, policopiado, Consultado na Biblioteca do IAEM.

Ordens do Exército desde 1809 a 1975.

Pinheiro, António S. B. (1985), *Contributos da Sociologia para o Exercício do Comando*, IAEM, Lisboa, Policopiado, 45 páginas.

Relatórios e Planos das Operações realizadas pelas Tropas Pára-Quedistas, nos três teatros de operações, Angola, Moçambique e Guiné, durante os 13 anos de Guerra. Consultados 129 relatórios, na Escola de Tropa Aerotransportadas.

Processos individuais elaborados na Escola Militar sobre os Cadetes, futuras elites. Consultados mais de 700 processos, na AM e no AGE.

Processos individuais elaborados nas unidades militares, onde as elites militares prestaram serviço. Consultados mais de 700 processos, nos Quartéis Gerais de Lisboa, Porto e Évora, na DAMP, no AHM e no AGE. A localização dos processos obteve-a na DAMP, para os militares vivos, e no AGE para os militares falecidos.

6 – IMPRENSA

Correio de África, de 10/09/1921

Correio de África, de 17/09/1921

Correio de África, de 22/09/1921

Correio de África, de 05/01/1922

Correio de África, de 27/02/1922
Correio de África, de 06/04/1922
O Brado de África, de 13/08/1921
Diário Popular, de 25/04/1974
Jornal de Notícias, de 24/04/1974
Expresso, de 01/03/1975
Expresso, de 08/03/1975
Expresso, de 17/04/1999
Século, de 19/07/1976
Público, de 20/02/1994
Público, de 20/03/1994
Público, de 17/04/1994
Público, de 25/11/2000
Público, de 27/11/2000
Público, de 03/08/2002
Independente, de 27/11/1998
Diário de Notícias, de 27/07/1999
24 Horas, de 19/12/2002
24 Horas, de 25/04/2003
24 Horas, de 12/07/2003
Diário do Sul, de 23/10/2002
Boletim da ASMIR, n.º 65

7 – LEGISLAÇÃO DIVERSA

Quase toda a legislação foi consultada nas Ordens do Exército, as quais se encontram em encadernações anuais e disponíveis na Biblioteca do Exército, junto ao Estado-Maior do Exército.

Lei n.º 1960 de 01/09/1937 (OE, 1937)

Lei n.º 1961 de 01/09/1937 (OE, 1937)

Lei n.º 1/74 de 25/04/1974, *Diário do Governo*, n.º 97, I Série, em suplemento.

Decreto-Lei n.º 28.402 de 31/12/1937 (OE, 1937)

Decreto-Lei n.º 28.520 de 15/03/1938 (OE, 1938)

Decreto-Lei n.º 30.264 de 10/01/1940 (OE, 1940)

Decreto-Lei n.º 30.874 de 13/11/1940 (OE, 1940)

Decreto-Lei n.º 35.189 de 24/11/1945 (OE, 1945)

Decreto-Lei n.º 36.504 de 17/09/1947 (OE, 1947)

Decreto-Lei n.º 37.135 de 05/11/1948 (OE, 1948)

Decreto-Lei n.º 39.666 de 20/05/1954 (OE, 1954)

Decreto-Lei n.º 40.394 de 23/11/1955 (OE, 1955)

Decreto-Lei n.º 42.151 de 12/02/1959 (OE, 1959)

Decreto-Lei n.º 42.152 de 12/02/1959 (OE, 1959)

Decreto-Lei n.º 42.928 de 16/04/1960 (OE, 1960)

Decreto-Lei n.º 43.893 de 06/09/1961 (OE, 1961)

Decreto-Lei n.º 48.865 de 08/02/1966 (OE, 1966)

Decreto-Lei n.º 47.414 de 23/12/1966 (OE, 1966)

Decreto-Lei n.º 361/70 de 01/09/1970 (OE, 1970)

Decreto-Lei n.º 353/73 de 13/07/1973 (OE, 1973)

Decreto-Lei n.º 132-A/75 de 14/03/1975 (OE, 1975)

Decreto-Lei n.º 891/76 de 30/12/1976 (OE, 1976)

Decreto-Lei n.º 102/85 de 10/04/1985 (OE, 1985)

Decreto n.º 2.362 de 02/05/1916 (OE, 1916)

Decreto n.º 2.379 de 10/05/1916 (OE, 1916)

Decreto n.º 2.413 de 29/05/1916 (OE, 1916)

Decreto n.º 2.479 de 23/06/1916 (OE, 1916)

Decreto n.º 3.197 de 19/07/1917 (OE, 1917)

Decreto n.º 11.036 de 31/07/1925 (OE, 1925)

Decreto n.º 11.746 de 16/06/1926 (OE, 1926)

Decreto n.º 11.856 de 05/07/1926 (OE, 1926)

Decreto n.º 12.017 de 02/08/1926 (OE, 1926)

Decreto n.º 12.161 de 21/08/1926 (OE, 1926)

Decreto n.º 12.162 de 21/08/1926 (OE, 1926)

Decreto n.º 12.163 de 21/08/1926 (OE, 1926)

Decreto n.º 12.165 de 21/08/1926 (OE, 1926)

Decreto n.º 12.289 de 09/09/1926 (OE, 1926)

Decreto n.º 12.704 de 25/10/1926 (OE, 1926)

Decreto n.º 12.992 de 07/01/1927 (OE, 1927)

Decreto n.º 13.645 de 21/05/1927 (OE, 1927)

Decreto n.º 14.471 de 25/09/1927 (OE, 1927)

Decreto n.º 17.379 de 27/09/1929 (OE, 1929)

Decreto n.º 22.039 de 28/12/1932 (OE, 1932)

Decreto n.º 26.180 de 07/01/1936 (OE, 1936)

Decreto n.º 28.401 de 31/12/1937 (OE, 1937)

Decreto n.º 28.402 de 31/12/1937 (OE, 1937)

Decreto n.º 28.403 de 31/12/1937 (OE, 1937)

Decreto n.º 28.404 de 31/12/1937 (OE, 1937)
Decreto n.º 28.484 de 19/02//1938 (OE, 1938)
Decreto n.º 31.112 de 21/01/1941 (OE, 1941)
Decreto n.º 32.692 de 20/02/1943 (OE, 1943)
Decreto n.º 40.378 de 14/11/1955 (OE, 1955)
Decreto n.º 43.042 de 02/07/1960 (OE, 1960)
Decreto n.º 46.508 de 31/08/1965 (OE, 1965)
Decreto n.º 230/74 de 31/05/1974, *Diário do Governo*, n.º 127, I Série
Portaria n.º 15.671 de 26/11/1955 (OE, 1955)
Portaria n.º 22.260 de 20/10/1966 (OE, 1966)

8 – SÍTIOS CONSULTADOS NA INTERNET

<http://www.tmiportugal.com/competencia.htm> (04/04/2003)
http://www.trainingleader.com.br/conteudos/intel_em.htm (04/04/2003)
<http://www.rh.com.br/ler.php?cod=3442&org=5> (04/04/2003)
<http://www.escolamobile.com.br/artigos/intelig.htm> (15/04/2001)
<http://www.geocities.com/Eureka/2471/ieultra.html> (04/04/2003)
<http://www.instituto-camoes.pt/bases/25abril/generscaetano.htm> (02/03/2001)
<http://planeta.clic.pt/boinas-verdes/paras.htm?etat.htm~principal> (12/10/2002)
<http://www.expresso.pt/ed1324/r581.asp> (18/04/2001)
<http://www.cidadevirtual.pt/k-arriaga/Entrevista.html> (15/04/2001)
<http://www.terravista.pt/nazare/2970/missoes.htm> (08/12/2003)

9 – PERSONALIDADES CONSULTADAS

9.1 – Personalidades Entrevistadas por Escrito

General José Manuel da Silva Viegas
Tenente-General Jorge Manuel Silvério
Tenente-General Silvestre António Salgueiro Porto

Tenente-General José Alberto Cardeira Rino
Tenente-General António Guerreiro Caetano
Tenente-General Fausto Pereira Marques
Major-General Raúl França Ribeiro Carneiro Martins
Major-General José Agostinho Melo Ferreira Pinto
Major-General Pedro Júlio Pezarat Correia
Major-General Carlos Valdemiro do Espírito Santo
Coronel Argentino Urbano Seixas
Coronel Horácio Cerveira Alves de Oliveira
Coronel Manuel Claudino Martins Veríssimo
Coronel José Alberto de Moura Calheiros
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Coronel Hugo Eugénio dos Reis Borges
Coronel Fernando Pires Saraiva
Ten.-Coronel Ângelo Mendes da Silva e Sousa
Ten.-Coronel Joaquim Manuel Trigo Mira Mensurado
Ten.-Coronel José Henrique Melo de Carvalho

9.2 – Personalidades Entrevistadas Verbalmente

Tenente-General João António Pinheiro
Tenente-General Silvestre António Salgueiro Porto
Tenente-General Alexandre Maria de Castro Sousa Pinto
Tenente-General Armando de Almeida Martins
Major-General Rafael Ferreira Durão
Major-General Henrique António do Nascimento Garcia
Major-General Pedro Júlio Pezarat Correia
Major-General Raúl França Ribeiro Carneiro Martins
Major-General Fernando Nunes Canha da Silva
Major-General Carlos Valdemiro do Espírito Santo
Major-General Cristóvão Manuel de Avelar de Sousa
Major-General Norberto Crisante Sousa Bernardes
Major-General António Oliveira de Figueiredo

Major-General Carlos Manuel Chaves Gonçalves
Coronel João José Curado Leitão
Coronel Horácio Cerveira Alves de Oliveira
Coronel Alberto Ribeiro Soares
Coronel João Campos Sardinha
Coronel José Neves Marmelo
Coronel Alfredo Augusto Ferreira Rodrigues
Coronel José Alberto de Moura Calheiros
Coronel Manuel Claudino Martins Veríssimo
Coronel Nuno António Bravo Mira Vaz
Coronel José Fernando Proença de Almeida
Coronel Jose Fernando da Costa Dias
Coronel Mário José Verschneider Pereira da Silva
Coronel Luís Fernando Andrade Moura
Coronel Mário António Baptista Tomé
Coronel Maximino Cardoso Chaves
Coronel Albano Manuel Raposo Pinela
Coronel Mário Fernando Pinto
Coronel Carlos Ferreira Morais
Coronel José Paulo Valente dos Santos
Coronel João António Andrade da Silva
Coronel Norberto Augusto Pires Sanches
Coronel Fernando Pires Saraiva
Coronel Eurico da Silva Santos
Coronel António Manuel Cameira Martins
Tenente-Coronel Ângelo Mendes da Silva e Sousa
Tenente-Coronel Joaquim Manuel Trigo Mira Mensurado
Tenente-Coronel Aniceto Henrique Afonso
Tenente-Coronel José Henrique Melo de Carvalho
Tenente-Coronel João de Bessa
Tenente-Coronel José António Braz
Tenente-Coronel João da Luz Palma
Tenente-Coronel José Marçalo da Silva

Tenente-Coronel Francisco Manuel Matos Serra
Tenente-Coronel António Gomes de Almeida
Tenente-Coronel João Baptista Gonçalves de Campos
Tenente-Coronel João Manuel de Lemos Rosa Costa
Capitão António Joaquim Pereira
Capitão Joaquim Manuel Delgadinho Rodrigues
Capitão António Manuel Martins Mendonça
Sargento-Mor Francisco da Silva Braz
Sargento-Mor Mário Joaquim Barão Gansinho
Sargento-Mor João Pavia Barreiros
Sargento-Mor Francisco Álvaro da Silva Neves
Sargento-Mor António Romão Pires
Sargento-Mor Éneo António Prata Chinita
Sargento-Mor José Fernandes Cavaleiro
Sargento-Chefe Fernando Nascimento Picanço Gonçalves
Dr. Narciso António Pires Gaitinha
Sr. Salvador Leonardo Grilo da Silva
Sr. Fernando dos Santos Martins.

9.3 – Personalidades a Quem Remeti a Dissertação e Solicitei que Verificassem a Autenticidade dos Factos Nela Referidos

General Chefe do Estado-Maior do Exército, enquanto responsável máximo por este Ramo das Forças Armadas Portuguesas.

Tenente-General Comandante do Governo Militar de Lisboa, enquanto responsável máximo pelos arquivos militares situados em Lisboa.

Tenente-General Comandante da Academia Militar, enquanto responsável máximo pelos arquivos constantes naquela instituição.

Tenente-General Comandante da Região Militar do Sul, enquanto responsável máximo pelos apoios administrativos e logísticos que a instituição militar me proporcionou.

Major-General Comandante da Brigada Aerotransportada Independente (Pára-Quedistas), enquanto responsável máximo pelos arquivos existentes naquelas Tropas.

Major-General Norberto Crisante Sousa Bernardes, enquanto Oficial Subalterno que comandou o 2.º Pelotão da Companhia de Caçadores Pára-Quedistas n.º 123 e depois como Capitão a comandar a mesma Companhia, funções que exerceu durante toda a sua comissão na Guiné.

Coronel Fernando Pires Saraiva, enquanto Comandante do 1.º Pelotão da Companhia de Caçadores Pára-Quedistas n.º 123, com o posto de Alferes miliciano, durante toda a sua comissão na Guiné. Pelotão que integrei ao longo dos meus 26 meses na Guiné.

ANEXOS

LISTAGEM DAS ELITES MILITARES

1 – GENERAIS

NOME	Ano de Promoção a General
Aníbal César Valdês de Passos e Sousa	1941
Afonso Talaia Lapa de Sousa Botelho	1943
José Filipe da Barros Rodrigues	1943
Luís Sampaio	1943
Álvaro Teles Ferreira de Passos	1945
Augusto Martins Nogueira Soares	1945
Joaquim Maria Neto	1945
Luís Pinto Lelo	1945
Sérgio de Assunção de Morais e Castro	1945
Luís da Costa de Sousa de Macedo	1946
Carlos Augusto Dias Costa	1947
Higino Sanches Ferreira Barata	1947
João da Encarvação Maçãs Fernandes	1947
Alfredo Deslesque dos Santos Sintra	1948
Eduardo da Costa Ferreira	1948
João Alegria dos Santos Calado	1948
Luís António de Carvalho Viegas	1948
Manuel Ferreira da Silva Couto Júnior	1948
Miguel Pereira Coutinho	1948
Afonso Carlos Ferreira May	1949
Francisco Higino Craveiro Lopes	1949
José Joaquim Pinto Monteiro	1949
Manuel Bernardes de Almeida Topinho	1949
Mário Nogueira	1949
Alfredo Augusto da Silva Braga	1950
Alfredo Narciso de Sousa	1950
Aníbal de Faro Viana	1950
Frederico da Costa Lopes da Silva	1950
Adolfo do Amaral Abranches Pinto	1951
Henrique Pereira do Vale	1951
José Augusto Monteiro do Amaral	1951
Leonel Neto de Lima Vieira	1951
Manuel Francisco Marques Valente	1951
Manuel Gomes de Araújo	1951
Joaquim Plácido Duarte Silva	1952
Abílio Pais de Ramos	1953
Alexandre Gomes de Lemos Correia Leal	1953
Domingos José Santos de Lemos	1953
Francisco Maria da Costa Andrade	1953
Frederico M. de Magalhães Menesses Vilas Boas Vilar	1953

Humberto Buceta Martins	1953
João Pinto Ribeiro	1953
Jorge Henriques Nunes da Silva	1953
José Viana Correia Guedes	1953
Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz	1953
Laurénio Cota Morais dos Reis	1953
Paulo Benard Guedes	1953
Flávio José Álvares dos Santos	1954
José Esquível	1954
Luís Gonzaga da Silva Domingues	1954
Fernando Augusto Rodrigues	1955
José António da Rocha Beleza Ferraz	1955
José Maria Rebelo Valente de Carvalho	1955
Luís Gonzaga Bressane Leite Perry de Sousa Gomes	1955
Joviano Lopes	1956
Luís Maria da Câmara Pina	1956
Adelino Álvares Veríssimo	1957
Aníbal Augusto Ferreira Vaz	1957
António Augusto de Valadares Tavares	1957
António de Matos Maia	1957
António Epifânio Antunes Cabrita	1957
António Maria Meira e Cruz	1957
António Miguel Monteiro Libório	1957
Carlos Alberto Barcelos do Nascimento e Silva	1957
João Carlos Guedes Quinhones de Portugal da Silveira	1957
Leonel de Aleluia da Costa Lopes	1957
Raul Martinho	1957
Anibal Frederico da Silveira Machado	1958
José da Encarnação Alves de Sousa	1958
Manuel Lopes Pires	1958
Carlos Miguel Lopes da Silva Freire	1959
Francisco Holbeche Fino	1959
Avelino Barbieri de Figueiredo Baptista Cardoso	1960
David dos Santos	1960
Jorge César Oom	1960
Manuel António Vassalo e Silva	1960
Alberto Andrade e Silva	1961
Amadeu Buceta Martins	1961
Fernando dos Santos Costa	1961
João Máximo Tassara Machado	1961
Afonso Lopes Franco	1962
Alfredo José Ferraz Vieira Pinto de Oliveira	1962
António Vitorino França Borges	1962
Augusto Manuel das Neves	1962
João Alexandre Caeiro Carrasco	1962
Júlio Manuel Pereira	1962
Mário José Pereira da Silva	1962
Raul Cordeiro Pereira de Castro	1962
Amadeu Soares Pereira	1963

António Augusto de Sousa Dias Ribeiro de Carvalho	1963
Fernando de Magalhães Abreu Marques e Oliveira	1963
José Eduardo Reverendo da Conceição	1963
Adelino Mendes Moura dos Santos	1964
Horácio José de Sá Viana Rebelo	1964
Albertino Carlos Montenegro Ferreira Margarido	1965
António Amaro Romão	1965
Arnaldo Schulz	1965
Carlos Vidal de Campos Andrada	1965
Emílio Mendes Moura dos Santos	1965
Manuel Avelino Barreira Antunes	1965
António Augusto dos Santos	1966
Henrique Costa dos Santos Paiva	1966
João de Paiva de Faria Leite Brandão	1966
João Eduardo Gamarro Correia Barrento	1966
Luís Valentim Deslandes	1966
António Camilo de Sá Pinto de Abreu Sottomayor	1967
Edmundo da Luz Cunha	1967
José de Oliveira Vitoriano	1967
Manuel Ferreira Peixoto da Silva	1967
Fernando Viotti de Carvalho	1968
Francisco da Costa Gomes	1968
Kaulza Oliveira de Arriaga	1968
Adriano Augusto Pires	1969
António Sebastião Ribeiro de Spínola	1969
Fernando Louro de Sousa	1969
Ernesto Machado Soares de Oliveira e Sousa	1970
Francisco Rafael Alves	1970
Joaquim da Luz Cunha	1970
José Manuel de Sousa e Faro Nobre de Carvalho	1970
Tomaz José Basto Machado	1970
Alberto Vilarinho Rosa Garoupa	1971
Anselmo Guerra Correia	1971
António Maria Malheiro Reymão Nogueira	1971
Eduardo Joaquim Magalhães Almeida Martins Soares	1971
João Tirôa	1971
Tristão da Cunha Caldeira Carvalhais	1971
José Manuel Bettencourt Conceição Rodrigues	1972
José Sacadura Moreira da Câmara	1972
Luís Mário do Nascimento	1972
Manuel Maria Delgado e Silva	1972
Abel Barroso Hipólito	1973
Américo Agostinho Mendocha Frazão	1973
André da Fonseca Pinto Bessa	1973
Joaquim António Franco Pinheiro	1973
José Nogueira Valente Pires	1973
Orlando Ferreira Barbosa	1973
Silvino Silvério Marques	1973
António Adriano Faria Lopes dos Santos	1974

António Ferreira de Carvalho Freire Damião	1974
Artur Henriques Nunes da Silva	1974
Carlos Mariano Algéos Ayres	1974
Fernando Maria de Fontes Pereira de Melo	1974
Frederico Alcide de Oliveira	1974
João António Pinheiro	1974
Manuel Ribeiro de Faria	1974
Ernesto António Luís Ferreira de Macedo	1975
Henrique de Oliveira Rodrigues	1975
Octávio de Carvalho Galvão de Figueiredo	1975

2 – COMANDANTES DE AGRUPAMENTO

2.1 – Brigadeiros

NOME	Ano de Promoção a Brigadeiro
Henrique Costa dos Santos Paiva	1962
João Eduardo Gamarro Correia Barrento	1962
Alfredo Amélio Pereira da Conceição	1963
Arnaldo Schulz	1963
Alberto Araújo e Silva	1963
Ernesto Machado Soares de Oliveira e Sousa	1963
António Camilo de Sá Pinto de Abreu Sottomayor	1963
Edmundo da Luz Cunha	1963
Adriano Augusto Pires	1964
Inácio Xavier Teixeira da Mota	1964
Francisco Rafael Alves	1965
Eduardo Joaquim Magalhães Almeida Martins Soares	1965
José de Sacadura Moreira da Câmara	1966
Albertino Carreira Mariano	1966
Alberto Vilarinho Rosa Garoupa	1966
Luís Mário do Nascimento	1966
Guilherme Virgílio de Almeida Pires Monteiro	1966
Tristão da Cunha Caldeira Carvalhais	1966
Alexandre Nobre dos Santos	1966
Joaquim Júdice Leote Cavaco	1967
José Lúcio Possidónio da Silva	1967
Abel Barroso Hipólito	1967
João Tirôa	1967
Júlio Augusto Ramalho Correia	1967
Augusto de Jesus Remígio	1967
Joaquim António Franco Pinheiro	1967
José João Henriques de Avelar	1967

Evangelista de Oliveira Barreto	1968
Frederico Alcide de Oliveira	1968
Abílio Augusto de Brito e Melo	1968
Américo Agostinho Mendonça Frazão	1968
Orlando Ferreira Barbosa	1968
Manuel Maria Delgado e Silva	1968
Luís Joaquim de Sequeira M. Couceiro Leitão	1968
António Augusto Carrinho	1969
Pedro Alexandre Brum do Canto e Castro Serrano	1969
Jaime Silvério Marques	1969
Rogério Humberto Alves Machado de Sousa	1969
Eurico Ferreira Gonçalves	1969
José Moreira Otero	1969
Vasco António Lopes da Eira	1971
Eurico dos Prazeres	1971
Manuel Francisco Stadlin Baptista	1971
Manuel Ribeiro de Faria	1971
José Alberty Correia	1971
José Maria Henriques da Silva	1971
Joaquim Frade Gravito	1971
Horácio Emílio de Ávila Perez Pais Brandão	1971
João Carlos Cância da Silva Escudeiro	1971
Nuno Francisco Rogado Quintino	1971
Dagoberto do Coito Graça	1971
Henrique de Oliveira Rodrigues	1971
Ernesto António Luís Ferreira de Macedo	1971
Fernando José Henriques Rebelo de Andrade	1971
Henrique Alves Calado	1971
João António Pinheiro	1971
João dos Santos Correia	1971
Joaquim de Matos Salvador Pinheiro	1973
Joaquim Correia Ventura Lopes	1973
José Albano de Proença Oliveira Cid	1973
António Ferreira de Carvalho Freire Damião	1973
José Vasco Rodrigues Ramos	1973
Alfredo Leão Tomás Correia	1973
António de Almeida Nave	1973
Manuel Freire Themudo Barata	1973
Hélio Augusto Esteves Felgas	1973
João Fernando Malho Ilharco	1973
José João Neves Cardoso	1974
Orlando Rodrigues da Costa	1974
Armindo Martins Videira (Pára-Quedista)	1975
Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio	1975
Francisco Abreu Riscado	1975

2.2 – Coronéis

NOME	Ano de Promoção a Coronel
Júlio de Araújo Ferreira	1957
Mário Agostinho de Mendocha Frazão	1961
Joaquim Luciano Marafusta Marreiros	1962
Francisco Franco do Carmo	1963
José Sérgio Pessoa	1963
José Frederico Porto Assa Castel-Branco	1964
Artur João Cabral Carmona	1964
José Ventura Roldão	1964
Fernando Maria Vizeto Guerreiro Marchial Franco	1965
Manuel de Sousa Jardim	1965
Miguel Martins de Sequeira Braga	1965
José Herdade Telhada	1966
Tristão de Araújo Leite Bacelar	1966
António dos Santos Gonçalves	1967
Manuel Germinal Sebastião	1968
Gastão Maria de Lemos Lobato Faria	1968
Delfim Augusto Afonso dos Santos	1969
Manuel da Conceição Matos Silva	1969
Hilário Marques da Gama	1969
Fernando Godofredo da Costa Nogueira Freitas	1971
José António Rodrigues	1971
Amílcar José Alves	1972
Fernando Augusto Lopes	1972
António Maria Filipe	1973
José Lopes Alves	1973
Victor Manuel de Sousa Martins de Faria	1974
Armando Rodrigues Garcia de Brito	1974
Carlos Manuel Barão Pinto	1974

2.3 – Tenentes-Coronéis

NOME	Ano de Promoção a Ten.-Coronel
José Cardoso Fontão	1974
Nelson Guedes Valente	1974

3 – COMANDANTES DE BATALHÃO

3.1 – Tenentes-Coronéis

NOME	Ano de Promoção a Ten.-Coronel
Frederico Manuel Ferreira Braga Paixão	1958
Francisco José de Faria Hintze Ribeiro Nunes	1959
José Costa Gomes	1959
José Frederico Porto Assa Castel-Branco	1959
Luís da Costa Campos e Meneses	1960
Amândio José da Conceição Ferreira	1960
António Pereira de Santana	1960
Armindo de Jesus Fernandes	1960
Carlos da Costa Campos e Oliveira	1960
Carlos Eduardo Campelo Andrade Bandeira Lima	1960
Duarte de Azevedo Pinto Coelho	1960
Henrique de Oliveira Rodrigues	1960
Joaquim de Matos Salvador Pinheiro	1960
José Francisco dos Reis Santos	1960
José Herdade Telhada	1960
José Maria Henriques da Silva	1960
Luís Franco Nogueira	1960
Manuel Maria Barreto de Magalhães	1960
Manuel Pereira Espadinha Milreu	1960
Mário Fernandes da Ponte	1960
Alcino Pereira da Fonseca Ribeiro (Pára-Quedista)	1961
Alberto Augusto da Costa Andrade	1961
Francisco Germano Correia Dias Costa	1961
António Sebastião Ribeiro de Spínola	1961
Júlio Beirão de Brito	1961
Alexandre Bento	1961
Alfredo Henriques Baeta	1961
Amílcar Augusto Lopes Chaves	1961
Amílcar dos Santos Machado de Castro	1961
António Manuel Baptista de Carvalho	1961
Armando da Silva Maçanita	1961
Clodomir Sá Viana de Alvarenga	1961
Delfim Augusto Afonso dos Santos	1961
Ernesto Maria Rui Dionísio	1961
Hélio Augusto Esteves Felgas	1961
Henrique Calapez Silva Martins	1961
Ilídio de Sousa Pereira	1961
João de Gouveia Pessanha	1961
João de Madureira Fialho Prego	1961
João Fernando Malho Ilharco	1961

João Maria da Silva Delgado	1961
Joaquim Correia Ventura Lopes	1961
Joaquim de Melo Duarte Silva	1961
Jorge Inglês Gancho Pereira de Carvalho	1961
José Albano de Proença Oliveira Cid	1961
José Alves Moreira	1961
José Cândido Neves dos Santos	1961
José Manuel Castanha	1961
José Martiniano Moreira Gonçalves	1961
Manuel da Conceição Matos Silva	1961
Manuel Emiliano Palma	1961
Manuel Germinal Sebastião	1961
Manuel Leitão Pereira Marques	1961
Manuel Maria Castel-Branco Vieira	1961
Mário de Jesus Ferreira	1961
Mário Miguel Martins Macedo	1961
Octávio de Carvalho Galvão de Figueiredo	1961
Serafim Moutinho Neves	1961
Alberto Ferreira Freitas Costa	1962
António Braamcamp Sobral	1962
Bernardo Rebelo Neves Dinis de Aiala	1962
Horácio Emílio de Ávila Perez Pais Brandão	1962
José Lopes Sanches Falcão	1962
Napoleão Pita Meira de Amorim	1962
Tristão de Araújo Leite Bacelar	1962
António Prazeres Júlio	1962
Fernando José Pereira Marques Cavaleiro	1962
Joaquim dos Santos Alves Pereira	1962
Vasco de Castro Ataíde Cordeiro	1962
Henrique Manuel Ribeiro da Cruz Antunes	1962
Hilário Marques da Gama	1962
Joaquim Esteves Correia	1962
Luís Canejo Vilela	1962
Mário Garcia da Silva	1962
Renato Nunes Xavier	1962
Rafael Ferreira Durão (Pára-Quedista)	1963
Nuno Francisco Rogado Quintino	1963
Abílio de Oliveira Ferro	1963
Alberto Carlos Perestrelo de Alarcão da Silveira	1963
António Ferreira de Carvalho Freire Damião	1963
Augusto E.de O. F. de N. e Meneses Freire de Andrade	1963
Carlos Moura Cardoso	1963
Henrique Alves Calado	1963
Joaquim José das Dores	1963
José Joaquim Colares Vieira Serra Pereira	1963
José Luís de Mendonça Ramires	1963
José Luís de Pinho Canelhas	1963
Viriato Mamede de Brito	1963
Adolfo Monteiro da Cruz	1963

Alfredo Teixeira Tello	1963
Álvaro Romão Duarte	1963
Amílcar Augusto Pereira Pimentel Baptista Nunes	1963
António de Almeida Nave	1963
António Emílio Pereira de Figueiredo Cardoso	1963
António Joaquim Fernandes	1963
António José da Costa Pinto	1963
António Veiga Fialho	1963
Armando Manuel Cardoso Aires de Abreu	1963
Armando Vasco de Campos Saraiva	1963
Artur Afonso Pereira Rodrigues	1963
Carlos Barroso Hipólito	1963
Carlos Francisco Sartoris Galvão	1963
Cassiano Diego da Silva	1963
Fernando de Melo Leitão Costa	1963
Filipe A. de Alpoim Portocarrero de Barros Rodrigues	1963
Francisco José Sancho Uva	1963
Francisco Manuel da Costa Almeida	1963
João Imaginário Nunes Egreja	1963
Joaquim Custódio da Costa Gouveia	1963
José Maria Vieira Abrunhosa	1963
José Pinheiro Salvador de Assunção	1963
Júlio Augusto Cruz	1963
Luís do Nascimento Matos	1963
Luís dos Santos Pinto	1963
Luís Gonçalves Carneiro	1963
Manuel Maria Pimentel Bastos	1963
Mário Serra Dias da Costa Campos	1963
Narsélio Fernandes Matias	1963
Nuno Viriato Tavares de Melo Egídio	1963
Pedro de Barcelos	1963
Rui de Carvalho Ferreira Santos	1963
Argentino Urbano Seixas (Pára-Quedista)	1964
Fausto Pereira Marques (Pára-Quedista)	1964
Fernando Soares Cunha (Pára-Quedista)	1964
Amândio Augusto Trancoso	1964
António Francisco Neto Parra	1964
António Joaquim Teixeira de Lemos Mendes Arnaut	1964
Augusto Bagorra	1964
Dagoberto do Coito Graça	1964
Eduardo Augusto Pereira Galhardo	1964
Eduardo José Teixeira Barbosa de Abreu	1964
Jorge do Carmo Vieira	1964
José da Glória Alves	1964
José Mendonça Prazeres	1964
José Pires Simões	1964
Lúcio Jacinto Nunes	1964
Manuel Andrade de Beires Junqueira	1964
Manuel Freire Themudo Barata	1964

Mário Filipe da Silva Ferreira	1964
Mário Martins Cabrita Gil	1964
Rogério de Oliveira Furtado	1964
Alberto Policarpo Manso	1964
António Maria Rebelo	1964
Carlos Emiliano Fernandes	1964
Fernando Maria de Fontes Pereira de Melo	1964
Fernando Rodrigues de Sousa Costa	1964
Francisco José de Moraes	1964
João Guadalberto de Abreu de Barros e Cunha	1964
João Pedro de Almada Saldanha e Quadros Gouveia	1964
Joviano Aloísio Chaves Ramos	1964
Manuel Maria Pereira Coutinho Correia de Freitas	1964
António Mendes Baptista	1964
David Teixeira Ferreira	1964
Fernando Ermida	1964
José Guardado Moreira	1964
Sigfredo Ventura da Costa Campos (Pára-Quedista)	1965
Abílio Santiago Cardoso	1965
Artur Relvas Lima	1965
Celestino da Cunha Rodrigues	1965
Fernando da Silva Branco	1965
Francisco Pereira Palminha	1965
José António de Almeida Castro	1965
José João Neves Cardoso	1965
Júlio Carvalho Costa	1965
Manuel Rosado Carmelo Rosa	1965
Orlando Rodrigues da Costa	1965
António Pais Andorinho Romão	1965
Abílio Gonçalves Dias	1965
Adriano Carlos de Aguiar	1965
Álvaro Jorge Rogado Quintino	1965
António Adelino Antunes de Sá	1965
António da Anunciação Marques Lopes	1965
António Dias Machado Correia Dinis	1965
António Gaspar de Melo	1965
César Cardoso da Silva	1965
Cesário Santos Miguel	1965
Eurico Gonçalves Bigotte de Almeida	1965
Fausto Lajinha dos Ramos	1965
Fernando Godofredo da Costa Nogueira Freitas	1965
Jacinto António Frade Jr.	1965
Jaime António Tavares Machado Banazol	1965
João Luís Freire de Almeida	1965
Joaquim Francisco Rijo Cardeira da Silva	1965
Joaquim Inácio Pereira Vaz Jr.	1965
José Alves de Carvalho Fernandes	1965
José Alves Pereira	1965
José António Rodrigues	1965

José Leitão Fernandes de Carvalho	1965
José Manuel Ferreira de Lemos	1965
José Rodrigues Maria da Mata	1965
Jovelino Moniz de Sá Pamplona Corte-Real	1965
Júlio dos Santos Batel	1965
Luís Viegas do Carmo Neves	1965
Manuel Agostinho Ferreira	1965
Manuel Carlos Pereira Alves Passos de Esmeriz	1965
Manuel Ferreira Nobre Silva	1965
Mário Duarte Ferreira Pinto	1965
Orlando da Silva Andrade	1965
Sigismundo Gonçalves da Conceição Revés	1965
António Cirne Correia Pacheco	1966
António Esteves	1966
Fernando de Melo Macedo Cabral	1966
José da Mota Correia Pires	1966
José Francisco Soares	1966
Nuno Bessa de Almeida Frazão	1966
Rui Meira e Cruz	1966
Alexandre António Baía Rodrigues dos Santos	1966
António Manuel Pinto do Amaral	1966
Emanuel Xavier Ferreira Coelho	1966
Francisco José Falcão e Silva Ramos	1966
João Carlos Craveiro Lopes	1966
Joaquim Maria Facco Viana Barreto	1966
José Carlos Sirgado Maia	1966
Luís Clemente Pereira Pimenta de Castro	1966
Miguel Fernandes Moreno	1966
Carlos Manuel Correia Marques da Costa (Pára-Quedista)	1967
João José Curado Leitão (Pára-Quedista)	1967
Aldemar Dias da Costa	1967
Aristides Américo de Araújo Pinheiro	1967
Fernando Augusto Lopes	1967
Inácio Luís G. Machado Nápoles do Vadre Santa Marta	1967
Joaquim do Lago Arrais Torres de Magalhães	1967
José Duarte Xavier da S. P. C. de M. N. Marinho Falcão	1967
Mário Belo de Carvalho	1967
Álvaro Nuno Lemos da Fontoura	1967
António Lobato de Oliveira Guimarães	1967
António Malta Leuschner Fernandes	1967
António Pereira da Silva	1967
Augusto da Fonseca Laje	1967
Carlos José Machado Alves Morgado	1967
Jorge Luís Ferreira Osório	1967
José Luís Trinité Rosa	1967
José Víctor da Costa Morais	1967
Júlio Augusto Pessoa Carvalho Simões	1967
Nuno Caldas Franco Duarte	1967
Rodrigo Maria Soares Cordeiro da Silveira	1967

Anibal Marques Cadete	1967
António de Almeida Gonçalves Soares	1967
António Fernandes da Graça	1967
António José Ribeiro	1967
António Luciano de Matos	1967
António Maria Filipe	1967
António Vaz Antunes	1967
Artur Luís Felix Teixeira da Silva	1967
Carlos Loureiro Palmela	1967
César da Luz Mendes	1967
David Feliciano Oliveira	1967
Domingos André	1967
Emiliano Quinhones de Magalhães	1967
Fernando Carlos Rodrigues Salgado	1967
Fernando Neves Pedro	1967
Francisco José Vilela Forte de Faria	1967
Francisco Manuel Brandão Loureiro	1967
Henrique António do Nascimento Garcia	1967
João Dias dos Santos	1967
João Pedro do Carmo Chaves de Carvalho	1967
João Salavessa Moura	1967
José António Monteiro de Oliveira Leite	1967
José António Tavares da Pina	1967
José Augusto de Sá Cardoso	1967
José Manuel Fradinho da Costa	1967
José Morais de Sousa	1967
José Pedro Paixão	1967
José Pedroso Coutinho de Castro Serrão	1967
Mário da Cunha Torres Gomes	1967
Octávio Hugo de Almeida e Vasconcelos Pimentel	1967
Romão Loureiro	1967
Horácio Cerveira Alves de Oliveira (Pára-Quedista)	1968
Carlos Alberto Bragança Moutinho (Pára-Quedista)	1968
António de Campos Gil	1968
António Tiago Martins	1968
Domingos de Magalhães Filipe	1968
Domingos Sebastião Gama da Câmara Stone	1968
Fernando de Melo Vieira Ponces de Carvalho	1968
Fidelino Duarte Fogaça	1968
João Inácio Pereira Jr.	1968
Joaquim Saldanha Hernández Palhoto	1968
Sílvio Aires Martinho de Figueiredo	1968
António Manuel Dias Falagueiro de Sousa Teles	1968
Arnaldo Carvalho Paula Santos	1968
Carlos Frederico Lopes da Rocha Peixoto	1968
Cristiano Henrique da Silveira e Lorena	1968
Ernesto Augusto Ramos	1968
Fernando Carneiro de Magalhães	1968
Guilherme Henriques da Costa	1968

Henrique César Gomes Rodrigues	1968
José Afonso	1968
José da Silva Pinto Ferreira	1968
Mário Hernâni Vasques de Mendonça	1968
Victor Manuel de Sousa Martins de Faria	1968
Heitor Hamilton Almendra (Pára-Quedista)	1969
Américo Trindade	1969
Amílcar de Sampaio Rodrigues	1969
António da Silva Pereira	1969
António José de Melo Machado	1969
Armando de Sousa Gomes	1969
Carlos Correia de Sampaio Vasconcelos Porto	1969
Delfim Nunes	1969
João Luís de Almeida Rebelo	1969
Joaquim Humberto da Silva Porto Oneto	1969
José Bernardo Baptista Lopes	1969
José Fernando Graça Pereira do Nascimento	1969
Júlio Veiga Simão	1969
Luís Teixeira Fernandes	1969
Manuel de Carvalho Garcia	1969
Matias Fiúza Álvares da Costa	1969
Sérgio Augusto Vilaverde Bacelar	1969
António Manuel Guerreiro Chaves Guimarães	1969
António Octávio Dias Machado	1969
António Teixeira da Rocha Pinto	1969
Domingos de Vilas Boas de Sousa Magalhães	1969
Fernando Manuel Lopes Ferreira	1969
Joaquim Mendes Borges Ribeiro Simões	1969
Joaquim Miguel de Matos Fernandes Duarte Silva	1969
Jorge Eduardo Rodrigues y Tenório Correia Matias	1969
Leopoldo Severo Ferreira Pinto	1969
Luís Cipriano Jorge de Lorena Oliveira Birne	1969
Raúl Augusto Paixão Ribeiro	1969
Abeilard Borges Teixeira Martins	1969
Alfredo Maria Lopes de Mesquita Guimarães	1969
António Afonso Fernandes Barata	1969
António Cândido de Arriaga Casqueiro de Sampaio	1969
António Joaquim Correia	1969
António Maria Vieira Gonçalves Soares	1969
Armando Duarte de Azevedo	1969
Artur Manuel Soares Coelho	1969
Bernardino Rodrigues dos Santos	1969
Camilo José Delgado	1969
Carlos Alberto Alves Viana Pereira da Cunha	1969
Carlos Alberto Simões Ramalheira	1969
Carlos Alexandre dos Ramos	1969
Carlos de Figueiredo Delfino	1969
Carlos Manuel Barão Pinto	1969
Castro Ambrósio	1969

César Augusto Teixeira	1969
Columbano Ferreira Líbano Monteiro	1969
Fernando dos Reis Fernandes Caldeira	1969
Fernando Negídio Manuel Fortes dos Santo Ferreira	1969
Horácio Loureiro Lopes Rodrigues	1969
João António Ribeiro de Albuquerque	1969
João Damas Vicente	1969
João Polidoro Monteiro	1969
Joaquim Vilhena Rodrigues	1969
José Augusto Mendes	1969
José Bonito Perfeito	1969
José Guadalberto Nascimento Matias	1969
José Maria de Castro e Lemos	1969
Júlio Teófilo da Assunção Vila Verde	1969
Luís Filipe de Meneses Falcão	1969
Manuel António Dantas	1969
Manuel da Cunha Sardinha	1969
Manuel de Jesus Correia	1969
Manuel João Fajardo	1969
Nívio José Ramos Herdade	1969
Rodrigo Silva Antunes da Costa	1969
Rogério Castela Jacques	1969
Rui Alberto Vasques de Mendonça	1969
João da Rocha Teles (Pára-Quedista)	1970
António Manuel de Palma Baracho	1970
César Augusto Rodrigues Mano	1970
José Joaquim Marques Peralta	1970
Mário Avelino Sardoeira Delgado	1970
Alberto Alves Pinto Baptista	1970
Américo Correia	1970
António da Graça Bordadágua	1970
António Manuel da G. P. R. Inácio de Paiva	1970
Carlos Alberto da Silva Pereira Jr.	1970
Carlos Alcobia de Sousa Cyrne	1970
Jorge Afonso Cardoso	1970
Luís Alberto Monteiro de Oliveira Leite	1970
Mário Vasco de Oliveira	1970
Vasco Artur Mariano Martins	1970
Victorino de Azevedo Coutinho	1970
Sílvio Jorge Rendeiro de Araújo e Sá (Pára-Quedista)	1971
João de Campos Sardinha (Pára-Quedista)	1971
Rafael Guerreiro Ferreira	1971
Alfredo Alves Ferreira da Cunha	1971
António Alberto Carrilho Cavaco	1971
António Miguel Rodrigues	1971
Artur Baptista Beirão	1971
Carlos Elmano Rocha	1971
César Emílio Braga de Andrade e Sousa	1971
Ernesto Orlando Vieira Correia	1971

João Maria Antunes	1971
José Pinto Henriques de Frias	1971
Manuel Lopes de Carvalho Chaves	1971
Mário dos Santos Cardoso	1971
Nuno Cordeiro Simões	1971
Paulo Eurico de Lacerda Oliveira Martins	1971
Pedro Henriques	1971
Raúl Frederico Tello Rato	1971
Rui Lopes da Trindade Lima	1971
Tiago Adalberto de Brito do Nascimento	1971
Tomás Luís Chaves da Costa	1971
Rui José Tavares Simões	1972
José António Jerónimo Gonçalves (Pára-Quedista)	1972
José Ramalho Rua (Pára-Quedista)	1972
Luís Ramos Gonçalves (Pára-Quedista)	1972
António Nunes de Carvalho Pires	1972
João Corte-Real de Araújo Pereira	1972
José Fernando Vales de Figueiredo Valente	1972
Luís Filipe de Albuquerque Campos Ferreira	1972
Manuel Fernandes Barbudo Calado	1972
Raul Pereira Baptista	1972
Rui Ferreira dos Santos	1972
Adão Antunes Baptista	1972
António Valadares Correia de Campos	1972
Henrique Augusto Teixeira de Sousa Sanches	1972
Inácio José Correia da Silva Tavares	1972
José Mestre Rodrigues	1972
Manuel Felisberto Martins Rodrigues	1972
Rogério Montefalco Sarmento Pereira	1972
António de Vilas Boas de Sousa Magalhães	1972
Bento Lopes da Costa	1972
Domingos Albino de Magalhães	1972
Eurico Simões Mateus	1972
José Bernardo Cruz de Aragão Teixeira	1972
José Fernando de Oliveira Barros Basto	1972
José Guilherme Nogueira Roovers Ribeiro	1972
Júlio Carlos Matias	1972
Luís Ataíde da Silva Banazol	1972
Luís Francisco Soares de Albergaria Carreiro da Câmara	1972
Manuel Joaquim Gonçalves Braga	1972
Orlando da Costa e Silva	1972
Pedro Alves Cabral	1972
Roberto da Silva Ferreira	1972
António João Chumbito dos Anjos Ruivinho (Pára- Q.)	1973
Manuel Claudino Martins Veríssimo (Pára-Quedista)	1973
Alfredo José Palla Machado da Silva	1973
Carlos Alberto Claro Mourisca	1973
Fernando José de Almeida Mira	1973
João Manuel de Faria Martins Amaro	1973

Joaquim José Esteves Virtuoso	1973
José António Anjos de Carvalho	1973
José António Cardoso de Almeida	1973
José Fernando Vieira Lizardo Gomes Coelho de Oliveira	1973
Luís Manuel Dias Antunes Corte-Real	1973
Rolando de Carvalho Tomaz Ferreira	1973
Rubi José Alfredo Mourão Marques	1973
Carlos José Saraiva Lima de Almeida e Brito	1973
António Joaquim Alves Moreira	1973
João Fernandes da Ressurreição	1973
Manuel Dias Freixo	1973
Gonçalo Álvares Guedes Vaz	1974
Guy Stélio Pereira de Magalhães	1974
Henrique Manuel Lages Ribeiro	1974
Óscar José Castelo da Silva	1974
Fernando Jorge Barbosa dos Santos Leite	1974
Francisco Manuel Martins dos Santos	1974
Luís Manuel Lemos Alves	1974
Nelson Guedes Valente	1974
Rui Mamede Monteiro Pereira	1974
Américo da Costa Varino	1974
António Justino Martins Chorão Vinhas	1974
Augusto Antunes Morgado	1974
Carlos Alberto Rocha Gomes	1974
Diogo Queirós de Sousa Azevedo	1974
Duarte Dias Marques	1974
Fernando Jorge Belém Santana Guapo	1974
Fernando Manuel Schmidt de Montalvão e Silva	1974
Francisco Granjo de Matos	1974
João Gomes do Amaral	1974
João Luís de Sousa Alves	1974
João Maria Andrade de Beires Junqueira	1974
José Daniel de Barros Adão	1974
José Henriques Neves	1974
José Moura Sampaio	1974
Licínio Soares de Pinho	1974
Ramiro Morna do Nascimento	1974

3.2 – Majores

NOME	Ano de Promoção a Major
Miguel Carlos Tenório Caldeira de Carvalho	1962
Fernando Carlos Teixeira da Câmara Lomelino	1955
Hélder José François Sarmiento	1967
José Victor Manuel da Silva Correia	1967

Joaquim Manuel Trigo Mira Mensurado (Pára-Quedista)	1969
José Alberto de Moura Calheiros (Pára-Quedista)	1969
José Manuel dos Santos Dias de Carvalho	1969
Manuel Augusto dos Santos Simões	1969
António Augusto Chiado Caçote	1969
Alípio Emílio Tomé Falcão	1969
António Lopes de Figueiredo	1969
António Xavier Lopes Pereira de Meneses	1969
Ângelo Rafael Leiria Pires	1970
Marcelo Heitor Moreira	1971
Américo Mário Mareco Espada de Sousa	1971
Mário José Vargas Cardoso	1973
Valdemar Diniz Clemente	1974

4 – COMANDANTES DE COMPANHIA PÁRA-QUEDISTAS

NOME	Ano de Promoção a Capitão
João José Curado Leitão	1959
Heitor Hamilton Almendra	1960
João da Rocha Teles	1960
Ângelo Mendes da Silva Sousa	1961
José António Jerónimo Gonçalves	1961
Sílvio Jorge Rendeiro de Araújo e Sá	1961
José Ramalho Rua	1961
Luís Ramos Gonçalves	1961
Manuel Claudino Martins Veríssimo	1961
José Fernando Proença de Almeida	1963
Raúl François Ribeiro Carneiro Martins	1963
José Henrique Catroga Inês	1963
Joaquim Manuel Trigo Mira Mensurado	1963
José Alberto de Moura Calheiros	1963
António dos Santos Frias	1963
José Simão Nunes	1964
Manuel António Casmarinha Lopes Morais	1965
Nuno António Bravo Mira Vaz	1965
António Valério Mascarenhas Pessoa	1965
João Manuel de Lemos Rosa Costa	1965
Carlos Ferreira Morais	1965
Carlos Valdemiro do Espírito Santo	1968
José Maria Raposo Resendes	1968
José Agostinho Melo Ferreira Pinto	1968
Jorge Manuel Garcia Ramos Lousada	1968
Joaquim da Silva Ferreira Casaca	1968
João de Bessa	1968

António Adelino Martins	1969
Cristovão Manuel Furtado de Avelar de Sousa	1969
José Augusto Martins	1969
Luciano Fernando Lopes Nunes	1969
Sebastião José Ribeiro Martins	1969
Adélio Amílcar Vilas Boas Dias	1969
António Loureiro Costa	1969
Carlos Alves	1969
Eduardo Maria Passarinho Franco Preto	1969
José Manuel da Silva Pinto	1969
Luís Garcia Monteiro	1969
Manuel Bação da Costa Lemos	1969
João Manuel da Costa Cordeiro	1969
José Manuel Terras Marques	1969
José Paulo Valente dos Santos	1969
António Silva Coelho	1969
Armando de Almeida Martins	1969
Orlando Caetano Rodrigues Pires	1969
João Baptista Gonçalves de Campos	1969
José Mesquita de Freitas Oliveira	1969
José Anastácio Moura Martins	1969
Albano Manuel Raposo Pinela	1970
Maximino Cardoso Chaves	1970
João da Luz Palma	1970
José António Brás	1970
José Luís Costa e Sousa	1972
António Manuel Oliveira de Figueiredo	1972
José Ferreira Barrocas Monteiro	1972
Manuel da Ascensão Tavares	1972
Norberto Crisante Sousa Bernardes	1972
Eduardo Manuel Lima Pinto	1974
Hugo Eugénio dos Reis Borges	1974
Orlando Augusto Dias Henriques	1974
José Henrique Melo de Carvalho	1974
João Carlos Albuquerque Pinto	1977 *
Mário Fernando Pinto	1977 *
Henrique Morais da Silva Caldas	1980 *

Nota: (*) O ano corresponde à promoção de quadro, mas foi Capitão miliciano ainda durante o período da Guerra de África e comandou uma Companhia.